Passados, presentes e futuros do trabalho: visões interdisciplinares e periféricas

Roberto Véras de Oliveira
Eduardo Donato
Tiago Bernardon de Oliveira



ANNABLUME

COLEÇÃO TRABALHO E CONTEMPORANEIDADE

Direção: Jacob Carlos Lima, Iram Jácome Rodrigues, José Ricardo Ramalho

A coleção Trabalho e Contemporaneidade tem por objetivo reunir livros que abordem questões do mundo do trabalho nos dias de hoje, reconhecendo a diluição das fronteiras entre o trabalho e outras esferas da vida social e a necessidade de criar novos olhares sobre temas clássicos das Ciências Sociais. Pretende estimular o debate e a pesquisa sobre as novas dimensões do trabalho em termos espaciais, organizacionais, identitários e tecnológicos, articuladas em dinâmicas locais e globais, ampliando as possibilidades de abordagens plurais sobre as vicissitudes do trabalho na sociedade contemporânea.

ANNABLUME
TRABALHO

Que futuros do trabalho podem ser construídos quando suas heranças históricas, desigualdades presentes e possibilidades de transformação são examinadas a partir das periferias? Originada do Encontro Intermediário da ABET-UFPB, realizado em João Pessoa, esta coletânea reúne pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas para interpretar as continuidades e rupturas que atravessam o trabalho no Brasil e na América Latina. Seus capítulos articulam Sociologia, Economia, História, Direito, Psicologia, Ciência Política e outros campos, compondo um panorama plural das formas de organização, regulação e experiência laboral. A obra percorre a trajetória interdisciplinar dos estudos do trabalho; as relações entre desenvolvimento, desigualdade e sustentabilidade; as trajetórias sociais e ocupacionais; a plataformização e seus conflitos regulatórios; as redes produtivas, a informalidade e as economias populares; os marcadores de classe, raça e gênero; a Justiça do Trabalho como arena de direitos e fonte de pesquisa; e a persistência do trabalho infantil. Ao valorizar o Sul Global, grupos invisibilizados e abordagens críticas, *Passados, presentes e futuros do trabalho* recoloca o trabalho no centro do debate público e convida à construção de horizontes comprometidos com justiça social, direitos e democracia.

ISBN 978-65-82165-01-6



REVISTA DA ABET
BRAZILIAN JOURNAL OF LABOR STUDIES

LABORES
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA E EXTENSÃO SOBRE TRABALHO - UFPB

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P285
Passados, presentes e futuros do trabalho : visões interdisciplinares e periféricas / Roberto Véras de Oliveira, Eduardo Donato, Tiago Bernardon de Oliveira (Organizadores). – São Paulo: Annablume, 2026.
778 p. ; 16 x 23 cm. (Trabalho e contemporaneidade)

ISBN 978-65-82165-01-6

1. Trabalho – aspectos sociais. 2. Sociologia do trabalho. I. Oliveira, Roberto Véras de. II. Donato, Eduardo. III. Oliveira, Tiago Bernardon de. IV. Título.

CDU 316.334.2

Bibliotecária responsável: Bruna Heller – CRB 10/2348

Índice para catálogo sistemático:
1. Sociologia do trabalho 316.334.2

Passados, presentes e futuros do trabalho: visões interdisciplinares e periféricas

Coordenação editorial
Claudia Moreira

Revisão
Tuca Dantas

Diagramação e capa
Fernandes Augusto Castro

Projeto e Produção
Coletivo Gráfico Annablume

Annablume Editora

Área de Sociologia

Conselho Científico
Iram Jácome Rodrigues
Jacob Carlos Lima
José Ricardo Ramalho
Josué Pereira da Silva

1ª edição: fevereiro de 2026

© Roberto Véras de Oliveira, Eduardo Donato, Tiago Bernardon de Oliveira (Organizadores)

Annablume Editora Comunicação
www.annablume.com.br

Sumário

Prefácio

Thaís de Souza Lapa – Presidente da ABET

Maria Aparecida Bridi – Vice-Presidente da ABET 13

Apresentação

Roberto Véras de Oliveira

Eduardo Donato

Tiago Bernardon de Oliveira 15

I – A ABET E O DESAFIO DA INTERDISCIPLINARIDADE NOS ESTUDOS DO TRABALHO 25

A ABET e o desafio da interdisciplinaridade: dos pioneiros aos contemporâneos

Patrícia Vieira Trópia 27

A ABET e a interdisciplinaridade nos estudos do trabalho

Marcia Leite 47

A interdisciplinaridade e os estudos de trabalho: balanços e reflexões

Maria Aparecida Bridi

Thaís de Souza Lapa 69

Os desafios para a construção de uma agenda do trabalho no Brasil

José Dari Krein 91

Pesquisa e intervenção: a REMIR sob a análise de redes sociais

Jordão Horta Nunes

Layla Caroline Barbosa Borges 111

II – DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E DESIGUALDADES NO CONTEXTO ATUAL 137

Algumas reflexões sobre o futuro do trabalho no Brasil e no Nordeste

Gerry Rodgers 139

Do desenvolvimento ao "decrescimento": notas sobre modos de ser do capitalismo

Adalberto Cardoso 167

Caminhos para a igualdade de gênero nas políticas públicas brasileiras

Marilane Oliveira Teixeira 207

Transição energética na indústria automobilística brasileira: impasses e desafios da proteção aos trabalhadores

José Ricardo Ramalho

Rodrigo Salles Pereira dos Santos 227

III – TRABALHO, TRAJETÓRIAS SOCIAIS E DESIGUALDADES 247

As estruturas sociais do trabalho: Bourdieu e o sistema salarial argelino

Maxime Quijoux 249

Trajetórias sociais, trajetórias ocupacionais: a análise das representações sociais para a compreensão dos sentidos atribuídos ao trabalho

Maurício Rombaldi 267

Trajetórias de trabalhadoras e de trabalhadores: reflexões sobre casos estudados

José Sergio Leite Lopes 287

Trajetórias de camponeses-trabalhadores: desafios metodológicos

Marilda A. de Menezes

Jaime Santos Júnior 311

Destino comum: uma tragédia ecossocial imposta aos povos da pesca artesanal

Cristiano Wellington Noberto Ramalho

Andreia Patrícia dos Santos 337

IV – TRABALHO PLATAFORMIZADO NA AMÉRICA LATINA 369

"Mercado de trabalho" e trabalho plataformizado: reflexões polanyianas, feministas e latino-americanas

Roberto Véras de Oliveira 371

A regulação do trabalho em aplicativos em disputa nos parlamentos e nas cortes: um estudo comparado entre Brasil, México, Argentina e Colômbia

Sidnei Machado 421

Tiempos de trabajo en plataformas de reparto: ¿el fin de la obsesión por la reducción de la porosidad en el proceso de trabajo?

Andrea Delfino 443

Laços de solidariedade nas plataformas digitais: reflexões sobre o trabalho por aplicativos a partir do "caso" de Campina Grande (PB)

Mario Henrique Guedes Ladosky 465

Organização política dos entregadores por aplicativo: a questão da solidariedade

Fellipe Coelho-Lima

Cesar Sanson

Vitória Patrícia Bezerra de Medeiros

Kimbelly Conrado Moura

Renata Xavier Deiga Ferreira 491

V – TRABALHO, REDES PRODUTIVAS
E ECONOMIAS POPULARES 519

Trabalho regular, trabalho informal e empreendedorismo em territórios periféricos

Jacob Carlos Lima 521

Sobre precariedades e promessas: uma contribuição ao estudo do empreendedorismo popular

Felipe Rangel 535

Costurando sobrevivência: trabalho, migração e precariedade no polo têxtil de Toritama

Darcilene C. Gomes

Wilson Fusco 559

Formas flexíveis de assalariamento: informalidade e terceirização na produção de confecções na região Nordeste

Roseli de Fátima Corteletti

Kerilin Laine Andrade Chang 579

VI – TRABALHO E MARCADORES SOCIAIS
DE DESIGUALDADES 603

Abordagens à opressão múltipla: interseccionalidade, consubstancialidade e suas críticas

Janine Rodgers 605

Trabalho e marcadores sociais de desigualdades: exploração e opressões

Marcelo Badaró Mattos 621

Relações étnico-raciais e mundo do trabalho no Brasil: contribuições a partir de Clóvis Moura

Danilla Aguiar 635

"Desde que nasci eu trabalho": reprodução social e trabalho de auxiliares gerais

Alessandra Renata Geremias

Manuella Castelo Branco Pessoa

Paulo César Zambroni de Souza 651

VII – A JUSTIÇA DO TRABALHO COMO ARENA DE LUTA POR DIREITOS E FONTE DE PESQUISA SOCIAL 675

A contribuição oculta das trabalhadoras rurais na economia canavieira

Christine Dabat 677

Documentos de usina como fonte de pesquisa social: uma análise a partir do caso da usina Santa Maria

Patrícia Alves Ramiro 703

VIII – O TRABALHO INFANTIL NO CONTEXTO ATUAL: CRIMINALIZAÇÃO E CUSTOS PARA O ESTADO 723

Trabalho infantil esportivo e artístico: implicações a partir da vivência

Kassia Kiss Grangeiro Belém

Maria de Fatima Pereira Alberto 725

A persistente exploração do trabalho infantil e suas determinações particulares no Brasil

Terçália Suassuna Vaz Lira 745

AUTORAS E AUTORES 761

ORGANIZADORES 775

Prefácio

O presente livro condensa inúmeras das reflexões e debates que ocorreram no Encontro Intermediário da ABET–UFPB – O Futuro do Trabalho em Debate: Por um Olhar Periférico, realizado entre os dias 6 e 8 de novembro de 2024, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), uma iniciativa da ABET e do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Extensão sobre Trabalho – LABORES.

A Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), fundada em 1989 há mais de três décadas, vem consolidando um espaço interdisciplinar e plural de diálogo, troca de saberes e fortalecimento da pesquisa sobre o trabalho no país. Ao longo da história desse campo disciplinar de estudos do trabalho no Brasil, a ABET se destacou pela realização de dezenove encontros nacionais bienais, nos quais milhares de pesquisadores, professores, estudantes e profissionais têm compartilhado suas reflexões acerca das características históricas e das transformações no mundo do trabalho.

Como parte de suas atividades, o Encontro Intermediário que deu origem a este livro se constituiu como espaço complementar e estratégico, para aprofundar debates emergentes e mobilizar distintas comunidades acadêmicas e profissionais, do país e do exterior, em torno de problemáticas urgentes.

Vivemos um contexto de rápidas mudanças tecnológicas, intensificação das desigualdades sociais e reconfigurações nos sistemas produtivos e regulatórios. As plataformas digitais, a inteligência artificial, as novas formas de organização empresarial e a fragmentação das relações trabalhistas vêm impondo desafios inéditos à análise crítica, que este livro aborda, propondo

um conjunto de reflexões que valoriza os olhares periféricos, regionais e subalternizados.

A programação do Encontro foi concebida de forma a contemplar múltiplas dimensões do trabalho: desde o impacto das transformações produtivas no Brasil e na América Latina até temas como trabalho infantil, trabalho análogo à escravidão, saúde do trabalhador, Justiça do Trabalho, juventude e educação, trabalho rural, plataformas digitais, divisão sexual e racial do trabalho, e novas estratégias de sobrevivência em contextos periféricos. As mesas-redondas, conferências, grupos temáticos, minicursos e sessões audiovisuais ofereceram um mosaico rico e diverso, capaz de provocar reflexões profundas e inspirar novas agendas de pesquisa.

Nos diversos capítulos deste livro, autoras e autores se debruçam sobre eixos centrais, como trabalho, desenvolvimento, desigualdades e os desafios do Brasil contemporâneo. Os textos refletem sobre a persistência e a renovação das desigualdades que atravessam o mundo do trabalho, considerando os recortes de classe, raça e gênero, assim como os efeitos das recentes transformações econômicas. Outro campo de destaque é o do Direito, da Justiça e da Regulação do Trabalho, que analisa a dimensão institucional, sublinhando a relevância da Justiça e das políticas públicas para a defesa dos direitos trabalhistas.

Também ganha destaque o trabalho em transformação, em diálogo com as plataformas digitais, as redes produtivas e as economias populares no contexto latino-americano. As discussões aqui apresentadas se concentram nas mudanças introduzidas pelas novas formas de organização produtiva, mas também na potência de experiências alternativas e economias populares que emergem como estratégias de sobrevivência em contextos periféricos.

Além disso, o livro recupera reflexões sobre a própria trajetória da ABET e seus desafios como sociedade científica, que, ao longo de sua história, tem buscado responder criticamente e de modo interdisciplinar às múltiplas mudanças que impactam a classe trabalhadora.

Thaís de Souza Lapa – Presidente da ABET

Maria Aparecida Bridi – Vice-Presidente da ABET

Apresentação

Esta coletânea resulta das exposições realizadas nas oito mesas temáticas que integraram o "ENCONTRO INTERMEDIÁRIO DA ABET – UFPB – O FUTURO DO TRABALHO EM DEBATE: POR UM OLHAR PERIFÉRICO", ocorrido de 6 a 8 de novembro de 2024, na cidade de João Pessoa, por iniciativa do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Extensão sobre o Trabalho – LABORES em parceria com a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET.

A ABET[1]

A Associação Brasileira de Estudos do Trabalho foi fundada em 30 de maio de 1989, em São Paulo, e reúne hoje mais de 750 associados de diversas áreas do conhecimento, como Economia, Direito, Sociologia, História, Psicologia, Antropologia, Educação, Geografia, entre outras. Seu objetivo central é promover atividades acadêmico-científicas para difundir pesquisas e fomentar o debate sobre o trabalho no Brasil.

Entre suas principais ações estão: o incentivo à pesquisa interdisciplinar e ao intercâmbio científico; a organização de fóruns, congressos, encontros nacionais e regionais; a publicação e divulgação de anais e resultados científicos; a realização de parcerias com instituições nacionais e internacionais; a criação de Grupos de Trabalho (GTs) temáticos, de modo a estruturar seus encontros e demais ações.

1. Consultar: <https://trabalho-abet.org.br>

Os Encontros Nacionais da ABET, realizados a cada dois anos, são espaços centrais de debate e divulgação científica, reunindo pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Neles, são definidos temas específicos, debatidos em conferências, mesas redondas e sessões temáticas, com trabalhos selecionados pela comissão científica. Os GTs abrangem uma ampla gama de áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

O Labores

O Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Extensão sobre Trabalho – LABORES é uma iniciativa de professores, estudantes e técnicos da Universidade Federal da Paraíba com vistas a integrar, qualificar e institucionalizar experiências de pesquisa, extensão e ensino acumuladas ao longo do tempo em torno da temática do trabalho.

A UFPB tem tradição de estudos do trabalho, envolvendo várias áreas do conhecimento: Sociologia, Economia, Psicologia, Serviço Social, História, Saúde, Educação, Engenharia de Produção etc. Para a constituição do Labores, contamos com o envolvimento de seis grupos de pesquisa, com destaque para a Sociologia, Psicologia, História e Economia.

O Labores surge da necessidade de articulação e potencialização da ação desses grupos de pesquisa e extensão. Em um contexto em que as formas de trabalho e de ocupação passam por transformações significativas em todo o mundo, a Universidade pública, em geral, e a UFPB, em particular, encontram-se desafiadas a contribuir efetivamente com o debate público sobre esse tema, por meio de atividades de pesquisa, extensão e ensino.

O Labores foi oficialmente instituído pelo Conselho Universitário em 2022, tendo o estatuto de órgão suplementar da UFPB. Encontra-se sediado no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA da UFPB. Nasce sob o desafio de integrar agendas de pesquisa, extensão e ensino, constituídas em áreas e redes diversas, em uma perspectiva interdisciplinar.

Seus principais objetivos são: (a) elaborar estudos e pesquisas sobre as relações de trabalho no âmbito nacional e internacional, com foco especial para o caso do Nordeste; (b) desenvolver reflexões sobre o campo das políticas públicas direcionadas ao mundo do trabalho, considerando-se tanto a atuação do Estado como de entidades da sociedade civil; (c) promover o aprimoramento da formação acadêmica de alunos interessados nestas áreas

de estudo e pesquisa; (d) contribuir com a constituição e o fortalecimento de redes nacionais e internacionais de estudos sobre trabalho.

O Encontro

O Encontro Intermediário da ABET-UFPB teve como propósito contribuir com a atualização dos estudos sobre trabalho no Brasil, em um momento crucial de transformações nos padrões produtivos e de regulação das relações de trabalho no país e no mundo. Tal iniciativa buscou mobilizar, a partir da rede da ABET, a comunidade de pesquisadores/as e alunos/as (de graduação e de pós-graduação) atuantes no país e no exterior, além de profissionais da área, com vistas a compartilhar pesquisas e reflexões sobre o referido tema.

Durante os três dias do evento, realizado nas dependências do Campus I da UFPB, um público de 350 pessoas, entre inscritos e convidados, de diversas regiões do país e do exterior, oriundos de várias áreas das ciências sociais e humanas, participou de duas conferências (uma de abertura e outra de encerramento), oito mesas temáticas, dez grupos de trabalho (que contaram com 174 trabalhos aprovados) e três minicursos, além de atividades culturais e de integração.

A conferência inicial, proferida por Maxime Quijoux, explorou as contribuições de Pierre Bourdieu para o estudo do trabalho, enquanto a conferência de encerramento, ministrada por Gerry Rodgers, trouxe um olhar crítico sobre os futuros possíveis do trabalho a partir de uma perspectiva periférica. Entre as mesas-redondas, destacaram-se debates sobre interdisciplinaridade nos estudos do trabalho, desenvolvimento e desigualdades no Brasil, trajetórias sociais de trabalhadores, redes produtivas e economias populares, marcadores sociais-, a Justiça do Trabalho como arena de lutas sociais e trabalho infantil.

A agenda incluiu ainda minicursos sobre análise de redes, classes e desigualdades, e transtornos mentais relacionados ao trabalho, bem como uma sessão de vídeos que abordou memórias, sentidos e sonhos dos trabalhadores. Os grupos temáticos aprofundaram debates em áreas diversas, como trabalho informal e precário, juventude e educação, novas estratégias de trabalho e sobrevivência em contextos periféricos, saúde do trabalhador, trabalho em TI e em plataformas digitais, divisão sexual e racial do traba-

lho, trabalho rural, formas análogas à escravidão, trabalho em serviços e identidades, Estado, classe trabalhadora e ação coletiva.

O evento reafirmou a vocação do Labores e da ABET como espaços de produção interdisciplinar e de articulação entre academia, políticas públicas e sociedade civil. Ao reunir especialistas nacionais e internacionais, promoveu um fórum plural de análises críticas sobre os desafios do trabalho contemporâneo e contribuiu para a construção de uma agenda voltada à justiça social e ao fortalecimento do papel do trabalho como categoria central da vida social.

A coletânea

Para esta coletânea foram convidados a participar os dois conferencistas e todos/as os/as integrantes das oito mesas. A imensa maioria disponibilizou seus textos. A coletânea está organizada em oito partes, com cada uma correspondendo às oito mesas do Encontro.

A parte intitulada "*A ABET e o desafio da interdisciplinaridade nos estudos do trabalho*" reúne reflexões de pesquisadoras e pesquisadores sobre o percurso histórico da Associação e sua consolidação como espaço plural de investigação. Os textos destacam como a ABET articulou, em um esforço de interdisciplinaridade, diferentes áreas do conhecimento para compreender a complexidade do mundo do trabalho. As contribuições de Patrícia Vieira Trópia, Márcia Leite, Maria Aparecida Bridi e Thais Lapa enfatizam a necessidade de integração teórica e metodológica entre Economia, Sociologia, Ciência Política, Direito, Psicologia e outras disciplinas. José Dari Krein, com base nas experiências da ABET e da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reestruturação do Trabalho - REMIR, aponta desafios para a construção de uma agenda do trabalho no Brasil, defendendo que a interdisciplinaridade deve orientar não apenas a produção acadêmica, mas também a elaboração de políticas públicas e estratégias sindicais, de modo a reposicionar o trabalho como eixo estruturante da vida social e como categoria central para pensar o futuro do país. Já Jordão Horta Nunes e Layla Caroline Barbosa Borges exploram a experiência da REMIR a partir da análise de redes sociais, ilustrando como a produção de conhecimento coletivo pode fortalecer a pesquisa e a intervenção pública. Em conjunto, os trabalhos reafirmam a interdisciplinaridade como marca fundante da ABET e como condição para enfrentar os desafios contemporâneos do estudo do trabalho.

Em "*Desenvolvimento, trabalho e desigualdades no contexto atual*" foram reunidas reflexões que abordam os dilemas contemporâneos do mundo do trabalho frente às transformações econômicas, sociais e ambientais. Gerry Rodgers propõe uma análise do futuro do trabalho no Brasil, com especial atenção ao Nordeste, destacando a necessidade de estratégias que enfrentem as desigualdades regionais e sociais. Adalberto Cardoso discute os limites do desenvolvimento sob a lógica do capitalismo e introduz o debate sobre o "decrescimento" como alternativa para pensar novos modos de vida e organização social. Marilane Teixeira centra-se na igualdade de gênero, examinando caminhos possíveis para a formulação e efetividade de políticas públicas que enfrentem a persistente desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Por fim, José Ricardo Ramalho e Rodrigo Salles Pereira dos Santos analisam a transição energética na indústria automobilística brasileira, destacando os impasses e desafios da proteção aos trabalhadores em um setor marcado por fortes transformações tecnológicas e organizacionais. Os trabalhos evidenciam a necessidade de articular debates sobre desenvolvimento, justiça social, igualdade e sustentabilidade, recolocando o trabalho no centro das alternativas de futuro.

A parte denominada "*Trabalho, trajetórias sociais e desigualdades*" articula diferentes abordagens sobre os sentidos do trabalho, as formas de inserção ocupacional e as desigualdades que marcam as experiências laborais no Brasil e além. Maxime Quijoux recorre a Pierre Bourdieu para analisar o sistema salarial argelino, destacando como estruturas sociais moldam relações de trabalho e processos de dominação. Maurício Rombaldi enfatiza as representações sociais como chave para compreender as trajetórias sociais e ocupacionais e os sentidos atribuídos ao trabalho. José Sergio Leite Lopes retoma estudos empíricos de trabalhadoras e trabalhadores, realizadas em décadas anteriores, evidenciando a diversidade de trajetórias e as tensões nelas contidas. Marilda Menezes e Jaime Santos Júnior, também a partir de estudos anteriores, discutem os desafios metodológicos do estudo das trajetórias de camponeses-trabalhadores, ressaltando a intersecção entre agricultura e trabalho assalariado. Já Cristiano Wellington Noberto Ramalho e Andreia Patrícia dos Santos analisam a realidade dos povos da pesca artesanal, apontando como enfrentam uma "tragédia ecossocial" imposta por dinâmicas de exploração econômica e degradação ambiental. Os trabalhos reforçam a importância de olhar para o trabalho a partir de suas múltiplas trajetórias sociais, evidenciando desigualdades, resistências e desafios metodológicos no esforço de compreensão crítica.

Os textos agrupados em torno do tema "*Trabalho plataformizado na América Latina*" reúnem análises que abordam diferentes dimensões da plataformização do trabalho a partir de perspectivas críticas e comparadas. Roberto Véras de Oliveira discute o tema a partir de aportes polanyianos, feministas e latino-americanos, enfatizando como a plataformização contribui para reposicionar a categoria de "mercados de trabalho" e para acentuar desigualdades estruturais. Sidnei Machado analisa as disputas regulatórias em parlamentos e tribunais de Brasil, México, Argentina e Colômbia, revelando avanços, tensões e impasses na definição dos direitos dos trabalhadores nesse campo. Andrea Delfino examina os tempos de trabalho nas plataformas de entrega, questionando a lógica de intensificação e redução da "porosidade" do processo de trabalho. Mario Henrique Guedes Ladosky reflete sobre experiências de solidariedade entre trabalhadores de aplicativos em Campina Grande, destacando práticas locais de resistência. Por fim, Fellipe Coelho-Lima, Cesar Sanson, Vitória Patrícia Bezerra de Medeiros, Kimbelly Conrado Moura e Renata Xavier Deiga Ferreira analisam a organização política dos entregadores por aplicativo, discutindo a centralidade da solidariedade na construção de formas de ação coletiva. Os trabalhos, em geral, apontam que a plataformização, embora marcada pela precarização e pelo controle algorítmico, também abre espaço para disputas regulatórias e experimentações de solidariedade e organização política.

Na temática "*Trabalho, redes produtivas e economias populares*" aborda-se a complexa articulação entre informalidade, empreendedorismo e assalariamento em territórios periféricos, com destaque para o setor de confecções. Jacob Carlos Lima analisa a coexistência de trabalho regular, informal e empreendedorismo popular, mostrando como esses arranjos se entrelaçam na vida dos trabalhadores. Felipe Rangel problematiza as contradições entre precariedade e promessas de ascensão social presentes no empreendedorismo popular. Darcilene C. Gomes e Wilson Fusco investigam o polo têxtil de Toritama, enfatizando as relações entre trabalho, migração e precariedade como estratégias de sobrevivência. Por fim, Roseli de Fátima Corteletti e Kerilin Laine Andrade Chang discutem as formas flexíveis de assalariamento, destacando os efeitos da informalidade e da terceirização na produção de confecções no Nordeste. Os trabalhos buscam revelar como as economias populares e redes produtivas periféricas constituem espaços de intensa exploração, mas também de criatividade e resistência.

Quanto ao tema "*Trabalho e marcadores sociais de desigualdades*" foram contempladas diferentes perspectivas críticas sobre as formas múltiplas de opressão e exploração no mundo do trabalho. Janine Rodgers discutiu a interseccionalidade e a consubstancialidade, bem como os limites e críticas a essas abordagens, destacando como múltiplos eixos de desigualdade se entrelaçam. Marcelo Badaró Mattos analisou como os marcadores sociais (raça, gênero, classe) se traduzem em dinâmicas de exploração e opressão no trabalho, reforçando as bases estruturais da desigualdade. Danilla Aguiar, inspirada em Clóvis Moura, trouxe contribuições sobre as relações étnico-raciais e a persistência da desigualdade racial no mercado de trabalho brasileiro. Já Alessandra Renata Geremias, Manuella Castelo Branco Pessoa e Paulo César Zambroni de Souza, a partir do estudo de auxiliares gerais, enfatizaram como a reprodução social e as experiências cotidianas de trabalhadores e trabalhadoras escancaram a naturalização da exploração desde a infância. Os trabalhos revelam como a articulação entre raça, gênero e classe não apenas acentua desigualdades, mas também estrutura as formas contemporâneas de exploração laboral, evidenciando a necessidade de análises interdisciplinares e críticas para compreender e enfrentar os desafios sociais e políticos ligados ao trabalho.

Com o tema "*A Justiça do Trabalho como arena de luta por direitos e fonte de pesquisa social*", destacou-se como essa instituição se constitui, simultaneamente, em espaço de disputa por reconhecimento e direitos e em fonte privilegiada para a pesquisa acadêmica. Christine Dabat evidenciou a contribuição invisibilizada das trabalhadoras rurais na economia canavieira, revelando como a Justiça do Trabalho pode ser fundamental para trazer à luz a exploração e a desigualdade de gênero nesse setor. Já Patrícia Alves Ramiro mostrou como os documentos produzidos pelas usinas, em especial no caso da usina Santa Maria, funcionam como materiais valiosos para pesquisas sociais, permitindo compreender as dinâmicas de poder, as práticas empresariais e os conflitos laborais. Em ambas, as contribuições ressaltam a importância da Justiça do Trabalho não apenas na mediação de conflitos, mas também como arquivo e repositório de memória social, fornecendo subsídios para a análise crítica das relações de trabalho e para a visibilização de atores e experiências frequentemente marginalizados.

A parte intitulada "*O trabalho infantil no contexto atual: criminalização e custos para o Estado*" tratou de duas dimensões centrais da problemática.

Kassia Kiss Grangeiro Belém e Maria de Fátima Pereira Alberto discutiram o trabalho infantil esportivo e artístico, refletindo sobre as implicações a partir da vivência concreta dessas crianças e adolescentes, em que a linha entre formação e exploração se mostra difusa. Já Terçália Suassuna Vaz Lira destacou a persistente exploração do trabalho infantil no Brasil, analisando suas determinações particulares e estruturais, ligadas tanto à desigualdade social quanto à fragilidade das políticas de proteção. As contribuições enfatizam como o trabalho infantil permanece como uma chaga social, cuja criminalização traz desafios adicionais ao Estado, seja pelo custo econômico e institucional de enfrentamento, seja pela necessidade de construir alternativas de inclusão social efetivas.

A coletânea conta, ainda, com um prefácio assinado por Thaís de Souza Lapa, Presidente da ABET, e Maria Aparecida Bridi, Vice-Presidente da ABET.

Nota sobre o título

Não é exatamente igual ao título do Encontro. Com a nova formulação ("*Passados, presentes e futuros do trabalho: visões interdisciplinares e periféricas*") quisemos dar um realce maior para três componentes que permearam toda a construção do Encontro e da Coletânea. Em primeiro lugar, a perspectiva temporal, que considera as heranças históricas, os desafios contemporâneos e as projeções possíveis do trabalho. Em segundo, o caráter interdisciplinar, sublinhando a necessidade de articular diferentes campos do conhecimento – Sociologia, Economia, Ciência Política, História, Antropologia, Psicologia, Estudos de Gênero, entre outros – para compreender a complexidade das transformações do mundo do trabalho. Por fim, a ênfase em perspectivas periféricas, que remetem tanto às margens geográficas e socioeconômicas (Global Sul, regiões subalternizadas, grupos historicamente invisibilizados) quanto às abordagens críticas que tensionam visões hegemônicas. A combinação desses eixos pretende oferecer leituras plurais, críticas e situadas, que iluminem tanto continuidades quanto rupturas nas formas de organização, regulação e vivência do trabalho.

Agradecimentos

Esta coletânea não seria possível sem o trabalho e aporte de muitos colaboradores e colaboradoras e de instituições, seja no que se refere à realização do Encontro, à organização dos Anais e sua publicação e à organização desta publicação. Pesquisadores e pesquisadoras convidados, nacionais e estrangeiros, docentes e alunos e alunas que submeteram trabalhos, alunos e alunas da UFPB e membros do Labores contribuíram de diversas maneiras.

Com aportes financeiros, contribuíram os pagantes das taxas de inscrição, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, o Sistema de Crédito Cooperativo – SICREDI e a Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba – ADUFPB. Este livro é também parte do projeto editorial do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Trabalho, Inclusão e Equidade, financiado pelo CNPq. Do mesmo modo, foi essencial o apoio do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS, do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH e dos Departamentos de História e de Serviço Social.

Boa leitura!

Roberto Véras de Oliveira

Eduardo Donato

Tiago Bernardon de Oliveira

I

A ABET E O DESAFIO DA INTERDISCIPLINARIDADE NOS ESTUDOS DO TRABALHO

A ABET e o desafio da interdisciplinaridade: dos pioneiros aos contemporâneos[1]

Patrícia Vieira Trópia

Introdução

Ao pesquisar a história social da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) chega-se, sem grande esforço, à conclusão de que a multidisciplinaridade foi seu horizonte, desde o projeto fundador. Ao longo das décadas, a ABET não apenas se orienta mas se organiza de forma a atrair distintas áreas do conhecimento que, somadas, configuram a multidisciplinaridade nos estudos do trabalho.

Aprovado em 30 de maio de 1989, o Estatuto Social da ABET definiu que o objetivo da entidade é promover o conhecimento, utilização e aplicação das diversas disciplinas e ciências voltadas para o estudo do trabalho, mediante: 1) a criação de um fórum científico a nível nacional para o debate dos problemas afetos à área do Trabalho a partir de uma perspectiva multidisciplinar; 2) a promoção, ampliação e fortalecimento do intercâmbio científico entre os estudiosos das disciplinas dedicadas às questões do Trabalho (Direito, Sociologia, Ciência Política, História, Economia, Medicina e Segurança, Educação, Psicologia, Antropologia, Engenharia e outras); 3) a promoção de encontros, congressos, conferências, publicação e divulgação da produção científica, manutenção de contatos com entidades congêneres nacionais e internacionais e outras

1. Este texto é uma versão modificada da palestra apresentada na Mesa-Redonda intitulada "A ABET e o desafio da interdisciplinaridade nos estudos sobre trabalho", realizada no dia 7 de novembro de 2024, em João Pessoa, na UFPB, durante o Encontro Intermediário da ABET, "O futuro do trabalho em debate: por um olhar periférico".

atividades pertinentes ao objetivo da associação; 4) a promoção da pesquisa e do ensino na área do Trabalho[2].

Na Abertura do XVII Encontro Nacional da ABET, realizado em 2021, Lena Lavinas destacou que, à época de sua criação, havia grande efervescência em torno da ABET, cuja marca registrada se pautou pelo compromisso com a multi e a interdisciplinaridade. Hildete Pereira de Melo, ao tratar da gênese da associação, relembrou que a entidade foi criada por economistas que pretendiam atrair não economistas e que a ABET "já despontava como uma entidade interdisciplinar" porque queria romper com a divisão que marca a universidade e os campos do conhecimento. Embora existam muitas evidências de que a ABET se constitui e projeta historicamente como uma entidade multidisciplinar, não é possível afirmar o mesmo em relação à interdisciplinaridade.

Distinta da multidisciplinaridade, a perspectiva interdisciplinar desponta contemporaneamente com uma abordagem holística, visando à integração entre ciências. Objetiva a articulação – e não meramente a soma ou sobreposição – de disciplinas como uma forma de romper com o caráter hiperespecializado e fragmentado das ciências e do conhecimento escolar. Mas qual a natureza desta articulação?

A interdisciplinaridade constitui um modo de pensar (Morin, 2005) ou ainda uma reflexão sobre o conhecimento da totalidade, que nem determina o real (Marx), nem é redutível às partes que a compõem. Lucien Goldman (1979) afirma que o modo dialético de pensar, fundado em bases materialistas e na historicidade, interpela por uma maior integração entre as ciências.[3] O materialismo histórico pode contribuir para enfrentarmos o problema da fragmentação do conhecimento quando define a historicidade e "as leis do movimento dialético da realidade como fundamentos para todas as ciências" (Thiesen, 2008, p. 5).

O objetivo deste capítulo é refletir sobre 1) a multidiscipliaridade como uma estratégia de fortalecimento dos estudos do trabalho no Brasil – desde a formação da ABET até a contemporaneidade – e 2) o renitente desafio de produção de conhecimento interdisciplinar. Para tanto, além

2. Ver: https://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2015/01/atafunabet.pdf. Grifos nossos.

3. Filósofo de formação, Marx buscou no conhecimento, entre outros, da ciência econômica, da geografia, da antropologia, da história e da demografia, de um lado, e na experiência do movimento operário, de outro, as fontes para o desenvolvimento de uma teoria materialista da história e de uma concepção dialética da totalidade social.

de entrevistas, consultamos fontes documentais diversas, tais como atas, Estatuto, relatórios de gestão, discursos registrados, folhetos e Anais dos Encontros da ABET e entrevistas.

Na primeira parte, analisamos a constituição da Associação, os desafios iniciais e a aposta da geração de fundadores (as) em uma arquitetura multidisciplinar que se alarga ao longo dos anos, constituindo no início dos anos 2020 uma rede heterogênea de campos do saber em torno do trabalho. Na segunda parte, tomamos a interdisciplinaridade mais como um desafio.

Multidisciplinaridade como estratégia de ampliação acadêmica e intervenção política

A Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET foi criada em 30 de maio de 1989, na cidade de São Paulo, no período imediatamente após a Constituição de 1988, no contexto da primeira disputa eleitoral para a presidência da República após a ditadura militar e da derradeira retomada do regime democrático. A Associação é, então, criada em um tempo de mudanças.

Os documentos disponíveis da ABET (Ata de fundação e Estatuto de Criação) bem como as entrevistas que realizamos com João Saboia[4], José Paulo Zeetano Chahad[5] e Hildete Pereira de Melo[6], em 2021, revelam que, animados pelo contexto, um pequeno grupo de economistas do trabalho – de distintas instituições, como USP, UFPE, UFRJ, PUC Rio, Unicamp, Cedeplar/UFMG – sentia que precisava de um catalisador, surgindo das conversas iniciais a proposta de criação de uma associação no país. Embora se reunissem em encontros da área de Economia, como ANPEC e SBE, os pioneiros pretendiam fortalecer a temática do trabalho e do mercado de trabalho. A nova associação acadêmica poderia não apenas dinamizar os grupos existentes, mas alçar pesquisadores

4. Entrevista realizada em 4 de novembro de 2021, concedida a Patrícia Vieira Trópia (UFU), Darcilene Gomes (FUNDAJ) e Marcela de Aquino Bezerra Silva (bolsista da ABET).

5. Entrevista realizada em 14 de dezembro de 2021, concedida a Bárbara Castro (Unicamp) e Marcela de Aquino Bezerra Silva (bolsista da ABET).

6. Entrevista realizada em 9 de abril de 2021, concedida a Marcela de Aquino Bezerra Silva, então bolsista da ABET na gestão 2020-2021, Darcilene Gomes (FUNDAJ) e Patrícia Vieira Trópia (UFU) – ambas da diretoria da Associação. Hildete Pereira de Melo, da UFF, não participou do primeiro Encontro, mas desde então se manteve ativa e engajada.

à condição de formuladores de políticas públicas, intervindo no debate público nacional – possibilidades abertas pelo cenário democrático efervescente.

Composta a comissão de criação da ABET, coube a José Paulo Zeetano Chahad, da USP, e a Roberto Alves Lima, da UFPE, iniciar o trabalho de preparação do esboço do Estatuto da entidade e coordenação da equipe organizadora do I Encontro, ocorrido no Hotel Panamericano em São Paulo. Entre as conversas iniciais e a realização do I Encontro passaram-se dois anos. À exceção de Maria Hermínia Tavares de Almeida (então vinculada ao IDESP), cientista social, e João Luiz Maurity Saboia (UFRJ), engenheiro de formação, o grupo fundador foi composto predominantemente por economistas[7]: Jorge Jatobá (UFPE), Hélio Zylberstajn (USP), André Urani (UFRJ e do IPEA), Lena Lavinas (UFRJ), Maria Cristina Cacciamali (USP), José Paulo Zeetano Chahad (USP), Claudio Dedecca (Unicamp), Roberto Macedo (USP), entre outros.[8] O grupo fundador era ativo e circulava por distintas áreas do conhecimento e eventos acadêmicos. Ele deveria tocar a ideia inicial, envolvendo estudiosos, além dos eixos Nordeste e Sudeste, em grande medida, para fortalecer a economia e os estudos do trabalho.[9]

Os anos de ditadura tinham deixado suas marcas. O princípio do rodízio de sedes, diretorias e presidências orientou a proposta inicial de organização da entidade, o que permitiu que a Associação circulasse Brasil afora ao longo dos anos, ao passo que se evitou, assim, a concentração nas mãos de uma única instituição ou pessoa (Cf. Chahad,

7. Em seu depoimento, Hildete de Melo (2021) destaca que o grupo fundador era composto predominantemente por economistas que, ao longo dos anos de 1980, haviam colocado o trabalho no centro de suas análises sobre política econômica, chamando a atenção para as contradições do mercado de trabalho brasileiro.

8. Secretariaram a Assembleia de fundação: Amauri Mascaro do Nascimento, Teresa Cristina Lins e Cavalcante e Paulo de Tarso Almeida Paiva. Chahad (2021) também cita o estímulo recebido de brasilianistas como Russell E. Smith (Washburn University).

9. Segundo depoimento de Chahad (2021), o Prof. Roberto Macedo foi responsável nos anos de 1980 pela orientação de jovens pesquisadores na USP, entre os quais Maria Cristina Cacciamali e ele próprio, dois integrantes do grupo fundador da ABET. José Paulo Zeetano Chahad doutorou-se com a tese "Família, Oferta de Trabalho e Estrutura Ocupacional", em 1981, enquanto Maria Cristina Cacciamali defendera em 1982 a tese intitulada "O Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção". No eixo do Sudeste também foram atuantes vários nomes vinculados à UFRJ, como João Saboia, Lena Lavina, André Urani. Do eixo do Nordeste, o principal expoente foi Jorge Jatobá, professor da UFPE que pôde contar com um grupo muito forte, composto entre outros por Tarcísio Araújo. Vale a pena registrar que também em 1989 foi criado o CESIT – Unicamp. Ver: https://www.cesit.net.br/cesit-30-anos-1989-2019/.

2021). Convencidos de que o enfrentamento dos temas e problemas do mundo do trabalho transcendiam o mercado de trabalho, os pioneiros compreenderam que a perspectiva multidisciplinar era uma exigência não apenas epistemológica mas política. Além de congregar associados de variadas disciplinas acadêmicas, orientadas por distintas teorias e metodologias, optou-se pela pluralidade de pensamento, metodologias e pelo diálogo com outras instituições acadêmicas e não acadêmicas, como Dieese, IBGE, Ministério do Trabalho, Ipea.[10] Em homenagem a André Urani, falecido em 2011, a diretoria da ABET, então presidida por Ivan Targino, rememorou o discurso de posse do economista (1994-1995), para quem:

> O principal intuito da ABET era garantir a diversidade regional e disciplinar necessárias a uma associação nacional e que deveria participar ativamente do debate dos temas pertinentes à época – mudanças nas relações de trabalho e na legislação trabalhista – enriquecendo a sua atuação marcada pela multidisciplinaridade nos estudos do trabalho. Apresentou propostas de mudanças na metodologia das pesquisas sobre trabalho e de sua compatibilização entre os diversos órgãos de governo (ABET, 2021).

A crise econômica do final dos anos 70 e início dos anos 80, com impacto sobre o emprego e o movimento sindical brasileiro, havia impulsionado novas interpretações. Considerada sem precedentes, a crise econômica tinha raízes na reorientação da política econômica norte-americana, que, a partir de 1979, suspendeu o crédito externo, impactando a economia brasileira. Pela primeira vez, "o Brasil conhecia uma crise explícita de seu segmento industrial" (Dedecca, 2005, p. 121). Esta crise se refletiu no mercado de trabalho – com queda aproximada de 25% na produção industrial e redução semelhante no nível de emprego industrial – e escancarou para economistas do trabalho a questão do desemprego industrial em massa, agravando o cenário social em função das históricas e estruturais características do mercado de trabalho: desemprego aberto, trabalho por conta própria, elevada informalidade. Se o desemprego foi a grande marca dos anos de recessão do início dos anos

10. A Ata de fundação registra a indicação e aprovação do nome de Sérgio Mendonça do Dieese para compor a Diretoria Provisória.

de 1980, a piora da distribuição de renda constituiu a principal característica da década seguinte. Neste sentido, a complexidade do mercado de trabalho brasileiro, agravada pelo contexto de crise, potencializaria a institucionalização do campo, além de forjar interpretações estruturais sobre o desemprego e as raízes históricas do problema social, do trabalho e da renda no país.

A organização multisciplinar da ABET como estratégia de fortalecimento do campo

Com o horizonte da multidisciplinaridade, o grupo pioneiro que funda a ABET pretendia reposicionar estrategicamente os estudos do trabalho, relativamente desprestigiados pelo mainstream da ciência econômica, contando, para tanto, ao menos, com o conhecimento teórico e metodológico acumulado por historiadores e sociológicos latino-americanos que, àquela altura, já haviam posicionado o trabalho como uma espécie de espinha dorsal da sociologia (Guimarães, 2021)[11]. A rigor, desde o final dos anos de 1950, as discussões sobre as particularidades de mercado de trabalho brasileiro – informalidade, marginalidade, pobreza – conferiam certa centralidade ao tema do trabalho – fabril, rural, no setor de serviços – e aos modos de vida da classe trabalhadora no campo da sociologia.

Ao realizar um balanço da área no Brasil, Bridi, Santana e Braga (2018) afirmam que a sociologia do trabalho "e o seu objeto" se configuram "vinculados às realidades sociais, políticas e econômicas de cada país" (2018, p. 43), em uma palavra, aos desafios de seu tempo. No contexto de sua institucionalização nos anos de 1960, a área se deparou com as peculiaridades de uma formação social em transição que, constituída, até o final do século XIX, por mão de obra escrava, economia agro exportadora dependente, industrialização tardia e restritíssima regulamentação do mercado de trabalho, aspirava à modernização do país. Em sua pesquisa sobre as origens da sociologia do trabalho no Brasil, Festi (2023) analisa o papel da rede de organizações internacionais no processo de institucionalização do campo. Neste processo, um momen-

11. Guimarães enuncia algumas razões pela quais o trabalho teria uma presença longeva na história da sociologia latino-americana. Primeiro, o desenvolvimento das sociedades foi pensado a partir de uma análise das classes. Outra razão é a força acadêmica – e não apenas política – que o marxismo assume na América Latina, desde muito cedo, inclusive no caso brasileiro.

to importante é a chegada, na segunda metade dos anos de 1950, de sociólogos do trabalho franceses na USP, no bojo de projetos de criação de uma comunidade internacional de ciências sociais, da Unesco, OEA, fundações filantrópicas e governos progressistas. Em 1949, a Unesco já havia criado associações internacionais de ciência política (International Political Science Association) e de sociologia (International Sociological Association), entidade que contou, na década de 1950, com sociólogos brasileiros em todas as diretorias eleitas (Festi, 2023, p. 63)[12]. Nossa sociologia carrega as marcas desta experiência internacional, associada a um "projeto maior de produção de conhecimento em torno das transformações sociais e econômicas geradas pelo processo de constituição de um capitalismo industrial dependente no Brasil" (Festi, 2023, p. 328). A compreensão crítica das particularidades do capitalismo latino-americano dependente e periférico – com as marcas da desigualdade, marginalidade e exploração – tornaria, assim, o trabalho uma categoria sociológica viva (Guimarães, 2021).

Influenciada não apenas pelas organizações e experiências internacionais mas pelo debate em torno do pós-industrialismo e da crise do trabalho (Bridi, Braga e Santana, 2018), a sociologia do trabalho no Brasil aprofundou o debate em torno da categoria "trabalho". A área incorporou o "além da fábrica". Às pesquisas sobre trabalho, sindicalismo e política, pela chave da dominação ou da desigualdade, se somam estudos sobre a vida urbana, pela chave da marginalidade, sobre movimentos sociais, pela chave dos conflitos, resistências ou da luta de classes, ou, ainda, sobre relações sociais de sexo (Guimarães, 2021).

No contexto de criação da ABET, no final dos anos de 1980, a sociologia do trabalho no Brasil já se encontrava relativamente institucionalizada e com ativa participação de pesquisadores em encontros nacionais. Desde 1978, por exemplo, os pesquisadores do trabalho e do movimento operário participam dos Encontros da ANPOCS, compondo um dos GTs mais tradicionais e longevos da entidade.[13] Por sua vez, a produção

12. O francês George Friedmann, que compôs a missão francesa na USP, presidiu a International Sociological Association (ISA) entre os anos 1958 e 1964, período durante o qual atuou de forma a elevar a importância da sociologia do trabalho (Festi, 2023).

13. O levantamento das temáticas do grupo na ANPOCS, realizado por Bridi e Trópia (2022), mostra a seguinte trajetória: Movimento Operário e Sindicatos (1978 e 1980 a 1984); Classe Operária e Sindicalismo (1985 a 1989, 1991 e 1992); Trabalhadores, Sindicalismo e Política (1994 a 1996); Sindicalismo e Política (1998 a 2000); Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social (2002 e 2003); Trabalho e sindicatos na sociedade contemporânea (2005 e 2006; 2008 e 2009); Trabalho e ação

acadêmica sobre a história social do trabalho – a rigor sobre a formação da classe operária e a questão da cidadania no período republicano – passava, naquele contexto, por uma revisão, teoricamente informada pela problemática da agência histórica (Fortes e Negro, 2002).

Com esse legado e "incentivo", a estratégia de atração de estudiosos do trabalho oriundos de outras disciplinas, além da Ciência Econômica, de fato se efetivou e deu bons frutos. Como veremos a seguir, se na primeira década a ABET se consolidou no circuito do Sudeste, a partir de então os Encontros passaram a circular Brasil afora. A partir de 2010, a Associação passou a eleger presidentes(as) de outras áreas acadêmicas. Criou Grupos Temáticos visando à incorporação de um conjunto mais amplo e diversificado de jovens pesquisadores. Foi um processo paulatino, mas efetivo.

Nos primeiros 21 anos de existência, a ABET foi presidida por economistas, fundamentalmente. Até 2003, as diretorias da ABET circulavam entre instituições do Sudeste e Nordeste, muito embora os eventos ainda se concentrassem na cidade de São Paulo[14]. No XII Encontro (2012), realizado em Recife, ocorre uma importante inflexão rumo à multidisciplinaridade, à medida que foi eleita, pela primeira vez, uma diretoria na região Sul, presidida pela socióloga do trabalho Silvia Maria de Araújo. Desde então, sucederam-se na presidência da Associação pesquisadores(as) que atuam nas áreas de Sociologia (4), Ciência Política (2) e Direito (1). Entre 1989 e 2025, 63,2% dos presidentes atuavam na Economia, 21,1% na Sociologia, 10,5% na Ciência Política e 5,2% no Direito. Nota-se que, durante 36 anos de existência, a Associação conseguiu circular por todas as regiões, exceto o Norte, e evitou reeleições – como imaginado pelos pioneiros.

sindical na sociedade contemporânea (2013 e 2014); Trabalho, trabalhadores e ação coletiva (2016, 2017 e 2018); Trabalho, sindicato e os desafios do desenvolvimento (2005); Trabalho e Sindicatos na Contemporaneidade (2007); Trabalho, Ação Coletiva e Identidades Sociais (2010); Trabalho e ação sindical na sociedade contemporânea (2013); Trabalho, sindicalismo e os desafios sociológicos em tempos de crise (2019); Trabalho e ação coletiva em contextos de crise (2022, 2023, 2024).

14. O I Encontro Nacional não foi realizado na cidade sede da diretoria, em Recife, onde Jorge Jatobá atuava, mas em São Paulo.

Quadro 1 – Gestões da ABET, período, por presidência, local de atuação da presidência e Tema do Encontro

Nome do(a) presidente(a)	Anos de gestão	Local de realização do ENABET	Área de atuação da Presidência da ABET	Tema do Encontro
Jorge Jatobá (UFPE) – I Encontro	1988-89	São Paulo	Economia	-
João Sabóia (USP) – II Encontro	1990-91	São Paulo	Economia	-
Hélio Zylberstajn (USP) – III Encontro	1992-93	São Paulo	Economia	-
André Urani (UFRJ) – IV Encontro	1994-95	São Paulo	Economia	-
Lena Lavinas (UFRJ) – V Encontro	1996-97	Rio de Janeiro	Economia	-
Cláudio Salvadori Dedecca (Unicamp) – VI Encontro	1998-99	Belo Horizonte	Economia	-
Maria Regina Nabuco Brandão (UFMG) – VII Encontro	2000-2001	Salvador	Economia	-
Maria Cristina Cacciamali (USP) – VIII Encontro	2002-2003	São Paulo	Economia	"Reformas trabalhista e previdenciária, crescimento econômico e distribuição de renda"
Tarcísio Patrício Araújo (UFPE) – IX Encontro	2004-05	Recife	Economia	"Desemprego e Pobreza"
Antonio Wilson Menezes (UFBA) – X Encontro	2006-07	Salvador	Economia	"Balanço e perspectivas do trabalho no Brasil"
José Dari Krein (Unicamp) – XI Encontro	2008-09	Campinas	Economia	"A crise mundial e os dilemas do trabalho"
Ivan Targino Moreira (UFPB) – XII Encontro	2010-11	João Pessoa	Economia	"Cenários da crise e a organização do trabalho: permanências, mudanças e perspectivas"

Continua.

Continuação

Quadro 1 – Gestões da ABET, período, por presidência, local de atuação da presidência e Tema do Encontro

Nome do(a) presidente(a)	Anos de gestão	Local de realização do ENABET	Área de atuação da Presidência da ABET	Tema do Encontro
Silvia Maria de Araújo (UFPR) – XIII Encontro	2012-13	Curitiba	Sociologia	"Desenvolvimento e Sociedade no Contexto da Crise Global"
Angela Araujo (Unicamp) – XIV Encontro	2014-15	Campinas	Ciência Política	"Trabalho, Dinâmicas Internacionais e os Desafios para o Brasil"
Marco Aurélio Santana (UFRJ)/ Hildete Melo (UFF) – XV Encontro	2016-17	Rio de Janeiro	Sociologia/ Economia	"Trabalho, crise e desigualdade: caminhos e descaminhos da sociedade contemporânea"
Angela Borges (UCS) – XVI Encontro	2018-19	Salvador	Sociologia	"Reforma Trabalhista no Brasil e no Mundo"
Patrícia Vieira Trópia (UFU) – XII Encontro	2020-21	Uberlândia (Remoto)	Ciência Política	"Crises e horizontes do trabalho a partir da periferia"
Renata Dutra (UnB) – XVIII Encontro	2022-23	Brasília	Direito	"Futuros do Trabalho – Reconstruindo caminhos para a proteção social no Brasil".
Thaís Lapa (UFSC) – XIX Encontro	2024-25	Florianópolis	Sociologia	"Trabalho e direitos no século XXI: cenário de destruição e vias de reconstrução"

Fonte: Site da ABET, Anais dos Encontros, Entrevistas.

A partir do VIII Encontro realizado em São Paulo conseguimos identificar registros dos temas dos eventos. Nota-se que são temas afinados às conjunturas. Na gestão de Maria Cristina Caccimalli (2002-2003), o tema escolhido, "Reformas trabalhista e previdenciária, crescimento econômico e distribuição de renda", expressa o debate que marca o início do governo de Lula da Silva (2003-2006) em torno da proposta de reforma previdenciária, da retomada do desenvolvimento econômico e da distribuição de renda. No XI Encontro, realizado em 2009 na cidade de Campinas, foi escolhido o tema "A crise mundial e os dilemas do trabalho", em função da crise financeira de 2008. O XV Encontro, cujo tema central é "Trabalho, crise e desigualdade: caminhos e descaminhos da sociedade contemporânea", ocorre em plena crise política brasileira, marcada pelo golpe de 2016 e o avanço da direita no país. Já o XVI Encontro realizado em Salvador em 2019 propôs uma discussão sobre "Reforma Trabalhista no Brasil e no Mundo", no rastro da (contra) reforma trabalhista de 2017. Em 2021, o tema proposto foi "Crises e horizontes do trabalho a partir da periferia", embalado pela conjuntura de múltiplas crises – econômica, social e sanitária – que assolava o país.

Ao mesmo tempo, a ABET tem se mostrado aberta a novas temáticas de estudos, abordagens e problemáticas: aos desafios clássicos do mercado de trabalho brasileiro foram incorporadas questões relativas às crises e reconfigurações do trabalho[15], reformas, retirada de direitos e desproteção social, impacto das mudanças no sindicalismo e noutras formas organizativas, bem como a perspectiva de retomada de proteção social e direitos universais. Nesse movimento de incorporação de novas temáticas, não apenas foram criados Grupos Temáticos, como estes se ampliaram. No período 2011-2015, a ABET dobrou o número de Grupos Temáticos, como mostra o Quadro abaixo.

15. Bridi, Braga e Santana (2018) notaram o debate teórico em torno da crise do trabalho e também do declínio histórico do sindicalismo acabou, dialeticamente, agitando a sociologia do trabalho no Brasil.

Quadro 2 – Relação de Grupos Temáticos da ABET (2011 – 2025)

2011	2013	2015	2025
GT 1. A crise global e suas implicações sobre o trabalho	GT 1. Desenvolvimento, crises e implicações sobre o mundo do trabalho	GT 1. Desenvolvimento, territórios e trabalho	GT 1. Trabalho, desindustrialização/ neoindustrialização, transição energética e sindicato
GT 2. Trabalho, desigualdades e desenvolvimento	GT 2. Trabalho, desigualdade e pobreza	GT 2. Regulação, políticas e instituições públicas do trabalho	GT 2. Regulação, políticas e instituições públicas do trabalho
GT 3. Políticas públicas de trabalho	GT 3. Políticas públicas de trabalho	GT 3. Trabalho, desigualdade e pobreza	GT 3. Trabalho, desigualdade e pobreza
GT 4. A regulação e as instituições públicas do trabalho	GT 4. Regulação e instituições públicas do trabalho	GT 4. Reconfigurações do trabalho	GT 4. Reconfigurações do trabalho
GT 5. Reconfiguração do trabalho e formas de organização dos trabalhadores	GT 5. Reconfigurações do trabalho	GT 5. Sindicalismo e ação coletiva dos trabalhadores	GT 5. Sindicalismo e ação coletiva dos trabalhadores
GT 6. Metodologia da interdisciplinaridade nos estudos do trabalho	GT 6. Formas de organização e lutas dos trabalhadores	GT 6. Relações de gênero, raciais e geracionais no trabalho	GT 6. Relações de gênero, raciais e geracionais no trabalho
GT 7. Formas de Discriminação no Trabalho e Trabalho Degradante	GT 7. Formas de discriminação no trabalho	GT 7. Trabalho análogo ao escravo: conceitos, manifestações e desafios na sociedade contemporânea	GT 7. Trabalho análogo ao escravo
GT 8. Tecnologia, Educação e Trabalho	GT 8. Formas de trabalho degradante	GT 8. Trabalho e educação	GT 8. Trabalho e educação
	GT 9. Trabalho, tecnologia e educação	GT 09 – Condições de trabalho e saúde	GT 9. Trabalho e saúde
	GT 10. Trabalho e saúde	GT 10. Cultura, identidade e subjetividade nos mundos do trabalho	GT 10. Trajetórias, disposições e desigualdades sociais em meio às reconfigurações do mundo do trabalho
	GT 11. Reterritorialização do trabalho e migrações	GT 11. Emprego, estrutura ocupacional e rendimentos.	GT 11. Emprego, estrutura ocupacional e rendimentos
	GT 12. Fontes de pesquisa e metodologias nos estudos do trabalho	GT 12. Trabalho e economia solidária	GT 12. Dinâmicas sociodemográficas e trabalho

Continua.

Continuação.

Quadro 2 – Relação de Grupos Temáticos da ABET (2011 – 2025)

2011	2013	2015	2025
		GT 13. Dinâmicas demográficas e trabalho	GT 13. Trabalho, relações étnico-raciais e migrações
		GT 14. Tecnologia, gestão e processos de trabalho	GT 14. História social do trabalho
		GT 15. História social do trabalho	GT 15. Uberização e plataformização do trabalho: novas tecnologias, controle e resistência
			GT 16. Neoliberalismo, reformas e resistências

Fonte: Site da ABET, Anais dos Encontros, Entrevistas. Elaboração própria.

A criação de Grupos Temáticos foi uma inovação importante.[16] Ampliou a oportunidade de participação de jovens pesquisadores, dos programas de pós-graduação no país, que passaram a frequentar os Encontros da ABET. Os GTs selecionam comunicações que são apresentadas durante os Encontros. São espaços que acolhem e dão visibilidade às pesquisas que retomam temas clássicos, discutidos a partir de novas realidades, e às pesquisas de ponta, que tratam novos temas e conceitos. As múltiplas crises interpelam os estudiosos do trabalho às mudanças no mercado de trabalho, emprego, desemprego, formalidade, informalidade, renda, às iniciativas de economia solidária, cooperativismo, sindicalismo e as lutas dos trabalhadores.

Como fica evidente no Quadro acima, a partir de 2011, os GTs são diversificados, tratando desde questões de gênero, raça, classe e gerações[17], formas contemporâneas de trabalho escravo e compulsório, passando pelos efeitos econômicos e sociais das novas tecnologias, da indústria 4.0 e da uberização sobre as relações e condições de trabalho. Em particular, discute-

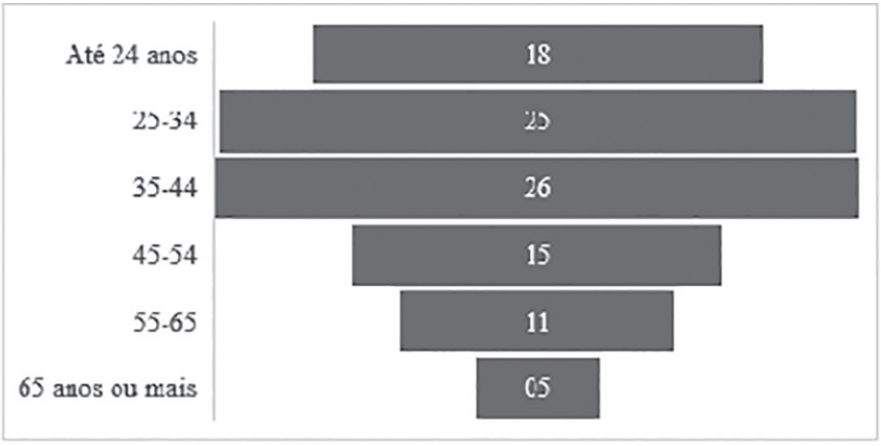
16. Esta inovação foi incluída, segundo Chahad (2021), durante o VIII ENABET, na gestão de Maria Cristina Cacciamali (2002-2003).

17. Hildete Pereira de Melo, em entrevista, afirmou que, além da efervescência em torno da ABET, é preciso apontar algumas disputas e tensões, entre as quais a "luta pela afirmação dos estudos de gênero" no campo da sociologia e da economia feministas.

-se como as formas de gestão do trabalho elevam o adoecimento laboral e a acidentalidade. O campo, enfim, acompanha os novos problemas, mas também renova as pesquisas sobre a marginalidade, o desenvolvimento, a informalidade e o desemprego. A dinâmica, as mudanças e os desafios organizativos da classe trabalhadora estimularam pesquisas teóricas e empíricas sobre sindicalismo nos setores estruturados e precários, greves e ciclos de luta, movimentos sociais e repertórios de ação. A ABET é "antenada" e consequente tanto em relação às transformações materiais e históricas do trabalho no centro e na periferia do capitalismo quanto aos debates teóricos europeus e norte-americanos.

Hoje, a ABET é plural, jovem e madura, multidisciplinar, heterogênea. Os dados do perfil dos participantes do XVII Encontro Nacional, realizado em 2021, evidenciam este perfil. Do total de participantes inscritos no XII Encontro Nacional (N=779), 58,9% declararam-se do sexo feminino, 40,6% do masculino e 0,5% outro sexo. Excluídos não respondentes, a idade média dos inscritos (as) foi de 38,85 anos. Do total, 18, 0% tinham "até 24 anos", cerca de ¼ encontrava-se na faixa etária "25 e 34 anos" e ¼ na faixa "35 e 44 anos", enquanto 30,9% tinham "45 anos ou mais".

Gráfico 1 – Inscritos (as) no XVII ENABET, por faixa etária, excluído não respondentes



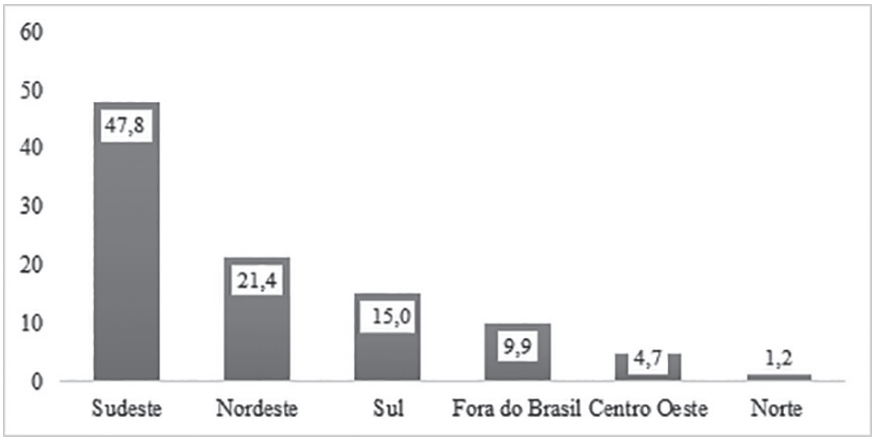
Fonte: Perfil dos Inscritos (2021). Elaboração própria.

Para o XVII Encontro inscreveram-se desde pesquisadores experientes até iniciantes na temática. Esta composição mista é valorizada pela Associação, que acolhe jovens pesquisadores por meio de editais específicos. Em 2021, além de pesquisadores de distintas faixas etárias, a Associação agregou majoritariamente participantes novatos, com 52,3% se inscrevendo no Encontro pela primeira vez, contra 47,7% que já tinham participado de eventos anteriores.

Em relação à variável cor/raça, 65,1% dos(as) participantes se autodeclararam brancos(as), 21,5% pardos(as), 8,6% pretos(as), 0,8% amarelos, 0,4% indígenas e 3,6% preferiram não se identificar. No que diz respeito à formação escolar, 1,8% tem formação no ensino médio e técnico, 26,9% Graduação, 4,7% especialização, 24,4% de Mestrado e 42,2% Doutorado.

A maioria dos(as) inscritos(as) era oriunda da região Sudeste, seguida das regiões Nordeste e Sul do país. Também foi significativa a participação de pesquisadores de fora do Brasil (9,9%), como podemos verificar pelo gráfico abaixo. São Paulo correspondeu a 25,2% dos(as) inscritos(as), seguido pelo Rio de Janeiro (12,1%) e Minas Gerais (8,7%). Dentre as 27 Unidades da Federação, apenas Acre, Roraima e Rondônia não tiveram participantes no XVII Encontro da ABET – indicador que comprova a natureza nacionalizada da entidade, por um lado, mas o desafio da expansão rumo ao Norte, por outro. Além de nunca ter sediado Encontros da ABET, o Norte participou com apenas 1,2% dos(as) inscritos(as).

Gráfico 2 – Inscritos(as) no XVII ENABET, por região geográfica



Fonte: Perfil dos Inscritos (2021). Elaboração própria.

O principal indicador de que a ABET se tornou, de fato, uma associação multidisciplinar é o perfil heterogêneo dos participantes em seus eventos. No XVII Encontro Nacional, 47,2% dos participantes inscritos eram da área de Ciências Sociais, 43,6% das Ciências Sociais Aplicadas, 3,7% das Ciências da Saúde, 0,8% das Engenharias, 0,7% da Linguística, Letras e Artes e 4,0% de Outras áreas. As areas dominantes foram Sociais e Sociais Aplicadas. E dentro dessas áreas sobressaem os cursos de Sociologia e Economia. O Gráfico abaixo mostra o predomínio de participantes dos cursos de Sociologia, seguidos da Economia, Direito, Psicologia, Educação, Serviço Social e Ciência Política.

Gráfico 3 – Inscritos(as) no XVII ENABET, por disciplina de formação



Fonte: Perfil dos Inscritos (2021). Elaboração própria.

É possível afirmar que, além da perspectiva multidisciplinar, a Associação tem conseguido se afirmar como um espaço acadêmico e científico interdisciplinar, que estimula a produção de conhecimento visando dar conta da complexidade do real?

O paradigma dominante nas ciências orienta a forma de organização escolar, universitária e das instituições nacionais e internacionais nas Ciências Sociais e Sociais Aplicadas, e estas, por sua vez, retroalimentam a perspectiva disciplinar.[18] Bridi (2010) relembra que muitas das controvérsias no

18. A Sociedade Paulista de Sociologia, datada de 1937, foi transformada em Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) em 1950, integrando-se à International Sociological Association (ISA). Já a Associação Brasileira de Ciência Política foi criada em 1986, 37 anos após a International Political Science Association.

âmbito das Ciências Sociais têm como pano de fundo a crítica à fragmentação do conhecimento disciplinar e à superespecialização. Além das críticas de Goldman à organização disciplinar (1979) ou ainda de Edgard Morin ao "paradigma da simplificação" (1991), Wallerstein critica a forma de organização das ciências convencionais (1999), por serem constituídas por várias "disciplinas", que formam "agrupamentos intelectualmente coerentes de objetos de estudo distintos uns dos outros" (1999, p. 449). A perspectiva interdisciplinar tenta justamente ultrapassar as fronteiras disciplinares tomando o mesmo objeto – no caso do nosso objeto, o trabalho – sob múltiplas e articuladas perspectivas. Não se trata apenas de uma questão de método de investigação nem de técnica. A questão da interdisciplinaridade se impõe como necessidade (historicamente imperativa) e como problema "fundamentalmente no plano material histórico-cultural e no plano epistemológico" (Frigotto, 2008, p. 42). Ultrapassar as fronteiras disciplinares não é tarefa fácil e, "em geral, isto tem sido mais anunciado do que, de fato, concretizado na prática das pesquisas" (Bridi, 2010, p. 112).

A perspectiva interdisciplinar foi integrada à pauta da ABET mas ainda faltam passos mais audaciosos. A associação promoveu debates e mesa-redondas sobre o tema da interdisciplinaridade no Encontros Nacionais e Intermediários. Criou, em 2001, a Revista da ABET, cujo propósito era estimular a publicação de estudos que caminhassem na direção da interdisciplinaridade.[19] Criou o Grupo Temático "Metodologia da Interdisciplinaridade nos Estudos do Trabalho", que compôs a Programação do XII Encontro realizado em João Pessoa, em 2011. Este grupo é reapresentado com outro nome no Encontro de 2013 mas posteriormente extinto, evidenciando a complexidade da tarefa proposta pela Associação. Em 2017, por ocasião da Reforma Trabalhista, foi criada a REMIR – Rede de Estudos e Monitoramento interdisciplinar da Reforma Trabalhista, por iniciativa de pesquisadores ativos na ABET. A rede tem se reunido nos Encontros da Associação e realizou durante os últimos anos os Debates REMIR/ABET, uma programação de debates virtuais sobre distintos temas do trabalho. Em 2020, foi criado na UFPB, coordenado por pesquisadores da ABET, o LABORES – Núcleo interdisciplinar de pesquisas e extensão sobre trabalho.

A interdisciplinaridade constitui, todavia, uma agenda em construção, um desafio que volta à cena por ocasião da publicação deste livro. O passo recente mais ambicioso em direção à produção de conhecimento interdisci-

19. Ver: https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet

plinar no campo dos estudos do trabalho é, provavelmente, a criação do Instituto de Ciência e Tecnologia, Trabalho, Inclusão e Equidade (INCT –Trabalho), sob coordenação de pesquisadores nucleados em torno da ABET e da REMIR.

Considerações finais

A reflexão que apresentamos neste capítulo partiu de algumas hipóteses iniciais. A perspectiva multidisciplinar é central na trajetória da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. Ela orienta o Estatuto da Associação e sua prática. Proposta desde a criação da entidade, a multidisciplinaridade visava: 1) atrair as áreas de produção de conhecimento sobre trabalho, então desarticuladas e por vezes pouco influentes academicamente; 2) reposicionar politicamente o campo de estudos do trabalho na academia e fora dela; 3) produzir conhecimento à quente, calcado nos desafios da conjuntura e capaz de influenciar as políticas públicas.

Se na primeira década de existência, a ABET se consolidou no circuito do Sudeste, a partir de então os Encontros passaram a circular Brasil afora, ainda que a região Norte esteja subrepresentada. A partir de 2010, a Associação passou a eleger presidentes(as) de outras áreas acadêmicas. Criou Grupos Temáticos visando à incorporação de um conjunto mais amplo e diversificado de jovens pesquisadores.

Esse dinamismo – evidenciado desde os anos iniciais – tornou a ABET uma entidade capaz de envolver e mobilizar, na última década, um conjunto plural, multidisciplinar e heterogêneo de participantes em seus eventos. Em termos de participantes em eventos, a Economia, que no passado foi predominante, foi ultrapassada pela Sociologia. Como mostramos, sobressaiu no XVII Encontro a presença de participantes oriundos de cursos de Sociologia, seguidos da Economia, Direito, Psicologia, Educação, Serviço Social e Ciência Política. Os Grupos Temáticos exemplificam os variados ângulos e perspectivas de análise das relações entre trabalho, política, capital e produção, sindicalismo, formas de exploração e discriminação, educação, saúde e ideologias.

É preciso, agora, dar um passo além e promover um movimento inverso daquele responsável pela fragmentação do mundo em campos disciplinares com lógicas próprias e autossuficientes.

Referências

ABET. Homenagem a André Urani. 2021. Disponível em: <https://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2015/01/boletimabet_12n2.pdf>. Acesso em: jan. 2024.

BRIDI, M. Ap. Caminhos metodológicos e reflexões epistemológicas para o estudo das ações dos trabalhadores numa realidade em transição: algumas notas. *Revista da ABET*, v. IX, n. 1, p. 109-125, 2010.

DEDECCA, C. S. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 25, n. 1 (97), p. 113-130, 2005.

FORTES, A. NEGRO, Antônio Luigi. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. Trajetos. *Revista de História UFC*, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 25-49, 2002.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. *Ideação*, v. 10, n. 1, p. 41-62, 2008.

GOLDMAN, L. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUIMARÃES, N. Aventura Coletiva: A Influência de Danièle Kergoat e Helena Hirata nos Estudos do Trabalho no Brasil, Mesa Redonda 16, realizada durante o XVII Encontro Nacional da ABET, 19 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x_g1bq67HGY>. Acesso: 23 maio 2025.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Santelmo, 1991.

REVISTA DA ABET. Sobre a Revista. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet>. Acesso em: maio 2025.

THIESEN, J. da S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação*. v. 13. n. 39, p. 545-598, 2008.

WALLERSTEIN, I. Análise dos sistemas mundiais. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP, p. 447-470, 1999.

A ABET e a interdisciplinaridade nos estudos do trabalho

Marcia Leite

Introdução

Este texto foi pensado a partir dos comentários que proferi na mesa "A ABET e o desafio da interdisciplinaridade nos estudos sobre trabalho", no Encontro Intermediário da ABET-UFPB, "O Futuro do Trabalho em Debate: Por um olhar periférico", realizado entre 06/11/2024 e 08/11/2024, em João Pessoa, na Universidade Federal da Paraíba.

Como comentadora, não fiz propriamente uma apresentação, mas apenas observações sobre as falas dos colegas que me antecederam. Dessa forma, o texto que apresento aqui tem mais a ver com as reflexões que pude desenvolver a partir dessas falas do que com as questões que apresentei no seminário, ainda que, evidentemente, muitas ideias aqui desenvolvidas tenham sido mobilizadas pelo debate ali travado.

Ele reflete também estudos que venho desenvolvendo sobre a importância da interdisciplinaridade desde o início dos anos 2000 (Leite, 2000), a partir dos quais fui me familiarizando com a necessidade do debate entre as várias áreas do conhecimento. De fato, esses estudos foram me colocando em contato com um debate epistemológico aprofundado nas várias áreas da ciência, que indicavam uma relevância crescentemente significativa do debate entre elas, ao mesmo tempo em que se revelava cada vez mais restritiva a divisão do conhecimento em disciplinas estanques que não conseguiam dar conta dos vários fenômenos que interferem em seus objetos de análise. É este aprofundamento que busco desenvolver aqui, partindo do princípio de que a interdisciplinaridade (ou multidisciplinaridade, que utilizo como conceitos sinônimos, na medida em que ambos se referem a abordagens que combinam conhecimentos de distintas disciplinas para compreender

uma determinada realidade) é hoje uma necessidade fundamental para o desenvolvimento da ciência.

O texto se desenvolve a partir de uma parte inicial, voltada a uma discussão mais teórica da questão da interdisciplinaridade no momento atual de desenvolvimento da ciência; de uma segunda parte destinada a discutir a interdisciplinaridade na Sociologia do Trabalho brasileira (ou nos estudos do trabalho brasileiros); e de uma terceira parte, em que reflito sobre a importância da interdisciplinaridade em alguns temas relacionados ao trabalho, como os estudos sobre gênero e trabalho e sobre a teoria da reprodução social.

A interdisciplinaridade no desenvolvimento atual da ciência

A interdisciplinaridade, ou também chamada multidisciplinaridade, vem à tona na atualidade, depois de um longo período em que as diferentes áreas do conhecimento fizeram um grande esforço para se apartar das demais, marcando suas especificidades, seja em relação ao objeto de estudo, seja em relação aos métodos científicos utilizados na pesquisa empírica.

Com efeito, em seus inícios, as distintas disciplinas científicas se consolidavam em oposição às demais, sublinhando seus objetivos e seus métodos específicos, assim como suas diferenças de foco em relação às demais áreas do conhecimento que já tinham seu lugar reconhecido no reino das ciências. Essa trajetória inicial de separação, em que as diferentes disciplinas se preocupavam em sublinhar suas fronteiras em relação às demais, assim como a especificidade de seus objetivos e métodos de investigação, foi fundamental no processo de institucionalização das várias áreas do saber, em que a fragmentação das várias áreas seguia a separação entre a filosofia e a ciência e a formatação e consolidação das distintas áreas do saber.

Evidentemente, esse movimento, em que cada disciplina demarcava fortemente sua área e, assim como evitava que outras áreas invadissem a sua, pouco se imiscuía nas demais, acompanhou um processo que se iniciou nos finais do século XVIII, quando as artes, a ciência e a filosofia se separavam enquanto diferentes formas de expressão da criatividade humana e as várias áreas do conhecimento se foram fragmentando cada vez mais.

Evidentemente, essa fragmentação trouxe consigo muitas desvantagens, entre as quais as visões unidimensionais de fenômenos multicausais, como a maior parte dos fenômenos sociais e da natureza. Conforme demonstra

Morin, "o desenvolvimento disciplinar das ciências não só aporta as vantagens da divisão do trabalho, mas também os inconvenientes da superespecialização: compartimentação e fragmentação do saber" (Morin, 1982, p. 33). Essa compartimentação e fragmentação do saber não se adequa, segundo o autor, a uma realidade que, hoje sabemos, é complexa, não linear e difusa. Dessa forma, sustenta Morin, a fragmentação, tão importante para a consolidação das várias áreas do saber em seus inícios, poderia acabar levando atualmente a um neo-obscurantismo "em que o próprio especialista, ignorante de tudo aquilo que não concerne à sua disciplina, renuncia à possibilidade de refletir sobre o mundo, a vida, a sociedade, num paradoxo em que o desenvolvimento do conhecimento é, ao mesmo tempo, o da inconsciência" (Morin, 1982, p. 33 e 34).

É importante destacar, contudo, que, para Morin, a especialização não sobreveio apenas em função da institucionalização das várias áreas do saber, mas sobretudo devido ao paradigma do conhecimento que comandou seu desenvolvimento até meados do século passado, o qual se baseou no princípio da simplicidade. Partindo do postulado de que a "complexidade dos fenômenos poderia explicar-se a partir de alguns princípios simples" (Morin, 1982, p. 44), a ciência adotou os princípios da redução e da disjunção. Enquanto a disjunção promove o isolamento dos objetos uns dos outros, em relação a seu entorno e ao observador, isolando nesse processo as disciplinas umas das outras, a redução unifica o diverso com o elementar e o quantificável. Assim sendo, a redução privilegia os elementos em vez da totalidade e as medidas em vez das qualidades.

Partindo do exemplo da física, Morin vai considerar que este paradigma, que permitiu um fantástico desenvolvimento da ciência nos séculos passados, foi chegando a um ponto em que as próprias descobertas científicas começaram a apontar seus limites, em meados do século passado. E isso ocorreu porque, "ao buscar o elemento simples e a lei simples do universo, as ciências físicas descobriram a inaudita complexidade do tecido microfísico e começaram a entrever a fabulosa complexidade do cosmos" (Morin, 1982, p. 45).

Isso significou uma mudança de paradigma, em que o princípio da simplicidade foi dando lugar ao da complexidade e, com ele, a fragmentação foi dando lugar à busca de totalidades. Nesse processo, estudiosos de diferentes áreas do conhecimento começaram a trabalhar a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Como esclarece Silva (2021, p. 17):

> Com a crise do paradigma moderno da ciência, formas isoladas de trabalho passam a ser suplantadas por práticas de afiliações, coalizações e alianças, e antigos valores ligados ao controle, ao domínio e à expertise passam a ser reformulados dando lugar ao diálogo, interação e negociação (Klein, 2004, p. 3). A interdisciplinaridade é uma estratégia de compreensão, roteamento e transformação do conhecimento a partir de diferentes perspectivas, ligando-se às novas exigências de investigação que decorrem do reconhecimento da complexidade do mundo e das formas de nele se intervir.

De fato, como vem sendo sublinhado, o princípio da simplicidade é cego à natureza ao mesmo tempo física, biológica, cultural, social e histórica do humano, a qual torna urgente o diálogo não só entre as ciências naturais e humanas, mas também entre as várias especialidades de cada uma delas.

Dessa forma, a evolução da ciência vem sendo responsável por uma verdadeira revolução científica, que significa a substituição do paradigma da simplicidade pelo da complexidade; revolução essa que busca levar em consideração todas as possíveis interrelações dos fenômenos, sejam eles físicos, químicos, biológicos, tecnológicos, culturais, sociais ou políticos.

E essa ampliação do olhar científico vem em um momento em que compreender a complexidade da vida e dos acontecimentos humanos torna-se uma condição fundamental para enfrentarmos a crise multidimensional em que a humanidade se encontra mergulhada. Uma crise que é ao mesmo tempo econômica, política, social, ambiental, da produção e da reprodução social. Os vários desafios que enfrentamos na atualidade são uma evidência da urgência de que os enfrentemos de uma maneira interdisciplinar, tendo em vista a complexa interrelação entre todos eles.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade se torna essencial quando pensamos em como compreender e enfrentar os múltiplos problemas que nos afligem, eles mesmos interligados por uma realidade complexa e multidimensional. Como alerta Brandão, (2021, p. 17):

> A abordagem interdisciplinar – que saiba olhar os mais diversos repositórios do conhecimento, incluindo o disciplinar, o conhecimento prático e os próprios saberes ancestrais e comunitários – é assim por natureza a mais orientada para a resolução dos problemas sina-

> lizados pelos agentes sociais, culturais, econômicos e políticos, dos quais se destacam os grandes desafios da globalização, da digitalização e automação, da sustentabilidade e ecologia, da gestão do espaço público e da urbanização, dentre inúmeros outros que marcam o nosso tempo e pautam uma agenda transformadora. A abordagem interdisciplinar é fundamental para a resolução de problemas regionais e desafios globais tais como os formulados pelos ODSs – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (2015). O apelo à interdisciplinaridade ressurge e tornou-se hoje mais urgente.

É assim que a interdisciplinaridade foi ganhando cada vez mais importância nos estudos científicos atuais e as fronteiras disciplinares, antigamente tão rígidas, foram dando lugar à busca de diferentes olhares e das causas diversificadas na explicação dos fenômenos, sejam eles naturais ou sociais.

Ademais da importância da interdisciplinaridade, o processo de mudança paradigmática trouxe muitos questionamentos importantes à forma como a ciência vinha se desenvolvendo, como, por exemplo, a dificuldade dos cientistas em detectar a inserção social da ciência. Essa questão é bastante problematizada por Morin, para quem "as teorias científicas, como os icebergs, têm uma enorme parte submersa que não é científica, mas que é indispensável para o desenvolvimento da ciência. É aí onde se situa a zona cega da ciência que crê que a teoria reflete o real" (Morin, 1982, p. 38). Mas, alerta Morin, a ciência não tem como princípio refletir o real, mas sim traduzi-lo em teorias intercambiáveis, as quais vão mudando como consequência da própria intercambialidade e das novas descobertas. Nesse sentido, "a condição fundamental para a própria vida da ciência é a pluralidade conflitiva no seio de um jogo que obedece às regras empírico-lógicas" (Morin, 1982, p. 42).

Isso significa que a ciência carrega um universo de teorias, de ideias, de paradigmas que remetem, de um lado, às condições bio-antropológicas do conhecimento e, de outro, ao enraizamento social, cultural e histórico. Ou seja, as teorias científicas surgem no seio de uma cultura; embora não sejam ideologias, porque devem obedecer às regras do jogo do fazer ciência, elas são influenciadas pela parte submersa, a qual é indispensável para o desenvolvimento da ciência. E, assim sendo, cabe aos cientistas trazerem à tona a parte desconhecida, ou seja, a visão de mundo sobre a qual a ciência se apoia, num processo de autoinvestigação, que lhe permita colocar em

questão suas próprias estruturas de pensamento (Morin, 1982, p. 43). Nesse sentido, o processo de autoinvestigação é fundamental para trazer à tona as influências da visão de mundo que alimentam a ciência, da parte submersa, da qual os cientistas devem tomar conhecimento para poder ter consciência de ideias dadas como certas e que, na verdade, fazem parte de uma cosmovisão sobre a qual a ciência se erigiu. É a partir desse processo que a ciência avança, embora não em direção a verdades absolutas, mas sim na formulação de novas teorias e sistemas de ideias, elas mesmas refutáveis no embate contínuo de ideias, teorias e princípios científicos (Morin, 1982, p. 38).

O próximo tópico, direcionado à questão da interdisciplinaridade nos estudos brasileiros sobre o trabalho, visa a discutir como este tema já nasce como uma área interdisciplinar, num movimento que vai se aprofundando com o passar do tempo. Este olhar será complementado com o tópico seguinte, no qual se discute como a interdisciplinaridade, assim como o questionamento de parâmetros até então estabelecidos foi importante para os estudos de gênero e trabalho e para o desenvolvimento da teoria da reprodução social.

A multidisciplinaridade nos estudos brasileiros do trabalho e na ABET

O trabalho enquanto um objeto de estudo é em si mesmo um tema transversal a várias áreas do conhecimento, as quais o mobilizam a partir de diferentes perspectivas. Nesse sentido, tem sido um objeto da sociologia, da economia, da história, antropologia, ciência política, direito, psicologia, medicina, administração, engenharia, entre outras áreas e especialidades.

E embora a ABET, fundada em 1989, tenha se iniciado como uma associação que integrou em seus inícios especialmente economistas, a interdisciplinaridade tem sido uma preocupação da Associação especialmente desde os inícios dos anos 2000, quando teve como uma de suas preocupações explícitas a de incorporar outras disciplinas voltadas ao estudo do trabalho. É nesse sentido que se pode entender que estamos falando de uma associação que, apesar de não ter nascido com a preocupação da interdisciplinaridade, logo a assumiu como uma de suas principais inquietações, tendo sua diretoria feito um movimento deliberado para atrair sociólogos, educadores, politólogos e historiadores, entre estudiosos de outras áreas voltadas ao estudo do trabalho.

Essa sábia deliberação da diretoria da Associação foi fundamental para que ela refletisse os estudos do trabalho em sua amplitude, integrando os vários temas de discussão através dos quais o trabalho é analisado. Este movimento interdisciplinar acompanha de certo modo a produção científica sobre o tema e a interlocução entre as várias áreas do conhecimento, as quais já se faziam presentes em outras associações e grupos de discussão, como por exemplo o GT 30, Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais que, organizado em 1983 na ANPOCS, mobilizou o debate brasileiro sobre as transformações que ocorriam no trabalho naquele momento, assim como sobre as interpretações teóricas a respeito da história do trabalho no país, desempenhando significativa importância especialmente na discussão sobre as transformações que se processavam no trabalho no Brasil durante os anos 1980 e 1990.

Tais discussões, para as quais a multidisciplinaridade adquiria um papel fundamental, se apoiavam exatamente na ampliação do foco da discussão, recorrendo intensamente aos novos achados teóricos e metodológicos da história, da filosofia, da antropologia e da sociologia, para os quais a influência da Escola Britânica do Marxismo, representada especialmente por Eric Hobsbawm (1964) e Edward Thompson (1963), teve uma enorme importância.

O GT30 da Anpocs, que nasceu mais ou menos no mesmo momento que o grupo inglês Labour Process Group[1], alimentando-se de sua influência, foi fundamental para a consolidação da multidisciplinaridade nos estudos do trabalho. Promovendo uma ruptura com os estudos sobre o trabalho que, em especial na área da Sociologia, até então seguiam uma abordagem apoiada na análise do desenvolvimento econômico e nas instituições como o Estado e os sindicatos, a nova tendência teórico-metodológica privilegiou o estudo do processo de trabalho no interior das empresas e a vivência dos trabalhadores a partir desses processos, adotando uma postura menos determinista. Nesse processo, o diálogo com a política, a história, a economia,

1. O Brighton Labour Process Group foi criado em 1975 por um grupo de estudiosos marxistas ingleses que, inspirados no clássico livro de Harry Braverman (1974), se propuseram a analisar o trabalho e o capitalismo a partir dos processos de trabalho desenvolvidos no interior das empresas. Seu primeiro evento foi a organização da Conferência Anual dos Economistas Socialistas no mesmo ano de sua fundação. O grupo se propunha a desenvolver um estudo crítico da literatura então existente sobre trabalho e produção no capitalismo. Sua primeira obra consistiu em reunir um grande número de textos sobre o processo de produção de capital e o processo de trabalho capitalista, os quais buscavam situar o processo de trabalho numa compreensão mais ampla do capitalismo, que incluía a reprodução e a acumulação do capital, as relações de classe, a política, o estado e a economia mundial.

a administração, a engenharia de produção e os estudos sobre a inovação tecnológica se fizeram fundamentais para entender o que acontecia no interior dos processos produtivos, como os trabalhadores os viviam e que tipo de movimentos essas vivências alimentavam.

Essa nova postura teórico-metodológica, para a qual a multidisciplinaridade foi fundamental, significou não tanto uma mudança no objeto de análise, tendo em vista que o estudo das greves e manifestações dos trabalhadores e trabalhadoras, assim como as instituições que eles e elas criavam a partir de seu movimento, continuavam a ser um dos focos privilegiados da sociologia e dos demais estudos sobre o trabalho. A maneira de enfocá-los, contudo, foi se tornando bastante diferente ao privilegiar a experiência dos trabalhadores em seus ambientes de trabalho e distanciar-se da análise determinista que partia do princípio de que a classe trabalhadora deveria seguir um caminho determinado aprioristicamente.

As contribuições desse novo olhar, baseado num frutífero diálogo entre as diferentes disciplinas, foi fundamental para a consolidação dos estudos do trabalho nos anos 1980, 1990 e inícios dos anos 2000, abordando várias questões da área do trabalho, introduzindo novos olhares e novas temáticas (Paoli, Sader e Telles, 1984; Sader e Paoli, 1986; Neves, 1995; Ramalho, 2013; Rodrigues e Ramalho, 2007).

Essas contribuições contaram também com o diálogo com os estudos de gênero e trabalho, para os quais a ideia da divisão sexual do trabalho foi essencial. De fato, foi ao trazer à tona a responsabilidade das mulheres com os trabalhos de cuidado da família que se pôde ir elucidando as desigualdades de gênero no trabalho, marcadas sobretudo por um processo de segregação das mulheres em atividades assemelhadas ao trabalho doméstico, consideradas como desqualificadas e mal pagas. Isso tudo, ademais de sua concentração em trabalhos mais flexíveis, em geral também menos remunerados, de forma a compatibilizar suas responsabilidades domésticas com as profissionais. As contribuições baseadas em estudos voltados ao trabalho remunerado das mulheres em setores como o têxtil e do vestuário (Véras de Oliveira e Santana, 2013; Leite, 2004; Abreu, 1986; Saffioti, 1981), da indústria microeletrônica e de Tecnologia da Informação (Lapa, 2015; Castro, 2013; Lima e Valle, 2013; Bridi e Lima, 2017; Leite e Guimarães, 2015; Rosenfield e Alves, 2011), de call center, (Braga, 2014; Leite e Bordignon, 2019; Venco, 2009; Antunes e Braga, 2009; Véras de Oliveira, 2022), além do trabalho doméstico remunerado, foi fundamental para elucidar as difí-

ceis condições de trabalho por elas enfrentadas em seu trabalho remunerado. Esses últimos estudos foram fundamentais para desvendar as relações do trabalho doméstico remunerado com a herança patriarcal e escravagista, ainda viva no país, a preponderância das mulheres negras nesse tipo de trabalho, a baixa formalização, os baixos salários, as humilhações a que estão expostas e o assédio moral e sexual a que estão sujeitas (Ávila, 2005 e 2009; Hirata e Guimarães, 2012; Vieira, 1987; Ávila e Ferreira, 2020; Guimarães e Hirata, 2020). Situação que continua até os dias atuais, tendo em vista que apesar de a legislação de 2015 ter buscado estender às empregadas domésticas os direitos trabalhistas, até então negados, o fato de exigir que elas trabalhem pelo menos três vezes na semana na mesma residência para poder acessá-los acabou por aumentar a contratação de diaristas, que não têm tais direitos contemplados.

Vale lembrar que os próprios estudos sobre gênero e trabalho já partiram de uma mirada interdisciplinar para a qual contaram com saberes já acumulados na área da economia (sobretudo os que discutiam a segmentação de gênero no mercado de trabalho), na área da antropologia, voltados à análise das relações no interior das famílias, sem falar na sociologia de gênero que trazia um sem-número de contribuições sobre as desigualdades de gênero em nossas sociedades (Hirata; Kergoat, 2008; Souza-Lobo, 1991; Bruschini, 1992, 2007).

Destaca-se também que os diálogos realizados com os estudos de raça iluminaram a reprodução dos processos de discriminação racial no país, o imbricamento das desigualdades de gênero, raça e classe e as difíceis condições de trabalho e de inserção no trabalho remunerado dos negros e, sobretudo, das negras no país (Hasenbalg, 1991; Araújo e Lombardi, 2013; Castro e Guimarães, 1993; Hirata, 2014; Segnini, 2015).

Haveria que adicionar ainda os estudos que foram acompanhando o próprio desenvolvimento tecnológico e suas implicações para o trabalho, os quais vêm elucidando as novas configurações que o trabalho vem assumindo em função das novas tecnologias digitalizadas. Esses estudos, especialmente nos últimos anos, adquiriram enorme expressão com a difusão dos trabalhos mediados por plataforma, os quais, no afã de melhor elucidar esse tipo de trabalho e suas implicações para o futuro do trabalho, têm se dedicado a diferentes olhares, como trabalho por plataforma e gênero (Campos; Machado, 2023), trabalho por plataforma e tecnologia digital (Leite; Salas; Morales, 2024), trabalho por plataforma e direito do trabalho (Biavaschi

et al., no prelo), comparações internacionais de trabalho por plataforma (Lima; Leite; DelBono, 2023), trabalho por plataforma, informalização e modos de vida periféricos (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021).

Os estudos sobre gênero e trabalho, a teoria da reprodução social e a multidisciplinaridade

Há, na atualidade, várias áreas do conhecimento que já surgiram multidisciplinares. Os estudos ecológicos consistem certamente num dos mais importantes com relação a isso, já que é impossível pensar nos mesmos sem a contribuição da física, da química, da geografia, da biologia, da história, da filosofia da ciência e da tecnologia, e da sociologia política, ademais de várias outras especialidades.

Hirata sublinha a mesma tendência para os estudos sobre gênero e trabalho, ao afirmar que "foram as sociólogas do gênero, situadas na periferia da disciplina, em suas 'margens' (expressão de Crenshaw), as que puderam avançar na elaboração de enfoques definitivamente inter e pluridisciplinares" (Hirata, 2016, p. 61).

Mas os estudos sobre gênero e trabalho chamam a atenção também para os princípios sobre os quais a ciência se desenvolveu – e continua a se desenvolver –, como por exemplo, os princípios da economia neoclássica de que o crescimento é a finalidade última da atividade econômica e de que este deve ser medido pelo aumento anual do PIB e pela Situação das Contas Nacionais. São princípios que se inserem em um paradigma que acredita que a produção ilimitada e a acumulação ampliada do capital deve ser o objetivo máximo do processo civilizatório. Evidenciando a relação desses objetivos com o capitalismo, esses estudos vêm questionando a primazia conferida ao lucro nos estudos econômicos e propondo um outro olhar para a economia, que coloque a vida e o cuidado como prioridades (Folbre, 1995). Essas críticas aos estudos econômicos tradicionais vêm dando lugar a novos focos para a análise econômica e os estudos de gênero, os quais vêm propondo novas formas de discutir a economia e criando novas áreas da mesma, como a Economia dos Cuidados (Balakrishnan, 2024) e a Economia Feminista (Carrasco; Díaz, 2018). Como sustenta Teixeira (2024, p. 30), "uma das contribuições mais importantes da economia feminista é a sua incorporação ao circuito macroeconômico. Ao integrar a economia de cuidados aos modelos econômicos, destaca-se a sua contribuição para a sustentabilidade da vida humana".

Nesse processo, os estudos de gênero questionam também a divisão dicotômica entre natureza e cultura, a qual leva muitas vezes a ciência a conclusões enganosas, já que não dá conta de que, como espécie, somos também natureza, da qual dependemos como todas as demais espécies vivas do planeta.

É pensando nessas questões que se analisarão neste tópico os estudos sobre gênero e trabalho, mais especificamente, sobre a teoria da reprodução social e a importância do olhar interdisciplinar e da adoção de novos paradigmas no seu desenvolvimento. Para iniciarmos a discussão seria importante lembrarmos que os primeiros estudos sobre a teoria da reprodução social na análise de gênero se iniciaram nos anos 1960/1970, com Mariarosa Dalla Costa, Silvia Federici, entre várias outras, que, como sublinha Hirata (2024, p. 160), puseram a questão da reprodução social na agenda.

Referindo-se aos estudos desenvolvidos na França durante os anos 1970, Hirata (2024, p. 158) chama a atenção para a oposição que eles estabeleciam entre o trabalho reprodutivo (entendido como o desempenhado primordialmente pelas mulheres, de forma não remunerada, na criação dos filhos e nos cuidados com a família de forma geral) e o produtivo (desempenhado de forma remunerada na produção de commodities). Ainda que esse olhar dicotômico seja um limite importante desses estudos iniciais da teoria da reprodução social, ela deu um passo importante ao chamar a atenção para o fato de que as atividades desenvolvidas pelas mulheres no âmbito doméstico, ainda que não remuneradas, também deviam ser entendidas como trabalho.

A dicotomia desses primeiros estudos da teoria da reprodução social é rompida por Kergoat (1978) ao desenvolver o conceito de divisão sexual do trabalho, a partir do qual se estabelece que a análise da inserção das mulheres no trabalho remunerado passa obrigatoriamente pela consideração de suas responsabilidades no âmbito doméstico, as quais significam, via de regra, uma inserção mais precária do que aquela vivenciada pelos homens, que dedicam uma carga horária significativamente menor ao trabalho doméstico.

As contribuições ao debate não vieram, contudo, apenas da França, mas também dos Estados Unidos e de outros países europeus, onde a teoria da reprodução social foi retomada a partir de uma perspectiva crítica. Com efeito, insistindo no conceito marxista de reprodução social, várias estudio-

sas o retomaram de forma a buscar elucidar como o trabalho reprodutivo e o produtivo contribuíam, cada qual a sua maneira, para a reprodução do capitalismo; a buscar elucidar que o trabalho doméstico é também parte da organização da produção capitalista. Com isto, elas não só iluminaram a unidade, ou complementaridade e entrelaçamento dessas duas formas de trabalho, mas, mais do que isso, lograram trazer à luz um conceito de capitalismo mais amplo, que necessita tanto do trabalho produtivo, como do reprodutivo para garantir o processo de valorização e a acumulação ampliada do capital.

Nesse sentido, a Teoria da Reprodução Social mais recente promoveu um giro teórico-metodológico de enorme importância, que nos permite entender o capitalismo a partir não só do processo de exploração da mais-valia (da exploração de classe), mas também do processo de dominação/subordinação de gênero, constitutivo do capitalismo, condição de sua existência e sem o qual não se pode entender a complexidade inerente a essa forma de organização econômica, social e política que é o capitalismo (Fraser, 2020; Fraser; Jaeggi, 2018).

Os estudos de Fraser, Bhattacharya (2017) e Arruzza (2018) são, portanto, fundamentais, como elas mesmas vão afirmar, para inserir um foco que Marx não colocou em seus estudos, o qual consiste em analisar o papel do trabalho reprodutivo (ademais do produtivo) no processo de valorização para poder compreender o capitalismo em sua complexidade. Mas a importância deste giro epistemológico é essencial. Na verdade, ele é tão profundo como o realizado por Marx ao analisar a acumulação capitalista e revelar que ela não se baseia na aparente relação de troca no mercado (relação entre coisas no mercado) senão em sua essência, que consiste numa determinada relação social; numa relação de exploração que, através da privatização da propriedade, engendra o surgimento do trabalho assalariado e a extração da mais-valia, o que, por sua vez, garante a acumulação ampliada do capital (Leite; Morales, 2024, p. 110).

De fato, ao trazer para a análise relações de trabalho que atuam constantemente, como sublinha Fraser, como um pano de fundo para a acumulação de capital, a teoria da reprodução social nos permite hoje desnudar a complexidade tanto das relações de gênero no capitalismo e o caráter da subordinação das mulheres nessa forma de organização, como do próprio capitalismo.

Haveria ainda que considerar a colaboração dos estudos de raça para essa discussão, ao trazer à tona também o papel que a expropriação de raça cumpriu e continua cumprindo para o processo de acumulação. Com efei-

to, ao iluminar que o processo de acumulação do capital se serve também da expropriação de raça, constitutiva do capitalismo e sua condição de existência tanto quanto a dominação de gênero, os estudos de raça permitiram desnudar as bases institucionais constitutivas da dominação racial, evidenciando que tais bases são as relações de expropriação que o capitalismo estabelece com as populações racializadas não por meio da exploração da mais-valia, mas mediante o confisco do trabalho, da terra, de animais, vegetais e inclusive dos seres humanos, suas capacidades sexuais e reprodutivas e seus filhos (Fraser; Jaeggi, 2018).

É assim que os estudos sobre as relações de gênero e raça no capitalismo permitiram evidenciar o papel de tais relações para a acumulação do capital e iluminar que o capitalismo engendra não apenas relações de exploração de classe, como também de expropriação de raça e de dominação de gênero. Na verdade, foi por meio dessa mirada ampla do capitalismo, conjugando insights da economia, da história, da sociologia, da filosofia, da antropologia, dos estudos de gênero e dos estudos de raça, que a teoria da reprodução social conseguiu dar esse giro epistemológico que lhe permitiu compreender que o capitalismo é uma organização ao mesmo tempo econômica, social e política e que possui contradições e envolve lutas que são ao mesmo tempo de caráter econômico, social e político.

Evidentemente, este giro teórico-metodológico de tão grande importância não poderia ter sido efetuado sem o avanço dos estudos de gênero e raça, sem falar dos próprios estudos iniciais da teoria da reprodução social, cuja crítica foi fundamental para o avanço do debate. Da mesma forma, ele não poderia ter sido feito sem o auxílio de análises históricas que foram elucidando como as lutas de gênero, raça e classe se somavam e entrecruzavam (Davis, 1983). De igual importância foram os estudos críticos que foram se desenvolvendo sobre o *mainstream* dos estudos econômicos – ao desvendar a lógica subordinada à cosmovisão baseada na produção capitalista, que essa área do conhecimento sempre adotou na análise de nossas sociedades (Balakrishnam, 2024; Herrero, 2018) - que a teoria da reprodução social logrou se desenvolver e desnudar o caráter mais complexo do capitalismo.

Foi, portanto, a partir de um longo processo de acúmulo teórico, para os quais a interdisciplinaridade foi fundamental, que a teoria da reprodução social foi mudando o foco de análise das várias áreas do conhecimento que contribuíram para o seu desenvolvimento, desviando-o da ideia que valoriza o crescimento econômico para colocá-lo sobre a vida e os cuidados ne-

cessários para sua manutenção, num processo que trouxe os estudos sobre os cuidados para o centro das atenções. Esse processo foi responsável por uma enorme e crescente produção de estudos sobre o trabalho de cuidado tanto em nível internacional como nacional. Nessa démarche teórica, o próprio campo de estudos sobre os cuidados nasce também a partir de uma perspectiva interdisciplinar, como sublinham Engel e Fietz, (2021, p.118): "O campo dos estudos de cuidado é essencialmente interdisciplinar e aborda problemas distintos entre si – desde emoções particulares à reprodução de desigualdades, passando por organização social do trabalho ao desenvolvimento de saberes e habilidades específicas".

As mesmas questões são abordadas também por Hirata ao ressaltar que os estudos sobre o trabalho de cuidado questionaram os paradigmas dominantes: "o paradigma de uma hierarquia em que a razão e a cognição seriam instâncias superiores às emoções e aos afetos; e o paradigma da disciplinaridade, que erige a sociologia enquanto disciplina como instância privilegiada de análise, rebaixando a interdisciplinaridade como discutível e de menor valor" (Hirata, 2016, p. 60).

As dificuldades encontradas para afirmar os novos olhares são bem evidenciadas por Melo (2024, p. 88): "Era preciso revirar estas teorias e introduzir novos olhares na abordagem dos fenômenos econômicos, o que ainda estava em gestação e que só nos tempos atuais as diferentes teorias econômicas as reescrevem, através das abordagens da reprodução social".

Nesse processo de debate com várias áreas e de acúmulo de conhecimentos, a teoria da reprodução social gerou elementos não só para criticar a economia, propondo uma outra economia – uma economia feminista –, como trouxe à tona as dificuldades que o neoliberalismo vem criando para garantir a reprodução social, ao promover o constante corte dos serviços públicos voltados à reprodução social, o qual, juntamente com outros fatores (como a inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho desde os anos 70 do século passado; o envelhecimento da população e o aumento dos trabalhos de cuidado no interior das famílias que ele significa; assim como a necessidade de que mais membros da família entrem no trabalho remunerado, devido à precarização generalizada do trabalho), estaria levando a uma crise da reprodução social. Ou seja, que a organização social dos cuidados em nossas sociedades é não só injusta, como insustentável.

Haveria que agregar ainda que, nesse processo, a teoria da reprodução social foi se aproximando também dos estudos ecológicos, para os quais a manutenção da vida é também central. Nesse processo de desenvolvimento, a teoria da reprodução social vem chamando a atenção para a necessidade de se colocar os cuidados, a manutenção da vida, o bem viver no centro das preocupações da ciência, questionando estruturas de pensamento, medições e instrumentos utilizados pela economia, como a ideia de que o crescimento é algo a ser sempre alcançado, independentemente das chamadas externalidades, o crescimento do PIB como uma medida do desenvolvimento, apesar de suas consequências ecológicas e para a manutenção da vida etc.

Na verdade, o giro epistemológico realizado pela teoria da reprodução social vai lhe permitir desenvolver a análise sobre como a relação predatória com a natureza é também constitutiva do capitalismo, sobre como uma ciência que se erigiu a partir de uma cosmovisão que separa a espécie humana da natureza e das outras formas de vida fortaleceu a ideia de que a natureza está aqui para nos servir de forma ilimitada, acabando por naturalizar o extrativismo desenfreado que marca o processo de desenvolvimento do capitalismo desde seus primórdios e que nos está levando à profunda crise ecológica que nos assola atualmente.

Os estudos de Ilkkaracan (2024) são ilustrativos a esse respeito, ao trazer à tona como a análise dos trabalhos de cuidado não deve se restringir apenas aos cuidados individuais, de pessoa a pessoa, realizados no âmbito doméstico, mas deve incluir também "os cuidados que buscam o bem-estar da comunidade, da natureza e da ecologia, ademais de todas as espécies vivas do planeta" (Ilkkaracan, 2024, p. 141).

Foi a partir dessa visão interdisciplinar, que buscou questionar os princípios tradicionais de várias áreas do conhecimento, especialmente da economia, num processo de autoinvestigação, que a teoria da reprodução social logrou desenvolver uma visão ampliada do capitalismo que vai muito além da ideia de um modo de produção. Ou seja, uma visão que compreende que o capitalismo supõe mais do que uma relação de classe, baseada na propriedade dos meios de produção e no trabalho assalariado. Ainda que essa relação seja um elemento central na explicação do capitalismo, ele pressupõe também relações de gênero, de raça e com a natureza que lhe são constitutivas e, como sublinha Fraser (2020), sua condição de existência.

Reflexões Finais

A evolução científica das últimas décadas revelou que a rígida separação entre as áreas do conhecimento, a fragmentação das disciplinas e o paradigma da simplicidade que guiou o saber científico desde que a ciência se separou da religião e da filosofia foi um caminho que, ainda que tenha permitido muitas descobertas, encontrou seus limites. Os estudos mais atuais sobre a filosofia da ciência e a epistemologia vêm alertando para a necessidade de superação desse paradigma e sua substituição pelo paradigma da complexidade, a partir do qual o debate entre as várias áreas do conhecimento deve dar lugar à multidisciplinaridade e os cientistas devem ser capazes de questionar os fundamentos do conhecimento por meio de um processo de autoinvestigação.

Evidentemente, esse novo paradigma não tem as mesmas implicações para todas as disciplinas e áreas do saber. Como vimos anteriormente, algumas áreas já nascem sob o signo da interdisciplinaridade, enquanto outras são mais especializadas, ainda que isso não signifique que mesmo essas últimas não venham sofrendo a influência da mudança paradigmática. Para as ciências sociais e, mais especificamente, para a sociologia e os estudos do trabalho, a mudança epistemológica é de fundamental importância se lembrarmos a complexidade dos fenômenos sociais e as múltiplas causas e interações presentes em sua explicação.

Nesse sentido, o exemplo que tomamos aqui dos estudos sobre gênero e trabalho e da teoria da reprodução social vem com a preocupação de demonstrar como esse olhar multidisciplinar foi importante no desenvolvimento de uma teoria que vem dando uma nova centralidade para os estudos de gênero. Uma teoria que, mais do que isso, nos vem permitindo desenvolver uma visão mais ampliada sobre o que é o capitalismo e como fenômenos como as desigualdades de gênero e de raça, ademais das desigualdades de classe e da relação predatória que o capitalismo estabelece com a natureza, são elementos que lhe são constitutivos, que fazem parte de suas condições de existência, sem os quais não se pode entender o capitalismo em sua totalidade e complexidade.

Por último, haveria que sublinhar que este olhar multidisciplinar a partir do qual se desenvolveu a teoria da reprodução social vem sendo extremamente profícuo para os estudos de gênero, permitindo-lhes fazer propostas de como enfrentar a desigualdade de gênero no trabalho e na sociedade de forma geral, seja por meio da formulação de Sistemas Integrais de Cuidado,

como já há em vários países (Leite; Morales; Salas, 2024), seja por meio da adoção da Economia do Cuidado, da Economia Feminista, ou da Economia Púrpura, "as quais refletem perspectivas voltadas ao futuro e fazem um chamado a criar uma nova ordem econômica e social" (Ilkkaracan, 2024, p. 139). Uma nova ordem que tenha como base a igualdade e que coloque a vida e os cuidados com as pessoas e a natureza no centro das preocupações científicas. Uma nova ordem que, como nos lembra Ávila (2005, p. 55), é revolucionária "no combate à ordem dominante e na reflexão crítica" que leva à condenação dessa mesma ordem.

Referências

ABÍLIO, L.; AMORIM, H.; GROHMANN, R. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*. v. 23, n. 57, p. 26-56, 2021.

ABREU, A. *O avesso da moda*: trabalho a domicílio na indústria de confecção. São Paulo: Hucitec, 1986.

ANTUNES, R.; BRAGA, Ruy (Orgs.) *Infoproletários*: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Angela; LOMBARDI, M. R. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 149, p. 452-477, 2013.

ARRUTZA, C. Functionalist, Determinist, Reductionist Social Reproduction Feminism and its Critics. *Science & Society*, v. 80, n. 1, January, 9-30, 2016.

ÁVILA, M. B. Feminismo e sujeito político. *In*: Carmen Silva, Maria Betania Ávila e Verônica Ferreira (Orgs.). *Mulher e trabalho*: Encontro entre feminismo e sindicalismo. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005. p.49-58.

ÁVILA, M. B. *O Tempo do trabalho das empregadas domésticas*: tensões entre dominação/exploração e resistência. Recife: Editora da UFPE, 2009.

ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, v. 32, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32242869>

BALAKRISHNAM, R. (2024). La necesidad de un cambio de paradigma en la elaboración de la política económica. *In*: Esther Morales Franco e Marcia Leite (Orgs.). *Crisis de la Reproducción Social*. Debates en el Siglo XXI. Ciudad de México: UAM, Unidad Cuajimalpa, 2024. p. 41-67.

BIAVASCHI, M.; VALLEJOS, B.; DROPPA, A.; MARTINS, A. P. Sistemas de protección social y trabajo controlado por plataformas digitales: cuando las decisiones del STF se oponen a la jurisprudencia emergente. *In*: Carlos Alba Vega, Minor Mora Salas, María Aparecida Bridi (Orgs). *Debates y miradas sobre el capitalismo de plataformas en América Latina*. Ciudad de México: El Colegio de México. En prensa.

BRAGA, R. Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: um olhar a partir da indústria do call center. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 103, p. 25-52, 2014.

BRANDÃO, T. O apelo da interdisciplinaridade: uma visão crítica a partir do campo. *CTS em Foco*, n. 03, p. 09-14, abr.-jun. 2021.

BRAVERMAN, H. *Labor and Monopoly Capital*: The Degradation of Work in the Twentieth Century. New York: Monthly Review, 1974.

BRIDI, M. Ap.; LIMA, J. (Orgs). *Flexíveis, virtuais e precários?* Os trabalhadores em tecnologias da informação. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2017.

BRUSCHINI, M. C. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas, 1992.

BRUSCHINI, M. C. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132. B, 2007.

CAMPOS, D.; MACHADO, T. Trabalho e gênero na economia de plataforma:uma revisão teórica. R*evista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, Recife, v. 12, n. 1, p. 01-19, 2023 DOI: <https://doi.org/10.51359/2238-8052.2023.260029>

CARRASCO, C.; DIAZ, C. (Eds.). *Economía feminista. Desafíos, propuestas, alianzas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Madreselva, 2018.

CASTRO, B. *Afogados em contratos*: o impacto da flexibilização do trabalho nas trajetórias dos profissionais de TI. Campinas: Unicamp, 2013.

CASTRO, N.; GUIMARÃES, A. S. Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 24, p. 23-60, 1993.

DAVIS, A. *Women, Race and Class*. New York: Vintage Books/Random House, 1983.

ENGEL, C; FIETZ, H. Por que pensar interdisciplinaridade com cuidado? *CTS em Foco*, n. 03, p. 117-121, abr-jun., 2021.

FOLBRE, N. "Holding hands at midnight": The paradox of caring labor. *Feminist Economics*, v. 1, issue 1, p. 73-92, 1995.

FRASER, N. *Los talleres ocultos del capital*. Un mapa para la izquierda. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.

FRASER, N; JAEGGI, R. *Capitalism*. A conversation in critical theory. Medford, MA: Policy Press, 2018.

GUIMARÃES, N.; HIRATA, H. *O gênero do cuidado*. Desigualdades, significações e identidades. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020.

HASENBALG, C. O negro na indústria: proletarização tardia e desigual. *Anais do XV Encontro Anual da Anpocs*. GT "Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais". Caxambu, 1991.

HERRERO, Y. Economía ecológica y economía feminista: un diálogo necesario. In: Critina Carrasco Bengoa y Carmen Diaz Corral (Eds.). *Economía feminista*. Desafíos, propuestas, alianzas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Madreselva, 2018.

HIRATA, H. Care y Reproducción Social: de las teorías a la práctica. In: Esther Morales y Marcia Leite (Coords.). *Crisis de la Reproducción Social*. Debates en el Siglo XXI. Ciudad de México: UAM, Unidad Cuajimalpa, 2024. p. 157-175.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. (2008) Paradigmas sociológicos revistos à luz da categoria de gênero. Que renovação aporta a epistemologia do trabalho? *Novos Cadernos NAEA*, v. 11, p. 39-50.

HIRATA, H. (2016) El trabajo de cuidado. Comparando Brasil, França e Japão. *SUR*, v. 13, n. 24, p. 53-64.

HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. (Orgs.). *Cuidado e cuidadoras*: as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

HOBSBAWM, E. *Laboring men*: studies in the history of labor. New York: Basic Books, 1964.

ILKKARACAN, I. La crisis de la reproducción social y la economía púrpura como una res´puesta que mira hacia el futuro. In: Esther Morales Franco e Marcia Leite (Coords.). *Crisis de la Reproducción Social*. Debates en el Siglo XXI. Ciudad de México: UAM, Unidad Cuajimalpa, 2024. p. 133-155.

KERGOAT, D. Ouvriers = ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale. *Critiques de l'économie politique*, nueva época 5, octobre – décembre, p. 65-97.

LAPA, T. *Processo de trabalho, divisão sexual do trabalho e práticas sociais das operárias na indústria eletroeletrônica no contexto da flexibilidade produtiva*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LEITE, M. Trabalho e sociedade em transformação. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 2, n. 4, jul/dez. p. 66-87, 2000.

LEITE, M. Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 57-93, 2004.

LEITE, M.; BORDIGNON. O trabalho de teleatendimento no Brasil: um estado da arte. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 9, p. 653-680, 2019.

LEITE, M.; GUIMARÃES, P. Tudo muda e nada muda: as implicações do uso das tecnologias de informação sobre o trabalho das mulheres no setor eletroeletrônico. *Cadernos Pagu*, v. 44, p. 333-366, 2015.

LEITE, M.; MORALES, E. Reproducción Social: un concepto amplio para entender el capitalismo como totalidad. *In*: Esther Morales y Marcia Leite (Coords.). *Crisis de la Reproducción Social*. Debates en el Siglo XXI. Ciudad de México: UAM, Unidad Cuajimalpa, 2024. p. 99-131.

LEITE, M.; MORALES FRANCO, E.; SALAS PÁEZ, C. Autonomía económica, acceso al trabajo decente y sistemas integrales de cuidado en América Latina. *Cuadernos del Cendes*, n. 117. Dossier sobre el ODS 5. Septiembre--diciembre, p. 61-83, 2024.

LIMA, J.; VALLE, M. I. Espaços da globalização: Manaus e as fábricas na Amazônia. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 3, p. 73-88, 2013.

LIMA, J.; LEITE, M.; DELBONO, A. O trabalho de plataforma no Brasil e na Argentina: uma visão comparada. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 11, n. 29, 2023, set.-dez., p. 41-68, 2023.

MELO, H. Olha lá! A economia feminista no Brasil: vozes e ações nos anos 1970/1980. In: Marilane Oliveira Teixeira; Margarita Olivera; Clarice Menezes Vieira (Orgs.). *Economia feminista no Brasil*. Contribuições para pensar uma nova sociedade. São Paulo: Autonomia Literária, 2024. p. 82-96.

MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Lisboa: Publicações Europa-América, 1982.

NEVES, M. *Trabalho e cidadania*: as trabalhadoras de Contagem. Petrópolis: Vozes, 1995.

PAOLI, M. C.; SADER, E.; TELLES, V. Pensando a classe operária: os trabalhadores no imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, v. 3, p. 129-149, 1984.

RAMALHO, J. R. Trabalho e os desafios da pesquisa sociológica. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, p. 89-104, 2013.

RODRIGUES, I.; RAMALHO, J. R. (Orgs.). *Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos*: comparações entre o ABC paulista e o sul fluminense. São Paulo: Annablume, 2007.

ROSENFIELD, C.; ALVES, D. A. Autonomia e trabalho informacional: o teletrabalho. *Dados*, Rio de Janeiro, 54, p. 207-233, 2011.

SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena*: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, H. Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher. Um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos. São Paulo: Hucitec, 1981.

SEGNINI, L. Os músicos e seu trabalho: diferenças de gênero e raça. *Tempo Social*, 26, p. 75-86, 2015.

SILVA, S. R. da. Interdisciplinaridade, convergências técnicas e desenvolvimento. *CTS em Foco*, n. 03, p. 15-20, abr.-jun., 2021.

SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos*: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

THOMPSON, E. *The making of the English working class*. London: Gollancz, 1963.

VENCO, S. *As engrenagens do telemarketing*: vida e trabalho na contemporaneidade. Campinas: Arte Escrita, 2009.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; FUSCO, Wilson. O aglomerado de confecções do Agreste de Pernambuco pelas lentes dos últimos censos. In: José Ricardo Ramalho; Marcelo Sampaio Carneiro; Roberto Véras de Oliveira (Orgs.). *Configurações do desenvolvimento, trabalho e ação coletiva*. São Paulo: Annablume, 2021. p. 273-300.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; FUSCO, W. Profissionais de TI no Nordeste em um contexto de crise prolongada. *Caderno CRH* (Online), v. 35, p. e022026, 2022.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; FUSCO, W. O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco: elementos para uma visão panorâmica. In: Roberto Véras de Oliveira; Marco Aurélio Santana (Orgs.). *Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013. p. 233-278.

VIECELI, C.; TEIXEIRA, M. A economia feminista e reprodução social: uma análise conceitual e histórica dos trabalhos reprodutivos não remunerados e de cuidados. In: Marilane Oliveira Teixeira; Margarita Oliveira; Clarice Menezes Vieira (Orgs.). *Economia feminista no Brasil*. Contribuições para pensar uma nova sociedade. São Paulo: Autonomia Literária, 2024. p. 19-41.

VIEIRA, C. R. Negra: mulher e doméstica – considerações sobre as relações sociais no emprego doméstico. *Estudos Afro-Asiáticos*, 14, Rio de Janeiro, 1987.

A interdisciplinaridade e os estudos de trabalho: balanços e reflexões

Maria Aparecida Bridi

Thaís de Souza Lapa

Introdução

Este capítulo é fruto de uma provocação trazida pelos organizadores do Encontro Intermediário da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), intitulado "O Futuro do Trabalho em Debate: Por Um Olhar Periférico", realizado em 2024 na UFPB, durante a mesa intitulada "A ABET e o desafio da interdisciplinaridade nos estudos do trabalho", que contou com a participação de ex-presidentes e vice-presidentes da Associação. A questão levantada nos conduziu a uma reflexão aprofundada sobre a interdisciplinaridade.

O capítulo foi escrito a partir da exposição realizada na referida mesa, delineando algumas notas sobre a interdisciplinaridade nos estudos do trabalho e dos trabalhadores. Além disso, aproveitamos a oportunidade para resgatar registros sobre esse tema em outros momentos da história da ABET, tais como o XI Encontro Nacional, ocorrido em 2009. Naquela ocasião, discutimos os desafios de promover e consolidar uma abordagem interdisciplinar na instituição, percebendo que a interdisciplinaridade era mais um ideal almejado do que uma prática efetiva.

Agora, mais de quinze anos depois, e com diversas experiências acumuladas, percebemos avanços significativos nesse campo. Contudo, embora a interdisciplinaridade continue sendo amplamente defendida por agências de fomento à pesquisa e por gestores da educação superior no Brasil, sua operacionalização prática – inclusive nos percursos dentro de tais agências – ainda se apresenta como um grande desafio a ser enfrentado.

O movimento de autorreflexão da ciência e a abertura do pensamento: algumas notas sobre a interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade é uma perspectiva em construção. Significa que, no momento, ainda está em experimentação e com algumas pesquisas que fazem aproximações entre os saberes disciplinares. A História, por exemplo, buscou romper com o saber especializado já em 1929, ao fundar a Escola de Annales[1]. Essa escola teórica objetivou construir uma história explicativa, indo além da narração, que até então estava restrita à dimensão dos acontecimentos políticos – e, diga-se de passagem, à história política dos vencedores – e às fontes documentais escritas. Ao se pretender explicativa, foi crucial o diálogo com as outras disciplinas, cujos focos são as outras dimensões da realidade: a economia, a cultura, o cotidiano, a demografia etc.

Nessa perspectiva teórica, segundo Fernand Braudel (1986), a História passou a captar tanto aquilo que se repete quanto os acontecimentos singulares, bem como as realidades conscientes e inconscientes. A partir desse momento, exigiu-se que o historiador fosse um economista, sociólogo, antropólogo, demógrafo, psicólogo, linguista etc. Teve, portanto, que buscar em outras disciplinas conceitos e categorias para a apreensão e interpretação da realidade a captar.

Foi na segunda metade do século XX, no entanto, que a necessidade da interdisciplinaridade se adensou nas ciências sociais. Tal necessidade toma corpo, especialmente a partir da consciência sobre as ameaças e perigos que vêm acometendo a humanidade desde o século XX. A "Era da Catástrofe", cunhada por Eric Hobsbawm (1995) – que se estende de 1914 até o pós-Segunda Guerra Mundial – envolvendo as lutas pela hegemonia, territórios e poder, tem como expoente a tecnologia e a ciência a serviço da destruição. Os avanços tecnológicos e científicos posteriores, sob a hegemonia do capi-

1. Lucien Febvre e Marc Bloch, com o objetivo de renovar a História, fundaram, em 1929, a revista *Les Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Essa escola teórica trouxe importantes contribuições, como o desenvolvimento de novos temas, o uso de fontes inovadoras e a interdisciplinaridade na prática historiográfica. Além disso, propôs uma nova concepção do tempo histórico, considerando três níveis de duração: o acontecimento, a conjuntura e a estrutura. Segundo Lucien Febvre (1989), a História deve ser vista como um todo social, e não separada em econômica e social. George Duby, citado por Cardoso e Brignoli (1979), argumenta que a história social pode integrar diversas áreas, como demografia, economia, poder e mentalidades. Para isso, ele apresenta três princípios metodológicos: (a) a necessidade de análise leva à separação de fatores econômicos, políticos e mentais, mas o objeto final da pesquisa histórica é o homem em sociedade; (b) é essencial compreender as articulações entre o econômico, o político e o mental para entender a totalidade da sociedade; e (c) cada uma dessas articulações possui uma duração própria, marcada por eventos, conjunturas e movimentos de longa duração.

tal e para a melhor satisfação de sua lógica em detrimento do social, deram continuidade a uma marcha em direção a uma situação de riscos e vulnerabilidades sociais incalculáveis. E assim, como analisa Ulrich Beck (1997) ao introduzir a noção de "sociedade de risco", a natureza dos riscos atuais é distinta daquela do passado. São riscos produzidos pela ação do homem, pelos conhecimentos e pelos modos de pensar na contemporaneidade.

Além do cenário de riscos, as novas descobertas das chamadas ciências duras abalaram as certezas e fizeram aflorar, na ciência moderna, assentada em conhecimentos "neutros", "objetivos" e "parcelares", um movimento de autorreflexão. Tal reflexividade da ciência faz emergir a importância de incluir o "para quê" e o "para quem" na ordem de nossas investigações empíricas e teóricas. De certa maneira, roça, ainda que levemente, naquilo que Michael Burawoy (2009) vem propondo em termos de uma "sociologia pública".

Para esse autor, "as questões 'conhecimento para quem?' e 'conhecimento para quê?' definem o caráter fundamental da nossa disciplina. Elas não apenas dividem a sociologia em quatro tipos diferentes, mas também nos permitem compreender como cada tipo é internamente construído" (Burawoy, 2009, p. 33-34). Consideramos, no entanto, que a dimensão do "para quem" e do "para quê" está entre as indagações que epistemólogos como Morin e outros estudiosos do conhecimento vêm colocando como preocupação central para todos os que fazem ciência.

Ademais, reflexões que consideram o "por quem" do fazer científico, fruto de análises como as da filósofa Sandra Harding (2003) e da historiadora Ilana Löwy (2007), jogam luz sobre a relação entre quem são os sujeitos, os objetos, as perguntas de pesquisa e os resultados produzidos, assim como têm permitido discutir as implicações dos "sujeitos situados" na produção científica. Análises desta ordem de questionamento epistemológico têm possibilitado revelar como certas categorias clássicas nos estudos podem ter concepções ampliadas quando examinadas sob perspectivas de um sujeito "situado" feminino; um exemplo é o da interrogação feminista que evidencia ser também trabalho a atividade que ocorre no ambiente doméstico, mesmo que não remunerado (Hirata, 2009). Efeitos de entendimentos ampliados de categorias analíticas não se restringem a uma área disciplinar, mas a diversas. Mais do que isso, repercutem no potencial de aprimoramento entre elas, como se demonstra nos intercâmbios frutíferos entre sociologia e psicodinâmica do trabalho à luz do enfoque de gênero (Lapa, 2020).

Nesse sentido, tais questionamentos não se restringem a um ou outro tipo de conhecimento apenas, a uma ou outra disciplina, a uma ou outra sociologia, mas a todas as ciências, sejam elas chamadas de humanas, sociais ou exatas (as ditas ciências duras). A interdisciplinaridade se encontra no entorno desse movimento de autorreflexão da ciência.

Com a ciência moderna, o conhecimento avançou pela especialização. O conhecimento é considerado tanto mais rigoroso quanto mais restrito é o objeto. Com a crescente parcelização e disciplinarização do saber científico, o cientista torna-se um "ignorante especializado", afirma Sousa Santos (1998). E seus efeitos são negativos.

É pelo diálogo interdisciplinar que se torna possível construir uma visão do trabalho, dos trabalhadores e de seus movimentos associativos a partir de um presente vivo e em constante transição. Tal diálogo permite compreender o mundo do trabalho em suas múltiplas faces e dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais, ideológicas etc.

Immanuel Wallerstein (1999) questiona o modo de investigação social parcelar praticado em todo o mundo desde o século XIX. Em *Análise dos sistemas mundiais*, ele analisa criticamente a separação entre as disciplinas, que se "constituem em agrupamentos intelectualmente coerentes de objetos de estudo distintos uns dos outros" (Idem, p. 449). O autor explica que uma disciplina é descrita como um ramo da instrução ou da educação, um departamento do saber ou do conhecimento, uma ciência ou arte no seu aspecto educacional, cuja ênfase está na reprodução do conhecimento, correspondendo à divisão e compartimentação da ciência.

Já para Burawoy (2009, p. 63), as disciplinas são campos de poder que representam interesses distintos e, muitas vezes, opostos, sendo voltadas principalmente à preservação dos territórios onde seus conhecimentos estão assentados. Segundo Wallerstein (1999), ao longo do século XIX, diversas disciplinas emergiram, ganhando nomes, graus acadêmicos e associações que, por volta de 1945, já estavam cristalizadas nas categorias usadas atualmente. A origem dessa forma de organização do conhecimento remonta à ideologia liberal dominante no século XIX, que tratava Estado, mercado, política e economia como domínios analiticamente separados e autônomos, cada qual com suas próprias regras, devendo ser mantidos e estudados de forma independente. Burawoy observa que essa divisão tripartite das ciências sociais "era verdadeira quando do seu nascimento no século XIX, mas as fronteiras se apagaram no século XX, dada a fusão e a

sobreposição das fronteiras do Estado, da economia e da sociedade". No entanto, ele aponta que desde as últimas décadas do século XX, essa separação tem passado por um certo renascimento, impulsionado, de um lado, pelo unilateralismo do Estado e, de outro, pelo fundamentalismo do mercado (Burawoy, 2009, p. 64). Esse autor não vê, contudo, a possibilidade de unificação dessas disciplinas, como sugerido por Wallerstein.

Para Wallerstein, a interdisciplinaridade não tem sido capaz de questionar efetivamente a compartimentação da ciência e, em muitos casos, acaba por reforçá-la. O autor afirma:

> O louvor aos méritos do trabalho interdisciplinar nas ciências sociais ainda não solapou de forma significativa as forças dos aparatos organizacionais que defendem as disciplinas separadas. Na verdade, o contrário pode ser verdade: o que acentuou a reivindicação de cada disciplina de representar separadamente um nível coerente de análise ligado às metodologias apropriadas é a constante asserção pelos profissionais de várias disciplinas de que cada uma delas tem a aprender com a outra algo que poderia não vir a saber se permanecesse em seu próprio nível de análise, com suas metodologias específicas, e de que esse "outro" conhecimento é pertinente e significativo para a resolução dos problemas intelectuais sobre os quais cada qual está trabalhando (Wallerstein, 1999, p. 450).

Apesar das críticas à interdisciplinaridade, Wallerstein também admite que ampliamos nosso conhecimento sempre que ultrapassamos as fronteiras disciplinares.

Sem a intenção de esgotar ou polemizar, o que defendemos ao longo deste texto é a possibilidade de que as diversas disciplinas possam se entrecruzar, se entrelaçar, compartilhar métodos e buscar vinculações entre economia, política e esfera social ou sociocultural, uma vez que esses domínios não são áreas autônomas da ação social.

Muitas das controvérsias no âmbito das Ciências Sociais têm como pano de fundo a fragmentação dos saberes, resultado da lógica da superespecialização, cujo efeito é o fechamento de questões, em vez de abrir novas possibilidades.

Hoje, os conhecimentos se complexificaram ainda mais. São centenas de disciplinas, o que torna impossível que um único cérebro humano domine tudo em todas as áreas. Dessa forma, a necessidade de laços entre as disciplinas resultou no surgimento, na metade do século XX, da pluridisciplinaridade e da interdisciplinaridade.

O foco do presente texto, portanto, é refletir sobre a questão da interdisciplinaridade – um dos eixos norteadores da ABET (Associação Brasileira de Estudos do Trabalho). Dentre os objetivos, buscaremos distinguir interdisciplinaridade de pluridisciplinaridade, tomando como referência as pesquisas sobre o trabalho na contemporaneidade.

O que o movimento de autorreflexão da ciência nos proporciona, porém, é o reconhecimento de seus limites. Nos alerta quanto à pretensão de se produzir verdades absolutas e fechadas, inclusive devido ao próprio estado de fragmentação do conhecimento, que se encontra diluído entre os diversos saberes disciplinares.

Nesse cenário, tem-se afirmado uma nova concepção de ciência como representação ou interpretação (Omnès, 1996). É justamente nos momentos de crise – concebida aqui como períodos de indeterminação e transição (Bridi, 2006) – que aumentam as chances de romper com os determinismos do pensamento que intensificam as reflexões sobre o nosso próprio pensar e, consequentemente, sobre nossos modos de investigação. Entretanto, ainda que prevaleça a consciência sobre as incertezas que persistem no conhecimento, mesmo após o crivo do saber científico, isso não significa que possamos abdicar das teorias e metanarrativas.

Consideramos que muitas teorias contemporâneas, ao se fixarem nas mudanças, prenderam-se às aparências. Outras concentraram-se nas fragmentações do presente e nas desconstruções sociais, rumando em direção à "pós-modernidade". A pós-modernidade, como analisa Boron (2003), capitulou a todo critério de verdade. Para o autor, o ataque à noção de verdade e a aversão à concepção ingênua do racionalismo "comporta uma crítica devastadora a toda concepção da filosofia, não apenas como um saber comprometido com a busca da verdade, do sentido, da realidade ou de qualquer tipo de propósito ético, como o bem-estar, a felicidade ou a liberdade, mas também como uma arma a serviço da transformação social" (Boron, 2003, p. 50).

Nos termos do autor, emergiu um novo ethos que tendeu a rejeitar a visão de totalidade, da história, da metanarrativa, dos fatores estruturais – como o trabalho, a divisão de classes etc. –, das instituições sociais, dos contextos internacionais e de outras dimensões, reduzindo-os à posição daqueles que resistem em enxergar as mudanças na realidade.

Dentre as críticas à ciência clássica, tal como se desenvolveu nos últimos séculos, destaca-se a superespecialização do conhecimento e dos saberes disciplinares fechados, consolidados ao longo do século XX. Essa especialização, sob o pretexto de aprimorar o entendimento, resultou em conhecimentos fragmentados e parcelares, tornando-se ainda mais problemáticos quando apresentados como "o conhecimento universal", embora se refiram, na verdade, a realidades particulares. Assim, ao assumir um caráter universalizante, passa a orientar políticas de Estado e, em alguns casos, contribui para o silenciamento da sociedade.

Para concluir este segmento, é importante ressaltar que modelos rígidos dificultam a compreensão da experiência social em toda a sua riqueza e complexidade, como alerta Souza Santos (2000). Podem, em certa medida, enfraquecer a capacidade de um pensamento dialético sobre realidades marcadas por tensões permanentes, contradições, ambivalências e movimentos opostos e em constante transformação.

É essa tensão dialética que cabe recuperar em nossas análises sobre o trabalho e as formas de organização dos trabalhadores, por exemplo. Na verdade, a velha e boa dialética, embora por vezes negligenciada, continua sendo uma ferramenta fecunda para investigar o mundo do trabalho, as relações laborais, as condições de vida das classes trabalhadoras, a estrutura social, os movimentos operários e outras formas de associativismo. Contradições, avanços e recuos, intermediações e dinâmicas sociais fazem parte da realidade dos trabalhadores e de seus movimentos associativos, exigindo uma abordagem que contemple múltiplas dimensões. Ou melhor, múltiplas realidades, já que nunca há uma única realidade fixa, nem tampouco polar, como lembra Leite (2003). Para isso, é essencial reconhecer os limites disciplinares, tornando o diálogo interdisciplinar crucial. No âmbito de um pensamento reformulado, os conceitos mais abertos são potencialmente mais capazes de apreender realidades ambivalentes e compreender a unidade na diversidade, as continuidades e rupturas. Nem tudo na realidade pesquisada se ajusta a modelos pré-formatados; além disso, por serem históricas, as realidades estão sujeitas a mudanças, crises e indeterminações.

Muitas das teses sobre o mundo do trabalho – como o "fim do trabalho", o "fim dos sindicatos" e o "fim da história" – frequentemente negligenciam essas características fundamentais da realidade e os princípios metodológicos essenciais para compreendê-la.

De fato, a realidade em constante transformação instiga as ciências sociais e suas teorias a redimensionar conceitos e categorias analíticas para apreender o movimento, a transição e "o trabalho reconfigurado", nos termos de Leite e Araújo (2009). O desafio, porém, está em identificar o que muda e o que permanece. O capitalismo, por exemplo, se adapta a cada crise justamente para se manter. As análises que ignoram as mudanças são tão limitadas quanto aquelas que desconsideram as permanências.

As pesquisas empíricas e reflexões teóricas sobre o trabalho e os trabalhadores têm apontado para a existência de situações híbridas, em que o "velho" e o "novo", o "moderno" e o "tradicional", o "local" e o "global" coexistem simultaneamente em um mesmo espaço. Esse cenário reflete um trabalho reconfigurado, englobando tanto o trabalho formal, que ainda se mantém mais protegido, quanto formas que se inscrevem em uma "nova informalidade" (Véras de Oliveira, 2009).

A interdisciplinaridade como condição para os estudos do trabalho

Evidencia-se que, embora os conhecimentos disciplinares permitam uma abordagem focada e especializada da realidade social – seja ela econômica, política, histórica ou outra –, eles tendem a limitar a compreensão do complexo, do imbricamento entre as partes e daquilo que se encontra entre as disciplinas.

O trabalho, dimensão central da vida social, e tudo o que compõe o mundo do trabalho envolvem múltiplas dimensões interdependentes, interpretadas de maneiras diversas pelas disciplinas tradicionais das ciências sociais, bem como pelas ciências jurídicas, pela administração, pela psicologia e pela medicina.

É fundamental lembrar, porém, que todas essas áreas se relacionam com o trabalhador de diversas formas, uma vez que o trabalho impacta o corpo, a mente e o modo de viver, pensar e se relacionar dos indivíduos. O fordismo, por exemplo, como analisou Antonio Gramsci (1974), abrangia muito mais do que apenas o trabalho na fábrica, tornando-se um modo de vida, de organização e gestão laboral.

Ao tratar das origens da sociologia do trabalho industrial no Brasil, Castro e Leite (1994) identificam dois importantes elementos: o de tais produções não se restringirem a um campo científico de saber como a sociologia, mas, sim, refletirem o que chamam de transdisciplinaridade, e a presença da te-

mática de gênero recobrindo um conjunto de problemáticas enfrentadas pelas Ciências Sociais para interpretar o trabalho, sobretudo nas produções dos anos 1970 e 1980. Relações entre vida fabril e extra-fabril, nexos entre práticas e representações construídas em âmbitos como família, escola, bairro etc. e sua expressão no espaço da produção foram assuntos para os quais os estudos de gênero foram instrumento frutífero.

Atualmente, na chamada "era da acumulação flexível" (Harvey, 1993), talvez mais do que em qualquer outro período da história do capitalismo, o trabalho requer não apenas a força muscular, mas também a destreza, a agilidade física e mental e toda a subjetividade dos trabalhadores que são mobilizadas pelas empresas, sejam elas globais ou não, e é preciso atentar para as dimensões políticas, históricas e culturais. No chamado trabalho plataformizado que pode ser interpretado como a radicalização da externalização da produção (Amorim, Cardoso e Bridi, 2022), em razão das configurações, das formas de contratação, subordinação e controles e de décadas de pregação neoliberal, traz consigo novas agendas de pesquisa, que envolve as transformações culturais acerca do trabalho e do seu sentido.

Os estudiosos do trabalho, "concebendo novos temas e objetos, como também promovendo novos recortes que permitem a compreensão dos atuais contextos econômicos, políticos, sociais e culturais" (Bridi; Braga; Santana, 2017, p. 50), vêm contraditando as teses do fim do trabalho e não apenas demonstrando o vigor desses estudos, como consolidando o campo tanto no Brasil quanto na América Latina.

A ABET já surgiu interdisciplinar. A ALAST, que nasceu como Associação Latino-Americana de Sociologia do Trabalho, portanto restrita a um campo disciplinar, alterou o título para Associação Latino-Americana de Estudos do Trabalho, em razão de uma compreensão que vai além do campo disciplinar.

As múltiplas e diversas realidades do mundo do trabalho, por si só, justificam a necessidade da interdisciplinaridade nos estudos do trabalho.

A inter e a pluridisciplinaridade

Com o fenômeno da globalização e as transformações daí decorrentes, a complexificação da realidade social, política e econômica torna premente a interdisciplinaridade. A globalização apresenta entre suas expressões mais genuínas processos como a financeirização da economia, a autonomização

do econômico frente ao político, o esvaziamento e tecnicização da política, a mercadorização da cultura e a autonomização do capital frente ao trabalho. São processos que impactam profundamente o mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que alimentam a crise, da qual são fator causal decisivo (Véras; Moreira, 2009).

Desses cenários emergem múltiplas realidades, cada uma delas com diversas dimensões, caracterizadas por sua ambivalência e paradoxos. A compreensão dessas realidades, que se encontram em constante transição, exige um redimensionamento contínuo da relação local-nacional-global, bem como dos conceitos e categorias de análise. Além disso, impõe um grande desafio ao conhecimento: captar as mudanças dentro das velhas estruturas, que persistem mesmo quando parecem renovadas. Afinal, o capitalismo vem se reinventando a cada grande crise, promovendo sua própria sobrevivência (Bridi, 2009).

Nesse contexto de múltiplas e multifacetadas realidades, torna-se essencial a contribuição de diversos saberes disciplinares. No entanto, sabemos que a interdisciplinaridade muitas vezes é mais anunciada do que efetivamente praticada em nossas pesquisas, realizar estudos interdisciplinares não é uma tarefa fácil. Na maioria dos casos, o que se consegue são análises de um mesmo objeto por diferentes disciplinas, sem uma real integração entre elas. No processo de produção do conhecimento, a pluridisciplinaridade é mais facilmente alcançada, segundo Ana Luíza Janeira (2002).

Maria Cristina Cacciamali, no Encontro Nacional da ABET, em 2009 [2], ao avaliar o eixo da interdisciplinaridade proposto pela ABET, concluiu que, até então, o que se realizava era pluridisciplinaridade, ou seja, o trabalho visto sob diversas perspectivas disciplinares. Na época, considerou que os avanços ainda eram limitados e que era necessário dar passos além. Apesar dessas limitações, destacou que a ABET era uma das poucas entidades que favoreciam o encontro entre diversos saberes disciplinares –aquilo que tornou seus eventos tão enriquecedores em suas várias edições.

A pluridisciplinaridade em si já é um avanço importante e, nesse sentido, os trabalhos apresentados nos encontros da ABET são extremamente ricos por permitir que os estudiosos do trabalho tomem contato com as análises realizadas pelas diversas disciplinas das Ciências Sociais, da Ciência Jurídica, da História, das áreas da Saúde que pesquisam trabalho, dentre outras.

2. Análise realizada na Assembleia realizada no XI Encontro da ABET em Campinas.

Ainda assim, como observa Basarab Nicolescu (2001), a pluridisciplinaridade não considera os pontos de ligação entre as disciplinas. No entanto, ela tem a vantagem de enriquecer o conhecimento, pois possibilita que um objeto seja analisado sob diferentes perspectivas.

Em que consiste a interdisciplinaridade? A interdisciplinaridade diz respeito à transferência de método de uma disciplina para outra. Para Janeira (2002, p. 1), a interdisciplinaridade "é uma utopia. Ninguém poderá talvez dizer com rigor, que faz um trabalho interdisciplinar. A interdisciplinaridade é uma atitude, um desejo, uma propensão, um posicionamento". Na verdade, a realização da interdisciplinaridade implica em descentramento do saber, requer humildade das disciplinas em reconhecer suas incompletudes e que, portanto, nenhuma disciplina é superior a outra, e nesse descentramento se dispõe a buscar a ligação entre os conhecimentos.

É possível endossarmos a ideia de Janeira de que a interdisciplinaridade é mais uma atitude, um posicionamento que envolve principalmente abertura de pensamento. Porém, não a consideramos uma utopia irrealizável.

Pesquisas interdisciplinares requerem uma ação coordenada para que aconteça a cooperação e diálogo entre as disciplinas do conhecimento. Sua importância consiste em estabelecer a relação entre os saberes, em promover a abertura para novas questões, a não distorção teórica e um maior conhecimento da realidade.

Um dos trabalhos que acompanhamos em uma das sessões temáticas, intitulado "A terceirização e a Justiça do Trabalho: notas metodológicas para uma análise interdisciplinar", apresentado por Magda Barros Biavaschi em coautoria com Alisson Droppa, trouxe um estudo interdisciplinar em seu sentido stricto. Ou seja, a partir de uma pesquisa histórica e documental, aliada a uma técnica de investigação – conceituada pela História como história oral (conforme observação de Marcos Ferraz) – o estudo conseguiu revelar o olhar jurídico sobre uma das formas de contratação flexível que mais avançou no Brasil nos anos 1990: a terceirização.

Um dos efeitos dessa pesquisa foi o alerta à comunidade acadêmica presente sobre a necessidade urgente de barrar a prática existente na Justiça do Trabalho de eliminação física dos processos trabalhistas movidos pelos trabalhadores, seja individualmente ou coletivamente. O tempo de guarda dos processos trabalhistas é de cinco anos. Com a eliminação desses

registros, não apenas se perde a memória histórica e uma fonte valiosa de pesquisa, mas também documentos pessoais essenciais para a vida dos trabalhadores.

No caso da investigação citada acima, podemos ensaiar classificá-la, no estilo de Burawoy, como uma "sociologia pública", já que evidencia a necessidade de uma ação prática por parte do poder público e da sociedade: a preservação dos processos trabalhistas.

Estabelecer conexões entre os saberes, reunindo-os não sob uma perspectiva de homogeneidade, mas situando-os com precisão em relação aos outros, considerando as alteridades históricas, constitui um dos desafios das teorias sociais no presente e continua sendo um propósito da ABET.

Atualmente, dada a amplitude dos conhecimentos das sociedades e a diversidade dos saberes disciplinares, torna-se essencial promover mudanças nos modos de pensar, caminhando rumo a um pensamento aberto e flexível. Também é fundamental ter consciência de que nossos conhecimentos são parcelares e fragmentados. No entanto, isso não significa que as disciplinas devem ser dissolvidas ou unificadas em uma única ciência, como propôs, de maneira radical, a Comissão Gulbenkian, sob a coordenação de Wallerstein.

Burawoy (2009, p. 122), ao se referir à sociologia – e aqui estendemos sua reflexão às ciências sociais – defende que é possível e necessário criar alianças entre as disciplinas e entre elas e seus públicos, com base em propostas e projetos compartilhados. No entanto, essas alianças não devem ser "pragmaticamente impostas de cima para baixo", mas sim consensualmente construídas a partir da base. Para ele, é essencial partir da produção material do conhecimento, reconhecendo que as disciplinas variam segundo o tempo e conforme o lugar. Além disso, ele argumenta que "no contexto do capitalismo contemporâneo, a unificação das disciplinas seria artificial e coercitiva" (Burawoy, 2009, p. 125).

Na realidade contemporânea, o trabalho e o mundo do trabalho não se coadunam com modelos teóricos fechados em si mesmos, típicos de um pensamento exclusivamente disciplinar. Embora não seja possível alcançar um conhecimento total, pode-se chegar a sínteses, ainda que provisórias, que permitam a inter-relação entre micro e macro realidades sociais por meio do diálogo interdisciplinar. Dessa forma, podemos construir conhecimentos mais fecundos sobre a realidade que se apresenta.

Avanços da Interdisciplinaridade no campo dos estudos do trabalho: a experiência da REMIR

Ao analisarmos os últimos 16 anos desde a reflexão realizada no evento de 2009, podemos afirmar que a interdisciplinaridade não é uma utopia. Diversas iniciativas foram desenvolvidas pela comunidade científica brasileira que tem o trabalho como objeto de estudo, sendo muitas delas construídas, sobretudo, pelos integrantes da ABET.

No evento da ABET realizado no Rio de Janeiro, em 2017, diante da recém-aprovada reforma trabalhista pelo governo de Michel Temer, os pesquisadores, perplexos com o grau de desmonte dos direitos trabalhistas que essa reforma provocaria, iniciaram conversações para a criação de uma rede de pesquisadores de diversos campos do conhecimento. O objetivo era monitorar e analisar os impactos da reforma trabalhista no país, além de realizar um acompanhamento crítico dos desdobramentos do que passaram a denominar de "contrarreforma". A reforma trabalhista, de fato, abriu uma nova agenda de pesquisa, estimulando discussões sobre seus impactos e desafios, além de fortalecer a interdisciplinaridade na produção do conhecimento.

Assim, sob a coordenação de uma equipe de pesquisadores e pesquisadoras de diversas regiões do Brasil e instituições distintas, foi criada, em 2018, a REMIR – Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista. A REMIR reuniu pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, desenvolvendo estudos interdisciplinares para avaliar os impactos da reforma. Um dos pontos centrais da REMIR foi a busca por produzir material que interferisse no debate público sobre o trabalho no Brasil. Para isso, iniciaram estudos visando a construção de um diagnóstico da situação laboral no país, a análise da reforma em suas dimensões econômicas, jurídicas, políticas e sociais, bem como as mudanças produzidas pelo novo marco regulatório do trabalho.

Nesse sentido, houve um esforço coletivo envolvendo diversos pesquisadores e seus grupos de pesquisa na elaboração de indicadores e parâmetros comuns para o desenvolvimento de estudos que subsidiassem o debate e o posicionamento crítico sobre a reforma. Além de publicações sobre o balanço da reforma, foram realizados estudos de caso em teses e dissertações, contribuindo para ampliar o conhecimento sobre o tema. A REMIR (rede) e a ABET (instituição formal), atuando de maneira conjunta e complementar, além da produção científica e da promoção de articulações para

avanços teóricos e empíricos, organizaram debates em redes sociais e divulgaram estudos em blogs e sites, cumprindo dois propósitos fundamentais:

- Interferir no debate público sobre o trabalho e seus desafios.
- Popularizar e divulgar a ciência, levando ao público os resultados das pesquisas e reflexões.

Considerando que a REMIR passou a incorporar uma agenda de reflexões que extrapolam o tema da reforma trabalhista, foi aprovada uma mudança em seu nome, incorporando o conceito de "reconfigurações do trabalho", mantendo-se o acrônimo: REMIR – Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar das Reconfigurações do Trabalho. Com pesquisas, parcerias e a criação da REMIR, houve significativo avanço nas pesquisas interdisciplinares. Os membros da REMIR/ABET têm conduzido numerosos estudos, reunindo especialistas de diferentes campos disciplinares e abordando temas fundamentais como:

- Impactos da reforma trabalhista (sociologia, economia, direito, administração, saúde);
- Teletrabalho (sociologia, ciência política, economia);
- Trabalho plataformizado (direito, economia, sociologia, história), entre outros.

A criação da REMIR foi um marco importante na consolidação de pesquisas verdadeiramente interdisciplinares, muitas delas apoiadas por agências de financiamento público da pesquisa, que vêm fomentando em seus editais a orientação interdisciplinar.

Esses esforços promoveram o diálogo entre diferentes campos do conhecimento, como a própria natureza do tema do trabalho exige. Portanto, fazendo um balanço sobre os avanços da pesquisa e dessas iniciativas REMIR/ABET, desde 2009, a interdisciplinaridade deixou de ser uma utopia. Ainda que não tenha sido plenamente institucionalizada, tornou-se uma realidade entre os pesquisadores dessa comunidade acadêmica, que refletem, analisam e avançam no diálogo interdisciplinar.

Limites da interdisciplinaridade na institucionalidade acadêmica

No que se refere à organização da pós-graduação e dos documentos que norteiam seus critérios de avaliação e fomento, no Brasil, parece haver uma compreensão restrita do que seria um projeto, evento, publicação ou iniciativa formativa interdisciplinar. Apesar de a própria definição e entendimento de interdisciplinaridade ser, como já discutido, algo controverso e inclusive objeto de dissenso com relação a definições fechadas, há certos modos de assimilação da interdisciplinaridade que já vêm sendo aplicados no âmbito da institucionalidade acadêmica.

Além das pesquisas que seus associados desenvolvem, a atuação da ABET vem também construindo intercâmbios científicos multi e interdisciplinares em seus já realizados 19 encontros bianuais e outros eventos. Traz também consigo uma experiência em formação, difusão científica e estímulo à produção científica na área. Um exemplo relevante são as publicações que organizam e auxiliam na divulgação de estudos em âmbito nacional. Entre as coletâneas interdisciplinares, destaca-se a última, "Futuros do trabalho: desafios para a proteção social no Brasil" (Tropia; Dutra; Lapa, 2024), que reuniu trabalhos relevantes de 16 diferentes Grupos Temáticos ativos na associação em 2023 no seu XVIII Encontro Nacional, congregando, como autores/as, pesquisadores de diversos Estados do país, de áreas da Economia, Serviço Social, Sociologia, História, Direito, Gestão de Políticas Públicas, Educação, Psicologia, Ciência Política.

Outro exemplo é a criação do "Prêmio Mundos do Trabalho em Perspectiva Multidisciplinar", que vem sendo concedido como reconhecimento pela qualidade de pesquisas recentes sobre a temática durante os últimos encontros nacionais. Na edição de 2023, foram premiadas duas pesquisas, na forma de publicação em livro: "Plataformização do trabalho doméstico: a (des)valorização das diaristas na plataforma Parafuzo" (Rodrigues, 2024) e "Trabalhando no Madero: da condição juvenil de seus trabalhadores à trajetória de acumulação de riquezas de uma família" (Rosso, 2024).

A produção de pesquisas, organização de eventos e de publicações da ABET cujo objeto é o tema trabalho, dialoga com, ao menos, três grandes áreas de avaliação da CAPES, quais sejam: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Saúde Coletiva. Dentro dos parâmetros estabelecidos em Documento Orientador de APCN da Área Interdisciplinar da própria CAPES (2023), o tema dos eventos da ABET, trabalho, é um "objeto de estudos,

pesquisa e formação interdisciplinar", que integra mais de duas áreas de conhecimento e trabalha suas interfaces[3].

Diante disso, em 2025, o ato de cadastrar um projeto de solicitação de fomento a evento em nome desta entidade em uma destas áreas foi avaliado como um meio de desprivilegiar as demais, por não se encaixar integralmente em nenhuma delas. Registrou-se, assim, a proposta no comitê de avaliação interdisciplinar. Porém, a devolutiva da avaliação por pareceristas de agência de fomento foi uma negativa, sustentada em suposta ausência de "aderência ao tocante de uma proposta interdisciplinar", algo que se relacionava ao fato de que as pessoas proponentes não estavam diretamente vinculadas a programas de pós-graduação nominalmente interdisciplinares.

Note-se que diretoria, grupo de apoio e comitê científico desta entidade na proposta em questão eram compostas por professores vinculados a PPGs de diversas áreas como Sociologia, História, Saúde Coletiva, Psicologia, Economia, Direito e Educação, entre outros. Assim como a direção da ABET na gestão de 2024-2025 professores/as e pesquisadores/as da Sociologia, Saúde Coletiva, História, Direito, Economia – com experiências de pesquisa e extensão integradas entre si.

Ainda assim, a experiência de dedicação à produção técnico-científica e formativa na área, os acúmulos em uma concepção de interdisciplinaridade que mesmo em 36 anos de atuação (completados em 2025), segue em processo de aprimoramento, não encontram espaço nos moldes atuais de enquadramento de tais agências. Mesmo com características interdisciplinares, coloca-se como forçoso enquadrar a associação aos limites disciplinares – como o ter de escolher uma grande área para os projetos, dado seu não reconhecimento como interdisciplinar. Tratare-

3. A seção 12 deste documento da CAPES (Brasil, 2023) trata das "Considerações sobre a visão da área quanto à interdisciplinaridade" e é utilizada como parâmetro não somente para a criação de cursos, mas norteia as avaliações de projetos de solicitação de fomento enviados à Área Interdisciplinar da CAPES. De acordo com este documento: "A área interdisciplinar considera que este tópico permeia todo seu documento orientador de APCN, visto que se trata da área que recomenda, acompanha e avalia os programas interdisciplinares. Entendemos que o conceito de uma pós-graduação interdisciplinar pode estar presente em todas as áreas de avaliação da CAPES, na qual os programas estão concentrados com seus semelhantes para auxiliar no processo de avaliação e amadurecimento dos programas. Por isso, é importante, ao elaborar uma proposta de um novo programa/curso, verificar se a proposta realmente se trata de um objeto de estudo, pesquisa e formação interdisciplinar, o qual não se encaixa em nenhuma outra área de avaliação da CAPES. A interdisciplinaridade se baseia na integração de duas ou mais áreas de conhecimento, trabalhando nas interfaces das áreas (...)" (Brasil, 2023, p. 26). Grifos nossos.

mos deste tipo de limitação, também, a partir de outra experiência, a da edição da Revista da ABET.

Os desafios da interdisciplinaridade: algumas notas sobre a Revista da ABET

Como destacamos anteriormente, apesar dos avanços na pesquisa sobre o trabalho, ao analisarmos a trajetória da Revista da ABET e os mecanismos de avaliação (até 2024) promovidos pelas áreas disciplinares e interdisciplinares da CAPES, a interdisciplinaridade ainda parece ser uma quimera.

Criada em 2001, a Revista da ABET, de periodicidade semestral, tem como objetivo divulgar estudos sobre o mundo do trabalho. Trata-se de uma publicação interdisciplinar que reúne contribuições de pesquisadores de diversas áreas, incluindo Economia, Sociologia, Ciência Política, Direito, História, Administração, Educação, Engenharia, Geografia, Demografia e Ciências da Saúde, entre outras.

Ao acompanharmos a trajetória da revista e suas avaliações, percebemos que, devido ao sistema de avaliação Qualis da CAPES, conduzido por áreas específicas, a publicação enfrentou dificuldades para obter um Qualis mais elevado justamente por sua abordagem interdisciplinar. Anteriormente, a revista recebia um Qualis distinto para cada área, evidenciando a limitação do sistema em acolher revistas de caráter interdisciplinar ou pluridisciplinar.

Antes das mudanças introduzidas pelo governo Temer, após o impeachment de Dilma Rousseff, a avaliação baseava-se em critérios técnicos, como revisão por pares, indexação em bases de dados e periodicidade, entre outros. No entanto, as áreas responsáveis pela avaliação, utilizando critérios subjetivos e influenciadas pelas especificidades de seus respectivos campos de conhecimento, demonstravam resistência em conceder uma classificação mais elevada à revista.

Na última avaliação (2017-2020), conduzida pela área mãe – neste caso, a Economia – , foram adotados critérios específicos que rebaixaram o Qualis da revista para patamares que não condizem com sua qualidade, desconsiderando seu escopo interdisciplinar. O sistema de avaliação daquele período negligenciou sua proposta plural e sua relevância na articulação entre diversas disciplinas.

Esse exemplo evidencia como, na prática dos sistemas de avaliação acadêmica, o desafio da interdisciplinaridade persiste. A trajetória da revista e os padrões de avaliação demonstram que, embora seja um objetivo claro, ainda há um longo caminho a percorrer para que essa abordagem seja plenamente reconhecida e valorizada no meio acadêmico.

Considerações finais

Este capítulo surgiu a partir de uma provocação feita durante o Seminário Intermediário da ABET, que instiga uma reflexão profunda sobre a interdisciplinaridade nos estudos do trabalho. A discussão retomou registros históricos, com destaque para o XI Encontro Nacional da ABET, realizado em 2009, quando a interdisciplinaridade era mais um ideal do que uma prática efetiva.

A reflexão demonstra um percurso significativo de avanços na pesquisa e na interdisciplinaridade dentro da REMIR/ABET. Se antes parecia um objetivo distante, tornou-se uma prática concreta entre os pesquisadores dessa comunidade. Essa conquista não apenas amplia o entendimento sobre as dinâmicas do trabalho, mas também fortalece o impacto das análises para a formulação de políticas e práticas mais adequadas à realidade contemporânea.

Acumulamos experiências e constatamos avanços na integração de diferentes campos do conhecimento. Há potenciais avanços a trilhar buscando avançar em termos teóricos, epistemológicos e metodológicos no fazer científico interdisciplinar, frente ao desafiador contexto sociopolítico e econômico recente, que conjuga crises precedentes e múltiplas com as das democracias, climática, agravamento da crise de cuidados e crescimento vertiginoso de adoecimentos laborais entre trabalhadores.

Cenários como estes instigam a refletir e incorporar de modo mais consistente neste fazer científico as contribuições que vêm sendo produzidas nos campos da saúde e segurança do trabalhador, as que conectam devastação de recursos naturais à lógica da descartabilidade dos trabalhadores, as que não desassociam as crises regulatórias dos mundos do trabalho dos padrões de manutenção de parcelas femininas e negras em posições sociais e laborais subalternizadas. A interdisciplinaridade não é mais uma utopia e seu processo de construção não só está em curso, mas tem caminhos diversos pelos quais trilhar seu aprimoramento.

No entanto, a interdisciplinaridade ainda enfrenta desafios estruturais, apesar de ser amplamente defendida por agências de fomento à pesquisa e gestores da educação superior no Brasil. O que identificamos como grande limite nos atuais marcos do debate e, sobretudo, no modo pelo qual a institucionalidade acadêmica lida com a interdisciplinaridade, é aqui expresso no fato de que a ABET, mesmo construindo há 36 anos inúmeras iniciativas técnico-científicas de caráter multi e interdisciplinar, congregando em pesquisas coletivas, eventos e publicações de pesquisadores/as das diversas áreas de conhecimento dedicadas ao mesmo objeto de estudo, enfrenta limites, não encontrando ainda lugar de acolhida e reconhecimento adequados à forma e conteúdos de suas contribuições e acúmulos neste modelo atual de institucionalidade.

O caminho para consolidar abordagens verdadeiramente interdisciplinares requer um esforço contínuo de diálogo e reconhecimento institucional. O debate segue aberto, e a trajetória da ABET mostra que a interdisciplinaridade é fortalecida por meio da articulação entre pesquisadores, redes de estudo e políticas acadêmicas. A superação desses desafios passa pela construção de mecanismos que valorizem a diversidade de saberes e a complexidade das questões do mundo do trabalho.

Referências

ABET. *Revista da ABET*, s/d. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet>

ARAÚJO, S. M. *Da natureza do trabalho científico*: o fazer ciência e suas implicações práticas ou de como compartilhar uma metodologia. Curitiba: UFPR, 2005. (Mimeo).

BASARAB, N. *Uma nova visão do mundo*: a transdisciplinaridade. Disponível em: <http://caosmose.net/candido/unisinos/textos/nicolescu.doc>. Acesso em: 15 out. 2009.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECH, U.; GIDDENS, A.; LASCH, Scott. *Modernização Reflexiva*: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1997, p. 11-72.

BORON, A. *Filosofia política marxista*. São Paulo: Cortez; Buenos Aires CLACSO, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. *Documento Orientador de APCN*. Área 45: Interdisciplinar. Brasília: CAPES, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-ciencias-exatas-tecnologicas-e-multidisciplinar/multidisciplinar/Interdisciplinar_Documento_Orientador_APCN_2023.pdf>

BRAUDEL, F. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Ed. Presença, 1986.

BRIDI, M. A. *Caminhos metodológicos para o estudo das ações dos trabalhadores numa realidade em transição*: algumas reflexões epistemológicas. Campinas, XI Encontro da ABET, 2009.

BRIDI, M. A. *Ação coletiva e comissões de trabalhadores em plantas flexíveis*: o espaço da política. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

BRIDI, M. A.; BRAGA, R.; SANTANA, M. A. Sociologia do Trabalho no Brasil hoje: balanço e perspectivas. Revista *Brasileira De Sociologia* - RBS, 6(12), 2018.

BURAWOY, M. Por uma sociologia pública. In: R. Braga; M. Burawoy. *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda, 2009.

CARDOSO, A. C. *Trabalhar, verbo intransitivo*: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

CARDOSO, C. F.; BRIGNOLI, H. P. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CASTRO, N. A.; LEITE, Marcia de P. (1º sem. 1994). A sociologia do trabalho industrial no Brasil: desafios e interpretações. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* – BIB, Rio de Janeiro, n. 37, p. 39-59.

CHESNAIS, F. *A mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

FEBVRE, L. *Combates pela História*. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FONSECA, T. M. G. Entrevista com Ana Luísa Janeira, da Universidade de Lisboa. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, jul./dez. 2002.

GORZ, A. *Adeus ao proletariado*: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

HABERMAS, J. A nova intransparência. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 18, p. 103-114, 1987.

HARDING, S. (Org). *The Feminist Standpoint Theory Reader*. Intellectual and Political Controversies. New York: Routledge, 2004. p. 1-15.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

HIRATA, H.; ZARIFIAN, P. Trabalho (o conceito de). In: H. Hirata, et al. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

HOBSBAWM, E. *A era dos extremos*: o breve século XX –1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAPA, T. S. Trabalho e práticas sociais das mulheres: encontros entre a sociologia das relações sociais de sexo e a psicodinâmica do trabalho. *Interseções* – Revista de Estudos Interdisciplinares, 22-1. 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/intersecoes/670>

LEITE, M. P.; ARAÚJO, Angela M. C. *O trabalho reconfigurado*: ensaios sobre o Brasil e o México. São Paulo: Annablume, 2009.

LÖWI, I. A ciência como trabalho: as contribuições de uma história das ciências feministas. In: Helena Hirata; Liliana Senigni (Orgs.). *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

NICOLESCU, B. *O Manifesto da Transdisciplinaridade*. Coleção Trans, 2001.

OFFE, C. (1989). Trabalho como categoria sociológica fundamental? *In*: Claus Offe. *Trabalho e Sociedade*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, v. I, p. 13-41.

OMNÉS, R. *Filosofia da ciência contemporânea*. São Paulo: Editora Afiliada, 1996.

RODRIGUES, G. F. *Plataformização do trabalho doméstico*: a (des)valorização das diaristas na plataforma Parafuzo. Belo Horizonte: Fino Traço, 2024.

ROSSO, K. *Trabalhando no Madero*: da condição juvenil de seus trabalhadores à trajetória de acumulação de riquezas de uma família. Belo Horizonte: Fino Traço, 2024.

SOUZA SANTOS, B. *Um discurso sobre as Ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

SOUZA SANTOS, B. *A crítica da razão indolente*: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

TRÓPIA, P. V.; DUTRA, R.; Q.; LAPA, Thaís de S. (Orgs.). *Futuros do Trabalho*: reconstruindo caminhos para a proteção social no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, 2024.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. *Para discutir os termos da nova informalidade*: a questão da informalidade enquanto uma categoria de análise válida para a apreensão da realidade atual das relações de trabalho. Campina Grande: UFCG, (mimeo), 2009.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; MOREIRA, E. M. Sentidos da globalização: um desafio ao pensamento sociológico. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; MOREIRA, E. M. (Orgs.). *O fenômeno da globalização*: em perspectiva local e multidimensional. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009; p. 9-35.

WALLERSTEIN, I. Análise dos sistemas sociais. *In*: GIDDENS, A.; TURNER, J."*Teoria social hoje*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

Os desafios para a construção de uma agenda do trabalho no Brasil

José Dari Krein

Introdução

Este capítulo origina-se da intervenção realizada na mesa sobre a trajetória histórica e os desafios da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), durante o Encontro Intermediário da ABET-UFPB – O Futuro do Trabalho em Debate: Por Um Olhar Periférico, realizado em João Pessoa, em novembro de 2024. A exposição buscou reconstituir a história da ABET, refletir sobre os impasses enfrentados na conjuntura recente e propor a ampliação de uma agenda de pesquisa e de atuação no campo do trabalho no Brasil. Essa proposta baseia-se na convicção de que, diante da crescente complexidade e da reconfiguração das relações laborais, é necessário superar abordagens segmentadas e avançar em direção a análises mais integradas e interdisciplinares sobre um mundo do trabalho em transformação.

O trabalho, enquanto fenômeno social complexo, exige múltiplas lentes analíticas para ser compreendido em sua totalidade. A pandemia da covid-19 reforçou essa necessidade ao evidenciar a dualidade do trabalho: de um lado, reafirmou sua centralidade na reprodução da vida social, material e subjetiva; de outro, escancarou as desigualdades estruturais e as vulnerabilidades que marcam o mundo do trabalho contemporâneo. Nessa perspectiva, torna-se imprescindível integrar os aportes da Economia, da Sociologia, da Psicologia, do Direito, da Antropologia, da Ciência Política e de outras áreas que investigam as múltiplas dimensões do trabalho.

Partimos da hipótese de que o trabalho permanece como eixo estruturante da vida social, ainda que submetido a processos intensos de precarização, desregulamentação e heterogeneização. Nosso objetivo central é discutir os principais problemas estruturais do mundo do trabalho no Brasil, con-

textualizá-los historicamente, analisar as respostas institucionais mais relevantes das últimas décadas e propor elementos para a construção de uma nova agenda de pesquisa e de ação pública.

O presente capítulo está organizado em cinco seções. A primeira apresenta a ideia da centralidade do trabalho, especialmente em contexto de uma crise multifacetada. A segunda expõe as transformações recentes do mundo do trabalho, com ênfase nas especificidades do caso brasileiro. A terceira analisa as principais políticas públicas e arranjos institucionais das últimas décadas, destacando seus limites e contradições. A quarta propõe eixos estruturantes para uma agenda contemporânea de pesquisa com foco no trabalho, pautada por uma perspectiva crítica e interdisciplinar. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais, salientando os desafios atuais para a organização dos trabalhadores e a ação coletiva.

A reflexão aqui desenvolvida resulta de um processo coletivo de elaboração, ancorado em debates realizados no âmbito da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar das Reconfigurações do Trabalho – REMIR – Trabalho, que congrega mais de 250 pesquisadores/as de distintas áreas do conhecimento e instituições. A REMIR constitui hoje um espaço dinâmico de produção coletiva de conhecimento, de articulação de projetos, de formação e de intervenção pública, inclusive na disputa de narrativas sobre o trabalho no Congresso Nacional e na sociedade civil[1].

A ABET, por sua vez, cumpre um papel decisivo nesse processo. Embora tenha sido fundada com forte protagonismo de economistas, a Associação vem ampliando progressivamente sua base de atuação, incorporando pesquisadoras e pesquisadores das mais diversas áreas do saber – como Sociologia, Psicologia, Direito, História, Ciência Política, Serviço Social, Antropologia, Educação, Cultura e Saúde Coletiva. Essa ampliação tem fortalecido o caráter interdisciplinar da entidade e contribuído para enfrentar os desafios teóricos e políticos inerentes à compreensão das transformações do mundo do trabalho. A construção de uma interpretação mais abrangente, crítica e socialmente engajada passa, necessariamente, por esse esforço coletivo.

1. Além disso, este texto se apoia em dois trabalhos previamente publicados. O primeiro foi elaborado em coautoria com Marcelo Manzano e Marilane Teixeira e publicado no Caderno 6 da Secretaria do Trabalho do Estado da Bahia, intitulado "Os desafios do trabalho no Brasil contemporâneo". O segundo, publicado na revista *Argumentum*, da Universidade Federal do Espírito Santo, amplia o debate sobre a centralidade do trabalho e a construção de uma agenda crítica de pesquisa. Ambos os textos são desdobramentos do projeto proposto no âmbito do CEPID (Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão), submetido à FAPESP, voltado à organização de uma agenda estratégica sobre os desafios do trabalho no século XXI.

O trabalho como categoria central em meio à crise multifacetada da sociedade contemporânea

O trabalho ocupa um lugar fundamental na organização da vida em sociedade. Não apenas por constituir a principal fonte de renda e sobrevivência para a maioria da população, mas também por funcionar como um vetor de pertencimento, identidade e participação social. Contudo, a realidade concreta dos mercados de trabalho no capitalismo contemporâneo revela uma tensão permanente entre essa centralidade e as formas cada vez mais precarizadas, fragmentadas e excludentes de inserção laboral.

No caso brasileiro, essa tensão se manifesta de maneira particularmente aguda. Embora o país tenha vivenciado momentos de crescimento econômico e de avanço na formalização do trabalho, a estrutura de seu mercado de trabalho permaneceu marcadamente desigual e desorganizada. A informalidade, a rotatividade, a subutilização da força de trabalho e a desproteção social continuam a atingir parcelas significativas da população ocupada, com impactos desproporcionais sobre mulheres, negros e jovens.

A crise atual não se restringe ao mundo do trabalho; está intrinsecamente conectada a uma "policrise"[2]. Essa crise multidimensional se manifesta, primeiro, na incapacidade de a humanidade persistir no atual modelo de devastação ambiental e de emissões de carbono, o que coloca em risco a própria continuidade da vida no planeta. Em segundo lugar, a degradação dos ecossistemas anda lado a lado com a fragilização e até a corrosão das instituições políticas nacionais e internacionais, incluindo os sistemas de representação social. Este processo é agravado pelo aumento sem precedentes das desigualdades e por uma economia que, imersa em grande instabilidade e deslegitimação, não responde aos problemas concretos da vida.

Em terceiro lugar, estão sob questionamento as próprias ciências enquanto instrumentos capazes de interpretar a realidade social e de contribuir para a busca de alternativas. O avanço do neoliberalismo e do produtivismo acadêmico parece ter criado um deserto de criatividade, com a prevalência de pesquisas cada vez mais especializadas e orientadas exclusivamente pelos critérios de revistas indexadas e pela avaliação dos programas de pós-graduação. Por fim, vive-se a erosão dos pactos de solidariedade, com a ascen-

2. "Edgar Morin define a policrise como uma situação em que 'crises interligadas e sobrepostas' assumem a forma de um 'complexo interdependente de problemas, antagonismos, crises e processos incontroláveis' que formam 'a crise geral do planeta'". GODIN, Romaric. *In*: Terra Redonda, 12/01/2024. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/bem-vindo-ao-mundo-da-policrise/> . Acesso em: 02 fev. 2025.

são de valores individuais e a valorização exacerbada da concorrência, um ambiente que corrói a própria textura da vida social.

Diante dessa constatação, defende-se que o enfrentamento dessa policrise tem como uma de suas condições fundamentais *reposicionar o lugar do trabalho na sociedade e reafirmar seu caráter de categoria-chave* para a compreensão da dinâmica social.

Pensar o lugar do trabalho passa pela compreensão de que as suas transformações não são meramente um reflexo de mudanças econômicas ou tecnológicas. Trata-se de um processo profundamente atravessado por escolhas políticas e institucionais que moldam as condições de produção, contratação e regulação laboral. A experiência brasileira recente, especialmente após as reformas de orientação neoliberal, é ilustrativa de como tais escolhas podem aprofundar desigualdades e enfraquecer os mecanismos de proteção social (Colombi *et al*., 2022).

Ademais, o trabalho está diretamente implicado nos principais debates contemporâneos, como os da transição ecológica, da justiça social, da reconfiguração das formas de vida e da produção de ciência. A busca por uma transição justa requer não apenas a transformação dos meios de produção e consumo, mas também a valorização do trabalho decente como eixo estruturante de um novo padrão civilizacional (OIT, 2018).

Portanto, reafirmar a centralidade do trabalho não significa ignorar suas metamorfoses ou negar as transformações em curso. Ao contrário, trata-se de compreendê-las em profundidade e de recolocar o labor como objeto central das ciências sociais e da agenda pública. A crise atual é, em grande medida, uma crise do trabalho; e qualquer projeto de futuro social e ambientalmente sustentável deverá recolocá-lo no centro das preocupações políticas e intelectuais.

Diagnóstico contemporâneo do trabalho: permanências estruturais, reconfigurações ocupacionais e causas da precariedade

A trajetória do mercado de trabalho brasileiro é marcada por uma persistente desorganização estrutural. Mesmo no período de forte crescimento econômico, entre as décadas de 1940 e 1980, o país não foi capaz de estruturar um mercado de trabalho inclusivo e efetivamente organizado. A urbanização acelerada, a migração campo-cidade e um modelo de industrialização concentrador e excludente resultaram em elevados níveis

de informalidade, baixos salários e acentuada desigualdade social. A legislação trabalhista e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) representaram avanços institucionais, mas sua efetividade foi limitada pela frágil capacidade de fiscalização e pela persistência de mecanismos de exclusão econômica e social.

A partir da década de 1980, o país ingressa em um ciclo de baixo crescimento, caracterizado por recessões recorrentes, desindustrialização precoce e uma inserção passiva na globalização financeira. A perda de dinamismo da economia nacional correlacionou-se com uma regressão produtiva e uma ampliação de ocupações no setor de serviços, caracterizadas, em sua maioria, por instabilidade, informalidade e baixa remuneração. Mesmo nos ciclos de expansão, como no período 2004-2014, a elevação dos índices de formalização e emprego coexistiu com a permanência de profundas desigualdades e com a frágil institucionalidade do mundo do trabalho.

Após a crise de 2015-2016, cujo ápice foi intensificado pela Reforma Trabalhista de 2017, o cenário de desorganização estrutural agravou-se substancialmente. O desemprego estrutural elevou-se, a informalidade retornou a patamares superiores a 50% da população ocupada, e novas modalidades de ocupação, como as mediadas por plataformas digitais e o teletrabalho, disseminaram padrões de exploração ainda mais precários. A heterogeneidade das formas de inserção laboral impôs desafios adicionais à organização sindical e à efetivação de direitos, enquanto a capacidade do Estado de promover políticas públicas de proteção social foi profundamente enfraquecida.

O diagnóstico sobre a situação atual do trabalho no Brasil revela, simultaneamente, importantes permanências e profundas transformações. A despeito das recorrentes narrativas sobre o "fim do trabalho" ou a "uberização generalizada", os dados empíricos mostram que o assalariamento segue sendo a forma predominante de inserção ocupacional. Segundo a PNAD Contínua (IBGE), cerca de dois terços da população ocupada permanecem inseridos em vínculos assalariados – proporção que se mantém relativamente estável nas últimas décadas (Krein, Manzano e Teixeira, 2022). O trabalho assalariado não perdeu participação no total de ocupados nos últimos 40 anos: em 2024, representou 69,2% dos ocupados, ante 66% em 1980. Da mesma forma, não houve uma explosão do trabalho por conta própria, cuja participação variou de 23% para 25% entre 2012 e 2024, segundo a mesma fonte.

Contudo, essa permanência estatística convive com uma intensificação da precarização, que se manifesta sob múltiplas formas: a persistência de uma alta informalidade, a ampliação da terceirização, os processos de *pejotização*, a rotatividade elevada e a expansão de formas desprotegidas de ocupação. É crucial notar que essa precarização não está restrita à informalidade, mas afeta também segmentos formais e estruturados do mercado de trabalho. Um dos principais indicadores dessa tendência é a estagnação da renda média do trabalho e a queda contínua da participação dos salários na renda nacional, especialmente a partir de 2015.

Além disso, o mundo do trabalho passa por uma significativa reconfiguração ocupacional, marcada pela expansão de atividades de serviços – que representam mais de 70% do total de ocupados –, em geral caracterizadas por baixa remuneração e pouca perspectiva de mobilidade social. Essa reconfiguração, porém, não é homogênea. No agronegócio, por exemplo, setor que aumentou sua participação no PIB, o emprego total caiu pela metade nos últimos 30 anos. O perfil do ocupado nesse setor mudou radicalmente: por exemplo, o trabalhador volante da cana-de-açúcar perdeu espaço para ocupações mais qualificadas, relacionadas ao manejo de equipamentos high-tech e à aplicação de ciência intensiva na produção.

Esse fenômeno ilustra uma tendência mais ampla: a formação de um perfil de "trabalhador geral", cujas competências – muitas vezes ligadas à operação de máquinas computadorizadas – são transferíveis entre setores distintos (operar uma colheitadeira ou uma máquina industrial pode demandar habilidades similares). Paralelamente, observa-se a expansão de uma massa de trabalhadores em "atividades gerais", sem especialização definida, o que aprofunda a polarização e a insegurança no mercado de trabalho.

As razões para esse quadro são múltiplas e inter-relacionadas. Em primeiro lugar, a própria dinâmica econômica brasileira tem se mostrado estruturalmente instável e excludente. Desde os anos 1980, o país registra baixo crescimento econômico per capita e uma inserção subordinada na globalização financeira e nas cadeias globais de valor nos anos 1990, que fez o país perder competitividade em setores tecnologicamente intensivos (Krein; Manzano; Teixeira, 2022).

Em segundo lugar, as inovações tecnológicas mais recentes, especialmente na era digital, que inclui o campo da inteligência artificial, intensificam processos de polarização do mercado de trabalho. De um lado, concentram-se oportunidades altamente qualificadas e bem remuneradas em centros tec-

nológicos globais; de outro, multiplicam-se ocupações precarizadas, muitas vezes invisíveis, vinculadas à infraestrutura de dados e ao treinamento de algoritmos (Casilli, 2019). O Brasil, nesse contexto, encontra-se em posição frágil, com baixa capacidade de inovação endógena e crescente dependência tecnológica.

Em terceiro lugar, as mudanças na estrutura de renda e do consumo ajudam a explicar a ampliação do setor terciário, um movimento que ocorre por duas vias distintas. A primeira se expressa na crescente incorporação de camadas historicamente excluídas ao consumo de massa, impulsionada por políticas de inclusão social e redistribuição de renda implementadas nos governos do PT, especialmente nos dois primeiros mandatos do presidente Lula. A segunda via decorre do aprofundamento das desigualdades sociais, em que segmentos de alta renda passam a demandar uma gama de serviços pessoais – dos utilitários aos luxosos – para facilitar a vida e satisfazer necessidades, inclusive as simbolicamente construídas. Paralelamente, mudanças culturais geraram novas atividades econômicas, como toda uma indústria e serviços voltados para o cuidado de animais e pessoas. Esse fenômeno ilustra a penetração do capitalismo em novas esferas da existência, gerando ocupações, tanto assalariadas formais quanto informais, em setores antes não mercantilizados. Exemplos emblemáticos incluem os negócios das plataformas digitais e a expansão dos serviços de saúde e cuidados, impulsionados pelo envelhecimento populacional.

Em quarto lugar, as transformações em curso apresentam forte relação com as políticas públicas e reformas direcionadas ao mercado de trabalho, um aspecto que será desenvolvido em separado no próximo tópico.

As políticas públicas e as respostas institucionais

O processo de redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988 representaram um marco fundamental na afirmação dos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. A Carta Magna consolidou direitos individuais e coletivos, ampliou a proteção ao trabalhador, fortaleceu o papel dos sindicatos e da negociação coletiva e incorporou princípios basilares de proteção social, como o seguro-desemprego, a valorização do salário mínimo e a universalização da seguridade social.

Contudo, a implementação desses direitos ocorreu em um contexto econômico profundamente adverso. A crise da dívida externa, a estagnação

prolongada, a hiperinflação e, ainda, a inserção subordinada na globalização limitaram severamente a capacidade do Estado de financiar políticas públicas robustas. Simultaneamente, o desemprego estrutural começava a se consolidar, aprofundando o descompasso entre os avanços legais conquistados e a capacidade real da economia de sustentá-los. Apesar desses obstáculos, esse período abriu espaço para experiências inovadoras de organização sindical, mobilização social e construção de políticas públicas voltadas para a inclusão e a proteção dos trabalhadores.

Nos anos 1990, a agenda neoliberal passou a orientar as políticas públicas brasileiras. Sob a justificativa de modernizar a economia, aumentar a competitividade e gerar empregos, promoveu-se um conjunto de reformas que flexibilizaram as relações de trabalho, enfraqueceram a representação sindical e redefiniram o papel do Estado na regulação do mercado de trabalho. O discurso da "empregabilidade" e da "responsabilidade individual" ganhou força, transferindo para os trabalhadores o ônus pelo sucesso profissional em um mercado cada vez mais volátil.

A Reforma Trabalhista de 2017 representou o ápice desse processo. Apresentada como medida indispensável para estimular o crescimento e combater o desemprego e a informalidade, ela alterou profundamente mais de duzentos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). As mudanças ampliaram as modalidades de contratação atípica, flexibilizaram as jornadas de trabalho, reduziram a proteção jurídica e limitaram significativamente o poder de ação dos sindicatos e da Justiça do Trabalho. Introduziu-se o contrato intermitente e a figura do autônomo exclusivo, ampliou-se a terceirização sem limites e enfraqueceram-se os mecanismos de fiscalização e mediação de conflitos (Krein, 2018).

Passados oito anos, os resultados observados distanciam-se radicalmente das promessas originais (Krein et al., 2021). Não houve geração significativa de empregos formais de qualidade; a informalidade cresceu; a renda média estagnou-se e as desigualdades acentuaram-se. Longe de dinamizar a economia no período pós-crise de 2015/2016, a reforma atuou como um empecilho à recuperação, ao fragilizar a renda do trabalho – componente crucial da demanda agregada – e ao gerar instabilidade, com efeitos depressivos sobre o crédito e o consumo. A estrutura ocupacional tornou-se mais frágil, com expansão do trabalho por conta própria desprotegido e redução do emprego com carteira assinada. A retomada do emprego a partir de 2023 não guarda relação causal com a reforma, assim como a queda do

desemprego no ciclo anterior (2004-2014), foi explicada pela dinâmica econômica favorável, notadamente pela indução do gasto público – um contraponto à desorganização promovida pelo governo anterior (2019-2022).

Do ponto de vista institucional, registrou-se um enfraquecimento expressivo dos sindicatos, com queda na taxa de sindicalização, redução da cobertura das negociações coletivas e erosão da base financeira e organizativa das entidades. A Justiça do Trabalho viu sua capacidade de atuação restringida, tanto pelo encarecimento do acesso à justiça para os trabalhadores quanto pela limitação de sua função normativa. Como resultado, o poder de barganha dos trabalhadores diminuiu drasticamente, aprofundando a assimetria inerente às relações capital-trabalho.

Portanto, as reformas flexibilizadoras, longe de promover inclusão ou dinamismo econômico, consolidaram um cenário de vulnerabilidade e insegurança para amplas parcelas da força de trabalho. Essa avaliação crítica é fundamental para orientar a formulação de novas propostas de políticas públicas que reafirmem o papel do Estado na regulação protetora do trabalho e na garantia efetiva de direitos sociais.

Em síntese, as transformações do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo são marcadas por profundas mudanças tecnológicas, econômicas, societárias – com alterações nas estruturas de renda e consumo – e pela consolidação hegemônica de um paradigma neoliberal a partir dos anos 1990. A chamada Terceira Revolução Industrial e seus desdobramentos mais recentes – como a digitalização, a inteligência artificial e a economia de plataformas – reconfiguraram profundamente a organização da produção e das relações laborais, ampliando e sofisticando os mecanismos de subordinação e controle. Tais mudanças foram acompanhadas e incentivadas por um projeto político que visa reforçar uma tendência de autorregulação dos mercados, a flexibilização das legislações trabalhistas e o enfraquecimento estratégico das instituições públicas e sindicais, tudo sob a promessa falaciosa de maior eficiência econômica e criação de empregos.

O resultado, porém, tem sido a consolidação de um mercado de trabalho crescentemente polarizado, caracterizado pela concentração de ocupações altamente qualificadas e bem remuneradas, em um polo, e pela massiva expansão de empregos precários e mal remunerados, em outro. A informalidade, a rotatividade e a instabilidade tornaram-se traços estruturantes do trabalho contemporâneo. Ademais, as novas tecnologias, longe de universalizarem benefícios, acentuaram disparidades preexistentes e criaram

novas modalidades de precarização, como evidenciado pelas condições de trabalho desprotegidas nas empresas de plataformas digitais e pela expansão do teletrabalho sem uma regulação adequada.

Nos países de capitalismo periférico, como o Brasil, esses processos assumem contornos ainda mais agudos. A inserção subordinada na economia global, a baixa densidade institucional e a histórica incapacidade de estruturar um mercado de trabalho formal e inclusivo acentuam drasticamente a vulnerabilidade dos trabalhadores. A carência crônica de políticas públicas efetivas para fomentar ocupações de qualidade aprofunda a fragmentação social, reproduz discriminações estruturais – de classe, raça e gênero – e corrói a capacidade de organização e resistência coletiva.

A experiência brasileira demonstra, portanto, que a ausência de um projeto nacional de desenvolvimento articulado à inclusão produtiva e à valorização do trabalho resulta na consolidação de um mercado de trabalho profundamente segmentado, polarizado e excludente. Diante dessa realidade e do contexto de policrise anteriormente analisado, coloca-se o premente desafio de formular uma nova agenda de pesquisa, capaz de decifrar a complexidade dessas mudanças, e de construir uma ação pública intencional, voltada à reestruturação das instituições do trabalho e à promoção efetiva da justiça social.

Desafios para uma agenda contemporânea de pesquisa sobre o trabalho[3]

Os desafios apresentados no seminário foram elaborados no âmbito do projeto submetido à FAPESP (CEPID – Centro de Pesquisa, Inovação e Divulgação) e da REMIR, portanto são resultado de elaboração coletiva. Somando-se às análises acumuladas pela ABET e às transformações observadas nas últimas décadas, é possível identificar dimensões fundamentais para os desafios de uma agenda de pesquisa crítica sobre o trabalho:

1. *Mudanças tecnológicas e precarização do trabalho*. Embora as tecnologias digitais e os sistemas automatizados tragam potencial para reorganizar o tempo de trabalho e melhorar as condições de vida, seu uso atual tem sido orientado por uma agenda regressiva de criação de instabilidade. A tecnologia vem sendo instrumentalizada para aprofundar a precarização, excluir direitos e ampliar a exploração. Por exemplo, justificando a agenda da fle-

3. Os desafios foram elaborados no âmbito do projeto CEPID, com a participação de uma ampla equipe.

xibilização das relações de trabalho e da diminuição da proteção social e redução de direitos laborais. Há muitos estudos em segmentos específicos, tais como o trabalho em empresas de plataforma digital. Os impactos da Inteligência digital ou do trabalho da era digital são mais amplos e ainda em curso, o que tem gerado um déficit de estudos mais gerais do segmento de TI como um todo, mas especialmente de seu impacto nos outros agrupamentos de atividade, assim como na regulação do trabalho, na proteção social e na sociabilidade. As previsões catastróficas e/ou otimistas precisam ser confirmadas por pesquisas. Por isso, faz-se necessário compreender melhor a natureza dos vínculos que surgem a partir dessas inovações, suas implicações para o tempo, o espaço e a organização do trabalho, bem como seus efeitos subjetivos e sociais.

2. *Geração de trabalho decente além da lógica mercantil*. O capitalismo contemporâneo, sob o domínio financeiro e a hegemonia neoliberal, demonstra-se estruturalmente incapaz de gerar trabalho de qualidade para toda a população economicamente ativa. O crescimento econômico, embora necessário, mostrou-se insuficiente para assegurar a criação de emprego decente em escala. As formas de dinamizar a economia, vinculadas a um projeto nacional de desenvolvimento e a políticas econômicas públicas, são um elemento crucial nessa equação. Reconhece-se que o trabalho, enquanto categoria social, é historicamente construído por relações sociais, ainda que condicionado pelas tecnologias e pela dinâmica econômica. O desafio que se coloca, portanto, é conceber a geração de ocupações para além da esfera mercantil capitalista. É imperativo fomentar trabalhos socialmente relevantes – nas áreas de cuidado, cultura, educação e sustentabilidade ambiental – que contribuam para enfrentar crises sociais e ecológicas, promover a soberania nacional e propiciar realização pessoal e coletiva. Paralelamente, é vital estimular empregos de qualidade via desenvolvimento econômico, o que inclui ampliar o papel do Estado como indutor estratégico de trabalho de qualidade.

3. *Universalização da proteção social.* Praticamente metade da população ocupada encontra-se à margem dos direitos e da proteção social, configurando o que se conceitua como informalidade ampliada (Krein, 2017). A precarização e a flexibilização das relações laborais, intensificadas por reformas como a de 2017 no Brasil, não podem ser compreendidas apenas pelo viés jurídico. É imperativo incorporar aportes da Ciência Política para analisar as relações de poder que moldam a arquitetura dessas reformas,

bem como da Sociologia para examinar suas consequências na erosão da organização coletiva dos trabalhadores.

Estatisticamente, a proporção do assalariamento manteve-se estável nos últimos 40 anos. Contudo, o *significado* social da proteção e dos direitos deteriorou-se profundamente, processo acompanhado por uma campanha de demonização da CLT, amplificada pelas redes sociais. Essa narrativa possui uma ambivalência: se, por um lado, manifesta um preconceito contra os trabalhadores e um ataque aos institutos protetivos, por outro, opera como uma denúncia indireta das condições degradadas que o trabalho assalariado assumiu nas últimas décadas. Esse processo de desconstrução simbólica e material de direitos ajuda a explicar o surgimento de uma postura de indisciplina, especialmente entre a Geração Z, em relação ao trabalho existente na atualidade. Paralelamente, observa-se a valorização de um ideal empreendedor, fomentado por instrumentos como o Microempreendedor Individual (MEI). Ademais, é crucial considerar que, na América Latina, persiste historicamente uma elevada informalidade, com uma parcela significativa da população exercendo atividades de subsistência sem qualquer perspectiva de transição para o assalariamento formal.

Diante desse cenário, coloca-se um duplo desafio para a pesquisa. O primeiro é analítico-diagnóstico: caracterizar a heterogeneidade das situações de informalidade, avaliar o impacto concreto das reformas no trabalho e na seguridade social e investigar a eficácia das políticas públicas de regulação. O segundo é propositivo: pensar alternativas concretas para um sistema que universalize direitos e proteção social, desvinculando-os da forma de inserção ocupacional. Isso implica rediscutir o papel do Estado como fiscalizador e garantidor efetivo de direitos, e o fortalecimento da negociação coletiva como instrumento de ampliação da proteção.

4. *Crise da representação coletiva*. O sindicalismo é uma instituição dinâmica, que se modifica no tempo e no espaço. Contudo, é inegável a tendência prevalente de fragilização de sua capacidade de ação coletiva no contexto recente, ainda que com exceções setoriais importantes. No caso brasileiro, esse enfraquecimento intensificou-se após a Reforma Trabalhista de 2017, mas suas raízes são anteriores. A crise atual pode ser analisada a partir de quatro dimensões inter-relacionadas: representação, organização, mobilização e elaboração estratégica.

A *crise de representação* manifesta-se na queda persistente das taxas de sindicalização e no baixo índice de confiança da população nas instituições

sindicais (Colombi et al., 2022). Essa crise é agravada pelas reconfigurações da classe trabalhadora e por uma campanha pública sistemática contra a ação coletiva, alimentada tanto pela cultura do empreendedorismo individualista quanto pela ascensão de projetos políticos de extrema direita que visam explicitamente abolir a representação coletiva.

A *crise de organização* deriva de um duplo desafio: a herança problemática do sindicalismo corporativo de base estatal e as profundas transformações na estrutura produtiva. As categorias profissionais homogêneas e estáveis do período fordista, que constituíam a base tradicional de representação, deram lugar a uma força de trabalho heterogênea, fragmentada e dispersa em setores de serviços e em novas modalidades de trabalho.

A *crise de mobilização* tornou-se mais evidente pela diminuição da capacidade dos sindicatos em convocar greves eficazes para a conquista de direitos e em colocar grandes contingentes de trabalhadores em manifestações públicas de rua, um termômetro clássico do poder de fogo do movimento.

Por fim, a *crise de elaboração estratégica* refere-se à dificuldade dos sindicatos em "conquistar os corações e mentes" da classe trabalhadora contemporânea, formulando uma narrativa convincente que recoloque o trabalho como uma questão central no debate nacional e articule demandas diversas em uma agenda comum e mobilizadora (Colombi,; Galvão Krein, 2025).

Em síntese, a heterogeneidade das formas de inserção e a fragmentação das experiências laborais desafiam os modelos históricos de organização coletiva. Superar essa quadríplice crise exige repensar profundamente as formas de sindicalismo e representação, de modo a construir novas institucionalidades que dialoguem efetivamente com a realidade complexa do trabalho no século XXI.

5. *Novas formas de sociabilidade e o sentido do trabalho*. Esta dimensão manifesta-se sinteticamente em dois movimentos distintos, porém por vezes relacionados. O primeiro movimento é o avanço da cultura da empregabilidade e do empreendedorismo individualista. Nele, a alocação dos indivíduos no mundo do trabalho é apresentada como uma responsabilidade exclusivamente pessoal. O sucesso ou fracasso é atribuído ao desempenho e ao esforço individual, o que tende a esvaziar a crítica sobre os determinantes estruturais do desemprego e da precarização, transferindo para o trabalhador a culpa por suas próprias condições. Trata-se de uma cultura que valoriza não apenas o esforço individual, mas também a adaptabilidade constante, a instabilidade e a busca obsessiva por novidades. Nessa lógica,

como bem analisa Byung-Chul Han (2015) em *A Sociedade do Cansaço*, os indivíduos são desafiados a se auto-otimizar perpetuamente, tornando-se simultaneamente algoz e vítima de sua busca infindável por produtividade.

O segundo movimento, que dialoga com o primeiro mas possui natureza diversa, reside nas estratégias comunitárias de sobrevivência e na ressignificação do trabalho mediada por certos grupos religiosos, em especial denominações neopentecostais influenciadas pela *teologia da prosperidade*. Estes grupos operam uma ambivalência: por um lado, praticam a solidariedade entre seus membros, criando redes de proteção; por outro, propagam uma crítica ao trabalho assalariado, visto como sinônimo de servidão e fracasso, e glorificam o empreendedorismo como via divina para a prosperidade. Dessa forma, as estratégias de sobrevivência nas periferias urbanas são cada vez mais moldadas por essas narrativas, dando origem a formas alternativas de trabalho e a ressignificações profundas do seu sentido, mediadas por discursos religiosos e comunitários.

Compreender a interação entre essas duas dinâmicas – a pressão individualizante da cultura da empregabilidade e as respostas comunitárias e religiosas que ela provoca – é central para decifrar os novos significados sociais do trabalho na contemporaneidade.

6. *Desigualdades estruturais*. O mundo do trabalho constitui um lócus privilegiado de reprodução e intensificação de desigualdades multidimensionais – de classe, raça, gênero, geração, território e orientação sexual. Tais assimetrias manifestam-se tanto no acesso ao mercado laboral quanto nas condições concretas de exercício do trabalho, configurando-se como um eixo fundamental para qualquer agenda que almeje justiça social, entendida pela dupla dimensão da redistribuição econômica e do reconhecimento identitário.

A despeito do surgimento de movimentos sociais, organizações e marcos legais voltados ao combate dessas desigualdades – com avanços notórios nas pautas de gênero e raça –, a observação das tendências de longo prazo revela a persistência e a profundidade desses fenômenos, denunciando seu caráter estrutural e não meramente conjuntural.

As desigualdades se expressam de formas específicas: as desigualdades regionais articulam-se intimamente com modelos de desenvolvimento e padrões de investimento público historicamente concentrados. As desigualdades de classe materializam-se no declínio da participação dos salários na renda nacional, na concentração dos lucros corporativos, na hierarquiza-

ção das ocupações e no acesso a posições de chefia e direção. Já as desigualdades de raça e gênero perpetuam-se através da segregação ocupacional, dos tetos de vidro e dos diferenciais salariais para desempenho de funções equivalentes.

O grande desafio para os pesquisadores da área consiste em ir além da descrição dessas disparidades, investigando os mecanismos causais que as produzem e reproduzem cotidianamente. Neste esforço, a interdisciplinaridade revela-se imprescindível, pois permite decifrar como discriminações históricas e sociais se reinscrevem nas relações laborais e, concomitantemente, apontar caminhos para que políticas públicas específicas e transversais possam efetivamente confrontá-las.

7. *Questão ambiental e o trabalho*. A crise ecológica global impõe a necessidade de uma profunda reconfiguração dos modelos de produção e consumo. Este imperativo implica repensar centralmente o papel do trabalho na construção da sustentabilidade, com foco na geração de "empregos verdes" e no fomento a atividades voltadas para a recuperação ambiental, o manejo sustentável e a economia do cuidado.

O problema reside no fato de o trabalho não ocupar um lugar de destaque na agenda ambiental hegemônica, como evidenciado pela sua marginalização em fóruns decisórios globais, a exemplo da COP 30. Superar essa lacuna é um desafio urgente.

Neste contexto, o conceito de "transição justa" emerge como um marco fundamental de políticas públicas. Seu objetivo é garantir que a mudança para uma economia de baixo carbono não ocorra às custas dos trabalhadores e das comunidades mais vulneráveis, transformando-a em uma oportunidade para construir uma sociedade mais equitativa. No mundo do trabalho, a transição justa opera através de quatro pilares inter-relacionados:

a) Criação de emprego de qualidade com proteção social: gerar empregos de qualidade, formais e com direitos plenos, nos setores de energia renovável, eficiência energética, mobilidade sustentável e outras atividades de baixo impacto ambiental.

b) Proteção social e requalificação: garantir que os trabalhadores de setores intensivos em carbono (como combustíveis fósseis ou agropecuária predatória) tenham acesso a programas de renda, recapacitação profissional e requalificação, assegurando-lhes um lugar no novo modelo

econômico. A qualificação somente faz sentido, se tiver um modelo de desenvolvimento que seja capaz de absorver as pessoas.

c) Diálogo social inclusivo: incluir sindicatos, organizações de trabalhadores e comunidades no planejamento e na implementação das políticas de transição, garantindo que suas vozes e interesses sejam efetivamente considerados.

d) Garantia de direitos laborais: assegurar que os novos empregos verdes cumpram integralmente a legislação trabalhista, oferecendo salários dignos, segurança no trabalho e liberdade sindical.

A adoção deste marco é essencial porque uma transição puramente tecnocrática, focada exclusivamente em metas de emissões, geraria desemprego em massa, conflitos sociais e pobreza, criando assim uma resistência social contraproducente às mudanças urgentes que a crise climática demanda. A transição justa, portanto, não é um apêndice social, mas a condição política para o sucesso da transformação socioecológica necessária.

8. *Saúde e sofrimento psíquico no trabalho*. Uma das expressões mais visíveis das consequências das transformações no mundo do trabalho é a mudança no perfil do adoecimento físico e mental dos trabalhadores. Se no século XIX predominavam as doenças infectocontagiosas, como a tuberculose e os acidentes industriais, no século XXI persistem os acidentes, mas a patologia emblemática tornou-se o adoecimento psíquico, manifestado em síndromes de *burnout*, estresse, ansiedade e depressão. Este fenômeno possui relação direta com a organização contemporânea do trabalho. Como analisa Christian Dunker (2015), a produtividade é frequentemente alavancada por meio da gestão do sofrimento, por meio da exigência incessante de criatividade, proatividade, liderança e competência. Na mesma direção, Han (2015) argumenta que o imperativo da performance leva o indivíduo à autoexploração, que é mais destrutiva que a exploração por outrem, resultando em exaustão neuronal e esgotamento.

O desafio que se coloca é duplo: (1) metodológico, para construir indicadores capazes de capturar a complexidade dessa dimensão subjetiva e vincular causalmente a organização do trabalho ao adoecimento; e (2) político, para formular políticas públicas e fomentar ações coletivas – inclusive sindicais – que atuem nas causas estruturais do sofrimento, e não apenas em seus sintomas.

9. *Desafios demográficos e a crise do cuidado.* O crescente envelhecimento da população e a reconfiguração das estruturas familiares (com famílias menores e monoparentais) geram uma demanda social por trabalho de cuidado – em saúde, assistência, sociabilidade – e organização de infraestruturas urbanas adequadas.

Essa mudança demográfica altera radicalmente o perfil da força de trabalho disponível, impactando questões de qualificação, educação e migração. Um dos efeitos mais críticos é o aumento da razão de dependência (a relação entre população inativa e ativa), que coloca sob enorme tensão o financiamento da seguridade social e dos sistemas de proteção. Paradoxalmente, mesmo diante desse aumento da demanda, o mercado de trabalho tende à escassez de mão de obra em setores essenciais.

O grande desafio é, portanto, conceber ocupações e políticas públicas que respondam a esse novo cenário, o que necessariamente inclui a valorização social e econômica e a profissionalização das atividades de cuidado, reconhecendo-as como fundamentais para a sustentabilidade da vida.

Esses nove eixos são profundamente interdependentes, articulando dimensões econômicas, políticas, sociais e ambientais. Eles apontam coletivamente para a urgência de se reposicionar o trabalho no centro dos debates sobre desenvolvimento, democracia e justiça social.

Neste contexto, a interdisciplinaridade deixa de ser um mero método acadêmico opcional e transforma-se numa necessidade prática e epistemológica para enfrentar a complexidade do capitalismo contemporâneo. Fenômenos como a uberização exemplificam essa necessidade: são simultaneamente um modelo de negócio, uma relação jurídica em disputa, um mecanismo de controle algorítmico, uma experiência de precariedade e um fenômeno urbano.

Portanto, a complexidade do mundo laboral – marcada por crises econômicas, transformações tecnológicas, desigualdades profundas e desafios ambientais – exige respostas igualmente complexas e integradas. A interdisciplinaridade é o caminho para construir diagnósticos mais precisos e alternativas mais efetivas, reafirmando a centralidade do trabalho como categoria chave para a compreensão e a transformação da vida social no século XXI.

Considerações finais

O presente artigo buscou demonstrar que o trabalho persiste como elemento estruturante da vida social, embora sua natureza e centralidade tenham sido reconfiguradas pelas profundas transformações do capitalismo contemporâneo. A análise aqui empreendida evidenciou que a precarização, a informalidade, a fragmentação das trajetórias laborais e a ampliação das desigualdades não são fenômenos isolados, mas sim expressões de um processo histórico de desorganização estrutural do mercado de trabalho brasileiro. Este processo, iniciado ainda no último século, foi drasticamente intensificado pela agenda neoliberal das últimas décadas, que promoveu o desmonte de direitos, a flexibilização regulatória e o enfraquecimento dos mecanismos de proteção social e coletiva.

As reformas implementadas, notadamente a de 2017, revelaram-se um fracasso em seus próprios termos: não geraram os empregos prometidos, mas sim ampliaram a insegurança econômica e a vulnerabilidade de grande parte da força de trabalho. Longe de modernizar as relações laborais, tais reformas consolidaram um cenário de regressão social, aprofundando a assimetria entre capital e trabalho e esvaziando o potencial do trabalho como alicerce da cidadania e da democracia. Este diagnóstico impõe uma conclusão ética e política incontornável: a urgência de recolocar o trabalho de qualidade e protegido no centro de qualquer projeto viável de desenvolvimento nacional.

Para construir alternativas a essa realidade, é imperativo avançar em uma nova agenda de pesquisa e ação pública. Os nove eixos temáticos delineados – das mudanças tecnológicas às questões ambientais, da saúde mental aos desafios demográficos – ilustram a complexidade e a interdependência dos fenômenos que atravessam o mundo do trabalho contemporâneo. Esta complexidade exige, necessariamente, uma abordagem interdisciplinar e crítica, capaz de superar análises segmentadas e capturar a totalidade social do trabalho. A Economia, a Sociologia, o Direito, a Psicologia, a Ciência Política e a Saúde Coletiva, entre outras áreas, devem convergir para produzir diagnósticos mais precisos e proposições mais ousadas.

Esta agenda de pesquisa não pode ser dissociada de um compromisso político com a transformação social. Seu objetivo último deve ser orientar a formulação de políticas públicas e ações coletivas que enfrentem as causas da precarização, e não apenas seus sintomas. Cabe às universidades, centros de pesquisa, movimentos sociais, sindicatos e instituições públicas as-

sumirem, em diálogo, a responsabilidade de forjar caminhos alternativos à lógica mercantil que subordina a vida à acumulação. O desafio é, em última instância, reafirmar o trabalho como um direito fundamental e um espaço de realização humana, garantindo condições dignas de existência e participação social para todas e todos. Só assim será possível construir um futuro em que o trabalho volte a ser sinônimo de liberdade, e não de exploração.

Referências

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão*: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BALTAR, P. *O mercado de trabalho brasileiro no início do século XXI*. Tese (Livre Docência) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BALTAR, P. *Trabalho e desenvolvimento*: desafios do século XXI. Campinas: IE/Unicamp, 2021.

BELLUZZO, L. G.; GALÍPOLO, G. *A escassez na abundância capitalista*. São Paulo: Contracorrente, 2019.

CASILLI, A. A. *En attendant les robots*: enquête sur le travail du XXIe siècle. Paris: Seuil, 2019.

COLOMBI, A. P. *et al. Panorama do sindicalismo 2015 a 2021*, São Paulo: FES, 2022. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/19776-20221202.pdf>

DUNKER, C. I. L. *Mal-estar, sofrimento e sintoma*: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

FILGUEIRAS, V. A. *"É tudo novo"*, de novo: as narrativas sobre grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital. São Paulo: Boitempo, 2021.

GODIN, R.. (12/01/2024) *In: Terra Redonda*. Disponível em:<https://aterraeredonda.com.br/bem-vindo-ao-mundo-da-policrise/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

HAN, B. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.

KALLEBERG, A. L. *Good jobs, bad jobs*: the rise of polarized and precarious employment systems in the United States, 1970s to 2000s. New York: Russell Sage Foundation, 2011.

KREIN, A. *Relações formais e informais de trabalho nos governos Lula e Dilma por uma perspectiva de gênero e raça*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

KREIN, J. D. (2018). O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social*, v. 30, n. 1, p. 77-104. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138082>

KREIN, J. D. *et al. Trabalho pós reforma trabalhista de 2017*. Campinas: IE/Unicamp, 2021.

KREIN, J. D.. Trabalho, emprego e renda: as condições de vida de trabalhadoras e trabalhadores no capitalismo contemporâneo. *Argumentum*, Vitória, UFES, v. 25, n. 1, p. 45-64, 2024.

KREIN, J. D.; MANZANO, Marcelo; TEIXEIRA, Marilane. Os desafios do trabalho no Brasil contemporâneo. *CAES*, Salvador, n. 6, 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). (2018). *O futuro do trabalho que queremos*: a visão da OIT. Genebra: OIT. Disponível em: <https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@cabinet/documents/publication/wcms_618170.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

Pesquisa e intervenção: a REMIR sob a análise de redes sociais

Jordão Horta Nunes

Layla Caroline Barbosa Borges

Introdução

A Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (Remir) surgiu em um contexto em que medidas de flexibilização das relações de trabalho se intensificaram diante da deterioração das condições econômicas e da crise política, a partir de junho de 2013. O ponto de partida da organização da rede foi a edição da Lei da Reforma Trabalhista – LRT, n. 13.467, de 13 de julho de 2017, aprovada "a partir do aproveitamento pelas elites econômica e política do país de uma profunda crise do sistema democrático representativo nacional, abalado por um golpe de Estado travestido de processo de *impeachment*" (Beltramelli Neto, 2021, p. 17). Por meio de uma reunião realizada pelo Ministério Público do Trabalho em meados de 2017, foi firmado um convênio de cooperação entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) da 15ª Região e o Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT-IE, UNICAMP), a fim de pesquisar os impactos da Reforma Trabalhista de 2017 sobre a economia, o mercado de trabalho, a desigualdade de rendimento do trabalho, as formas de contratação, jornada, remuneração, o sindicalismo, as instituições públicas do trabalho e as negociações coletivas.

O CESIT, no empenho de viabilizar a pesquisa sobre as consequências da Reforma Trabalhista, mobilizou pesquisadores de diferentes regiões brasileiras que se articularam na Remir. A partir da constituição da Rede, esses pesquisadores vêm desenvolvendo estudos e organizando seus resultados em sucessivas publicações, como no livro *Dimensões Críticas da Reforma Trabalhista no Brasil* (Krein et al., 2018), em que são estabelecidos indicadores e um instrumental teórico-metodológico para uma análise contex-

tual econômica e social do trabalho desde a crise que antecedeu a aprovação da Lei, de 2014 a 2017.

A Remir teve origem em pesquisas desenvolvidas pelo CESIT, resultando em textos de discussão que vieram a compor o esboço de um Projeto Temático sobre o tema, que constituiu a base da reunião realizada entre 19 e 20 de março de 2018, na Unicamp, agrupando pesquisadora/es de diversas regiões do país. O texto originário, discutido na reunião mencionada, destaca os seguintes objetivos: a) estabelecer uma rede interdisciplinar de pesquisadores com perspectiva crítica, para investigar os efeitos diversos da Reforma Trabalhista na sociedade brasileira; b) elaborar instrumentos metodológicos para viabilizar uma plataforma comum de acompanhamento da implementação e dos desdobramentos da Reforma Trabalhista; c) criar mecanismos de troca de informações e de recursos analíticos para estabelecer complementariedade entre procedimentos metodológicos, matrizes analíticas, banco de dados, estratégias de divulgação de resultados etc. e para contribuir com a construção e atualização permanente de diagnósticos gerais e específicos, compreendendo diferenças regionais, setoriais e dadas pelas clivagens de sexo, raça, geração etc.; d) criar uma plataforma virtual de compartilhamento, divulgação e referência dos materiais produzidos pela Rede; e) constituir formas de interação/cooperação com as organizações dos trabalhadores e de outros segmentos da sociedade, igualmente empenhados em atuar de modo crítico sobre os desdobramentos da Reforma Trabalhista.

A construção de um diagnóstico atualizado do trabalho no Brasil à época foi considerado o primeiro desafio que precisava ser superado para a estruturação da Remir. Nesse intuito foram identificadas algumas temáticas a serem abordadas, das quais destacamos: a) as experiências internacionais similares em termos de alteração da regulação; b) a estrutura do mercado de trabalho; c) as relações de emprego; d) as condições de constituição das normas coletivas de regulação das relações de trabalho; e) as estratégias sindicais nos processos de negociação coletiva; f) o caráter desigual e discriminatório das formas sociais e o caráter segmentado das formas de inserção no trabalho; g) a dinâmica e o papel das instituições públicas de regulação do trabalho; h) a relação do padrão salarial de relações de trabalho com o sistema de proteção social; i) a compatibilidade entre padrão de desenvolvimento e a regulação do trabalho, nos âmbitos nacional e regional.

Em resumo, a construção de um diagnóstico do trabalho no Brasil requer várias perspectivas de observação, na tentativa de apreender um padrão geral, ainda que pautado por marcantes diferenças: "a) setores diversos da economia; b) clivagens de gênero, raça, geração; c) regiões distintas do país; d) tipos de territórios produtivos/clusters; e) tipos de inserção em cadeias produtivas mais amplas, nacionais e internacionais" (Cf CESIT, 2018).

Um segundo desafio importante no plano de construção da Remir foi o acompanhamento dos aspectos centrais da implementação da Reforma Trabalhista, pois a expectativa era de severas implicações para a organização e os direitos de trabalhadores em sua implementação, como a flexibilização exacerbada das formas de vinculação, a precarização das condições de trabalho, o efeito negativo sobre os sistemas de proteção social e sobre a regulação e estruturação do mercado de trabalho, além de outros. Nesse sentido foram identificados os seguintes aspectos a serem observados: modalidades de contratação; jornada de trabalho; remuneração do trabalho; condições de trabalho; mercado de trabalho; processos de trabalho; instituições na área do trabalho; movimento sindical e negociação coletiva; relação com as políticas de proteção social; desenvolvimento e competitividade.

Ainda segundo o texto base da Remir, os dois desafios remanescentes para viabilizar sua estruturação estão mais ligados a uma postura ativista do que à pesquisa. O primeiro é o posicionamento no debate público sobre os fundamentos, sentidos e consequências da Reforma Trabalhista no Brasil. Não se trata apenas de criticar por criticar, trata-se de construir uma nova elaboração sobre formas de proteção social e de desenvolvimento que possam ser efetivamente usufruídos por trabalhadores na constituição digna de suas vidas e trajetórias. Para a atuação da Rede, incorpora-se também uma perspectiva propositiva, é preciso que haja uma atenção para experiências que possam indicar alternativas aos aspectos prejudiciais da Reforma (Cf CESIT, 2018, p. 14). Finalmente, coloca-se no horizonte constituir e viabilizar a Remir – Trabalho, construindo um sistema de divulgação de pesquisas, estimulando a elaboração de projetos e "produzindo material de divulgação visando os públicos das entidades representativas, movimentos sociais e segmentos que incorporam um posicionamento crítico da Reforma em curso, Organizações não Governamentais – ONGs, CEBs, sindicatos etc." (op. cit., p. 15).

Segundo Dari Krein e Carolina Buarque, naquela conjuntura, a agenda patronal foi unificada em dois pontos principais: 1) a redução do tamanho

do Estado, com cortes de serviços sociais e 2) a Reforma Trabalhista, para diminuir os custos empresariais (Krein *et al*., 2021, p. 31). A Remir se coloca na resistência institucional diante dos novos marcos regulatórios decorrentes da Reforma de 2017. Esses marcos "tendem a apresentar contradições, com efeitos não previsíveis, assim como podem provocar resistências sociais e institucionais" (op. cit., p. 33), e essas resistências sociais, veladas ou organizadas, "sempre são uma possibilidade na dialética da vida social".

A Remir lançou, em 2021, uma expressiva publicação em dois volumes, *O trabalho pós-reforma trabalhista* (2017) (Krein; Manzano; Teixeira; Lemos, 2021), em que economistas, sociólogas/os, advogadas/os, historiadores/as, não somente pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior, mas também os que atuam em suas respectivas áreas profissionais, analisam a Lei da Reforma Trabalhista – LRT, e suas consequências em âmbitos específicos, como o sindicalismo, as instituições públicas do trabalho, o contexto da covid-19, a regulação do trabalho plataformizado, a terceirização, o trabalho intermitente, além de diversos outros. Há um consenso, na publicação, de que a Reforma Trabalhista de 2017 ampliou a terceirização e alterou as condições de trabalho, resultando em um aumento da precarização. Apesar das promessas de formalização, a realidade mostra um aumento da informalidade e da insegurança nos vínculos de trabalho sob as novas formas de contratação.

A Remir continuou a se fazer representar ativamente dentro do debate acadêmico e/ou sindical da LRT, por meio de organização de mesas-redondas e apresentação de papers em Grupos de Trabalhos de eventos científicos por seus integrantes, além de participação em eventos em formatos midiáticos contemporâneos (lives, podcasts), sobretudo durante o período pandêmico (2019-2021).

Neste estudo, o objetivo será compreender a Remir como uma rede social, aqui considerada como uma "representação simplificada que reduz um sistema a uma estrutura abstrata ou topologia, capturando apenas o básico dos padrões de conectividade e um pouco mais" (Newmann, 2018).

Numa primeira parte apresentamos brevemente a acepção teórico-metodológica de Análise de Redes Sociais, que orientará nossa análise e as principais métricas concernentes a essa abordagem. A parte seguinte está voltada à análise da Remir–Trabalho pela ótica da ARS, finalizada com breves considerações.

Teorias das Redes Sociais

A Análise de Rede Social (doravante ARS) pode ser utilizada indutivamente, como recurso heurístico, possibilitando identificar agrupamentos entre atores sociais a partir de métricas e produções de grafos que podem ser verificados a *posteriori* com análises qualitativas embasadas em modelos de regressão simples ou multivariada. É discutível considerar a ARS apenas como uma abordagem quantitativa, por envolver, durante parte considerável da pesquisa, cálculos de métricas matemáticas e o auxílio de aplicativos computacionais. Para a interpretação dos resultados das métricas produzidas, é necessário, no campo das ciências humanas e sociais, uma análise de origem qualitativa, baseada em dados sócio-históricos.

A ARS, pensada no campo das ciências sociais, tem sua origem na antropologia, a partir da acepção de estrutura social na teoria de Radcliffe-Brown. As metáforas de "tecido" e "rede social" foram ampliadas a partir do contexto antropológico inicial e incorporaram elementos da psicologia cognitiva e social, no plano teórico e da sociometria e teoria dos grafos, na dimensão metodológica, dando origem a um campo epistemológico da teoria de redes sociais, paulatinamente construído por pesquisadores de início nas universidades de Manchester, no Reino Unido, e Harvard, nos Estados Unidos, tornando-se depois reconhecido e efetivado em projetos científicos e aplicações práticas em nível mundial. Coerentemente com essa base multi e interdisciplinar, o emprego metodológico da ARS na produção científica brasileira está distribuído em áreas de conhecimento diferentes, com destaque para a Ciência da Informação, Ciências Sociais Aplicadas, Enfermagem, Educação, História, Ciências Sociais e outras. O escopo epistemológico da ARS tornou-se mais amplo e diversificado nas últimas décadas, incorporando o interesse por objetos intermediários das relações sociais, a exemplo de artigos científicos e aplicativos digitais, que figuram como agentes não-humanos, na teoria do ator-rede (Latour, 2012).[1] No caso desta análise, privilegia-se uma compreensão estrutural da rede social. Como qualquer outra estrutura, a rede pode não se apresentar de forma evidente, mas torna-se componente relevante no controle de indivíduos que se relacionam. A ARS implica uma interdependência entre agência e

1. Recomendamos a leitores interessados numa reconstrução teórico-metodológica da ARS no campo das ciências humanas, consultar Freeman (2004), Kadushin (2012), Knoke e Yang (2019), Newman (2018), Scott (2017). Há também livros de iniciação a ARS publicados em língua portuguesa, como *Análise Estrutural das Redes Sociais* (Lemieux; Ouimet, 2012), *Introdução à Análise de Rede Social Online* (Recuero, 2017) e *Análise de Rede Social, uma abordagem prática* (Souza et al., 2019).

estrutura, visto que ações produzem estruturas e estruturas definem ações. Se existe uma rede social, há também imposições e limitações de comportamento a seus membros, sendo necessário que se observe as ações e as estruturas simultaneamente (Cf. Scott, 2017; Nunes *et al*., 2023). Entretanto, o escopo específico desta pesquisa compreende apenas uma etapa da compreensão histórico-social e estrutural, pois é limitada à reconstrução de uma representação gráfica orientada por métricas específicas das relações sociais entre agentes, em nível microssocial, de uma rede voltada à produção científica, mas também à crítica e intervenção social. Do ponto de vista metodológico a análise que aqui proporcionamos deve ser considerada como um elemento de uma estratégia de triangulação metodológica ou de métodos mistos (Creswell; Clark, 2018; Oliveira, 2015), a ser desenvolvida em outras instâncias.

De forma simplificada, o termo "rede" compreende uma estrutura de arestas (*edges*) entre nós (*nodes*) que constitui a realidade estudada pelo pesquisador. Adaptando os termos do campo matemático, as relações entre os nós, que podem ser indivíduos, organizações, coletivos etc., serão chamadas de "laços". Os laços podem ser definidos como relações de tipos diversos entre um nó e outro (de conversação, interação, afeto, poder ou parentesco) (Nunes; Borges; Mendonça, 2023). A ARS entende a sociedade como produzida por formas de interdependência entre atores, onde o foco é a relação ou a ausência dela entre os integrantes de uma rede.

Na ARS foram desenvolvidas métricas que englobam informações estruturais totais de uma rede social (densidade, diâmetro, modularidade etc.), e medidas que têm relação especificamente com características individuais de um nó (centralidade de grau, centralidade de intermediação etc.). Introduziremos a seguir algumas das medidas principais que serão mais utilizadas no decorrer deste texto e outras que, embora, menos frequentes aqui, são comumente usadas nos estudos que adotam a técnica de Análise de Rede Sociais (Nunes; Borges; Mendonça, 2023).

Densidade: Tem relação com a interconectividade geral de uma rede social. A medida de densidade é calculada a partir do quociente entre o número de laços efetivamente formados na rede e o número máximo possível de laços se todos os nós da rede estivessem em conexão; quanto maior a interação entre os nós de uma mesma rede, maior será sua densidade. Um grafo é considerado "completo", com densidade igual a 1, quando todos os nós da rede estabelecem relações entre si.

Diâmetro: A medida de diâmetro demonstra a quantidade de laços necessários para que os dois nós mais distantes da rede se conectem. Se o diâmetro da rede é igual a três, significa que os dois nós mais afastados da rede são separados por três laços. O valor do diâmetro tem a capacidade de demonstrar a conectividade de um grafo e quanto uma mensagem precisa se mover para que todos os nós na rede sejam notificados. Quanto menor o diâmetro da rede, mais provável que as informações cheguem a todos os indivíduos sem grandes distorções e alterações.

Modularidade: A modularidade é uma medida que concerne à formação de agrupamentos. Mensura o número de agrupamentos diferentes em uma mesma rede. Os nós são agrupados com base em suas interações (laços), ou seja, agentes que estabelecem muitas relações entre si provavelmente ocuparão o mesmo agrupamento.

Centralidade: Existem diversas maneiras de se medir um ponto central, seja ele local – em que existe um grande número de conexões no ambiente imediato – ou global – quando sua posição é estratégica e importante para toda a estrutura da rede.

Centralidade de grau (degree): A centralidade de grau é uma das formas mais simples de medir a centralidade de uma rede. Avalia-se a importância de um nó por meio do número de conexões diretas que esse nó efetiva. Esse tipo de centralidade é aplicável apenas em redes não direcionadas (onde não há relações de poder entre os membros da rede). O nó que ocupa posição central nos grafos que utilizam esta medida é aquele que concentra a maior quantidade de ligações diretas com outros nós.

Centralidade de proximidade (closeness): A centralidade de proximidade de um nó tem relação com a média do caminho mais curto entre esse nó e os outros da rede. Uma pessoa que tem alto valor de centralidade de proximidade, é capaz de transmitir informações mais rapidamente a outros nós e, portanto, influencia mais pessoas na rede.

Centralidade de intermediação (betweenness): A centralidade de intermediação cumpre um papel singular para a compreensão de como as informações fluem numa rede. Diferentemente de outras medidas de centralidade, baseadas em número de conexões diretas e distâncias, a intermediação designa a frequência em que um nó está no caminho mais curto entre outros em uma rede. Quanto mais um indivíduo ocupa uma posição de intermediador entre os nós, onde o fluxo de mensagens passa constantemente por ele, mais controle ele terá sobre a circulação de informações em uma rede.

Essa medida indica o nó mais influente da rede em termos de criação de conexões; quanto maior a centralidade de intermediação mais capaz será do nó atuar como ponte e conectar regiões mais remotas da rede.

Uma das principais dificuldades que deve ser considerada pelos pesquisadores, na elaboração de uma pesquisa que utiliza a ARS, é a mobilização necessária para coleta de dados. Os dados podem estar digitalmente disponíveis, em plataformas que publicizam produções acadêmicas, ou podem carecem de publicização, o que torna necessária a coleta de dados primários, diretamente da fonte original, por meio de entrevistas, questionários, observações, experimentos etc.

Análise da Rede Remir

A construção dos dados da Remir iniciou-se a partir do levantamento da produção científica dos pesquisadores que integram a Rede, através de uma análise curricular de todo o seu histórico na plataforma online Lattes, entre os anos de 2019 até fevereiro de 2025. Após o processo inicial de reunir informação sobre a Rede, os dados foram transferidos para duas planilhas. A primeira identifica os nós e características que consideramos relevantes para a análise da Rede e que puderam ser obtidas empiricamente (sobretudo pelo currículo Lattes e repositórios científicos). Neste caso utilizamos as variáveis:

- categoria de sexo: homem, mulher;
- área de formação: administração, ciências sociais, comunicação, direito, economia, educação, história, pedagogia, psicologia e serviço social;
- instituição vinculada;
- unidade da federação;
- sindicalismo: evidência de atuação sindical ou associativista, ou ainda trabalho em instituições que pesquisam sindicatos ou atuam em defesa dos direitos de trabalhadoras/es. Foram também consideradas as pessoas que participaram de diretorias de associações ligadas a estudos sobre trabalho, como a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET e a Associação Latino-Americana de Estudos do Trabalho – Alast: sim ou não;

- concessão de bolsa de Produtividade em Pesquisa no momento da consulta: sim ou não.

A segunda planilha de construção da Rede contém as relações (laços) estabelecidas entre os nós da rede por meio da produção científica colaborativa. Os laços foram aqui considerados não direcionais, isto é, supomos que não há uma relação de hierarquia ou subordinação relevante entre as pessoas que compõem cada par relacional. Foram consideradas para os laços as seguintes informações:

- colaboração na escrita de livros, capítulos de livros ou artigos;
- participações em bancas de mestrado ou doutorado;
- orientações de mestrado ou doutorado.

Há, certamente, outros tipos de relações importantes, como laços familiares ou pessoais, a exemplo de casamento ou união estável. No entanto, não foram aqui considerados em razão da dificuldade para obtê-los a partir de dados publicamente disponíveis em sistemas virtuais acadêmicos. Porém essas relações são eventualmente mencionadas na interpretação da Rede, a partir do conhecimento prévio que o autor ou autora tem da Remir e de seus participantes. Assim, a planilha de laços compreendeu as seguintes variáveis:

- origem e alvo do laço, designando cada uma das pessoas que compõem a relação;
- rótulo: designação da relação, p. ex.: artigo tal publicado na revista tal;
- tipo: livro, capítulo de livro, artigo, orientação, participação em banca;
- data da efetivação do laço;
- Qualis: no caso de artigo, a qualificação Qualis.

Optamos pelo uso do aplicativo Gephi para construir o grafo da rede Remir, um software gratuito e de código aberto, que nos permite criar uma repre-

sentação gráfica da rede. Através do software, introduzimos inicialmente a planilha de "nós", e depois a planilha de "laços", produzidas a partir da sistematização dos pesquisadores da Remir e suas produções e atividades científicas. As principais métricas da ARS calculadas foram: grau médio, grau ponderado médio, diâmetro, densidade da rede, cluster e modularidade. Vale ressaltar que foram empregadas na representação gráfica apenas os nós com grau maior ou igual a dois, ou seja, pessoas da rede que estabeleceram no mínimo dois laços com outras pessoas no período considerado.

A identificação das comunidades ou agrupamentos (*clusters*) da rede foi construída a partir do valor da modularidade que, como dito, é uma métrica que mensura o número de agrupamentos ou comunidades no interior de uma rede. As técnicas de detecção de agrupamentos em rede são bastante produtivas para pesquisas sociológicas, pois clusters identificados na rede podem corresponder a grupos sociais ou comunidades agregadas por características, valores ou interesses comuns, o que representa, na análise de redes sociais, uma homofilia, que se refere à tendencia de indivíduos se conectarem com outros por compartilharem características similares (Nunes; Borges; Mendonça, 2023, p. 27).

Para a construção do grafo, empregou-se o algoritmo de Leiden, em substituição ao antigo algoritmo Louvain, isso porque poderia gerar comunidades mal conectadas, e nos piores casos agrupamentos desconectados. O algoritmo Leiden garante a produção de agrupamento com nós conectados, além de ser comprovadamente um algoritmo mais rápido e eficiente (Traag; Waltman; van Eck, 2019).

Para a representação visual da rede Remir empregamos o tipo de distribuição *Force Atlas 2*, aperfeiçoado para redes de grande densidade. O diâmetro dos nós é proporcional à centralidade de intermediação – *betweenness centrality* –, métrica que designa a frequência em que um nó está no caminho mais curto entre outros em uma rede: "Quanto mais um indivíduo ocupa uma posição de intermediador, onde o fluxo de mensagens passam constantemente por ele, mais controle ele terá sobre a circulação de informações em uma rede. Essa medida indica o nó mais influente da rede em termos de criação de conexões; quanto maior sua centralidade de intermediação mais capaz será de conectar regiões mais remotas da rede" (Nunes; Borges; Mendonça, 2023, p. 24). A cor dos nós corresponde a valores do coeficiente de clusterização calculado pelo algoritmo de Leiden (cada cor está relacionada a um agrupamento diferente). Não foi aplicada qualquer modificação relevante às arestas. Vale, no entanto, informar que a espessura das linhas que represen-

tam os laços é proporcional ao grau, ou seja, ao número de laços que cada nó desenvolve. O próprio Gephi calcula automaticamente um peso ao laço, proporcional ao grau, o que faz engrossar as linhas que representam laços entre nós com grau elevado. Como isso dificulta a visualização, a espessura é proporcionalmente suavizada no grafo representado em Gráfico 1.

Características gerais da rede

Um levantamento sumário das características dos nós e da rede é necessário, antes da interpretação do grafo e de seus respectivos agrupamentos. A rede Remir, a partir da pesquisa realizada, comporta 180 nós e 906 laços. No entanto, muitos laços são eventuais e, por isso, realizamos a filtragem antes mencionada, considerando apenas os nós com grau maior ou igual a dois, constituindo uma rede de 106 nós e 456 laços. Sua densidade é, portanto [456/(105*106)/2] = 0,082 e o grau médio é de (2*456)/106 = 8,60, valor relativamente alto para redes de colaboração acadêmica, pois indica que cada pesquisador mantém contatos contínuos, em termos de produção, orientações e colaborações em bancas, com cerca de 8 a 9 colegas, e experienciam com poucas pessoas apenas contatos eventuais. O grau médio ponderado, de valor bem mais alto (20,3), corresponde à média de conexões efetivadas em cada laço. Por exemplo os professores A e B, tendo publicado em coautoria 5 artigos, supondo que sejam os únicos de uma rede, teriam grau médio igual a um e grau ponderado médio igual a cinco. Assim, a rede Remir possui laços que são altamente repetidos, mas que também podem variar, com alguns grupos de alta intensidade de colaboração e outros em que um pesquisador colabora com diversas pessoas, mas uma ou poucas vezes com cada parceiro/a. Como se verá adiante, isso indica a existência de clusters ou grupos de alta interação, o que fortalece a coesão do grupo e permite o rápido fluxo de informação ou conhecimento nessas sub-redes.

Outra métrica relevante na rede Remir é o diâmetro, de valor 5, indicando que, entre qualquer par de pesquisadores há uma distância menor ou igual a cinco, ou seja, para encontrar qualquer das 105 pessoas componentes teríamos que fazer contato com no máximo cinco pesquisadores/as. O comprimento médio dos caminhos (*Average Path Length*) também é curto (2,43), contrastando com o coeficiente de clustering médio (*Average Clustering Coefficient*)[2], que tem um valor alto (0,48), típico de redes so-

2. O coeficiente de agrupamento (clustering) mede o quanto os vizinhos de cada nó tendem a se conectar entre si (ou seja, a formar cliques, grupos interconectados).

ciais organizadas[3]. Essas duas características, a de um coeficiente de agrupamento maior que o coeficiente de agrupamento aleatório combinado ao comprimento médio dos caminhos baixo, caracterizam um tipo de rede que Watts e Strogatz (1998) designaram como "pequeno mundo" (*small world*). Embora o artigo mencionado seja da área de ciências naturais, o conceito de "pequeno mundo" provém da fronteira entre sociologia e psicologia social e Steven Milgran provou, em famoso experimento que se tornou clássico (1967), que as redes sociais formam sistemas interligados e densos, nos quais qualquer indivíduo pode alcançar outro em poucos passos. Mark Granovetter viria a aprimorar essa proposição de Milgran, declarando que muitos caminhos de conectividade passavam por "laços fracos"[4], com agentes ocasionais, que são cruciais para conectar regiões diferentes da rede social, abalando a ideia de que o conhecimento construído numa comunidade em que as pessoas partilham tradições, valores comuns e relações afetivas torna mais livre e eficaz o fluxo de informações.

Há na rede Remir um equilíbrio no que concerne a classe de sexo: 51% de homens e 49% de mulheres. A maioria das pessoas integrantes atua na região Sudeste (51%), seguida pela região Nordeste (29%), Sul (14%) e Centro-Oeste (6%); a região Norte não está representada na rede. As instituições de vinculação (trabalho ou formação) mais frequentes são a Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (23,8%), a Universidade Federal da Paraíba – UFPB (13,3%) e a Universidade Federal do Paraná – UFPR (9,5%). O indicador de sindicalismo/associativismo é de 22% e as áreas de formação preponderantes são as Ciências Sociais (66,7%), o Direito (14,3%) e a Economia (9,5%). A porcentagem de bolsistas de Produtividade em Pesquisa – PQ é de 23%. Neste aspecto, a representação de bolsistas PQ na Remir é bem superior ao que se encontra em nível nacional, em que essa distinção é obtida por apenas 14% de doutores/as. No entanto, ainda quanto à proporção de bolsistas de produtividade do CNPq, no que concerne à distribuição por sexo, na Remir permanece superior para homens (54%), porém em grau bem menor do que ocorre no Brasil, conforme

3. Uma rede aleatória comparável, com o mesmo número de nós (105) e grau médio de 8,6 teria um coeficiente de clustering médio de aproximadamente 0,08: Caleatória ≈ k/n = 8,6/105 ≈ 0,08.

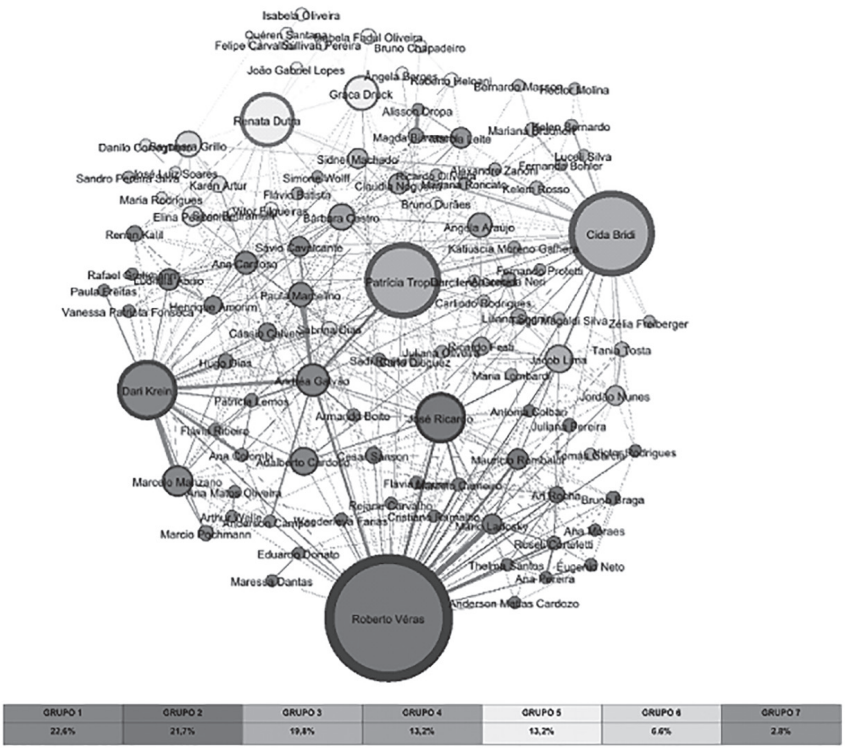
4. Segundo Mark S. Granovetter, "a força de um laço é uma combinação (provavelmente linear) da quantidade de tempo, da intensidade emocional, da intimidade (confiança mútua) e dos serviços recíprocos que caracterizam o laço" (1973, p. 1361). Os laços fortes correspondem a relações íntimas, ligações de parentesco, amizade e relacionamentos afetivos. Já os laços fracos remetem a relações externas ao círculo estreito (próximo) do indivíduo, como vínculos institucionais (colegas de trabalho ou de escola), onde trocas comunicativas e conversações são eventuais, não contínuas.

indica matéria recentemente publicada na Folha de São Paulo, declarando que "mulheres são apenas 36% de bolsistas de produtividade do CNPq há 20 anos" (Botallo, 2024).

Características dos agrupamentos

Uma primeira observação do grafo construído da Remir já permite identificar as pessoas com maior controle sobre a circulação de informações na rede. Roberto Veras, Maria Aparecida Bridi, Dari Krein, Patrícia Tropia, Renata Dutra e José Ricardo Ramalho apresentam altos índices de centralidade de intermediação, o que indica que estes são os nós mais influentes da rede em termos de criação de conexões.

Gráfico 1 – Grafo da rede REMIR. Brasil, 2018-2024

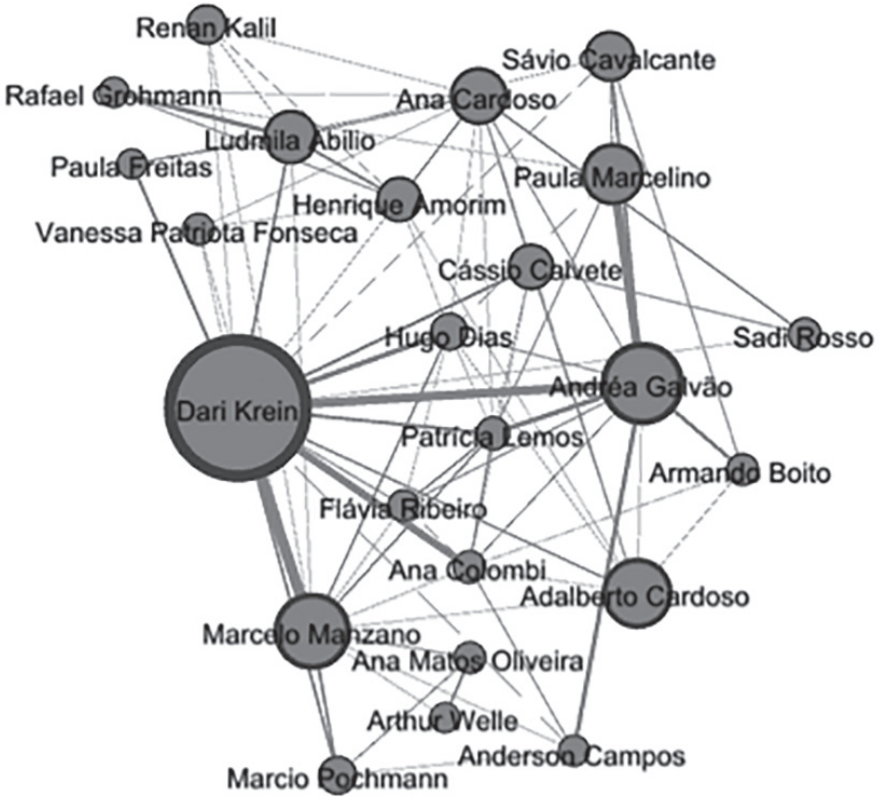


GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3	GRUPO 4	GRUPO 5	GRUPO 6	GRUPO 7
22,6%	21,7%	19,8%	13,2%	13,2%	6,6%	2,8%

Fonte: Grafo e legenda construídos pelos autores, baseado na análise de redes sociais realizada.

Nota-se que o cálculo dos coeficientes de agrupamentos (*clustering*) pelo algoritmo de Leiden identificou sete grupos na rede social REMIR.

Gráfico 2 – Agrupamento 1 – Raiz



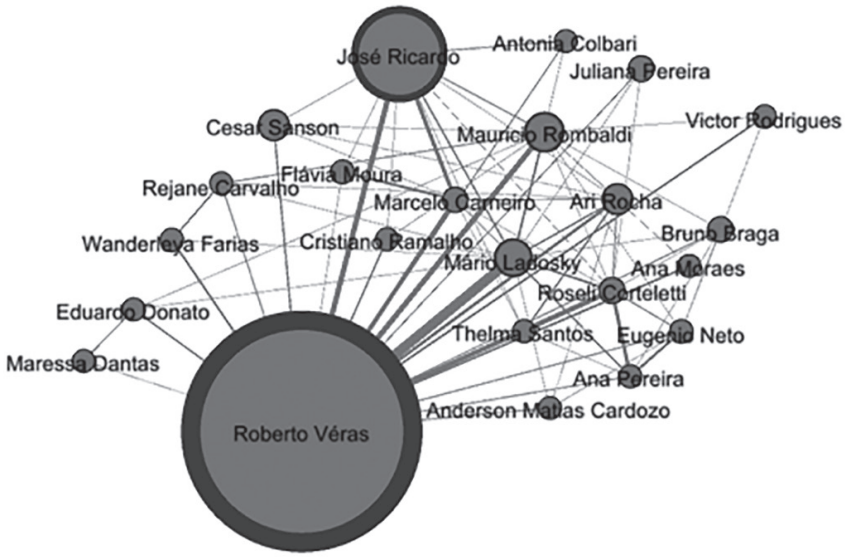
Fonte: Construído pelos autores, baseado na análise de redes sociais realizada.

O primeiro agrupamento, de cor roxa no grafo, compreende a maioria das conexões da rede (22,6%, com 24 integrantes). Os nós com maior controle sobre a circulação de informações do cluster, cujo diâmetro é proporcional à centralidade de intermediação, correspondem a Dari Krein, Andréa Galvão, Marcelo Manzano, Adalberto Cardoso e Paula Marcelino. Neste grupo são preponderantes as áreas de conhecimento Ciências Sociais (54%), Economia (25%) e Direito (17%). O agrupa-

mento apresenta uma pequena preponderância masculina (58% de homens e 42% de mulheres). A região de atuação predominante dos/as integrantes é a Sudeste (83%), sendo a Unicamp a instituição predominante (58%). Este cluster afigura-se como a raiz da Remir, pois envolve o então diretor do Cesit, José Dari Krein, e Marcelo Manzano, economista e atual diretor do Cesit. No agrupamento, 33,3% têm relação com sindicalismo. Muitos dos pesquisadores do cluster tiveram a totalidade ou a maior parte de sua formação na Unicamp, e há diversas relações de orientação de mestrado ou doutorado entre os integrantes (p. ex., Dari Krein orientou Ana Colombi e Paula Freitas, Marcio Pochmann orientou Ana Matos, além de outras). É interessante notar que os poucos integrantes de outros estados, como Sadi dal Rosso (Universidade de Brasília – UnB) e Adalberto Cardoso (Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ) presidiram ou fizeram parte da diretoria da ABET, parceira do CESIT e da Remir em diversas realizações. Aliás, o relato da plenária da Remir realizada em outubro de 2024 constatava a necessidade de retomar o trabalho de comunicação que, no início, contava com uma equipe liderada por Paula Freitas, mas seria necessário atualizar as informações no site e alimentar o Instagram, a exemplo do que realizava a ABET (Cf REMIR, 2024).

Destaca-se neste cluster a presença de diversos integrantes do Ministério Público do Trabalho – MPT e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, instituições ligadas à defesa dos direitos do trabalho e a estudos estatísticos do mercado de trabalho. Os tipos predominantes de relações colaborativas estabelecidas entre os membros deste agrupamento foram as de participações em bancas de mestrado e doutorado (44%), seguidas por publicações em coautoria: 36% de capítulos de livros; 16% de artigos; 4% de livros. Neste cluster, temos publicações em periódicos com classificação Qualis A1, A2 e A3.

Gráfico 3 – Agrupamento 2 – Local geográfico



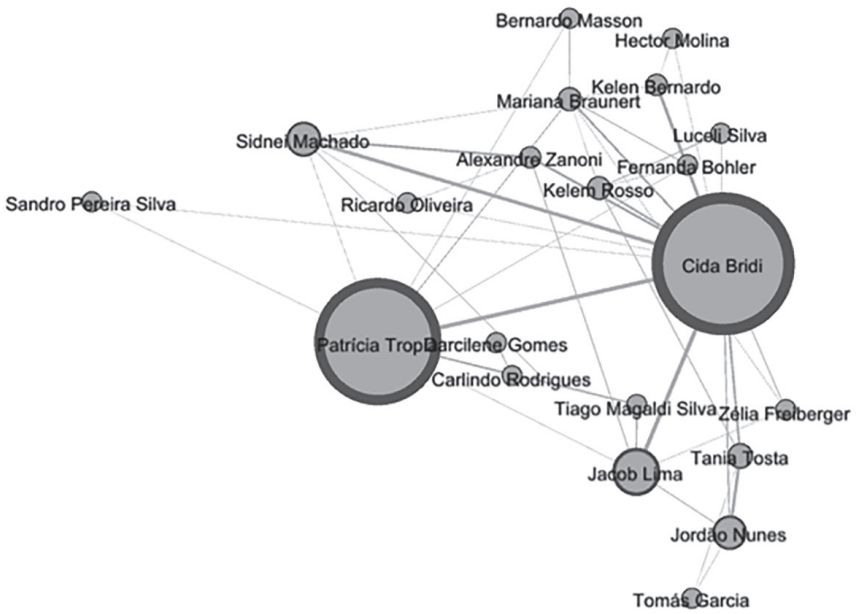
Fonte: Construído pelos autores, baseado na análise de redes sociais realizada.

O segundo agrupamento, de cor vermelha, representa 21,7% das conexões da rede Remir e incorpora 23 pessoas. O nó com maior centralidade de intermediação é de Roberto Veras (UFPB), seguido por José Ricardo Ramalho (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), Mário Ladosky (Universidade Federal de Campina Grande – UFCG) e Maurício Rombaldi (UFPB). Nesse agrupamento, as Ciências Sociais aparecem como área de conhecimento predominante (87%), em contraste com o agrupamento 1, onde as colaborações de colegas da Economia e do Direito também aparecem. Sexo não manifesta-se como variável importante, com equilíbrio na classificação, a despeito de uma leve predominância masculina (56%).

Já a categoria região é bastante relevante, a maior parte do cluster é da região Nordeste, com exceção de José Ricardo (UFRJ) e Antonia Colbari (Universidade Federal do Espírito Santo – UFES), da região Sudeste. Cerca de 69% do cluster tem relação institucional com a UFPB ou com a UFCG, lembrando que esta originou-se de um desmembramento da primeira em 2002. Vale destacar que o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB é um dos mais antigos do país (tendo sido criado em 1979) e que vários pesquisadores da área do trabalho lá fizeram sua pós-graduação ou se tornaram membros integrantes, estabelecendo-se depois em outras re-

giões, como é o caso de Jacob Lima. Por outro lado, as colaborações do Programa de Pós-graduação da UFPB com outras universidades e redes ou associações como a ABET e a Remir têm sido frequentes, bem como o intercâmbio em sentido inverso, de pesquisadores de outras regiões que vieram a se estabelecer na Paraíba, a exemplo de Cesar Sanson, com formação na UFPR, e está hoje na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, além de Mário Ladosky, com atuação sindicalista em São Paulo e outros estados, orientado no mestrado por Ricardo Ramalho, sendo hoje docente da UFCG desde 2014. No agrupamento 2 os tipos de relações colaborativas estabelecidas entre os membros foram preponderantemente de publicações em coletâneas: 49,1% de capítulos de livros e 1,8% de livros. As participações em bancas de mestrado e doutorado também foram relevantes (48,4%), além de participações em orientações de mestrado e doutorado (9,1%). Dentre os membros do agrupamento, 48% tem alguma ligação com sindicalismo e associativismo, sendo esta característica menos relevante aqui do que, como se viu antes, no agrupamento raiz.

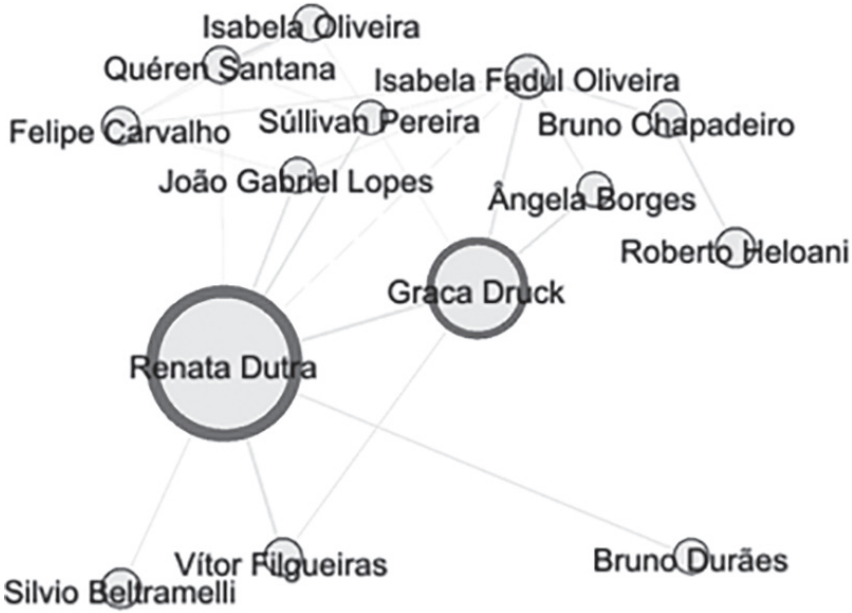
Gráfico 4 – Agrupamento 3 – Local geográfico e associativismo



Fonte: Construído pelos autores, baseado na análise de redes sociais realizada.

O agrupamento 3, de cor azul claro no grafo, incorpora 19,8% de todas as conexões da rede e 21 participantes, com destacada centralidade de intermediação de Cida Bridi (UFPR), seguida por Patrícia Trópia (Universidade Federal de Uberlândia – UFU), Jacob Lima (Universidade Federal de São Carlos – UFSCar) e Sidnei Machado (UFPR). A área de Ciências Sociais aqui também é preponderante (81%). Em termos de regiões de atuação, a que mais prevalece é a Sul, com 52%, seguida pela Sudeste (33,3%) e Centro-Oeste (14,7%). Instituições de ensino superior paranaenses, como a UFPR e o Instituto Federal do Paraná – IFPR, são predominantes (52%), mas também há colaborações da UFSCar (9,5%), da Universidade Federal de Goiás – UFG (9,5%), da Unicamp e da UFU, além de outras não acadêmicas. No que concerne com à relação com sindicalismo ou associativismo, a participação dos integrantes deste cluster é de 61%,valor alto, porém pouco menor do que o encontrado no agrupamento raiz, ainda que conte com pesquisadores e pesquisadoras renomados nessa temática. Sob outra perspectiva, há uma temática de pesquisa importante, a do trabalho em tecnologia da informação, associado ou não a sindicalismo e associativismo, seja na forma de publicação individual ou coautorada, como em orientações de pós-graduação. A temática não está necessariamente ligada a atividades econômicas regionais, mas se amplia para o trabalho plataformizado em nível global, e inclui a realização de doutorados sanduíche e pesquisas internacionais, aproximando-se do que poderíamos designar como programas de pesquisa mediados por laboratórios ou núcleos, a exemplo do Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade – GETS/UFPR, do Laboratório de Estudos sobre Trabalhos, Profissões e Mobilidades – Lest-M da UFSCar e do Núcleo de Estudos sobre o Trabalho - NEST da UFG. Entretanto, esses laboratórios específicos de pesquisas sociológicas sobre trabalho voltam-se a setores de atividade econômica ou ocupações diversas, geralmente relacionadas com o contexto regional. No entanto, neste agrupamento o setor de TI desponta como foco principal. Os laços entre agentes de grupos de pesquisa liderados por Patrícia Trópia e Maria Aparecida Bridi não apresentam, propriamente, uma afinidade temática e provavelmente provêm da participação de ambas na diretoria da ABET, em turnos consecutivos, assim como na coordenação do GT sobre trabalho e sindicalismo da ANPOCS. No agrupamento 3, participações em bancas de mestrado e doutorado foram os tipos de relações colaborativas predominantes (84,8%), seguidas por publicações em coautoria (9,1% capítulos de livros, 3% livros e 3% artigos).

Gráfico 5 – Agrupamento 4 – Local geográfico e associativismo

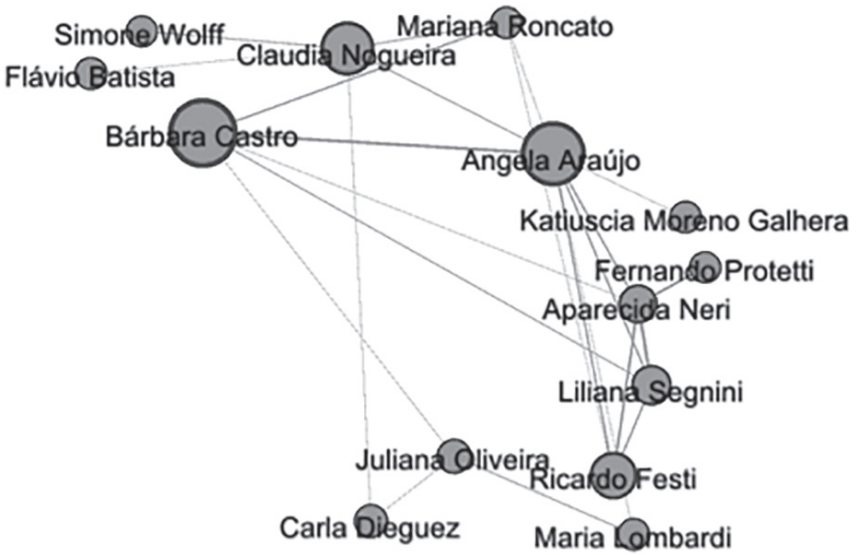


Fonte: Construído pelos autores, baseado na análise de redes sociais realizada.

O agrupamento 4, amarelo no grafo, compreende 13,2% das conexões da rede e 14 integrantes, com maior controle sobre a circulação de informações temos o nó de Renata Dutra (UnB), seguido pelos nós de Graça Druck (Universidade Federal da Bahia – UFBA), Isabela Fadul Oliveira (UFBA) e Silvio Beltramelli (PUC – Campinas, SP). As duas primeiras provêm da Bahia, Renata é da área de Direito do Trabalho, com formação na UnB e carreira no Superior Tribunal do Trabalho – TST, de 2008 a 2020, interseccionando um período como docente na Faculdade de Direito da UFBA (2016-2020) e seu doutorado na UnB (2014-2017), após o qual ingressa na Faculdade de Direito da UnB como docente. Maria da Graça Druck fez mestrado e doutorado na Unicamp, entre 1986 a 1995. Veio a pesquisar o trabalho no complexo petroquímico na Bahia e tornou-se docente da UFBA a partir de 1994. O cluster 4 apresenta uma predominância de integrantes de universidades baianas, a UFBA e a Universidade do Estado da Bahia – UNEB (57%), sendo que Renata Dutra, Angela Borges e Victor Filgueiras integraram a diretoria da ABET nos biênios 2018-2019 e 2022-2023. Há, porém, participações de pesquisadores/as do Sudeste, como Silvio Beltra-

melli (PUC-Campinas), Roberto Heloani e Bruno Chapadeiro (Unicamp), além de Quéren Santana (Universidade de São Paulo – USP). A maioria dos componentes provém da área de formação em Direito (50%) e Ciências Sociais (29%), mas há também um economista, Victor Filgueiras, com trajetória como auditor fiscal no Ministério do Trabalho de 2007 a 2017, um da área de Educação (Chapadeiro) e outro da Psicologia (Heloani). Os tipos de relações colaborativas estabelecidas entre os membros foram sobretudo de publicações (35% de capítulos de livros, 22% livros, 13% artigos), seguidas de 26% de participações em bancas de mestrado e doutorado e 4% de participações em orientações de mestrado e doutorado. Neste agrupamento 4, a porcentagem de pessoas vinculadas ao sindicalismo ou ao associativismo é alta, de 79%.

Gráfico 6 – Agrupamento 5 – Participação feminina e temática de trabalho e gênero



Fonte: Construído pelos autores, baseado na análise de redes sociais realizada.

O cluster 5, de cor laranja no grafo, compreende 13,2% das conexões da rede (com 14 integrantes). Os maiores valores de centralidade de intermediação correspondem a Bárbara Castro (Unicamp), Angela Araújo (Unicamp), Cláudia Nogueira (Universidade Federal de São Paulo – Unifesp),

Ricardo Festi (UnB) e Liliana Segnini (Unicamp). A área predominante é a de ciências sociais (79%) e a categoria sexo aparece como relevante: 79% do cluster é composto por mulheres. Região também se mostra como categoria importante, já que a maioria das pessoas do agrupamento é do Sudeste (86%) e está vinculada a instituições do estado de São Paulo, como Unicamp, Usp e Unifesp, com exceção de Ricardo Festi, do Centro-Oeste (embora tenha sido orientado por Ricardo Antunes, da Unicamp), vinculado à UnB, e de Simone Wolff, da região Sul e vinculada a Universidade Estadual de Londrina (UEL). No agrupamento 5 emerge também uma categoria temática, a de trabalho e gênero, desenvolvida por pesquisadoras como Angela Araujo, Liliana Segnini, Bárbara Castro, Maria Lombardi e Aparecida Neri, dentre outras. No cluster amarelo as participações em bancas de mestrado e doutorado também são preponderantes como tipos de relações colaborativas estabelecidas entre os membros (57,1%), além de publicações (38,1% de capítulos de livros e 4,8% de artigos escritos). A contagem de pessoas com relação ao sindicalismo ou associativismo é ainda mais baixa que a dos clusters anteriores, com 7,7% do agrupamento.

Gráfico 7 – Agrupamento 6 – Local geográfico e direito do trabalho



Fonte: Construído pelos autores, baseado na análise de redes sociais realizada.

Os dois últimos agrupamentos compreendem um pequeno número de pesquisadores/as. O grupo seis, em cor verde clara, é composto por sete pessoas, cinco mulheres e dois homens e compreende 6,6% das conexões

da rede. A principal área de conhecimento do agrupamento é a de Ciências Sociais, mas duas pesquisadoras têm formação em Direito. A maioria (71%) atua em universidades do Rio de Janeiro, como na UFRJ e na Universidade Federal Fluminense. As maiores influências na rede são desempenhadas por Sayonara Grillo (UFRJ), seguida por Elina Pessanha (UFRJ) e Karen Artur (DIEESE). Elina e Sayonara são docentes titulares em suas universidades. A primeira provém das Ciências Sociais e dirige o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro. Sayonara alia a atuação acadêmica ao cargo de desembargadora do trabalho no TRT. Karen Artur é docente em Direito do Trabalho na Universidade Federal de Juiz de Fora e Sabrina Dias é docente na UFF. José Luiz Soares foi orientado por Elina Pessanha em seu mestrado e também no doutorado na UFRJ. Os tipos de relações colaborativas estabelecidas entre as pessoas no agrupamento foram: 72,7% de participações em bancas de mestrado e doutorado e as restantes em publicações: 18,2% em livros e 9,1% em capítulos de livros escritos. Neste agrupamento, voltado ao Direito do Trabalho, todas as pessoas integrantes têm relação com a temática do sindicalismo/associativismo.

Gráfico 8 – Agrupamento 7



Fonte: Construído pelos autores, baseado na análise de redes sociais realizada.

O último agrupamento, na verdade um clique com três pessoas, representado em cor verde escura no grafo, assimila 2,8% das conexões totais da rede. Magda é da área de Direito, Marcia, da Sociologia e Alisson, da História. Magda é natural do Rio Grande do Sul, onde graduou-se em Direito, mas seu mestrado e doutorado foram na Unicamp, o primeiro em Direito e o segundo em Economia Aplicada. Profissional experiente, aliava a carreira docente ao cargo de desembargadora no TRT. Continua contribuindo como pesquisadora no Cesit. Marcia de Paula Leite consolidou sua carreira na Unicamp, como docente e pesquisadora, tornando-se presidente da Associação Latinoamericana de Estudos do Trabalho – Alast, de 2010 a 2013.

Atualmente é docente na Universidad Autónoma Metropolitana, no México. Alisson Droppa é pesquisador do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, no Rio Grande do Sul, e tem histórico de pós-doc e colaboração no Cesit e em diversas universidades.

O cluster 7 associa duas pesquisadoras de trajetórias consolidadas e um pesquisador mais jovem em áreas correlatas, mas diferentes, de estudos sobre o trabalho, com um vínculo comum na Unicamp, mais particularmente no Cesit. A maior centralidade de intermediação cabe a Marcia Leite, seguida de Magda Biavaschi e Alisson Dropa. As relações colaborativas estabelecidas concentram-se na publicação de algumas obras em coautoria, 67% artigos e 33% capítulos de livros. Todos os membros deste clique têm algum tipo de relação com sindicalismo ou associativismo.

Considerações finais

A análise social da rede Remir, que aqui esboçamos, tem como suporte apenas os dados publicamente acessíveis, como currículos Lattes e informações disponíveis no sítio do Cesit até o final de 2024, além, evidentemente, de obras da produção acadêmica sobre análise de redes sociais. Uma caracterização mais detalhada iria requerer o consentimento de colegas da Remir, para a realização de entrevistas, grupos focais e recurso a atas de reuniões e observação sistemática em eventos protagonizados ou organizados pela rede. A intenção inicial era prosseguir nesse sentido, pois os primeiros levantamentos para a construção da rede datam do final de 2023, quando Jordão Horta Nunes, coautor nesta comunicação, usufruía de uma licença de capacitação e colaboração no PPGS da UFPB, supervisionado pelo professor Roberto Véras, também integrante da Remir. No entanto, diante de outros compromissos, não foi possível levar a análise até um nível mais elevado de compreensão das relações envolvidas na rede.

Porém, é possível sintetizar aqui alguns pontos levantados. A Remir constitui uma rede social caracterizada por alta densidade relacional, presença marcante de vínculos institucionais, regionais e temáticos, mas também por centros de pesquisa e laboratórios compartilhados por pesquisadores que exercem papéis centrais na produção, mediação e difusão de informações. A configuração observada aproxima-se das propriedades de redes do tipo "pequeno mundo", nas quais a combinação de caminhos curtos entre nós e elevados coeficientes de *clustering*, potencializa a circulação de conhecimento e a coesão total do coletivo.

Os diferentes agrupamentos identificados evidenciam não apenas a homofilia em dimensões como área de formação, localização institucional e temáticas específicas, mas também a relevância de trajetórias acadêmicas compartilhadas, e do engajamento sindical como fatores de agregação. Essa estrutura confere à Remir uma capacidade singular e única de articular pesquisa acadêmica, militância política e ação coletiva orientada para a defesa dos direitos trabalhistas e para a produção de diagnósticos críticos sobre a reforma trabalhista de 2017.

Ao mesmo tempo, a análise quantitativa da rede, combinada com o mapeamento de perfis e vínculos colaborativos, além de alguns conhecimentos da trajetória de colegas que provieram da participação na rede, permitiu vislumbrar pontos de convergência e heterogeneidade na atuação de seus membros, oferecendo pistas relevantes para investigações futuras. Destaca-se que a limitação metodológica imposta pelo uso exclusivo de dados secundários restringiu a compreensão de aspectos subjetivos, intencionais e políticos que permeiam a constituição e o funcionamento da Remir. Por isso, consideramos que estudos complementares, apoiados em entrevistas, observação participante e análise aprofundada dos contextos institucionais de origem dos participantes, poderão enriquecer a compreensão acerca do modo como redes acadêmico-associativas voltadas à pesquisa e análise crítica de relações de trabalho podem influenciar, tensionar e eventualmente redefinir marcos regulatórios e práticas laborais no Brasil contemporâneo.

Por fim, a experiência aqui relatada evidencia o potencial heurístico da Análise de Redes Sociais aplicada a campos em que a produção intelectual se articula com compromissos políticos e sociais, apontando para a importância de reconhecer tais redes como espaços privilegiados de criação de sentido coletivo, mobilização de saberes e elaboração de estratégias de resistência e transformação social.

Referências

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOTALLO, A. Mulheres são apenas 36% de bolsistas de produtividade do CNPq há 20 anos. *Folha de São Paulo*, Caderno Ciência. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2023/12/mulheres-sao-apenas-35-de-bolsistas-de-produtividade-do-cnpq-ha-20-anos.shtml>, 2029.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CESIT. *Fundamentos iniciais do projeto da Remir – Trabalho. Constituição de uma rede para um acompanhamento sistemático e crítico da reforma trabalhista*. Campinas: Unicamp, 2018.

CHERVEN, K. *Mastering Gephi Network Visualization*. Birmingham, UK: Packt Publishing, 2005.

CRESWELL, J. W.; PLANO CLARK, V. L. *Designing and conducting mixed methods research*. 3. ed. Thousand Oaks, California: SAGE, 2018.

FREEMAN, L. C. *The development of social network analysis: a study in the sociology of science*. Vancouver, BC: North Charleston, S.C: Empirical Press; BookSurge, 2004.

GRANOVETTER, M. The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited. *Sociological Theory*, v. 1, p. 201-233, 1983.

KADUSHIN, C. *Understanding social networks: theories, concepts, and findings*. New York: Oxford University Press, 2012.

KNOKE, D.; YANG, Song. *Social network analysis*. 3. ed. Los Angeles: Sage (Quantitative applications in the social sciences, Number 07-154), 2019.

KREIN, José Dari; MANZANO, M.; TEIXEIRA, Marilane; LEMOS, Patrícia R. (Orgs.). *O trabalho pós-reforma trabalhista (2017)*. v. 1. São Paulo: Cesit – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho; Ed. Patrícia Jatobá, 2021.

KREIN, José D.; OLIVEIRA, R. V. de; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (Orgs.). *Reforma trabalhista no Brasil*: promessas e realidade. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2019.

KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. dos (Orgs.). *Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil*. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2018.

LATOUR, B. *Reagregando o social*: uma introdução a teoria do ator-rede. Salvador; Bauru: EDUFBA; EDUSC, 2012.

LEMIEUX, V.; OUIMET, M. *Análise estrutural das redes sociais*. 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2012.

MILGRAN, S. The Small World Problem. *Psychology Today*, n. 2, p. 60-67, 1967.

NEWMAN, M. J. *Networks*. 2. ed. Oxford: United Kingdom; New York, NY: Oxford University Press, 2018.

NUNES, J. H.; BORGES, L. C. B.; MENDONÇA, Daphiny C. S.*Trabalho, arte e educação em redes sociais*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ywoo4bsCF95xc5tJ--MeeJmdyr2ejRKws/view>. Acesso em: 5 ago. 2023.

OLIVEIRA, F. L. de. Triangulação metodológica e abordagem multimétodo na pesquisa sociológica: vantagens e desafios. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 51, n. 2, p. 133-143, fev. 2015.

RECUERO, R. *Introdução à análise de redes sociais*. Salvador: EDUFBA, 2017.

REMIR. *Documento de plenária realizada em 23 de outubro de 2024*. Campinas: Unicamp, 2024.

SCOTT, J. *Social Network Analysis*. 4. ed. Los Angeles; London; New Delhi; Singapore; Washington, DC; Melbourne: Sage, 2017.

SOUZA, A. C. dos S. *Análise de redes sociais: uma abordagem prática*. Salvador: EDUFBA, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/32179/1/analise-de-redes-sociais-repositorio.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2021.

TRAAG, V. A; WALTMAN, L.; VAN ECK, N. J. mar. 2019. From Louvain to Leiden: guaranteeing well-connected communities. *Scientific Reports*, v. 9, s.n., s.l.

WATTS, D. J.; STROGATZ, S. H. 1 jun. 1998. Collective dynamics of "small-world" networks. *Nature*, v. 393, n. 6684, p. 440-442.

II

DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E DESIGUALDADES NO CONTEXTO ATUAL

Algumas reflexões sobre o futuro do trabalho no Brasil e no Nordeste

Gerry Rodgers

Introdução

Imaginar o futuro do trabalho, de fato o futuro em geral, depende de nossa compreensão do presente e do passado. Mas existem várias opções metodológicas para aproveitar essa compreensão.

A primeira é apenas extrapolar tendências econômicas passadas: a produtividade do trabalho está subindo, os sistemas de produção se tornam mais complexos, o trabalho assalariado se formaliza ou se precariza. Nenhuma dessas tendências continuará para sempre, mas elas fornecem uma primeira base para projetar o futuro.

Uma segunda abordagem é identificar as instituições sociais e os fatores estruturais que moldam o trabalho. Algumas são estáveis, ou mudam apenas lentamente. Hierarquias sociais e diferenciais salariais persistem. A discriminação por raça e gênero está embutida em atitudes sociais. Outras podem ser transformadas como resultado de lutas sociais ou ações do estado – o código do trabalho, a representação sindical...

Uma terceira é comparar sistemas e situações laborais diferentes e considerar se pode haver convergência, ou a substituição de um modelo existente por outro.

Uma quarta é examinar a história das previsões do futuro do trabalho. Diferentes visões do futuro surgiram em momentos históricos diferentes, o que nos ajuda a compreender como as expectativas são formadas e avaliar o quão bem eles antecipam o futuro.

Num artigo recente (Rodgers, 2024) adotei esta quarta abordagem. Considerei não apenas pesquisa acadêmica, mas também esforços mais especulativos, incluso na ficção científica.

O presente artigo continua esta análise com referência particular ao futuro do trabalho no Brasil e, em particular, na região Nordeste do país. Começa resumindo algumas visões anteriores sobre o futuro do trabalho apresentadas no artigo anterior. Em seguida, retorna à segunda abordagem identificada acima: tendências econômicas e laborais que talvez possam persistir. Termina com alguns comentários sobre instituições sociais subjacentes e as possibilidades de convergência para outros modelos.

Visões passadas do futuro do trabalho

Antes de 1950

As visões do futuro do trabalho na Europa no século XIX foram pintadas pela expansão do trabalho fabril na Revolução Industrial e pela destruição de empregos tradicionais por meio da mecanização, o que gerou evidentemente resistência entre os trabalhadores (Polanyi, 1944). Marx colocou o futuro do trabalho dentro da transformação da sociedade. O elemento central na progressão do capitalismo para o socialismo seria uma mudança no papel do trabalho – sob o capitalismo, o trabalho era uma obrigação para obter subsistência, sob o socialismo seria um meio para a criatividade. Marx previu a expansão do tempo disponível como característica da sociedade socialista futura, implicando uma redução do trabalho, mas combinada com uma melhoria na contribuição do trabalho para a vida das pessoas. Em contraste, autores clássicos e neoclássicos do final do século XIX se concentraram na labuta (*drudgery*) do trabalho, e esse continua sendo o modelo dominante na análise econômica neoclássica hoje.

Spencer (2024) contrasta a visão de Marx com a de Keynes, muito mais tarde. Ambos viam uma redução no tempo de trabalho como uma meta-chave e um provável resultado futuro, mas sob arranjos institucionais muito diferentes. Keynes, em seu artigo muito citado de 1930 sobre as possibilidades econômicas para nossos netos, previu um aumento constante na produtividade, tornando uma semana de trabalho de 15 horas provável até 2030. Mas falhou em prever como, sob o modelo dominante de capitalismo, as necessidades de consumo aumentam, absorvem o crescimento da produtividade e restringem a redução no tempo de trabalho.

Durante esse período a questão da integração do trabalho na sociedade foi representada de forma muito emblemática na ficção, e a visão dominante era negativa. *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley, publicado em 1928, retratou uma sociedade na qual a seleção genética era usada para produzir trabalhadores de diferentes tipos para preencher papéis distintos na produção. Em *1984*, de George Orwell, publicado em 1948, uma subclasse de proletários recebia subsistência básica em troca de trabalho árduo e monótono, em um sistema que funcionava no interesse de uma elite.

A credibilidade dessas visões do futuro teve muito a ver com a ascensão do fascismo e do stalinismo, em que a sociedade foi estruturada pelo estado em uma hierarquia de grupos ou classes, definidos por seu status trabalhista, com direitos desiguais. As distopias de Orwell e Huxley levaram esse modelo ao seu extremo lógico, mas ecos podiam ser encontrados em formas mais diluídas em muitos países, incluindo no Estado Novo de Getúlio Vargas no Brasil.

Muitas variações sobre esse tema de sociedades hierárquicas construídas em torno do controle do trabalho podem ser encontradas na ficção científica mais recente. Alguns escritores retratam sociedades controladas por corporações em vez de governos. Mas essa preocupação surgiu mais tarde.

Do fim da Segunda Guerra Mundial à década de 1970

A partir de 1950 até a década de 1970, uma visão mais positiva do futuro surgiu. Esse foi um período de crescimento econômico e expansão do emprego em países industrializados e em partes da América Latina, incluindo no Brasil. Mas mesmo nessa "Era de Ouro" havia preocupações sobre as consequências da mudança tecnológica para os trabalhadores. O motor do crescimento econômico era a indústria, construído sobre um modelo fordista de produção em massa e uma força de trabalho estável. Mas ao mesmo tempo era na indústria que o potencial de substituição do trabalho pelo capital era maior, e os temores sobre a demissão de trabalhadores persistiam. Uma enorme literatura se desenvolveu sobre automação e seu provável impacto no emprego, ecoando as preocupações sobre a mecanização no século XIX (por exemplo ILO, 1964, 1967).

Mas houve menos resistência à mudança tecnológica nesse período do que no século XIX, porque os resultados no mercado de trabalho foram diferentes. Acemoglu e Johnson (2023, p. 240 e seg.) argumentam que

"em essência, as tecnologias da época criaram tantas oportunidades para os trabalhadores quanto as que eliminaram", então o emprego geral aumentou. Esses resultados positivos (pelo menos nos Estados Unidos e na Europa) refletiram uma gestão keynesiana da economia, lutas trabalhistas, e uma demanda popular por progresso social.

O impacto da automação foi menor em países em desenvolvimento. Mas no Brasil, a industrialização do período foi intensiva em capital e criou pouco emprego, apenas um pequeno proletariado, dentro do qual os trabalhadores qualificados eram protegidos, aumentando a desigualdade.

Em 1973, um livro sobre o futuro do trabalho (Best, 1973) começou com o medo de que "dentro de 40 anos, quase todas as atividades humanas agora consideradas como trabalho serão assumidas por dispositivos tecnológicos de uma forma ou de outra". Pensava-se que os empregos regulares estavam ameaçados pelas mudanças na organização do trabalho, e seriam substituídos por empregos temporários e fragmentados. Essa previsão não estava muito errada, mas não resultaria de mudanças tecnológicas, e sim de políticas neoliberais nos anos seguintes.

Houve uma explosão de ficção científica nesse período, muito dela lidando com tecnologia e sua adoção. A famosa série de histórias de "robôs" de Isaac Asimov, dos anos de 1950 e 1960, destacou como a robótica poderia substituir ou aumentar as capacidades humanas, ao mesmo tempo em que levantava muitas questões sobre o controle humano da tecnologia (veja a coleção de histórias em Asimov, 1983). Computadores começaram a aparecer em algumas histórias, como em *The Moon is a Harsh Mistress*, de Heinlein, publicado em 1966, no qual as atividades rotineiras dos habitantes de uma colônia lunar eram gerenciadas por um computador benevolente autoconsciente.

Nesse período, havia tanto tecno-otimistas quanto tecno-pessimistas. No entanto, os medos quanto ao futuro do trabalho foram velados, pois havia uma fé amplamente compartilhada na capacidade das economias e das sociedades de evoluir para enfrentar os novos desafios. Isso refletiu um regime de crescimento nos países industrializados organizado em torno de soluções negociadas entre atores sociais, e supunha-se que continuaria. Mas a "era de ouro" terminou durante a década de 1970.

A era da globalização neoliberal

Entre os anos de 1980 e o início dos anos 2000, as perspectivas sobre o futuro do trabalho refletiram o crescimento da globalização e a hegemonia das políticas econômicas neoliberais. As preocupações anteriores sobre os efeitos da automação persistiram, mas agora as forças de mercado superaram o compromisso social. Nos países industrializados, houve um declínio nos empregos regulares e protegidos e um crescimento do emprego precário (Rodgers e Rodgers, 1989). Na América Latina, e no Brasil em particular, também houve uma informalização do emprego. Isso levou a visões apocalípticas do "fim do trabalho", por exemplo nos escritos de Jeremy Rifkin (1995), que argumentou que muitas ocupações seriam assumidas por máquinas inteligentes ou robôs.

Na realidade, a mudança tecnológica anterior não tivera resultado no fim do trabalho – a longo prazo, níveis mais altos de produtividade e produção foram engolidos pelo aumento da demanda na economia, e o problema de desemprego surgiu principalmente com respeito ao ajuste de curto prazo. Mas na era neoliberal, os mecanismos de coordenação social, que fomentaram a integração da mudança tecnológica em uma agenda socialmente progressiva, foram minados. O resultado foi um enfraquecimento das instituições trabalhistas que protegiam os trabalhadores e uma expansão de empregos de baixa qualidade.

O outro desenvolvimento significativo nesse período que teve impactos importantes sobre a organização do trabalho foi a expansão dos sistemas globais de produção. A terceirização de parte da produção do Norte para países com menores custos de mão de obra aumentou a competição no mercado de trabalho global. A perspectiva para o trabalho implicou uma polarização crescente tanto dentro dos países como entre eles.

Essas tendências pintaram as visões do futuro do trabalho. No final da década de 1990, o economista Ulrich Beck (2000) descreveu o processo no Norte industrializado como uma "brasilianização" do trabalho, no sentido de que havia uma fragmentação do trabalho e um aumento da insegurança. Ele argumentou que estávamos chegando ao fim da "sociedade do trabalho" e identificou vários futuros possíveis alternativos. Esses cenários tinham em comum um afastamento do trabalho assalariado, substituído por diversas fontes de emprego e renda, onde as pessoas têm que confiar na sorte e na iniciativa pessoal em vez de uma inserção estável no mundo de trabalho. No futuro ideal de Beck, o trabalho se tornaria uma forma de

engajamento social e um meio para a realização pessoal – na realidade, uma reformulação da sociedade socialista de Marx. Mas a realidade dos 25 anos desde que ele escreveu não sugere que as sociedades estejam se movendo nessas direções. Pelo contrário, a expectativa dominante para o futuro do trabalho continua sendo a supremacia das forças de mercado e a desigualdade crescente.

A ficção científica desse período não deu muita importância a essas questões trabalhistas. Surgiram distopias, seguindo a tradição de Orwell e Huxley (notavelmente Margaret Atwood, *O Conto da Aia*), mas o tecno-otimismo tendeu a prevalecer, por exemplo nos escritos de Kim Stanley Robinson, nos quais a utilização da tecnologia está no cerne do progresso social, o que estava bastante em desacordo com a experiência dessa época.

O debate hoje

Hoje, as perspectivas mais difundidas sobre o futuro do trabalho refletem as inovações tecnológicas das últimas duas décadas – o crescimento das mídias sociais, a digitalização de partes do setor de serviços, o surgimento da economia de plataforma e a expansão da inteligência artificial. Mas apesar desses desenvolvimentos dramáticos, muitos aspectos do debate quase não mudaram. Em particular, persiste a expectativa de que a tecnologia destruirá empregos e que isso levará a um futuro sem trabalho, como no debate do passado sobre a automação. Em 2017, nos Estados Unidos, quase metade de todas as ocupações foram consideradas em risco de desaparecer (Frey e Osborne 2017).

Essa preocupação foi antecipada pela ficção científica, parte dela muito tempo atrás. Uma das histórias de robôs de Asimov, Galley Slave, publicada em 1957, diz respeito a um computador que pode fazer uma revisão perfeita de um texto, mas que é contestada por um professor que tem medo de que o computador assuma todo o seu trabalho: "Mais cedo ou mais tarde [o robô] assumiria a escrita original, a busca das fontes, a verificação cruzada de passagens, talvez até a dedução de conclusões". Isso soa como inteligência artificial (IA)!

O termo inteligência artificial é evocativo, porque a inteligência é a vantagem comparativa da humanidade. Mas a IA, na realidade, não é nem artificial nem inteligente. Não é artificial porque depende do processamento e relacionamento de dados existentes. E não é inteligente, no

sentido humano, porque não analisa conceitos – mas sim classifica e associa imagens, texto ou outros dados. Seu poder vem da capacidade de processar rapidamente enormes quantidades de informação. Mas como os biólogos ainda não são capazes de criar vida, os cientistas da computação ainda não conseguem replicar a capacidade analítica e a criatividade humanas, muito menos a autoconsciência. Nisso, a ficção científica está muito à frente da realidade. Hal, o computador da nave espacial no filme *2001*, de Stanley Kubrick, exibe emoções e não responde a comandos humanos se estiverem em contradição com seus próprios objetivos. Mas na realidade ainda não estamos nem perto dessa situação.

Se ignorarmos o hype e focarmos na provável evolução do trabalho, há três conjuntos de questões bem diferentes. O primeiro diz respeito à organização dos sistemas de produção – o surgimento da economia de plataforma, a digitalização das finanças e dos serviços bancários, a coordenação da produção com a demanda em tempo real, entre outros. O segundo diz respeito ao uso de um algoritmo ou outro mecanismo digital para substituir o trabalho humano – por exemplo, para gerar a contabilidade e os recursos humanos de uma empresa, ou para a configuração de uma máquina; até o robô arquetípico, que serve à mesa ou leva o cachorro para passear. O terceiro envolve o uso de inteligência artificial por humanos para enriquecer atividades e ocupações – um arquiteto que pode multiplicar opções, um pesquisador que pode buscar e filtrar fontes.

Essas três dimensões têm implicações completamente diferentes para o futuro do trabalho. A economia de plataforma pode criar formas de trabalho assalariado disfarçado; a substituição de trabalhadores por robôs pode aumentar o desemprego; novas ferramentas de IA podem aumentar a produtividade e melhorar a qualidade do trabalho. O ponto importante é que esses resultados não são exclusivamente determinados pela tecnologia – eles dependem em grande parte de escolhas sociais e políticas (Capraro et al., 2024). Como Acemoglu e Johnson (2023) mostram, nas décadas do pós-guerra, quando havia instituições poderosas em países industrializados para a representação do trabalho e para o diálogo social, a mudança tecnológica foi muito mais progressiva do ponto de vista social do que durante o período neoliberal subsequente. Mas se as escolhas tecnológicas respondem apenas aos interesses do capital, é pouco provável que a sua aplicação tenha efeitos laborais fa-

voráveis. Então, como argumentam Acemoglu e Johnson, os resultados dependem da organização e da regulamentação social e econômica. A IA pode e deve criar mais empregos do que destruir.

Mas é claro que a mudança tecnológica não está sob controle social. Novos sistemas de produção frequentemente contornam os mecanismos de proteção social e os direitos trabalhistas. A penetração de tecnologias digitais em setores de serviços provoca uma terceirização do trabalho e a uma intensificação da competição entre trabalhadores. Uma grande parte da IA, gerenciada em países industrializados, depende de mão de obra mal paga e insegura para fornecer os dados necessários para fazê-la funcionar. Há milhões de trabalhadores ao redor do mundo, pagos com salários por peça, que se dedicam a revisar imagens para Instagram, Facebook e outras plataformas, para filtrar pornografia e terrorismo; descrever imagens para treinar veículos e outros dispositivos autônomos; ou fornecer dados para software empresarial (Rani e Dhir, 2024). Essa é a periferia da economia digital global de hoje. Sistemas que são aparentemente autônomos e inteligentes na realidade dependem de trabalho humano explorado e inseguro.

Isso afeta o Brasil, apesar de sua ampla capacidade digital. No país, como em outros países do Sul Global, a direção do avanço tecnológico é essencialmente impulsionada pelos interesses de grandes empresas baseadas em países industrializados, que dominam o mundo digital. Isso é obviamente o caso dos GAFAMs (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft), e se aplica geralmente às tecnologias aplicadas na economia de plataforma – frequentemente dependente de atores econômicos externos, como Uber (Antunes, 2020). Na indústria de manufatura, os sistemas de software, robótica e mecanismos de controle digital são transferidos para fábricas ao redor do mundo, sem referência ao estado do mercado de trabalho local, muitas vezes criando ilhas de emprego formal em um mar de informalidade. Se o objetivo é garantir que as tecnologias digitais aumentem a produtividade e a renda dos trabalhadores, em vez de substituí-los, isso requer reforçar políticas e sistemas de produção que reflitam os objetivos e o contexto nacional.

Tendências de longo prazo nos mercados de trabalho do Nordeste e do Brasil

Muitas das relações discutidas na última seção estão presentes no Brasil. Para explorar as possíveis consequências para o mercado de trabalho brasileiro, agora e no futuro, o primeiro passo é considerar o

que aconteceu no passado. As tendências passadas não necessariamente continuarão, mas fornecem uma perspectiva que pode auxiliar na reflexão sobre o futuro. Esta seção, portanto, analisa as tendências do emprego e sua estrutura, no Brasil e no Nordeste, nos últimos 30 anos. Concentramo-nos na condição laboral, ou seja, na natureza da relação de emprego de cada trabalhador, sua inserção no sistema produtivo e sua posição no processo de trabalho. Teria sido possível analisar igualmente os níveis de desemprego e subemprego, mas estes são fortemente dependentes de fatores conjunturais de curto prazo, sem muita tendência de longo prazo.

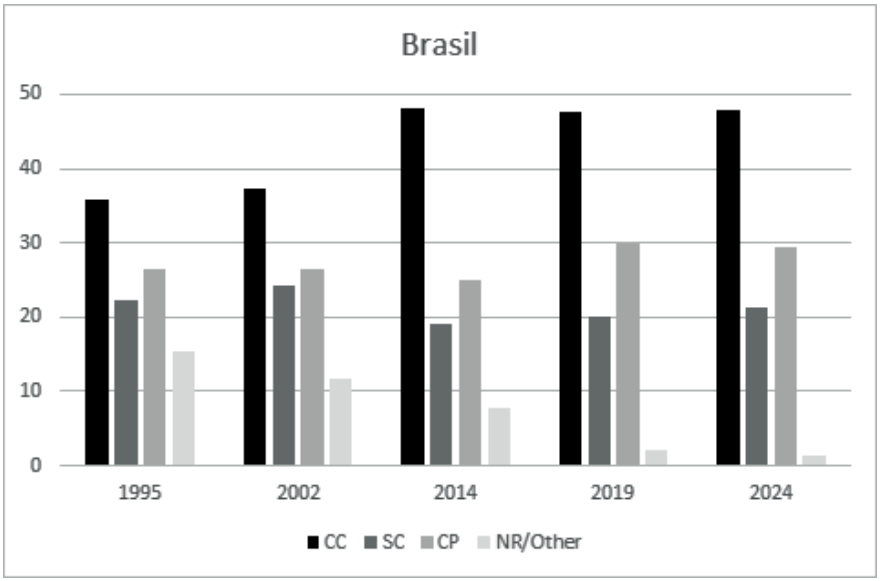
Utilizamos dados da PNAD e de sua sucessora, a PNADC. Mais detalhes sobre a condição laboral estão disponíveis na PNADC, mas apenas para a última década. Portanto, analisamos as tendências em duas partes: primeiro, utilizando indicadores agregados para todo o período de 1995 a 2024; segundo, utilizando indicadores detalhados para o período de 2014 a 2024, quando os dados da PNADC estão disponíveis. Baseamo-nos na análise e nos dados em Véras de Oliveira e Rodgers (2022) e Rodgers, Véras de Oliveira e Rodgers (2023) para o período até 2019, agregando dados de 2024.[1]

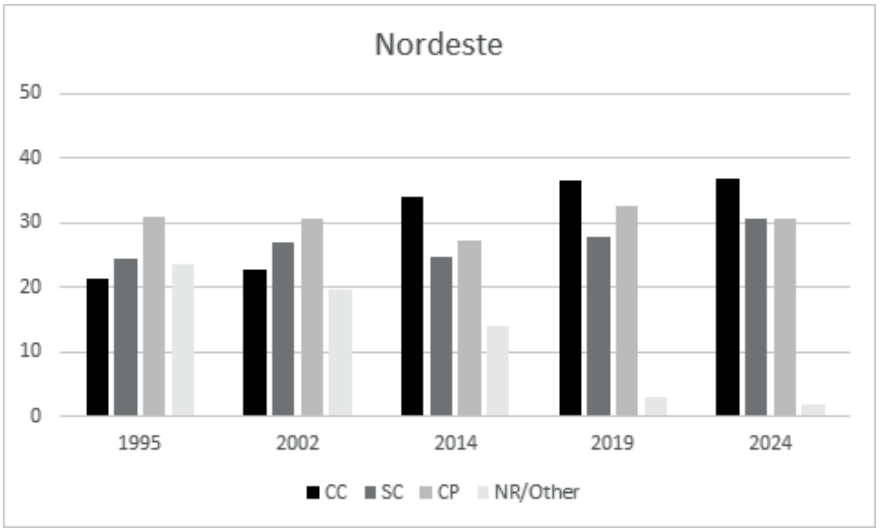
O Gráfico 1 traz um resumo das principais tendências para o Brasil e para o Nordeste de 1995 a 2024. Agrega todas as condições laborais em quatro categorias: trabalhadores assalariados com carteira e trabalhadores regulares do setor público (trabalho assalariado formal) (CC); trabalhadores assalariados sem carteira (trabalho assalariado informal) (SC); trabalhadores autônomos (conta própria) e empregadores (CP); e trabalhadores na produção para o próprio consumo (subsistência) e não remunerados (NR/Outros). Os números para o Brasil incluem o Nordeste, que representa cerca de um quarto da população, portanto, a diferença entre o Nordeste e o restante do Brasil é um tanto subestimada pela comparação direta do Nordeste com a média brasileira.[2]

1. Agradecemos a Pedro Alves e Uriel Holanda pelo tratamento dos dados da PNADC.

2. Os dados de 2024 referem-se ao terceiro trimestre. A definição de "trabalhadores de subsistência" mudou entre a PNAD e a PNADC; uma grande parte desta categoria na PNAD foi incluída no trabalho por conta própria na PNADC.

Gráfico 1 –
Distribuição dos trabalhadores por condição laboral resumida, 1995-2024 (%)





CC = Com carteira + funcionario
SC = sem carteira
CP = conta própria/empregador
NR/Other = não remunerado/próprio consumo/outro
Fonte: IBGE: PNAD (1995, 2002), PNADC (2014, 2019, 2024).

Podemos observar que não há uma tendência monotônica de longo prazo, com exceção de um declínio constante no trabalho de subsistência e não remunerado. Considerando primeiro o Brasil como um todo, houve pouca mudança entre 1995 e 2002 – um pequeno declínio na proporção de trabalhadores familiares não remunerados e de subsistência foi compensado por um pequeno aumento dos trabalhadores assalariados, tanto com carteira assinada quanto sem. Depois, entre 2002 e 2014, houve uma formalização notável do trabalho assalariado, enquanto o trabalho assalariado informal e o trabalho autônomo diminuíram. Mas essa tendência não se sustentou. Entre 2014 e 2024, a proporção de trabalho assalariado com carteira praticamente não mudou, e o trabalho assalariado sem carteira começou a subir novamente. O trabalho autônomo caiu ligeiramente, essencialmente devido ao declínio das categorias não remuneradas e de subsistência. Assim a formalização do mercado de trabalho foi interrompida em 2014 e, desde então, houve uma ligeira reversão.

Esses padrões foram geralmente replicados no Nordeste, com algumas nuances. A proporção do trabalho assalariado com carteira é muito menor no Nordeste do que em outras partes do Brasil, mas a divergência diminuiu até certo ponto, principalmente porque a parcela de trabalho assalariado formal no Nordeste continuou a aumentar após 2014, estabilizando-se apenas após 2019. Mas o trabalho assalariado informal também aumentou mais no Nordeste após 2014, de modo que, em 2024, o trabalho assalariado informal no Nordeste era dez pontos percentuais maior do que a média nacional, em comparação com apenas dois pontos percentuais em 1995. Isso reflete o virtual desaparecimento do trabalho de subsistência, substituído não apenas pelo trabalho autônomo, mas também pelo trabalho assalariado informal. Portanto, não apenas o mercado de trabalho do Nordeste é mais informal do que o do resto do Brasil, mas além disso a informalidade está aumentando, pelo menos desde 2014.

Projetando para o futuro, a reserva de trabalho de subsistência se esgotou, mas outras formas de trabalho autônomo permaneceram, em 2024, tão altas quanto ou superiores às de 2014. A participação do trabalho assalariado talvez continue a aumentar no futuro, mas o aumento não foi muito rápido nos últimos 10 anos e pode ter atingido um teto. O crescimento do trabalho assalariado formal ocorreu principalmente no período de 2002 a 2014, quando substituiu o trabalho

assalariado informal, mas desde então este último vem crescendo novamente. Na ausência de políticas fortes de formalização, como as implementadas pelos governos liderados pelo PT em 2002-14, é plausível que o trabalho assalariado informal continue a crescer, especialmente no Nordeste.

Essas mudanças estruturais são lentas, com exceção do período de formalização de 2002 a 2014. Mas muitas mudanças estão ocorrendo dentro das categorias agregadas usadas no gráfico 1. Para explorar as tendências mais a fundo, consideramos dados mais detalhados para o período de 2014 a 2024, da PNADC.

No entanto, devemos ser cautelosos devido aos choques políticos, econômicos e de saúde que ocorreram durante esta década. O período de 2015-16 viu o impeachment de Dilma Rousseff e a deposição do governo do PT, e uma profunda recessão econômica. Em 2017, o governo Temer introduziu políticas para flexibilizar o mercado de trabalho. Em 2019, a economia tinha começado a se recuperar lentamente da recessão, mas a pandemia de covid teve um impacto dramático durante o período de 2020-22, e a recuperação econômica se estendeu até 2024. Durante este período, pode-se considerar que 2014, 2019 e 2024 são anos mais "normais", no sentido de que foram menos diretamente afetados pelos choques. Mas, obviamente, as perturbações de curto prazo podem ter influenciado a tendência de longo prazo.

A Tabela 1 mostra a distribuição do emprego por uma desagregação detalhada da condição laboral referente aos anos de 2014, 2019 e 2024, para o Brasil e a região Nordeste. A explicação desta desagregação esta apresentada em Véras de Oliveira e Rodgers (2022). Podemos ver o seguinte:

- a participação da conta própria agrícola (categoria 1) continuou a cair entre 2014 e 2024, enquanto o trabalho assalariado informal na agricultura (categoria 2) permaneceu estável ou apresentou leve aumento. O padrão foi semelhante no Nordeste e no Brasil como um todo, mas a variação foi maior no Nordeste.
- o trabalho assalariado do setor privado com carteira (categorias 3 a 6) caiu em 2019, mas se recuperou em 2024. Não houve uma tendência de longo prazo, e o padrão foi semelhante para a maioria

das subcategorias de trabalho com carteira, a parte os trabalhadores qualificados e semiqualificados (categoria 5) cuja participação diminuiu um pouco mais. O padrão de mudança se mostrou muito semelhante no Nordeste e no Brasil, mas o trabalho com carteira foi muito menos importante no Nordeste, como vimos nos dados de longo prazo acima. O trabalho assalariado regular do setor público, por outro lado, caiu no Brasil como um todo, embora tenha se mantido estável no Nordeste.

- em contraste, a participação do trabalho assalariado sem carteira cresceu tanto nas pequenas quanto nas grandes empresas, no Nordeste e no Brasil, maior no Nordeste. Isso ocorreu tanto no setor público quanto no privado. O serviço doméstico caiu um pouco em ambas as regiões.
- o padrão entre empregadores e autônomos foi bastante diverso. Durante o período recessivo até 2019, todas as formas de trabalho autônomo aumentaram em ambas as regiões. Mas entre 2019 e 2024, quando houve alguma recuperação econômica, as formas marginais de trabalho autônomo caíram, enquanto o trabalho autônomo formal e o informal produtivo aumentaram, tanto no Brasil quanto no Nordeste. A parcela de empregadores formais permaneceu relativamente pequena, ligeiramente maior em 2024 do que em 2014.

A similaridade dos padrões de mudança entre o Nordeste e o resto do Brasil foi notável. As diferenças estruturais entre as regiões persistiram, mas as flutuações em resposta a fatores de curto prazo foram bastante semelhantes. As únicas diferenças importantes foram o declínio mais rápido do emprego autônomo agrícola no Nordeste, o que não é surpreendente, visto que começou em um nível mais alto, e um crescimento correspondentemente maior do trabalho assalariado sem carteira, especialmente em pequenas empresas fora da agricultura e no setor público.

Tabela 1 – Distribuição do emprego por condição laboral (%), Brasil e Nordeste, 2014, 2019 e 2024

	Brasil			Nordeste		
	2014	**2019**	**2024**	**2014**	**2019**	**2024**
1. Conta própria/familiar na agricultura	6.6	5.1	3.9	11.8	7.2	5.9
2. Assalariado sem carteira na agricultura	1.9	2.1	2.1	3.7	4.3	4.3
3. Assalariado setor privado com carteira, colarinho branco superior	9.3	8.5	9.4	5.3	5.2	5.3
4. Assalariado setor privado com carteira, colarinho branco inferior/serviços/comércio	13.8	12.9	13.5	10.1	9.8	10.3
5. Assalariado setor privado com carteira, qualificado ou semiqualificado	11.3	9.0	9.8	7.2	5.8	6.5
6. Assalariado setor privado com carteira, não qualificado	5.3	4.9	5.2	4.4	3.8	4.1
7. Assalariado sem carteira setor privado pequenas empresas (até 5 trabalhadores)	4.5	5.5	5.6	6.6	8.1	8.6
8. Assalariado sem carteira setor privado medias/grandes empresas	4.7	5.0	6.2	5.5	5.2	6.7
9. Trabalhador doméstico	6.5	6.7	5.7	6.6	6.8	6.1
10. Trabalhador do setor público sem carteira	2.5	2.7	3.3	4.1	4.7	6.1
11. Trabalhador do setor público com carteira, militares e funcionários públicos	10.0	9.7	9.1	9.8	10.1	9.8
12. Empregador formal (com CNPJ)	3.0	3.8	3.4	1.7	2.3	2.4
13. Trabalhador autônomo formal (contribuindo para a previdência)	5.2	6.5	7.4	2.9	4.2	4.3
14. Empregador/autônomo informal "produtivo" fora da agricultura	8.9	9.6	10.7	8.4	8.3	10.2
15. Empregador/autônomo informal marginal fora da agricultura	5.4	6.9	4.2	10.3	12.5	8.3
16. Trabalhador familiar auxiliar fora da agricultura	1.1	1.1	0.7	1.5	1.6	1.0
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Para entender esses padrões, precisamos considerar não apenas a estrutura do emprego, mas também a distribuição de renda à qual ela está associada.

Entre 2014 e 2024, a renda real dos trabalhadores registrada na PNADC aumentou 3,4% (no total) no Brasil e 3,0% no Nordeste (renda em Reais a preços de 2014, deflacionada pelo índice de preços ao consumidor do IBGE). Durante o mesmo período, o PIB *per capita* do Brasil aumentou 2,5% (total do período; dados do Banco Mundial em R$ a preços constantes). Essas duas cifras não são estritamente comparáveis, mas, em termos gerais, podemos dizer que o aumento da renda do trabalho foi da mesma ordem de grandeza que o aumento da produção *per capita*. Mas houve uma diferença entre os períodos de 2014-19 e 2019-24. No primeiro período, no Brasil o PIB real per capita caiu 6,1%, mas a renda real do trabalho caiu apenas 0,8%; no último período, o PIB *per capita* cresceu 9,1%, mas a renda real do trabalho cresceu apenas 4,2% (Brasil) e 3,1% (Nordeste). Ou seja, os salários permaneceram quase estáveis durante a recessão; mas na recuperação, os salários cresceram mais lentamente do que a produção. Não é uma questão puramente econômica, embora a relação entre a produção e o crescimento dos salários varia com o ambiente político. Entre 2003 e 2012, o aumento da renda do trabalho refletiu claramente as políticas pró-trabalhador do governo PT daquele período (Rodgers, Véras de Oliveira e Rodgers, 2023, tabela 2.3).

A tendência geral da renda esconde diferenças importantes entre as categorias de condição laboral, como vemos na tabela 2, primeira e terceira colunas, para o Brasil e o Nordeste, respectivamente, em 2014. Os grupos de renda mais alta são os trabalhadores de colarinho branco superior do setor privado, os trabalhadores regulares do setor público, os empregadores e os autônomos formais. Na parte inferior da distribuição estão os trabalhadores agrícolas, os empregados domésticos e os autônomos marginais. O grupo de colarinho branco do topo e os trabalhadores do setor público têm rendas mais de três vezes maiores do que os trabalhadores regulares não qualificados. A renda dos empregadores é mais que o dobro da dos autônomos formais e mais de 10 vezes a dos autônomos informais marginais. O padrão no Nordeste é largamente semelhante ao de outras partes do Brasil.

Tabela 2 – Indicadores de renda real por categoria de condição laboral comparada a média, e sua mudança entre 2014 e 2024, Brasil e Nordeste

	Brasil		Nordeste	
	Renda, proporção da média, 2014	Mudança (%) 2014-2024	Renda, proporção da média, 2014	Mudança (%) 2014-2024
Conta própria/familiar na agricultura	0.48	22.3	0.31	30.1
Assalariado sem carteira na agricultura	0.35	18.4	0.36	6.7
Assalariado setor privado com carteira, colarinho branco superior	1.79	-0.8	1.93	-5.6
Assalariado setor privado com carteira, colarinho branco inferior/serviços/comércio	0.72	0.4	0.88	-1.6
Assalariado setor privado com carteira, qualificado ou semiqualificado	0.83	1.1	0.98	-2.4
Assalariado setor privado com carteira, não qualificado	0.55	8.6	0.72	5.4
Assalariado sem carteira setor privado pequenas empresas (até 5 trabalhadores)	0.49	7.3	0.52	0.0
Assalariado sem carteira setor privado médias/grandes empresas	0.77	36.5	0.77	14.8
Trabalhador doméstico	0.40	-0.4	0.40	-2.2
Trabalhador do setor público sem carteira	0.79	7.3	0.98	7.7
Trabalhador do setor público com carteira, militares e funcionários públicos	1.74	7.1	2.12	12.9
Empregador formal (com CNPJ)	3.06	-3.5	3.96	-7.7
Trabalhador autônomo formal (contribuindo para a previdência)	1.41	-1.6	1.77	-14.0
Empregador/autônomo informal "produtivo" fora da agricultura	1.06	-12.4	1.36	-18.2
Empregador/autônomo informal marginal fora da agricultura	0.22	-26.2	0.29	-23.0
Total	1.00	3.4	1.00	3.0

As colunas 2 e 4 da tabela apresentam as variações na renda real, em %, ao longo do período de dez anos, para o Brasil e o Nordeste. Para muitos grupos, a tendência foi diferente em 2014-2019 e 2019-2024, com declínio no primeiro período seguido de recuperação; mas analisamos apenas o período completo, pois estamos interessados no longo prazo.

Existem diferenças substanciais entre as categorias de condição laboral.

Primeiramente, as duas categorias agrícolas apresentaram ganhos, embora as rendas tenham permanecido entre as mais baixas. Isso foi verdade tanto para o Nordeste quanto para o Brasil inteiro. No entanto, no Nordeste, o ganho foi muito maior para agricultores autônomos do que para trabalhadores agrícolas assalariados. A tabela 1 mostrou uma queda acentuada no emprego na primeira categoria, mas não na segunda, que aumentou um pouco. É provável que alguns agricultores de baixa renda tenham perdido terras e se tornado trabalhadores assalariados, enquanto outros passaram a ocupações não agrícolas, de modo que os que permaneceram na conta própria na agricultura foram aqueles que tinham rendas mais altas.

Em segundo lugar, a renda real dos trabalhadores assalariados do setor privado com carteira assinada não se alterou muito, e houve uma pequena perda no Nordeste. Isso provavelmente reflete sua perda de poder de barganha em um mercado de trabalho adverso, no qual sua participação no emprego diminuiu. A principal exceção diz respeito aos trabalhadores não qualificados, cujos rendimentos aumentaram. Isso sem dúvida reflete o aumento do salário mínimo durante esse período (um aumento real de 11%), que teria beneficiado especialmente esse grupo.

No setor público, os mecanismos de fixação de salários são diferentes. Trabalhadores públicos regulares, com renda equivalente ou superior à da categoria mais alta do setor privado, melhoraram ainda mais sua posição, ao contrário do setor privado.

Em terceiro lugar, o padrão do trabalho assalariado sem carteira é complexo. O crescimento do trabalho assalariado sem carteira em grandes empresas privadas que se vê na tabela 1 coincidiu com um aumento importante na renda relativa desses trabalhadores. Uma explicação possível seria uma expulsão de trabalhadores regulares com carteira para contratos de prazo curto e consultorias especializadas, por exemplo, para trabalhadores de TI, com salários mais altos, mas menos segurança. Um processo semelhante parece estar ocorrendo no setor público, onde a participação de trabalhadores sem carteira também vem aumentando, e a renda desse grupo tam-

bém aumentou, embora menos do que no setor privado. Esse padrão também é visível no Nordeste, mas é menos forte.

Esse padrão não se aplica às pequenas empresas. A proporção de trabalhadores sem carteira de trabalho também vem aumentando nessa categoria, especialmente no Nordeste, mas sem o mesmo aumento de renda – em particular, a renda estagnou no Nordeste. Este é um grupo com rendas relativamente baixas. Nas grandes empresas, os trabalhadores sem carteira ganhavam rendas comparáveis às dos trabalhadores com carteira (exceto os trabalhadores de colarinho branco de alto escalão), mas nas pequenas empresas obtiveram rendas muito menores.

Em quarto lugar, a situação dos trabalhadores domésticos, que já estavam entre os de menor renda, piorou ligeiramente.

Em quinto lugar, a renda dos empregadores caiu ligeiramente, mas eles permaneceram a categoria com renda mais alta em ambas as regiões.

Em sexto lugar, a renda dos trabalhadores autônomos fora da agricultura caiu. Todas as categorias foram afetadas, sejam formais ou informais, produtivas ou marginais. O declínio foi geralmente maior no Nordeste. Paralelamente a essa queda na renda, houve algum crescimento na participação do emprego autônomo formal e informal produtivo (tabela 1). Isso sugere que alguns trabalhadores que não conseguiram encontrar trabalho assalariado foram absorvidos pelo trabalho autônomo, mas com níveis decrescentes de produtividade. Isso incluiria trabalhadores que deixaram a agricultura, mas também aqueles que perderam empregos assalariados regulares não qualificados ou semiqualificados e novos ingressantes no mercado de trabalho que não conseguiram encontrar trabalho assalariado. No entanto, a renda média do trabalho autônomo formal e, em menor grau, do trabalho autônomo informal "produtivo", ainda era maior do que na maioria dos trabalhos assalariados. Além disso, o tamanho da categoria autônomo "marginal", onde as rendas eram muito baixas e em queda, diminuiu. Portanto, esta não é uma história simples de absorção de trabalho excedente no trabalho autônomo marginal, pois algumas formas de trabalho autônomo eram claramente atraentes e crescentes.

Como interpretar essas mudanças na estrutura do emprego e na renda, e o que isso nos diz sobre a provável evolução futura do mercado de trabalho? Há pontos positivos e negativos aqui, porque algumas categorias de trabalho eram dinâmicas e geravam rendas crescentes, enquanto outras continuavam em declínio. No geral, o mercado de trabalho assalariado não

estava se formalizando desde 2014, no sentido da extensão do trabalho assalariado regular e protegido. Ao contrário, todas as categorias de trabalho assalariado sem carteira cresceram, tanto públicas quanto privadas, em grandes e pequenas empresas, especialmente no Nordeste. Mas as rendas reais cresceram nessas categorias, então a história não foi completamente negativa. Ao mesmo tempo, houve um crescimento do trabalho autônomo, principalmente nas categorias formais e produtivas, embora – em contraste com o trabalho assalariado sem carteira – as rendas destas categorias declinavam. Em outras palavras, em partes do mercado de trabalho o emprego estava se informalizando, mas as rendas estavam aumentando; em outra parte o emprego estava se formalizando, mas as rendas estavam diminuindo. Enquanto isso, os trabalhadores do setor público se saíram relativamente bem, conseguindo manter seus empregos.

Portanto, há alguma reestruturação no mercado de trabalho, afastando-se do modelo tradicional de emprego assalariado protegido em direção a um padrão mais diverso. Isso, por sua vez, está sem dúvida associado a uma mudança na estrutura de produção, visto que as grandes empresas industriais caminhavam relativamente mal, especialmente no Nordeste, e diversificaram sua força de trabalho para reduzir o número de trabalhadores permanentes, a fim de reduzir os custos trabalhistas. Há claramente um risco de precarização aqui, que se estende às pequenas empresas que operam com trabalho assalariado informal, uma parcela crescente do emprego. O setor público não está imune a essa tendência. Mas, ao mesmo tempo, parece haver algum crescimento de pequenas empresas produtivas, talvez seguindo o modelo de redes produtivos do Polo Confecções em Pernambuco, o que explicaria a expansão do emprego autônomo produtivo e formal (Rodgers, Véras de Oliveira e Rodgers, 2023, capítulo 4), e que pode proporcionar rendas mais altas do que o emprego assalariado. Não obstante, persiste uma parcela de emprego autônomo marginal e de baixa renda, especialmente no Nordeste. A agricultura também continua sendo um segmento de baixa renda.

Essas tendências parecem refletir mudanças estruturais na organização da produção e, portanto, provavelmente continuarão. A agricultura continuará a declinar como fonte de trabalho autônomo, mas poderá permanecer como fonte de emprego assalariado precário. De fato, a tendência de precarização dos contratos de trabalho assalariado é generalizada, com um número crescente de trabalhadores em atividades terceirizadas ou temporárias. O atual governo não está conseguindo reproduzir o processo de for-

malização implementado pelos governos petistas nos anos 2000. Quanto ao crescimento do trabalho autônomo, ele também é promovido pela subcontratação e terceirização de empresas maiores, o que cria formas disfarçadas de trabalho assalariado precário, bem como igualmente trabalho autônomo genuíno, e é facilitado por novos métodos de gestão da produção e pela expansão de alguns serviços, particularmente digitais. Assim, o mercado de trabalho está se tornando mais fragmentado. O núcleo do trabalho assalariado regular e protegido não parece ameaçado, mas sua participação no emprego provavelmente diminuirá lentamente como parcela do emprego total.

A evolução das instituições laborais

As tendências de longo prazo do emprego que discutimos na última seção são o resultado tanto de forças econômicas quanto de instituições sociais. Muitas forças econômicas impulsionam a mudança – aumentos de produtividade, mudanças nos sistemas de produção e nos mercados, dinâmicas macroeconômicas, a disseminação da tecnologia digital que discutimos acima. Mas as relações econômicas funcionam dentro de uma estrutura social que orienta as forças de mercado. Essa estrutura muda menos rapidamente do que as variáveis econômicas, mas, acima de tudo, responde a diferentes fatores políticos e sociais, formais e informais. Portanto, precisamos considerar as instituições sociais e suas dinâmicas para projetar o futuro do trabalho, incluso a ação estatal que desempenha um papel central. Este é um assunto amplo, e aqui podemos apenas ilustrar algumas das questões que precisam ser abordadas, comentando três tópicos: o quadro legislativo, o papel dos sindicatos e os padrões de discriminação.

O quadro legislativo do trabalho

O sistema de regulação laboral no Brasil tem uma longa história, que remonta ao primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Foi construído em torno da "cidadania regulada", na qual as ocupações eram reconhecidas e os direitos de trabalhadores e empregadores codificados por meio da carteira profissional assinada. Isso deu origem a um sistema altamente estruturado que incluía não apenas a legislação sobre relações de trabalho, condições de trabalho e o salário mínimo (a CLT, a Consolidação das Leis do Trabalho), mas também os tribunais laborais, instituições de previdência social e de formação e a representação dos trabalhadores e dos empregado-

res pelos sindicatos. O sistema é descrito em detalhes em Véras de Oliveira e Rodgers (2022 capítulo IX) e Rodgers, Véras de Oliveira e Rodgers (2023). O ponto principal para nossa discussão aqui é que esse sistema desempenha um papel estabilizador no mercado de trabalho e, portanto, tende a orientar e frequentemente frenar qualquer processo de mudança.

O elemento central desse arcabouço regulatório é a carteira profissional assinada, que não apenas define e defende os direitos dos trabalhadores, mas também constitui uma nítida linha divisória no mercado de trabalho. Ela pode contribuir indiretamente para a polarização e a informalidade, pois se aplica na prática apenas a uma minoria de trabalhadores, mas estabelece um piso que influencia as relações de trabalho em todo o mercado de trabalho. Sua importância para as relações de emprego pode ser observada na relativa estabilidade da proporção de trabalhadores com carteira assinada no mercado de trabalho durante as crises sucessivas do período de 2014 a 2024.

O sistema legislativo e as demais instituições às quais está associado foram construídos durante um longo período, são detalhados e complexos e possuem forte legitimidade social e política. No entanto, sucessivos governos tentaram modificá-lo, ou modificar seu funcionamento na prática. Durante os governos do PT, de 2003 a 2015, esforços sistemáticos e bem-sucedidos foram feitos para aprimorar sua implementação e, notadamente, para estender os benefícios da carteira assinada a uma parcela maior da força de trabalho. Mais recentemente, a Reforma Trabalhista de 2017 teve, em linhas gerais, o objetivo oposto, visando à flexibilização das relações de trabalho, o que, argumentava-se, levaria a níveis mais elevados de emprego. Grande parte dessa reforma visava os sindicatos e a negociação coletiva, que discutiremos a seguir, mas também houve um enfraquecimento da proteção proporcionada pela carteira por meio da legalização de uma variedade de contratos de trabalho e subcontratos. Essa reforma foi sem dúvida um fator importante no crescimento do trabalho assalariado sem carteira assinada em empresas maiores, discutido na seção anterior.

No entanto, nem as tentativas de ampliar a aplicação da legislação trabalhista nem as de restringi-la afetaram o núcleo do sistema de proteção ao emprego e direitos trabalhistas, que é geralmente considerado legítimo e provavelmente permanecerá assim no futuro, independentemente das mudanças no ambiente político. O problema no futuro continuará sendo a cobertura incompleta e, com a expansão da economia digital e os novos tipos de relações de trabalho na economia de plataforma, é provável que o

tamanho desse núcleo protegido continue a diminuir, parcialmente substituído por outras formas de trabalho assalariado, às vezes escondidas e frequentemente desprotegidas.

Os sindicatos

Um declínio na parcela da força de trabalho protegida não se deverá apenas ao surgimento de novos sistemas de produção, mas também ao enfraquecimento dos sindicatos.

Um elemento fundamental da estrutura institucional do mercado de trabalho é um sistema amplamente corporativista de sindicatos de trabalhadores e empregadores, com monopólio de representação e negociação coletiva dentro de setores, ocupações e regiões, historicamente financiado por um imposto sindical. A estrutura sindical funciona principalmente em níveis setorial e regional, com presença relativamente fraca nos locais de trabalho e em pequenas empresas, mas as centrais sindicais têm uma influência importante ao nível nacional; por exemplo, desempenharam um papel importante durante os governos PT durante 2003-15, tanto influenciando as políticas governamentais quanto aproveitando o contexto político para promover a melhoria das condições de trabalho e a formalização das relações de emprego.

No entanto, a reforma trabalhista de 2017 eliminou o imposto sindical obrigatório, que fornecia o núcleo de financiamento para o movimento sindical e apoiava os muitos serviços que os sindicatos forneciam aos seus membros. Esse ataque bem-sucedido à solidez financeira dos sindicatos mudou radicalmente o equilíbrio de poder no mercado de trabalho. Em particular, levou a um declínio acentuado na filiação sindical, como mostra a tabela 3. Embora a filiação sindical tenha sido bastante estável até 2014, embora longe de ser universal, na faixa de 16 a 20% dos trabalhadores, após a reforma a filiação começou a declinar acentuadamente e ficou abaixo de 10% em 2023. Isso refletiu não apenas a perda de financiamento, mas também o surgimento de um ambiente político desfavorável aos trabalhadores e seus representantes, e um declínio na proporção de trabalhadores com carteira assinada. Um resultado foi uma clara redução na influência dos sindicatos na defesa dos interesses dos trabalhadores. A situação política ficou mais favorável com a vitória de Lula nas eleições de 2022, mas é duvidoso que os sindicatos possam recuperar um papel tão importante quanto antes em um mercado de trabalho mais heterogêneo e fragmentado.

Tabela 3 – Taxa de sindicalização (% dos trabalhadores)

Fonte	Data	Brasil	Nordeste
PNAD	2003	17.7	18.1
PNAD	2006	18.6	19.9
PNAD	2009	17.8	19.2
PNAD	2012	16.6	18.7
PNADC	2012	16.1	16.7
PNAD	2014	16.6	19.6
PNADC	2016	14.9	15.7
PNADC	2019	11.2	12.8
PNADC	2022	9.2	10.8
PNADC	2023	8.4	9.5

Fonte: PNADC, PNAD, Véras de Oliveira e Rodgers (2022).

Nota: Houve uma mudança no método de medição quando a PNADC substituiu a PNAD como fonte de dados.

As implicações para o futuro do trabalho não são claras, mais provavelmente negativas. Na medida em que o arcabouço legislativo permaneça em vigor e os trabalhadores com carteira assinada continuem protegidos, o enfraquecimento do movimento sindical pode afetar particularmente os trabalhadores sem essa proteção legal e expostos à exploração em formas inseguras e marginais de trabalho assalariado. Essa categoria provavelmente será importante na economia de plataforma em expansão, onde há pouca presença sindical. Mas o enfraquecimento da negociação coletiva e a individualização das relações de trabalho, objetivos da reforma de 2017, também provavelmente impactarão a capacidade dos trabalhadores regulares de obter ganhos em salários reais em um mercado de trabalho onde persiste considerável informalidade.

A discriminação por raça e gênero

Outra instituição persistente no mercado de trabalho é a discriminação, explícita ou implícita, notadamente por gênero, raça e suas interseções. Isso se manifesta em diferentes aspectos da inserção no mercado de trabalho – nível de participação, condição laboral, distribuição ocupacional e renda, questões discutidas em detalhes no capítulo VIII do Véras de Oliveira e

Rodgers (2022) e em Rodgers, Véras de Oliveira e Rodgers (2023). A tabela 4, extraída do Rodgers, Véras de Oliveira e Rodgers (2023), resume o impacto dessa discriminação na renda dos trabalhadores.

Tabela 4 – Renda média relativa de diferentes grupos de trabalhadores por sexo e raça, Nordeste e Brasil, 2019

	Homens pretos como % de homens brancos	*Mulheres brancas como % de homens brancos*	*Mulheres pretas como % de homens brancos*	*Mulheres pretas como % de mulheres brancas*
Brasil	54.6	74.7	43.5	58.2
Nordeste-1	59.8	76.3	51.2	67.1
Nordeste-2	80.2	77.5	63.4	81.6

Fonte: Rodgers, Véras de Oliveira e Rodgers (2023), baseado em PNADC (IBGE), 2019, terceiro trimestre.

Nota: Nordeste-1 refere-se à proporção de renda entre os grupos raciais/sexuais para todas as categorias laborais combinadas. Nordeste-2 refere-se à média das proporções de renda para trabalhadores em cada categoria de condição laboral.

A primeira linha para o Nordeste (Nordeste-1) refere-se às diferenças de renda entre as categorias de sexo e raça para todas as categorias laborais combinadas (portanto, na primeira coluna, vemos que os homens pretos receberam em média, considerando todas as ocupações juntas, 59,8% da renda recebida pelos homens brancos); a segunda linha (Nordeste-2) dá a média das diferenças de renda dentro de cada categoria de condição laboral, com base na definição da condição laboral usada na seção acima (portanto, vemos que, na média das categorias de condição laboral, os homens pretos receberam 80,2% da renda dos homens brancos). Podemos interpretar Nordeste-2 como uma medida de discriminação salarial dentro de cada status; a diferença salarial total de 40,2% combina essa discriminação salarial com a discriminação no emprego, que concentra os trabalhadores pretos em categorias de menor remuneração. Na primeira coluna, vemos que os homens pretos parecem estar sujeitos à discriminação salarial e de emprego; na segunda coluna, vemos que as mulheres brancas parecem estar sujeitas à discriminação salarial, mas não à discriminação no emprego.

Uma reflexão sobre o futuro do trabalho precisa informações sobre a evolução da discriminação no tempo, que não podemos abordar aqui. Claramente houve progresso nos últimos 30 anos, devido em parte à organização dos grupos

envolvidos, em parte à ação do estado e em parte a mudanças de valores sociais. Mas essas diferenciações estão profundamente enraizadas e mudam lentamente. De fato, as discriminações às quais os trabalhadores pretos estão sujeitos podem ser consideradas um legado da escravidão, e as discriminações às quais as trabalhadoras estão sujeitas podem ser consideradas como resultado da longa história de desigualdade de gênero na sociedade e na economia. O fato de persistirem apesar das lutas para superá-las sugere que essas discriminações continuarão a estruturar a desigualdade no mercado de trabalho no futuro.

Trajetórias e convergências

A trajetória geral do trabalho no Brasil, depende, portanto, de muitos fatores, conhecidos e desconhecidos. Como observamos acima, muitos dos resultados dependem de escolhas políticas e sociais. A breve revisão das tendências passadas e dos marcos institucionais em seções anteriores sugere que há muitos pontos possíveis para intervenção.

Uma questão importante é até que ponto diferentes países e regiões estão convergindo para um modelo semelhante. Essa foi a sugestão de Beck, discutida acima, de que os países industrializados, onde no passado os mercados de trabalho eram em grande parte construídos em torno de formas regulares e protegidas de trabalho assalariado, estavam se "brasilianizando", no sentido de que uma parcela crescente do trabalho era precária e informal. Assim, no final, tanto no Norte quanto no Sul, os mercados de trabalho seriam segmentados e apenas uma minoria de trabalhadores estaria protegida.

Pode haver um fundo de verdade aqui. Mas esse quadro é, no mínimo, incompleto, pois ainda existe uma divisão internacional do trabalho na qual empresas e consumidores do Norte se beneficiam dos baixos custos de mão de obra do Sul, cuja manifestação mais recente é a terceirização de trabalho digital de baixo valor em todo o mundo.

Portanto, as instituições trabalhistas dos países do Norte e do Sul são diferentes e interdependentes dentro da economia global, e formular a questão em termos de convergência é uma simplificação enganosa. Isso também pode ser verdadeiro em relação às diferenças entre regiões dentro dos países, mas é interessante questionar, no caso do Brasil, se o Nordeste está caminhando, ao longo do tempo, para os padrões laborais e níveis de renda encontrados nas regiões economicamente mais avançadas do país, notadamente o Sudeste.

À primeira vista, há algumas evidências que sustentam essa hipótese, mas são fracas. No longo prazo, a renda real no Nordeste aumentou de cerca de 50% da média brasileira no início da década de 1980 para 68% nos dados da PNADC de 2014 e 67% em 2024. Mas a diferença permanece grande e as diferenças estruturais persistem. Se contrastarmos o padrão da situação laboral no Nordeste em 2024 com o do Brasil inteiro em 1995, a participação do trabalho assalariado informal é maior no Nordeste hoje e a importância da indústria muito menor. Além disso, o Nordeste continua dependente da economia do Sudeste, atuando como uma periferia em relação ao "centro" do Sudeste, assim como o Brasil e outros países atuam como periferia na economia global. Essa condição de periferia aumenta a volatilidade e a insegurança do emprego no Nordeste, e é provável que isso continue a caracterizar o mercado de trabalho do Nordeste, a menos que um crescimento endógeno mais forte seja alcançado.

O futuro do trabalho não pode ser previsto sem, ao mesmo tempo, prever a evolução dos sistemas sociais e econômicos dentro do qual ele está inserido. Mas é possível identificar cenários alternativos, de solidariedade, de igualdade, de qualidade do trabalho e da vida. O ponto principal é que esses cenários devem ser construídos por atores sociais representativos que refletem os interesses e os objetivos das pessoas envolvidas. O futuro do trabalho é uma escolha, não uma fatalidade.

Referências

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S. *Power and Progress*. Londres: Basic Books, 2023.

ANTUNES, R. Qual é o futuro do trabalho na Era Digital? *Laborare*, Ano III, n. 4, p. 6-14, 2020. Disponível em: <https://trabalhodigno.org/laborare>

ASIMOV, I. *The Complete Robot*. Londres: Panther (coleção de contos publicados em datas anteriores), 1983.

BECK, U. *The Brave New World of Work*. Cambridge: Polity Press, 2000.

BEST, Fred (org.). *The Future of Work*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1973.

CAPRARO, V. et al. The impact of generative artificial intelligence on socioeconomic inequalities and policy making. *PNAS Nexus*, 3, 2024.

FREY, C. B.; OSBORNE, M. A. The future of employment: How susceptible are jobs to computerisation? *Technological Forecasting and Social Change*, v. 114, 2017.

HEINLEIN, R. *The Moon is a Harsh Mistress*. New York: G. P. Putnam's Sons, 1966.

HUXLEY, A.. *Brave New World*. Londres: Chatto & Windus, 1932.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). Automation: a Discussion of Research Methods. Labour and Automation Bulletin, Genebra, n. 1, 1964.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). Automation and Non-manual Workers. *Labour and Automation Bulletin*, Genebra, n. 5, 1967.

KEYNES, J. M. (1931). Economic possibilities for our grandchildren. In: KEYNES, J. M. (Org.). *Essays in Persuasion*. Londres: Macmillan, 1930.

MÉDA, D. The Future of Work: The Meaning and Value of Work in Europe. *International Labour Office Research Paper*, Genebra, n. 18, 2016.

ORWELL, G. *1984*. Londres: Secker & Warburg, 1949.

POLANYI, K. The *Great Transformation*. Boston: Beacon Publishing, 1944. (reimpresso em 1957)

RANI, U.; DHIR, R. K. AI-enabled business model and human-in-the-loop (deceptive AI): implications for labor. In: GARCIA-MURILLO, Martha; MACINNES, Ian; RENDA, Andrea (Orgs.). *Handbook of Artificial Intelligence at Work*. Elgar Online, 2024.

RIFKIN, J. *The End of Work: The Decline of the Global Labor Force and the Dawn of the Post-Market Era*. New York: Putnam Publishing Group, 1995.

RODGERS, G. Ficção, pistas falsas e realidade: algumas reflexões sobre o futuro do trabalho nas periferias. *Revista de ABET*, v. 23, n. 2, jul.-dez. 2024.

RODGERS, G.; RODGERS, J. (Orgs). *Precarious Jobs in Labour Market Regulation*. Genebra: International Institute for Labour Studies, 1989.

RODGERS, G.; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; RODGERS, Janine.*Unequal Development and Labour in Brazil*. Abingdon, UK: Routledge, 2023.

SPENCER, D. A. Marx, Keynes and the future of working time. *Cambridge Journal of Economics*, 48, 25-40, 2024.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; RODGERS, G. *Desenvolvimento e Regime de Trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Annablume, 2022.

Do desenvolvimento ao "decrescimento": notas sobre modos de ser do capitalismo

Adalberto Cardoso

> *Um modelo de desenvolvimento só consegue vingar se suas promessas coincidem com certa concepção possível de felicidade.*
>
> (Lipietz, 1991, p. 29).

> *Development occupies the centre of an incredibly powerful semantic constellation. There is nothing in modern mentality comparable to it as a force guiding thought and behaviour.*
>
> (Sachs, 1992, p. 3).

Introdução: desenvolvimento, uma ideia em disputa

O conceito de desenvolvimento econômico ocupa posição central nos debates sobre o passado e o futuro do capitalismo. Surgido como uma metáfora biológica na segunda metade do século XVIII (Sachs, 1992), nunca foi um termo neutro ou consensual. Desenvolvimento expressa, na verdade, visões de mundo carregadas de pressupostos históricos, ideológicos e culturais. Desde o surgimento da economia política clássica até as correntes contemporâneas pós-desenvolvimentistas, a ideia de desenvolvimento passou por redefinições, disputas e críticas intensas. Mas não resta dúvidas de que, por pelo menos dois séculos e meio, iniciando no final do Setecentos, o desenvolvimento é a promessa ontológica do capitalismo, que trouxe com ela outras tantas, como prosperidade, autonomia, conforto, bem-estar material, felicidade e, muito particularmente, liberdade.

Este estudo oferece um panorama crítico, conquanto muito sintético, das principais correntes do pensamento econômico e social sobre o desenvolvimento econômico capitalista, destacando suas premissas teóricas, seus desdobramentos históricos e suas implicações para o Sul Global, com ênfase na América Latina e no Brasil. Sem nenhuma pretensão de ser exaustivo, dado o espaço disponível, procura cobrir da visão liberal clássica ao neoliberalismo, passando por Marx, Keynes, o estruturalismo da CEPAL e de

Celso Furtado, a teoria da dependência, a Escola da Regulação, Amartya Sen, os pós-desenvolvimentistas e os críticos do crescimento. Nesse panorama, mostro que o desenvolvimento é um campo de intensa disputa entre ideias, interesses e projetos de sociedade, sendo hoje, e mais do que nunca, francamente contestado enquanto o modo de ser do capitalismo em nosso planeta, por nos ter trazido à borda de uma talvez irreversível catástrofe climática[1].

A construção da ideia de desenvolvimento

Na teoria econômica clássica, o desenvolvimento econômico foi concebido fundamentalmente em termos do crescimento da riqueza das nações. Tendo em Adam Smith (1983[1776]) uma matriz inarredável, David Ricardo (1982[1817]), Thomas Malthus (1983[1803]), John Stuart Mill (1996[1848]) e outros pensaram a economia como um organismo autorregulável, regido por leis naturais semelhantes às da física newtoniana. Smith argumentou, no seu clássico *A Riqueza das Nações* (1983 [1776]), que a divisão do trabalho promoveria naturalmente o crescimento da produtividade, num processo que Gunnar Myrdal (1957) denominaria "causação circular cumulativa": o crescimento da produtividade do trabalho, cuja origem seriam mudanças na (e aprofundamento da) divisão do trabalho, levaria ao aumento do excedente produzido pelos trabalhadores, possibilitando o crescimento do estoque de capital, que por seu lado determinaria o volume de emprego produtivo; a intensificação da acumulação de capital aumentaria a demanda por mão de obra, levando ao crescimento dos salários, melhorando as condições de vida dos trabalhadores e, portanto, "do povo", termo de uso frequente por Adam Smith; o crescimento concomitante de empregos e salários e a melhoria de vida do "povo" ampliariam os mercados de consumo que, para um dado estoque de capital, seria o determinante básico da extensão da divisão do trabalho. Configura-se, assim, uma espiral de crescimento, gerando bem-estar, prosperidade e felicidade para o soberano (o Estado) e para "o povo".

1. Neste texto usei inteligência artificial para ampliar a pesquisa bibliográfica a partir da versão preliminar apresentada no Encontro Intermediário da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), ocorrido em João Pessoa, em novembro de 2024; para resumir alguns textos que eu não conhecia e com isso orientar minhas escolhas do que ler de forma mais aprofundada (e apenas esses textos, lidos quase sempre na íntegra, figuram na bibliografia final); e para formatar a bibliografia segundo as normas da ABNT. O corpo do texto é de minha inteira responsabilidade.

Na vereda aberta por Smith, o desenvolvimento passou a ser visto como um processo contínuo e relativamente espontâneo, impulsionado pela racionalidade e pela busca do interesse individual, que, guiado pela "mão invisível" do mercado, resultaria no bem-estar coletivo[2]. Assim, e como apontou Marx em sua crítica ao que o próprio Smith denominava "economia política", o capitalismo era compreendido não como uma ordem econômica historicamente determinada, mas como uma estrutura "natural", quase inevitável, de organização produtiva e social[3]. Progresso e riqueza formavam os desideratos normativos dessa "escola", que via no crescimento econômico um caminho seguro para a elevação geral da felicidade humana, desde que se respeitassem os princípios do livre mercado e da concorrência. Mesmo as graves consequências sociais decorrentes desse sistema – como as desigualdades, o pauperismo[4], a exploração bruta da força de trabalho – eram frequentemente consideradas efeitos colaterais transitórios ou ajustáveis com o tempo, dentro da própria lógica do mercado.

Crítica da economia política: Karl Marx

Mas a hegemonia smithiana no século XIX, como sabemos, teve um contraponto radical em Karl Marx. Sua crítica da economia política clássica constitui uma das mais profundas desconstruções do pensamento econômico burguês moderno. Seu objetivo não era reformar ou reescrever a economia política, e não se limitou a aspectos técnicos ou metodológicos, atingindo, na verdade, as raízes filosóficas e ideológicas que sustentavam as ideias de progresso, liberdade e felicidade no capitalismo. Ao expor suas contradições internas, sem, contudo, deixar de reconhecer-se como herdeiro dessa tradição (Mandel, 1983), Marx compreendeu a economia política como expressão, no plano das ideias, de relações sociais específicas do modo de produção capitalista. Rejeitou, desde logo, a ideia de que o progresso material sob o capitalismo seria universalmente benéfico. E desenvolveu categorias centrais como valor, mais-valor e fetichismo da mercadoria, através

2. David Ricardo, por exemplo, via na acumulação de capital e no aumento da produtividade os motores do desenvolvimento econômico (Ricardo, 1982[1817]). Como em Smith, o progresso era fundamentalmente um processo econômico, e a felicidade resultaria do aumento geral da riqueza.

3. A obra máxima de Marx, *O Capital*, tem o subtítulo "Crítica da Economia Política". Ver: Marx (2013).

4. O espanto que o pauperismo resultante da industrialização acelerada nos inícios do século XIX provocou nas elites liberais está em Polanyi (1944), e de forma ainda mais detalhada em Castel (1998).

das quais desmascarou a exploração do trabalho na sociedade burguesa (Oliveira, 1991, p. 14-15).

A teoria do valor-trabalho de Marx carrega, como afirmado, a herança de Adam Smith e David Ricardo, mas avança decisivamente ao associar o valor das mercadorias não apenas à quantidade de trabalho, mas à forma social assumida pelo trabalho sob o capitalismo. Tal como os clássicos da economia política, Marx assume que o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário à sua produção (Marx, 2017, Cap. 1). No entanto, esse valor não é uma simples medida técnica: ele expressa relações sociais historicamente determinadas. A mercadoria aparece como um objeto dotado de valor, ocultando o fato de que, na verdade, ela é fruto de uma relação social entre pessoas mediada por coisas. É o que Marx denomina "fetichismo da mercadoria": o valor aparece como uma propriedade natural das mercadorias, e não como produto do trabalho humano abstrato nelas investido. Assim, o capitalismo é capaz de naturalizar as relações sociais de produção e obscurecer os mecanismos reais da exploração (Marx, 2017, Cap. 1).

É com base na teoria do valor que Marx elabora sua concepção do mais-valor como forma específica de extração de excedente no capitalismo. Ao vender sua força de trabalho, o trabalhador recebe um salário que equivale ao valor necessário para sua reprodução, mas durante a jornada de trabalho ele produz um valor superior ao recebido. Essa diferença é o mais-valor, apropriado pelo capitalista. O mais-valor pode ser absoluto, quando decorre do prolongamento da jornada de trabalho, ou relativo, quando resulta do aumento da produtividade via inovações técnicas e na organização do trabalho (Marx, 2017). Em ambos os casos, a essência da exploração é a apropriação privada do trabalho excedente pelo capital, que, no entanto, aparece a todos, trabalhadores e capitalistas, como uma troca de equivalentes.

Nesse quadro, a liberdade formal do trabalhador, exaltada pela economia política liberal, revela-se uma ficção. A liberdade de contratar e vender a força de trabalho disfarça uma coerção econômica estrutural: o trabalhador, desprovido de meios de produção, não tem outra escolha senão se submeter à lógica do capital. Essa contradição entre liberdade formal e dominação real é um dos alvos centrais da crítica marxista. Em vez de uma sociedade de indivíduos livres e iguais, o capitalismo engendra uma forma específica de dominação baseada na separação entre produtores di-

retos e meios de produção. Isso coloca a alienação como categoria central da crítica marxista. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, Marx argumenta que, como resultado dessa separação, o trabalhador se torna estranho ao produto de seu trabalho, ao ato de produzir, à natureza humana e aos outros homens (Marx, 2004). A atividade vital, que deveria ser livre e criativa, transforma-se em um meio de sobrevivência. O ser humano é reduzido a um instrumento do capital, sua essência é negada. Esse processo de desumanização é inseparável da lógica do mais-valor e da mercantilização da vida.

Eric Hobsbawm sugeriu que Marx pensava a história da humanidade como una, presidida por um progresso descontínuo, mas inelutável, rumo à emancipação humana (Hobsbawm, 1977). Mas essa concepção trazia uma crítica à noção de progresso da economia política clássica. Embora reconhecesse que o capitalismo desenvolvia como nunca antes as forças produtivas, ele recusava a identificação entre esse desenvolvimento e o progresso humano universal. O progresso técnico não é neutro: ele ocorreria sob relações de exploração, aprofundando desigualdades e submetendo os trabalhadores a novas formas de alienação. A liberdade prometida pelo capitalismo seria, na prática, liberdade de acumulação para o capital, e não liberdade real para os indivíduos (Marx, 2004). A liberdade e a emancipação só seriam possíveis além das fronteiras do capitalismo, na sociedade comunista (Marx e Engels, 2007). E essa nova forma de organização social não se fundaria na negação do progresso, mas em sua reorientação para a realização das potencialidades humanas e o fim da exploração.

Nesse sentido, a crítica marxista da economia política é também uma crítica da ideologia: ela desnuda os pressupostos ocultos da teoria econômica liberal e mostra como esta legitima a ordem existente. A economia política, ao abstrair as condições históricas da produção e ao tratar as categorias econômicas como naturais, estaria contribuindo para a reprodução das relações capitalistas de exploração. A ciência econômica, para Marx, só poderia ser efetivamente crítica se partisse da totalidade concreta das relações sociais, e não da abstração fetichizada do mercado.

A persistência das desigualdades, o esgotamento ambiental e a precarização do trabalho atualizam, constantemente, a crítica marxista à economia política. Em um mundo em que o progresso tecnológico coexiste com a miséria crescente e em que a promessa de felicidade se reduz ao consumo de bens descartáveis, a análise de Marx mantém sua força diagnóstica (Harvey,

2005). Seu chamado à transformação radical das condições sociais continua a inspirar projetos emancipatórios que buscam romper com as ilusões do capitalismo (Fraser, 2024). Com isso, seu pensamento permanece como uma das principais referências para a crítica das promessas não cumpridas do desenvolvimento capitalista.

Os neoclássicos

Apesar de Marx, a concepção liberal de progresso, que combinava crescimento material com promessas de bem-estar, sustentou-se ao longo do século XIX (sendo John Stuart Mill um de seus mais importantes pensadores) e foi reforçada, de diferentes formas, pelas correntes neoclássicas que dominaram o pensamento econômico até a crise de 1929.

De fato, a transição do pensamento clássico para o neoclássico deu-se já a partir do final do século XIX, com autores como William Stanley Jevons (1983[1871]), Carl Menger (1996[1871]) e Léon Walras (1996[1874]) – fundadores da chamada "Escola de Lausanne" – que deslocaram o foco analítico da produção para o consumo, substituindo a ênfase na riqueza e no trabalho pela análise marginalista da utilidade. O desenvolvimento econômico, nesse novo paradigma, passou a ser compreendido como função do equilíbrio entre oferta e demanda em mercados perfeitamente competitivos, nos quais os agentes são racionais, maximizadores de utilidade e plenamente informados. A teoria do valor-trabalho dos clássicos (e de Marx) cede lugar à teoria do valor-utilidade, o foco da análise se desloca da produção para a circulação e o consumo, e os preços tornam-se a expressão dos desejos individuais, e não mais o reflexo da quantidade de trabalho incorporado nas mercadorias.

O crescimento econômico, para os neoclássicos, resultaria de decisões individuais de consumo, poupança e investimento, mediadas por um mercado de capitais eficiente e autorregulado (Walras, 1996). A acumulação de capital permanece importante, mas passa a depender diretamente do comportamento intertemporal dos indivíduos. A visão de mundo que sustenta essa abordagem é profundamente individualista, e a ordem econômica é novamente naturalizada, não mais como um organismo em progresso histórico, mas como um sistema de equilíbrios sucessivos (Ramsey, 1928), regido por leis universais de comportamento racional. O desenvolvimento, nesse contexto, é antes um problema de alocação ótima de recursos escassos do que um processo histórico e institucional (Swan, 1956). A função do

Estado, na maioria dos modelos, é mínima: assegurar os direitos de propriedade, o cumprimento dos contratos e a estabilidade monetária, deixando ao mercado a tarefa de coordenar o progresso econômico (Marshall, 1996). No entanto, a ênfase neoclássica na autorregulação dos mercados e sua negligência em relação às desigualdades e às instabilidades cíclicas, que se tornaram explosivas na crise de 1929, colocariam em xeque sua hegemonia intelectual, que foi bastante profunda num momento histórico em que dominava o liberalismo econômico radical.

A virada keynesiana e o desenvolvimento como intervenção

A crítica keynesiana ao pensamento econômico dominante emerge, justamente, no contexto dramático da Grande Depressão iniciada em 1929, quando a economia mundial, especialmente a dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, mergulhou em uma crise prolongada e profunda, que o aparato teórico neoclássico se mostrou incapaz de explicar ou resolver. A teoria econômica vigente, centrada na ideia de que os mercados se autorregulavam e tendiam ao pleno emprego por meio da flexibilidade de preços e salários, parecia cada vez mais dissociada da realidade de desemprego em massa, quebra generalizada de empresas e colapso dos mercados financeiros. Foi nesse cenário que John Maynard Keynes publicou sua obra seminal, *The general theory of employment, interest and money* (1983[1936]), lançando as bases de uma verdadeira revolução no campo da teoria econômica.

Keynes apontou que o cerne da falha neoclássica (e também clássica) residia na suposição de que o sistema econômico, deixado a si mesmo, tende automaticamente ao pleno emprego. Contra essa visão, ele argumentou que a economia poderia permanecer indefinidamente em situação de equilíbrio (obsessão neoclássica) com altas taxas de desemprego, devido à insuficiência da demanda agregada. A decisão de investir, que para os neoclássicos era uma função da taxa de juros (vista como custo de oportunidade para o capital[5]), passa a ser, em Keynes, fortemente influenciada por expectativas voláteis e por um elemento psicológico fundamental: a incerteza (Dow e Hillard, 2002). O investimento privado, assim, não seria necessariamente suficiente para garantir níveis adequados de emprego e crescimento.

Em sua preferência normativa pelo pleno emprego (desiderato que os governos deveriam perseguir), Keynes inverteu a lógica do pensamento eco-

5. Ver Lima (1989) e Furtado (2009[1961], p. 59-64).

nômico ortodoxo: não seria a oferta que criaria sua própria demanda – como postulava a Lei de Say[6], fundamento do pensamento clássico –, mas sim a demanda efetiva que determinaria o nível de produção e emprego. Nesse contexto, o Estado passa a ter papel ativo e necessário na economia, sobretudo em momentos de recessão, por meio da política fiscal: o aumento dos gastos públicos e a redução de impostos (sobre famílias e empresas, que poderia aumentar a renda disponível, incentivando o consumo e o investimento) compensariam a retração da demanda privada e estimulariam o crescimento. A política monetária, embora relevante, seria limitada em sua eficácia durante recessões severas, quando a preferência pela liquidez aumenta e a taxa de juros atinge seu limite inferior.

A contribuição keynesiana representou uma ruptura epistemológica com a tradição marginalista (Skidelsky, 2010). Ao enfatizar o papel das instituições, das expectativas e da instabilidade inerente ao sistema capitalista, Keynes aproximou a economia de uma ciência social histórica, contingente e aberta, contrapondo-se à visão formalista, mecanicista e atemporal dos neoclássicos. Além disso, ao introduzir a noção de "*animal spirits*", ou de "ímpeto espontâneo de agir" (Keynes, 1983, p. 117)[7] – uma metáfora para descrever a dimensão emocional e social do comportamento econômico, que torna os mercados inerentemente instáveis e sujeitos a ciclos de euforia e depressão – ele reintroduziu na análise econômica dimensões subjetivas (que já tinham aparecido em Adam Smith), como o medo, o otimismo e a confiança, que desafiam a racionalidade estrita do *homo economicus* (Toye, 2000).

O pensamento de Keynes não apenas influenciou profundamente a teoria econômica, como também moldou a política econômica das democracias capitalistas durante boa parte do século XX, especialmente no período do pós-guerra, quando o modelo de Estado de bem-estar social e crescimento com pleno emprego encontrou respaldo em sua obra. O keynesianismo tornou-se, por décadas, a ortodoxia dominante, até ser novamente desafiado por correntes monetaristas e neoliberais a partir dos anos 1970.

---

6. Em termos simples, essa lei sustentava que a produção de bens e serviços geraria renda suficiente para adquirir esses mesmos bens e serviços, de modo que não haveria possibilidade de uma demanda agregada insuficiente de forma persistente. Essa concepção implica que os mercados tenderiam naturalmente ao equilíbrio e que o desemprego generalizado só poderia resultar de rigidezes ou intervenções externas ao funcionamento livre do mercado. Ver Say (2006[1803]).

7. A edição brasileira de 1983 da obra máxima de Keynes, da Abril Cultural, com tradução de Rolf Kuntz, traduz "animal spirits" por "entusiasmo", uma aproximação infeliz à ideia de *otimismo irracional* de Keynes, presente em boa parte das ações econômicas, inclusive a decisão de investir.

Dependência e subdesenvolvimento: uma crítica latino-americana

Na periferia do capitalismo, a inflexão teórica keynesiana foi incorporada de maneira crítica. Na verdade, o pensamento estruturalista latino-americano emerge, a partir da segunda metade do século XX, como uma crítica tanto ao liberalismo clássico quanto ao keynesianismo tradicional, sobretudo por sua incapacidade de explicar as especificidades históricas, sociais e institucionais das economias periféricas. Ancorado institucionalmente na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da ONU, e representado por autores como Raúl Prebisch (1949), Celso Furtado (2009[1961], 1966), Aníbal Pinto (1965) e Osvaldo Sunkel (1973), o estruturalismo desloca o eixo de análise do equilíbrio, da eficiência e da demanda, para a questão central do subdesenvolvimento, entendido como um fenômeno estrutural, histórico e persistente.

Para essa corrente de pensamento, o subdesenvolvimento não seria uma etapa anterior ao desenvolvimento, como sugeriam as teorias evolucionistas de base liberal e também, em parte, o keynesianismo, mas sim uma forma de inserção subordinada no sistema capitalista internacional. A economia mundial estaria dividida entre centro e periferia: o centro, produtor de manufaturas com alto valor agregado e poder de inovação tecnológica, e a periferia, fornecedora de bens primários com baixa elasticidade de renda. A principal consequência dessa divisão seria a deterioração dos termos de troca (Pinto, 1963) e a vulnerabilidade externa das economias latino-americanas, condenadas a ciclos recorrentes de crescimento e crise.

É nesse contexto que se destaca a contribuição singular de Celso Furtado, cujos trabalhos – especialmente *Formação Econômica do Brasil* (1959), *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (2009[1961]), e *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966) – oferecem não apenas uma análise rigorosa das causas e da dinâmica do subdesenvolvimento, mas também uma proposta de transformação estrutural voltada à superação desse estado (Coutinho, 2015)[8]. Furtado interpreta o subdesenvolvimento como o resultado de um processo histórico específico de colonização e especialização produtiva, que teria criado uma economia dual: de um lado, setores modernos e dinâmicos articulados com o mercado externo; de outro, se-

8. Celso Furtado resumiu suas propostas de superação do subdesenvolvimento em Furtado (1994).

tores arcaicos e excludentes, responsáveis pela reprodução da pobreza e da desigualdade[9].

O problema do desenvolvimento econômico na América Latina, em Celso Furtado, não pode ser reduzido a uma questão de escassez de capital ou de má alocação de recursos, como sugeriam os modelos neoclássicos. Tratar-se-ia, antes, de um desafio de transformação estrutural, que exigiria reformas institucionais, políticas de industrialização planejada, redistribuição de renda e a construção de um projeto nacional autônomo de desenvolvimento. O desenvolvimento, ele dizia, mais do que transformação, é *invenção*. Não é uma "resposta a um desafio: é, antes de tudo, a manifestação de uma possibilidade", exigindo, pois, criatividade e ampliação dos horizontes do possível, dos "valores que o homem adiciona ao seu patrimônio existencial." (Furtado, 1994, p. 37).

Assim, e ao contrário do keynesianismo clássico, centrado na gestão da demanda, Furtado propõe uma abordagem mais ampla, que articula economia, política e cultura, considerando inclusive os obstáculos ideológicos e psicológicos à mudança – como o padrão de consumo das elites latino-americanas, que tentaria mimetizar, de forma excludente, os padrões presentes nos países desenvolvidos (Furtado, 1961; D'Aguiar, 2013; Poffo *et al*., 2023).

Outro aspecto fundamental do pensamento de Furtado é sua ênfase na dimensão histórica do desenvolvimento. Ele compreende o subdesenvolvimento não como uma condição passageira, mas como uma forma de organização social reproduzida pelas estruturas internas e externas da economia latino-americana. A proposta furtadiana de desenvolvimento é, portanto, inseparável de um projeto de Estado forte, capaz de planejar estrategicamente, intervir na economia, coordenar investimentos e promover a integração regional.

Celso Furtado reveria essa posição. Sua teoria inicial sobre o subdesenvolvimento previa estagnação no longo prazo, dado o tamanho diminuto dos mercados internos subdesenvolvidos e a dependência tecnológica em relação aos países centrais. Contudo, diante do desenvolvimentismo "em marcha forçada" (Castro e Souza, 1985) imposto pela ditadura militar, ele descobriu que o crescimento econômico acelerado era possível na periferia

9. Para uma crítica ao dualismo em Celso Furtado, Ignácio Rangel (2005[1957]) e outros, ver Oliveira (1972).

do capitalismo, mas que a intervenção estatal podia ser concentradora de renda e geradora de pobreza e desigualdade, males do subdesenvolvimento que, justamente, a ação estatal deveria sanear. Ademais, Furtado compreenderia, a partir da leitura do livro divisor de águas de Meadows *et al*. (1972), que o desenvolvimento econômico como telos da ordem capitalista era, na verdade, um mito (Furtado, 1974). Dentre outras razões, porque "a criação de valor econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do meio físico." (*idem*, p. 19); e porque "se observamos o sistema capitalista em seu conjunto vemos que a tendência evolutiva predominante é no sentido de excluir nove pessoas em dez dos principais benefícios do desenvolvimento; e se observamos em particular o conjunto dos países periféricos constatamos que aí a tendência é no sentido de excluir dezenove pessoas em vinte." (*idem*, p. 74). Isto é, vendo o processo de um ponto de vista planetário, o desenvolvimento capitalista seria ecologicamente insustentável e socialmente excludente. Nesse quadro, sua obra, profundamente enraizada na realidade brasileira, permanece como referência central nos debates sobre desenvolvimento, soberania e justiça social e ambiental no Brasil e na América Latina (Bresser Pereira, 2011; Barbosa e Saes, 2025; Nassif, 2025).

Já a teoria da dependência surge na década de 1960 como um desdobramento crítico do estruturalismo cepalino e como uma reação às promessas frustradas do desenvolvimentismo latino-americano. Ainda que compartilhe com o estruturalismo a crítica à visão liberal de progresso automático e universal, a teoria da dependência se distingue por sua abordagem mais radical, influenciada por correntes marxistas (Frank, 1970; Marini, 1973), pelo materialismo histórico (dos Santos, 1978) e por uma leitura crítica do papel do capitalismo internacional (Cardoso e Faletto, 1970). Para os autores dependentistas (como antes para Furtado), o subdesenvolvimento não é um estágio a ser superado por meio da industrialização interna ou da modernização econômica; ao contrário, é uma condição historicamente produzida e funcional à manutenção do desenvolvimento do centro capitalista. Em outras palavras, o subdesenvolvimento é a outra face do desenvolvimento alheio.

Os principais expoentes dessa corrente divergem entre si quanto a estratégias e diagnósticos, mas compartilham a ideia de que o sistema capitalista mundial se estrutura de forma desigual e hierárquica, perpetuando relações assimétricas entre países centrais e periféricos. A dependência, nesse contexto, não seria apenas comercial ou financeira, mas também tecnológica,

política e ideológica. O intercâmbio entre centro e periferia seria desigual porque subordinaria os interesses das economias periféricas (que assumem papéis subordinados na divisão internacional do trabalho) aos imperativos da acumulação global (dos Santos, 1978).

Um dos marcos fundadores dessa abordagem é *Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina* (1970), de André Gunder Frank. Aqui, o autor argumenta que o subdesenvolvimento latino-americano não seria uma herança do feudalismo ou da falta de capitalismo, mas o resultado direto da inserção dessas economias na lógica capitalista global desde o período colonial. Assim, a acumulação de capital nos centros desenvolvidos teria implicado, historicamente, a expropriação sistemática de excedentes da periferia. Esse mecanismo continuaria ativo no capitalismo contemporâneo por meio de formas atualizadas de dominação, como a transferência de valor via endividamento externo, controle tecnológico e dependência de capitais estrangeiros.

A vertente marxista da teoria da dependência, representada especialmente por Ruy Mauro Marini, aprofunda essa crítica ao introduzir o conceito de superexploração do trabalho como traço característico das formações econômicas dependentes (Marini, 1973; Marques, 2013). Para Marini, as burguesias nacionais, em vez de liderar um projeto de desenvolvimento autônomo, se teriam tornado sócias menores do capital estrangeiro, reproduzindo internamente as condições de dependência por meio da compressão dos salários (e da consequente redução do consumo dos trabalhadores), do aumento da intensidade do trabalho, do prolongamento da jornada de trabalho, da informalidade e da subordinação política. Essa lógica bloquearia a formação de um mercado interno dinâmico e perpetuaria a vulnerabilidade externa das economias periféricas.

Vertente mais moderada, embora mais conhecida e igualmente crítica, é *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1970), de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que propõe uma leitura histórico-estrutural que reconhece a possibilidade de algum desenvolvimento sob condições de dependência. Para esses autores, o capitalismo periférico poderia crescer, ainda que de forma limitada e subordinada, em contextos específicos, dependendo das coalizões sociais e das estratégias políticas adotadas. Contudo, esse desenvolvimento seria sempre condicionado pelas relações

de poder globais, e não poderia se sustentar de maneira autônoma ou soberana sem uma profunda transformação estrutural[10].

A teoria da dependência politizou ainda mais o debate sobre o desenvolvimento econômico na América Latina, ao deslocar a atenção da escassez de fatores para as relações de poder que moldam a economia mundial (Bringel e Etchart Muñoz, 2017). Ela teve forte impacto nos debates acadêmicos, nas políticas públicas (sobretudo em períodos de orientação nacional-desenvolvimentista) e nas organizações políticas de esquerda e movimentos sociais. Apesar de ter perdido espaço a partir dos anos 1980, o núcleo teórico da dependência permanece provocador em tempos de globalização assimétrica, financeirização e reprimarização das economias latino-americanas (Carcanholo, 2023; Lavinas *et al*., 2024).

Keynes e Hayek

A hegemonia do keynesianismo na teoria e na prática econômicas (sobretudo na Europa e nos Estados Unidos) deu-se em paralelo à construção dos fundamentos do neoliberalismo pelos autores da chamada "Escola Austríaca", Friedrich Hayek e Ludwig von Mises. Em *O Caminho da Servidão* (1944), Hayek argumentou que a expansão do Estado e a planificação econômica conduziriam inevitavelmente à perda da liberdade individual e ao totalitarismo. Mises, por sua vez, já em *Socialism* (1936[1922]) e, depois, em *Human Action* (1949), sustentou que qualquer forma de intervenção estatal corromperia os sinais de preços e minaria o funcionamento eficiente dos mercados.

Ou seja, enquanto Keynes propunha resgatar o capitalismo mediante a ampliação da ação estatal[11], o neoliberalismo emergente diagnosticava essa mesma expansão como prenúncio da servidão. Ambas as correntes, portanto, partiram de um diagnóstico comum – a falência do laissez-faire – mas chegaram a prescrições radicalmente opostas. Contudo, ante a hegemonia de Keynes, o neoliberalismo permaneceu em estado latente. Hayek (embora laureado com o Prêmio Nobel em 1974) e Mises, ainda que ligados a universidades renomadas (em Chicago, Nova York ou Londres), atuavam também como intelectuais em *think tanks* e redes acadêmicas marginais,

10. Para uma exposição crítica e aprofundada dessas três vertentes da teoria da dependência, ver Bresser-Pereira (2010).

11. Tal como o estruturalismo latino-americano e as teorias da dependência, aliás.

como a Sociedade Mont Pèlerin, fundada em 1947[12]. Essa rede, inicialmente isolada, teve papel crucial na preservação e disseminação do pensamento neoliberal até seu renascimento triunfante (Hunt e Lautzenheiser, 2011).

A hegemonia keynesiana começou a ruir nos anos 1970, com o esgotamento do modelo de crescimento fordista (mais sobre isso abaixo), a crise do petróleo, a estagflação (inflação combinada com estagnação) e a crise fiscal dos Estados. As ferramentas keynesianas, centradas no estímulo à demanda, com centralidade do Estado nesse estímulo, foram julgadas ineficazes para lidar com o novo cenário, no qual os choques de oferta, o desemprego de longa duração e a inflação passaram a dominar o cenário macroeconômico (Offe, 1985; Brenner, 2006; Streeck, 2014).

O colapso da eficácia das políticas keynesianas acabou abrindo caminho para o neoliberalismo como alternativa teórica e prática. O neoliberalismo oferecia uma crítica contundente ao intervencionismo estatal, apontando-o como causa – e não solução – das distorções prevalecentes nas economias ocidentais. A partir daí, a proposta de desregulamentação, privatização e abertura dos mercados passou a ganhar tração, tanto no plano interno aos países quanto no debate econômico internacional.

A ascensão política de Margaret Thatcher (1979) e Ronald Reagan (1980) simboliza essa virada ideológica, que teve também desdobramentos na América Latina: com o Chile aparecendo como primeiro experimento neoliberal radical, baseado nas ideias de Milton Friedman (2023); com os ajustes estruturais impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em razão da crise da dívida dos países latino-americanos (Sachs, 1989; Cline, 1984); e com as reformas pró-mercado nos anos 1990 (Stiglitz, 2002). O neoliberalismo, outrora marginal, tornava-se política de Estado, com este figurando, agora, como artífice de sua própria desregulamentação.

O chamado Consenso de Washington, formulado no fim dos anos 1980 (Williamson, 1990), sintetiza as principais prescrições desse paradigma: disciplina fiscal, abertura comercial, desregulamentação dos mercados de capitais, flexibilização dos mercados de trabalho, privatização de empresas estatais e fortalecimento dos direitos de propriedade. O desenvolvimento passa a ser entendido não como transformação estrutural, mas novamente como adesão às regras do "bom funcionamento" do mercado, novamente deixado a si mes-

12. Ver: https://montpelerin.org/. Acesso em: 21 maio 2025.

mo. A pobreza e o subdesenvolvimento foram atribuídos à má governança, e não mais à posição estrutural dos países na economia global.

Contudo, os resultados do neoliberalismo, especialmente na América Latina e na África, foram catastróficos: ainda que tenham ocorrido curtos períodos de estabilidade macroeconômica e controle inflacionário, as reformas liberalizantes não geraram crescimento sustentável nem reduziram desigualdades. Ao contrário, em muitos casos acentuaram a desindustrialização (Salama, 2019; Carmo, 2023), o desemprego estrutural (Campos, 2017) e a vulnerabilidade externa dos países periféricos (Rodrigues, 2024), além de fragilizarem os sistemas públicos de educação, saúde e previdência (De Godoy e Calvoso, 2019). Com isso, a promessa de "crescimento com mercado" se mostrou, na prática, um processo de ajuste recessivo, de exclusão social e de aprofundamento das fragilidades estruturais dos países periféricos.

A Escola Francesa da Regulação

Nos anos 1970, outra vertente teórica veio disputar a noção de desenvolvimento com o keynesianismo em crise e o neoliberalismo emergente: a Escola Francesa da Regulação, uma resposta crítica às limitações das abordagens econômicas convencionais – tanto neoclássicas quanto keynesianas – diante das profundas transformações que afetaram o capitalismo nos países ricos no pós-guerra. Seus principais autores – Michel Aglietta (1979), Robert Boyer (1986 e 2015) e Alain Lipietz (1985) – propuseram um novo marco teórico, ancorado no marxismo e no keynesianismo (Oliveira, 1991), para compreender os processos de acumulação e desenvolvimento a partir da interação entre estruturas econômicas, formas institucionais e configurações sociais. Em contraste com concepções lineares e universalistas do desenvolvimento, os regulacionistas enfatizaram a diversidade histórica dos modos de regulação e a centralidade das instituições na sustentação de trajetórias econômicas.

A abordagem regulacionista parte do pressuposto de que o capitalismo não é um sistema autorregulável, mas um modo de produção historicamente instável, que requer mecanismos institucionais para sua reprodução. O conceito de "regime de acumulação" refere-se ao padrão de crescimento econômico relativamente estável, envolvendo compatibilidade entre produção, distribuição, consumo e investimento. Já o "modo de regulação" abrangeria o conjunto de normas, instituições, dispositivos legais e con-

venções que assegurariam a coesão social e a estabilidade do regime de acumulação (Boyer, 1986).

A inovação dos regulacionistas está na compreensão de que o desenvolvimento econômico depende da compatibilidade entre estruturas econômicas e instituições sociais[13]. Aglietta (1979), em sua análise do capitalismo fordista nos Estados Unidos, mostrou como o crescimento sustentado do pós-guerra foi possível graças a um conjunto de arranjos institucionais – sindicatos fortes, Estado intervencionista, consumo de massa – que permitiram a reprodução ampliada do capital com relativa estabilidade social (o que Boyer, 1986, denominaria "círculo virtuoso do fordismo"). A crise do fordismo nos anos 1970 foi interpretada, portanto, como crise de regulação, ou seja, um descompasso entre o regime de acumulação e suas instituições de sustentação.

A teoria da regulação rompe com a ideia de um caminho único de desenvolvimento, como de resto o fizera o estruturalismo latino-americano. Alain Lipietz (1985) argumentou que o capitalismo se manifestaria de formas diversas, moldado por contextos históricos, instituições e lutas sociais específicas. As trajetórias de desenvolvimento seriam múltiplas e não poderiam ser compreendidas a partir de modelos universais. A noção de trajetórias nacionais de desenvolvimento permitiria entender por que países com estruturas produtivas similares podiam experimentar dinâmicas econômicas e sociais radicalmente distintas, dependendo de seus modos de regulação.

A atenção às crises constitui um dos aspectos mais relevantes da teoria da regulação (Aglietta, 1979). As crises são vistas não como anomalias passageiras, mas como momentos de transformação estrutural, nos quais os antigos modos de regulação se tornam obsoletos e novas formas institucionais são disputadas. O desenvolvimento econômico, nesse sentido, aparece como processo histórico descontínuo, marcado por rupturas, reconfigurações e lutas sociais.

Essa abordagem teve eco nos países do Sul Global. Lipietz (1989), ao propor o conceito de "fordismo periférico", reconhece que os instrumentos analíticos da regulação precisariam ser adaptados às particularidades das formações sociais periféricas – e é nesse ponto que se estabelece o diálogo com autores latino-americanos (Duarte, 2000). O desenvolvimento, nesse

13. Essa nomenclatura remete a Marx e seus conceitos de forças produtivas e relações de produção, mas, como apontou Oliveira (1991), no modelo regulacionista, as duas dimensões aparecem funcionalmente integradas, e não em contradição irresolúvel nas fronteiras do capitalismo, como em Marx.

contexto, seria condicionado pela posição periférica na divisão internacional do trabalho, pela vulnerabilidade financeira e pela dependência tecnológica, temas caros ao estruturalismo latino-americano e também às teorias da dependência.

Entre os esforços de tradução crítica das categorias regulacionistas para os contextos periféricos estão Pierre Salama (1998), Candido Ferreira (1997) e Julio Neffa (1998), que incorporaram as contribuições regulacionistas na análise das especificidades do capitalismo latino-americano, especialmente em relação à instabilidade macroeconômica, à informalidade do trabalho e às fragilidades institucionais.

Salama (2000, 2019), por exemplo, argumenta que a América Latina não teria vivenciado plenamente um regime fordista[14]. Em vez disso, teriam predominado formas híbridas e instáveis de acumulação, com alto grau de heterogeneidade estrutural e exclusão social. Assim, a crise latino-americana dos anos 1980 não poderia ser interpretada como uma "crise do fordismo", mas como o esgotamento de um modelo de substituição de importações apoiado em proteção estatal e financiamento externo. Nesse sentido, o desenvolvimento na América Latina sempre teria estado atravessado por contradições estruturais que teriam impedido a formação de um modo de regulação estável. É claro que essa formulação tem inegável matiz eurocêntrico, e o desenvolvimento latino-americano aparece em modo negativo: é definido pela ausência de instituições capazes de estabilizar o regime de acumulação e, com isso, constituir um modo de desenvolvimento estável.

Ferreira (1997) não escapa dessa armadilha, pois, em sua perspectiva, o capitalismo periférico brasileiro se caracterizaria por formas frágeis e *incompletas* de regulação, nas quais o Estado atuaria de forma *limitada* e o mercado de trabalho seria segmentado e informalizado. Assim, o desenvolvimento econômico na periferia deveria ser analisado à luz de formas institucionais precárias, em que a regulação social é parcial e a inserção internacional imporia limites severos à autonomia nacional. O fordismo entre nós teria tido um desenvolvimento *limitado e contraditório*. Limitado porque "a norma salarial fordista nunca foi dominante no país" (*idem*, p. 197), e contraditório porque, se houve vigoroso crescimento econômico e industrial do pós-guerra até a década de 1980, ele foi concentrador de renda

14. Pierre Salama não é, a rigor, um autor da Escola da Regulação, estando bem mais próximo do marxismo do que seus colegas regulacionistas. Mas não há dúvidas de que ele emprega os conceitos dessa escola para pensar a América Latina, como sugiro no texto. Ver, ainda: Salama 2001.

e excludente em relação à massa dos trabalhadores. Isto é, o processo de industrialização comandado pelo Estado não teria chegado a constituir um regime fordista pleno, mas teria apresentado algumas de suas características, como urbanização, industrialização, elevação da produtividade e expansão do consumo urbano, conquanto apoiado em segmentação do mercado de trabalho e autoritarismo político, o que teria dificultado a formação de um modo de regulação eficaz. A crise dos anos 1980 teria revelado a fragilidade desse arranjo, marcado por endividamento externo, inflação crônica e baixa capacidade de coordenação estatal. Com a abertura econômica e a adoção de políticas neoliberais nos anos 1990, o país teria passado por um processo de financeirização e flexibilização produtiva, aprofundando as desigualdades e a precarização. A análise, pois, mantém-se na negativa: na periferia o fordismo teria sido imperfeito[15].

O principal limite da abordagem regulacionista, quando aplicada ao contexto contemporâneo de globalização econômica e financeirização do capital, reside em seu "nacionalismo metodológico" (Beck, 1999), isto é, na suposição implícita de que as principais dinâmicas econômicas, políticas e institucionais operam fundamentalmente dentro das fronteiras dos Estados-nação[16]. Os modos de regulação são concebidos como arranjos historicamente situados no plano nacional. Esses modos de regulação (por exemplo, o Estado de bem-estar no pós-guerra ou o fordismo) permitiriam, em diferentes épocas, assegurar certa coesão entre produção, distribuição e consumo, definindo aquilo que o regulacionismo nomeia de modo de desenvolvimento.

No entanto, a intensificação da mobilidade do capital financeiro, a fragmentação global das cadeias de valor e a crescente influência de instituições transnacionais (como mercados financeiros, fundos de investimento, agências de rating ou organismos multilaterais) deslocam os centros de decisão e coordenação econômica para além do alcance dos Estados nacionais. Em outras palavras, os mecanismos clássicos de regulação (política fiscal, monetária, leis trabalhistas, políticas industriais) tornam-se parcialmente impotentes diante de forças globais que não reconhecem fronteiras soberanas. Nesse sentido, o arcabouço analítico

15. Incursão recente e mais bem-sucedida de emprego da Teoria da Regulação no Brasil é Véras e Oliveira e Rodgers (2021). O livro é um imenso esforço coletivo de análise histórico-estrutural e institucional das mazelas e logros do desenvolvimento regional no Brasil.

16. Crítica mais profunda, que pretende desconstruir os pressupostos da Teoria da Regulação de uma perspectiva marxista, encontra-se em: Braga (2003).

regulacionista, ao permanecer centrado em unidades nacionais como *loci* privilegiados da regulação, torna-se insuficiente para explicar as dinâmicas contemporâneas do capitalismo globalizado.

Além disso, a financeirização, entendida como a dominância do capital financeiro sobre a lógica produtiva, intensifica essa desarticulação entre o nível nacional e os centros de poder econômico. A valorização do capital passa a depender menos da produção material e mais de circuitos especulativos e de rendas financeiras, muitas vezes desvinculados das economias reais locais (Paulani, 2024). Assim, o espaço em que o capital opera e se reproduz é transnacional, enquanto o Estado nacional, embora ainda importante, encontra-se pressionado por uma lógica que o transcende, o que gera tensões, contradições e dificuldades de coordenação e estabilidade, escapando ao arsenal analítico regulacionista original[17].

De todo modo, nos últimos anos, a Escola da Regulação tem incorporado novas dimensões ao debate, em particular a questão ambiental. Boyer (2015) propõe o conceito de *modo de desenvolvimento sustentável*, que exige a construção de instituições capazes de compatibilizar crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental. A transição ecológica, a governança climática e a regulação das tecnologias emergiriam como novos eixos do desenvolvimento no século XXI.

Desenvolvimento como liberdade: Amartya Sen

De forma paralela a esses esforços teóricos na Europa e na América Latina, é preciso mencionar a contribuição de Amartya Sen ao pensamento econômico e social sobre desenvolvimento, articulada principalmente em *Desenvolvimento como Liberdade* (2000), mas também em *Poverty and Famines* (1981). Na primeira dessas obras, Sen propõe o que pareceria uma mudança fundamental na maneira como compreendemos o desenvolvimento: ele deveria ser visto, sobretudo, como um processo de expansão das liberdades substantivas das pessoas. Digo "pareceria" porque, na verdade, a liberdade é a promessa-mãe do desenvolvimento capitalista desde pelo menos Adam Smith, sendo articulada de forma sistemática por John Stuart Mill (1996[1848]). Mas Sen parece inovar ao distinguir claramente entre os meios e os fins do desenvolvimento. Elementos como a renda, o crescimen-

17. Tentativas de incorporar a globalização e as instituições do capitalismo global na teoria são: Boyer (1999) e Jessop (2002 e 2007). Mas os dois autores reconhecem os limites dessa empreitada.

to econômico, o progresso tecnológico, o acesso a bens e serviços, embora importantes, não constituiriam o objetivo final, mas sim meios instrumentais que poderiam ou não contribuir efetivamente para a ampliação das liberdades humanas.

> O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (Sen, 2000, p. 18).

Ou seja, a ênfase central está nas liberdades reais de que as pessoas dispõem para viver a vida que valorizam.

Sen critica abordagens que reduzem o desenvolvimento à ampliação do PIB per capita ou à acumulação de riqueza material[18]. Para ele, é a capacidade efetiva de as pessoas escolherem e realizarem seus objetivos de vida – o que ele chama de capabilities – que deve ser o critério normativo central do desenvolvimento. Essa abordagem, conhecida como "Abordagem das Capacidades", foi posteriormente aprofundada com a filósofa Martha Nussbaum, sobretudo no campo da filosofia política e da ética normativa (Nussbaum e Sen, 1993).

Sen também destaca que a liberdade é um fim em si mesma – pois uma vida livre é, por definição, uma vida melhor –, mas também um meio eficaz para promover outros fins, como a eficiência econômica, a redução da pobreza e o bem-estar coletivo. Isto é, "a condição de agente livre e sustentável emerge como um motor fundamental do desenvolvimento" (Sen, 2000, p. 19).

O autor enumera cinco tipos de liberdades que promoveriam o desenvolvimento: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetiva (Sen, 2000). A ausência dessas liberdades comprometeria não apenas o bem-estar individual, mas também o dinamismo das sociedades. Um exemplo emblemático utilizado por Sen é o das fomes (*famines*), que ele mostra serem evitáveis mesmo

18. Por isso ele propôs, juntamente com Ul Haq (1996), um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para medir a riqueza dos países, em substituição ao PIB *per capita*. O IDH é, hoje, amplamente utilizado em comparações internacionais.

em países pobres, desde que haja democracia, imprensa livre e instituições responsáveis (Sen, 1981).

A perspectiva de Sen é também uma crítica implícita à tradição utilitarista e à teoria do bem-estar baseada exclusivamente em preferências ou em renda. A pobreza, em sua visão, deve ser compreendida como privação de capacidades, e não apenas como carência de renda monetária. Essa reformulação tem implicações importantes para as políticas públicas: mais do que transferir renda, seria necessário criar condições institucionais e sociais que ampliem as oportunidades reais de escolha.

Essa abordagem apresenta limitações importantes. Subestima os condicionantes estruturais do subdesenvolvimento e adota uma visão liberal de liberdade, desvinculada das lutas de classes e das formas de dominação internacional, temas caros ao estruturalismo latino-americano e aos regulacionistas, por exemplo. Ademais, mesmo ao propor uma visão mais humana e ética do desenvolvimento, e ao considerar que a liberdade substantiva só é possível dentro de condições institucionais e geopolíticas que a tornem viável, Sen ainda opera dentro de um paradigma iluminista e liberal, centrado no indivíduo, na racionalidade e na universalidade de certos valores (Escobar, 2012).

Neodesenvolvimentismo?[19]

A primeira década do século XXI marcou uma inflexão importante na trajetória de políticas públicas na América Latina. Após duas décadas de hegemonia neoliberal – com suas consequências sociais devastadoras –, a região assistiu à emergência de uma nova geração de governos progressistas, eleitos em países como Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Uruguai e Venezuela. Esse movimento, por vezes denominado "onda rosa", articulou um projeto de desenvolvimento centrado na inclusão social, na valorização do Estado como agente econômico e na recuperação de políticas públicas voltadas ao bem-estar coletivo (Sader, 2009; Levitsky e Roberts, 2011).

Inspirados por uma leitura crítica das falhas do neoliberalismo, esses governos promoveram modelos híbridos, mesclando estabilidade macroeconômica com políticas redistributivas, aumento do salário mínimo, valoriza-

19. O mais importante teórico do neodesenvolvimentismo na América Latina é, sem dúvida, Bresser-Pereira (2019).

ção do trabalho, investimentos em infraestrutura e programas de combate à pobreza – como o Bolsa Família no Brasil, Asignación Universal por Hijo na Argentina e os *bonos sociales* nos países andinos – que André Singer (2012) denominou, no caso brasileiro mas certamente extensivo a outros países do continente, "reformismo fraco".

Um dos pilares materiais desse novo ciclo desenvolvimentista foi o boom das commodities, impulsionado pela alta dos preços internacionais de petróleo, soja, cobre, minério de ferro, gás natural e outros bens primários. Esse cenário favorável permitiu ampliar receitas fiscais e expandir o gasto público, viabilizando políticas sociais sem romper com a lógica da inserção periférica nos mercados globais. Essa escolha estratégica – manter o modelo exportador de base primária – consolidou o que muitos autores passaram a chamar, em lugar de neodesenvolvimentismo, de neoextrativismo (Acosta, 2016a; Svampa, 2019; Acselrad e Michelotti, 2024).

O neoextrativismo refere-se à intensificação da extração e exportação de recursos naturais, não mais como política exclusiva de governos liberais, mas como base de sustentação fiscal e política de governos progressistas. A diferença estaria no uso social da renda extrativista: em vez de alimentar apenas lucros privados, ela seria redirecionada para programas de redução da pobreza e investimentos públicos (Panizza, 2009). Entretanto, essa estratégia logo mostrou seus limites e contradições:

1. Dependência externa: mesmo com maior presença do Estado, a economia continuou vulnerável aos ciclos de preços internacionais, mantendo o padrão de especialização produtiva e inserção subordinada na divisão internacional do trabalho (Panizza, 2009).
2. Conflitos socioambientais: a intensificação da mineração, do agronegócio e da exploração de hidrocarbonetos gerou inúmeros conflitos com populações indígenas, camponesas e movimentos ambientais, especialmente nos países andinos e amazônicos. O discurso do "desenvolvimento com inclusão" passou a colidir com os direitos territoriais e ecológicos dessas comunidades (Svampa, 2016; Gudynas, 2021).
3. Baixa diversificação produtiva: a aposta no extrativismo retardou ou limitou processos de diversificação industrial e inovação tecnológica, aprofundando o risco da chamada "armadilha da renda média" (Agénor e Canuto, 2015).

4. Dilemas políticos: a conciliação entre crescimento econômico, redistribuição de renda e sustentabilidade ambiental revelou-se instável. Em muitos casos, a retórica progressista foi acompanhada por práticas autoritárias e tecnocráticas de gestão dos territórios e dos recursos naturais (Svampa, 2019).

Ainda assim, não se pode desconsiderar os avanços sociais significativos obtidos nesse período: redução da pobreza e da fome, ampliação do acesso a educação e saúde, inclusão de setores historicamente marginalizados, redução da desigualdade de renda. Esses ganhos, no entanto, mostraram-se frágeis diante da queda dos preços das commodities a partir de 2012 e do retorno de governos conservadores, muitos dos quais reverteram ou congelaram conquistas anteriores (Cardoso, 2020).

O esgotamento do ciclo progressista colocou em evidência a dificuldade de construir um modelo de desenvolvimento pós-extrativista, sustentável e socialmente justo. A falta de reformas estruturais profundas – como a reforma agrária, a reorientação produtiva e a transição energética – expôs os limites do modelo baseado no "crescimento com redistribuição" financiado por exportações primárias e pelo endividamento das famílias.

Além disso, a pressão por descarbonização da economia mundial (Bringel e Svampa, 2023), as exigências dos acordos climáticos (como o Acordo de Paris) e o avanço das crises socioecológicas globais impõem novos desafios à região. Os projetos de desenvolvimento latino-americanos do século XXI terão de confrontar não apenas os dilemas clássicos da desigualdade e da dependência (Ribeiro, 2021), mas também os desafios inéditos da crise climática, da transição ecológica justa e da digitalização desigual das economias (CEPAL, 2023, 2024).

O Pós-Desenvolvimentismo: uma crítica civilizatória

De fato, nas últimas décadas, correntes pós-desenvolvimentistas emergiram como uma força crítica fundamental no debate sobre o desenvolvimento capitalista, desafiando os paradigmas tradicionais que dominaram a teoria e a prática desde a segunda metade do século XX, na América Latina e no mundo. Essa crítica parte de experiências concretas do Sul Global (Sanchez Ancia, 2022; Ribeiro, 2021; Svampa, 2020) e está profundamente ancorada na desconfiança em relação ao projeto moderno de desenvolvi-

mento, considerado por muitos desses pensadores como uma narrativa ocidental que universaliza modelos culturais, econômicos e institucionais próprios do Norte global. Está-se diante de uma reconceitualização radical da própria ideia de desenvolvimento.

O ponto nodal da maior parte das correntes pós-desenvolvimentistas é a constatação de que o desenvolvimento, longe de ser um processo técnico e neutro de aprimoramento das condições de vida, constitui uma construção discursiva enraizada em pressupostos eurocêntricos. Arturo Escobar (2011), em seu influente *Encountering Development*, argumenta que o desenvolvimento funciona como uma tecnologia de poder, uma forma de controle social que define o que significa ser moderno, civilizado ou desenvolvido, com base em padrões dos países mais ricos do ocidente. Em outro trabalho, sustenta que o discurso do desenvolvimento teria criado a categoria de Terceiro Mundo como um espaço de carência, atraso e inferioridade, legitimando intervenções externas e a imposição de modelos alheios às realidades locais (Escobar, 2012).

A própria noção de "subdesenvolvimento" é criticada por Esteva (1992), pois teria sido cunhada no pós-Segunda Guerra Mundial como parte da retórica neoimperialista do presidente norte-americano Harry Truman. Esteva transcreve um discurso proferido no dia de sua posse (20 de janeiro de 1949), no qual Truman afirma que "We must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas" (Esteva, 1992, p. 1). Nesse dia, escreve Esteva, dois bilhões de habitantes do planeta se tornaram subdesenvolvidos (*idem*, p. 2). Essa invenção semântica teria, então, estabelecido uma hierarquia entre as nações e lançado uma missão civilizatória cujo objetivo era converter sociedades inteiras em cópias das nações industrializadas. O que se seguiu, argumenta ele, foi a tentativa de um processo de homogeneização cultural, destruição de formas de vida tradicionais e perda de autonomia comunitária.

Na mesma ordem de argumentos, Wolfgang Sachs (1992), organizador do *The Development Dictionary,* onde figura o texto de Esteva, fornece uma análise etimológica e conceitual das palavras-chave do discurso do desenvolvimento. Ele sugere que termos como "crescimento", "modernização" e "progresso" trariam uma carga ideológica que ocultaria relações de poder e marginalizaria outras formas de saber e viver. O desenvolvimento, para Sachs, é menos um projeto técnico do que uma "metáfora orientadora" (idem,

p. 3) que alimentaria políticas públicas e relações internacionais de modo a favorecer os interesses do Norte global.

Esse diagnóstico é reforçado por Majid Rahnema (1997), que procura demonstrar como a própria ideia de miséria é construída e instrumentalizada por dentro do discurso desenvolvimentista. Em sua visão, o desenvolvimento não eliminaria a pobreza, mas a redefiniria de forma a torná-la gerenciável por técnicas ocidentais, desconsiderando os modos autônomos que muitas comunidades possuem de satisfazer suas necessidades e viver com dignidade. Trata-se, portanto, de críticas internas à noção de desenvolvimento como uma construção histórica e ideológica, voltada para a dominação e a exploração dos países subdesenvolvidos.

Essas críticas não se limitam à denúncia: elas também propõem alternativas. O movimento pós-desenvolvimentista tem impulsionado uma série de iniciativas locais baseadas na autonomia, na sustentabilidade e na pluralidade epistêmica. O conceito de buen vivir, por exemplo, que emerge de cosmovisões andinas (Acosta, 2016b), propõe um paradigma que rejeita a lógica do crescimento econômico ilimitado e coloca no centro a harmonia entre seres humanos, natureza e espiritualidade. Tais propostas sugerem que as alternativas ao desenvolvimento não devem ser pensadas como novas formas de desenvolvimento, mas como formas radicalmente outras de viver (Danowski e Viveiros de Castro, 2014).

Nesse sentido, muitos pós-desenvolvimentistas apontam para a necessidade de uma descolonização do imaginário. É uma vez mais Arturo Escobar (2012) quem argumenta ser preciso desfazer o monopólio que o Ocidente exerce sobre os modos de imaginar o futuro e as formas de vida desejáveis. Isso implicaria, entre outras coisas, abrir espaço para epistemologias plurais, que valorizem os saberes locais e tradicionais, muitas vezes desprezados pelas ciências sociais ocidentais. Trata-se de reconhecer que o mundo é feito de muitos mundos – uma ideia sintetizada na máxima zapatista "um mundo onde caibam muitos mundos" (Morel, 2023).

Embora as críticas pós-desenvolvimentistas tenham sido recebidas com entusiasmo em diversos círculos acadêmicos e, sobretudo, militantes, elas também enfrentam objeções. Alguns críticos, como Amartya Sen (2000), argumentam que, embora o conceito de desenvolvimento tenha sido mal utilizado, não se deve descartá-lo completamente, em particular se o entendermos (como vimos) como expansão das liberdades substantivas das pessoas, e não meramente como crescimento econômico. Outros ainda

apontam que há riscos de romantização de formas de vida tradicionais, que também podem ser marcadas por hierarquias opressivas de gênero, casta ou etnia (Nanda, 2003; Li, 2007).

Apesar dessas tensões, o pós-desenvolvimentismo oferece uma contribuição importante ao campo dos estudos do desenvolvimento, ao deslocar o debate para além das categorias e soluções hegemônicas. Sua ênfase na crítica epistemológica, na valorização das alternativas locais e na necessidade de um pluralismo radical desafia formuladores de políticas, pesquisadores e agentes sociais a repensar profundamente o que significa "progredir" ou "melhorar a vida".

Em tempos de crise ecológica, desigualdade crescente e impasses geopolíticos (muitos levando a guerras), o debate pós-desenvolvimentista ganha renovada relevância. Ele nos obriga a ter em conta que o futuro não está em seguir adiante numa rota única, mas em abrir trilhas múltiplas, traçadas a partir das experiências e sabedorias de povos que, por séculos, foram silenciados ou ignorados. Nesse processo, não basta reformar o desenvolvimento: é preciso reinventar os próprios termos do nosso imaginário coletivo. Ou seja, a ideia não seria "alcançar o desenvolvimento", mas construir modos de vida sustentáveis, autônomos e enraizados nos contextos culturais e ecológicos específicos. Essas abordagens influenciaram, inclusive, processos constituintes como o do Equador (2008) e o da Bolívia (2009), que incorporaram noções de direitos da natureza e pluralismo jurídico-cultural em suas cartas constitucionais (Rodrigues e Wolkmer, 2020; Santos, 2021).

Na verdade, na América Latina, pelo que já se disse até aqui, a sustentabilidade assume caráter particularmente crítico, dada a forte dependência de atividades extrativas e a vulnerabilidade socioambiental. Autores como Lander (2020) e Svampa (2019) têm apontado os limites do neodesenvolvimentismo baseado em commodities e alertado para a necessidade de repensar o desenvolvimento a partir de perspectivas territoriais, interculturais e ecológicas.

Ainda mais recentes – e muitas vezes convergentes com o pós-desenvolvimentismo – são as críticas ao crescimento econômico em si. Movimentos como o decrescimento (*degrowth*), articulados principalmente na Europa, e a ecologia política latino-americana denunciam os limites ecológicos, sociais e existenciais do modelo de crescimento infinito. Para esses autores – como Serge Latouche (2009), Jason Hickel (2020), Joan Martínez-Alier (2002) e Alberto Acosta (2016b) – não é possível dissociar a expansão do

PIB da intensificação da exploração dos recursos naturais, do colapso climático, da perda de biodiversidade e da desigualdade global. Longe de ser um indicador de bem-estar, o crescimento se teria tornado uma ameaça à sustentabilidade da vida no planeta. O PIB, como medida de riqueza ou bem-estar, ignoraria os custos ambientais, os vínculos comunitários, o trabalho não remunerado e a qualidade de vida. Em resposta, propõem modelos de economia pós-extrativista, centrados em necessidades reais, justiça ecológica e limites biofísicos.

Nesse contexto, o desenvolvimento, aqui pensado como desenvolvimento *capitalista*, não é rejeitado apenas como um modelo econômico insustentável, mas como um projeto civilizatório incompatível com a pluralidade de modos de existência e, no limite, com a vida em nosso planeta.

Conclusão

O tema da sustentabilidade ambiental, em face da brutalidade da emergência climática, impede que tratemos de forma inocente qualquer ideia de desenvolvimento econômico, em particular se estiver de algum modo associada à ideia de progresso. O progresso esteve e está, na história do capitalismo planetário, irremediavelmente associado à exploração predatória dos recursos do planeta, porque denota uma linha, justamente, progressiva de incorporação de países e suas populações num crescendo de bem-estar material, num planeta que consome hoje, por ano, 1,7 vez o que seus biomas são capazes de regenerar. Em 2024, os recursos naturais de nossa mãe-terra disponíveis para todo o ano se teriam esgotado em 21 de agosto, segundo a Global Footprint Network[20]. Isto é, gastamos recursos naturais, ano após ano, como se vivêssemos em 1,7 planeta terra.

Isso coloca problemas adicionais para a estrutural matriz de produção e reprodução de desigualdades na América Latina, e muito particularmente no Brasil. Não há saída para nossas mazelas, nesse aspecto, fora de alguma noção de desenvolvimento, associada por exemplo à inclusão da imensa maioria da população em algo minimamente definível como bem-estar social. A proporção de brasileiros e brasileiras hoje desempregados/as, desalentados/as, subocupados/as por insuficiência de horas trabalhadas e trabalhando como autônomos ou assalariados informais chega a 60% da força de trabalho (Krein, 2022).

20. Ver: https://www.footprintnetwork.org/. Acesso em: 25 maio 2025.

Na verdade, o Brasil precisará se haver, ainda por décadas, com considerável inércia social, econômica e demográfica resultante do longo período de instabilidade econômica, inflação alta, desorganização da estrutura produtiva, baixo crescimento e, principalmente, baixa qualificação da força de trabalho, que afetou gerações sucessivas nos últimos quarenta ou cinquenta anos, criando um novo tipo de dualidade no mercado de trabalho que não costuma ser levado em conta nas análises ou no debate público corrente sobre o desenvolvimento econômico como solução para nossos problemas de inclusão e equidade. Parte substancial dos quase 60% da população ocupada ou em situação de vulnerabilidade hoje *não são empregáveis* na economia formal. Ademais, aspecto em certa medida complementar a este está relacionado ao fato de que o crescimento da economia formal (que pode ser lido na chave do desenvolvimento) não tem sido suficiente para acomodar as novas gerações de trabalhadores, que ainda precisam passar por longos períodos de desemprego ou em precárias ocupações não reguladas antes de serem consideradas "aptas" a uma posição formal (Ciríaco et al., 2022). E essa posição, uma vez conseguida, é instável para boa parte dos/as trabalhadores/as, representando períodos de relações formais de trabalho precárias e mal remuneradas, intercaladas com informalidade, desemprego ou desalento.

Assim, parte substancial das gerações mais velhas (e aqui estou falando de pessoas de 45 anos ou mais de idade) queimou as pontes com o mundo das relações formais de emprego, ou com o tipo de desenvolvimento econômico que nos marcou até recentemente. Isso significa, por um lado, que essas gerações dependerão de forma crescente da circulação da riqueza produzida em outras plagas, na economia formal, da qual retirarão seu quinhão via os serviços que prestarem ou os produtos que transformarem ou venderem como trabalhadores por conta própria; e, por outro lado, à medida que envelhecerem, dependerão crescentemente das políticas públicas redistributivas e compensatórias, além do suporte das famílias. Essa inércia demográfica e social deve ser levada em conta em qualquer discussão sobre o padrão de desenvolvimento que queremos ou podemos almejar, e também sobre o futuro do trabalho no país.

Os desafios são múltiplos, nesse quadro de múltiplas desigualdades. A inclusão equitativa dos brasileiros e das brasileiras nas dinâmicas social e econômica (para não falar do sistema político e da democracia hoje em crise) exige, como afirmei, que falemos em desenvolvimento econômico. Mas esse conceito tornou-se uma espécie de anátema no mundo em crise

climática. A China é um caso emblemático aqui. Não temos precedente na história da humanidade de um processo tão acelerado de inclusão de centenas de milhões de pessoas na dinâmica do desenvolvimento capitalista, tal como o ocorrido na China nos últimos 30 anos, algo almejado também por certas correntes do debate brasileiro. Mas tampouco há precedentes para o caráter predatório e ambientalmente catastrófico do "modelo chinês", que devastou e segue devastando áreas de mineração na África e nas Américas, cujo apetite por soja e carne e outros produtos agrícolas está diretamente ligado à devastação das florestas tropicais em toda parte e assim por diante. E, em lugar de reduzir, a China começou a ver as desigualdades aumentarem, e de maneira estrondosa nas últimas duas décadas (Piketty, Yang e Zucman, 2019).

O planeta ainda está à espera de formas e modelos de desenvolvimento que sejam ao mesmo tempo inclusivos, equitativos e ambientalmente sustentáveis, isto é, que reduzam a zero as emissões de carbono em tempo hábil à continuidade da vida na Terra, que preservem a biodiversidade na superfície, nos céus e nos oceanos. Isso requer mudanças profundas nas formas de se produzir, distribuir e consumir a riqueza em âmbito planetário, provavelmente na direção de menos crescimento, menos consumo, menos predação ambiental, menos mais-valor. Isso mesmo. Sem a desaceleração da acumulação capitalista, não vamos a lugar algum. O capitalismo neoliberal, e a humanidade que o alimenta e faz mover, tornaram-se, para colocar numa fórmula que não posso desenvolver aqui, a antítese da vida na Terra. Eis o grande dilema de qualquer ideia de desenvolvimento como saída para nossas mazelas.

Referências

ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, Gerhard et al. (Org.). *Descolonizar o imaginário*. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Autonomia Literária, 2016a.

ACOSTA, A. *O bem viver*: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016b.

ACSELRAD, H.; MICHELOTTI, F. Neoextrativismo: entre critérios quantitativos e qualitativos. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 26, p. e202430, 2024.

AGÉNOR, P. R.; CANUTO, O. Middle income growth traps. *Research in Economics*, v. 69, n. 4, p. 641-660, dec. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rie.2015.04.003>

AGLIETTA, M. *Régulation et crises du capitalisme*. Paris: Calmann-Lévy, 1979.

BARBOSA, A.; SAES, A.. *Celso Furtado*. Trajetória, pensamento e método. Rio de Janeiro: Autêntica, 2025.

BECK, U. *O que é globalização*? Equívocos do globalismo, respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BOYER, R. *Économie politique des capitalismes*. Paris: La Découverte, 2015.

BOYER, R. From micro-foundations to macro-institutions: the future of regulation theory. *Review of International Political Economy,* London, v. 6, n. 3, p. 348-376, 1999.

BOYER, R. *La théorie de la régulation*: une analyse critique. Paris: La Découverte, 1986.

BRAGA, R. *A nostalgia do fordismo*: modernização e crise na teoria da sociedade salarial. São Paulo: Xamã, 2003.

BRENNER, R. *The economics of global turbulence*: the advanced capitalist economies from long boom to long downturn, 1945 – 2005. London: Verso, 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento no Brasil. In: André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz (Orgs.). *Agenda Brasileira*. Temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C. As três interpretações da dependência. *Perspectivas* v. 38, p. 17-48, jul.-dez. 2010. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/papers/2009/09.11.Tres_interpretacoes_dependencia.Perspectivas_26.pdf> Acesso em: 21 maio 2025.

BRESSER-PEREIRA, L. C. From classical developmentalism and post-Keynesian macroeconomics to new developmentalism. *Brazilian Journal of Po-*

litical Economy, v. 39, n. 2 (155), p. 187-210, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572019-2966>

BRESSER-PEREIRA, L. C. *A crise do Estado*. São Paulo: Editora 34, 1996.

BRINGEL, B.; ECHART MUÑOZ, E. Imaginarios sobre el desarrollo en América Latina: entre la emancipación y la adaptación al capitalismo. *Revista Española de Desarrollo y Cooperación*, v. 39, p. 9-24, 2017.

BRINGEL, B.; SVAMPA, M. Del consenso de los commodities al consenso de la descarbonización. *Nueva Sociedad*, v. 306, p. 51-70, 2023.

CAMPOS, R. S. O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza. *Polis [Online]*, n. 47, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/12585>

CARCANHOLO, M. D. Origens e atualidade da teoria marxista da dependência. *Serviço Social e Sociedade*, v. 146, n. 3, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.332>

CARDOSO, A. *À beira do abismo*. Uma sociologia política do bolsonarismo. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Amazon, 2019.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.

CARMO, J. C. A desindustrialização no Brasil: algumas notas para entender o processo. *Multitemas*, v. 28, n. 69, p. 147-75, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/multi.v28i69.3902>

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, A. B. de; SOUZA, F. E. P. *A economia brasileira em marcha forçada*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

CEPAL. *A economia da mudança climática na América Latina e no Caribe*, 2023: necessidades de financiamento e ferramentas de política para a transição a economias de baixo carbono e resilientes ao clima. Santiago: CEPAL, 2024. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicacoes/69128--economia-mudanca-climatica-america-latina-caribe-2023-necessidades--financiamento>. Acesso em: 26 maio 2025.

CEPAL. *Panorama Digital de América Latina y el Caribe 2023*: inclusión digital para un futuro sostenible. Santiago: CEPAL, 2023.

CIRÍACO, J. et al. Juventude e exclusão social: uma análise sobre os fatores determinantes da condição de nem-nem no Brasil. In: IPEA. *Mercado de trabalho*: conjuntura e análise. Brasília: IPEA, out. 2022.

CLINE, W. R. *International debt*: systemic risk and policy response. Washington, DC: Institute for International Economics, 1984.

COUTINHO, M. C. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina, de Celso Furtado. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 19, n. 3, p. 448-474, set.-dez. 2015.

D'AGUIAR, R. F. (Org.). *Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2013.

DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E.. *Há Mundo por Vir?* Ensaio sobre os medos e os fins. São Paulo: Cultura e Barbárie; Instituto Socioambiental, 2014.

DE GODOY, E. A.; C., Flavia B. Políticas sociais no contexto do neoliberalismo: uma reflexão sobre os limites do estado burguês. *Revista do CEAM*, v. 5, n. 2, p. 31-42, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.3545918. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/26526>. Acesso em: 19 maio 2025.

DOS SANTOS, T. *A teoria da dependência*: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DOW, S.; HILLARD, J. (Org.). *Keynes, uncertainty and the global economy*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2002.

DUARTE, A. A crise do fordismo nos países centrais e no Brasil. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n. 7, jul.-dez. 2000.

ESCOBAR, A. *Encountering development*: The making and unmaking of the Third World. Princeton: Princeton University Press, 2011.

ESCOBAR, A. *La invención del desarrollo*. 2. ed. Popayán: Universidad de Cauca, 2014.

ESCOBAR, A. *Más allá del Tercer Mundo*: globalización y diferencia. Bogotá: ICANH, 2012.

ESTEVA, G. Development. *In*: SACHS, Wolfgang (Ed.). *The development dictionary*: a guide to knowledge as power. London: Zed Books, 1992, p. 6-25.

FERREIRA, C. Guerra. O "*fordismo*", sua crise e algumas considerações sobre o caso brasileiro. *Nova Economia*, v. 7, n. 2, p. 165-201, 1997.

FRANK, A. G. *Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

FRASER, N. *Capitalismo canibal*. Como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso. Rio de Janeiro: Autonomia Literária, 2024.

FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2023.

FURTADO, C. A superação do subdesenvolvimento. *Economia e Sociedade*. v. 3, n. 1, p. 37-42, dez. 1994.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. S*ubdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966.

GUDYNAS, E. *Extractivisms*: Politics, economy and ecology. Halifax: Fernwood Publishing, 2021.

HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HICKEL, J. *Less is more*: How degrowth will save the world. London: Penguin Books, 2020.

HOBSBAWM, E. Introdução. *In*: MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 13-64.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

JESSOP, B. *State power*: a strategic-relational approach. Cambridge: Polity Press, 2007.

JESSOP, B. *The future of the capitalist state*. Cambridge: Polity Press, 2002.

JEVONS, W. S. *A teoria da economia política*. São Paulo: Abril Cultural. [1871], 1996.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural [1936], 1983.

KREIN, J. D. Trabalho, emprego e renda: as condições de vida de trabalhadoras e trabalhadores no capitalismo contemporâneo. *ARGUMENTUM*, v. 14, p. 9-23, 2022.

LANDER, E. *Crisis civilizatoria*: Experiencias de los gobiernos progresistas y debates en la izquierda latinoamericana. Guadalajara: Univ. de Guadalajara/CALAS, 2020.

LATOUCHE, S. *Pequeno tratado do decrescimento sereno.* São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LAVINAS, L. *et al.* (Org.). *Financeirização*: crise, estagnação e desigualdade. São Paulo: Contracorrente, 2024.

LEVITSKY, S.; ROBERTS, Kenneth M. (Orgs.). *The resurgence of the Latin American left*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2011.

LI, T. M. *The will to improve*: Governmentality, development, and the practice of politics. Durham: Duke University Press, 2007.

LIMA, L. A. O. As funções IS-LM e a "neoclassização" do pensamento de Keynes. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 9, n. 2, apr.-jun. 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31571989-1364>.

LIPIETZ, A. *Audácia*. Uma alternativa para o século XXI. São Paulo: Nobel, 1991.

LIPIETZ, A. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. *Ensaios PEE*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 303-335, 1989.

LIPIETZ, A. *Mirages et miracles*: problèmes de l'industrialisation dans le Tiers-Monde. Paris: La Découverte, 1985.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MALTHUS, T. R. *Ensaio sobre o princípio da população*. São Paulo: Abril Cultural, [1803] 1983.

MANDEL, E. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARCUSE, H. *O homem unidimensional.* Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

MARQUES, P. *Dependência e superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo*. Brasília: ABET/IPEA, 2013.

MARSHALL, A. *Princípios de economia*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARTÍNEZ-ALIER, J. *The environmentalism of the poor*: a study of ecological conflicts and valuation. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. *O Capital*: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III; WILLIAM, W. *The limits to growth*; A report for the club of Rome's Project on the Predicament of Mankind. New York: Universe Books, 1972.

MENGER, C. *Princípios de economia política*. São Paulo: Nova Cultural. [1871], 1996.

MILL, J. S. *Princípios de economia política*. São Paulo: Nova Cultural. [1848], 1996.

MOREL, A. P.. *Um mundo onde caibam muitos mundos*: educação descolonizadora e revolução zapatista. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.

MYRDAL, G.. *Economic theory and underdeveloped regions*. London: Gerald Duckworth & Co Ltd., 1957.

NANDA, M. *Prophets facing backward: Postmodern critiques of science and hindu nationalism in India*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2003.

NASSIF, A. Underdevelopment, development, and the Dutch disease: the seminal and still relevant theory of Celso Furtado. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 45 n. 3. jul.-sep., 2025, p. 405-420. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572025-3700>

NEFFA, J. C. *Modos de regulación, regímenes de acumulación y sus crisis en Argentina* (1880-1996): una contribución a su estudio desde la teoría

de la regulación. Buenos Aires: Asociación Trabajo y Sociedad/Eudeba/ PIETTE-CONICET, 1998.

NUSSBAUM, M. C.; SEN, A. (Orgs.). *The quality of life*. Oxford: Clarendon Press, 1993.

OFFE, C. *Disorganized capitalism*. (Edited by John Keane). Cambridge: MIT Press, 1985.

OLIVEIRA, F. de. Prefaciando com audácia. *In*: Alain Lipietz. *Audácia*. Uma alternativa para o século XXI. São Paulo: Nobel, 1991.

OLIVEIRA, F. de. *A economia brasileira*: crítica à razão dualista. São Paulo: CEBRAP, 1972.

PANIZZA, F.. *Contemporary Latin America*: development and democracy beyond the Washington Consensus. London: Zed Books, 2009.

PAULANI, L. M. Sobreacumulação, financeirização e assetização. *In*: LAVINAS, Lena *et al.* (Org.). *Financeirização*: crise, estagnação e desigualdade. São Paulo: Contracorrente, 2024, p. 83-118.

PIKETTY, T.; YANG, L.; ZUCMAN, G. Capital accumulation, private property and rising inequality in China, 1978 – 2015. *American Economic Review: Papers & Proceedings,* Nashville, v. 109, p. 513-518, 2019.

PINTO, A. Concentración del progreso técnico y de sus frutos en el desarrollo latinoamericano. *El Trimestre Económico*, México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, v. 32, n. 125, p. 3-69, jan.-mar. 1965.

POFFO, R. *et al*. O pensamento de Celso Furtado sobre desenvolvimento econômico e a Abordagem da Complexidade. *Nova Economia*. v. 33, n. 1., jan.-mar. 2023. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/7355>.

POLANYI, K. *The great transformation*. The political origins of our time. Boston: Beacon Press, 1944.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus problemas principais. *Boletín económico de América Latina*, v. VII, n. 1, Santiago do Chile: CEPAL, 1962.

RAHNEMA, M. When misery hunts development. *In*: RAHNEMA, Majid; BAWTREE, Victoria (Orgs.). *The post-development reader*. London: Zed Books, 1997, p. 156-168.

RAMSEY, F. P. A mathematical theory of saving. *The Economic Journal*, London, v. 38, n. 152, p. 543-559, 1928.

RANGEL, I. M. A dualidade básica da economia brasileira. *In: Ignácio Rangel*: Obras Reunidas, volume 1, Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005 [1957].

RIBEIRO, G. L. Mudança climática e colonialidade do poder: desafios à construção de alternativas pós-capitalistas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 107, 2021.

RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 [1817].

RODRIGUES, A. C. R.; WOLKMER, M. de F. Natureza como sujeito de direitos: uma análise dos arts. 71 e 72 da Constituição do Equador de 2008 sob a ótica do pluralismo jurídico. *Revista Direito Ambiental e Sociedade*, v. 10, n. 3, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/9443/0>. Acesso em: 13 maio 2025.

RODRIGUES, C. F. da S. A vulnerabilidade externa da economia brasileira diante o cenário da economia mundial pós-2008: um olhar à luz dos fatores estruturais da sua inserção comercial e financeira (2000-2017). *Economia & Região*, v. 12, n. 2, p. 329-355, 2024. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/49135>. Acesso em: 21 maio 2025.

SACHS, J. D. The debt overhang of developing countries. In: CALVO, Guillermo A. et al. (Org.). *Debt, stabilization and development*: essays in memory of Carlos Díaz-Alejandro. Oxford: Basil Blackwell, 1989, p. 80-102.

SACHS, W. (Org.). *The development dictionary*: a guide to knowledge as power. London: Zed Books, 1992.

SADER, E. *A nova toupeira*: os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009.

SADER, E. *O novo topônimo da teoria da dependência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SALAMA, P. Amérique Latine: good-bye industrie, hello stagnation. *Sustainability in Debate*, v. 10, n. 1, p. 13-29, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/23989>. Acesso em: 12 maio 2025.

SALAMA, P. *As armadilhas da globalização*: ensaio sobre o pós-fordismo e a nova periferia. São Paulo: Boitempo, 2001.

SALAMA, P. *Riqueza y pobreza en America Latina*. La fragilidad de las nuevas políticas económicas. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

SANCHÉZ ANCIA, J. A. (Org.). *Transición justa, resiliencia y desarrollo*: propuestas para América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL, 2022.

SANTOS, D. T. Interculturalidade, plurinacionalidade e pluralismo nas constituições do Equador e da Bolívia: expoentes principiológicos do Estado Plurinacional. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/7833/0>. Acesso em: 13 maio 2025.

SAY, J. B. *Traité d'économie politique, ou simple exposition de la manière dont se forment, se distribuent et se consomment les richesses*. Paris: Economica, 2006 [1803].

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. *Poverty and Famines*. An essay on entitlement and deprivation.Oxford: Clarendon Press, 1981.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo*. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SKIDELSKY, R. *Keynes*: the return of the master. New York: Public Affairs, 2010.

SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

STIGLITZ, J. E. *Globalization and its discontents*. New York & London: W. W. Norton and Company, 2002.

STREECK, W. *Buying time*. The delayed crisis of democratic capitalism. London: Verso, 2014.

SUNKEL, O. *Capitalismo transnacional e desintegração nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

SVAMPA, M. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina*: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

SVAMPA, M. Consenso das commodities e neoextrativismo na América do Sul. *Revista NERA*, v. 18, n. 29, 2015.

SVAMPA, M. Consenso dos commodities, giro eco-territorial e pensamento crítico latino-americano. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 10, n. 3, p. 1-23, 2016.

SVAMPA, M. *El colapso ecológico ya llegó*: una brújula para salir del (mal) desarrollo. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2020.

SWAN, T. W. Economic growth and capital accumulation. *Economic Record*, Sydney, v. 32, n. 2, p. 334-361, 1956.

TOYE, J. *Keynes on population*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

UL HAQ, M. *Reflections on human development*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; RODGERS, G. (Orgs.). *Desenvolvimento e regime de trabalho*: a trajetória do Nordeste do Brasil. São Paulo: Annablume, 2021.

WALRAS, L. *Compêndio dos elementos de economia política pura.* São Paulo: Nova Cultural, 1996 [1874]. (Coleção Os Economistas).

WILLIAMSON, J. What Washington means by policy reform. *In*: WILLIAMSON, John (Org.). *Latin American adjustment*: How much has happened? Washington, DC: Institute for International Economics, 1990.

Caminhos para a igualdade de gênero nas políticas públicas brasileiras

Marilane Oliveira Teixeira

Introdução

A construção de políticas públicas comprometidas com a promoção da igualdade de gênero é resultado de um longo processo de disputas, reflexões e avanços sociais, políticos e acadêmicos. Desde meados do século XX, a luta das mulheres por reconhecimento, direitos e participação plena na sociedade revelou que as estruturas sociais, econômicas e políticas não são neutras. Ao contrário, elas reproduzem padrões de desigualdade que mantêm as mulheres em situação de subordinação, tanto nas relações privadas quanto nas esferas públicas.

Nas décadas de 1970 e 1980, o debate sobre a inserção das mulheres no desenvolvimento se consolidou como uma estratégia para dar visibilidade à participação feminina nos processos econômicos e sociais. Inicialmente, essa abordagem tinha como foco incluir as mulheres nas ações de desenvolvimento, reconhecendo sua contribuição produtiva, até então invisibilizada. Entretanto, essa estratégia possuía limitações, pois não questionava as estruturas que sustentavam as desigualdades, tratando os problemas das mulheres como desvios ou lacunas pontuais, sem enfrentar as bases da divisão sexual do trabalho e das relações desiguais de poder.

Com o amadurecimento das reflexões feministas e das análises sobre as relações de gênero, ocorre uma mudança significativa de perspectiva. O foco deixa de ser exclusivamente nas mulheres e passa a se concentrar nas relações sociais de gênero, compreendendo que as desigualdades não decorrem de características biológicas ou individuais, mas são produzidas historicamente por sistemas de poder que organizam a sociedade. Essa compreensão amplia a análise e revela que as políticas públicas, longe de

serem neutras, operam muitas vezes na reprodução das desigualdades de gênero, seja por omissão, seja por reforço de modelos tradicionais.

A partir desse entendimento, consolida-se a necessidade de adotar metodologias e estratégias que garantam a transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Essa estratégia exige que todas as etapas do ciclo de políticas – diagnóstico, planejamento, formulação, implementação, monitoramento e avaliação – sejam realizadas a partir de uma análise que considere os impactos diferenciados sobre mulheres e homens. Mais do que isso, exige que o Estado se comprometa ativamente na transformação das estruturas que perpetuam as desigualdades.

Apesar dos avanços teóricos e das diretrizes internacionais que orientam a inclusão da perspectiva de gênero, os desafios para sua efetiva implementação ainda são expressivos. Em muitos contextos, a abordagem de gênero é tratada de forma superficial, restrita a ações pontuais, sem articulação com o conjunto das políticas públicas. Além disso, a ausência de mecanismos institucionais robustos, de recursos financeiros e de vontade política impede que as ações avancem na direção da transformação das estruturas de desigualdade.

A efetivação da igualdade de gênero nas políticas públicas demanda mais do que a existência de organismos específicos ou discursos favoráveis. É necessário que o compromisso com a igualdade se traduza em ações concretas, sustentadas por articulação interinstitucional, alocação de recursos, formação de equipes técnicas e enfrentamento dos conflitos que emergem quando se questionam hierarquias estabelecidas. Mais do que uma política setorial, a igualdade de gênero deve ser compreendida como um princípio estruturante de qualquer projeto de desenvolvimento democrático e de justiça social.

Essa construção não pode ignorar que as desigualdades de gênero se articulam a outras formas de opressão, como as desigualdades de classe, raça, etnia, território e orientação sexual. Portanto, a perspectiva interseccional se coloca como um elemento indispensável para compreender a complexidade dos processos de exclusão e para construir políticas públicas verdadeiramente comprometidas com a superação das desigualdades.

Este texto está organizado em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O seu objetivo é destacar a evolução do debate e da inserção da perspectiva de gênero nas políticas públicas.

Antecedentes e situação atual das iniciativas para incorporar a perspectiva de gênero nas políticas públicas

Desde os anos de 1970, a questão da presença das mulheres ou das suas especificidades nas políticas públicas vem sendo objeto de intenso debate pela sociedade civil, organismos nacionais, internacionais, movimentos feministas e acadêmicas. Neste processo, amplamente analisado nas suas características, instrumentos, fragilidades e forças, surgiram paradigmas que tentaram diversas respostas à situação de desigualdades de gênero e nem sempre ficou evidente que tal desigualdade estivesse estruturalmente ligada e se expressasse diretamente na discriminação que as mulheres sofrem.

Esta visão insuficiente condicionou, em grande medida, o tipo de estratégias que foram desenvolvidas no passado, muitas das quais não expressavam a real desigualdade existente e refletiam a tradicional visão naturalista dos papéis de homens e de mulheres ou omitiam das análises as desigualdades estruturais para colocar a questão na perspectiva de certas diferenças em determinadas áreas de atuação social de cada um.

As análises realizadas por acadêmicas feministas durante a década de 1980 permitiram iniciar a classificação das abordagens de políticas públicas implementadas desde meados do século XX. Estas variam desde políticas de bem-estar até políticas de igualdade com enfoque no gênero. Neste processo, o avanço das políticas incluiu diferentes concepções do papel e dos direitos das mulheres em comparação com os papéis e direitos masculinos e as obrigações dos Estados nacionais em relação à população feminina.

Até os anos de 1970/80 prevalecia uma abordagem desenvolvimentista, principalmente associada à pobreza e ao seu papel nas estratégias de sobrevivência. A entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e a alteração nos padrões familiares, aliadas à crítica feminista, foram um campo fértil para propiciar a emergência do debate sobre o papel do Estado na conformação e desenvolvimento das relações sociais e, em alguma medida, levaram a uma nova avaliação de aspectos das políticas de bem-estar social nos países capitalistas avançados (Godinho, 2007).

Durante a década de 1970, surgiu uma forte corrente de crítica ao desenvolvimento, com raízes feministas. Nele foi denunciado o "mito da neutralidade de gênero" das estratégias de desenvolvimento. Esta poderosa linha de pensamento consolidou-se como uma organização de mulheres que avançou política e intelectualmente até a realização da primeira Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas sobre a Mulher no México,

em 1975. Graças ao seu impulso, nasceu a "Abordagem da Mulher para o Desenvolvimento", que sustentava que nas políticas orientadas para o bem-estar centrado na família, a capacidade produtiva e a contribuição efetiva que as mulheres poderiam potencialmente dar ao desenvolvimento tinham sido marginalizadas pelo fato de serem valorizadas apenas nos seus papéis domésticos e na sua função materna.

Essa abordagem teve o mérito de tornar visível o potencial das mulheres, para além da reprodução e de ter chamado a atenção para o seu papel no desenvolvimento, no entanto, este enfoque visualizava o problema como resultado de condições isoladas regionalmente, como um problema do subdesenvolvimento, não questionava a divisão social do trabalho. Em muitos casos, a incorporação das "mulheres no desenvolvimento" teve mais expressão na retórica do que efeitos significativos nas políticas públicas (Prince, 2003).

As chamadas abordagens alternativas (Empoderamento[1], Emancipação e Gênero no Desenvolvimento) foram desenvolvidas em simultâneo com as abordagens oficiais e foram identificadas como tal porque surgiram em tempos em que o ambiente das organizações nacionais e internacionais responsáveis pelas tomadas de decisão estava dominado por políticas que visavam a "incorporação das mulheres no desenvolvimento".

A abordagem de gênero, da qual se tem alguns antecedentes conceituais desde a década de 1960, surgiu como tal na década de 1980 como resultado, principalmente, mas não exclusivamente, do impulso que as feministas de origem anglo-saxônica deram ao uso e aplicação da categoria de gênero como um novo paradigma para interpretar as diferenças nos comportamentos de mulheres e homens como construções históricas. O objetivo era quebrar o esquema tradicional que atribui diferenças a razões biológicas.

Na abordagem acadêmica estava o propósito político de fundamentar as aspirações e reivindicações de igualdade negadas na perspectiva baseada no critério da diferença biológica como explicação para os comportamentos e papéis de mulheres e homens. A categoria gênero permitiu compreender

1. Jo Rowlands (1998, p. 11) revela que a palavra "empoderamento" foi difundida amplamente na década de 1990 por políticos ocidentais, feministas, Banco Mundial e espaços da ONU. Contudo, Rowlands (1998) afirma que não houve uma definição exata do termo e que "seus usuários tendem a assumir que o significado apropriado será entendido sem ser explicado". Para a autora o conceito de empoderamento é polissêmico, podendo assumir sentidos variados de acordo com o marco temporal, delimitação espacial, contextos e instituições (Sharma, 2008).

que o feminino e o masculino em suas respectivas complexidades não são simples derivações, mas são atribuições culturais carregadas de simbolismo e significados normativos, subjetivos e relacionais que articulam, definem e significam socialmente as diferenças sexuais.

Portanto, o aparecimento da categoria gênero sustentou fortemente a compreensão de que a desigualdade derivada da hierarquia existente entre mulheres e homens representa um sistema de relações de poder que mantém a subordinação das mulheres através de práticas culturais, universalizadas em cada contexto histórico, que têm pleno significado discriminatório. Tais práticas discriminatórias expressam-se em todas as áreas da vida social, econômica e política, bem como na subjetividade de cada gênero e são geralmente naturalizadas, a tal ponto que não são percebidas como discriminações que sustentam desigualdades seculares.

Desta abordagem original surgiu a abordagem de Gênero para o Desenvolvimento, estimulada em grande medida pelas circunstâncias dos contextos sociopolíticos, pelos avanços na investigação acadêmica, pelos resultados de diagnósticos que mostram as realidades e as diferenças de gênero, pelo impulso contínuo do feminismo e dos movimentos de mulheres, pelos avanços nos direitos humanos e pelas mudanças que têm produzido de forma crescente e sólida nas concepções internacionais de desenvolvimento, que atualmente é concebido como um processo multifatorial, inclusivo, com demandas que vão além da satisfação das condições materiais de bem-estar.

Embora as primeiras propostas metodológicas concretas para a aplicação da abordagem de gênero remontem à segunda metade da década de 1980, a sua evolução foi rápida, especialmente na década de 1990, o que levou a que a sua relevância fosse definitivamente consolidada a partir da Conferência de Pequim. Não foi uma evolução em que fases ou estágios sucessivos possam ser claramente distinguidos. Contudo, três momentos podem ser diferenciados:

I. nas primeiras iniciativas, a partir da segunda metade da década de 1980, a ênfase foi colocada na aplicação da abordagem de gênero a projetos centrados principalmente em populações de baixos rendimentos, em comunidades de base, especialmente em países do terceiro mundo, com claro propósito de favorecer as populações femininas desses estratos, com ações vinculadas ao combate à pobreza. Os paradigmas que nesse sentido dominaram o cenário foram basicamente os criados por Caroline

Moser a partir de suas sistematizações conceituais e os de Kate Young e Karen Levy e o Harvard Analytical Framework[2]. Foram esses esforços que permitiram a existência de um quadro sólido de ferramentas conceituais que tem perdurado como uma importante base analítica e interpretativa. Naquela época, os nascentes órgãos governamentais encarregados de ações públicas voltadas às mulheres estavam longe de considerar essa perspectiva em suas agendas.

II. no início da década de 1990, a rápida difusão alcançada pela abordagem de gênero e as suas primeiras propostas conceituais e metodológicas levaram à sua consideração na linguagem dos ministérios e secretarias da Mulher. Começaram as primeiras tentativas de aplicação parcial a determinadas políticas públicas setoriais. Também nesta altura, o critério da igualdade de gênero associado à abordagem emergiu fortemente, especialmente associado à "Igualdade de Oportunidades" como foco dos esforços.

III. a fase pós-Pequim tem sido caracterizada por exigências e iniciativas claras ligadas à consecução da igualdade de gênero, com base na aplicação da abordagem de gênero nas políticas gerais. Desde 1995, a discussão foi profundamente enriquecida e isso permitiu que o caminho para a igualdade fosse amplamente aberto. Como resultado desse esforço, muitas discussões foram definitivamente resolvidas. Entre os temas atualmente definidos e sobre os quais os debates foram concluídos, pode-se destacar:

- A plena aceitação de que as mulheres em todas as sociedades vivem numa posição subordinada em relação aos homens, o que se traduz em desvantagens no acesso e usufruto das oportunidades e benefícios do desenvolvimento e na existência de práticas discriminatórias de diversas naturezas.
- A consciência crescente e quase majoritária nos governos e nas sociedades de que a subordinação e a discriminação das mulheres é uma questão de interesse público que obriga a todos resolvê-la. É uma obrigação dos poderes públicos desenvolver ações que visem garantir a igualdade de gênero e esta obrigação é apoiada por acordos internacionais de direitos humanos.

2. Desenvolvidos por Catherine Overholt, Mary B. Anderson, Kathleen Cloud y James E. Austin y publicado en "A case book: Gender Roles in Development Projects" (Kumarian Press, 1985).

- Da mesma forma, a evidência reiterada de que não podemos falar de desenvolvimento autêntico e de democracia enquanto persistirem a desigualdade e a discriminação. Portanto, todas as políticas de desenvolvimento devem ser formuladas, sancionadas e executadas numa perspectiva que garanta a igualdade de gênero e a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres.

De acordo com Godinho (2007), essa abordagem "Mulher e Desenvolvimento" e, posteriormente, "Gênero e Desenvolvimento" enfatizou, sinteticamente, em um primeiro momento, a importância de se aproveitarem as capacidades específicas das mulheres nas estratégias de desenvolvimento; voltando-se o foco em seguida para a alteração de práticas e políticas de desenvolvimento de forma a fortalecer a participação direta de mulheres e seu "empoderamento", dirigindo-se, na maior parte das vezes, a grupos restritos (ou indivíduos), e não se constituindo como instrumento voltado a superar também as desigualdades entre mulheres (Ferreira, 2004; Moser, 1995), ou seja, não se colocaram o questionamento das desigualdades de classe.

A abordagem de gênero concebida atualmente tem sua origem na conferência de Pequim em 1995, "gender mainstreaming"[3], e representa uma proposta conceitual, metodológica e técnica, que consolida os avanços e conquistas alcançados na área. Hoje tem uma importante influência e penetração como estratégia, global ou setorial, de intervenção que visa alcançar a igualdade de gênero nas instituições, organizações ou contextos sociais, na ação das administrações públicas nacionais e locais, bem como nas organizações privadas e organizações de cooperação multilateral.

A análise de gênero que esta estratégia exige baseia-se na premissa de que as políticas públicas não são neutras e, portanto, têm impactos diferenciados para mulheres e homens. E requer diagnosticar as consequências das relações e desigualdades de gênero nas análises socioeconômicas e políticas, com o propósito de eliminar preconceitos discriminatórios nas políticas. Para Prince (2003), quanto ao significado estratégico não existe um amplo consenso sobre a sua definição, embora nas interpretações mais conhecidas, de acordo com análises da União Europeia, possam ser identificadas as seguintes características:

3. Gender mainstreaming se entende por transversalidade das políticas com perspectiva de gênero.

- Todas as definições centram-se explícita ou implicitamente no alcance da igualdade de gênero.
- Outras definições visam descrever a estratégia e muitas vezes referem-se a áreas ou aspectos parciais da mesma e, em certos casos, o desenvolvimento da estratégia torna-se um fim em si mesmo.
- Algumas definições centram-se nos efeitos que a aplicação da estratégia tem na estrutura e no funcionamento da sociedade. Este tipo de definição considera o importante papel que as culturas e procedimentos organizacionais desempenham, bem como as novas abordagens que precisam ser implementadas nas políticas.
- Muitas definições dedicam grande interesse à consideração dos atores e atrizes que devem estar envolvidos no desenvolvimento da perspectiva de gênero.
- Também há propostas sobre o tema que não o definem.

Neste quadro podemos recorrer às diversas definições institucionais que coincidem em substância. O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, no seu Relatório de Setembro de 1997, definiu o gênero no mainstream da seguinte forma:

> A corrente principal da perspectiva de gênero é o processo de avaliação das implicações para homens e mulheres de qualquer ação planejada, incluindo ações legislativas, políticas ou programas em todas as áreas e a todos os níveis. É uma estratégia para tornar as experiências e necessidades ou interesses de homens e mulheres uma dimensão integral na concepção, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas, sociais e econômicas, para que homens e mulheres beneficiem igualmente e a desigualdade desapareça. O objetivo final é alcançar a igualdade de gênero.

Mais recentemente, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, criou a sua própria definição de gênero no mainstream, que é expressa no seguinte parágrafo:

> O gênero no mainstream visa integrar o interesse na igualdade de gênero em todas as políticas, programas, procedimentos administrativos e financeiros e no quadro cultural da instituição ou organização. … mais especificamente, é uma estratégia para garantir que: (i) a igualdade entre homens e mulheres seja incluída em todas as fases menores ou maiores do processo de tomada de decisão de uma organização, e (ii) que o produto ou resultado das decisões que foram feitas são sistematicamente monitoradas no que diz respeito ao seu impacto na igualdade de gênero...

Embora a expressão "mainstream" não tenha aparecido claramente em Pequim, tudo o que ela implica esteve presente nas discussões e recomendações através da exigência de igualdade e da aplicação da abordagem de gênero. Por outro lado, para além das consagradas definições institucionais, a evolução que se tem observado nas práticas políticas das instituições nacionais e internacionais ligadas ao tema mostra que a tendência internacional é para a execução de políticas de igualdade em todos os níveis através da institucionalização de uma estratégia de gênero transversal que torne visíveis as desigualdades e a subordinação e as elimine em todos os níveis, incluindo aqueles que definem a subjetividade de cada gênero. Isto significa que o esforço deve buscar penetrar até mesmo na ordem pessoal, que é onde as mudanças acabam por se tornar efetivas e autênticas ou não.

Transversalidade de gênero em políticas públicas

A noção de transversalidade de gênero em políticas públicas tem origem no conceito de *gender mainstreaming*, formulado no contexto internacional e consagrado na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres (Pequim, 1995). Segundo definição do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC, 1997), o *gender mainstreaming* consiste:

> No processo de avaliar as implicações para mulheres e homens de qualquer ação planejada, incluindo legislação, políticas ou programas, em todas as áreas e em todos os níveis. É uma estratégia para tornar as preocupações e experiências tanto das mulheres quanto dos homens uma dimensão integral do design, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas em todas as esferas

> políticas, econômicas e sociais, para que mulheres e homens se beneficiem igualmente e a desigualdade não seja perpetuada. O objetivo final é alcançar a igualdade de gênero.

No Brasil, como apontam Marcondes e Farah (2021), esse conceito passou por um processo de ressignificação, sendo adaptado às especificidades da administração pública brasileira. Para as autoras, a transversalidade de gênero foi incorporada como um princípio orientador da ação estatal, traduzindo-se na incorporação de temas e perspectivas de gênero ao longo de todas as fases do ciclo de políticas públicas. Essa adaptação resultou em um conceito que dialoga com outras categorias fundamentais no campo das políticas públicas, como a intersetorialidade. Neste sentido, Cunill-Grau (2014) define a intersetorialidade como:

> Uma integração não hierárquica de diversos setores, principalmente governamentais, que se colocam de acordo para trabalharem juntos, visando à solução de problemas sociais complexos.

A transversalidade de gênero, portanto, não se restringe à criação de políticas específicas para mulheres, mas implica uma reformulação estrutural das políticas públicas de maneira a incorporar, em sua concepção e execução, as desigualdades de gênero e suas intersecções com outras formas de opressão. Como sintetizam Guzmán (2001), Farah (2004), Bacchi (2005), Bandeira (2005), Walby (2005), Verloo; Lombardo (2007) e Guzmán; Montaño (2012), trata-se de um processo de estruturação política orientado pelas agendas feministas, desde a definição dos problemas públicos até a institucionalização de mecanismos que garantam a sua efetiva implementação.

Para essas autoras, a transversalidade de gênero pode ser compreendida de forma tridimensional:

- *Enquadramento das políticas por perspectivas feministas* – que questionam e reconfiguram os sentidos e objetivos das políticas públicas a partir da centralidade da desigualdade de gênero;

- *Condições institucionais para a transversalidade* – que dizem respeito à criação de estruturas, normas e capacidades estatais que possibilitem a implementação efetiva dessas políticas;
- *Aderência às agendas políticas feministas* – ou seja, o compromisso com as pautas historicamente construídas pelos movimentos de mulheres e feministas.

Aplicar a transversalidade de gênero significa, portanto, compreender que políticas públicas destinadas às mulheres não devem ser restritas a uma secretaria ou pasta específica, mas devem permear todas as áreas da ação governamental – saúde, educação, segurança, trabalho, orçamento etc. Trata-se de reconhecer que a desigualdade de gênero atravessa toda a organização social e, portanto, exige uma resposta integrada, intersetorial e articulada.

Nesse contexto, iniciativas como os orçamentos sensíveis ao gênero, discutidos por Elson (2006), ganham destaque. Para a autora, tais orçamentos não propõem a criação de rubricas específicas para mulheres, mas sim a análise de todo o gasto público e dos mecanismos de arrecadação sob a ótica de gênero, identificando seus impactos desiguais sobre mulheres e homens. Essa perspectiva desloca a discussão sobre políticas públicas para uma dimensão mais estrutural, em que os efeitos de desigualdade são antecipados e prevenidos por meio de análises rigorosas.

Interseccionalidade

A transversalidade de gênero torna-se ainda mais potente quando articulada com o conceito de interseccionalidade, originado no pensamento feminista negro. A interseccionalidade surge da crítica de mulheres afrodescendentes aos limites tanto dos estudos de gênero – que frequentemente negligenciam a raça – quanto dos estudos raciais – que desconsideram as especificidades de gênero. Trata-se, portanto, de uma ferramenta analítica e política que permite compreender como diferentes sistemas de opressão (racismo, sexismo, classismo, heteronormatividade, capacitismo, entre outros) operam de forma entrelaçada, produzindo experiências singulares de desigualdade.

Embora o conceito tenha sido sistematizado por Kimberlé Crenshaw (1989), é importante destacar, como fazem Poltroniere *et al.* (2024), que intelectuais negras brasileiras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Luiza Bairros e Jurema Werneck já trabalhavam essas inter-relações antes de sua formalização acadêmica. Lélia Gonzalez, por exemplo, propôs a interseccionalidade em três dimensões fundamentais:

- Como categorias de análise, considerando raça, classe e gênero como eixos estruturantes da vida social;
- Como fenômenos sociais de opressão, ao tratar do racismo, sexismo e segregação em sua articulação concreta;
- Como articulação entre movimentos sociais, fortalecendo alianças entre as lutas negra, feminista e LGBTQIA+.

A interseccionalidade, conforme definem Collins e Bilge (2021), é:

> Uma ferramenta analítica que considera as categorias de raça/etnia, gênero, classe, nacionalidade, capacitismo, entre outras, inter-relacionadas. Essas categorias não apenas se somam, mas se entrecruzam e se potencializam, e sua análise se aplica ao conjunto da sociedade. Ela investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade.

No contexto brasileiro, essa abordagem é fundamental para o desenho de políticas públicas que respondam adequadamente à diversidade de experiências das mulheres, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade. Considerar interseccionalmente os impactos das políticas públicas significa olhar, por exemplo, para como mulheres negras, indígenas, com deficiência, migrantes ou LGBTQIA+ são afetadas por programas de saúde, educação ou renda. Isso exige não apenas dados desagregados e diagnósticos mais precisos, mas também escuta ativa e participação dessas mulheres nos processos decisórios.

A transversalidade de gênero, especialmente quando articulada com a interseccionalidade, representa um avanço importante no campo das políticas públicas. Ela nos obriga a superar uma abordagem setorial e fragmen-

tada das políticas para as mulheres, incorporando a perspectiva da igualdade de gênero como eixo estruturante de toda a ação estatal. Mais do que um compromisso retórico, trata-se de transformar a forma como o Estado compreende os problemas sociais e constrói suas respostas, tendo como horizonte a justiça de gênero e a equidade social.

Os avanços nas políticas públicas para as mulheres no Brasil

Nas últimas décadas, o Brasil tem registrado avanços significativos no campo normativo dos direitos das mulheres, reflexo de uma crescente mobilização social e consciência em torno da igualdade de gênero. A Constituição Federal de 1988 representou um marco fundamental ao garantir a igualdade entre homens e mulheres e vedar qualquer forma de discriminação, abrangendo áreas como educação, saúde, trabalho, lazer e segurança (CEPAL, 2003).

Destaca-se o artigo 5º, que assegura a igualdade de todos perante a lei e garante direitos fundamentais a todos os cidadãos e cidadãs, independentemente de sexo, como o direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, além da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem. O artigo 7º contempla direitos trabalhistas que promovem a equidade de gênero, como a proibição de discriminação salarial, funcional e nos critérios de admissão por motivo de sexo, além da licença-maternidade de 120 dias. Já o artigo 14 assegura igualdade no direito ao voto e à elegibilidade, e o artigo 226 estabelece a igualdade de direitos e deveres entre os cônjuges, promovendo a equidade no âmbito familiar.

Desde então, diversas leis específicas foram promulgadas para proteger e ampliar os direitos das mulheres. A Lei n. 8.213/1991, que trata das cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho, beneficia diretamente mulheres com deficiência ao ampliar sua inserção profissional e social.

No campo político, a Lei n. 9.100/1995 e, posteriormente, a Lei n. 9.504/1997 — conhecida como Lei de Cotas de Gênero — estabeleceram o mínimo de 30% e o máximo de 70% de candidaturas de cada sexo nas eleições proporcionais. Esse avanço foi reforçado pela decisão do TSE em 2020, que determinou a destinação proporcional de recursos eleitorais a candidaturas de pessoas negras, medida respaldada pela Emenda Constitucional 177/2022.

No enfrentamento à violência, a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) constitui um marco histórico ao prever mecanismos de prevenção, pro-

teção e punição da violência doméstica, incluindo medidas protetivas como o afastamento do agressor. Em 2015, a Lei do Feminicídio (Lei n. 13.104/2015) alterou o Código Penal para incluir o feminicídio como agravante do homicídio, reconhecendo a gravidade da violência de gênero.

Outro avanço importante foi a Lei n. 13.718/2018, que criminalizou a importunação sexual e o registro não autorizado de conteúdo íntimo, respondendo ao aumento de casos de assédio e exposição de mulheres nas redes sociais. A Lei n. 14.192/2021, por sua vez, passou a tipificar e punir a violência política de gênero, contribuindo para o fortalecimento da democracia e da representatividade feminina.

No mundo do trabalho, a Lei n. 14.611/2023, por sua vez, consolidou medidas para garantir igualdade de remuneração entre homens e mulheres na mesma função, fortalecendo o princípio constitucional da igualdade.

Além das normas legais, políticas públicas e estruturas institucionais foram criadas para promover os direitos das mulheres. Um exemplo é a criação de delegacias especializadas e campanhas de conscientização sobre igualdade de gênero. Em 1985, foi instituído o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), por meio da Lei n. 7.353, como espaço de articulação entre as demandas femininas e os poderes públicos (Cavalcante e Avelino, 2020). Apesar de sofrer mudanças em sua estrutura e relevância ao longo dos anos, o CNDM continua sendo uma instância importante de representação da diversidade das mulheres brasileiras.

Ainda em 1985, surgiram as primeiras Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs), inicialmente em São Paulo e, logo depois, no Rio de Janeiro. Essas unidades da polícia civil oferecem atendimento específico a mulheres vítimas de violência e vêm se expandindo pelo país (Medeiros, 2012).

Em 2002, foi instituído o Orçamento Mulher, uma inovação implementada durante o governo Lula para avaliar políticas públicas sob a ótica orçamentária (CFEMEA, 2014). A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) no mesmo ano foi essencial para sua efetivação. Desde 2023, conforme a Lei n. 14.194/2021, o Executivo Federal deve divulgar anualmente o relatório "A mulher no Orçamento", elaborado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento.

A SPM desempenhou papel estratégico na institucionalização da política de gênero no Brasil, sendo responsável pela formulação dos Planos Nacio-

nais de Políticas para as Mulheres (PNPM), pela articulação de políticas públicas e pela coordenação de ações contra a violência. O Orçamento Mulher tornou-se instrumento importante para garantir alocação de recursos com base em prioridades de gênero, promovendo ações nas áreas de saúde, educação, trabalho, segurança e direitos reprodutivos.

As Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres (CNPM) também foram um marco na interlocução entre governo e sociedade civil. A primeira CNPM, em 2004, teve como tema "Políticas para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero" e deu origem ao I PNPM, com cinco eixos centrais: trabalho, educação, saúde, enfrentamento à violência e participação política.

A segunda CNPM, em 2007, avaliou os avanços do primeiro plano e ampliou suas diretrizes, resultando em um plano com seis eixos, incluindo moradia, cultura e combate ao racismo, sexismo e lesbofobia. Em 2011, a terceira CNPM atualizou e expandiu os eixos do PNPM para dez, incorporando temáticas como juventude, deficiência, comunicação e meio ambiente.

A IV CNPM, realizada em 2016 durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff, teve como tema "Mais direitos, participação e poder para as mulheres" e introduziu consultas com grupos tradicionalmente sub-representados, apesar de não ter gerado um novo plano.

Outras iniciativas da SPM também foram relevantes. O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, lançado em 2005 em parceria com a ONU Mulheres e a OIT, estimula práticas de equidade em empresas e instituições. Em 2007, foi lançada a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, articulando ações intersetoriais. Já em 2013, o Programa Mulher, Viver sem Violência integrou serviços de apoio jurídico, psicológico e de saúde a vítimas de violência de gênero.

Em 2021, diante do aumento dos casos de feminicídio, foi instituído o Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio, substituído em 2023 pelo Pacto Nacional de Prevenção ao Feminicídio (Decreto n. 11.640), cujo Plano de Ação foi lançado em 2024 com 73 medidas estratégicas.

Em 2023, o governo Lula elevou a antiga SPM ao status de Ministério das Mulheres, ampliando sua capacidade de atuação. O novo ministério tem como missão principal formular e executar políticas públicas para igualda-

de de gênero, enfrentamento da violência, promoção da saúde, empoderamento e participação política das mulheres.

Todos esses marcos legais e institucionais representam avanços concretos na luta pela igualdade de gênero no Brasil. Eles demonstram um esforço contínuo para garantir às mulheres direitos iguais e acesso pleno às oportunidades, sendo fundamental o fortalecimento e a efetiva implementação dessas políticas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Contudo, apesar dos avanços normativos e institucionais das últimas décadas, as políticas públicas para as mulheres no Brasil apresentam fragilidades estruturais que limitam sua efetividade. Marcos como a Lei Maria da Penha ou a Lei da Igualdade Salarial não são plenamente implementados por falta de orçamento, fiscalização e mecanismos de monitoramento.

Outro ponto crítico é a descontinuidade institucional, marcada pela alternância entre avanços e retrocessos de acordo com o governo no poder. Estruturas estratégicas, como a Secretaria de Políticas para as Mulheres, foram esvaziadas ou extintas em determinados períodos, revelando a fragilidade da transversalidade de gênero no Estado brasileiro.

Há também limites importantes na abordagem interseccional. As políticas ainda tendem a tratar as mulheres de forma homogênea. Isso reforça exclusões históricas e impede a efetiva redução das desigualdades.

No campo da participação política, embora existam cotas de gênero, sua efetividade é baixa: partidos não garantem suporte material às mulheres, mantendo sua sub-representação no Legislativo.

E, por último, a ausência da transversalidade de gênero. A transversalidade pressupõe que saúde, educação, trabalho, habitação, transporte, assistência social, cultura e todas as demais áreas de políticas públicas considerem as desigualdades vividas por mulheres, de maneira articulada e sistêmica. No Brasil, essa abordagem ainda é incipiente. As políticas para mulheres tendem a ser tratadas como iniciativas setoriais, restritas a órgãos especializados, como o Ministério das Mulheres ou secretarias estaduais e municipais, sem articulação estruturante com os demais ministérios e secretarias. Essa fragmentação faz com que as ações percam alcance, fiquem dependentes de conjunturas políticas específicas e não transformem de fato as condições de vida das mulheres.

Considerações finais para reflexão

A trajetória de incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas evidência que a luta por igualdade entre mulheres e homens não é apenas uma questão de representação ou inclusão, mas de transformação estrutural das formas como o Estado, o desenvolvimento e a sociedade são concebidos e organizados. Ao longo das últimas décadas, os avanços teóricos e políticos promovidos por feministas e movimentos de mulheres foram fundamentais para desnaturalizar as desigualdades e revelar que as políticas públicas, longe de serem neutras, muitas vezes reforçam hierarquias de gênero, classe, raça e outras.

A consolidação da abordagem de gênero como eixo estruturante das políticas públicas representa, portanto, uma conquista histórica, mas também um ponto de partida para novos enfrentamentos. A transversalidade de gênero exige mais do que a adoção de ferramentas técnicas ou normativas; requer a redefinição das prioridades do Estado, o fortalecimento institucional, a escuta ativa dos sujeitos políticos historicamente marginalizados e a superação de resistências que ainda sustentam a naturalização das desigualdades.

Além disso, torna-se imprescindível reconhecer a centralidade da perspectiva interseccional na formulação de políticas públicas eficazes e justas. A desigualdade de gênero não atua isoladamente, mas se entrelaça a outras opressões, como o racismo, a pobreza, a lesbofobia, a transfobia e a desigualdade territorial. Somente com um olhar atento a essas intersecções será possível construir políticas públicas que respondam às múltiplas dimensões da exclusão social e promovam a emancipação coletiva.

Por fim, a institucionalização da igualdade de gênero como princípio orientador das políticas públicas não pode se limitar ao cumprimento de compromissos formais. É necessário um compromisso político contínuo e corajoso, capaz de enfrentar os conflitos inerentes às mudanças sociais e de sustentar a construção de uma democracia verdadeiramente inclusiva. O desafio que se impõe não é apenas técnico, mas ético e político: transformar as estruturas de poder para que todas as pessoas, independentemente de seu gênero, raça ou classe, possam exercer plenamente seus direitos e viver com dignidade.

Referências

BACCHI, C. The MAGGEQ project: identifying contesting meaning of "gender equality". *The Greek Review of Social Research*, Athens, n. 117, p. 221-234, 2005. Disponível em: <https://ejournals.epublishing.ekt.gr/index.php/ekke/article/viewFile/9564/9750.pdf>

CARNEIRO, S. Movimento Negro no Brasil: novos e velhos desafios. *Caderno Crh*, v. 15, n. 36, p. 209-216, 31 ago. 2006.

CARNEIRO, S. *Escritos de uma vida*. São Paulo, Brasil: Jandaíra, 2020.

CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, S. *Lélia Gonzalez: o feminismo no palco da história*. Brasília: Redeh, 2014.

CEPAL. *As políticas públicas de gênero: um modelo para armar*. O caso do Brasil. Santiago do Chile ,jun. 2003. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/5907-politicas-publicas-genero-modelo-armar--o-caso-brasil>

CFEMEA. Uma história de 12 anos de incidência política do CFEMEA. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/orcamentomulher_12anosincidenciapoliticacfemea.pdf>

COLLINS, P.H; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, Vol. 1989: Iss. 1, Article 8. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>

CUNILL-GRAU, N. . La intersetorialidad en las nuevas políticas sociales: un acercamiento analítico-conceptual. *Gestión y Políticas Públicas*, Ciudad de Mexico, v. 23, n. 1, p. 5-46, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/gpp/v23n1/v23n1a1.pdf>

ELSON, D. *Budgeting for Women's Rights: Monitoring Government Budgets for Compliance with CEDAW*. New York: UNIFEM, 2006.

ECOSOC. *Report of the Economic and Social Council for 1997*. United Nations, 1997.

FARAH, M. F. S. Gênero e Políticas Públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan.-abr. 2004.

FERREIRA, V. S. Gênero, Estado e Políticas Públicas: avanços e desafios no contexto brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, p. 541-554, 2004.

GODINHO DELGADO, M. C. *Gênero e Políticas Públicas*: uma introdução às estratégias de implementação da igualdade de gênero. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/3831/1/Maria%20do%20Carmo%20Godinho%20Delgado.pdf>

GODINHO DELGADO, M. do C. *Estrutura de governo e ação política feminista*: a experiência do PT na prefeitura de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

GONZALEZ, L. *Primavera para as rosas negras*. Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: UCPA: Diáspora Africana, 2018.

GUZMÁN, V. *Mujer y políticas públicas: un camino no lineal.* Santiago de Chile: CEPAL, 2000.

GUZMÁN, V. La institucionalidad de género en el Estado: nuevas perspectivas de análisis. *CEPAL*, Santiago de Chile, n. 32. Serie Mujer y Desarrollo – *CEPAL*, mar. 2001. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5878/1/S01030269_es.pdf>

GUZMÁN, V.; MONTAÑO, S. Políticas públicas e institucionalidad de género en América Latina 1985-2010. *CEPAL*, Santiago de Chile, n. 118. Serie Mujer y Desarrollo – CEPAL, 2012. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5847/S1200803_es.pdf>

MARCONDES, M. F. M. Transversalidade de gênero em política pública. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 1, jan.-abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n165398>

MONTANO, C. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr.-jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MXPc4rLkBSzfxQGv5DQgWsH/?format=pdf&lang=pt>

MOSER, C. *Gender Planning and Development*: Theory, Practice and Training. London: Routledge, 1993.

MOSER, C. The Gender Planning Framework: a Conceptual Tool for Gender Planning and Analysis. In: SWEETMAN, C. (Ed.). *Gender and Development*: a Practical Guide. Oxford: Oxfam, 1998.

POLTRONIERI, B. R.; ROBERTS, Lorena dos Santos; SHIROMA, Karine Yukari. Interseccionalidade. *In: Dicionário de Gênero e Segurança*, 2024. Disponível em: <https://gedes-unesp.org/interseccionalidade/>

PRINCE, H. *Gênero no Desenvolvimento*: conceitos, práticas e políticas. Brasília: UNIFEM, 2003.

VERLOO, M.; LOMBARDO, E. Contested gender equality and policy variety in Europe: introducing a critical frame analysis approach. *In*: VERLOO, Mieke (Ed.). *Multiple meanings of gender equality*: a critical frame analysis of gender policies in Europe. Budapest: Central European University Press, 2007, p. 21-51.

WALBY, S. Gender Mainstreaming: Productive Tensions in Theory and Practice. *Social Politics*: International Studies in Gender, State & Society, v. 12, n. 3, p. 321-343, 2005. Disponível em: <https://academic.oup.com/sp/article-abstract/12/3/321/1679224>

YOUNG, J. *A sociedade excludente*: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002. (Pensamento criminológico; 7) [3ª reimpressão, 2015].

Transição energética na indústria automobilística brasileira: impasses e desafios da proteção aos trabalhadores[1]

José Ricardo Ramalho

Rodrigo Salles Pereira dos Santos

Introdução

Questões referentes aos desdobramentos dos processos de transição energética no mundo vêm ganhando destaque nos últimos anos. O desafio de preservar o planeta tem levado a um variado replanejamento do sistema econômico e produtivo. São iniciativas voltadas para o que tem sido chamado de uma "economia verde", "de baixo carbono", com implicações sobre as estratégias empresariais e governamentais. No caso específico do setor industrial discute-se a implementação de novos padrões tecnológicos, como a indústria 4.0[2] e a "manufatura avançada", por exemplo, com vistas à ampliação da produtividade, através da digitalização e robotização, associadas à adoção de políticas de descarbonização.

Os efeitos previstos ou já em curso neste momento de transição sobre o mercado de trabalho indicam um percurso tendente à redução do emprego e de mudança no perfil dos trabalhadores. Os aspectos que afetam o trabalho têm estado ausentes da maioria das novas iniciativas corporativas, assim como têm sido raramente articulados no discurso governamental, e

1. Este capítulo é uma versão modificada e atualizada do texto "A caminho da descarbonização na indústria automobilística no Brasil: impasses e desafios da proteção aos trabalhadores", publicado na coletânea "Da bomba ao plug: o Brasil, a descarbonização e a indústria automotiva", organizado por Jefferson José da Conceição *et al*. (São Bernardo do Campo. Editora Papagaio, 2024).

2. Segundo Salerno (2022, p. 177), "a manufatura avançada ou Indústria 4.0 pode ser entendida pela convergência de tecnologias disruptivas, integradas, com equipamentos conectados em todos os sentidos [...], tendo como suporte um grande poder computacional [...], o que viabiliza o uso de algoritmos sofisticados para grandes massas de dados (*big data*) além de biotecnologia e nanotecnologia". Para Gimenez e Dos Santos (2019, p. 1), "essas características implicam também no desenvolvimento da robótica e da capacidade de realizar não somente atividades rotineiras [...] mas também cognitivas" (cf. também CNI, 2016; RIFTIN, 2023).

têm obrigado as entidades sindicais a reivindicarem sua necessária inclusão na elaboração de novos projetos de equacionamento do desenvolvimento e produção de riqueza com o enfrentamento às mudanças climáticas.

A incorporação da pauta ambiental à prática sindical não é tarefa fácil. A demanda por uma "transição justa", por exemplo, enfrenta as dificuldades inerentes à defesa do emprego, tarefa precípua dos sindicatos, em situações ainda não consolidadas de desenvolvimento industrial e, em muitos casos, em contradição com políticas promotoras de baixo carbono, sustentáveis ambientalmente.

A proposta deste capítulo é discutir o contexto atual da indústria automotiva brasileira no que diz respeito às transformações tecnológicas e organizacionais voltadas para a descarbonização e, a partir daí, identificar as ações e os dilemas que se apresentam para os sindicatos na preservação dos empregos e na participação em decisões de fóruns de negociação sobre políticas de reindustrialização e criação de oportunidades de trabalho.

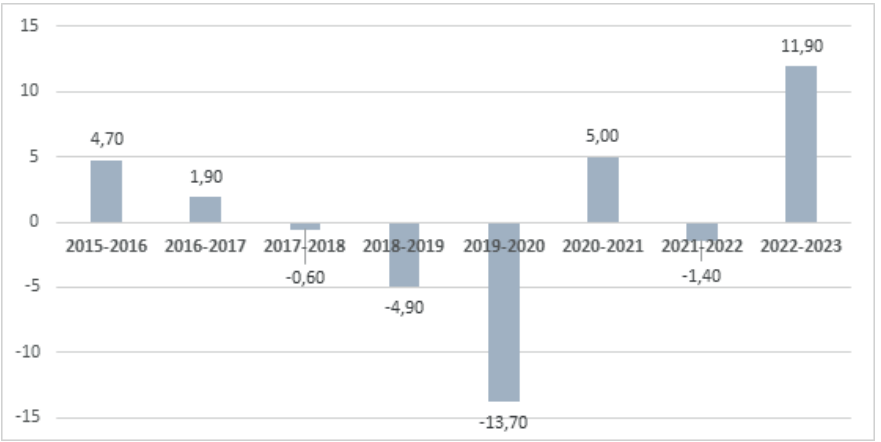
Impactos da eletrificação e as disputas em torno da proteção aos trabalhadores

A indústria automobilística mundial se encontra em uma situação de inflexão em sua trajetória histórica, considerando a redefinição do paradigma tecnológico dentro do qual esse setor emergiu e se espalhou pelo mundo (Santos et al., 2023). A conjunção-chave entre o motor à combustão e os combustíveis fósseis no século XX revolucionou não apenas o setor, mas a indústria como um todo e mesmo as condições sociais de reprodução de parte significativa da sociedade. Promoveu o surgimento de modelos de produção que transformaram a indústria, em especial o fordismo e as formas produtivas que se combinaram a ele e o superaram, com destaque para o toyotismo (Ramalho et al., 2024). Mas, sobretudo, deu origem a formas de organização social e política amplamente baseadas no rodoviarismo e no consumo de massa, com consequências ambientais expressivas. O fato de que a indústria automobilística se encontra, novamente, no vértice de transformações societais significativas não é, desse modo, surpreendente.

Nas últimas décadas, as montadoras buscaram ativamente expandir sua operação em escala global, ocupando espaços previamente pouco explorados em mercados em desenvolvimento, o que explica, em grande medida, a dinâmica do investimento estrangeiro direto (IED) automotivo em países

como o Brasil nas décadas de 1990 e de 2010. No último decênio, entretanto, tais esforços se mostraram, em grande medida, infrutíferos, tendo em conta a estagnação do consumo automotivo. O Gráfico 1 a seguir mostra que as vendas globais de veículos motorizados haviam atingido uma espécie de "teto" em anos recentes, com uma tendência de queda cumulativa acentuada entre 2015 e 2022 (-9,0%).

Gráfico 1 – Evolução percentual das vendas de veículos motorizados no mundo (2015-2023)

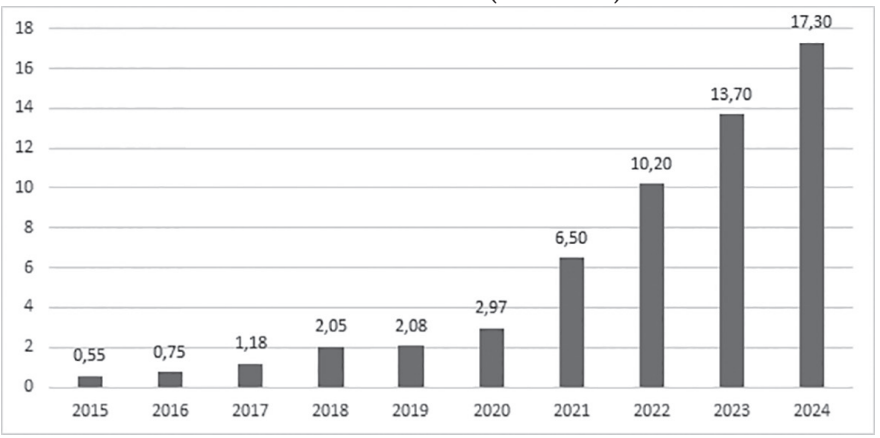


Fonte: Statista (2025a).

Em grande medida, esse cenário regressivo relacionava-se a uma mudança de época na forma como se estruturava a relação entre sociedade e natureza, marcada pela incorporação da mudança climática à agenda pública mundial. Esse processo impulsionou decisões governamentais voltadas à precificação de externalidades negativas historicamente negligenciadas, o que se traduziu, entre outros aspectos, na ampliação da tributação sobre combustíveis fósseis e automóveis equipados com motores a combustão (Aghion *et al.*, 2016). O objetivo era induzir uma transição para um novo paradigma tecnológico. Não por acaso, entre 2022 e 2023, as vendas de veículos motorizados no mundo registraram crescimento expressivo (11,9%), como indicado no Gráfico 1, revertendo a tendência observada no período 2015-2023, que passou a apresentar variação positiva (+2,9%).

Nesse sentido, é possível observar uma mudança sensível e bastante pronunciada em anos recentes, ainda que limitada quanto à regionalidade e ao nível de renda, na estrutura da demanda de automóveis no mundo. O Gráfico 2 a seguir apresenta as vendas estimadas de veículos elétricos no mundo entre 2015 e 2024. É perceptível que a curva de demanda vem se movendo exponencialmente, de modo que a aquisição desse tipo de veículo quase sextuplicou entre 2020 e 2024, quando foram adquiridos 17,3 milhões de automóveis elétricos em todo o mundo.

Gráfico 2 – Vendas estimadas de veículos elétricos plug-in no mundo em milhões de unidades (2015-2024)



Fonte: Statista (2025b).

Em parte induzida pela ação de governos e grupos sociais organizados, "a mudança tecnológica [no setor] está forçando as empresas a repensarem suas estratégias de negócios, produtos e processos" (Krzywdzinski, 2019, p. 215-216). Isso por causa da crescente demanda por tecnologias de propulsão limpas com a transição do motor a combustão para a mobilidade elétrica. Assim, o impacto direto da regulamentação climática na cadeia de valor automotiva tem sido considerado um elemento central de sua transformação recente (Strötzel e Brunkhorst, 2019, p. 243).

Associados a essa reorientação de rota tecnológica, processos de inovação no setor secundário, de modo mais geral, a exemplo do uso da digitalização, devem acelerar a transformação do paradigma de produção industrial

vigente, amparando "a associação de tecnologias de internet com máquinas e produtos inteligentes" (Kubota e Rosa, 2024, p. 71).

Na avaliação de Lefeuvre e Guga (2019, p. 190), esse conjunto de transformações combinadas já está

> [...] pressionando os níveis de emprego e as competências existentes: o aumento da automação das linhas de montagem e das atividades logísticas e o desenvolvimento de máquinas capazes de lidar com múltiplas operações; o impulso para a polivalência e a reconfiguração das atividades de manutenção; instrumentos digitais conectados para controle e supervisão; e inovações organizacionais dedicadas ao aumento da automação.

No Brasil, esse debate tem sido feito a partir dos esforços em favor da "neoindustrialização", com o lançamento de uma nova política industrial, em janeiro de 2024. O programa Nova Indústria Brasil – NIB (CNDI, 2024) almeja promover um salto tecnológico e orientar a transição energética do parque industrial nacional. De acordo com Furno (2024), esse projeto foi orientado "por missões", visando "o crescimento econômico, o aumento da produtividade, a modernização da indústria brasileira e o alargamento das margens de [...] soberania nacional" (cf. também Mazzucato, 2023, p. 4; 24-25; Rodrik, 2023, p. 8).

No que diz respeito aos trabalhadores, as centrais sindicais brasileiras manifestaram seu apoio imediato e, mais importante, unificado. Em nota conjunta reconheceram na

> [...] Nova Indústria Brasil (NIB), uma das prioridades indicadas na pauta da classe trabalhadora lançada em 2022, na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), e uma chave essencial e estratégica para o desenvolvimento sustentável do Brasil dos pontos de vista social, econômico e ambiental (CSB et al., 2024).

Wellington Damasceno, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista (SMABC), lembrou na ocasião que "o anúncio por si só já é um passo importante, pois dialoga com a sociedade e investidores, sinaliza para

as empresas que o governo coloca novamente a indústria com um papel estratégico no desenvolvimento social, econômico e tecnológico do país" (SMABC, 2023, p. 3).

No que respeita às firmas, os planos de investimentos das principais montadoras operando do Brasil evidenciam estratégias corporativas singulares e combinadas de modo a enfrentar um cenário econômico ainda pouco claro. A ampliação sistemática e acelerada do espaço conferido aos veículos elétricos nos portfólios de firmas líderes (Miragaya, 2021) indica o início de uma fase de disputa acirrada em torno dos rumos tecnológicos e, sobretudo, da participação de mercado na indústria automobilística. Nesses termos, o paradigma da eletrificação veicular assume centralidade no debate público sobre os rumos da indústria.

No Brasil, a rota com base no motor a combustão, desde muito cedo passou por uma bifurcação, com a produção de álcool combustível no Nordeste se iniciando já nos anos 1910 como forma de lidar com a escassez de gasolina induzida pela I Guerra Mundial. O fato de ser um importador de petróleo ao longo de todo o século XX representou uma condição restritiva crucial para a conformação da trajetória tecnológica singular da indústria automotiva brasileira.

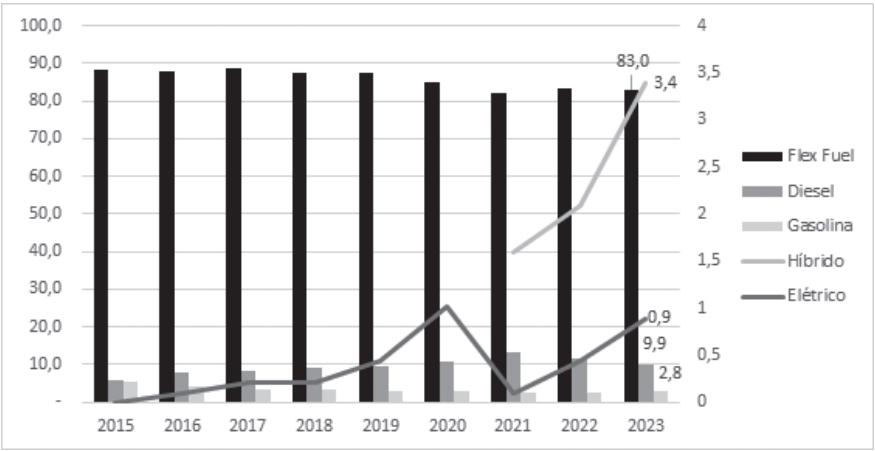
Nos anos 1970, essa variação na trajetória baseada no motor a combustão assumiu contornos decisivos, com a intervenção estatal moldando a estrutura industrial e o mercado automotivos no país através da implementação do Programa Nacional do Álcool – Proálcool (Barzelay, 1986), uma reação similar, embora de escala bastante superior, às pressões provocadas pela elevação dos custos de transporte e suas consequências inflacionárias, derivadas dos choques do petróleo daquela década.

A recuperação do programa de promoção à produção de etanol em 2003 e a importância adquirida pelo carro popular no país reforçaram essa trajetória, restabelecendo as condições para a evolução incremental da rota a combustão, através da introdução dos veículos flex fuel (Kamimura e Sauer, 2008). Em síntese, o mercado automotivo brasileiro fez da flexibilidade um traço constitutivo, estabelecendo certa simbiose entre os investimentos automotivos e preferências de consumo, conformando uma estrutura industrial bastante singular no setor.

Atualmente, "uma verdadeira clivagem" (Santos et al., 2023, p. 36) compele o setor automobilístico brasileiro, diante da continuidade ou ruptura em suas formas de produção e consumo. Considerando a evolução recente dos

licenciamentos de automóveis e comerciais leves, como pode ser visto no Gráfico 3, a seguir, o cenário ainda é incerto.

Gráfico 3 – Licenciamento percentual de automóveis e comerciais leves por combustível no Brasil (2015-2023)



Fonte: ANFAVEA (vários anos).

Diante do efeito de dependência de trajetória associado à flexibilidade na oferta da propulsão de motores no país, percebe-se que os veículos flex fuel permanecem amplamente dominantes entre os consumidores brasileiros. Não obstante, foi notória a expansão da parcela de "eletrificados"[3] entre os mesmos anos, sendo que em 2024, segundo dados recentes da ANFAVEA, o número de unidades licenciadas (177.338) quase dobrou comparado aos 93.909 veículos eletrificados no país em 2023 (ANFAVEA, 2025).

Dados sobre investimento costumam ser mais apropriados à ilustração de mudanças recentes ou em curso, de modo que decisões estratégicas das montadoras já instaladas e o aumento da competição destas com firmas ingressantes no mercado brasileiro, especialmente de origem chinesa, dedicadas à fabricação de veículos elétricos, mostram que o ritmo da mudança pode se tornar vertiginoso muito em breve.

3. Os dados mais recentes da ANFAVEA (2025) não diferenciam mais o licenciamento de veículos elétricos e híbridos (incluindo veículos híbridos *plug-in*). As três categorias foram unificadas sob a categoria "eletrificados", dificultando uma melhor compreensão do panorama brasileiro.

Chama a atenção o anúncio de novos investimentos automotivos "verdes" no país, como é possível observar no Quadro 1 a seguir. Assim, no início de março de 2024, "o total anunciado pelas montadoras de veículos leves (automóveis e comerciais) no Brasil para a década atual já chega a R$ 87,8 bilhões. Desse total, R$ 67,2 bilhões representam a soma de planos anunciados há menos de três meses" (Olmos, 2024b).

Quadro 1 – Investimentos em eletrificação no Brasil

Empresa	Valor (em bilhões de R$)	Período
General Motors	7,0	2024-2028
Volkswagen	9,0	2024-2028
Hyundai	5,4	2024-2032
Renault	5,1	2021-2027
Nissan	2,8	2023-2025
CAOA	4,5	2023-2028
BYD	3,0	2024-2030
Great Wall	10,0	2023-2032
Toyota	11,0	2024-2030
Stellantis	30,0	2025-2030
Total	87,8	

Fonte: Olmos (2024d)

A avaliação da imprensa especializada identifica uma mudança de panorama importante no 'humor' dos investidores. Para Olmos (2024c), "durante um tempo parecia que os fabricantes de veículos estavam prestes a desistir de produzir no Brasil. Era, pelo menos, o que alguns fatos indicavam no início da década". No entanto, o "ambiente econômico mais estável, favorecido por reformas, sobretudo a tributária", implementada já no governo Lula III, parece ter renovado a confiança das montadoras.

Não obstante, a opção acerca da "futura matriz energética dos automóveis aqui produzidos" permanece conservadora, em comparação a padrões de investimento setoriais nas economias centrais, de modo que os "carros híbridos a etanol" tendem a ser considerados como uma espécie de porta de entrada na "era da eletrificação" (Olmos, 2024c).

Uma das características dessa fase da indústria remete à origem dos investimentos, majoritariamente formados "por recursos próprios e empréstimos de bancos locais, inclusive do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)". Considerando a centralidade da ação do Estado para os destinos do setor, o programa Mover, que constitui uma nova fase do Rota 2030, vem ajudando a conformar a opção pela rota híbrida, ancorada na tributação diferencial (Olmos, 2024a), permitindo inferir que "a indústria de veículos no Brasil vai demorar mais para entrar na era dos carros 100% elétricos" (Olmos e Truffi, 2024).

A atuação do Estado como ente promotor da rota híbrida (Olmos, 2022b, 2023a) tende, assim, a ser decisiva, visto que essa trajetória tecnológica oferece uma solução de compromisso entre interesses corporativos associados à produção do etanol (Olmos, 2023b), à sustentação dos níveis de emprego metalúrgico (Damasceno, 2021), à continuidade da estrutura transnacional e oligopolista da indústria e, não menos importante, a pressões ambientais, cada vez mais importantes.

Na indústria automotiva global, a demanda por carros elétricos, segundo Boewe e Schulten (2023, p. 8), desencadeou uma reviravolta na própria estrutura da indústria. "Chegando aparentemente do nada, novas empresas se tornaram mundialmente conhecidas em poucos anos. [...] Novas tecnologias-chave, como a produção de baterias automotivas, estão ocupando lugares importantes nas cadeias de valor e redes de produção globais em constante mudança".

No plano local, a sobreposição de interesses e sua interferência nas estratégias corporativas têm provocado situações contenciosas, opondo empresas instaladas há mais tempo no país às novas firmas produtoras dos veículos elétricos. Mais importante, o Estado aparece como um espaço institucional no qual esses conflitos vão sendo mediados, acelerando e/ou retardando o processo de mudança. Nesse último registro, segundo Machado (2023), "nem só de alegrias viveu o mercado de eletrificados no Brasil", que perdeu recentemente o suporte, que vigorava desde 2015, do desconto da alíquota do Imposto sobre Produtos Importados (IPI).

Nas atividades industriais, o imperativo do estabelecimento de metas de descarbonização se somou a questões que já vinham afetando a organização sindical, a exemplo da introdução de mecanismos de automação, digitalização e reordenação das cadeias de valor. Percebeu-se que o modo como esse processo estava se desenrolando, e a mudança organizacional

que implicava, não estavam levando em conta seus efeitos sobre o emprego e a vida dos trabalhadores.

Nesse sentido, é fundamental compreender o trabalho como uma variável-chave da equação da eletrificação. Inserida no quadro mais amplo da Indústria 4.0 e da digitalização da produção (Damasceno, 2021) com vistas à elevação da produtividade, a reestruturação industrial necessária à adesão a uma matriz automotiva elétrica pode impactar fortemente os trabalhadores metalúrgicos brasileiros nas próximas décadas.

Tendo em conta que "um carro elétrico é feito com menos de um terço das peças" (Olmos, 2022a), poupando até 25% do tempo de trabalho (Maciel, 2022) de fabricação de um veículo com motor a combustão, a defesa do emprego na indústria automobilística brasileira vem se dando nos termos de um compromisso pela "transição justa", i.e., por "uma política de Estado em que os investimentos e reestruturações tenham seus impactos e prazos negociados entre sindicatos e empresas, de forma a mitigar a drástica perda de postos de trabalho" (Damasceno, 2021).

Para os principais sindicatos do país, a discussão sobre a implantação de novas tecnologias sempre foi um tema desafiador (cf. Kubota e Rosa, 2024, p. 69). O que preocupa é a "substituição do trabalho não somente rotineiro mas também cognitivo – por computadores, robôs, máquinas inteligentes" (Gimenez e Dos Santos, 2019, p. 11), ampliando significativamente a "demanda por reciclagem e elevação de padrões médios de formação/capacitação [...], com importantes impactos sobre os sistemas educacionais, de formação, qualificação e reciclagem profissional" (Gimenez e Dos Santos, 2019, p. 11; ver também IBA GLOBAL EMPLOYMENT INSTITUTE, 2017; DIEESE, 2021).

É nesses termos que vem se observando um engajamento estratégico do sindicalismo metalúrgico no debate. Um exemplo disso é a intervenção ativa do SMABC na discussão sobre eletrificação, se posicionando no sentido de alternativas protetivas para os trabalhadores (SMABC, 2023).

De acordo com Moisés Selerges (2024, p. 439), presidente do SMABC, "para que o setor possa enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades apresentadas pela transição para biocombustíveis e tecnologias mais limpas, é essencial adotar uma abordagem integrada que considere tanto as necessidades ambientais quanto as sociais e as trabalhistas".

A argumentação de Selerges prioriza a defesa do emprego metalúrgico automotivo diante da potencial redução de complexidade da cadeia de fornecimento, em que a eletrificação poderia representar a redução ou mesmo eliminação de sistemas completos, como o escapamento, câmbio e tanque de combustível, além de muitas partes móveis, e a consequente redução da demanda por mão de obra.

Como ilustração, Kuhlmann *et al*. (2021, p. 7) estimam que a eletrificação deve provocar uma redução relevante de empregos em segmentos da indústria automotiva europeia até 2030, com "um declínio significativo para os fornecedores focados em motores de combustão interna (-42%) e para fabricantes de equipamentos originais (-20%)". Para o diretor deste mesmo sindicato, Wellington Damasceno,

> [...] o Brasil não precisa excluir nenhuma tecnologia disponível para a propulsão veicular e deve conviver com todas elas [...]. Entretanto, [...] estamos diante da possibilidade de apostar numa estratégia de desenvolvimento a partir de uma matriz energética brasileira, com potencial positivo nos empregos e na melhoria da remuneração dos trabalhadores, do aproveitamento da capacidade instalada para produção dos veículos e componentes, do fortalecimento da cadeia de fornecedores locais e reconversão de empresas e investimentos em ciência e tecnologia (Damasceno, 2024, p. 171).

Nesses termos, a posição do SMABC adquire maior clareza. A oposição à exclusão de quaisquer das rotas tecnológicas disponíveis significa, antes de tudo, a defesa de uma transição negociada, que reconheça os múltiplos interesses "em jogo", desde o fornecimento de etanol e suas implicações para a cadeia sucroalcoleira, passando pelo desafio imposto às corporações transnacionais que dominaram o setor a partir da tecnologia à combustão e que, portanto, apresentam maior reticência a aderir à eletrificação, e chegam, finalmente, aos trabalhadores metalúrgicos, premidos diante das transformações em curso.

Damasceno afirma que "[...] temos condições de fazer uma transição justa, que agregue valor e que contemple os trabalhadores no processo de implantação de novas tecnologias, com capacitação profissional" (SMABC, 2023, p. 3; ver também Damasceno, 2020). A questão do perfil e da qualificação dos trabalhadores é, sem dúvida, central. Enquanto as funções mecânicas

e operacionais tendem a predominar na rota tecnológica a combustão, a formação profissional dos trabalhadores se concentra nas atividades mecânicas, de montagem e usinagem. Por sua vez, o processo de eletrificação deve exigir competências relacionadas à eletrônica, software, baterias e sistemas de controle, redirecionando a demanda para as áreas de engenharias elétrica e robótica, além de química de materiais.

A imagem de um pacto em torno de uma via transicional justa é reafirmada pelo discurso do sindicalista, que se apoia na capacidade de mobilização da categoria, em suas conexões com atores políticos relevantes, e no poder institucional acumulado por essa organização ao longo de décadas. Então, o SMABC buscou introduzir "[...] na convenção coletiva uma cláusula [...] que trata das novas tecnologias, colocando a obrigatoriedade da empresa de apresentar ao sindicato o seu plano de investimento, quanto tempo que isso vai levar, o quanto afeta os trabalhadores" (Rodrigues, Ramalho e Lima, 2022, p. 42).

A ação sindical nesse contexto é tanto propositiva quanto conflitiva. De um lado, o SMABC tem se engajado na compreensão das mudanças, tendo realizado o "Estudo Setorial Automotivo: caminhões, ônibus e automóveis"[4] (SMABC, 2023, p. 3), com diretrizes e propostas para a geração de empregos automotivos. O estudo defende medidas urgentes com vistas à reindustrialização, dentre elas "a criação de um fórum tripartite do setor automotivo", e o foco em mobilidade sustentável, com novas rotas tecnológicas, ampliação do conteúdo nacional de autopeças, linhas de crédito para renovação da frota e preservação e criação de empregos (SMABC, 2023, p. 3).

Segundo Aroaldo Oliveira da Silva, diretor do SMABC e presidente da IndustriALL Brasil, importa "diminuir a desigualdade social, gerar emprego e renda de qualidade [...], e organizar melhor a pauta em nome dos trabalhadores" (SMABC, 2023, p. 3).

A transição setorial no Brasil, seja para os veículos híbridos, caminho tendencial neste momento, seja para os veículos elétricos, gera ainda uma série de questões relativas às condições efetivas de sua implantação. Distante de uma panaceia, o carro elétrico, assim como o veículo híbrido, constitui a ponta de lança de uma cadeia de valor complexa, da mineração à produção de eletricidade (Oliveira, 2023), sendo necessário considerar seu impacto

4. O documento foi entregue pessoalmente pelo presidente do SMABC, Moisés Selerges, e pelos diretores Wellington Damasceno e Aroaldo Oliveira da Silva ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

agregado, cujas emissões de gases de efeito-estufa podem ser até 40% superiores àquelas envolvidas na fabricação de veículos convencionais (Charette, 2023).

Entretanto, essa situação apresenta um impasse, que desafia tanto as políticas industriais em escala nacional, retomadas no governo Lula III, quanto as estratégias desenvolvidas por agentes de base local e regional. De um lado, se encontram expectativas de que a eletrificação promova efeitos de upgrading econômico (Gereffi, 2019). Tais expectativas se ancoram na possibilidade de que a eletrificação promova a emergência e incorporação de firmas e regiões às etapas mais sofisticadas da rede global de produção automotiva (Santos, 2021), a partir do desenvolvimento de baterias e sistemas de propulsão elétrica, por exemplo.

De outro lado, diversas análises chamam a atenção para os riscos sociais e distributivos vinculados à transição para a nova rota, como as declarações dos representantes sindicais destacaram. A substituição de tecnologias tradicionais por suas contrapartes elétricas deve promover a eliminação de segmentos completos da rede. Em uma avaliação realista, essa mudança deve resultar na redução líquida da quantidade de empregos na indústria, cenário que deve se intensificar nas regiões que hoje lideram a produção automotiva baseada na rota tradicional, que não coincidentemente concentram as atividades mais intensivas em trabalho.

Nesse cenário, o processo de eletrificação pode não apenas frustrar as promessas de upgrading, como também provocar efeitos de downgrading social, como indicados por Barrientos et al. (2011). Assim, a redução dos postos de trabalho no setor também poderia ser acompanhada pela concentração territorial de seus impactos negativos, ampliando desigualdades regionais e favorecendo a desindustrialização de áreas tradicionais de produção automotiva.

Não coincidentemente, algumas montadoras e, principalmente, sindicatos metalúrgicos em diferentes localidades, vêm se manifestando em favor do modelo híbrido (Maciel, 2022; Nuzzi, 2022; SMABC, 2022), visto como um compromisso capaz de agregar interesses os mais diversos. De fato, a possibilidade de uma transição negociada entre as rotas a combustão e elétrica apresenta muitas vantagens, permitindo a recuperação de mecanismos de ação coletiva, tão necessários à política industrial brasileira. Novamente, para Damasceno (2024, p. 167),

> [...] além das melhorias que o motor convencional pode receber com o intuito de reduzir seus níveis de emissão e avançar na eficiência energética, o desenvolvimento da tecnologia híbrido-flex amplia as oportunidades da pesquisa e desenvolvimento nacional, já que agrega tecnologias conhecidas à própria evolução dos motores elétricos e baterias, podendo levar em consideração as vantagens competitivas locais.

Considerações finais

O capítulo discutiu o cenário de transformação tecnológica da indústria automobilística, enfocando as dinâmicas que a afetam no caso brasileiro. Em particular, a transição em curso das rotas tecnológicas a combustão e elétrica foi avaliada a partir das pressões que atualmente tendem a intensificá-la, assim como dos interesses, privados e públicos, que buscam compatibilizar o conjunto de mudanças que a compreende com expectativas de lucro, projetos de desenvolvimento e perspectivas de vida e trabalho.

Em síntese, o processo de transição energética na indústria automotiva ainda aparece segmentado nos mercados automotivo global e nacional, com o primeiro se movendo de modo mais decidido e veloz em direção à matriz elétrica. Da perspectiva do consumo, os veículos elétricos e, principalmente, híbridos vêm ocupando uma parcela cada vez mais significativa do mercado nacional. Não obstante, a participação dos veículos flex fuel nesse mercado permanece dominante entre os consumidores.

Nesse sentido, a transformação que se observa no setor em âmbito nacional adquire uma característica fortemente negociada, para a qual concorrem as corporações transnacionais produtoras de autoveículos; segmentos de fornecedores importantes, como a cadeia sucroalcoleira; o próprio Estado brasileiro, que busca preservar o setor automotivo e também seu apoio político, em parte vinculado ao mundo do trabalho; e, especialmente, os trabalhadores metalúrgicos e seus organismos de representação.

Prospectivamente, os dados sobre investimentos na indústria automotiva nacional apontam que a transição energética é, no entanto, incontornável, visto que as montadoras, estabelecidas e desafiantes, vêm fazendo esforços consideráveis no sentido da mudança da matriz setorial, ainda que os veículos híbridos hoje predominem. Sua ação é reforçada, sobremaneira, por políticas públicas. A perspectiva governamental nesse momento privilegia uma transição progressiva e acordada, respondendo particularmente aos

interesses das montadoras tradicionais, assim como do trabalho organizado.

Nesse ínterim, a notável estruturação dos organismos de representação metalúrgicos oferece uma vantagem estratégica que não pode ser subestimada. Ao longo dos últimos 50 anos, centrais, federações e entidades de base do setor automotivo acumularam experiência de organização, enraizamento territorial e poder institucional, que se traduzem em um rico repertório de ação coletiva. Sua densidade tem se traduzido amplamente na defesa dos direitos dos trabalhadores, mas também incidido no debate público sobre o desenvolvimento econômico do país.

Esses fundamentos sociopolíticos têm permitido que os trabalhadores metalúrgicos não apenas resistam às transformaçõs em curso, mas que influam ativamente no debate sobre o futuro da indústria automotiva. Em contextos como o atual, no qual a rápida mudança tecnológica provocada pela eletrificação subverte a organização habitual dessa e de outras indústrias associadas, a recursividade dos trabalhadores se apresenta como capacidade de influência sobre os ritmos e formas assumidos pela transição.

Ainda que não possam determinar a direção do processo, seus organismos de representação têm conseguido influir de maneira propositiva e reguladora sobre ele. A ação sindical vem contribuindo, assim, para compatibilizar a transição energética da indústria automotiva brasileira com a proteção de um contingente expressivo de trabalhadores cuja trajetória é emblemática das promessas e dos dilemas da industrialização brasileira. Nesses termos, o poder coletivo dos trabalhadores é um mediador-chave dos impactos sociais da eletrificação da produção automotiva no país.

Referências

AGHION, P. *et al*. Carbon taxes, path dependency, and directed technical change: Evidence from the auto industry. *Journal of Political Economy*, v. 124, n. 1, p. 1-51, 2016.

ANFAVEA. Autoveículos: produção, licenciamento, exportações em unidades de montados e CKD (desmontados), exportações em valor e emprego, vários anos. Disponível em: <https://anfavea.c.br/site/edicoes-em-excel/>. Acesso em: 14 mar. 2024

ANFAVEA. *Anuário da Indústria Automobilística Brasileira*, São Paulo: ANFAVEA, 2025.

BARRIENTOS, S. et al. Decent work in global production networks: Framing the policy debate. *International Labour Review*, v. 150, n. 3-4, p. 297-317, 2011.

BARZELAY, M. *The Politicized Market Economy*: Alcohol in Brazil's Energy Strategy. [s.l.] University of California Press, 1986.

BERTÃO, N. Eletrificação traz incerteza sobre futuro de empregos. *Valor Econômico*, 22 nov. 2023.

BOEWE, J.; SCHULTEN, J. *The transformation of the global automotive industry*. Trends, interpretations, socio-ecological strategies for action: a handbook for trade union and political practice. Geneva: Rosa-Luxemburg-Stiftung, 2023. Disponível em: <https://rosalux-geneva.org/wp-content/uploads/2023/10/RLS_Transformation_of_Automotive_Industry_20230830_ENG_WEB.pdf>.

CHARETTE, R. N. Why EVs aren't a climate change panacea. *IEEE Spectrum,* 28 jan. 2023.

CNDI. *Nova Indústria Brasil*. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/composicao/se/cndi/arquivos/missoes-politica-industrial.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2024.

CNI. *Desafios para a indústria 4.0 no Brasil*. Brasília: Confederação Nacional da Indústria, 2016.

CSB et al. *A nova política industrial é essencial para o Brasil e está em sintonia com as melhores práticas internacionais*, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/a-nova-politica-industrial-e-essencial-para-o-brasil-e-esta-em-sintonia-com-as-melhores-praticas-internacionais>. Acesso em: 12 mar. 2024.

DAMASCENO, W. M. Os desafios das eletromobilidade: motor híbrido-etanol e as possibilidades de desenvolvimento tecnológico e adensamento produtivo no Brasil. In: CONCEIÇÃO, J. J.; TREFIGLIO, R. P.; DOS SANTOS, S. A. B.; DAMASCENO, W. M. (Orgs.). *Da bomba ao plug*: o Brasil, a descarbonização e a indústria automotiva. São Bernardo do Campo: Editora Papagaio, 2024.

DAMASCENO, W. M. Reconversão industrial no contexto da covid-19: diálogo e cooperação em defesa da vida e empregos. In: CONCEIÇÃO, J. J.

da (Ed.). *Carta de Conjuntura da USCS,* São Caetano do Sul: v. 13, p. 59-61, jul. 2020.

DAMASCENO, W. M. *A indústria 4.0 e os desafios para os trabalhadores brasileiros*. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 5 mar. 2021.

DIEESE. *A desindustrialização e o setor automotivo*: retomada urgente ou crise sem fim. Nota Técnica, n. 259, 01 jul. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec259DesindustrializacaoSetorAutomotivo.html>. Acesso em: 29 maio 2025.

FURNO, J. Política Industrial e o debate seletivo sobre o passado. *Brasil de Fato*, 29 jan. 2024.

GEREFFI, Gary. Economic upgrading in global value chains. *In*: PONTE, Stefano; GEREFFI, Gary; RAJ-REICHERT, Gale (Org.). *Handbook on Global Value Chains*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2019, p. 240-254.

GIMENEZ, D. M.; DOS SANTOS, A. L. *Indústria 4.0, manufatura avançada e seus impactos sobre o trabalho*. Texto para Discussão, 2019, p. 29.

IBA Global Employment Institute. *Artificial Intelligence and Robotics and Their Impact on the Workplace*. [s.l.] IBA Global Employment Institute, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Santo/Downloads/ArtificialIntelligenceandRoboticsandTheirImpactontheWorkplace.pdf>.

KAMIMURA, A.; SAUER, I. L. The effect of flex fuel vehicles in the Brazilian light road transportation. *Energy Policy,* v. 36, n. 4, p. 1574-1576, 1 abr. 2008.

KRZYWDZINSKI, M. 2019. Globalisation, decarbonisation and technological change: challenges for the German and CEE automotive supplier industry. In: B. Galgóczi(Ed.). *Towards a just transition*: coal, cars and the world of work. Brussells: ETUI, 2019, p. 215-241.

KUBOTA, L. C.; ROSA, M. B. Adoção de tecnologias da indústria 4.0 por empresas brasileiras. In: L. C. Kubota (Ed.). *Digitalização e tecnologias da informação e comunicação*: oportunidades e desafios para o Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2024, p. 69-113.

KUHLMANN, K.; KÜPPER, D.; SCHMIDT, M.; WREE, K.; STRACK, R. R.; KOLO, P. *Is E-mobility a Green Boost for European Automotive Jobs?* Boston: Boston Consulting Group, 2021. Disponível em: <https://web-assets.bcg.com/82/0a/17e745504e46b5981b74fadba825/is-e-mobility-a-green-boost.pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.

LEFEUVRE, A.-G.; GUGA, Ștefan. Troubled waters ahead: what's next for the European automobile industry and jobs? In: B. Galgóczi (Ed.). *Towards a just transition*: coal, cars and the world of work. Brussells: ETUI, 2019, p. 157-191.

MACHADO, A. P. *As razões que fizeram de 2023 o ano do carro eletrificado no Brasil*. Disponível em: <http://automotivebusiness.com.br/pt/posts/mobility-now/razoes-fizeram-2023-ano-carro-eletrificado-brasil/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

MACIEL, T. Ameaça de demissões na Mercedes. *O Trabalho*, 26 set. 2022.

MAZZUCATO, M. Innovation-driven inclusive and sustainable growth: challenges and opportunities for Brazil. London: UCL Institute for Innovation and Public Purpose, 2023. Disponível em: <https://www.ucl.ac.uk/bartlett/public-purpose/sites/bartlett_public_purpose/files/brazil_policy_report.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

MIRAGAYA, F. Adeus, gasolina! 10 montadoras que têm data para o fim do motor a combustão. *AutoPapo*, 20 maio 2021.

NUZZI, V. *Sem política industrial, Brasil vai "perder o bonde" mundial na produção de híbridos*. CUT – Central Única dos Trabalhadores, 8 jul. 2022.

OLIVEIRA, B. de. MDIC promete divulgar novas regras do Rota 2030 em junho. *Valor Econômico,* 24 abr. 2023.

OLMOS, M. Trabalho se adapta à evolução do carro. *Valor Econômico*, 6 abr. 2022a.

OLMOS, M. Tributo do carro elétrico puxa diálogo com governo. *Valor Econômico*, 30 dez. 2022b.

OLMOS, M. A arte de seduzir um ex-metalúrgico. *Valor Econômico*, 19 abr. 2023a.

OLMOS, M. Novo cálculo de emissões beneficia carro a etanol. *Valor Econômico*, 25 abr. 2023b.

OLMOS, M. Investimentos de montadoras no Brasil já somam R$ 41,4 bilhões para a década. *Valor Econômico*, 2 fev. 2024a.

OLMOS, M. Stellantis vai investir R$ 30 bilhões no Brasil nos próximos 5 anos. *Valor Econômico*, 6 mar. 2024b.

OLMOS, M. Análise: Investimento da Stellantis marca permanência do Brasil entre maiores produtores de veículos do mundo. *Valor Econômico*, 6 mar. 2024c.

OLMOS, M. Investimentos de montadoras no Brasil ultrapassam os R$ 100 bilhões; veja números de cada uma. *Valor Econômico*, 7 mar. 2024d.

OLMOS, M.; TRUFFI, R. Com R$ 5,45 bilhões, Hyundai engrossa investimento do setor. *Valor Econômico*, 23 fev. 2024.

RAMALHO, J. R.; SANTOS, R. S. P.; LIMA, R. J. C. Modelos de produção na manufatura: o que aconteceu com o fordismo e o pós-fordismo?. In: Enrique De la Garza Toledo; Julio César Neffa; Marcela Hernández Romo; Caudia Figari; Antonio Aravena Carrasco; Juan Carlos Celis Ospina; Héctor Lucena; Francisco Pucci; José Ricardo Ramalho (Orgs.). *Tratado latinoamericano de sociología del trabajo (II)*: desafíos y debates en el siglo XXI. Buenos Aires: CLACSO; CEIL-CONICET, p. 331-364, 2024.

RIFTIN, N. O que esperar da indústria 4.0 no Brasil em 2023? *Revista P&S*, 12 fev. 2023. Disponível em: <http://www.ps.com.br/artigo/o-que-esperar-da-industria-40-no-brasil-em-2023>. Acesso em: 12 mar. 2024.

RODRIGUES, I. J.; RAMALHO, J. R.; LIMA, J. C. O papel do sindicato: desafios e necessidade de se reinventar. *In*: I. J. Rodrigues; J. R. Ramalho; J. C. Lima, (Eds.). *Trabalho e sindicalismo*: reflexões a partir do contexto pandêmico. São Paulo: Annablume, 2022, p. 15-46.

RODRIK, D. Foco em produtividade, não em tecnologia. *Valor Econômico*, 13 jul. 2023.

SALERNO, M. Indústria 4.0 e manufatura avançada: caracterização e desafios. In: I. J. Rodrigues; J. R. Ramalho; J. C. Lima (Eds.). *Trabalho e sindicalismo*: reflexões a partir do contexto pandêmico. Trabalho e contemporaneidade. São Paulo: Annablume, 2022, p. 167-196.

SANTOS, R. S. P. *et al*. Novas clivagens ambientais, tecnológicas e trabalhistas: escolhas difíceis na indústria automobilística brasileira. In: J. J. Da Conceição (Ed.). *Carta de Conjuntura da USCS*. São Caetano do Sul: [s.n.]. v. 26, p. 33-41.

SANTOS, R. S. P. A rede global de produção automotiva: estrutura de rede e estratégias corporativas no Rio de Janeiro, Brasil. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 17, n. 1, p. 65-94, jan.-jun. 2021.

SELERGES, M. O futuro do setor de ônibus no Brasil e o impacto nos trabalhadores. In: J. J. CONCEIÇÃO; R. P. TREFIGLIO; S. A. B. DOS SANTOS; W. M. DAMASCENO (Orgs.). *Da bomba ao plug*: o Brasil, a descarbonização e a indústria automotiva. São Bernardo do Campo: Editora Papagaio, 2024.

SMABC. Comitê Mundial dos trabalhadores na Volks cobra, na Alemanha, investimentos para o carro híbrido. Disponível em: <https://smabc.org.br/comite-mundial-dos-trabalhadores-na-volks-cobra-na-alemanha-investimentos-para-o-carro-hibrido/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

SMABC, M. Metalúrgicos do ABC sediam seminário sobre mobilidade para debater transição justa. *Tribuna Metalúrgica*, n. 5168, p. 3, 2023.

STATISTA. *Worldwide motor vehicle sales growth*, 2025a. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1097317/worldwide-motor-vehicle-sales-growth/>. Acesso em: 27 maio 2025

STATISTA. *Global plug-in electric light vehicle sales*, 2025b. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/665774/global-sales-of-plug-in-light-vehicles/>. Acesso em: 27 maio 2025.

STRÖTZEL, M.; BRUNKHORST, C. Managing the transformation of the German automotive industry. In: B. Galgóczi (Ed.). *Towards a just transition*: coal, cars and the world of work. Brussells: ETUI, 2019, p. 243-272.

III

TRABALHO, TRAJETÓRIAS SOCIAIS E DESIGUALDADES

As estruturas sociais do trabalho: Bourdieu e o sistema salarial argelino

Maxime Quijoux

Introdução

De 1955 a 1960, Pierre Bourdieu permaneceu na Argélia, inicialmente para cumprir o serviço militar[1]. Convocado do contingente, foi rapidamente designado para o Serviço de Documentação e Informação do Governo Geral, antes de se dedicar, a partir do outono de 1957, ao ensino na Faculdade de Argel, bem como à realização de pesquisas etnológicas e sociológicas[2]. Entre 1958 e 1959, participou no desenvolvimento de dois grandes estudos encomendados pela administração colonial que, face aos crescentes problemas de segurança interna, pretendiam identificar e compreender melhor as dificuldades cotidianas enfrentadas pela população local. Durante dois anos, ele se dedicou à pesquisa coletiva, cujo objetivo era tanto um projeto "cívico" quanto antropológico[3]. Mesmo que suas contribuições políticas não tenham gozado da mesma notoriedade, cinquenta anos depois, sabemos o que Bourdieu deve à Argélia. Do *habitus à dominação, da Sociologia da Argélia às Estruturas Sociais da Economia*, suas primeiras investigações foram uma fonte inesgotável de reflexão.

No entanto, tendemos a esquecer as transformações graduais, mas substanciais, que o tempo provoca em um autor, em sua obra e em suas reflexões: ao olhar mais de perto seus primeiros escritos, percebemos que o sociólo-

1. Este texto é uma tradução do capítulo um, intitulado "Les structures sociales du travail: Bourdieu et le salariat algérien", do livro coletivo *Bourdieu et le Travail*, publicado em 2015 pela Presses Universitaires de Rennes e disponível gratuitamente online: https://books.openedition.org/pur/69641?lang=fr

2. Para mais informações sobre o contexto histórico da Guerra da Argélia e a presença de Bourdieu naquela época, ver: Perez (2022), Collard (2024) e Yacine (2008).

3. Para suas contribuições mais políticas, ver: Bourdieu (2002).

go não chegou "[...] no primeiro dia, [...] totalmente munido de conceitos teóricos perfeitamente ensaiados e fixos [...]" e que esse período constitui "[...]a primeira etapa onde elabora seus principais conceitos e instrumentos intelectuais" (Yacine, 2008, p. 13). Se a leitura de Bourdieu dos anos argelinos obviamente oferece a oportunidade de participar da gênese de sua obra, esse mergulho permite menos a reconstrução da filiação de seus conceitos ou de seus objetos do que a identificação das múltiplas operações de seleção, omissões e ajustes feitas por Bourdieu ao longo de sua carreira. Percebe-se, por exemplo, o lugar dado às dimensões rurais nessa pesquisa inicial – afinidade de *habitus*? – em detrimento dos estudos sobre o trabalho e o mundo urbano que, na época, parecem tê-lo mobilizado tanto, se não mais. A sociologia econômica também esteve muito presente durante esses primeiros trabalhos. E, ao contrário do objeto de trabalho, faria regularmente parte de suas reflexões posteriores, ampliando suas análises sobre a *racionalidade* econômica do *ethos* argelino. De fato, essa divisão em objetos é verdadeiramente anacrônica porque o projeto de Bourdieu promete ser muito mais amplo: ele pretende dar um relato sociológico de uma situação histórica, tanto da guerra da Argélia quanto das transformações duradouras da colonização e do capitalismo sobre os comportamentos e valores da população local. Se esse conflito era uma manifestação exacerbada da dominação brutal e simbólica exercida pelo colonialismo, seu projeto intelectual consistia, nas pegadas de Weber, em descrever e explicar de forma mais geral "o fenômeno da racionalização" que então tomava forma diante de seus olhos. O trabalho – em particular a relação com salários e produtividade – é, para ele, o exemplo mais óbvio dessa dinâmica histórica.

Estudando as transformações de uma sociedade

No final da década de 1950, a pedido da Associação de Pesquisa Demográfica, Econômica e Social (ARDES), organização financiada pelo Fundo de Desenvolvimento da Argélia (Yacine, 2008, p. 42), Bourdieu recebeu a tarefa de coordenar uma pesquisa sobre as condições de vida da população argelina. O projeto é ambicioso: à frente de uma equipe heterogênea de investigadores, composta por administradores do INSEE e estudantes franceses e argelinos, sua missão não é apenas produzir dados sobre a composição socioeconômica da Argélia, mas também fornecer elementos de respostas etnológicas para a Administração que deseja entender, mais de cem anos após o início da colonização, "os choques de civilização" produzidos por

sua presença. Nesse caso, se "a brevidade [...] à iniciação nas técnicas de investigação [...]" e "... as circunstâncias difíceis em que [os investigadores] tiveram que trabalhar..." (Bourdieu *et al*., 1964a, p. 260), particularmente devido ao conflito, impôs restrições significativas ao progresso de seu empreendimento, foram sobretudo as suspeitas de conexões ideológicas com o poder colonial que pareciam preocupar Bourdieu. O caminho era, de fato, estreito: em um contexto intelectual argelino dominado por interpretações primitivistas e racistas[4], e diante de críticas mais gerais à etnologia como ciência colonial, responder a uma demanda pública constituía um grande risco de amálgama do qual Bourdieu absolutamente desejava evitar. No entanto, recusou-se a fazer com que a etnologia se sentisse culpada, o que o levou a adotar princípios firmes, anunciando implicitamente algumas de suas posições epistemológicas posteriores: dissociando "problemas da ciência e preocupações da consciência" (Bourdieu *et al*., 1963, p. 259), ele afirmou, no entanto, que a etnologia na situação colonial não poderia prescindir de "[...] qualquer referência à situação existencial do colonizado determinada pela ação das forças econômicas e sociais características do sistema colonial" (Bourdieu *et al*., 1963, p. 258). Essa etnografia das condições de vida participa do oposto da "[...] real responsabilidade do etnólogo [...]", de modo que seu papel é "[...] esforçar-se para restituir aos outros homens o sentido de seu comportamento, do qual o sistema colonial, entre outras coisas, os despojou" (Bourdieu *et al*., 1963, p. 259). Em suma, o etnólogo em situação colonial é mais do que legítimo: ele é um dos poucos que podem dar conta dos fenômenos de dominação subjacentes à colonização e, assim, fazer justiça às vítimas dessa expropriação.

Essa ambição científica de inteligibilidade do fato colonial corresponde a uma definição extensível de etnologia: se o projeto intelectual de Bourdieu visa estudar as modalidades culturais de um determinado povo, ele refuta as interpretações folcloristas, reduzindo as práticas ao simbólico inscrito em temporalidades a-históricas, em favor de abordagens dinâmicas e construtivistas do fato cultural. Compreendeu desde o início que a violência que presenciou ia muito além da questão sincrônica da dominação política ou militar de um povo sobre outro: diante de configurações antropológicas em plena metamorfose sob o efeito da guerra, tomou consciência, ao contrário, da profundidade histórica do fato colonial e, ao mesmo tempo, de seus

4. Ver: Yacine (2008).

efeitos provavelmente irreversíveis[5]. Bourdieu pretende, assim, relatar as práticas culturais à luz do que elas são no contexto colonial francês, ou seja, os corolários do encontro imprevisto, violento e desigual de duas culturas distintas. Além disso, o colonialismo parece se referir aqui à dinâmica histórica da civilização no sentido entendido por Max Weber: a colonização coloca frente a frente uma potência ocidental imbuída de um espírito "racionalista" e povos indiferenciados obedecendo a outros regimes de valores e ações, principalmente reciprocidade, religião ou magia. Para Bourdieu, o desafio é entender como esse fenômeno de racionalização em ação se desdobra diante de seus olhos, é importado e se impõe entre essas populações, medindo tanto a violência desse enfrentamento quanto os graus de adaptação a esse movimento histórico a *priori* irreprimível.

"Na situação colonial", o trabalho aparecia então para Bourdieu como "o lugar por excelência do conflito entre os modelos tradicionais e os modelos importados e impostos pela colonização, ou, se preferir, entre os imperativos da racionalização e as tradições culturais" (Bourdieu *et al*., 1963, p. 266). Sua definição de trabalho não é, portanto, redutível ao mero desempenho de uma atividade remunerada: o trabalho aqui constitui o exemplo paradigmático de um "cosmos econômico" que, pelas necessidades econômicas que impõe a toda a população, a subordina ao mesmo tempo, "[...] às vezes da maneira mais brutal" (Bourdieu *et al*., 1963, p. 237), a um conjunto específico de comportamentos. Compreender a relação da sociedade argelina com o trabalho assalariado permite-nos vislumbrar a atitude perante um sistema econômico – o capitalismo – que, para além de lhe ser alheio, desestabiliza todo um conjunto de crenças e comportamentos coletivos. Se, como veremos mais adiante, Bourdieu insiste nas convulsões geradas no "cosmos" moldado em um universo pré-capitalista, em particular desnudando a dimensão econômica das relações simbólicas, ele primeiro tenta analisar, com base nessa pesquisa da ARDES, os contornos do sistema salarial argelino.

O trabalho assalariado como condição para a racionalização

Em 1964, Bourdieu publicou os resultados dessa pesquisa em um livro intitulado *Trabalho e Trabalhadores na Argélia*, em coautoria com Alain

5. Alguns encontros contribuem para essa consciência. Ver: Bourdieu (2008), em particular, sua correspondência muito instrutiva com André Nouschi.

Darbel, Jean-Paul Rivet e Claude Seibel. O livro pretende traçar um quadro completo e preciso do sistema salarial argelino: após uma primeira parte apresentando um conjunto de dados estatísticos sobre a composição socioeconômica dos trabalhadores do país, Bourdieu oferece na segunda parte uma análise antropológica do lugar do sistema salarial na sociedade argelina. No decurso de uma centena de páginas concentradas em dois capítulos, ele relata um mercado de trabalho altamente polarizado: uma massa considerável de trabalhadores não qualificados convive com uma pequena "elite", composta, por um lado, por trabalhadores estabilizados graças a qualificações raras ou elevadas e, por outro, por pequenos funcionários públicos que devem o seu lugar à fortuna de um bom "pistão". Entre "subproletários" subordinados à providência e trabalhadores permanentes assegurados de seus empregos, Bourdieu não se contenta em medir as lacunas que os separam, mas avalia seus efeitos em sua visão do mundo social. No contexto "idílico" dos Trinta Gloriosos, ele extraiu dele uma análise da precariedade tão fina quanto precoce, antecipando em vinte anos as consequências da futura "crise" que gradualmente despertaria a França de seu descuido.

Bourdieu parte de um simples fato que vai além da estrutura do trabalho: 87% dos trabalhadores argelinos não têm qualificações. Nesse contexto, na maioria das vezes "não é o trabalhador que escolhe seu trabalho, mas, por assim dizer, o trabalho que escolhe o trabalhador, o patrão ou o acaso" (Bourdieu *et al*., 1963, p. 270). A consciência aguda da sua desqualificação, bem como a da sua sobrelotação do mercado de trabalho, contribui para colocar toda sua "[...] existência profissional [...] sob o signo da arbitrariedade" (Bourdieu *et al*., 1963, p. 273), o que leva os trabalhadores argelinos a atribuir a obtenção de um emprego menos aos seus esforços do que ao efeito do "acaso" ou do "Mektoub" (Bourdieu *et al*., 1964a, p. 269). No entanto, é impossível deixar-se dominar pelo torpor: a emergência econômica cotidiana os obriga a se mobilizar em todas as direções e a encontrar permanentemente fontes de remuneração tão raras quanto frágeis. Nesse sentido, "os anos da adolescência são os mais difíceis da existência: é o tempo da instabilidade forçada e dos empregos improvisados [...]" (Bourdieu *et al*., 1963, p. 272), inclusive para aqueles que mais tarde terão um emprego permanente. Se alguns acabarem subornando capatazes em canteiros de obras, a única opção que resta para "[...] aqueles que não têm comércio, nem 'educação', nem dinheiro [...]" é "[...] o poder da 'proteção', do 'corte do ombro' (*el ktaf*) e do 'conhecimento' (*el maerifa*)" (Bourdieu *et al*., 1963, p.

274), a ponto de todos compartilharem "[...] a convicção não menos irracional de que relacionamentos, posição, 'desenvoltura' (*chtara*), *baksheesh* e 'café' (*el qahwa*) podem fazer tudo" (Bourdieu *et al*., 1963). Esse sentimento é então reforçado por um conjunto de práticas tradicionais de ajuda mútua e reciprocidade que incentivam a cooptação na contratação: "o nepotismo, aqui, é uma virtude" (Bourdieu *et al*., 1963), ainda mais para os cargos mais subalternos para os quais "a 'personalização' da relação se impõe como [...] a única proteção contra uma ordem racionalizada na qual são jogados sem armas ou bagagem" (Bourdieu *et al*., 1963, p. 275) e "princípio universal de explicação" (Bourdieu *et al*., 1963, p. 297). Portanto, nessas condições, "não são, estritamente falando, as empresas que recrutam; a contratação é, na verdade, o resultado de uma espécie de cooptação espontânea entre os trabalhadores" (Bourdieu *et al*., 1963, p. 171)[6].

Embora conseguir um emprego possa, a priori, representar uma satisfação em si mesmo em um mundo dominado pelo desemprego, pela carência e pela precariedade, o trabalho não contribui para a felicidade ou mesmo para o prazer: com 72% dos trabalhadores declarando que não gostam de seu trabalho, Bourdieu observa que "o apego à profissão é extremamente raro" (Bourdieu *et al*., 1963, p. 284). Designado para as tarefas mais difíceis, chatas e perigosas, e também submetido a "maus-tratos ou intimidação por parte de superiores" (Bourdieu *et al*., 1963) dentro de empresas às vezes localizadas longe de suas casas, os "subproletários" geralmente declaram que têm uma relação completamente desencantada com sua atividade, uma "*distância psicológica* no que diz respeito à profissão, à empresa e a tudo o que nela participa" (Bourdieu *et al*., 1963, p. 284). Suas relações de trabalho eram, portanto, muitas vezes inexistentes ou execráveis, levando Bourdieu a enfatizar "[...] uma recusa generalizada de aderir a um mundo globalmente odiado, [um] desejo de escapar dele e fazer uma ruptura o mais acentuada possível entre o ambiente de trabalho onde se sente inferior e estrangeiro, e a própria vida, a vida familiar que, como compensação, ocupa um lugar muito grande" (Bourdieu *et al*., 1963, p. 278, 279). Diante de uma atividade da qual nada se espera, a remuneração torna-se a única preocupação e, da mesma forma, a principal fonte de insatisfação. Em suma, diante da alternativa da miséria, do desemprego ou da pobreza no trabalho, "os mais

6. "Os melhores empregos são completamente monopolizados por algumas famílias. Ver o resto, bem como a página seguinte, sobre a distribuição dos empregos e dos mercados e, de um modo mais geral, sobre o funcionamento do mercado de trabalho, que é definhado pelos interesses pessoais de algumas famílias".

pobres muitas vezes têm que escolher entre a fome e o desprezo" (Bourdieu *et al*., 1963, p. 291), levando-os no final a uma "[...] resignação, como consequência do desânimo e da perda da autoestima, que são determinados pela constante instabilidade do emprego e pela habituação ao desemprego prolongado [...]" (Bourdieu *et al*., 1963, p. 354).

Se Bourdieu foi assim marcado pela extrema precariedade que assolou a maioria da população assalariada argelina, outros comportamentos em relação ao trabalho corroboram sua abordagem weberiana dos efeitos da presença colonial na Argélia. A relação com o trabalho é estudada aqui não apenas como transmissora e receptora das crenças e comportamentos econômicos do "cosmos" capitalista, mas também e sobretudo como condição *sine qua non* para sua apropriação indígena. Ele mostra que, ao lado do nível de qualificação, a internalização dos princípios racionalistas está diretamente envolvida nas formas de emprego assalariado. De fato, se ele inicialmente observa que o gosto pela profissão cresce à medida que a posição na empresa avança, é durante o segundo capítulo[7] que ele destaca a maneira como o trabalhador assalariado determina o que ele chama de "atitude em relação ao tempo". Com base em análises estatísticas por vezes complexas, destaca a correlação entre o grau de integração da força de trabalho no mercado de trabalho e a disponibilidade de previsibilidade e calculabilidade[8]. Para Bourdieu, quanto mais os trabalhadores estão sujeitos à pressão econômica, menos eles têm a distância necessária para entender suas necessidades e os meios para gerenciá-las. Assim, enquanto "o desemprego e o emprego intermitente [...] impedem a elaboração de um plano racional de vida, condições de adaptação à economia capitalista" (Bourdieu *et al*., 1963, *op. cit*., p. 356), Bourdieu observa, ao contrário, que "[...] os trabalhadores da indústria aprendem a racionalidade dia a dia e a cada momento" (Bourdieu *et al*., 1963, *op. cit*., p. 369, 370). Enquanto os mais precários sofrem com a falta de um "[...] conjunto de restrições que definam uma organização coerente do tempo e um sistema de expectativas concretas" (Bourdieu, 1977, p. 87), esses funcionários permanentes estão imbuídos de racionalidade, tanto na socialização quanto na organização do trabalho: "Porque sua vida profissional os coloca em contato com os europeus – como evidenciado pelo alto índice de bilinguismo que carac-

7. Estes trabalho e inquérito servirão de base aos principais artigos que constituirão tanto: Bourdieu (1977 e 2008) e certas reflexões de Bourdieu (1997 e 2000).

8. Bourdieu está interessado na maneira como os agentes encaram seu orçamento e o futuro de seus filhos à luz da hipótese de uma melhoria em suas condições de vida.

teriza a categoria, porque todo o seu local de trabalho e seu próprio trabalho estão sujeitos aos imperativos da racionalização", esses funcionários adquirem um ethos racionalista porque são "[...] forçados a realizar gestos racionalmente rítmicos e medidos – no trabalho da linha de montagem, por exemplo – dentro de um espaço racionalmente organizado, levaram a manipular ferramentas que, como uma ciência reificada, [...] que não se seria capaz de aplicar sem possuir pelo menos um conhecimento do primeiro tipo de princípios em que se baseiam [...]" (Bourdieu *et al., op. cit*., 1963, p. 369-370).

Portanto, um emprego estável e uma renda decente são condições suficientes para a incorporação das crenças e comportamentos do capitalismo importados pela colonização francesa? Se Bourdieu determinar um limite que "[...] coincide com uma transformação generalizada da atitude e do comportamento econômico, cuja raiz está no surgimento de uma nova atitude em relação ao futuro" (Bourdieu *et al., op. cit*., 1963, p. 365), a adoção de um ethos racional e os comportamentos que estão ligados a ele dependem, em última análise, de uma relação *positiva* com a segurança possibilitada por seu uso: pois se "[...] o grau de bilinguismo e o nível de escolaridade são os indicadores mais seguros e significativos" (Bourdieu *et al*., 1963, p. 366) de sua assimilação, a racionalidade pressupõe uma competência temporal adquirida apenas se o trabalho permitir uma "carreira": "um currículo organizado e institucionalizado", que "[...] fornece um novo tipo de segurança, pois permite a previsão e previsão de progresso, na forma de progresso" (Bourdieu *et al., op. cit*., 1963, p. 367). Mas aqui não há carreirismo: a "carreira", diz-nos Bourdieu, "é quando as possibilidades projetadas cobrem as potencialidades objetivas, que um projeto de vida pode ser elaborado, como uma expectativa racional e razoavelmente fundamentada de futuros sucessivamente acessíveis, por meio deste ou daquele esforço realizado e deste ou daquele obstáculo superado" (Bourdieu *et al*., 1963). Em suma, é quando garante "[...] progresso e não mais estabilidade" (Bourdieu *et al*., 1964a), que o emprego contribuiu mais para o processo de racionalização então em ação na Argélia na década de 1950.

Ao lado de uma analogia óbvia com certas análises formuladas trinta anos depois, por Robert Castel sobre as formas de individualismo (Castel, 1995), ou por Serge Paugam sobre as formas de integração salarial (Paugam, 2000), é fácil perceber como essa relação com o trabalho e o emprego moldou o jovem Bourdieu e lançou as bases do que viria a ser seus conceitos mais importantes. Além disso, vemos sua noção futura de "trajetória" apa-

recendo. Mas, ao colocar a questão das disposições econômicas no centro do problema do trabalho, Bourdieu está acima de tudo preparando um de seus principais conceitos, o de *habitus*. Pois o sociólogo não procura apenas mostrar as maneiras pelas quais o trabalhador assalariado participa da penetração cultural de uma sociedade sobre outra. Se ele pretende medir as convulsões implicadas pela relação salarial, ou seja, a imposição de uma quantificação do trabalho em tempo e dinheiro, mas sobretudo em esforço, ele deseja acima de tudo determinar as condições de adaptação de um cosmos "pré-capitalista" caracterizado pelo enraizamento da economia e, assim, definir as condições sócio-históricas para o surgimento do *habitus* econômico.

Do "trabalho" camponês à descoberta do desemprego

Ao propor analisar as transformações indígenas das normas e valores racionais importados pelo sistema capitalista dentro de uma economia de subsistência, Bourdieu escolhe um quadro teórico explícito, que pode ser explicado em parte pela influência de Raymond Aron[9], mas sobretudo pela extensão dessas metamorfoses, que afetam em particular as populações varridas pelo turbilhão desse processo civilizatório. Pois, se o emprego assalariado é a forma mais significativa dessa dinâmica, está longe de ser reduzido a ela. Os "subproletários" que Bourdieu encontra são acima de tudo camponeses que, antes de depender de empregos improvisados, cultivavam a terra. Consequentemente, se seu grau de integração na nova ordem econômica e social depende de seu nível de educação ou bilinguismo, sua disposição de acolher o espírito capitalista é uma questão de propriedades culturais que vão muito além dessa variável objetiva. Em um clima científico propício ao estudo de "modelos culturais"[10], Bourdieu era ainda mais sensível a essa dimensão porque ele próprio vinha de uma origem rural. Em várias ocasiões, ele teve a oportunidade de expressar a identificação que estava ocorrendo naquela época, particularmente durante suas investigações em sua terra natal, Béarn.

9. Na época, Bourdieu era, de fato, próximo a esse primeiro importador e tradutor de Max Weber. Veja: Aron (2007 [1935]).

10. Este foi o período da ascensão do estruturalismo, graças em particular ao sucesso da obra de Lévi-Strauss. Mas Bourdieu voltou-se mais para autores norte-americanos e estava particularmente interessado no trabalho de Ruth Benedict. Para mais informações, ver Yacine (2008).

Para entender os efeitos e os modos de assimilação das sociedades argelinas ao capitalismo contemporâneo, Bourdieu se esforça, portanto, para analisar os princípios "tradicionais" que constituem seu "cosmos" para entender melhor a transformação ou inércia de seu comportamento. Em seguida, descobrimos culturas que são distintas das normas ocidentais contemporâneas, pelo menos na aparência. Essas sociedades são pouco diferenciadas e são caracterizadas por uma organização social restritiva na qual as lógicas da honra, do trabalho e da reciprocidade predominam e se combinam: os imperativos rituais, o ciclo agrícola e as relações domésticas determinam o comportamento, principalmente as econômicas, indiscriminadamente. Nessas comunidades, Bourdieu relatou que "pessoas honradas não vendem leite [...] nem manteiga nem queijo, nem legumes ou frutas, mas 'compartilhamos com os vizinhos'" (Bourdieu, 2008, p. 239), que o moleiro oferece seu excedente de farinha ou que o charka, emprestando um boi em troca de uma quantidade de grãos, é "[...] cercado por todos os tipos de dissimulações e eufemizações destinadas a mascarar ou reprimir suas potencialidades mercantis" (Bourdieu, 2008). Como resultado, "as relações reduzidas à sua dimensão puramente 'econômica' são concebidas como relações de guerra, que só podem ser travadas entre estrangeiros" (Bourdieu, 2008) e que "aqueles que realmente toleram [...] estão condenados ao desprezo" (Bourdieu, 2008, p. 240). Esta lógica da honra não é simplesmente uma questão de respeitar uma certa propriedade comunitária: está na base de toda uma "economia de boa-fé" (Bourdieu, 1980a, p. 195) na qual o capital simbólico e o capital econômico estão fundamentalmente entrelaçados e heterônomos: "'o crédito da notoriedade' [...] constitui um todo indiviso que associa a quantidade e a qualidade dos bens à quantidade e à qualidade dos homens capazes de fazer uso deles. É o que é permitido adquirir, [...] o capital de força material e simbólica que pode ser efetivamente mobilizado para transações de mercado, para lutas de honra ou para trabalhar a terra" (Bourdieu, 1980a, p. 205). Ao destacar a força das normas sociais e religiosas sobre as trocas "econômicas", Bourdieu mostra que esses comportamentos revelam menos sua suposta "falta de racionalidade" do que a incapacidade do *Homo oeconomicus* de pensar sobre a função econômica do capital simbólico.

O "trabalho" agrícola ocupa um lugar central, quase paradigmático, nesses comportamentos econômicos tomados em sua totalidade antropológica. Mais uma vez, devemos nos precaver contra quaisquer posições etnocêntricas, em particular fazendo uso teleológico da noção de "trabalho": aqui ela ignora quase tudo das considerações produtivistas e salariais que caracterizam sua definição ocidental. Embora se trate de uma atividade essencialmente orientada para

uma economia de subsistência, o trabalho no campo é, no entanto, o coração de um sistema cultural simultaneamente ecológico e social. "O camponês não trabalha estritamente falando, ele luta" (Bourdieu, 1977, p. 36). Mais esforço do que sofrimento, essa ação faz sentido em uma relação singular de "[...] face a face" com a terra, "na disposição de uma familiaridade confiante que convém a um pai respeitado" (Bourdieu, 1980a, p. 198), mesmo que às vezes também desperte medo (Bourdieu, 1977, p. 37). O trabalho camponês é então apresentado como "uma troca de presentes" com a terra, que "[...] concede seus benefícios apenas àqueles que lhe dão seu trabalho como tributo" (Bourdieu, 1977). "'Dê à terra (seu suor), ela lhe dará', diz o provérbio" (Bourdieu, 1977). Nessas condições, a atividade agrícola não se limita ao desempenho de um conjunto de tarefas específicas, mas abrange quase todas as dimensões sociais: se "[...] o campo, os animais, as ferramentas, os produtos da terra e todas as preocupações que lhes estão relacionadas são introduzidos no coração da casa e da existência familiar" (Bourdieu e Sayad, 1964, p. 113-114), as próprias atividades agrícolas são pontuadas por um conjunto de códigos mais ou menos místicos que supostamente respeitam os termos de troca com a terra. Portanto, na medida em que "a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo ou entre trabalho lucrativo e não lucrativo permanece ignorada[...]" (Bourdieu, 1980a, p. 199-200), o trabalho aqui é mais uma ocupação social do que uma atividade econômica que, considerada nesses termos,

> [...] despojaria de sua razão de ser as inúmeras pequenas obras destinadas a ajudar a natureza no trabalho, atos que são inseparavelmente técnicos e rituais, cuja eficiência técnica ou retorno econômico ninguém sonharia em avaliar, e que são como arte pelo camponês, cercando campos, podando árvores, protegendo os brotos dos animais ou "visitando" (*asafqadh*) e vigiando os campos, sem falar nas práticas comumente classificadas na ordem dos ritos, como os atos de expulsão do mal (*as'ifedh*) ou os atos de inauguração da primavera, ou todos os atos sociais que a aplicação de categorias estrangeiras levaria a considerar improdutivos, como aqueles que são de responsabilidade do chefe da família como representante e líder do grupo, a programação do trabalho, a conversa na assembleia dos homens, as discussões do mercado, as leituras na mesquita (Bourdieu, 1980a).

O trabalho é, portanto, antes de tudo, uma atividade social constitutiva da pertença à comunidade que, se é a fonte das construções das identidades individuais, particularmente das identidades masculinas, envolve o indivíduo no grupo e vice-versa. Assim, nas sociedades cabilas, "o homem que se preze deve estar sempre ocupado com alguma coisa: se não conseguir encontrar nada para fazer, deixe-o pelo menos cortar a colher" (Bourdieu, 1980a, p. 198). Assim como:

> Por mais improdutivo que seja, o grupo deve garantir que todos tenham uma ocupação, mesmo que puramente simbólica: o camponês que oferece aos ociosos a oportunidade de trabalhar em sua terra recebe a aprovação de todos porque oferece a esses indivíduos marginais a possibilidade de se integrarem ao grupo cumprindo sua tarefa como homens (Bourdieu, 1980a, p. 199).

Nessas sociedades "onde a escassez de tempo é tão pequena e tão grande a escassez de bens, que perder tempo [é] a única coisa que está em abundância" (Bourdieu, 1980a, p. 200), pode-se facilmente imaginar a explosão cultural e a incompreensão mútua que a importação e imposição de novas formas de subsistência baseadas em noções de poupança, renda ou produtividade podem ter causado. A colonização e depois a guerra não apenas privaram os camponeses argelinos de suas terras, especialmente durante as campanhas de reagrupamento, mas também desconstruíram sistemas culturais baseados em relações de reciprocidade e desinteresse. Entre os grupos onde "a aprendizagem cultural e a pressão coletiva tendem a desencorajar tudo o que é incentivado em nossas sociedades, o espírito empreendedor, o desejo de inovar, a preocupação com a produtividade ou com o desempenho" (Bourdieu, 1980a, 2008, p. 91-92), a difusão do trabalho assalariado degradou consideravelmente, antes de mais nada, o vínculo comunitário: ao introduzir a individualização e a quantificação da remuneração, principalmente por meio da imigração, o trabalho assalariado expôs os mecanismos sociais destinados a ocultar as dimensões materialistas das trocas entre os membros do grupo. Bourdieu relata assim o exemplo deste pedreiro cabila, que retomará regularmente, que teve a "audácia" de reivindicar em dinheiro o preço da refeição comunitária tradicionalmente oferecida em sua homenagem no final de uma obra. Ao agir dessa forma, esse pedreiro despertou indignação porque estava traindo, segundo Bourdieu,

"[...] o melhor e o pior dos segredos, já que todos têm a custódia deles, e que viola a lei do silêncio garantindo que a economia da 'boa-fé' seja cúmplice da má-fé coletiva" (Bourdieu, 1980a, p. 195).

Mas o estatuto assalariado da sociedade argelina minou sobretudo a visão do "trabalho" camponês, sem necessariamente pôr em causa os seus fundamentos; ao oferecer condições de trabalho e remuneração relativamente decentes, o trabalho assalariado provoca de facto um tremendo desencanto com as atividades agrícolas:

> a experiência direta ou mediata do trabalho assalariado [...] atingiu a raiz da atividade tradicional, expondo a desproporção entre o produto do esforço e o tempo gasto. O aparecimento de um número relativamente grande de empregos assalariados, criados mais ou menos artificialmente pelo exército (*harkis*, empregados comunitários, trabalhadores em canteiros de obras públicas etc.) só poderia acentuar a consciência da baixa lucratividade do trabalho agrícola (Bourdieu e Sayad, 1964, p. 81).

Numa sociedade sujeita a um crescente "contágio de necessidades" (consumo, emprego assalariado, instalações médicas, escolas), as dimensões místicas ou as justificações comunitárias já não conseguem compensar esforços que, por isso, parecem insustentáveis, dando lugar a um novo habitus econômico: como o testemunho desta cozinheira relatado por Bourdieu, se os salários são a principal preocupação dos trabalhadores, "o que importa no trabalho é se é cansativo ou não" (Bourdieu, 2008, p. 255).

Protegido da arbitrariedade do mercado de trabalho, o funcionário público aparece aqui como um horizonte insuperável (Bourdieu, 2008, p. 256).

A partir de então, quase todos queriam ter um emprego assalariado, menos por renda, "cuja estimativa monetária do produto do trabalho [constitui] uma operação muito mais complexa" (Bourdieu e Sayad, 1964, p. 81), do que para preservar a honra. Diante de uma cultura que agora se expressa essencialmente de forma negativa, a salvação da *fellah* passa – ironicamente – pela "valorização extrema de empregos não agrícolas" (Bourdieu e Sayad, 1964, p. 72-73). Porque se a natureza da atividade está sujeita ao descrédito, a injunção de ocupação que a fundamenta perdura. De modo que "a descoberta do trabalho" está menos na esperança de melhorar a própria sorte do

que na consciência da própria miséria ancestral, mas também e sobretudo de suas formas atuais: o desemprego. Para esses camponeses "descamponeses", tudo agora é bom para evitar perder a face: enquanto alguns, "para se libertarem do desconforto causado pela sensação de estarem desocupados e, portanto, desprovidos de uma razão de ser social, [...] declararam-se, com muito pouca razão, 'reformados' ou 'pensionistas' [ou...] trabalhadores por um período tão pouco como tinham trabalhado fora da agricultura, por exemplo, dois meses durante a colheita da cortiça, ou alguns dias para trabalhos de alvenaria encomendados pela S.A.S" (Bourdieu e Sayad, 1964, p. 73), a maioria deles se dedica a "fazer e agir como se", ou seja, a atividades, como a venda ambulante, cujo objetivo é menos obter remuneração do que manter uma certa dignidade:

> trabalhar, mesmo de graça, mesmo por uma renda ínfima, é, diante de si mesmo e aos olhos do grupo, fazer tudo o que estiver ao seu alcance para ganhar a vida trabalhando, para se afastar de sua condição de desemprego. O fato de tentar trabalhar (em vez de trabalhar propriamente dito) é suficiente para garantir a justificativa aos olhos daqueles que estão sob seus cuidados e também daqueles a quem se recorre para sobreviver (Bourdieu *et al.*, 1964, p. 301).

A intensificação do conflito no final da década de 1950 piorou consideravelmente as condições de vida dos camponeses, particularmente após as políticas de deslocamento e reagrupamento que Bourdieu, acompanhado por Sayad, havia estudado particularmente bem. Ao mesmo tempo em que tornavam suas condições de vida consideravelmente mais precárias, os campos participaram ainda mais do processo de "descampesinização" causado pelo trabalho assalariado, pela emigração e pela escolarização: a remoção forçada de suas terras enfraqueceu ainda mais o modelo cultural anterior que, consequentemente, era constantemente contestado:

> A exigência de uma renda decente e a aspiração a uma profissão real, uma vez rejeitada como ambições excessivas, incompatíveis com a dignidade do camponês autêntico, podem ser proclamadas em plena luz do dia, porque a sociedade camponesa não está mais suficientemente segura de seus valores e normas fundamentais para conter ou condenar os desvios (Bourdieu, 2008, p. 162).

Neste contexto de colapso geral das referências tradicionais e do trabalho agrícola a elas associado, alguns camponeses se apegam às suas atividades, que é o que os distingue dos desempregados (Bourdieu e Sayad, 1964, p. 68). Mas agora reduzido exclusivamente a funções de subsistência, em uma sociedade dominada por outros valores e crenças, o trabalho não é mais capaz de participar dos modos anteriores de controle e regulação, dando lugar a "um tradicionalismo de desespero, [...] específico para os subproletários acorrentados a um passado que eles sabem que está morto e enterrado" (Bourdieu e Sayad, 1964, p. 20). Poucos foram capazes de aguentar, a maioria deles sendo empurrados para o "exílio forçado [que] na maioria das vezes é apenas o fim inevitável de uma série de renúncias e derrotas [...]" (Bourdieu e Sayad, 1964). Nessas condições, a decomposição do modelo cultural é quase completa; pois sem a terra, o "cosmos" que se solidariza com ela não tem mais razão de existir: "O camponês vive apenas enraizado em sua terra, a terra onde nasceu, onde seus hábitos e memórias o prendem. Desenraizado, há uma boa chance de que ele morra como camponês, que a paixão que faz o camponês morra nele" (Bourdieu e Sayad, 1964, p. 115).

Conclusão: as condições históricas do habitus econômico

Depois de quatro anos passados na Argélia, Bourdieu finalmente nos oferece menos uma sociologia do trabalho em sentido estrito do que uma antropologia histórica do sistema salarial. O confronto que analisa do "cosmos" argelino e francês, em particular sobre a noção de "trabalho", evidencia a existência de disposições próprias do sistema capitalista e, portanto, a natureza profundamente histórica de seus valores e crenças: a reconstrução fiel – graças a tabelas estatísticas – e meticulosa – por meio de suas entrevistas e observações – da conduta dos trabalhadores argelinos mostra claramente que "as provisões de cálculo no domínio do trabalho, da poupança, da habitação, da fecundidade ou da educação estão ligadas, através da mediação das disposições relativas ao futuro, às condições econômicas e sociais" (Bourdieu, 2008, p. 249). Ele acrescenta: "Abaixo de um certo limiar, definido (ou, melhor, identificado) por um certo nível econômico e cultural, as disposições racionais não podem ser constituídas e a incoerência é o princípio da organização, fundamentalmente desorganizada, mesmo na relação com o tempo e o espaço, da existência dos subproletários" (Bourdieu, 2008). Longe de uma ciência econômica que "trata como um dado natural,

um dom universal da natureza, a disposição prospectiva e calculista em relação ao mundo e ao tempo [... e] ao fazê-lo, [...] condena tacitamente no plano moral aqueles a quem a ordem econômica [...] já condenou de fato" (Bourdieu, 2008, p. 250), a obra de Bourdieu indica, ao contrário, que a "racionalidade econômica" se baseia em princípios culturais situados, produtos de uma história específica. Em outras palavras, é *habitus*. O sistema salarial aparece então como efeito e condição desse *habitus* econômico: se, parafraseando Marx, "no lugar da exploração mascarada por ilusões religiosas e políticas, [a colonização] colocou uma exploração aberta, desavergonhada, direta, brutal", jogando os argelinos "nas águas geladas do cálculo egoísta", Bourdieu mostra que seus princípios racionalistas também favoreceram a aquisição de certas ferramentas de emancipação. Ao lado da emigração e da escolaridade, o trabalho assalariado aparece, nesse sentido, como o meio de melhorar as condições de vida – o famoso limiar que acabamos de mencionar – e, portanto, de possíveis transformações de seu *habitus*. De modo que, se podemos nos perguntar sobre a influência e a possível transferência que Bourdieu realizaria posteriormente entre os subproletários argelinos e a classe trabalhadora francesa e, mais geralmente, do trabalho, essas pesquisas também constituem o quadro de uma indagação pouco conhecida do sociólogo sobre as condições de emancipação do indivíduo que culminará nas *Meditações Pascalianas*. Essas primeiras pesquisas sobre o sistema salarial argelino lançam as bases de seus principais conceitos, em particular o de reprodução social, *habitus* e campo. Isso condicionou consideravelmente Bourdieu em suas análises sobre a França, de modo que, por trás desses grandes paradigmas, o trabalho está sempre lá.

Referências

ARON, R. *La sociologie allemande contemporaine*. Paris: PUF, 2007 [1935].

BOURDIEU, P.; DARBEL, A.; RIVET, J-P.; SEIBEL, C. *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris: Mouton, 1964a.

BOURDIEU, P; SAYAD, A. *Le déracinement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964b.

BOURDIEU, P. *Algérie 60*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1977.

BOURDIEU, P. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980a.

BOURDIEU, P. *Questions de sociologie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980b.

BOURDIEU, P. *Méditations pascaliennes*. Paris: Éditions du Seuil, coll. "Liber", 1997.

BOURDIEU, P. *Les structures sociales de l'Economie*. Paris: Éditions du Seuil, coll. "Liber", 2000.

BOURDIEU, P. *Interventions politiques 1961-2001*. Marseille: Agone, 2002.

BOURDIEU, P. (Coord. T. Yacine). *Esquisses Algériennes*. Paris: Éditions du Seuil, 2008.

CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale, une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995.

COLLARD, V. *Pierre Bourdieu, Genèse d'un sociologue*. Paris: CNRS, 2024.

PAUGAM, S. *Le salarié de la précarité. Les nouvelles formes de l'intégration professionnelle*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

PÉREZ, A. *Combattre en sociologues, Pierre Bourdieu et Abdelmalek Sayad dans une guerre de libération* (Algérie, 1958-1964). Marseille: Agone, 2022.

YACINE, T. Aux origines d'une ethnosociologie singulière. *In*: P. Bourdieu(Coord. T. Yacine). *Esquisses Algériennes.* Paris: Éditions du Seuil, 2008, p. 23-53.

Trajetórias sociais, trajetórias ocupacionais: a análise das representações sociais para a compreensão dos sentidos atribuídos ao trabalho

Maurício Rombaldi

Introdução

Os estudos sobre as trajetórias de trabalhadores têm desempenhado um papel central na análise das dinâmicas de mobilidade social e ocupacional, oferecendo contribuições relevantes para a compreensão de diversos processos sociais. Entre esses, destacam-se a saída de trabalhadores de seus setores de origem em contextos de transformações estruturais do mercado de trabalho; o ingresso de jovens no mundo do trabalho; a reconfiguração de carreiras em resposta a processos de reestruturação produtiva ou em setores caracterizados por elevada intensidade tecnológica; os limites e possibilidades da mobilidade profissional; as trajetórias laborais atravessadas por eventos do ciclo de vida tais como escolarização, maternidade e conjugalidade; e, por fim, a reflexão sobre a capacidade de contextos de crescimento econômico mitigarem desigualdades. Tais processos são frequentemente atravessados por percursos ocupacionais marcados por transições abruptas, condicionantes sociais de classe e desigualdades de raça, gênero e de ordem geracional. De um modo geral, as pesquisas sobre essas temáticas têm evidenciado como desigualdades sociais condicionam percursos ao impactarem profundamente as possibilidades de inserção ocupacional e, em especial, o acesso a empregos em segmentos protegidos do mercado e a progressão de carreiras. Contudo, ainda que se reconheça a relevância dessas contribuições para a análise das dinâmicas das trajetórias ocupacionais, observa-se a persistência de lacunas quanto à compreensão das representações sociais, em especial, dos processos de constituição de formas socialmente produzidas de percepção, avaliação e engajamento que

implicam distintas (pré)disposições de trabalhadores frente às oportunidades laborais, assim como efeitos na reprodução das desigualdades sociais.

Diante disso, algumas questões permanecem abertas e orientam este capítulo: afinal, como compreender a atribuição de sentidos variados ao trabalho por parte de indivíduos inseridos em contextos e condições sociais semelhantes? Em que medida é possível apreender o fato de que, mesmo sob condições estruturais semelhantes, indivíduos constroem trajetórias ocupacionais por vezes significantemente distintas? É na tentativa de responder a essas questões que este capítulo propõe que o exame de trajetórias sociais por meio da análise das disposições sociais apresenta-se como aporte relevante para o aprofundamento das investigações sobre as desigualdades e seus efeitos. Em especial, defende-se a potencialidade dessa abordagem por permitir evidenciar como as perspectivas individuais são moldadas por experiências sociais incorporadas ao longo do tempo, e como essas influenciam tanto a relação de trabalhadores com as políticas públicas voltadas à regulação do trabalho quanto o engajamento político diante de questões que atravessam o mundo laboral. Sobretudo, destaca-se como essa perspectiva contribui para complexificar a compreensão dos processos de mobilidade social, ao articular dimensões subjetivas e objetivas que atravessam os percursos sociais em contextos historicamente marcados por desigualdades estruturais.

Este capítulo não se propõe a realizar uma revisão exaustiva da literatura sobre estudos de trajetórias sociais, mas a mobilizar contribuições que permitem oferecer um panorama do desenvolvimento dessa área. Observa-se, em especial, que a atenção dedicada à análise dos processos de constituição da subjetividade de trabalhadores, que orienta seus percursos ocupacionais, revela um esforço analítico ainda insuficientemente explorado no campo da sociologia do trabalho. Com base nisso, este trabalho busca analisar como temas relevantes à análise de trajetórias ocupacionais têm sido abordados, em especial aqueles que consideram variáveis interseccionais de classe, gênero, raça e geração, bem como os processos de transição ocupacional entre diferentes posições no mercado de trabalho.

Para tanto, foram considerados estudos que, embora elaborados a partir de recortes empíricos e contextos históricos distintos, justificam-se pela diversidade e complexidade das abordagens analíticas adotadas ou por integrarem publicações científicas reconhecidas no campo dos estudos do trabalho. Entre eles destacam-se textos produzidos no âmbito da Comissão

Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em parceria com a *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO), e da Associação Latino-Americana de Sociologia do Trabalho (ALAST), ancorada na comunidade científica latino-americana e voltada à dinâmica do trabalho na região. A escolha desses estudos justifica-se pela relevância dessas organizações na formulação de diagnósticos e interpretações fundamentados nas realidades locais. Além disso, foram examinados artigos que abordam as trajetórias sociais a partir de diferentes temáticas, como gênero, gerações, transições de carreira e reflexões sobre a própria abordagem teórico-metodológica das trajetórias. Neles, identificam-se distintas formas de incorporação de elementos subjetivos que orientam a ação, seja por meio da constituição de disposições prévias, seja como resultado de processos de subjetivação desenvolvidos ao longo das trajetórias ocupacionais. A centralidade conferida a essa dimensão varia: em alguns casos, a identificação da importância de apreensão das representações sociais ganha destaque; em outros, permanece relativamente marginalizada, em função da ênfase atribuída às condicionantes estruturais do mercado de trabalho. Mesmo quando a subjetividade é tematizada, observa-se, com frequência, que os estudos seriam potencializados caso houvesse um maior esforço analítico dedicado à constituição das disposições sociais a partir da adoção de abordagens teórico-metodológicas sistemáticas, voltadas à apreensão dos processos de socialização como objeto empírico. Em decorrência disso, as dimensões simbólicas da ação social tendem a permanecer subexploradas.

Por que o estudo de trajetórias sociais é sociologicamente relevante?

O estudo de trajetórias sociais se destaca por permitir compreender os percursos individuais como construções que se desenvolvem atravessados pelas experiências particulares de condicionantes estruturais e contextos históricos que oferecem leques de oportunidades mais ou menos restritos. Segundo Roberti (2017), a trajetória deve ser analisada não como uma simples sucessão linear de eventos, mas como uma articulação entre dimensões objetiva, subjetiva – em que se consideram os significados atribuídos pelos indivíduos –, temporal e, também, espacial. Com relação a este último ponto, a autora critica a tendência dos estudos sobre trajetórias sociais de privilegiarem aspectos temporais e estruturais, negligenciando a dimensão espacial. Para a autora, viver em territórios marcados por desigualdades afeta diretamente os percursos de vida. Com isso, trata-se de reconhecer

que o lugar onde os sujeitos crescem, estudam e trabalham influencia não apenas as oportunidades, mas a forma como interpretam suas experiências sociais e orientam suas estratégias de ação (Roberti, 2017, p. 41).

De fato, uma abordagem que articule tais dimensões permite compreender a complexidade da ação social ao conceber que os sujeitos não apenas ocupam posições no espaço social, mas que constroem percursos muitas vezes marcados por eventos que tensionam sequências esperadas ou planejadas implicando decisões que são tomadas com base em significados atribuídos a essas experiências. No campo das trajetórias ocupacionais, essa perspectiva mostra-se especialmente fecunda, pois permite interpretar de que maneira os indivíduos acessam e se posicionam no mercado de trabalho, bem como o grau de disposição à adaptabilidade nesse contexto, considerando suas histórias particulares, marcadas por experiências prévias submetidas a condicionantes sociais diversos, com destaque para as desigualdades de gênero, classe, raça e geração.

A análise de trajetórias sociais pode ser concebida como uma ferramenta teórico-metodológica privilegiada para a compreensão das dinâmicas sociais. Embora ela exija a coleta de dados em profundidade sobre experiências singulares, seu foco não se limita à individualidade dos sujeitos, mas busca dar conta de como cada biografia se entrelaça com estruturas sociais mais amplas, relacionando acontecimentos pessoais – e os sentidos a eles atribuídos – a processos históricos. As trajetórias, nesse sentido, podem não apenas compor o objeto de um procedimento metodológico de investigação, mas também constituir um objeto de pesquisa em si, na medida em que permitem observar as contradições sociais expressas tanto em percursos *modais* – ou seja, socialmente prováveis – quanto em trajetórias particulares e inesperadas. Em uma perspectiva bourdieusiana, pensar em termos de trajetória implica destacar a historicidade da relação entre condicionamentos sociais – expressos pelas desigualdades materiais e simbólicas inerentes às estruturas – e a experiência social vivida, de modo a compreender não apenas as probabilidades dos percursos sociais, mas também as possibilidades para desvios diante dos caminhos mais previsíveis. É nesse ponto que a análise de trajetórias se revela fundamental: ao evidenciar os ajustes e os desajustes possíveis na articulação entre experiências incorporadas e condições sociais impostas, ela permite compreender não apenas a reprodução das práticas, mas a sua renovação.

Ao criticar a tendência de reconstruir a vida dos indivíduos como uma narrativa linear, coerente e teleológica, que ignoraria a experiência social e os condicionamentos, Pierre Bourdieu (1997, p. 75-79) contribui para fundamentar a abordagem sensível à complexidade dos percursos sociais. Sua reflexão também promove uma compreensão mais aprofundada sobre a conformação de estruturas sociais da subjetividade, permitindo tratar as trajetórias de forma não reducionista, atenta às rupturas, bifurcações e condicionantes que marcam os itinerários individuais e coletivos. Em especial, observa-se que essa perspectiva permite interpretar os percursos ocupacionais em suas diferentes configurações, sobretudo quando se leva em conta a multiplicidade de desigualdades materiais e simbólicas que os atravessam e seus efeitos na constituição de (pré)disposições sociais para o trabalho. Nesse sentido, parte-se da articulação de condições objetivas e subjetivas à dinâmica da experiência social na abordagem bourdieusiana, potencializando a observação das possibilidades e das restrições à mobilidade social por meio do trabalho. Esse referencial viabiliza a análise das distintas condições sociais de acesso a posições e espaços sociais, lançando luz sobre fatores que influenciam o "êxito" ou o "fracasso" nos percursos de indivíduos e grupos, assim como dos processos de adaptação ou inadaptação diante de contextos econômicos e produtivos em transformação e das distintas formas de engajamento político relacionadas às questões do mundo do trabalho.

No campo da análise das trajetórias ocupacionais, os estudos variam quanto à forma de incorporar as representações sociais em seus quadros analíticos, embora comumente se assemelhem na ausência de esforços metodológicos voltados à análise empírica dos processos de conformação das estruturas sociais da subjetividade. De um lado, estão aqueles que, ao desconsiderarem teoricamente a conformação de predisposições sociais que orientam os julgamentos, escolhas e ações de trabalhadores, apresentam limitada capacidade explicativa. Isso ocorre porque não concebem a articulação entre uma análise sincrônica, que examina o volume e a composição dos capitais materiais e simbólicos possuídos pelos indivíduos em determinada estrutura social, e uma análise diacrônica, que considera a posição ocupada ao longo da trajetória social dos agentes, tanto em sua dimensão individual quanto coletiva, e permite avaliar se determinada posição representa um movimento de ascensão ou descenso, uma promoção ou uma regressão social, o que orienta os sentidos atribuídos às práticas em razão disso. Tais estudos – de ênfase economicista e vinculados à análise descritiva das es-

truturas do mercado de trabalho e das desigualdades a elas associadas –, ao ignorarem as representações sociais e as abordagens teórico-metodológicas correspondentes, deixam de considerar causas e efeitos relacionados às capacidades de julgamento e decisão. Apesar de essa perspectiva contribuir significativamente do ponto de vista da identificação das desigualdades estruturais no mercado de trabalho e suas tendências, é limitada quanto ao entendimento da complexidade da dinâmica das relações de trabalho expressa na não homogeneidade das trajetórias de trabalhadores considerando-se diferentes contextos.

Por outro lado, destaca-se a contribuição de estudos que reconhecem o papel das representações sociais nas trajetórias ocupacionais e oferecem aportes para a compreensão das posições ocupadas ao longo dos percursos individuais. Este capítulo se dedicará à análise de trabalhos que se inserem nesse enquadramento, ainda que apresentem variações quanto à forma como abordam efetivamente as representações sociais. Apesar desse reconhecimento, é comum que apresentem limitações, entre as quais se destaca a ausência de foco na investigação empírica voltada à conformação das disposições sociais, o que se expressa na ausência de uma orientação teórica e/ou metodológica específica direcionada a esse propósito. Embora tragam significativas contribuições à identificação de barreiras sociais à mobilidade – as quais podem estar associadas a variáveis interseccionais ou à experiência vivida na transição entre escola e trabalho –, defende-se que esses estudos poderiam ampliar o seu alcance ao abordarem a compreensão dos processos sociais que orientam as escolhas individuais. A seguir, analisamos casos exemplares desse quadro.

Contribuições aos estudos do mundo do trabalho por meio da análise de trajetórias

Como ilustração das contribuições mencionadas, destacam-se estudos que, embora ancorados em diagnósticos estruturais, incorporam elementos das trajetórias individuais para interpretar as desigualdades no mundo do trabalho ou abrem possibilidades para tal empreendimento analítico. A esse respeito, o livro de Charlin de Groote e Weller (2006) coeditado pela CEPAL e pela FLACSO, realiza uma análise das *desigualdades estruturais que afetam os jovens latino-americanos no processo de inserção no mercado de trabalho* entre a década de 1990 e 2000. Predominantemente estabelecida por meio da análise de dados estatísticos, obtidos por meio de variáveis sexo,

idade, escolaridade, setor de atividade, informalidade e taxas de desemprego, o estudo considera as trajetórias como construções condicionadas por estruturas econômicas e institucionais, em que se identificam padrões de exclusão e precarização entre os jovens ao longo do ciclo de vida laboral. Entre as principais contribuições do estudo, observa-se o diagnóstico, por meio de base empírica substantiva, das desigualdades interseccionais que moldam as trajetórias ocupacionais dos jovens. Entre elas, demonstra-se como o fracasso escolar precoce ou a entrada precoce no mercado informal criam efeitos duradouros, expressos na menor chance de acessar empregos formais e melhores salários, bem como à maior sujeição desses trabalhadores ao desemprego e à rotatividade.

Assim, o estudo contribui para a visibilidade das barreiras estruturais, ainda que não direcione ferramentas conceituais e metodológicas aos processos sociais e simbólicos que configuram as trajetórias no nível da experiência vivida, e à análise de como as desigualdades são incorporadas, reinterpretadas e enfrentadas pelos jovens ao longo de sua trajetória. Assim, permanece aberta a questão de como se constitui a pluralidade das trajetórias no interior de grupos que compartilham condições sociais e estão frequentemente mais expostos à exclusão – como mulheres e negros –, mas cujas experiências, influenciadas por contextos específicos, também podem ser heterogêneas e implicar a adoção de estratégias, a produção de sentidos e construções subjetivas que escapam às generalizações produzidas pelas análises estatísticas.

Nesse mesmo campo de investigação sobre trajetórias laborais condicionadas por fatores estruturais, Cardoso (1998) realiza um estudo em que identifica *padrões de permanência, exclusão e transição no mercado de trabalho formal*, a partir da análise das trajetórias ocupacionais de empregados no setor de materiais de transportes no estado de São Paulo entre 1989 e 1995. Utilizando dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), o autor examina o destino de trabalhadores desligados da indústria automobilística em um contexto de reestruturação produtiva, caracterizado por profundas transformações tecnológicas e organizacionais. Em especial, Cardoso propõe a existência de padrões de mobilidade laboral expressos nas formas de inserção e exclusão, associadas a variáveis demográficas, ocupacionais, organizacionais e regionais. O argumento demonstra que, no caso brasileiro, a reestruturação do setor automobilístico resultou na exclusão duradoura de contingentes de trabalhadores do mercado formal, em que grande parte dos demitidos não consegue retornar a empregos com carteira assinada,

sobretudo os mais velhos, experientes e com longas trajetórias no setor. Nesses casos, a estabilidade anterior, longe de representar um capital valorizado, transforma-se em obstáculo à reinserção profissional.

Entre as principais conclusões, o autor destaca que o setor de materiais de transportes demite trabalhadores que, em sua maioria, não encontram reais possibilidades de reintegração, vivenciando uma exclusão prolongada do mercado formal e um processo crescente de precarização. Embora as representações sociais não constituam o foco teórico da análise nem orientem diretamente a metodologia, Cardoso (1998, p. 7) reconhece a relevância da teoria bourdieusiana ao afirmar que as trajetórias sociais não são aleatórias, mas orientadas por estruturas objetivas que atuam como condicionantes. Nesse sentido, observa-se que a análise realiza um tratamento empírico indireto das disposições sociais, ao evidenciar que a perda do emprego e a exclusão do mercado de trabalho formal expressam desigualdades sociais historicamente enraizadas, refletindo a reprodução de destinos sociais desiguais.

Em análise das *trajetórias ocupacionais de trabalhadores como produto de um processo que articula educação formal, experiência laboral e práticas de socialização profissional*, Bueno (2001) analisa o setor petroquímico, notadamente caracterizado pela elevada intensidade tecnológica e exigências específicas de qualificação. No estudo, o autor adota entrevistas junto a trabalhadores de uma refinaria, com o propósito de reconstruir suas trajetórias educacionais e profissionais, evidenciando os mecanismos por meio dos quais adquiriram, desenvolveram e mobilizaram suas qualificações ao longo do tempo. Entre as principais contribuições da análise estão a compreensão dessas trajetórias como processos não lineares, resultantes de oportunidades institucionais, como programas de formação promovidos pelas empresas, investimentos individuais em educação formal, e experiências acumuladas no exercício das atividades laborais.

A análise contribui ao indicar que a qualificação deve ser concebida como uma construção multidimensional, influenciada por fatores estruturais e subjetivos, em que o êxito das trajetórias profissionais se mostra condicionado tanto por fatores estruturais e institucionais, quanto pelo engajamento de trabalhadores em suas práticas cotidianas e o aprendizado prático. Também nesse caso, o estudo oferece subsídios para a compreensão da complexidade da mobilidade ocupacional no que tange à qualificação, mas as representações sociais, consideradas por meio das percepções de traba-

lhadores sobre o seu trabalho e as distintas dimensões da sua formação, são tratadas de forma implícita, não constituindo objeto de problematização teórica. Da mesma forma, tampouco se analisa como as predisposições sociais se constituem ao longo das trajetórias como um todo, ou seja, considerando-se os momentos anteriores à vida profissional. Isso se evidencia pelo recorte analítico centrado na fase adulta de trabalhadores, quando já estão inseridos no mundo do trabalho, em detrimento de uma abordagem que considere a gênese social e histórica de seus modos de pensar e agir.

Considerando relações sociais pretéritas ou externas ao mundo do trabalho, Guzmán, Mauro e Araujo (2000), constroem uma análise das trajetórias de trabalhadoras chilenas com base em uma abordagem multicausal para tratar da complexidade dos percursos ocupacionais e, em especial, dos *desafios para o ingresso no mercado de trabalho*. As autoras investigam trajetórias laborais de três diferentes gerações de mulheres entre os anos 1960 e 1990, com base em uma amostra estratificada e entrevistas em profundidade. Observando como fatores sociais, culturais e familiares moldam os percursos dessas mulheres, o principal argumento é que as trajetórias ocupacionais não são lineares nem homogêneas, mas se formam na interseção entre características de gênero, classe social e geração e o tempo histórico. Para as autoras, as mulheres analisadas constroem seus percursos ocupacionais com base em significados produzidos em contextos nos quais gênero, trabalho, escolaridade, estado civil, número de filhos e experiências familiares são condicionantes decisivos em suas trajetórias.

Sobretudo, observam como se dão as oportunidades em percursos marcados por rupturas, reorientações fortemente vinculadas a eventos do ciclo de vida – como escolarização, maternidade e relações conjugais – e os sentidos atribuídos ao trabalho. Da mesma forma, indicam que fatores como maternidade, escolaridade e apoio familiar influenciam diretamente a estabilidade das trajetórias femininas. Segundo o estudo, mulheres mais velhas tendem a ingressar no mercado por necessidade, após interrupções relacionadas à família, enquanto as mais jovens entram por escolha, com maior escolaridade e valorizando o trabalho como fonte de identidade. Ainda assim, todas enfrentam barreiras estruturais e culturais, especialmente relacionadas à sobrecarga com o cuidado doméstico. Com isso, o estudo contribui ao demonstrar a diversidade das trajetórias femininas, em que se desenvolvem obstáculos associados ao trabalho enfrentados por diferentes gerações. Nesse âmbito, ainda que as autoras façam referência a como as mulheres interpretam suas trajetórias ou internalizam expectativas sociais,

essa dimensão é tratada de forma relativamente descritiva, pois não mobiliza conceitos amparados em teorias das representações sociais ou da ação simbólica.

Em análise dos *efeitos da desindustrialização sobre as trajetórias individuais* e coletivas desses trabalhadores, Cardoso, Comin e Guimarães (2001) examinam a escassez de oportunidades por meio do estudo de trajetórias de trabalhadores durante a década de 1990, com ênfase naqueles demitidos do setor industrial formal no Brasil, especificamente nos segmentos automotivo e químico. Em especial, observam a dificuldade para manutenção de empregos formais ou para a reinserção de demitidos tanto no setor de origem quanto em outros setores em razão dos impactos da reestruturação produtiva impulsionada por políticas neoliberais, inovações tecnológicas e novas formas de gestão da força de trabalho. O argumento central do texto é o de que a reestruturação produtiva não implica apenas a perda do emprego de trabalhadores expulsos da indústria, mas também gera o que os autores chamam de deserdamento de trabalhadores, os quais se veem obrigados a reconstruir trajetórias muitas vezes incompatíveis com sua formação anterior, sendo que muitos deles acabam excluídos do mercado de trabalho formal.

A análise fundamenta-se no estudo de trajetórias sociais, construídas a partir de uma abordagem centrada nos demitidos a fim de evidenciar as dinâmicas desse mercado diante das rupturas nas trajetórias profissionais. O conceito de trajetória, nesse caso, é mobilizado na análise de percursos ocupacionais, com ênfase em suas descontinuidades, reconversões e permanências fortemente atravessadas pelas transformações estruturais do mundo do trabalho, o que contribui para observar a complexidade das trajetórias ocupacionais. Segundo os autores, com isso "é possível esperar que a heterogeneidade de determinantes micro e macro resulte em trajetórias ocupacionais também heterogêneas, porém compartilhadas entre grupos inteiros de pessoas" (Cardoso; Comin; Guimarães, 2004, p. 25).

A partir disso, a análise aponta para o estabelecimento de trajetórias de preservação ou exclusão do emprego, nas quais as qualificações direcionadas a especialidades setoriais podem dificultar a empregabilidade após a demissão. No mesmo sentido, destacam particularidades da dimensão geracional, em que as possibilidades de permanência no mercado formal tendem a se restringir a grupos específicos de trabalhadores experientes que continuam atrativos aos empregadores. Nesse panorama, no caso das trajetórias

de exclusão, a ideia de *deserdamento* pode ser compreendida como a condição experimentada por trabalhadores que perdem não apenas a renda, mas também a estabilidade anteriormente vinculada a investimentos pessoais que possibilitaram o acesso à proteção social do trabalho formal. Com importantes contribuições para a interpretação da heterogeneidade da dinâmica do emprego formal, a análise fundamenta-se em variáveis como o setor e a atividade ocupacional de origem e de destino, o grau de qualificação profissional, a idade e o tempo de permanência no emprego anterior, ainda que não proponha uma abordagem sistemática de reconstrução das escolhas individuais a partir dos processos de socialização que as antecedem.

A reestruturação dos processos de trabalho é também objeto de análise em Guimarães e Georges (2009), que investigam as transformações nas relações de emprego e nas trajetórias individuais no mercado de trabalho. As autoras destacam os percursos sócio-ocupacionais sob a perspectiva dos próprios sujeitos, atentando para *as representações construídas em torno das experiências de ascensão e perda de posições de mando*. Nesse processo, variáveis como gênero, fase do ciclo de vida, escolaridade e origem social revelam-se determinantes na conformação das trajetórias de inserção e mobilidade profissional. Com base nessa abordagem, as autoras realizam entrevistas em profundidade com operadores de teleatendimento, alguns dos quais ascenderam a posições de chefia, e ex-gerentes desempregados, todos residentes na Região Metropolitana de São Paulo, trazendo questionamentos sobre suas trajetórias profissionais e experiências familiares. Nesse contexto, as representações são abordadas não como meros discursos, mas como resultado de trajetórias que articulam condições estruturais e interpretações subjetivas orientadas. Para tanto, a análise é conduzida a partir do cruzamento entre os perfis sociais dos entrevistados e as condições que tornaram possível a mobilidade em suas carreiras.

Em especial, as autoras observam que as experiências de chefia ocorrem na base de hierarquias organizacionais e, frequentemente, assumem caráter excepcional e temporário, não correspondendo a itinerários profissionais consolidados. Resulta disso que, mesmo quando trabalhadoras alcançam posições de liderança, essa vivência raramente se converte em identidade profissional. Da mesma forma, demonstra-se que as transições ocupacionais tendem a deslocar as mulheres demitidas que ocuparam funções de chefia para atividades de cuidado no âmbito doméstico e que as mulheres, sobretudo as de origem popular e com baixa escolaridade, apresentam trajetórias fragmentadas, marcadas por interrupções relacionadas às demandas

do ciclo de vida familiar, muitas vezes ingressando no mercado de trabalho por necessidade e dele se afastando em razão de exigências domésticas. Em contraste, os homens, especialmente os brancos, escolarizados e de grupos sociais mais favorecidos, constroem trajetórias mais lineares e com maior identificação com funções de comando – o que se mantém inclusive durante o desemprego, período em que continuam a se perceber como gerentes em busca de nova colocação.

A diferenciação entre trajetórias profissionais analisadas por Guimarães e Georges revela que o acesso ao emprego, a ascensão a cargos de chefia, o desemprego e as transições ocupacionais não se configuram apenas como fenômenos estruturais, mas também dizem respeito às experiências individuais, interpretadas com base em representações socialmente constituídas fora e dentro do percurso laboral. Nesse sentido, a análise proposta pelas autoras centra-se nas representações que operam no interior de estruturas marcadas por desigualdades, considerando-se variáveis de gênero, origem social e familiar, escolaridade, raça, idade e posição no ciclo de vida. Ao considerar essas múltiplas dimensões, estabelecem um quadro analítico capaz de captar a complexidade dos percursos ocupacionais e das formas de significação atribuídas ao trabalho, estabelecidas por meio de representações sociais formadas em contextos marcados por desigualdades. Observa-se que o estudo poderia ter o seu alcance ampliado ao ir além da perspectiva influenciada por Hughes (1937), que leva à constatação da diferenciação entre "dimensões objetiva e subjetiva das carreiras", mediante a incorporação de uma concepção teórico-conceitual voltada ao processo de constituição de formas socialmente produzidas de percepção e avaliação. Essa ampliação permitiria compreender por que trabalhadores em posições sociais semelhantes podem, eventualmente, adotar práticas e discursos distintos, bem como desenvolver diferentes lógicas prospectivas que influenciam seus percursos e atribuem sentidos ao futuro profissional.

Em estudo sobre as trajetórias ocupacionais de jovens brasileiros, Guimarães, Brito e Comin (2020) demonstram que elas continuam *atravessadas por desigualdades estruturais, mesmo em contextos de crescimento econômico*. A partir de uma abordagem longitudinal, sustentada por dados de survey, os autores examinam como tais desigualdades se reproduzem nas experiências de inserção laboral juvenil, indicando em que medida os percursos são socialmente condicionados e se o desenvolvimento econômico teria sido suficiente para atenuá-las. Em especial, analisam o período de expansão econômica brasileira que abrange a primeira década do século XXI

até 2013, demonstrando como fatores estruturais, como raça, gênero, classe social e ciclo de vida, continuam a influenciar os percursos de inserção laboral dos jovens para concluir que as desigualdades sociais persistiram e moldaram significativamente as oportunidades de inserção e mobilidade desses indivíduos no mercado de trabalho.

A análise empírica das trajetórias desses jovens é realizada de forma multidimensional, contemplando variáveis como idade, sexo, raça, escolaridade (abandono escolar, escolaridade dos pais), situação familiar (conjugalidade, parentalidade) e relação com o mercado de trabalho (idade de entrada, tempo de procura ativa por ocupação e tempo como assalariado). Os autores identificam seis padrões distintos de trajetórias no mercado de trabalho, que vão desde adolescentes ainda em formação até jovens adultos com inserções mais estáveis ou, em sentido oposto, com maior risco de desemprego. A heterogeneidade dessas trajetórias evidencia o entrelaçamento das desigualdades estruturais com o curso da vida e com os diferentes pontos de entrada e permanência no mundo do trabalho, revelando a existência de "múltiplas juventudes", marcadas por experiências desiguais. A transição para a vida adulta não é linear, em razão das transições nas esferas educacional, laboral e familiar – como a saída da escola, a conquista do primeiro emprego, o casamento, a chegada dos filhos e a saída da casa dos pais – que ocorrem de forma desigual entre distintos grupos sociais. No entanto, esses eventos não seguem a mesma ordem nem ocorrem no mesmo ritmo para todos os jovens. A combinação das diferentes dimensões analisadas evidenciou, entre outros aspectos, que homens brancos, mais escolarizados e oriundos de famílias com maior capital social, apresentavam maior probabilidade de integrar trajetórias consideradas mais virtuosas. Em contraste, mulheres, negros, jovens com baixa escolaridade e pertencentes às classes populares, tendiam a compor percursos marcados pela precariedade, informalidade e maior vulnerabilidade ao desemprego.

No referido estudo, os autores partem do pressuposto de que as trajetórias individuais são socialmente condicionadas, oferecendo um tratamento analítico indireto às disposições sociais internalizadas ao articularem indicadores objetivos, como abandono escolar, ocupação dos pais e idade de entrada no mercado de trabalho aos padrões de trajetória observados. A principal contribuição do artigo consiste em demonstrar que, mesmo em contextos de expansão econômica, as desigualdades estruturais se reproduzem, gerando padrões de inserção que se distribuem de maneira desigual entre jovens de diferentes origens sociais. Além disso, evidenciam que polí-

ticas de inclusão educacional e laboral, embora relevantes, não são suficientes para romper desigualdades.

Complexidade dos percursos ocupacionais: disposições, desigualdades e engajamento social

A obra de Pierre Bourdieu tem se mostrado fundamental para a análise das trajetórias ocupacionais como expressões singulares de experiências coletivas, condicionadas por estruturas sociais historicamente constituídas, sejam elas associadas ao mercado de trabalho ou a dimensões não necessariamente vinculadas a ele, como as relações de gênero, raça ou classe. Ao romper com leituras reducionistas do percurso de vida, sejam aquelas que enfatizam as determinações estruturais, sejam as que atribuem as trajetórias exclusivamente a decisões individuais, a abordagem de Bourdieu oferece instrumentos conceituais para a apreensão da dinâmica das disposições sociais dos agentes, bem como de sua articulação com os condicionamentos objetivos e as bifurcações que marcam os itinerários sociais.

A contribuição bourdieusiana reside na crítica à "ilusão biográfica", isto é, à tendência de reconstruir a trajetória individual como uma narrativa linear, coerente e teleológica, bem como na demonstração da relação entre estruturas incorporadas e experiência social e suas implicações (Bourdieu, 1996, p. 53-82). Nesse sentido, Bourdieu propõe compreender as trajetórias como resultado das posições sucessivamente ocupadas pelos agentes em espaços sociais estruturados por dimensões materiais e simbólicas. Assim, a trajetória constitui-se como um produto relacional, resultante da interação entre a posição ocupada, o volume e os tipos de capitais acumulados, o *habitus* – entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis, inculcado por meio de socializações – e a *experiência* ao longo desse processo.

A análise da constituição das representações sociais possibilita superar abordagens que negligenciam a dimensão simbólica da ação e, sobretudo, permite compreender o sentido atribuído pelos sujeitos à sua prática social. Essa perspectiva é particularmente relevante na interpretação de trajetórias que se alinham ou se distanciam das probabilidades estatísticas, contribuindo para a análise de momentos de ruptura ocupacional, como desemprego, a necessidade de mudança de setor de atividade, a maternidade etc., bem como das tomadas de decisões diante da necessidade de reorientações no campo do trabalho. Nessa abordagem, tais eventos não são compreen-

didos apenas como contingências externas, mas como momentos críticos que demandam uma reinterpretação da própria posição e das estratégias dos indivíduos diante de possibilidades vislumbradas. Esses processos de reinterpretação ganham densidade analítica quando articulados à noção bourdieusiana de histerese, relativa ao descompasso entre disposições formadas em contextos passados e as exigências de novas condições sociais, revelando tensões que emergem especialmente quando se rompe o ajuste entre essas disposições e o mundo que as havia estruturado (Bourdieu, 1979).

Com isso, a compreensão das trajetórias também contribui para a análise das desigualdades sociais em sua complexidade, ao evidenciar como agentes que ocupam posições semelhantes no espaço social podem desenvolver disposições distintas em razão de suas experiências singulares. Essa perspectiva permite compreender, por exemplo, as diferenças entre frações internas de uma mesma classe e seus desdobramentos. É o que demonstram os estudos de Beaud e Pialoux (2009), ao identificarem distintas formas de valoração do trabalho entre operários de uma mesma empresa, bem como os efeitos dessas diferenças na conformação de identidades e no engajamento com o trabalho e com a política dele derivada, especialmente no âmbito sindical. A análise de trajetórias, nesse sentido, permite ir além da constatação de desigualdades materiais, oferecendo instrumentos para compreender por que, mesmo entre trabalhadores precarizados, as formas de engajamento são tão variadas e podem oscilar entre o conformismo, a resistência silenciosa e a mobilização organizada.

Ao enfatizar o papel das experiências na reconfiguração das disposições, as ferramentas bourdieusianas oferecem uma perspectiva dinâmica que admite a possibilidade de mudança, o que faz com que a análise bourdieusiana das trajetórias sociais não se limite ao diagnóstico da reprodução das imposições estruturais ao comportamento individual. A esse respeito, Bourdieu e Wacquant (2005) respondem às críticas que atribuem um caráter excessivamente reprodutivista ao conceito de *habitus*, destacando-o como um sistema de disposições duráveis, porém aberto, ou seja, suscetível à influência das experiências cotidianas. Embora se reconheça que as experiências iniciais exercem influência desproporcional e funcionam como matriz geradora com tendência à rigidez – especialmente evidenciada em fases mais avançadas da vida –, o *habitus* é compreendido como capaz de se ajustar dinamicamente às transformações sociais, seja por meio do efeito de histerese, seja pela cumplicidade ontológica com as estruturas. Da mes-

ma forma, Bourdieu (2001, p. 196) oferece ferramentas para pensar a existência de sistemas de disposições incoerentes por meio da noção de *habitus* fraturado, que indica a coexistência de disposições incorporadas contraditórias resultantes de socializações experimentadas em contextos sociais diversos e, muitas vezes, antagônicos. Tal condição remete ao rompimento da coerência interna do sistema de disposições e evidencia a possibilidade de tensões subjetivas, bem como a não linearidade da ação social.

Essa perspectiva de abertura à renovação das disposições permite entender como agentes submetidos a condições sociais semelhantes podem desenvolver disposições e trajetórias distintas. Cabe à sociologia – no caso, à sociologia do trabalho –, portanto, explicar tanto as trajetórias prováveis (ou modais) quanto as improváveis, isto é, identificar as fissuras no processo de reprodução social e os mecanismos que possibilitam a emergência de disposições divergentes em contextos estruturalmente homogêneos. Essa abertura é fundamental para a sociologia do trabalho contemporânea, pois permite pensar não apenas os mecanismos de manutenção das desigualdades, mas também as condições que tornam possíveis trajetórias improváveis, práticas inovadoras e formas emergentes de reconhecimento e pertencimento.

Entre as estratégias para esse fim, destaca-se a necessidade de delinear procedimentos metodológicos que viabilizem a obtenção sistemática de dados capazes de identificar e analisar tanto as estruturas objetivas que condicionam as trajetórias quanto as experiências de socialização, pretéritas e concomitantes à inserção no mercado de trabalho. Esses elementos são fundamentais para compreender não apenas o sentido das trajetórias – como nos casos de mobilidade social ascendente ou descendente –, mas também os processos de socialização vivenciados pelos indivíduos, os quais contribuem decisivamente para a constituição de formas específicas de perceber, julgar e agir no mundo. Nesse contexto, dimensões como o perfil familiar, a formação escolar, a trajetória ocupacional e as orientações religiosas e políticas configuram-se como centrais, com efeitos diretos sobre as formas de inserção de trabalhadores no mercado de trabalho, além de contribuírem para a compreensão da complexidade que marca tais percursos.

Por fim, é importante destacar que, ao se reconhecer a relevância da análise das representações sociais, ampliam-se as possibilidades interpretativas sobre os modos pelos quais se efetiva o alcance das políticas públicas no campo do trabalho. Isso ocorre porque tais políticas frequentemente desconsideram os efeitos da socialização sobre as escolhas de trabalhadores, bem como suas

disposições à adaptabilidade diante de contextos econômicos específicos e das novas dinâmicas do mercado de trabalho – com destaque para a introdução de novas tecnologias de gestão. Nessa perspectiva, compreender como os agentes percebem o mundo do trabalho, atribuem sentidos às suas experiências, avaliam o passado e projetam o futuro contribui para explicar por que indivíduos submetidos a condições sociais semelhantes podem desenvolver atitudes distintas em relação à valorização da escolaridade, à capacitação profissional, à aceitação de empregos desprotegidos – seja por meio da informalidade, seja mediante a reorientação de expectativas diante da incorporação do discurso do empreendedorismo – ou ao engajamento sindical.

Considerações finais

A análise das trajetórias sociais – que ampliam a perspectiva das trajetórias ocupacionais ao incorporar a conformação de representações sociais anteriores ao ingresso no mercado de trabalho – constitui um campo de investigação privilegiado para a compreensão das desigualdades estruturais, dos sentidos atribuídos ao trabalho e das dinâmicas de mobilidade daí resultantes. No entanto, observa-se que essa abordagem ainda demanda maior desenvolvimento no âmbito dos estudos do trabalho, especialmente no que diz respeito à incorporação sistemática das dimensões simbólicas da ação social, em particular aquelas relacionadas à constituição das disposições que orientam os trabalhadores em contextos laborais crescentemente marcados pela desproteção, fragmentação e instabilidade.

A indagação acerca da emergência de discursos de autorresponsabilização e da disposição ao trabalho desprotegido – evidenciada, na contemporaneidade, pela crescente desvalorização do trabalho formal com carteira assinada – impõe o enfrentamento crítico de lacunas teóricas e metodológicas ainda persistentes nas pesquisas de elevado impacto explicativo e rigor intelectual. Dentre essas lacunas, destaca-se a ausência de um esforço voltado à análise sistemática dos processos de socialização que conformam as representações sociais, consideradas como objeto legítimo de investigação sociológica. Tal ausência compromete a compreensão de como experiências historicamente incorporadas moldam formas específicas de percepção, julgamento e ação nas dinâmicas sociais que estruturam o campo do trabalho. Ainda que parte dos estudos reconheça a importância das representações sociais, observa-se uma oscilação em sua centralidade para as pesquisas. Em alguns casos, a ênfase conferida às estruturas econômicas e institucionais restringe a interpre-

tação dos percursos a abordagens que desconsideram os condicionamentos da racionalidade individual, relegando a um plano secundário os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências. Com isso, as lógicas subjetivas – que, em última instância, orientam e organizam os itinerários individuais – tendem a permanecer marginalizadas. Da mesma forma, mesmo entre os trabalhos que buscam articular dimensões objetivas e subjetivas, persiste a dificuldade em captar as disposições como produtos históricos de processos de socialização múltiplos e desiguais, os quais se enraízam em contextos familiares, educacionais, religiosos e territoriais.

Nesse sentido, destaca-se a necessidade premente do uso de metodologias que integrem de forma sistemática a análise dos processos de conformação das disposições sociais, permitindo aos estudos do trabalho avançar na compreensão das trajetórias não apenas como respostas adaptativas a oportunidades estruturais, mas como expressões singulares de percursos sociais. Ao destacar a relevância da dimensão simbólica das trajetórias, reafirma-se o potencial heurístico de uma abordagem que combine análises diacrônicas e sincrônicas, articulando estruturas e experiências na produção das escolhas e orientações dos agentes. Tal perspectiva não apenas amplia a capacidade explicativa dos estudos sobre o mundo do trabalho, como também contribui para o desenho de políticas públicas mais sensíveis às formas pelas quais os sujeitos interpretam sua realidade e projetam o futuro.

Referências

BEAUD, S.; PIALOUX, M. *Retorno à condição operária*: investigação em fábricas da Peugeot na França. São Paulo: Boitempo, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. *O desencantamento do mundo*: estruturas econômicas e estruturas temporais. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *Um convite à sociologia reflexiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

BUENO, V. L. Trajetórias educacionais e profissionais de trabalhadores na indústria petroquímica brasileira: um processo multidimensional de aquisição da qualificação. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Buenos Aires, ano 7, n. 13, p. 53-76, 2001.

CARDOSO, A. M.; COMIN, Á. A.; GUIMARÃES, N. A. Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos da indústria brasileira. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Buenos Aires, ano 7, n. 13, p. 17-52, 2001.

CARDOSO, A. M. Trabalhar, Verbo Transitivo: Trajetórias Ocupacionais de Trabalhadores da Indústria Automobilística. Dados – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 41, n. 4, p. 597-640, 1998.

CHARLIN DE GROOTE, M.; WELLER, J. (Orgs.). *Juventud y mercado laboral*: brechas y barreras. Santiago do Chile: FLACSO-Chile; CEPAL, 2006.

GUIMARÃES, N. A.; BRITO, M. M. A. de; COMIN, Ariane Alves. Trajetórias e transições entre jovens brasileiros: pode a expansão eludir as desigualdades? *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 475-498, 2020.

GUIMARÃES, N.; GEORGES, I. A construção social de trajetórias de mando: determinantes de gênero nos percursos ocupacionais. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 32, p. 83-134, 2009.

GUZMAN, V.; MAURO, A.; ARAUJO, K. *Trayectorias laborales de mujeres*. Chile: Ediciones Centro de Estúdios de la Mujer, 2000.

MUÑIZ, T. L. Carreras y trayectorias laborales: una revisión crítica de las principales aproximaciones teórico-metodológicas para su abordaje. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, La Plata, v. 2, n. 1, p. 36-65, 2012.

ROBERTI, E. Perspectivas sociológicas en el abordaje de las trayectorias. *In*: TORRES, Fernanda (Comp.). *Sujetos, instituciones y trayectorias*: reflexiones teórico-metodológicas. Buenos Aires: CLACSO, 2017, p. 35-62.

Trajetórias de trabalhadoras e de trabalhadores: reflexões sobre casos estudados

José Sergio Leite Lopes

Introdução

Vou partir aqui do fato de que eu aceitei a indicação de Maurício Rombaldi, coordenador da mesa que deu origem a este texto, na sua recomendação para que os expositores fizessem uso, em suas apresentações, das trajetórias sociais estudadas nas pesquisas de cada um[1].

Também vou partir das definições do conceito de trajetória de Pierre Bourdieu, sistematizadas mais propriamente depois da publicação de *La distinction*, em 1979.

Como já anuncia a primeira nota de rodapé do capítulo 1 de *La distinction*, o livro em parte se baseia empiricamente em questionários e em entrevistas aprofundadas e observação etnográfica[2]; também em abundantes estatísticas secundárias de órgãos de pesquisa estatais ou privados. No próprio objeto do livro, as condicionantes da busca da distinção – a luta de classes e de classificações envolvendo bens culturais e simbólicos –, o efeito de tais lutas ao longo do tempo, no que concerne um indivíduo ou sua classe, têm

1. "Gostaria de reforçar o fio condutor da mesa. A proposta é que sejam feitas apresentações que indiquem, dentro da produção individual de cada colega, como se desenvolveu a abordagem sobre trajetórias sociais de trabalhadores. A ideia é promovermos um espaço livre, de entendimento e reflexão sobre os diferentes caminhos utilizados e as potencialidades para a análise de trajetórias dentro das pesquisas no campo das relações de trabalho" (mensagem de e-mail de 16/10/2024, de Maurício Rombaldi para os endereços de e-mail de J. Sergio L. Lopes, Marilda Menezes, Cristiano Ramalho, Roberto Veras, Jaime Santos Jr., Marcio de Sá).

2. Junto a uma amostra de 692 indivíduos em 1963, em Paris, Lille e uma pequena cidade do interior e a uma pesquisa suplementar entre 1967 e 1968, elevando o total da amostra a 1217 pessoas. Os questionários também são acompanhados de um plano de observação dos entrevistados a ser preenchido pelo entrevistador. Ver Bourdieu (1979), p. 12, nota 1 e Anexo 1, p. 587-605 e na edição brasileira (2006) p. 503 e Anexo 1, p. 461-476.

sua importância evidenciada. Desde o artigo "Condição de classe e posição de classe"[3], Bourdieu já menciona as propriedades de posição (de classe) como "ponto de uma trajetória, que contém sempre o sentido do trajeto social" (Bourdieu, 1974, p. 7). O que o leva a "distinguir propriedades ligadas à posição definida sincronicamente e propriedades ligadas ao futuro da posição". Também nos seus primeiros estudos sobre os trabalhadores na Argélia, Bourdieu pôs em evidência o sentimento de declínio de camponeses e artesãos inseridos na economia e na sociedade tradicional e seu sentimento de desenraizamento pelas transformações ocorridas pelo assalariamento capitalista e o emprego ligado estritamente à obtenção de renda monetária, o que os impede de ter *previsão* sobre o futuro diante do esfacelamento de sua anterior concepção voltada a uma *previdência* agora incerta e em crise. Tal desajustamento entre o *habitus* herdado e o que é agora exigido pela condição efetiva que envolve camponeses e subproletários levaria a trajetórias de desesperança e desencantamento do mundo[4].

Mas é no contexto de produção do livro *La distinction*, que a noção de trajetória vai se aperfeiçoar, diante das evidências de um novo fenômeno de desclassificação social na sociedade francesa a partir dos anos 60 – provocadas sobretudo pela defasagem entre o benefício esperado pelo título escolar e as novas exigências concorrenciais para a obtenção do posto de trabalho[5]. A tendência à desclassificação social provocada por uma inflação de títulos escolares – desvalorizados através de seu uso crescente pelas empresas como critério de seleção para o emprego – podia levar ao declínio social e ao desespero, ou a tentativas mais ou menos bem sucedidas de reclassificação e reconversão no trabalho, tudo isso evidenciando os efeitos da noção de trajetória social.

Essa noção vai ser considerada por Bourdieu como importante em seu arsenal conceitual; o livro *Le sens pratique*, que retoma, em 1980 quando publicado, o texto preliminar anterior, *Esquisse d'une théorie de la pratique* (1972), reescreve o capítulo "Estruturas, habitus, práticas", inserindo a noção de trajetória (ausente no capítulo correspondente no *Esquisse*) como um complemento às suas definições sobre o *habitus*: "O princípio das diferenças entre

3. Publicado como artigo nos *Archives Européennes de Sociologie* em 1966 e retomado na coletânea *A Economia das Trocas Simbólicas* (1974).

4. Ver Leite Lopes (2023).

5. Que Bourdieu vai caracterizar como sendo a passagem de um modo de reprodução com componente familiar (capital social), para um modo de reprodução com componente escolar (ver o item "A Luta contra a Desclassificação", *A distinção*, ed. bras. 2006, p. 142-147).

os *habitus* individuais reside na singularidade das trajetórias sociais, às quais correspondem séries de determinações cronologicamente ordenadas e irredutíveis umas às outras: o *habitus* que, a todo momento, estrutura em função das estruturas produzidas pelas experiências anteriores as experiências novas que afetam essas estruturas nos limites definidos pelo seu poder de seleção, realiza uma integração única, dominada pelas primeiras experiências, das experiências estatisticamente comuns aos membros de uma mesma classe"[6] (Bourdieu, 2009 [1980], p. 100).

Em *La Distinction* é posto em relevo a forte interrelação entre o sistema escolar e o sistema produtivo e de empregos, aumentando para além da família de origem os territórios de aquisição de *habitus*, e ao mesmo tempo favorecendo as possibilidades de discordâncias de trajetórias ascendentes ou descendentes que fazem afastar trajetórias possíveis da trajetória modal da classe ou grupo social de origem, o que leva o autor a atentar ao que chama de efeito de trajetória social. As considerações sobre a noção de trajetória estão inseridas em um capítulo sobre o tema mais geral "O espaço social e suas transformações"[7].

A noção de trajetória vai retomar destaque no contexto do crescimento nos anos 1980 da história oral no campo dos historiadores e da revalorização do uso das histórias de vida na sociologia e na antropologia, embora seja uma técnica tradicional dessas disciplinas. Ao organizar o número 62/63 de junho de 1986 da revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, por ele dirigida, Bourdieu ao mesmo tempo em que reconhece e valoriza a temática assim ressurgida lhe dá um enquadramento crítico – afinal o número da revista porta o título de seu artigo, "A ilusão biográfica" – que procura desnaturalizar o procedimento de pesquisa e o seu produto final (artigo, livro)[8].

6. O autor adiciona a esse parágrafo a seguinte nota de rodapé: "É fácil constatar que as combinações em número infinito na quais podem entrar as variáveis associadas às trajetórias de cada indivíduo e das linhagens de onde ele se originou podem dar conta das diferenças singulares" (Bourdieu, 2009 [1980], p. 100.)

7. Ver também o verbete "Trajetória", em Brito (2017).

8. O verbete "Trajetória(s)/Trajetória(s) social(sociais)", do Dicionário Internacional Bourdieu (Muel-Dreyfus, 2020), contextualiza a noção de trajetória em oposição aos textos sobre história de vida que têm um auge editorial no início dos anos 1980, e, em particular, no seu texto sobre a "ilusão biográfica", de 1986. É interessante notar-se que este texto de Bourdieu se situa, no número da revista *Actes* n. 62/63, não como primeiro artigo, mas como terceiro, após os textos seminais de Michael Pollak sobre os testemunhos de mulheres egressas dos campos de concentração geridos pelos nazistas na 2ª Guerra Mundial, e após o artigo de Aloïs Hahn sobre uma abordagem eliasiana de uma sociologia da confissão. Depois de seu pequeno texto sobre a ilusão biográfica, se seguem vários estudos biográficos, inclusive o artigo de Howard Becker sobre o mosaico científico constituído pelo uso de biografias pelos sociólogos da renomada "Escola de Chicago".

Contra o tratamento da vida como história coerente e totalizante, ele relembra a sua noção já existente de trajetória, a saber a série de posições ocupadas por um mesmo agente em um espaço ele próprio em devir. E onde os acontecimentos biográficos, portadores de *habitus* específicos, são definidos como inserções e deslocamentos neste espaço social pertinente. O instrumento de pesquisa *história de vida* proporcionaria assim um convite à análise do espaço social correspondente, uma historicização da origem social e da trajetória modal esperada, que, no entanto, pode ter efeitos de ascensão ou de desclassificação social, e que pode ser interrompida através de estratégias de reclassificação e de reconversão para novas posições.

Apesar das advertências ao uso das histórias de vida envolvidas numa atmosfera de naturalização, no entanto Bourdieu acabou sendo um estimulador de estudos biográficos, como decorrência de seu instrumental analítico enfatizando os efeitos de *habitus*, de espaço social, e de trajetória envolvidos em lutas de classe e de classificação. Além de sua experiência desde suas primeiras pesquisas na Argélia, onde o uso de longas entrevistas e de histórias de vida eram comuns – veja-se os apêndices IV a X de *Travail et Travailleurs em Algérie* –, Bourdieu voltou a investir nesses métodos biográficos no trabalho coletivo de pesquisa que ele coordenou em *A Miséria do Mundo*, que, com seu sucesso editorial excepcional, popularizou a recepção de estudos com tais métodos. Por outro lado, uma explicitação maior da análise de sua própria trajetória, sugerida por alusões ao longo de sua obra, vem à tona em seus últimos anos de vida, quando tem a ocasião de reexaminar estudos realizados no início de sua vida profissional e que dizem respeito à sua realidade social de origem, como é o caso do livro póstumo *Le Bal des Celibataires*. De fato, ainda em seus últimos anos de vida, Bourdieu pôde presenciar a renovação do interesse por suas pesquisas antropológicas iniciais que tinham por objeto o campesinato e setores das classes trabalhadoras. Em decorrência do interesse manifestado por etnólogos pela revisita ao seu artigo seminal sobre o celibato e a condição camponesa, organizou o livro *Le Bal des Celibataires*, que saiu postumamente em 2002, com uma introdução que revelava os sentimentos envolvidos no estudo de sua aldeia natal, represados no artigo original, de 27 anos atrás. Naquele artigo de 1962 Bourdieu omitiu o fato de que o local estudado era sua aldeia natal, e que seu próprio pai lhe ajudara a entrevistar os camponeses vizinhos em seu dialeto local. Já na fase de redação de sua própria socio-análise, Bourdieu tem necessidade de tentar abrir suas defesas, para sistematizar e objetivar um desejo de autocompreensão, mesmo que por motivo de ser um caso de reflexividade científica.

Feitas essas observações sobre a noção de trajetória, vou a seguir me ater a algumas oportunidades em que me defrontei com situações de pesquisa em que tal noção estava em jogo.

Dirigentes escriturários de sindicatos operários, efeitos de trajetórias inesperadas

Minha primeira entrevista longa, coleta de história de vida, se deu quando de minha pesquisa para a dissertação de mestrado em fevereiro de 1972, com Diógenes Wanderley, fundador do sindicato dos operários do açúcar de Pernambuco. Enquanto eu frequentava aquele sindicato, sediado em Recife, para colher dados e tentar conseguir algum salvo-conduto que me permitisse entrar numa usina de açúcar para entrevistar os operários de usina, uma funcionária da entidade, contemporânea dos mandatos de Diógenes, me sugeriu (quase em segredo) entrevistá-lo em sua casa, no seu ostracismo. Foram dois dias de entrevistas, em que o sindicalista de 72 anos, aposentado, estava pronto, dada a oportunidade, de deixar registrada sua história de vida[9]. Foi um artefato de pesquisa que teve vida própria, pois além de servir para a contextualização histórica da criação do sindicato e da introdução das leis trabalhistas nas usinas de açúcar no texto de minha dissertação de mestrado[10], a entrevista datilografada acabou circulando entre especialistas, antropólogos e praticantes da nascente história oral. Era um exemplo de história de vida com reviravoltas de trajetória tal como retratado no livro *Worker in the cane*, de Sidney Mintz, que circulava no nosso grupo de pesquisa sobre a *plantation*. A entrevista foi objeto de apreciação também por parte de uma das filhas de Diógenes, a socióloga Maria de Nazaré Baudel Wanderley, que na ocasião da entrevista eu ainda não conhecia.

Diógenes Wanderley pertencia a uma família que participava do jogo político municipal na cidade de Triunfo no sertão pernambucano. Numa das convulsões políticas que abalou o estado, a ascensão ao poder de Dantas Barreto em 1911 no lugar do anterior governador Rosa e Silva, a sua família foi destituída do poder local por apoiar o governador deposto e, diante da violência de lutas

9. A entrevista foi feita por mim mesmo e por Rosilene Alvim, colega de mestrado, que me acompanhou em parte da pesquisa de campo em fevereiro de 1972 (ver Leite Lopes, 2016, p. 59-60 e, em especial, nota 26).

10. As informações contidas na entrevista foram essenciais para a descrição histórica que se encontra às páginas 4 a 6 na Introdução de *O Vapor do Diabo*, bem como no capítulo 2 sobre a jornada de trabalho (p. 62-63, 71, 76, 83) e capítulo 4 sobre o mercado de trabalho (pp. 192-193). Muito tempo depois retomei a entrevista como peça de uma história de vida no capítulo "Trajetórias de fundadores de sindicatos operários em situação de dominação produtiva e territorial (PE, 1930-1940)", in Leite Lopes e Cioccari, 2013, p. 55-75).

de famílias dominantes, foi exilada no Ceará, onde encontrou acolhida em Juazeiro do Norte. Durante este período de exílio, além do poder político, sua família perdeu bens e empobreceu. Seu pai voltou a Pernambuco proletarizado, onde procurou trabalho na zona da mata como pedreiro.

> "Nasci em cidade do interior. A minha família, por parte de pai, foi forçada a abandonar a cidade em que morávamos – Triunfo – no alto sertão pernambucano. Houve uma hecatombe, onde foram processadas mais de 60 pessoas da política dominante. E eis que num sábado houve um tiroteio, cinco morreram e dezoito saíram baleados. Nesta época eu tinha dez anos de idade. A política dominante no Estado amparou a antiga oposição e com essa situação, meus pais e parentes, que por sinal eram os dominantes na época e tinham alguma coisa, foram processados. E foram gastando e gastaram tudo com processo e advogado. Quase seis meses após essa hecatombe essa gente foi toda para o Ceará, sob a proteção de Padre Cícero do Juazeiro e de Antônio Luiz, chefe político do Crato. Isso foi em 1911 e ficamos até 1915 no Ceará. Foi quando houve uma grande seca no Ceará e voltamos para Pernambuco, para procurar trabalho no Recife e na área canavieira" (entrevista com Diógenes Wanderley).

Mas além de trabalhador em construção civil, seu pai era músico instrumentista, tocava trompete. Diógenes, seu filho mais velho, acompanhava o pai como aprendiz de pedreiro e aprendiz de músico.

> "Meu pai era músico, era musicista, tocava trompete, e por sinal era um trompete que mesmo sendo sertanejo, mas era admirado em toda parte que chegava, pela execução, pela maneira de tocar. E, muito jeitoso, fazia amizade com facilidade. Depois de trabalhar como pedreiro em Recife poucos meses, foi pra cidade de Gameleira na área canavieira. E nós fomos pra lá, que também tínhamos família lá. Meu pai era descendente de musicistas. E lá conseguiu entrar para a banda de música e depois entrou como pedreiro na Usina Cachoeira Lisa. E eu já com 15 anos era um musicozinho que tocava trombone, mas só tocava em circo pra ganhar uns tostões ou quinhentos réis por tocata. E aí meu pai conseguiu me colocar como ajudante de pedreiro".

A propósito do pai de Diógenes, pude ter informações mais recentes que completavam o relato anterior de sua entrevista de 1972. Trata-se do relato autobiográfico de sua filha, nossa colega socióloga Nazaré Wanderley (2022, pp. 15-29, quando descreve seus avós pelos lados paterno e materno): seu avô paterno, Alfredo Gabriel de Souza, é nascido em Palmares, na zona da mata canavieira, e sua família migrou no final do século XIX para Triunfo, no sertão, como "retirantes às avessas", quando a região canavieira sofria de uma forte seca, ocasionando uma crise na produção açucareira que coincidia com uma expansão do plantio de algodão no sertão[11]. Em Triunfo, ponto de chegada desta primeira migração, o avô e o pai de Diógenes se integraram à banda de música local. Isso vai se repetir na geração seguinte, quando Alfredo e seu filho Diógenes, já no retorno da migração Triunfo/Juazeiro do Norte, vão voltar ao ponto de partida da família de Alfredo, na zona canavieira, em busca de trabalho. Mas antes disso, ainda em Triunfo, Alfredo se aproxima do espaço social dos ricos e poderosos da cidade através da banda musical, e acaba casando-se para cima, com a sobrinha do chefe político do clã dos Wanderley, primeiro prefeito da cidade após sua emancipação de município vizinho. Tanto que, ao casar-se, Anália Wanderley permanece com este sobrenome de sua família de origem, ao invés de adotar o sobrenome Souza da família do marido. É na qualidade de família dominante politicamente derrotada que a família Wanderley parte para o exílio no Ceará, e de onde poucos anos depois, Alfredo e o filho primogênito voltam proletarizados para Pernambuco, na capital e na área canavieira, em busca de trabalho.

Diógenes passou por várias usinas como operário da construção civil dotado das qualidades de instrumentista musical, o que aumentava seu cacife no mercado de trabalho, ao poder, de forma adicional, compor a banda de música, elemento de prestígio das usinas. Assim como os jogadores de futebol de fama local passaram a ter depois um valor adicional na entrada do mercado de trabalho das usinas e fábricas e para nelas permanecerem, algo equivalente se dava anteriormente com os músicos.

O fato é que de pedreiro Diógenes foi subindo na hierarquia das empresas e chegou a chefe de empreitada da construção civil no apontamento da usina. Tendo vivido uma trajetória declinante de sua família, Diógenes parecia ter a autodisciplina e a autoconfiança, parte de seu capital cultural,

11. Nazaré Wanderley se apoia em Manoel Correia de Andrade, Celso Furtado e João Cabral de Melo Neto sobre esse pouco conhecido fenômeno ocorrido naquele período (Wanderley, 2022, p. 15, nota 3).

para remontar as novas hierarquias com as quais se defrontava. Passou por algumas usinas da mata sul de Pernambuco, estabelecendo-se mais tempo numa usina no município de Escada. Procurou alfabetizar-se com os meios disponíveis, com o recurso a cartilhas e a colegas, nas horas em que não estava trabalhando. Também passou pelo serviço militar obrigatório em Recife, onde reforçou sua instrução, além de se aperfeiçoar na leitura de plantas industriais. Acabou por namorar e contrair matrimônio com uma professora da escola da usina, casando-se para cima (como havia feito seu pai), desta vez do ponto de vista do capital cultural[12].

No final dos anos 30, Diógenes chegou a subgerente da usina Barão de Suassuna, em Escada. Tendo sido operário estável e participado de empreitadas no apontamento, conhecia bem todo o funcionamento da usina, e por sua autodisciplina, seu acesso à escrita e seu capital social de origem, tornou-se um candidato visível e aceito pela hierarquia para ascender na empresa[13]. No entanto, por sua trajetória de ascensão, também prezava o profissionalismo e sabia distinguir o interesse dos proprietários do interesse dos empregados, mesmo os mais elevados na hierarquia, e criticava o que denominava de "carrancismo" dos usineiros. Interessou-se pelo advento do sindicalismo promovido pelo Estado, pois tinha ouvido falar da repressão à tentativa de formação de um sindicato de operários de usina em 1919, no bojo das agitações sindicais de Recife e arredores no período que se segue à Primeira Guerra Mundial, e intuía que sem o apoio estatal os operários não poderiam fugir à punição dos usineiros e à dissolução de suas associações. Ouvia pelo rádio e lia esparsamente nos jornais que estava havendo a

12. Autodidata em busca de sua alfabetização, depois adquirindo destreza na leitura de plantas industriais, não parece ser por acaso que Diógenes dirigiu suas atenções à jovem professora da escola da vila operária da usina, Maria José Braudel, 16 anos mais jovem que ele, filha caçula do balanceiro do almoxarifado da Usina Mameluco (depois nomeada como Usina Barão de Suassuna), Adolfo Braudel. Adolfo fora telegrafista da companhia ferroviária Great Western, trabalhador especializado de uma grande firma inglesa. Sua família tinha origem francesa algumas gerações atrás. Desempregado durante a crise do início dos anos 30, passando por privações, mas com duas filhas instruídas, ele foi contatado pela Usina assim como suas duas filhas como professoras da escola na vila operária. Em 1937, aos 37 anos, Diógenes casa-se com Maria José, a professora então com 21 anos. Ver Nazaré Baudel Wanderley (2022), em especial p. 25 e 37.

13. "Em 1925, depois de ter trabalhado em outras usinas, meu pai, Dida, foi contratado pela Usina Mameluco, localizada no município de Escada, posteriormente denominada Barão de Suassuna, em homenagem ao seu proprietário. Não era um operário da fabricação do açúcar, tinha funções administrativas e as exercia no escritório" (Wanderley, 2022, p. 32). Nas usinas anteriores pelas quais passou, entrou jovem como cassaco (denominação de trabalhadores na instalação e manutenção de linhas de ferro nas usinas ou em obras como açudes e levadas), e foi subindo através do prestígio como instrumentista na banda de música até participar de empreitadas no apontamento (reparos das plantas industriais durante a entressafra).

formação de sindicatos de diferentes categorias de trabalhadores. Procurou informar-se junto a um representante da Delegacia do Trabalho de Recife que foi à sua usina para implantar a assinatura das carteiras de trabalho dos operários, conforme já era estabelecido por lei desde 1933, e é incentivado a fundar o sindicato dos trabalhadores de usinas açucareiras do município de Escada, onde se localizava a empresa em que trabalhava e mais quatro usinas (e ainda uma fábrica têxtil[14]). O governo estadual de Pernambuco, liderado desde junho de 1937 por Agamenon Magalhães, tendo ido para este posto logo após sair do cargo de Ministro do Trabalho, que havia ocupado por três anos, tinha interesse em aumentar a sindicalização em Pernambuco e em aplicar leis trabalhistas existentes, mas não observadas pelo patronato local. A implantação de sindicatos nas áreas de forte dominação personalizada e de capitalismo autoritário seria um atenuante da concentração do poder econômico e do poder político de fato nos bairros ou nos municípios onde grandes fábricas como as têxteis e as usinas açucareiras exerciam todo o poder. Assim, a movimentação de trabalhadores e empregados, como Diógenes Wanderley e seus associados, tinha todo o respaldo do governo estadual. Foi o que aconteceu com a campanha de implantação das carteiras de trabalho nas usinas e grandes fábricas. Pela legislação trabalhista existente, a carteira de trabalho é como que uma pré-condição da sindicalização.

A informação do representante da delegacia regional do trabalho que tratava da viabilidade da fundação de um sindicato com operários que estivessem de posse da carteira de trabalho é passada por Diógenes para uma rede de operários e empregados interessados no assunto, no contexto de espaços vigiados dentro das usinas, mas sobretudo nos espaços menos vigiados durante o lazer na feira da cidade, em caçadas a passarinho ou debaixo da sombra da árvore gameleira em uma das usinas. Um primeiro procedimento burocrático é formado, com a indicação de uma junta governativa e uma ata assinada por associados dirigida à Delegacia do Trabalho solicitando o reconhecimento do sindicato.

Por ser Diógenes subgerente, não lhe convinha aparecer à frente do empreendimento na junta governativa. No entanto quando se inicia o processo de entrega de um memorial com reivindicações dos trabalhadores, a ser dirigido às autoridades e ao sindicato patronal, Diógenes já era de fato o

14. A fábrica de Pirapama, fundada em 1927, e que, em 2006, conseguimos filmar o seu interior ainda em funcionamento para o filme Tecido Memória (Leite Lopes, Alvim e Brandão, 2008).

organizador mais constante do sindicato. Ele comparecia aos domingos à cidade de Escada para receber novos associados ao sindicato, que haviam sido contatados discretamente nas usinas. Além disso, ele já tinha convidado o advogado que assinava a coluna de assuntos trabalhistas do jornal *Folha da Manhã*, ligado a Agamenon Magalhães, para assessorar juridicamente, de forma voluntária, o sindicato. O que foi aceito pelo advogado engajado na criação de um público e de uma clientela para os novos direitos do trabalho. Um dos membros da equipe de assessoria jurídica montada por aquele advogado, amigo de um parente do dono da usina em que trabalhava Diógenes, foi procurar tal parente em seu local de trabalho, na chefia do escritório da usina em Recife, para mostrar a vantagem e o prestígio para a empresa de ter um funcionário seu como presidente do sindicato dos trabalhadores, apoiado pelo governo do Estado. Também o interesse pelos direitos do trabalho incluía os altos empregados das usinas, como o próprio gerente da usina Barão de Suassuna, a quem Diógenes era subordinado. O fato é que essas conversações com as autoridades da usina fizeram com que finalmente seu proprietário assentisse que o funcionário Diógenes Wanderley fosse presidente do sindicato, sem represálias por parte da empresa. Pois algumas outras usinas haviam demitido sumariamente os operários que ela soubesse terem se associado ao sindicato de Escada.

Um memorial de reivindicações foi elaborado pela rede de associados do sindicato, junto com seus advogados, e apresentado ao governo estadual, à delegacia regional do trabalho e ao sindicato patronal. Na verdade, o governo estadual estava especialmente interessado na implantação dos direitos trabalhistas na parte industrial das usinas: ele apoia a extensão da base territorial municipal do sindicato dos operários do açúcar de Escada para uma base territorial estadual, permitida por um decreto recente, e é o próprio governo que encaminha uma cópia do memorial ao sindicato dos usineiros. De fato, os dirigentes do sindicato dos operários foram tímidos e temerosos em face de seus patrões e protelaram a entrega do memorial ao sindicato patronal. Estes acabaram recebendo cópia do governo estadual. Diógenes conta a cena de ser chamado nos escritórios de sua usina, ele que era o primeiro signatário do memorial e recém-assumido como presidente do sindicato, para encontrar-se com o presidente do sindicato patronal, parente do proprietário da usina. Temeroso do encontro, ele vê configurar-se o paradoxo de ser o representante patronal a convidá-lo para uma reunião para resolver as questões colocadas no memorial de reivindicações. Com

isto, Diógenes se viu reforçado em seu reconhecimento como presidente do sindicato.

Em uma reunião solene no palácio do governo estadual, em 5 de fevereiro de 1941, foi celebrada uma convenção coletiva entre o sindicato dos usineiros e o sindicato dos operários em torno do memorial de reivindicações que consistia no reconhecimento das leis trabalhistas existentes, e, por conseguinte, da jornada normal de 8 horas de trabalho. Neste processo se vê o interesse do governo estadual em fazer valer as leis do trabalho na parte industrial das usinas. Em decorrência do acordo coletivo, foi criada uma comissão composta por membros do sindicato dos operários acompanhados de fiscais da delegacia do trabalho para verificar a vigência da jornada normal de trabalho, com o pagamento de horas extras para as que superassem as 8 horas normais, e para verificar as anotações dos dados dos trabalhadores nas suas respectivas carteiras de trabalho. As oficinas de manutenção passaram a trabalhar as 8 horas normais de trabalho, com horas extras eventuais; e o setor de fabricação continuou com seus turnos de 12 horas na moagem, mas com as horas excedentes às 8 horas pagas como horas extras – mas não sem resistências das usinas. As questões mais numerosas envolvendo os operários do açúcar na Justiça do Trabalho – que se estabeleceu nos anos 1940 e foi se implantando nas diferentes regiões do país – referiam-se ao pagamento de horas extras e às anotações na carteira de trabalho. Diógenes menciona, em sua entrevista, o fato de que alguns advogados, que assessoravam o sindicato nos anos 1940, lhe propuseram solicitar aos usineiros, na Justiça do Trabalho, uma compensação pelo não pagamento de horas extras pelas usinas desde quando a lei de oito horas já estava em vigor, desde 1932. Diógenes, no entanto, repele tal sugestão, orientando para que as reivindicações se pautassem pelo que viesse pela frente, a partir da convenção coletiva de 1941, marcando uma linha de atuação moderada para o sindicato.

Depois de cumprir seu mandato no sindicato e conseguir eleger seu sucessor, Diógenes foi eleito presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Norte e Nordeste do país, onde se incluíam os operários do açúcar. Lá permanece durante a década de 1950, entremeado com um novo mandato de volta ao sindicato dos operários do açúcar de Pernambuco. Em 1962 chegou a ser eleito deputado estadual em Pernambuco (pelo PTN, Partido Trabalhista Nacional). Quando o entrevistamos, embora afastado do sindicalismo e da política, era lembrado por funcionários mais antigos do sindicato.

Somente nos primeiros anos da década de 1960 que o sindicato dos operários do açúcar se alinhou aos setores mais reivindicativos do sindicalismo estadual. Em 1963 participou de uma greve de todo o setor canavieiro incluindo os trabalhadores rurais. Em 1964 o sindicato, como tantos outros, sofreu intervenção do Ministério do Trabalho determinada pelo governo militar, e seus dirigentes foram presos e submetidos a inquérito.

Comparada com a entrada em cena dos trabalhadores rurais nos anos 1950 e 1960, o percurso do sindicato dos operários do açúcar desde os anos 1940 foi moderado. O relato de seu fundador, Diógenes Wanderley, é bastante claro a esse respeito. As características da dominação patronal assim como a posição dos operários do açúcar na hierarquia dos trabalhadores das usinas, acima dos trabalhadores rurais, certamente contribuíram para esse resultado. Também a atuação do governo estadual na conjuntura do governo ditatorial do Estado Novo, querendo diminuir o poder político de fato do poder econômico dos usineiros e grandes industriais locais, favoreceu a formação de sindicatos amparados pelo governo nas áreas onde fazia pouco tempo tais associações seriam impensáveis.

A exclusão dos camponeses e trabalhadores rurais de leis já existentes que beneficiavam outros trabalhadores funcionou como um sentimento de injustiça que nos anos 1950 e 1960 foi alimentando as associações camponesas que se formavam como sociedades mortuárias, como as que estiveram na origem das ligas camponesas, até se transformarem nos sindicatos que se multiplicaram no início dos anos 1960. Tal entrada em cena dos camponeses e trabalhadores rurais é bastante conhecida na literatura existente.

Em razão da quase inexistência de informações históricas ou sociológicas sobre os operários da parte industrial das usinas, a história de vida de Diógenes Wanderley foi usada no sentido de uma trajetória individual que muito ilumina o espaço e as relações sociais em que está inserida.

Ao contrário do que pude fazer com Diógenes, uma longa entrevista versando sobre sua história de vida em 1972 quando eu fazia o trabalho de campo para estudar os operários do açúcar, não pude ter acesso aos dois ex-presidentes fundadores de dois sindicatos sucessivos dos tecelões de Paulista, Roberto Marques (1931-1932) e Antônio Torres Galvão (1941-1945), e assim ter elementos para estudar as circunstâncias em que a trajetória de ambos pôde levá-los a se tornarem lideranças sindicais dos operários e operárias têxteis. Ambos eram muito referidos pelos operários mais velhos que entrevistei em Paulista desde o final dos anos 1970.

O primeiro, como o mítico Roberto do Diabo – assim denominado pelo patrão onipresente na memória destes mesmos operários, Frederico Lundgren –, é retratado como protagonista de um conflito trabalhista importante em 1932, com repercussões nacionais, entre a Companhia de Tecidos Paulista (CTP) e seus operários, na imprensa pernambucana. Foi o fundador do primeiro sindicato de Paulista que teve uma vida fulgurante, porém curta, sendo fundado em 1931 e fechado em 1932. Com a intervenção e o fechamento do sindicato em 1932, Roberto Marques desaparece do noticiário bem como de Paulista[15]. Como Diógenes Wanderley, o presidente do primeiro sindicato de Paulista, Roberto Marques, também foi um empregado graduado, chefe de seção nos escritórios da fábrica.

O segundo, Antônio Torres Galvão, que surgiu dez anos depois da presidência de Roberto Marques, pastor presbiteriano que era também um funcionário graduado do escritório da fábrica, deixou mais marcas nos registros históricos na imprensa, onde chegou a ter uma coluna trabalhista no jornal *Folha da Manhã*, ligado a Agamenon Magalhães; foi deputado constituinte estadual em 1947 e presidente da Assembleia Legislativa e, como tal, ocupou o cargo de governador quando da morte do titular do cargo, o mesmo Agamenon Magalhães, em 1952. Logo depois também faleceu[16].

Um exame mais cuidadoso a partir de mais informações memorialísticas e documentais está para ser feito sobre a importância de trabalhadores qualificados estáveis e empregados de escritório na fundação de sindicatos operários, em particular nas situações de maior autoritarismo nas relações de trabalho. A situação de domínio das companhias também sobre o território em que habitam os trabalhadores acresce a concentração desigual de poder do lado patronal e aumenta o poder de um governo local de fato das empresas sobre a população. As brechas utilizadas pelos trabalhadores consistiam em alianças políticas com forças emergentes que se contrapunham ao poder patronal; com os revolucionários de 30 no caso de Roberto Marques, alianças permitidas pela dificuldade de controle sobre uma grande concentração de trabalhadores como no caso da CTP; ou com

15. Ver "A batalha do Coronel Frederico com Roberto do Diabo: a incompatibilidade entre o 'Sistema Paulista' e a associatividade sindical de seus operários", capítulo 7, de Leite Lopes, J. S., 1988, p. 205-262.

16. Para a atuação de Torres Galvão como presidente do sindicato de Paulista entre 1941 e 1946 ver os capítulos 9 e 10 de Leite Lopes, 1988; e como deputado constituinte, quando formula o artigo da Constituição estadual que dispõe sobre a desapropriação das áreas não edificadas de sedes municipais encravadas em propriedades particulares, sob medida para combater a situação do poder econômico de usinas e fábricas que são proprietárias de todas as terras de sedes municipais, ver Leite Lopes, 1988, cap. 11, "O movimento pela 'libertação' da cidade".

o governador-interventor que se interessava em estabelecer aliança com os trabalhadores para impor o poder público estatal em municípios e cidades controladas pelo poder econômico, como no caso de Diógenes Wanderley e o sindicato dos operários do açúcar, ou como no caso de Torres Galvão e o sindicato dos tecelões e tecelãs de Paulista refundado após uma grande repressão anterior[17]. Uma análise de relatos longos como o de Diógenes Wanderley permite ver também as divisões internas entre os usineiros diante da ação decisiva do governo de Agamenon em fortalecer sindicatos nestas áreas de intenso controle patronal, permitindo a emergência de sindicatos onde isto era anteriormente impensável. Além disso permite ver a importância das oscilações de trajetória nas possibilidades de acesso a posições de representação sindical; como uma trajetória descendente de origem pode favorecer uma trajetória ascendente posterior num espaço de delegação e de representação.

Uma autobiografia operária entre a entrevista e o romance

Se no episódio de pesquisa que narrei no item anterior – referente a trajetórias de dirigentes fundadores de sindicatos de trabalhadores submetidos a relações de dominação simultaneamente no trabalho e na moradia – pude me apoiar principalmente numa longa entrevista de história de vida, neste item me proponho a apresentar a trajetória de um trabalhador têxtil com base em entrevistas e numa singular peça de autobiografia escrita romanceada.

No decorrer do trabalho de campo numa vila operária têxtil do Nordeste brasileiro, um operário nos ofereceu, um ano após a realização de uma longa entrevista, um singular relato autobiográfico romanceado. Trata-se de um testemunho escrito sobre uma experiência de sobrevivência em um contexto de transformação social. O manuscrito, de perto de 50 páginas de um caderno escolar de tamanho grande ostentando o título de "Os Miseráveis", estava, com efeito, entre os poucos materiais escritos pelos próprios operários dentre o conjunto de nossos dados[18].

17. Além das referências a mais informações sobre Roberto Marques e Torres Galvão indicadas nas duas notas de rodapé anteriores, ver também Leite Lopes, 2013, p. 69-74.

18. Quanto ao título do escrito autobiográfico romanceado devemos assinalar que o autor não foi inspirado pelo romance homônimo de Victor Hugo, que ele não conhecia. Este item se baseia em artigo inicialmente publicado em uma coletânea inglesa em torno de gêneros de narrativas sobre memória (Leite Lopes e Alvim, 1998) e em seguida em número temático de revista brasileira em torno da "Memória" (Leite Lopes e Alvim, 1999).

No caso da experiência de trabalhadores manuais destituídos de escolarização longa, os relatos autobiográficos escritos, muito mais raros, podem dar acesso a outros aspectos do cotidiano, expostos na linguagem desses trabalhadores fora do comum que se aventuram pelas dificuldades da expressão escrita. Embora seja necessário privilegiar as iniciativas que visam entrevistar e constituir narrativas orais, meio de comunicação quase exclusivo das classes populares brasileiras, não se deve menosprezar os poucos relatos autobiográficos escritos por trabalhadores. Assim, a iniciativa do operário Adauto Machado, de nos surpreender com um texto manuscrito um ano depois de entrevistado por nós, texto desencadeado e influenciado pelo desenrolar de nossa pesquisa junto ao seu grupo social de pertencimento, nos dá a rara oportunidade para que se possa acompanhar de perto o contexto e a fabricação dessa forma pouco frequente de comunicação escrita.

Seu texto é dividido em subpartes intituladas "Os heróis anônimos", "O homem do salário-mínimo e o jumento nordestino", "José Farias", "A mulher que não rendeu-se", "Machado". As duas primeiras partes comportam apreciações genéricas sobre a forma de fábulas, enquanto as três últimas contam basicamente uma mesma história familiar vista do ângulo de três personagens: seu irmão mais velho José Farias, que é o homem do salário-mínimo; sua mãe (que não se rendeu) e ele próprio, o filho caçula que se autodenomina pelo sobrenome Machado.

O espaço social de origem da família é a pequena agricultura familiar do município de Carpina, no agreste pernambucano. Com a viuvez da mãe, provocada por acidente rodoviário sofrido pelo marido no percurso roçado-feira, a família segue o percurso migratório, não incomum entre os anos 1930 e 1970, que fazem *famílias de viúva* camponesas, compostas por numerosos filhos e filhas jovens, em direção à vila operária da fábrica da Companhia de Tecidos Paulista, no município de mesmo nome situado a 20 km de Recife.

Após descrever o sacrifício do irmão mais velho nas tarefas mais duras no campo e depois na fábrica na sua posição de arrimo de família, a resiliência da mãe com seus trabalhos de costura, até casar-se com um empregado mais estabelecido na companhia, o autor descreve o personagem que corresponde a si próprio, de menino rebelde em internato de freiras até a constituição de sua própria família e sua decisão aventurosa de buscar trabalho em São Paulo, onde se torna um operário qualificado nos setores fabris de manutenção. Seu relato termina na sua volta de São Paulo a Pernambuco,

onde se reencontra com sua família de origem, sobretudo sua mãe e seu irmão primogênito.

Como escrito autobiográfico derivado de uma pesquisa antropológica utilizando o trabalho de campo, as entrevistas aprofundadas e a coleta de histórias de vida, a obra de Adauto Machado oscila entre o testemunho e a observação, entre o engajamento e o distanciamento. Assim, se ele próprio é o terceiro personagem de *Os miseráveis*, por vezes, no entanto, ele se coloca como alguém que superou aquela condição e que pode ser agora um observador. Logo no início de seu escrito, quando está caracterizando os "heróis anônimos", sua presença como personagem é provisoriamente excluída:

"Vamos conhecer agora *dois* heróis anônimos e através do conhecimento poderemos dar um pouco de respeito, um pouco de compreensão, um pouco de afeto, pra eles que realmente merecem" [o irmão e a mãe].

Não é por acaso que o episódio da fuga do colégio interno na infância tem tanta importância na narrativa, aparecendo na versão da mãe, na sua versão e sendo reeditada pela fuga para São Paulo na idade adulta. O autor parece contrapor ao sacrifício total do irmão mais velho e ao sacrifício da mãe, que terá uma recompensa ao fim da vida, o seu próprio sacrifício inicial, superado desde a infância por meio da esperteza, do desembaraço e da malandragem. Assim, o autor parece encarnar algo semelhante ao que se encontra em personagens de contos populares e da literatura de cordel, como o de Pedro Malazartes.

É interessante também observar que Adauto não incorpora em sua narrativa fatos que nos contou em conversas posteriores às primeiras entrevistas (e que foram depois registradas em caderno de campo) referentes ao seu trabalho como aprendiz na fábrica têxtil de Paulista. Apesar de ter então vivido uma história de valentia ao responder à rispidez do chefe imediato e ser demitido, Adauto não destacou tal episódio, que estaria de acordo com a defesa de seu ponto de honra, nem nas entrevistas, nem em seu texto. Talvez a fábrica têxtil de Paulista esteja por demais associada, por um lado, à proteção de seu padrasto, que dispensa sua continuação como operário naquela fábrica, e o prosseguimento dos duelos entre jovens operários e chefes de seção; por outro lado, posteriormente, ao seu sogro, à família de sua mulher; relações estas que configuram dependências familiares que não se conformam ao padrão de independência, esperteza e desembaraço que gostaria de passar na sua narrativa.

Também não é escrita a sua história recente de operário qualificado nas novas fabricas da região: o curso em escola profissional proporcionado pela nova fábrica, suas relações com colegas e subordinados e suas observações sobre o ambiente de trabalho. Tal história recente pôde sair do diálogo das entrevistas, do interesse dos pesquisadores e do próprio entrevistado. Mas parece ser uma história muito recente e desinteressante para o enredo do romance sobre *Os miseráveis* e sobre a superação da miséria pelo trabalho no campo, pelos deslocamentos espaciais e sociais – do campo para a cidade, do Nordeste para o Sul e de volta – e, principalmente, pela esperteza. Também a sua participação nas atividades da Juventude Operária Católica (JOC) local, em particular no teatro, lembradas por seus contemporâneos naquela associação católica, não são por ele mencionadas; como se não tivessem importância para o relato da luta pela sobrevivência em que ele é bem-sucedido mais por sua esperteza do que pelas atividades coletivas de que também foi protagonista.

Por outro lado, se há silêncio no texto de Adauto com relação a fatos e áreas importantes da sua vida, que conhecemos por entrevistas e conversas informais, há também aspectos fortemente descritos e enfatizados no seu romance. Essa reflexão escrita foi desencadeada por entrevistas anteriores, mas serviu para salientar aspectos que a situação de entrevista não beneficiou. Ao comparar *Os miseráveis* com os seus depoimentos orais, podemos observar como o encaminhamento inicial das entrevistas se referia ao trabalho fabril e, portanto, já começava do período posterior ao seu serviço militar. A riqueza do conteúdo e da fluência dessas entrevistas acabavam deixando pouco tempo para um aprofundamento do período anterior à chegada na vila operária da fábrica, que era a unidade social e espacial central da nossa pesquisa. As entrevistas puderam contemplar o período do trabalho inicial de Adauto em Recife, depois a ida para São Paulo, sua experiência de trabalho no Sul e, finalmente, a experiência mais recente como operário qualificado em Recife e Paulista, após a volta de São Paulo. A iniciativa de Adauto de escrever seu romance autobiográfico revelou-nos a riqueza da reconstituição de sua infância e adolescência, por um trabalho de sócioanálise envolvendo a si próprio e a seus familiares mais significativos; sua mãe, e o irmão mais velho, substituto do pai.

Pode-se pensar que a sua razão para escrever se deve a uma propensão, socialmente produzida, para um trabalho reflexivo sobre o passado e sobre suas origens sociais. Através de um trabalho literário esboçam-se as determinações sociais complexas de sua relação com a história social de sua

família de origem. A necessidade de explicar e compreender a lógica social da vida camponesa e de trabalhador rural – com suas estratégias familiares diversificadas no contexto de uma pequena cidade – a partir de uma experiência operária e de migração para os grandes centros metropolitanos; a compulsão para a explicação de sua diferença com o seu irmão mais velho, sua posição de irmão caçula e franzino para o trabalho rural pesado (e depois industrial ou urbano), proporcionando-lhe uma escolarização mais prolongada; todas essas particularidades que o fazem se afastar ou querer se afastar de seu grupo social de origem, levam-no a buscar a reflexão solitária diante do papel e a expressão escrita como meio de efetuar um trabalho simbólico sobre o passado. A associação entre pesquisa antropológica, história oral e produção de texto autobiográfico escrito pode assim ter efeitos interessantes para a produção do conhecimento, bem como ser um instrumento libertador de autoconhecimento utilizado por indivíduos peculiares das classes populares, mesmo quando estas têm fortes e históricas dificuldades com relação à escolarização e à escrita, como ainda é o caso das classes trabalhadoras brasileiras.

O uso de trajetórias coletivas, as tecelãs, algumas tendências

No item anterior vimos como a personagem da mãe no romance de Adauto Machado encarna o papel de chefe de "família de viúva", comum nos casos de recrutamento de famílias praticado pelas fábricas têxteis, que buscavam um enorme contingente de operárias do gênero feminino, para trabalharem lado a lado com os operários homens. Desta forma a densidade de trabalhadores por unidade doméstica era superior ao caso das usinas de açúcar, cujos operários eram na sua quase totalidade masculinos. Interessada nas moças para suas seções de fiação e tecelagem, a fábrica recrutou famílias de trabalhadores, entre os anos 1930 e 1950, de toda parte, mas sobretudo das regiões semiáridas de vários estados da região. Tais famílias eram progressivamente alojadas na vila operária crescente (Alvim 1985, 1990, 1997).

Um indício da marca que o trabalho feminino imprimiu nesta indústria parece ser o fato de que vários de nossos pesquisados homens significativamente utilizavam como termo genérico na linguagem oral o de *tecelãs*, feminino que se aplicava também aos homens: os tecelãs.

Assim, a fábrica e a vila operária da CTP, na sua grande expansão entre os anos 1930 e 1950, recrutava famílias numerosas inteiras para que diversos de seus membros, moças ou rapazes, pudessem fornecer-lhe mão de obra.

Com isto havia com frequência vários trabalhadores por unidade familiar, que assim tinham melhores chances (diferentemente das famílias dos operários do açúcar), de manter a casa e habitar o bairro e também contribuir para que a memória do grupo pudesse se transmitir entre gerações.

A partir dos anos 1950, quando pouco a pouco as demissões passaram a superar as contratações, a rotatividade da mão de obra passou a atingir, sobretudo, os homens. Por ocuparem todos os postos clandestinos do "setor externo", eles eram mais facilmente demissíveis. As moças mais raramente demitidas, quando o eram, retornavam à posição "natural" de ajudar em casa. Aliás, muitas delas tinham sido convocadas em sua região de origem por parentes que habitavam uma casa da vila operária, ou para substituir no trabalho um membro da família doente, a fim de garantir a manutenção da casa, ou para ajudar outras mulheres em seus trabalhos domésticos. Elas permaneciam na vila operária onde ficavam disponíveis para um retorno eventual ao trabalho no caso de retomada das contratações na fábrica. Os jovens demitidos, que não tinham lugar no universo doméstico, acabavam em pouco tempo indo buscar trabalho em outro lugar. Assim, o laço mais estreito das moças com a casa e a família é que, paradoxalmente, podia levá-las a permanecer na fábrica mais tempo que seus irmãos (exceto os que ocupavam postos especializados ou de contramestres).

A dedicação das moças a seus pais levava-as, por vezes, a continuar trabalhando como operárias para sustentá-los e para fazer jus, com o tempo, ao benefício de uma aposentadoria em geral precoce, já que sua vida ativa começara muito cedo. Ao lado de sua posição como arrimo de família, esse é um dos fatores mais importantes na constituição de um celibato operário feminino.

Assim foi que as operárias da fiação e da tecelagem formaram, a partir do final dos anos 1950, um dos grupos mais estáveis no interior da fábrica, tendo como objetivo, do mesmo modo que os contramestres, terminar sua vida profissional naquela empresa. E foi para garantir tal possibilidade que esses dois grupos, até então passivos nos conflitos de trabalho que começaram já no início dos anos 1950, apareceram, no início dos anos 1960, como os mais mobilizados em torno do sindicato operário.

O longo tempo de permanência das famílias na localidade contribuíram para a constituição de redes de parentesco e de vizinhança duradouros. Isto fez com que muitas famílias que foram mantendo sua permanência na vila operária pudessem afinal usufruir da propriedade da casa por efeito das

indenizações decididas pela Justiça do Trabalho pelas demissões indevidas. Empoderadas pelos primeiros anos da ditadura militar, muitas fábricas se utilizaram do fim da lei da estabilidade dos trabalhadores com 10 anos de casa, com a maior rotatividade permitida pela lei do FGTS, para demiti-los sem direitos. Uma medida como a demissão em massa dos operários mais velhos, para que a memória de lutas não fosse transmitida às gerações seguintes, provocou efeitos inversos, pela visibilidade da luta de resistência e pelo resultado inesperado da atribuição da propriedade das casas às famílias de trabalhadores devido ao tamanho das indenizações trabalhistas da CTP. Este caso nos leva a considerar, por um lado, as condições mais ou menos favoráveis à transmissão de uma memória entre gerações. Por outro, o uso então generalizado pelos trabalhadores da Justiça do Trabalho.

Esse exemplo do estudo de trajetórias coletivas no interior de grupos profissionais, como nesse caso das tendências observadas no interior da parte feminina do contingente de trabalhadores têxteis, se utiliza de parcelas modais recorrentes das histórias de vida[19].

Outras formas de estudos biográficos e de trajetória que tive a oportunidade de escrever tiveram por base empírica entrevistas e histórias de vida realizadas. O único estudo biográfico que se baseou em material historiográfico, a partir da morte do personagem principal, foi o do jogador de futebol Garrincha, duas vezes campeão do mundo e operário têxtil em sua origem[20]. Este estudo foi brevemente relatado na apresentação oral que deu origem a este texto, mas as limitações de tamanho dos capítulos deste livro me fazem apenas remeter ao artigo de referência como indicação bibliográfica. O mesmo pode ser dito de estudos de trajetórias de intelectuais estudiosos das classes trabalhadoras, ou do campesinato[21].

19. Ver Alvim (1997) e Alvim e Leite Lopes (1990)

20. O subtítulo deste item seria: "Uma trajetória estudada sem entrevista: a morte da alegria do povo através da documentação e da similitude de espaços sociais geradores de *habitus* usados criativamente em novas circunstâncias". Ver Leite Lopes (1992). Outro estudo biográfico com o jogador de futebol pernambucano Ramon, originário de família moradora da usina de açúcar que fora local de meu trabalho de campo para o mestrado, foi feito a partir do relato de sua história de vida (Leite Lopes, 2012).

21. Ver Leite Lopes, Pessanha e Ramalho (2012); ver também a coleção do "Projeto Trajetórias" em: <https://memov.org/site/colecao-trajetorias-pesquisadores-e-assessores/>. O título da apresentação que deu origem a este texto tinha o título mais amplo de "Trajetórias de trabalhador@s, operários-jogadores e pesquisadores: reflexões sobre casos estudados", passível de apresentação oral, mas de difícil desenvolvimento por escrito neste capítulo.

Referências

ALVIM, R. *A Sedução da Cidade*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

ALVIM, R.; LEITE LOPES, J. S. Famílias operárias, famílias de operárias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 14, p. 7-17; Familles ouvrières, familles d'ouvrières. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 84, p. 78-84, 1990.

BOURDIEU, P. Condição de classe e posição de classe. In: Sérgio Miceli (Org.). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, p. 3-25, 1974.

BOURDIEU, P. et al. *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris/La Haye: Mouton. Re-edição em . PÉREZ, A.; YACINE, T. (orgs.) *Travail et travailleurs en Algérie*. 2.ed. Paris: Raisons d'agir, 2021..

BOURDIEU, P. *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de Trois études d'ethnologie kabyle*. Paris: Seuil. Edição original, Ed. Droz, 1972. Edição portuguesa: *Esboço de uma teoria da prática*. Oeiros: Celta Editora, 2000.

BOURDIEU, P. *La distinction; critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979. Edição brasileira: *A distinção*: crítica social do julgamento. São Paulo: Zouk/Edusp, 2006.

BOURDIEU, P. *Le Sens Pratique*. Paris: Minuit, 1980. Edição brasileira: *O Senso Prático*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

BOURDIEU, P. "L'Illusion Biographique". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 62/63, juin 1986, p. 69-72, 1987. Ver também tradução brasileira em: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 183-191.

BOURDIEU, P. (Coord.) *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. Edição original 1993: BOURDIEU, P. (Dir.). *La misère du monde*. Paris: Seuil, 1997.

BOURDIEU, P. *Le Bal des Célibataires*. Crise de la Société paysanne en Béarn. Paris: Éditions du Seuil, 2002. Edição brasileira. *O Baile dos Celibatários. Crise da sociedade camponesa no Béarn.* São Paulo: Editora Unifesp, 2021. (tradução, apresentação e notas de Carolina Pulici).

BOURDIEU, P. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras, (Trad. e org. Sergio Miceli) 2005 [2004].

BOURDIEU, P. *O desencantamento do mundo*: estruturas econômicas e estruturas temporais. 2. ed. revista e aumentada. KLÜGER, Elisa (Org.). São Paulo: Perspectiva, 2021. (1. edição brasileira: 1979. São Paulo: Perspectiva.

BRITO, Â. X. de. Trajetória. *In*: Afrânio Catani; Maria Alice Nogueira; Ana Paula Hey; Cristina C. de Medeiros (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 354-356.

LEITE LOPES, J. S. *O vapor do diabo*: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976. Disponível em <https://2022.memov.com.br/site/livros-e-textos/o-vapor-do-diabo-o-trabalho-dos-operarios--do-acucar> Acesso em: 08 nov. 2024.

LEITE LOPES, J. S. Prefácio a la presente edición. In: *El vapor del diablo: el trabajo de los obreros del azúcar*. Buenos Aires: Antropofagia, 2011, p. 27-55. Disponível em: <https://2022.memov.com.br/site/livros-e-textos/el--vapor-del-diablo-el-trabajo-de-los-obreros-del-azucar-pdf/>. Acesso em: 08 nov. 2024.

LEITE LOPES, J. S. Trajetórias de fundadores de sindicatos operários em situação de dominação produtiva e territorial (PE, 1930-1940). In: LEITE LOPES, José Sérgio; CIOCCARI, Marta. *Narrativas da Desigualdade*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013, p. 55-75.

LEITE LOPES, J. S. *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. São Paulo-Brasília: Marco Zero/Ed. da UnB, 1988. Disponível em <https://2022.memov.com.br/site/livros-e-textos/a-teceleagem-dos-conflitos--de-classe-na-cidade-das-chamines/>. Acesso em: 08 nov. 2024.

LEITE LOPES, J. S. *Memória e Transformação Social*. Coleção Aulas Inaugurais, coordenada por Alfredo Wagner Berno de Almeida. Rio de Janeiro/São Luís: Casa 8/PNCSA, 2016. Disponível em: <https://memov.org/site/livros-e-textos/memoria-e-transformacao-social/>. Acesso em: 08 nov. 2024.

LEITE LOPES, J. S. Os trabalhadores e o desencanto do mundo em Pierre Bourdieu. In: Roberto Véras de Oliveira; José Ricardo Ramalho; Cesar Sanson (Orgs.). *Diálogos Críticos*; o pensamento estrangeiro e a sociologia do trabalho no Brasil, 2023, p. 245-294. Disponível em: <https://memov.org/site/livros-e-textos/dialogos-criticos-o-pensamento-estrangeiro-e-a--sociologia-do-trabalho-no-brasil> Acesso em: 08 nov. 2024.

LEITE LOPES, J. S. A morte da "alegria do povo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 20, p. 113-134, 1992. Edição original. La disparition de la "joie du peuple". Notes sur la mort d'um joueur de football. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 79, p. 21-36, 1989. Disponível em: <https://www.academia.edu/6116321/A_MORTE_DA_ALEGRIA_DO_POVO_>. Acesso em: 08 nov. 2024.

LEITE LOPES, J. S. Da usina de açúcar ao topo do mundo do futebol nacional: trajetória de um jogador de origem operária. Campinas, *Cadernos AEL*, 2012. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2583>. Acesso em: 08 nov. 2024.

LEITE LOPES, J. S.; ALVIM, Rosilene. Uma autobiografia operária: a memória operária entre o romance e a entrevista. *Estudos Avançados*, v. 13, n. 37, p. 105-124, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141999000300006>. Edição inglesa: A Brazilian worker's autobiography in an unexpected form: Interweaving the interview and the novel. In: Mary Chamberlain,; Paul Thompson (editors). *Narrative & Genre*; contexts and types of communication. New Bruswick ans London: Transaction Publishers, p. 63-80.

LEITE LOPES, J. S.; PESSANHA, Elina; RAMALHO, José Ricardo. Esboço de uma história social da primeira geração de sociólogos do trabalho e dos trabalhadores no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 118, p. 115-129, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mjZL3MzVysL5NsQ4q5h3pBs/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 nov. 2024.

LEITE LOPES, J. S.; ALVIM, Rosilene; BRANDÃO, Celso. *Tecido memória*. Documentário longa metragem em DVD, 70 min. Rio de Janeiro: Museu Nacional-UFRJ, 2008. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=MRsQU4Pt-QI>. Acesso em: 08 nov. 2024.

MUEL-DREYFUS, F. (2020) Trajectoire(s) / Trajectoires (s) sociale (sociales). *In*: SAPIRO, Gisèle (dir.). *Dictionnaire International Bourdieu*. Paris: CNRS Éditions, 2020, p. 852-854.

WANDERLEY, M. de N. B. *A emoção de viver*; aos 80 anos estou viva e bulindo. Recife: edição da própria autora, 2022.

Trajetórias de camponeses-trabalhadores: desafios metodológicos[1]

Marilda A. de Menezes

Jaime Santos Júnior

Introdução

A proposta deste texto é esboçar algumas estratégias metodológicas utilizadas em nossas pesquisas, ao longo de quarenta anos, com camponeses-trabalhadores, cujas trajetórias de trabalho e vida são marcadas pela multiplicidade de atividades laborais e deslocamentos espaciais. Estruturamos as ideias a partir de três procedimentos metodológicos. Primeiro, a análise de itinerários migratórios ao longo de uma vida, como forma de compreender a multiplicidade de atividades laborais que são constituintes das condições de reprodução social desse grupo. Segundo, como, a despeito de trajetórias tão similares, elaboram-se modos diferenciados de narrar as experiências de trabalho e vida. Terceiro, como as metodologias longitudinais, ou da *duração*, permitem compreender as trajetórias dos indivíduos, famílias, grupos sociais em "período longo".

Para desenvolver esses três procedimentos metodológicos, tomaremos como esteio alguns casos de trajetórias de *camponeses-trabalhadores* com os quais realizamos pesquisa desde o início da década de 1980, nas regiões do Agreste e Sertão de Cajazeiras, na Paraíba, nas usinas de cana-de-açúcar da Zona da Mata Norte, em Pernambuco, e na região do ABC Paulista, em São Paulo.

1. Este capítulo é uma versão substancialmente modificada do texto apresentado no Encontro Intermediário da ABET-UFPB. O futuro do trabalho em debate: por um olhar periférico. Mesa 7: Trabalho, trajetórias sociais e desigualdades, coordenada por Maurício Rombaldi (PPGS/UFPB); com participação de José Sérgio Leite Lopes (PPGAS/MN/UFRJ); Cristiano Ramalho (UFPE); Marilda A. Menezes (UNICAMP/UFABC); Jaime Santos Júnior. (PGSocio/UFPR). Comentador: Márcio Sá (PPGS/UFPB).

Provocações iniciais

O convite para compor a mesa foi feito com o intuito de reunir pesquisas que se valessem, de algum modo, do estudo de trajetórias sociais. Nesse formato, como sabemos, o modo de exposição em mesa pode ocorrer com os expositores apresentando as suas pesquisas e deixando para o comentador a difícil tarefa de alinhavar algum elo de conexão entre elas; ou mesmo, sendo menos comum, com uma maior interlocução entre eles que, dessa maneira, esforçam-se por promover o debate sobre o tema proposto. Dito de outro modo, voltam-se para a sua própria agenda, para lá encontrar o que motivou o convite. Acreditamos que a atividade logrou alcançar esse último formato. O que apresentaremos doravante é, portanto, o nosso modo de reagir à provocação feita pela mesa.

O que fizemos foi retomar alguns achados de pesquisas que tinham mobilizado a noção de trajetórias, individuais e coletivas, no tema das migrações campo-cidade na segunda metade do século XX, no Brasil. Mais detidamente, são pesquisas que tiveram início na década de 1980 e que compõem diferentes projetos. O solo comum é o interesse em compreender a formação da classe trabalhadora brasileira que, como sabemos, ocorreu no cenário da transição demográfica de áreas rurais para os centros de maior industrialização no Sudeste do país.

Havíamos sido precedidos, em nossas falas, por José Sérgio Leite Lopes, cujas pesquisas estão entre as que ofertaram vasto conhecimento no tema do campesinato e do assalariamento de trabalhadores rurais no Nordeste; e por Cristiano Ramalho, que reagiu ao tema da mesa a partir das suas pesquisas sobre trabalhadores da pesca, igualmente com o Nordeste como cenário. Cabia-nos, portanto, o enlace final, e decidimos que ele seria feito sacando a seguinte provocação: o que havíamos aprendido com a análise de trajetórias sociais e individuais? Seria esse outro modo de arguir sobre um tipo de abordagem teórico-metodológica que, ousamos dizer, foi capaz de produzir injunções explicativas sobre as migrações de trabalhadores do Nordeste para São Paulo.

Ainda sobre a abordagem esposada, que se valeu fartamente da história oral e que acompanhou uma mesma *coorte* em diferentes momentos no tempo, cumpre dizer que o retorno para recontar deixou entrever outro aspecto, o imprevisto. Sim, porque em nosso caso, vimos que a perspectiva longitudinal não decorria apenas de um somatório de estudos sequenciais, mas assemelhava-se ao que poderíamos chamar de um estudo

de painel. Isto não estava previsto no momento inicial dos estudos, mas foi se insinuando ao longo de uma trajetória de pesquisa que, ao fim e ao cabo, permitiu essa compreensão em perspectiva, o que se somou a outras pesquisas vicinais de pesquisadores que foram sendo integrados como equipe.

Na exposição a seguir, veremos os aspectos que gostaríamos de ressaltar sobre a compreensão dos deslocamentos de trabalhadores e o que, em termos metodológicos, anuncia-se como ganhos analíticos da abordagem longitudinal.

Itinerários migratórios, trabalho rural e urbano

Em resumo, o conjunto das pesquisas deixa evidente trajetórias de *camponeses-trabalhadores migrantes*[2] que foram marcadas pela multiplicidade de atividades laborais e de deslocamentos espaciais. O assalariamento ocorreu, em princípio, como movimento de saída para os centros urbanos, especialmente nas décadas de 1960 e 1970; posteriormente, como resultado da extensão dos *direitos* e da consequente formalização do emprego no campo. Mas seria temeroso assumi-lo como condição de fim, como resultado de um processo irreversível, uma vez que encontramos evidências de que o ingresso e a saída do mercado de trabalho ocorrem ao longo de suas vidas e entre gerações. Isso desafia proposições teóricas baseadas em dualismos, que examinam a realidade social através de oposições exclusivas.

As fontes tradicionais de informação secundária, como os Censos e a PNAD, são limitadas para se fazer inferências sobre as trajetórias de vida dessa população. Para reconstituir a história migratória de uma pessoa que passa grande parte da sua vida ativa se deslocando atrás de trabalho, torna-se necessário incluir outros instrumentos de pesquisa. Em resposta a tal desafio, utilizamos o registro dos itinerários migratórios individuais, ao longo de uma vida, como forma de compreender a multiplicidade de atividades laborais que são constituintes das condições de reprodução social dos *camponeses-trabalhadores*.

2. Para pensar tipologicamente os casos, optou-se pela nomenclatura "camponeses-trabalhadores" (Menezes, 1985). Como "abstração metodologicamente útil" (Candido, 2017), o esforço foi o de conjugar a dupla inserção em termos de atividades laborais e categorias de pertencimento.

A perspectiva não é tomar as migrações como um objeto de estudo independente[3], mas analisar os múltiplos movimentos migratórios realizados ao longo de uma vida, de modo a questionar interpretações que se orientam pelo argumento da transição completa de camponeses rumo à proletarização, transformando-se em trabalhadores assalariados. Privilegiar os itinerários migratórios individuais como instrumento metodológico não significa, no entanto, negar a importância de determinados tipos de migrações, como é o caso das sazonais.

Com esses apontamentos iniciais, queremos agora lançar mão de alguns dados colhidos no período de 1993 a 1996, em pesquisa com camponeses da região Agreste da Paraíba, que migravam para o corte de cana na Zona da Mata de Pernambuco (Menezes, 2002). Realizamos o levantamento dos itinerários migratórios de 20 indivíduos com idades entre 20 e 77 anos, em 1995, e constatamos que, ao longo de suas vidas, realizaram uma variedade de atividades laborais, como o corte de cana na *plantation* açucareira de Pernambuco e o trabalho em indústrias e no setor de serviços nas metrópoles do Sudeste brasileiro, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro. Essa tem sido uma prática social recorrente entre gerações, transmitida de pai para filho desde as fases iniciais da socialização das crianças.

O deslocamento de camponeses do Agreste paraibano para trabalhar nos engenhos de cana-de-açúcar de Pernambuco remonta à década de 1930. Tal é o caso de Arnaldo, que nasceu em 1918 e foi trabalhar no corte de cana em 1930, quando foi levado por seu pai aos 12 anos de idade. Ele trabalhou durante vinte e cinco safras em engenhos de cana de açúcar e nunca migrou para o Rio de Janeiro ou São Paulo. Cláudio, que nasceu em 1938, realizou a primeira migração conduzido por seu pai, Arnaldo, quando tinha 12 anos de idade, em 1950.

São casos que confirmam a constatação de Andrade (1980) de que já havia migração da região Agreste e, provavelmente, de várias regiões da Paraíba para a *plantation* açucareira de Pernambuco antes da década de 1930, formando-se um tradicional "corredor de migração" (Silva, 1999). Em termos socioeconômicos, essa conexão entre as regiões do Agreste e Sertão

3. Uma excelente análise da literatura sobre "migrações", mostrando como um deslocamento entre unidades administrativas, constatável por registros demográficos, torna-se um problema sociológico, é apresentada por Moacir Palmeira e Alfredo Wagner (1977) e Garcia Jr (1989). Ver também Sterci (1985): "Antes de migrar ou ser migrante (ou 'migrante potencial'), o grupo é camponês ('posseiro', proprietário, arrendatário), assalariado rural ('peão', 'bóia-fria', 'clandestino', 'fichado'), artesão, operário, ou vive de biscates na área urbana".

do Nordeste tem representado uma complementaridade entre a economia camponesa-latifundiária e a *plantation* açucareira no Nordeste (Andrade e Potengy, 1980; Suarez, 1977).

Os deslocamentos populacionais das áreas rurais do Nordeste em direção às cidades do Sudeste, de acordo com a literatura, começaram na década de 1930, tendo crescido consideravelmente a partir da década de 1950 (Berlinck, 1977; Lopes, 1971 e 1980; Martine, 1990). Uma pequena digressão: a historiografia registra, contudo, que o trânsito Nordeste-Sudeste foi afluente ainda no período colonial, notadamente após o fim do tráfico de escravos, em 1850, quando aumentou a procura por escravos para trabalhar nas novas fazendas de café do Sudeste (Conrad, 1975). Também é digno de nota que essa migração precisa ser compreendida no cenário maior da mercantilização do trabalho no Brasil, da transição do trabalho escravo para o trabalho livre e da constituição do mercado de trabalho nos moldes da economia capitalista. No Brasil, não se verificou a célere concomitância entre a existência de uma superpopulação abundante e a disposição de braços para trabalhar na moderna indústria, tal como Marx havia encontrado na Inglaterra. Entre nós, o "trabalhador livre" pôde se valer de outros meios para a sua subsistência, o mais das vezes pelo acesso à terra. A completa expropriação irá conviver ainda com a possibilidade de se buscar a sobrevivência fora do mercado de trabalho.

Retornemos. Não por acaso, alguns migrantes se fixaram com as famílias em novas cidades, enquanto outros mantiveram as raízes na terra natal, retornando várias vezes. Esse é o caso de Benedito, que nasceu em 1923, pequeno proprietário do município de Fagundes/PB. Ele foi trabalhar no Rio de Janeiro em 1951, 1957, 1961 e 1968, deixando a mulher e os filhos na terra de seus pais. Após acumular recursos, comprou terra própria e, no momento da pesquisa, vivia com a família, esposa, filhos e netos em sua pequena propriedade. Ele não trabalhou no corte de cana nem em outras atividades em engenhos e usinas. Davi, outro caso, nasceu em 1944 e trabalhou no Rio de Janeiro de 1961 a 1975, quando aprendeu a profissão de motorista de ônibus.

Nessa região, as décadas de 1960 e 1970 foram mais marcadas pela migração para o Rio de Janeiro, enquanto nas décadas de 1980 e 1990, a migração temporária para as usinas de Pernambuco foi predominante. Aqui se tem um exemplo que dificilmente o Censo é capaz de flagrar, por se tratar de uma migração pendular, que ocorre apenas nos períodos de safra.

Várias pesquisas demonstram que, desde meados da década de 1970, os *camponeses-trabalhadores* foram submetidos a baixos salários, empregos não qualificados, fases permanentes de desemprego e dificuldades de moradia nas metrópoles da região Sudeste (Bonduki e Rolnik, 1979; Menezes, 1985; Berlinck, 1977; Durhan, 1979). Se as condições de trabalho e moradia eram precárias no Sudeste, na década de 1970, na região pesquisada, cresceu a demanda por trabalho sazonal na *plantation* açucareira em Pernambuco, o que ampliou as possibilidades de contratação de camponeses provenientes das regiões Agreste e Sertão. Tradicionalmente, a economia camponesa do Agreste da Paraíba se caracterizava por uma combinação entre cultura comercial, especialmente algodão, produção de subsistência e a criação de animais como porcos, galinhas, cabras e gado bovinos, sendo alguns desses produtos comercializáveis. Com a erradicação do algodão como cultura comercial, os camponeses perderam uma das principais fontes de renda. Além disso, o trabalho no corte de cana passou a ser uma alternativa concorrente aos empregos urbanos no Rio de Janeiro ou São Paulo, após a implementação do contrato formal de trabalho no campo, com o Estatuto da Terra, em 1963, que garantiu, aos trabalhadores rurais, os mesmos direitos trabalhistas que os trabalhadores urbanos, como férias, 13º salário e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

A convivência com o que se apresenta como "alternativa", a *plantation* açucareira ou os empregos urbanos, compõe o cenário a partir do qual as famílias tecem estratégias de sobrevivência. Compreendê-las, contudo, requer observar um conjunto de fatores, tais como as condições de trabalho e moradia nos vários espaços aos quais os *camponeses-trabalhadores* pertencem, bem como do ciclo de vida, condição de gênero, avaliações e percepções subjetivas a respeito do imaginário associado aos lugares (Silva, 1992).

A geração mais jovem, aqueles que começaram a migrar em finais da década de 1970 e década de 1980, representados em nossa amostra por cinco trabalhadores, com idades variando entre 21 e 22 anos, em 1995, também combinavam trabalho na *plantation* açucareira com empregos urbanos no Rio de Janeiro ou São Paulo. Não raro, o trabalho na cana-de-açúcar, em Pernambuco, tornou-se um primeiro passo para uma migração de longa distância.

Quando combinamos itinerário migratório e ciclo de vida, vemos que a incidência para a migração de longa distância e maior duração ocorre antes

do casamento; diferente daquela que é sazonal e de curta distância, que ocorre depois do casamento, como ilustram os exemplos a seguir.

Geraldo nasceu em 1947 e foi ao Rio de Janeiro duas vezes, quando tinha 18 e 26 anos, de 1965 a 1973. Após ter poupado algum dinheiro no Rio de Janeiro, ele retornou a Fagundes/PB para se casar com Manuela, em 1974. Em novo deslocamento, o casal mudou-se para o Rio de Janeiro, onde viveu até 1977. Em seguida, Geraldo trabalhou até junho de 1995 nas usinas de cana-de-açúcar, quando foi novamente ao Rio de Janeiro, deixando a esposa e os filhos em casa. Em junho de 1996, um ano depois, ele retornou para Fagundes. Nessa ocasião, o seu filho mais velho tinha 17 anos e estava se preparando para migrar para o Rio de Janeiro no final de 1996.

Ivo nasceu em 1949 e morou no Rio de Janeiro por 11 anos, entre os 18 e 30 anos de idade, de 1967 a 1978. Ele se casou em 1978 e, desde então, passou a combinar o trabalho no corte de cana nas usinas de Pernambuco com o trabalho familiar na sua pequena propriedade, em que cultivava, na ocasião da entrevista, principalmente milho, feijão, mandioca, macaxeira, e criava quatro cabeças de gado. Complementava a renda com uma pequena mercearia localizada ao lado de sua casa. A terra foi comprada em 1980 com o dinheiro poupado no trabalho no Rio de Janeiro, além do que conseguiu ganhar na comercialização do algodão.

Jaime nasceu em 1950. É irmão de Ivo e trabalhou nas usinas de cana-de -açúcar quando ainda era menor de idade. Foi ao Rio de Janeiro pela primeira vez em 1970, quando tinha 20 anos, e retornou em 1980, quando tinha 30 anos, casando-se em seguida. Diferentemente de seu irmão Ivo, Jaime não conseguiu comprar terra e, por isso, dedicava-se ao roçado em terras de outros proprietários, além do trabalho na safra de cana-de-açúcar.

O fato de os casados trabalharem preferencialmente nas usinas de Pernambuco, o que lhes possibilitava retornar para casa quinzenalmente, não significava que, também, não realizassem migrações de longa distância e maior duração, como para o Rio de Janeiro, ausentando-se às vezes até dois anos de suas famílias. Alguns continuavam se deslocando para o Rio de Janeiro, mesmo após o casamento.

No tocante às avaliações sobre os diversos espaços e oportunidades de emprego que apareciam nos relatos, para alguns não havia diferenças significativas entre salários e direitos trabalhistas quando comparavam as usinas de cana-de-açúcar aos empregos urbanos (na construção civil, emprego doméstico e porteiros, por exemplo), enquanto outros argumentavam que

as condições de trabalho na agricultura canavieira eram mais degradantes do que no espaço urbano, sobretudo por conta das variações do clima, do trabalho pesado e sujo, da longa e intensa jornada de trabalho. Esse era um imaginário que também opunha o trabalho degradante da cana-de-açúcar à aparência saudável e limpa daqueles que retornavam do Rio de Janeiro.

O apanhado dos achados de pesquisa nos permite avançar com o argumento de que a diversidade dos tipos de migração realizados pelos indivíduos ao longo de suas vidas não são meros deslocamentos geográficos, mas representam uma articulação histórica entre distintos espaços de reprodução social dos camponeses e dos trabalhadores assalariados. Eis a dificuldade da etiqueta conceitual. A que procura reter, congelar em uma categoria, aquilo que empiricamente teima em escapar do rótulo. Nesses deslocamentos, delineiam-se diferentes trajetórias; alguns conseguem, em determinado momento do ciclo de vida, alcançar as condições de reprodução que os definem mais como "camponeses", enquanto outros têm as trajetórias marcadas pelo deslocamento permanente e simultâneo entre a "condição camponesa" e a de "trabalhador assalariado" rural e urbano. Por fim, encontramos os que se tornam "trabalhadores assalariados". A diversidade taxonômica desafia o esforço sociológico por compreendê-las em seu caráter instável, processual. Quando olhamos menos para o rótulo e mais para o modo de vida, descortinam-se quadros cognitivos diversos e nem sempre congruentes, donde farta literatura já verteu água no moinho, desafiada que se sentiu em compreender o aparente desencaixe entre universos sociais tão distintos (Bourdieu, 2023; Taussig, 1983).

Aqueles que migraram nas décadas de 1950 e 1960 tinham maiores possibilidades de comprar terra, ou expandir um pequeno pedaço já possuído, ou, ainda, ascender de "morador" ou "rendeiro" a "pequeno proprietário". Desde meados da década de 1970, notam-se diferenças significativas nas condições de reprodução social dos *camponeses-trabalhadores* migrantes. A possibilidade de comprar terra com economias enviadas ou trazidas pelos migrantes tem se tornado mais remota. A renda auferida tem sido apenas suficiente para suprir as necessidades básicas de suas famílias. Naquele contexto, apesar de ser rara a possibilidade de construir uma base de capital através da aquisição de terra, insumos e equipamentos, há um grupo significativo de migrantes que orientam a sua vida no sentido de permanecerem na terra natal, adquirindo ou construindo uma casa. Aqui caberia a pergunta, não somente sobre o que motiva os indivíduos a migrar, mas, sobretudo, sobre o que os motiva a não migrar. Especialmente quando

consideramos os fluxos migratórios ocorridos na década de 1990 a 2000, quando o Nordeste, mas não somente, registrou elevado percentual de migração de retorno (Cunha, 2015; Baeninger e Peres, 2011).

O excelente estudo realizado por Garcia Jr. (1989) identifica que a aquisição da casa própria é um passo essencial na emancipação dos moradores. A compra de terra ou casa assumia um significado material e simbólico relevante na trajetória social de camponeses das regiões do Agreste, Brejo e Sertão da Paraíba por ele investigados. Os trabalhadores organizavam o discurso através das categorias de *libertos* e *sujeitos*[4]. *Sujeitos* são moradores, e *libertos* são outras categorias, pequenos proprietários e rendeiros, que vivem fora da propriedade e estão livres do controle do fazendeiro. A aquisição de terra ou da casa é a condição para se tornarem *libertos*.

Trajetórias coletivas e individuais

Muita tinta já foi gasta no debate sobre os usos da noção de "trajetórias" e por isso julgamos importante esclarecer o modo como nos apropriamos do termo. O esforço não é, portanto, para resumir a diversidade de abordagens teóricas. Comecemos pelo início. Em acepção vernacular, trajetória remete à disposição geométrica de posições ocupadas por um corpo em movimento. Poderíamos ter como sinônimo palavras tais como circuitos, itinerários, percursos, que não raro costumam aparecer em estudos. Para nós, contudo, há pelo menos uma baliza que reivindicamos nesse ponto de partida: é que o efeito de agregação, em termos de "trajetórias coletivas", ou de desagregação, como em "trajetórias individuais", não é mutuamente exclusiva. Vejamos como isso se apresenta.

Tomemos como mote inicial o modo como Bourdieu (1998) define a noção de trajetória:

> [...] série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações (Bourdieu, 1998, p. 189).

4. Não deixa de ser curioso que tenham sido os antropólogos que, ao estudarem o campesinato nessas áreas de *plantation*, encontraram a categoria nativa de "assujeitado", talvez a que melhor expresse que a transição para o trabalho livre foi racializada. Embora o discurso primevo dos estudos do trabalho na Sociologia tenha, de certa forma, omitido esse aspecto ao separar raça e trabalho.

Seja como possibilidade de atualização do *habitus* através das conjunturas que o sujeito atravessa, como em Lopes (2013), ou como crítica ao conhecimento que se restringe ao individual, como demiurgo de si, e com isso enfrentar os dilemas entre objetividade e subjetividade, sujeito e estrutura, presentes na discussão sobre "histórias de vida", parece-nos prudente reter, como sugere Kofes (2001), que a exclusão de um dos termos da equação, a da possibilidade da trajetória como "história de vida", não resolve o dilema. A razão para tanto requer um enfrentamento que não será possível fazer aqui, mas podemos destacar que os sujeitos imprimem significados, interpretações, às suas existências e ao percurso, narrado como encadeamento de ações que se sucedem no tempo e no espaço, irredutíveis à proposição da trajetória como posições objetivas.

Para Kofes (2001, p. 25), "o deslocamento objetivo implicaria sentidos subjetivos naquele que se desloca, naqueles relacionados a este deslocamento e naqueles que já foram inscritos no próprio deslocamento". O que gostaríamos de realçar é a possibilidade de se considerar, na análise de trajetórias, tanto o marcador para sequência de posições, em uma topografia objetiva, quanto o espectro subjetivo, como história pessoal, como também entende Dubar (1998). De modo que teríamos como dar consequência analítica a um conjunto de marcadores objetivos, colhidos como dados secundários – e permitindo diferentes agregações (renda, idade, estado civil, ocupação, entre outros) –, mas sem obnubilar as maneiras pelas quais se constroem narrativas de si. Isso, no mesmo sentido do relato de vida como forma narrativa. Ainda que a ação seja sempre ação localizada, o ordenamento de ações como curso pode também se dar como produção discursiva do sujeito, inspirados que somos por Bertaux (1997).

Aliás, Heinich (2010) já havia criticado a indistinção entre biografia como material empírico e como método para salvar a possibilidade de ter a "ilusão" como significante interveniente, porque capaz de reconhecer o esforço de constituição de um relato coerente por parte do indivíduo que fala. Com outras palavras, fictícias ou não, produz-se engajamentos.

As perspectivas críticas dos autores citados em relação à noção de trajetória proposta no texto *A ilusão de biográfica*, de Bourdieu, apresentam certa aproximação com a visão de alguns comentadores. Esse é o caso do texto de Rombaldi e Tomizaki (2023, p. 722), que analisam a contribuição da obra de Bourdieu para a sociologia do trabalho, a partir do livro *A distinção* (Bourdieu, 2007). Segundo os autores, esta obra apresenta uma "ruptura

entre perspectivas objetivistas e subjetivistas". A relação entre trajetória e *habitus*, como apresentamos anteriormente, ganharia outra dimensão em *A distinção*,

> [...] devido à introdução da ideia de "efeito de trajetória" segundo a qual agentes dotados das mesmas propriedades e que ocupam a mesma posição social podem ter trajetórias diferentes da *trajetória modal* – ou a trajetória provável – do seu grupo de origem (Rombaldi e Tomizaki, 2023, p. 731).

Além das variações possíveis nas trajetórias sociais de um grupo, também é importante incorporar como as dimensões objetivas de experiências de trabalho são avaliadas, concebidas e narradas na linguagem. Para compreendermos a dimensão subjetiva, ou seja, as formas como os indivíduos – homens e mulheres – elaboram, pensam, atribuem sentidos às suas vidas, é preciso considerar as diferenças entre o vivido e o narrado. Para fundamentar essa perspectiva, tomaremos como exemplo dois casos de agricultores do Sertão paraibano que migraram para a região do ABC Paulista na década de 1970.

Trajetória do Sr. José Ramos[5]

José Ramos era morador em São José de Piranhas/PB. Nasceu em 1 de maio de 1959. A primeira viagem a São Caetano do Sul ocorreu em 1974, quando ainda tinha 15 anos, acompanhado da mãe, que tinha ido fazer uma cirurgia. Ficou na casa da tia, irmã da mãe, por três meses e depois retornou à Paraíba. Em 1976, com 17 anos, migrou novamente. Agora acompanhado de um tio. Inicialmente, morou com um irmão mais velho, mas conta que não deu certo por problemas na divisão das despesas da casa. Foi então que passou a residir com a tia, casando-se com a filha dela.

De 1976 a 1978, ele trabalhou em indústrias pequenas, aguardando uma chance para conseguir uma vaga em uma indústria maior, preferencialmente do setor automobilístico. Em 1978, conseguiu a contratação na Bombril, onde ficou até 1998. Entrou como "ajudante" e, em pouco tempo,

5. Uma análise mais desenvolvida dessa trajetória está publicada no capítulo "A migração Nordeste-São Paulo e a memória dos trabalhadores do ABC Paulista" (Lopes e Heredia, 2019).

foi promovido a "operador de máquina". Foi interessante observar como a narrativa sobre o tempo de trabalho na fábrica é ritmada pela vida familiar. Assim, quando tem uma ascensão profissional, de ajudante a operador, é o momento em que ele se casa. No nascimento da filha, a empresa estava em crise. Eventos relacionados ao espaço da casa interferem no espaço do trabalho e vice-versa.

A literatura que trata dos migrantes na década de 1950 indica que a grande maioria era proveniente do trabalho no campo, tinha pouca, ou nenhuma, especialização e o aprendizado se dava ao longo da carreira (Sader, 1988; Fontes, 2008; Negro, 2004). Essa característica parece se manter entre os migrantes que chegaram na década de 1970 na região do ABC, não sendo, portanto, mera casualidade da trajetória de José Ramos. Verificamos que esse fato foi recorrente entre os 30 trabalhadores paraibanos entrevistados no início da década de 1980.

Para explicar a mobilidade ocupacional de ajudante a operador de máquina, José Ramos mobiliza a imagem do "nordestino" que tem coragem de trabalhar porque veio da roça. A entrevista foi realizada em 2014 e ele se refere ao contexto de finais de 1970 e início de 1980, mas essa imagem do "nordestino" foi construída já na década de 1950, quando o trabalho migrante constituía uma parcela significativa da classe trabalhadora paulista. O imaginário sobre o nordestino desde a década de 1950 faz alusão àquele que tem força física e corpo disciplinado para o trabalho, como ressalta Negro (2004).

Essa visão está presente na imagem que o nosso informante constrói sobre si mesmo, enquanto um migrante sem leitura, filho de morador no Sertão Paraibano, que vem à região do ABC Paulista em busca de seu sonho de "melhorar de vida". Em sua narrativa, o trabalhador com força física, com o corpo disciplinado para o trabalho pesado, é resultado da socialização na roça.

A demissão em 1982, atribuída à sua participação em greve, representa outro ponto de inflexão na relação entre família e trabalho. No relato sobre esse evento, e ainda que tenha uma imagem positiva da fábrica, José Ramos diz que não estava satisfeito com a jornada de trabalho imposta pelo "sistema 7x1" (sete dias de trabalho e um dia de folga a cada 45 dias). O que lhe obrigava a ficar apenas um final de semana em casa e, portanto, menos tempo para o convívio com a família.

Mas a transição para outra empresa foi rápida e, como de costume, mediada por relações de amizade. Ele também foi promovido na Volkswagen. Começou como "ponteador" e chegou à função de "funileiro de bancada". Nesse momento, década de 1980, as automobilísticas já exigiam a credencial escolar, contudo, a experiência ainda era um critério muito valorizado, como constata Tomizaki (2006).

As redes de parentesco e amizade continuaram a pautar a trajetória ocupacional de José Ramos, sobretudo após ser demitido da Volkswagen, em 1990. Apesar de ser um trabalhador "produtivo" e "obediente", não escapou da crise da indústria automobilística de finais da década de 1980. Esse fato o abalou emocionalmente e significou uma ameaça ao seu projeto de ascensão e estabilidade na automobilística. Uma vez no mercado informal, entre 1990 e 1995, trabalhou com venda de mercadorias trazidas do Paraguai e manteve um bar por dois anos e meio no bairro Sacadura Cabral, Santo André, onde reside a maioria de seus irmãos. Em 1995 foi contratado pela Mercedes-Benz, onde ainda estava trabalhando até o momento da entrevista, realizada em fevereiro de 2014. Para esse novo emprego, mantém-se o padrão anterior de mediação através de redes de amizade e parentesco, tendo sido desta vez indicado por um primo. Cursou também o primeiro grau e um curso técnico no SENAI, oferecidos pela própria Mercedes-Benz. No momento da entrevista, já contava com dezenove anos de empresa, possuía casa própria em São Caetano do Sul, carro e estava encaminhando os filhos para entrar na universidade.

Na narrativa de José Ramos há um claro sentimento de gratidão com relação às oportunidades de trabalho que ele alcançou, uma sorte de dívida moral, para a qual tenta retribuir sendo um operário "obediente", "disciplinado", que faz o melhor para cumprir as regras técnicas e de controle do trabalho. Ao nosso ver, não se trata meramente de "incutir gratidão no operário" (Negro, 2004) como forma de captura da subjetividade; vai além, porque na outra ponta não existe um ser inerte, refém de imperativos para os quais só lhe resta baixar a cabeça. Quando observamos os seus interesses, nota-se que ele também operava nesse intrincado jogo, calibrando as formas de adesão e conflito quando oportuno.

Como vimos, há poucos relatos de crítica às formas de exploração ou controle do trabalho, mas sobram esforços para construir a imagem do "bom trabalhador", cuja ação se caracteriza mais pela deferência do que pela insubordinação ou rebeldia. A estratégia de ascender na carreira ocupacional

da empresa e de garantir anos de casa está associada ao projeto de conquistar melhorias para a família, "ela (a empresa) deu toda estrutura de vida para se dar para uma família, para os filhos....". Essa atitude pode ser compreendida, como estamos propondo, tanto como um sentimento de dívida à boa oportunidade que a empresa lhe ofereceu, quanto uma estratégia – nos termos de Certeau (1994) – utilizada para garantir a estabilidade e ascender socialmente. Longe está, portanto, de denotar uma suposta "falsa consciência". Foi a forma possível de construção de sua dignidade enquanto trabalhador cuja origem é caracterizada pelas carências, dificuldade de acesso à terra, e sem as credenciais necessárias para o emprego na indústria.

Segunda trajetória: Sr. Lindomar

Sr. Lindomar Cavalcanti nasceu em 1955, em São José de Piranhas, Paraíba; realizou a primeira migração em 1977, para São Bernardo do Campo, São Paulo. Em 1984, retorna para o município de nascimento, local onde reside até os dias atuais. Tem três filhos, nascidos em 1981, 1986 e 1989. De 1984 a 1989, a família estava residindo em São José de Piranhas, Paraíba, mas o Sr. Lindomar viajou com regularidade para a região do ABC Paulista. Nesse percurso, tornou-se comerciante levando gêneros alimentícios produzidos no Sertão da Paraíba, tais como queijo, carne, mel, buchada, para territórios de migrantes nordestinos na região do ABC Paulista. Nessa atividade, realizava viagens entre Paraíba e São Paulo, ficando duas ou três semanas em cada estado, ou o tempo requerido pela atividade econômica.

A entrevista com Lindomar ocorreu em julho de 1984, em sua residência, em São Bernardo do Campo[6], quando era operário da Volkswagen do Brasil. Também entrevistamos o pai, um pequeno proprietário, em 1984, no sítio Damião, em São José de Piranhas/PB. Reencontramos o Sr. Lindomar em 2008, quando retornamos aos municípios do Sertão de Cajazeiras para retomar o contato com os migrantes entrevistados no período de 1981 a 1984. Entre 2008 e 2013, nos encontramos algumas vezes

6. Essa entrevista foi realizada no âmbito do Projeto de Pesquisa: "Migração de camponeses do Alto Sertão Paraibano para a região do ABC, SP, 1981 a 1984", que resultou na dissertação de Mestrado *Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba: migração, família e reprodução a força de trabalho*. Campina Grande, UFPB, março de 1985.

e tivemos diálogos informais. Realizamos novas entrevistas em junho de 2013 e março de 2014[7].

Sr. Lindomar, assim como os que chegaram à região industrial do ABC Paulista na década de 1970, sonhava com um emprego nas indústrias automobilísticas. Esse era o grande sonho, pois estava associado às possibilidades de um salário maior e de acesso aos benefícios sociais e previdenciários (Menezes, 1985)[8]. Porém, a construção civil era, em geral, a primeira atividade, que, por sua vez, era considerada uma atividade temporária, até que um amigo ou parente conseguisse uma colocação em uma indústria. O trabalho na indústria representava para o migrante nordestino a possibilidade de adquirir uma "profissão"[9]. Essa expectativa era espelhada em exemplos de amigos e parentes. Ao conseguir o emprego na Volkswagen do Brasil, Sr. Lindomar alcançou o sonho de toda uma geração de migrantes oriundos das áreas rurais da região Nordeste do Brasil.

A narrativa sobre o trabalho na fábrica é perpassada pelas recordações da vida na área rural. Na entrevista realizada em 1984, quando perguntamos sobre por que vieram para São Paulo, Sr. Lindomar compara as condições do trabalho na Volkswagem com o trabalho e a vida no meio rural do Sertão Paraibano.

> *Por que vieram aqui para São Paulo?*
>
> Essa vida, que nem eu expliquei pra você há um ano atrás [havia feito um primeiro contato com ele em 1983], essa vida que nós levamos

7. Essas entrevistas foram realizadas no âmbito do Projeto de Pesquisa "Memórias de Trabalhadores Migrantes nordestinos a região do ABC Paulista: 1950-1970", como parte das atividades da Bolsa CAPES/PVNS, Professora Visitante Sênior na UFABC, no período de novembro de 2012 a outubro de 2016. A entrevista de 2013 foi realizada em parceria com Thiago Romeu e Verena S. Nogueira, ambos da UFCG. A entrevista de 2014 foi realizada em parceria com Thiago Romeu, UFCG.

8. Negro (2004, p. 411), no seu estudo sobre os migrantes nas fábricas automobilísticas do ABC, na década de 1950, também observa o desejo de entrar numa fábrica, especialmente a automobilística: "Um novo mundo se descortinava após o ingresso numa automobilística, e, de fato, o fenômeno da incorporação do migrante à indústria revestia-se de novos significados. No exercício fiscal anterior, entre os 582 empregados daquela 'fervilhante colmeia de trabalho', era comum deparar-se com o operário de construção que acabara de encerrar o serviço da edificação dos galpões industriais".

9. A noção de "profissão" tem sempre uma conotação de profissões qualificadas, como, por exemplo, os mecânicos, eletricistas, serralheiros. Ter "profissão" se contrapõe a não ter "profissão", que representa as profissões não qualificadas – que podem ser desempenhadas sem um treinamento anterior – como ajudante, servente de pedreiro (Menezes, 1985).

> aqui não é uma vida igual àquelas que eles levam lá [refere-se à área rural do Sertão Paraibano]. O pouco que eles têm, mas eles levam uma vida melhor do que nós.
>
> *Por que é melhor?*
>
> Eles vivem melhor porque a vida que eles levam lá, vamos supor: se ele cria um garotinho, uma vaquinha que ela dê o leite pra comer, ele está vivendo uma vida, uma vida sem ser ... sem ser mando por seu ninguém. Aliás, nós somos empregados... É, nós somos... Bem, vamos supor que você é uma chefe de uma fábrica. Quando ele chegar, vai gritar, porque grita mesmo! Se você quer seu emprego, você tem que aceitar tudo aquilo, você tem que ser malandro, ganhar aquela turma mais no papo do que na ignorância. Porque o trabalho não adianta nada aqui [referindo-se à região do ABC], se você é uma pessoa esforçada, trabalha e na hora que os homem [homem simboliza os chefes] chegar lá pra você, se você estourar com eles, você vai gritar mais alto do que ele (8 de julho de 1984, grifos nossos).

Ele contrasta a autonomia que os agricultores têm no sertão paraibano, "sem ser mando [mandado] por seu ninguém", e a posição de subordinação na fábrica, "nós somos empregados". Sendo trabalhadores provenientes de áreas camponesas, cuja tradição era o trabalho familiar, as regras do trabalho industrial e de outras atividades urbanas exigiam uma nova socialização para o trabalho.

Podemos ler dois aspectos nas entrelinhas da narrativa. O primeiro é sobre o controle autoritário dos chefes. O segundo, a expressão de resistência que poderia ser caracterizada como "discurso oculto", nos termos propostos por Scott (1985, 1990). Ou seja, trata-se de uma atitude de aparente aceitação ou dissimulação expressa na frase: "Se você quer seu emprego, você tem que aceitar tudo aquilo, você tem que ser malandro, ganhar aquela turma mais no papo do que na ignorância". As regras de dominação do trabalho assalariado são representadas como "uma vida sem independência", como uma "vida humilhada", pois o trabalhador tem que obedecer à autoridade do chefe e/ou patrão.

Em várias narrativas de outros migrantes entrevistados no período de 1980 a 1984, a perda da autonomia era representada como "humilhação". A "hu-

milhação" aparece mais forte quando o salário é baixo: "o salário é michado e ainda aguenta toda amolação". O trabalhador além de não ganhar o suficiente para suprir suas necessidades sociais básicas, perde a autonomia, na medida em que está sujeito à vontade de outros.

Sobre a perspectiva de ficar na região do ABC Paulista ou de retornar para o sertão paraibano, perguntamos na entrevista de 1984 ao Sr. Lindomar se pretendia "pedir a conta" e retornar à sua terra.

> Não. Esse ano não, há dois, três anos, venho recebendo uma promoção melhor... E aí eu deixei passar tudo isso aí, porque eu não sou aquele cara assim... pelo tempo que eu tenho lá, eu acho que tô novo ainda. Pelo tempo que tem, eu ainda tenho dinheiro suficiente pra.... [não completou a frase].
>
> *Se eles te mandarem embora imediatamente você vai embora pra Paraíba, não pretende mais voltar?*
>
> Isso que a gente espera, todos nós, e... vamos supor, que quer ir embora, mas se der zebra, tem que ficar. Então, eu já me acostumei, pelo tempo que eu tô aqui, eu tô me habituando, tô acostumado. São Paulo... a gente dá pra se vestir melhor.

Na entrevista realizada em junho de 2013, após 30 anos da finalização do contrato com a Volkswagen e 29 anos de retorno a São José de Piranhas, ele afirmava que "estava lá amarrado":

> [...] eu tava lá [região ABC] um pouco menos de 11 anos, mas na verdade eu tava lá amarrado, nunca gostei, não. Trabalhei em firma boa como a Volks, ganhei razoavelmente bem, aí depois consegui ter um bar-lanchonete. Trabalhava à noite na firma, aí comprei uma lanchonete, também não me dei muito bem [...].

Em 1984, com sete anos de trabalho na indústria automobilística, dizia "estar se acostumando", ou seja, já havia se adaptado às regras do trabalho industrial e à vida na cidade e concluiu a frase dizendo: "aqui dá pra se vestir melhor". A narrativa sobre o trabalho se mescla à valorização da melhora de

vida simbolizada na possibilidade de se "vestir melhor". Já em 2014, após 29 anos de ter retornado à sua localidade de origem e ter se distanciado do trabalho industrial, dedicando-se a atividades de comércio combinadas com a pecuária, elabora uma visão diferenciada: "eu tava lá amarrado; nunca gostei, não". Talvez essa percepção do trabalho e da vida na cidade já estava no seu imaginário, no entanto, era, naquele momento, indizível e invisível.

Tratava-se de um momento no ciclo de vida em que havia um investimento para se manter e progredir na condição de operário metalúrgico e, assim, também melhorar de vida. Passados 29 anos, na fase de vida em que já estava aposentado e com filhos já independentes, o desejo de retorno expresso no sentimento de "estar lá amarrado" torna-se dizível. Quando retornaram, a família foi morar na casa da mãe de dona Fabiana, a sua esposa, e passaram por situação financeira difícil. As possibilidades de trabalho e renda eram limitadas e a saída foi novamente recorrer ao deslocamento para a região do ABC Paulista; agora a família permanecia na Paraíba e Sr. Lindomar realizou viagens entre a Paraíba e o ABC Paulista durante cerca de seis anos. Dedicou-se a comercializar alimentos típicos da região do Sertão Paraibano, tais como carne de sol, queijo, mel de abelha, buchada, os quais eram muito valorizados pelos migrantes.

Na atividade de comercializar alimentos de sua região para os migrantes no ABC Paulista, ele não apenas ganhou o sustento, mas vivenciou a liberdade de circular entre territórios e redes de amigos e parentes. Outros estudos já assinalaram a importância das redes sociais na migração e na obtenção do emprego (Durhan, 1978; Menezes, 1985; Fontes, 2008). As redes de família, vizinhos e amigos constituem um importante recurso temporal em todas as etapas do processo migratório, no acesso ao trabalho, à moradia e em momentos de necessidade e de ajuda mútua.

Entrevistamos a esposa de Sr. Lindomar, dona Fabiana, em 2014, e perguntamos sobre a decisão de retornar ao município de origem. O desejo dela era de retornar, pois seus pais, avós e algumas irmãs ficaram no Sertão da Paraíba, mas ela temia tomar a decisão e o risco de não conseguirem um meio de vida. O motivo do retorno relatado por dona Fabiana é que Sr. Lindomar não queria criar o filho na região do ABC Paulista, mas entendemos que o desejo de retorno está presente nas entrelinhas de sua narrativa, nos silêncios, nas percepções do trabalho industrial e da vida na cidade. Aos 69 de idade (em 2024), Sr. Lindomar já estava aposentado e se dedicava

a cuidar de algumas cabeças de gado e a compartilhar a vida com suas redes de família, vizinhos e amigos.

Na análise de trajetórias como as de Sr. José Rumão e Lindomar, recoloca-se a preocupação em se evitar a eleição prévia de instâncias consideradas prioritárias para a análise da classe trabalhadora. Para os casos aqui analisados, não temos apenas indivíduos que se movimentam ao sabor do mercado de trabalho; vimos como a trajetória ocupacional está embebida por representações simbólicas construídas na família, nas redes de parentesco e amizade e nos modos de vida do espaço rural de onde provém, assim como das relações de trabalho no mundo industrial, em especial metalúrgico, da região do ABC Paulista. Não há espaço para o insignificante.

Duração e pesquisas longitudinais

Ao longo desses anos de pesquisa, em diferentes projetos, um aspecto mereceu maior atenção, a despeito de estar presente nos resultados alcançados. Referimo-nos ao desenho das pesquisas. A leitura a contrapelo nos fez ver que a repetição e o acompanhamento das trajetórias da coorte de indivíduos aqui nomeados como "camponeses-trabalhadores" deram forma a outra perspectiva metodológica, a que tira proveito do desenho longitudinal para perceber mudanças não apenas em termos de estoques/variáveis que se transformam quantitativamente, mas, sobretudo, internamente, em sua morfologia, quando elas se alteram ao longo do tempo. Trocado em miúdos, e para ilustrar, pudemos registrar não apenas o volume dos fluxos migratórios, mas pôr em análise variações nos significados atribuídos aos deslocamentos ao longo do tempo.

Mas isso suscita outro conjunto de preocupações. Não enfrentaremos todas elas aqui, mas merecem destaque os usos assumidos da noção de tempo e temporalidade, o princípio de causalidade e as agregações/desagregações na forma de classes de trajetórias. Optamos por encerrar este texto alinhavando tais aspectos.

A noção de *duração*, que consiste no acompanhamento das trajetórias dos indivíduos, famílias, e/ou territórios em período longo, esteve presente, por exemplo, no estudo de Beaud e Pialoux (2009) com operários de diferentes gerações da Peugeot, na França. Eles argumentam a favor de algumas vantagens ao dizer que

> [...] ela opera como que um *comparatismo em ato*, permite captar as evoluções no tempo, acompanhar trajetórias individuais e certa trajetória coletiva (...) Somente o acompanhamento no tempo das trajetórias individuais de membros dos diferentes subgrupos (operários especializados, operários qualificados, chefes de equipe e contramestres; homens e mulheres, franceses e imigrantes...) oferece meios para estudar a maneira como as identidades coletivas se desconstroem e se reconstroem em contextos que mudam rapidamente. A investigação de longa duração faz surgir pouco a pouco tempos diferentes na evolução dos indivíduos, das famílias, dos grupos profissionais, das instituições (Beaud e Pialoux, 2009, p. 304).

Portanto, a *duração* evoca um princípio de tempo, sincronia e diacronia, assemelhando-se à pretensão de desenhos longitudinais. Ao contrário dos cortes transversais, aqueles em que a pesquisa ocorre em um momento dado no tempo, sendo uma sorte de fotografia do momento, os desenhos longitudinais permitem a análise de dados ao longo do tempo e em diferentes momentos. A *duração* também deixa entrever os modos pelos quais os indivíduos reivindicam a sua permanência no tempo, enquanto memória. "Durar" nessa acepção, como também sugere Eckert (2012), é transmitir conhecimentos, estratégias, modos de vida, memórias de luta, aspectos capazes de dar forma a uma representação identitária que fazem de si.

Como quiseram Rocha e Eckert (2013), os já citados Beaud e Pialoux (2019) e, em acréscimo, Guimarães (2004), ainda que por caminhos diferentes, abordagens longitudinais apresentam a vantagem de avançar na compreensão sobre as migrações e trajetórias com foco nos indivíduos, nas famílias e na *coorte* ao qual pertencem como camponeses e trabalhadores, acompanhando a dinâmica das mudanças no interior das trajetórias, como ato reflexivo por meio das memórias colhidas em situações de entrevistas.

Utilizamos esse recurso nas regiões do Sertão Paraibano e ABC Paulista, onde realizamos pesquisas no período de 1980 a 1984, e retornamos em 2007, para realizar outras pesquisas até 2022, o que nos permitiu acompanhar algumas transformações no tempo. Os resultados dessas pesquisas estão publicados em artigos, capítulos de livros e livros (Menezes e Santos Jr., 2023; Menezes, 2022; Santos Jr.; Thibes; Menezes, 2021; Menezes, 2020; Menezes, 2019; Thibes; Menezes; Santos Jr., 2018; Menezes, 2015).

A duração, como perspectiva metodológica, fundamentará uma nova pesquisa que iniciaremos em 2025. Retornaremos à região do Agreste da Borborema, Paraíba, onde realizamos pesquisa, no período de 1992 a 1996, com famílias de agricultores, cujos homens migravam para o corte de cana em Pernambuco e as mulheres ficavam em casa.

Retornar às famílias que foram nossas interlocutoras na pesquisa realizada, após cerca de 30 anos, tem como proposta metodológica compreender as trajetórias individuais, da família e do grupo de camponeses-migrantes através de suas memórias. Buscaremos verificar as continuidades e mudanças que ocorreram nas suas trajetórias de trabalho e nas trajetórias educacionais e de trabalho de seus filhos e filhas.

A maioria dos entrevistados, na década de 1990, tinha entre 22 e 57 anos, e atualmente estão na faixa etária entre 50 e 90 anos. Naquele período, o trabalho era um valor central na socialização de meninos e meninas. As crianças, meninas e meninos, iniciavam desde tenra idade a trabalhar nas atividades agrícolas e de cuidado dos animais, combinando-as com a frequência à escola.

Nas pesquisas realizadas nas décadas de 1990, 2000 (Menezes, 2002; Menezes; Malagodi; Marques, 2008), observamos que havia uma melhoria do acesso à educação em diferentes níveis, primário, secundário e superior. O aumento do número de vagas no setor superior público ampliou as possibilidades de ingresso de estudantes oriundos de escolas públicas e de famílias de baixa renda.

Considerando tanto a melhoria do acesso ao ensino público, nos diversos níveis, inclusive superior e as orientações e concepções de pais e mães quanto à educação de filhos e filhas, pretendemos compreender as trajetórias de trabalho de camponeses-trabalhadores que migravam para trabalhar no corte de cana na década de 1990, observando as diferenciações entre os homens e as mulheres, quanto às trajetórias de trabalho e escolaridades dos filhos e filhas de famílias.

Referências

ANDRADE, M. C. de. *A Terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

ANDRADE, M. C.; POTENGY, G. F. *Dinâmica das microrregiões de intensa atividade migratória*, v. 2. Recife: MINTER/SUDENE/UFPE/UFPB, 1980.

BAENINGER, R.; PERES, R. Metrópolis brasileiras no século 21: evidências do Censo Demográfico de 2010. *Informe Gepec*, Toledo, v. 15, número especial, p. 634-648, 2011.

BEAUD, S.; PIALOUX, M. *Retorno à condição operária*. Investigação em fábricas da Peugeot na França. São Paulo: Boitempo, 2009.

BERLINCK, M. T. *Marginalidade social e relações de classes em São Paulo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

BERTAUX, D. *Los Relatos de Vida*. Perspectiva etnosociológica. Barcelona: Bellaterra, 1997.

BONDUKI, N. G.; ROLNIK, R. *Periferias*: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho. São Paulo: FAUUSP, Fundação para Pesquisa Ambiental, 1979.

BOURDIEU, P. *A distinção*: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouki, 2007.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 183-192.

BOURDIEU, P. *O desencantamento do mundo*. Estruturas econômicas e temporais. São Paulo: Perspectiva, 2023.

CANDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito*: Estudo Sobre o Caipira Paulista e a Transformação dos Seus Meios de Vida. São Paulo: Edusp, 2017.

CEARTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CONRAD, R. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1975.

CUNHA, J. M. P. da. A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (das)continuidades e rupturas. In: Arretche M. (Org.). *Trajetória das desigualdades*: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Unesp: CEM, 2015, p. 279-308.

DURHAN, E. *A Caminho da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

DUBAR, C. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educação & Sociedade*, 19(62), p. 13-30, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301998000100002>

ECKERT, C. *Ritmos e ressonâncias da duração de uma comunidade de trabalho*: Mineiros do Carvão (La Grand-Combe, França). Curitiba: Appris, 2012.

FONTES, P. *Um Nordeste em São Paulo*. Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

GARCIA JR., A. R.. *O Sul*: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Brasília: Marco Zero; Universidade de Brasília; CNPq, 1989.

GUIMARÃES, N. A. *Caminhos cruzados*: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. São Paulo: Editora 34, 2004.

HEINICH, N. Pour en finir avec l' "illusion biographique". *L'Homme*, p. 195-196, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/lhomme.22560>

KOFES, S. Y. *Uma trajetória, em narrativas.* Campinas: Mercado de Letras, 2001.

LOPES, J. R. B. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

LOPES, J. R. B. *Desenvolvimento e mudança social.* São Paulo: Editora Nacional, 1980.

LOPES, J. S. L.; HEREDIA, B. *Trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais*: história e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019.

MARTINE, G. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: Nadalin, S. O. et al. (Org.). *História e população*: estudos sobre a América Latina. São Paulo: ABEP, IUSSP, CELADE. SEADE, 1990, p. 16-26.

MENEZES, M. A. de; SANTOS JUNIOR, J. (Orgs.). *Tecendo vidas e sonhos*. História oral de agricultores(as) do Sertão Paraibano e Trabalhadores(as) do ABC Paulista. Jundiaí: Paco Editorial, 2023.

MENEZES, M. A. de. Agricultores do sertão paraibano. *Raízes*. v. 42, p. 443-463, 2022.

MENEZES, M. A. de. Memórias de migrantes: narrativas do trabalho, família e pertencimento. In: Gonçalves, A. et al. (Org.). *Antropologia, história e literatura*: práticas, discursos e performances em Iberoamérica. Sobral: Sertão Cult, 2020, p. 95-120.

MENEZES, M. A. de. A migração Nordeste-São Paulo e a memória dos trabalhadores do ABC paulista. In: Leite Lopes, J. S.; B. HEREDIA, B. (Org.). *Trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais*: história e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019, p. 115-138.

MENEZES, M. A. Entre a região Nordeste e São Paulo: migrantes e trabalho no período de 1950 a 2010. In: Cutti, D. *et al*. (Org.). *Migração, trabalho e cidadania*. São Paulo: EDUC, 2015, p. 163-185.

MENEZES, M. A. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes*: Um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro; João Pessoa: Relume-Dumará; Ed. UFPB, 2002.

MENEZES, M. A. *Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.

MENEZES, M. A.; MALAGODI, E. A.; MARQUES, F. R. S. Juventude e educação em assentamentos do Brejo Paraibano. In: Ferrante, L. S. B. ; Whitaker, D. C. A. (Org.). *Reforma agrária e desenvolvimento*. Desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília; São Paulo: MDA UNIARA, 2008.

NEGRO, A. L. Zé Brasil foi ser peão. Sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística. In: BATALHA, C. H. M. *et al. Culturas de Classe*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 403-435.

PALMEIRA, M.; WAGNER, A. Projeto emprego e mudança socioeconômica no Nordeste. *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.

ROCHA, A. L. C. Da; ECKERT, C. *Etnografia da duração*: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.

ROMBALDI, M.; TOMIZAKI, K. A. A Distinção: contribuições da sociologia bourdieusiana aos estudos das relações de trabalho no Brasil. In: Oliveira, R. V. *et al*. (Org.). *Diálogos críticos*: o pensamento estrangeiro e a sociologia do trabalho no Brasil. São Paulo: Annablume, 2023, p. 721-739.

SADER, E. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS JÚNIOR, J.; THIBES, M. Z.; MENEZES, M. A. de. Operários nordestinos na Região do ABC Paulista: narrativas de classe e de masculinidades. *Sociedade & Estado*, 36(2), 693-718, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136020014>

SCOTT, J. C. *Domination and the arts of resistance*: hidden transcripts. New Haven/London: Yale University Press, 1990.

SCOTT, J. C. *Weapons of the weak*: everyday forms of peasant resistance. Massachusetts: Yale University Press, 1985.

SILVA, M. A. de M. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Unesp, 1999.

SILVA, M. A. M. *Destinos e trajetórias de camponeses migrantes*. Anais VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, v. 3, ABEP, p. 61-77, 1992.

STERCI, N. *Migrações e Migrantes*: uma nova versão. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS. Depto. De Ciências Sociais. Textos para Discussão, n. 4, 1985.

SUAREZ, M. T. S. M. *Cassacos e Corumbas*. São Paulo: Editora Ática, 1977.

TAUSSIG, M. T. *Devil and Commodity Fetishism in South America*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 1983.

THIBES, M. Z.; MENEZES, M. A.; SANTOS JÚNIOR, J. Narrativas assimétricas: gênero, família e trabalho no ABC Paulista. *Sociologia & Antropologia*, 8(2), p. 519-541, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238--38752017v827>

TOMIZAKI, K. A herança operária entre a fábrica e a escola. *Tempo Social*, 18(1), p. 153-171, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000100009>.

Destino comum:
uma tragédia ecossocial[1] imposta aos povos da pesca artesanal

Cristiano Wellington Noberto Ramalho

Andreia Patrícia dos Santos

Introdução

O presente escrito resulta de pesquisa de campo realizada com pescadores artesanais da praia de Suape, que se localiza no município do Cabo de Santo Agostinho, Região Metropolitana do Grande Recife, especialmente na faixa litorânea sul do estado de Pernambuco, distante 50km da capital Recife.

O objetivo central do estudo foi, a partir dos depoimentos daqueles que fazem do trabalho da pesca artesanal seu meio de existência socioeconômica e cultural, identificar quais as mudanças e implicações ocorridas nas áreas de pesca (os pesqueiros, ou seja, os pontos mais piscosos em áreas do mar e rios) após os impactos oriundos da implantação e ampliação do Porto de Suape[2] e as que resultaram, também, da chegada das obras da Refinaria Abreu e Lima[3] na região do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS).

1. Entendemos a categoria ecossocial com base no seguinte pressuposto: "Processos ecossociais são entendidos como um irrevogável metabolismo do ser social com a natureza, cujo trabalho torna-se condição *sine qua non* da produção e da reprodução social dos pescadores artesanais, enquanto categoria constitutiva e constituída das suas diversas formas de ser e das suas singulares determinações de existência socioeconômicas, culturais e ecológicas encontradas em dadas localidades. Assim, os processos ecossociais são mediações societárias vinculadas a tempos históricos, condições ambientais existentes, particularidades locais e suas interações com a totalidade social, inclusive o mercado, o que se revela nas diversas maneiras de ser e fazer pescador artesanal" (Ramalho, 2016, p. 397).

2. O Porto de Suape começou a ser construído no final do ano de 1978, passando por ampliação considerável após o ano de 1992 (Ramalho, 2006).

3. As obras, para construção desta Refinaria, começaram no início do ano de 2007 (Ramalho, 2017).

Para dar conta do objetivo acima descrito, duas questões combinar-se-ão: de um lado, a de *pesqueiro* e, de outro, *mestres* da pesca *artesanal* (elas serão discutidas no decorrer das páginas seguintes), porque estão profundamente imbricadas nesse cenário de mudanças ecossociais vividas na área de influência do CIPS.

Ademais, é oportuno responder: como se deu a metodologia da pesquisa e como foi realizado o trabalho de campo?

Devido ao fato de já termos efetivado pesquisa com pescadores de Suape sobre os impactos desse grande empreendimento, durante os meses de julho de 2001 a fevereiro de 2002, onde entrevistamos 10 profissionais que pescam de maneira embarcada[4] (Ramalho, 2006), retornamos – duas décadas depois – para analisar, por meio de um novo estudo, essa temática das mudanças socioambientais, que interferem nas dinâmicas laborais e na reprodução das comunidades pesqueiras de pescadores que fazem uso de barcos (motorizados ou não) para suas pescarias[5]. Nesse retorno, 9 pescadores, de julho a novembro de 2021, deram seus depoimentos[6]. Registramos que esse último foi um período pandêmico (covid-19) e, assim, seguimos todas as medidas sanitárias recomendadas pelas autoridades públicas estaduais, a exemplo do distanciamento social e dos demais cuidados exigidos (álcool 70, máscara etc.).

Vale dizer que essa estratégia foi importante para, de um lado, manter o diálogo com o mesmo grupo de pescadores e, de outro, resguardar algo que foi significativo: os pescadores artesanais embarcados trabalham em diferentes ambientes aquáticos, seja em rios e estuários, seja no mar, o que possibilitou ter uma dimensão mais ampla das interferências ocorridas, devido às ações do Porto e da Refinaria que integram a CIPS, que vão do continente ao mar alto.

Ao todo, nos dois momentos históricos, 19 colóquios com os trabalhadores da pesca artesanal ocorreram, sendo 13 deles com *mestres de pescarias* e

4. A utilização do termo embarcado, nesta pesquisa, advém da definição dos próprios pescadores locais, que o empregam para afirmar que eles pescam em barcos nas águas marítima e estuarina, de modo artesanal.

5. Com outro foco, estudei um grupo de pescadores artesanais de Suape, de 2004 a 2006, com o objetivo de compreender as razões que os levavam a classificar seu trabalho de arte e belo. Esta pesquisa foi lançada, anos depois, em livro (Ramalho, 2017).

6. Na coleta dos dados de campo, no período de 2021, contei com o trabalho da aluna de graduação em Ciências Sociais/UFPE Elaine Cristina Salgado Mendonça, a quem muito agradeço.

6 com *proeiros*[7]. Nunca é demais mencionar que há decênios que existem inúmeros conflitos, inclusive jurídicos, envolvendo as comunidades locais, suas instâncias políticas (colônia, associações, movimentos, outros) e grupos de apoio às comunidades pesqueiras (a exemplo do Fórum de Suape e do Conselho Pastoral dos Pescadores, CPP) em relação ao CIPS. Por conta disso e respeitando os pedidos dos entrevistados, resguardamos os seus nomes e faixas etárias, como condição demandada por eles. Assim, os entrevistados serão referidos como Pescadores I até X, aqueles que deram seus depoimentos na primeira parte da pesquisa, e Pescador XVI até XIX, os que dialogaram no segundo momento histórico deste estudo. Suas idades vão de 20 a 75 anos (na época em que deram suas entrevistas).

Suape, de acordo com informações locais, tinha aproximadamente 170 famílias que viviam da pesca artesanal diretamente, seja no mar-de-dentro, seja no mar-de-fora (Ramalho, 2017)[8].

A opção pelos depoimentos foi, aqui, uma escolha pela história oral, no intuito de recuperar memórias coletivas das comunidades pesqueiras artesanais da praia de Suape, entrelaçando-as às próprias memórias pessoais dos pescadores. Isto é, buscou-se resgatar, por meio dos relatos dos setores populares, histórias das vivências cotidianas (ou de certos acontecimentos ocorridos) negadas, desconhecidas ou pouco valorizadas, mas que são cruciais para a vida de determinados setores da classe trabalhadora (Amado e Ferreira, 2006; Montenegro, 2003), a exemplo da fração da classe social dos pescadores artesanais. Sem dúvida, "estes relatos de história oral são a ponte entre as vivências dos sujeitos narradores e a coletividade na qual estavam inseridos" (Magalhães, 2023, p. 156).

Ademais, a observação direta – do dia a dia dos pescadores – e a pesquisa bibliográfica também compuseram esse universo de procedimentos metodológicos.

Tais ingredientes ligaram-se para construir um recorte sincrônico e diacrônico da realidade desses pescadores, seguindo pressupostos postulados em escritos de Marx (2003) e Lukács (1999; 2012) e com os quais eu vi-

7. Proeiro são pescadores que pescam na proa dos barcos, estando sob o comando dos mestres. Colocam e retiram redes das águas, armazenam os pescados, cuidam das demais armadilhas, outros (Ramalho, 2017).

8. No Brasil, existem, segundo dados oriundos do Registro Geral da Pesca (RGP) do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) em janeiro deste ano de 2025, 1.573.386 pescadoras e pescadores artesanais. No caso do estado de Pernambuco, há 22.227 mulheres e homens que vivem da pesca artesanal.

nha dialogando há algum tempo (Ramalho, 2006; 2017). Isto é, os aspectos sincrônicos e diacrônicos autoalimentam-se para maior aprofundamento sobre a combinação das categorias reais (expressões factuais) com as categorias científicas, sociológicas (a elaboração das categorias mentais sobre a realidade é somente o caminho do conhecimento para desvelar, de maneira mais adequada, o mundo real, mas sem que este jamais seja a própria efetividade em si), a saber:

> Na abordagem sincrônica, o elemento central é o da simultaneidade contida nos diversos aspectos das determinações societárias singulares, na totalidade parcial em suas diversas correlações internas, em seus processos e dinâmicas de reprodução da própria sociedade como um todo, nos modos de resistências e de acomodações dos processos parciais no que eles têm de peculiar e de geral. Tudo isso atuando sob e articulado à luz da leitura diacrônica, histórica, no intuito de decifrar a gênese societária do mesmo, as bases genéticas da constituição sociohistórica das categorias presentes em determinados fenômenos, suas razões de existência [...] (Ramalho, 2017, p. 26).

A ideia foi considerar, com base no modo de vida dos sujeitos da pesquisa, as formas de sentir, ser, ver e interpretar as mudanças experienciadas em seu ambiente de pesca, ou seja, na existência, continuidade, desaparecimento e/ou recriação dos pesqueiros, cuja reprodução ecológica torna-se fundamental para a própria reprodução socioeconômica dos pescadores artesanais.

História da região de Suape

Dois meses antes da "descoberta" do Brasil, aportou em Suape, em fevereiro de 1500, o navegador espanhol Vicente Yáñez Pinzón. Por conta da sua localização, "o Cabo de Santo Agostinho era o primeiro acidente geográfico, situado a oito graus e meio, avistado pelo navegador procedente da Europa na costa brasileira" (Dantas Silva, 1993, p. xii). Inicialmente ele foi denominado de Santa Maria de la Consolación, porém, em decorrência do domínio português estabelecido através do tratado de Tordesilhas, passou a ser conhecido - como é até hoje – de Cabo de Santo Agostinho (Ramalho, 2006).

No início, a localidade teve relativa importância, visto que a região costeira cabense permitia, pela série de rios de que dispunha, a existência de um porto natural "do tipo de fundo de estuário" (Andrade, 1979, p. 87) e fixação de povos da pesca artesanal[9] (indígenas, inclusive).

Décadas depois e dependente do ciclo açucareiro, a Região de Suape, especialmente parte de sua população, sentiu a influência dessa produção e de suas relações de trabalho e, também, viveu os impasses econômicos comuns a esse setor produtivo. Cabe frisar que, mais do que uma região produtora de açúcar (Suape também era), a mesma tornou-se um espaço de passagem dessa produção, através das barcaças que utilizavam os rios e o oceano atlântico para dirigirem-se e alcançarem o porto de Recife, levando o açúcar. Tal fenômeno socioeconômico durou séculos (Ramalho, 2017).

Esse fato só veio a sofrer alterações nas últimas décadas do século XX. Mas por quê? O desenvolvimento da malha rodoviária e a perda do valor do transporte marítimo fizeram com que Suape sofresse um refluxo socioeconômico. É possível supor que tal refluxo foi tão impactante que permitiu o florescimento de algumas unidades da agricultura familiar – surgidas a partir do sistema de aforamento e posse relatado por Sobrinho (1978) – em terras antes destinadas ao cultivo da cana e que entraram em decadência, "levando Suape ao ostracismo socioeconômico no que se refere à sua integração aos grandes centros de produção e comercialização de Pernambuco e do Brasil" (Ramalho, 2006, p. 65).

Em que pese tudo isso, a pesca artesanal tornou-se elemento significativo de obtenção de renda para homens e mulheres na região, do Brasil Colônia até a presente data (Ramalho, 2017). No passado, contribuiu para isto o estabelecimento, em 1831, da linha de preamar que tinha em média 33 metros de comprimento à beira-mar, tornando-se domínio exclusivo da União. Foi nesse espaço que grande parte dos pescadores e suas famílias construíram suas habitações e se fixaram em Suape até meados dos anos de 1990, quando tiveram que sair devido à instalação de um *resort* por volta de meados da referida década.

Antes da instalação do porto em 1978, Sobrinho (1978) constatou que Suape era uma pequena localidade onde "cerca de 68% das construções estão em terrenos foreiros à propriedade 'Nazaré', cerca de 20,6% estão em ter-

9. Povos da pesca artesanal são as diversas expressões do ser e fazer-se pescador e pescadora artesanal no Brasil: jangadeiros, marisqueiras, *caiçaras*, ribeirinhos, vazanteiros, pescadores e pescadoras indígenas e quilombolas e demais expressões das comunidades pesqueiras artesanais.

renos da Marinha e 11,2% estão em terras que pertencem a duas famílias distintas" (idem, p. 3). A terra, excluindo boa parte da propriedade da Marinha localizada na baía de Suape, acabou sendo desapropriada para fins de interesse público e destinada para a construção do Porto de Suape. Muitos pescadores serviram de força de trabalho para a construção e ampliação do CIPS (Ramalho, 2006).

O Porto de Suape sentiu, no percurso de uma década, segundo Moreira (1988), os impactos advindos da baixa dinâmica econômica – que se traduziram na explosão inflacionária na segunda metade dos anos de 1970, crise do petróleo, elevação dos juros da dívida e o surgimento de quatro recessões econômicas no Brasil (1974-75, 1982 e 1984) –, impossibilitando que o mesmo atingisse as metas pensadas pelo governo, para atrair capital estrangeiro.

Sobre a estagnação do complexo, Moreira comentou no final da década de 1980: "todos concordam que Suape é hoje um elefante branco, um projeto desastroso" (*Idem*, p. 3). Entretanto, um ano depois, estimulado pelas demandas advindas da globalização econômica, o Porto começa a ser ampliado, tendo como meta receber navios maiores, mais fábricas e mais indústrias; situação que acabou se concretizando no decorrer dos anos de 1990, com a chegada de mais de 40 empresas (Assis e Gouveia, 2000).

Para que o Porto de Suape pudesse receber supercargueiros internacionais, a praia de Suape foi expandida; e entre a primeira metade de 1990 e 1995 "deu-se início à dragagem da área externa e a abertura dos arrecifes" (Assis e Gouveia, 2000, p. 21), fato que veio se juntar à mudança no percurso do rio Ipojuca.

O papel que o CIPS ocupou (e vem ocupando) na vida dos pescadores da localidade vai muito além do que o simples emprego temporário desses homens no período de sua instalação e ampliação, visto que eles demarcam o tempo e o espaço relacionando-os às mudanças impostas por esse empreendimento, ou seja, antes do Porto a pesca era melhor e depois o período de bonança sumiu (Ramalho, 2006), o que se agravou ainda com a ampliação desse empreendimento a partir de 1992 (Ramalho, 2017) e a instalação da Refinaria Abreu e Lima, de acordo com os próprios pescadores.

Devido a essas intervenções, imensas áreas de manguezais foram eliminadas, arrecifes afetados e destruídos e pontos de pesca (os pesqueiros) – seja

no mar-de-dentro, seja no mar-de-fora[10] – sofreram impactos negativos, onde alguns deles deixaram de existir, fato relatado pelos próprios pescadores, suas instâncias de representação políticas (Colônia de Pescadores) e grupos de apoio à pesca artesanal (CPP e outros).

Mas como os pescadores interpretaram essas mudanças?

Até meados dos anos de 1980, o turismo em massa não era um fenômeno global, em que pese a presença de alguns turistas e veranistas entre os decênios de 1970 e 1980 e o relativo "isolamento" que viveu a praia de Suape até os anos de 1990. Para os pescadores, isso se deveu ao difícil acesso à localidade – em decorrência das péssimas estradas – e do seu maior distanciamento da sede do município, Cabo de Santo Agostinho, se compararmos a outras praias que formam o litoral cabense.

Esse contexto fez com que a sua população tivesse menos contatos com os centros mais urbanizados (Cabo, Jaboatão, Recife) e sua praia fosse menos frequentada por turistas durante boa parte das décadas.

A condição fundiária, a dinâmica econômica apoiada na pesca artesanal e o difícil acesso à localidade, de certa maneira, moldaram o ritmo dos contatos entre os moradores de Suape e destes com as áreas mais urbanizadas. Nessa época, era corriqueiro o uso do escambo entre pescadores, trabalhadores de cana e agricultores, como mecanismo de troca para se adquirir gêneros de primeira ordem, como frutas, verduras, legumes, farinha, peixes, crustáceos, mariscos e outros, fato que constatamos via alguns depoimentos:

> A gente não tinha esse contato todo com o povo de fora. Tinha um pessoal que vinha pra aqui, para praia, para descansar, curtir, mas não era como passou a ficar depois dos anos de 1990.... por aí. Agora é um mundão de gente. Agora, antes disso, embora a gente não tivesse essas coisas de hoje... TV, celular, mercadinho, ônibus... sabe, no passado, era mais tranquilo, era melhor pra ser pescador (Pescador XI).

10. Os termos mar-de-dentro e mar-de-fora são definidos pelos próprios pescadores da área estudada: quem passa da arrebentação, dos arrecifes, é um pescador de mar-de-fora e quem pesca em rios, estuários e praia, e não chega a ultrapassar a barreira natural, trabalha no mar-de-dentro.

> Tudo se resolvia por aqui mesmo, no lugar daqui e com as pessoas daqui: comidas, trabalho, amizade, negócios (Pescador XIX).
>
> O pescador vivia melhor, porque mesmo que ele não tivesse a quem vender ele consumia, ele trocava. Às vezes, o pessoal em Tiriri e Algodoais fazia farinha e o pessoal levava o peixe e trocava por farinha (Pescador IV).

Dizer que, em comparação a outras localidades vinculadas ao próprio município do Cabo de Santo Agostinho, o povoado de Suape vivia em menor interação com o mundo urbano, não é o mesmo que afirmar que a localidade estava isolada, como se estivesse à parte do mundo sem estabelecer relações comerciais, culturais e sociais com as cidades, inclusive Recife. De todo modo, num olhar histórico, várias singularidades apresentam-se por meio das falas de nossos entrevistados:

> Tinha que sair de Suape pra comprar roupa no Cabo e em Recife, porque ninguém vinha trazer na porta, não (Pescador VI).
>
> Aqui, era muito diferente, porque tinha que ir pro centro do Cabo ou pra Recife mesmo pra comprar coisas, inclusive pra pesca da gente (Pescador XV).
>
> Saíam de Suape... de Gaibu também, pra comprar fora. Comprar náilon, saía pra fora, centro do Recife, bandas de Jaboatão. Por volta dos anos [19]90 é que começou a chegar coisas por aqui (Pescador XVIII).

O destino conferido pelos trabalhadores à produção pesqueira revelava a lógica que ordenava os seus objetivos de produção, que ia a favor das necessidades básicas de alimentação familiar e que também se voltavam à venda: "a gente pescava e reservava aquela quantidade para o consumo de nossa família" (Pescador IV), "era uma realidade, aliás, é... pesca-se para vender e consumir hoje do mesmo modo que antes" (Pescador XIII) ou "pescador é comércio do pescado e pescado pra mesa da sua própria família" (Pescador XVII).

A falta de outras atividades econômicas levou o lugar a tornar-se sinônimo de pesca artesanal, cujo caminhar "natural" para os filhos e filhas dessas

localidades era as águas dos rios, estuários e/ou do mar. Sem dúvida, "o que tinha era a pesca e só, e era boa, a pesca, pra danado, já que tinha muitos pescados" (Pescador I), o que fazia com que "a pesca fosse o nosso destino e pronto" (Pescador XV).

Fazer-se e ser pescador era algo melhor do que ser cortador de cana nos engenhos, que era o mesmo que ser cativo para eles, porque "trabalhar nos engenhos era horrível. Muito cativeiro, opressão mesmo. Apesar de tudo, na pesca a gente tinha... tem liberdade, comida, paz" (Pescador X).

Os pescadores aqui não são frutos da urbanização, como aconteceu com alguns pescadores estudados por Diegues (1983) e Mourão (2003) em São Paulo, que, ao perderem suas terras (combinavam pesca com agricultura), passaram a depender exclusivamente do mar, das águas. Na região de Suape, a pesca é um elo familiar, base da socialização central da vida de muitos. Por exemplo, dos 19 entrevistados, 12 começaram a pesca até os 10 anos de vida, "com meu pai" (Pescador I), "meu avô me ensinou de um tudo" (Pescador IX), "aprendi cedinho, porque filho de pescador vira pescador" (Pescador XV).

Quadro 1 – Idade na qual os pescadores artesanais de Suape, Cabo de Santo Agostinho, pe, ingressaram na pesca.

Faixa Etária	Abs.
Até 10 anos	12
De 11 a 15 anos	4
De 16 a 19 anos	2
Não se lembra	1
Total	19

Fonte: Pesquisa direta.

Dos nossos entrevistados, no que concerne à educação formal, 6 são analfabetos (4 deles estavam numa faixa etária superior a 55 anos), 7 tinham terminado o ensino básico ou ele estava incompleto (de 35 a 60 anos eram suas faixas etárias, com exceção de um único caso que estava abaixo dos 20 anos), 4 tinham ensino médio incompleto (dos 20 anos até os 40 anos suas faixas etárias) e 2 não quiseram responder sobre isso. Podemos dizer que o mar, os rios foram centrais na vida dessas populações, de seus processos de socialização, cumprindo função mais decisiva, especialmente para as pessoas de maior idade.

O Porto e os pesqueiros

Muitos pescadores serviram de força de trabalho para a construção e ampliação do CIPS, como atestam as entrevistas:

> Cheguei a trabalhar pro Porto... lá no início, mas não foi legal. Não gostei, não, e... poxa... muitas coisas negativas vieram depois do Porto, que afetaram a pescaria da gente. Foi ruim mesmo (Pescador II).

> Teve uma ampliação... eu acho de [19]92... 94... não sou muito bom com datas. Trabalhei nessa época. Foi mudança demais no ambiente (Pescador IX).

O papel que o Porto ocupou (e ocupa) na vida dos pescadores da localidade vai muito além do simples emprego temporário desses homens no período de instalação ou ampliação do complexo, visto que os pescadores demarcam o tempo e o espaço relacionando-os às mudanças impostas a partir dele. O interessante a ser constatado, segundo as falas transcritas abaixo, é que isso tem relação direta com os prejuízos que se abateram sobre os pesqueiros (os pontos de pesca), as áreas mais piscosas das águas para o exercício do trabalho de pescador:

> Olha, antes do Porto tudo era melhor pra pescaria, porque tinha mais pesqueiros e eles tinham mais produção, mais peixes. Os pesqueiros do mar-de-dentro sumiram todos, aliás, foram destruídos pela dragagem, pelas explosões (Pescador X).

> Antes do Porto, a vida era melhor e, depois, piorou. Não tem mais peixe, pois eles acabaram com os cabeços, os pesqueiros. Por exemplo, no canal daqui de Suape, acabaram com todos os pesqueiros, com croas que eram pesqueiros... não tem como pescar no mar-de-dentro. O Porto destruiu por aqui os nossos pesqueiros. Acabou com Oituba, o pesqueiro Manoel Caboclo, o Duarte, o da Igrejinha (Pescador IX).

> O Porto de Suape arrasou com os pesqueiros. Por exemplo, o Congo é um pesqueiro antigo, mas, depois do Porto, ele secou em termos

de produção. Não se encontra mais peixe. Era um pesqueiro rico de produção. O pesqueiro Corumba de Mario Ribeiro ficou... meu Deus, pobreza! O Sitiba não é mais o mesmo (Pescador XIII).

Com a mudança no curso do rio Ipojuca, com a detonação que fizeram dos arrecifes, com a dragagem do Canal, de Barreta, das Croas, tudo isso era e tinha pesqueiro, a produção caiu por volta de uns 90%, no mínimo, por aqui. Sabe, o cabra que quer viver da pesca deve ir pras paredes, que dá uns 4h daqui [indo de barco motorizado sem parar]. Pesca por aqui, perto do Porto, acabou-se, porque se foi os pesqueiros (Pescador XII).

Vou te dar um exemplo do Congo....tá estéril! A entrada do navio, isso era tudo marca, era tudo cabeço, pesqueiro. Eu pescava muito com meu pai, com meu sogro. Agora? Acabou com tudo, até a falta do peixe (Pescador VI).

Pesqueiros produtivos como os da Barreta, do Canal da Barra, tinham muitos, eles sumiram por conta do Porto (Pescador III).

Hoje tem menos pesqueiros, porque hoje a causa é tudo sobre o Porto. É, está tudo em cima do porto. Tanto aqui no mar de terra, como no mar de fora, no alto mar. Eles mexeram nos cabeços, destruíram lá de dinamite, colocaram dinamite, destruíram um bocado de pedra. Teve um tempo aí, antes saía pra pescar e pegava até peixe boiado da explosão que eles colocavam (Pescador XII).

Em pesquisa que realizamos há 20 anos na região (Ramalho, 2006), identificamos a mesma questão por meio de uma entrevista feita com um pescador aposentado:

Aqui era bom. O lugar, aqui, era tão gostoso, que eu tinha uma merceariazinha, mas eu deixava a minha esposa tomando conta. Era tão boa a pescaria que eu deixava ela e saía pra pescar. Só que o trabalho compensava, porque eu chegava com 70, 80, 90 quilos de tainha. Aí era uma maravilha. Mas depois construiu o Porto, aí a pescaria foi abaixando, abaixando, abaixando, depois do cais do porto. Fizeram

> o aterro aí dos arrecifes. Fizeram outro aterro ali, que era um grande lance que a gente dava, de tainheiro. Aterraram tudo. Acabou, praticamente, com um tipo de pesca, que tinha aqui, o tainheiro (Pescador III).

Além disso, outro pescador frisou que:

> Suape pra pescaria era melhor, porque não tinha esses aterros e nem essas dragagens. E agora tá ruim. Depois que dragaram e fizeram o aterro, diminuiu muito a pescaria. O local tá pequeno pra pesca, porque aterrou a área e afundou pro porto mais. Fizeram outro cais novo ali, aí pronto foi o que acabou mais ainda. Foi muito prejudicial à pesca (Pescador VII).

Todas as transcrições apontam para um caminho: os tempos de bonança para a pesca e os pescadores chegaram ao fim com a construção e ampliação do Porto e se fizeram mais difíceis a cada ampliação e desenvolvimento do CIPS. Todo ambiente mudou e os pesqueiros foram destruídos ou ficaram com queda em suas produções. Então, essa visão de um passado melhor detém forte vinculação com as condições de produtividade pesqueira, com o espaço de trabalho, gerador de renda e alimentos, e os recursos aquáticos. De acordo com os pescadores, o CIPS contribuiu para o deterioramento da natureza. Com o "aterro dos arrecifes" para facilitar a entrada de navios de grande porte, se "fechou o rio Ipojuca" que desembocava na baía de Suape e, além do mais, com a dragagem e aterro dos recursos aquáticos "o local tá pequeno pra pesca", "os pesqueiros foram destruídos".

Vale ressaltar que os pesqueiros (marcas, pontos de pesca, que também podem ser chamados de lanços) são espaços produtivos no mar, os seus locais mais piscosos. Desta feita, os pesqueiros são formas de apropriação do território marítimo e de uso das potencialidades daquelas águas, em suas formas de gestão e usos feitos pelo trabalho de pescaria, pelo conhecimento e organização produtiva dos pescadores. Assim,

> Colocar nomes em áreas do mar, os pesqueiros, projeta sobre essas áreas as histórias dos homens, pois a substantivação de um lanço é conferida a partir de uma homenagem a quem o descobriu, normal-

> mente o nome de um mestre, um determinado fato ocorrido ou uma característica natural do local. Assim, no instante em que o mar é nomeado, forma-se um elo de pertencimento com o envolvimento pessoal com o mesmo (Ramalho, 2006, p. 153).

Ademais, o desmatamento dos mangues é algo sempre destacado nessa transição do tempo, de melhor para o pior.

> Acabaram com muito mangue... Oxente! Foi enorme a destruição (Pescador III).

> Com o desmatamento do mangue, devido ao Porto, a produção caiu muito. O mangue é um tipo de maternidade, e isso acabou. Sem manguezal, sem pesqueiro, um terror pra ser pescador! (Pescador XI).

São muitos os limites hoje vivenciados para se trabalhar e viver na Região de Suape enquanto pescadores artesanais, pelas condições que impõem bloqueios ao seu modo de vida. Por isso, não é difícil encontrar nas famílias locais algum parente que tenha abandonado a pesca, devido às mudanças mencionadas. Na realidade, em Suape, nenhum jovem quer ser pescador, bem como tem diminuído o número de pescadores, de maneira geral.

> Antes do Porto, muitos queriam ir pro mar. Hoje o mar não tá dando mais nada. Veja, se a pessoa não fosse por conta de outro emprego... Mas não é isso! Tudo se acabou na pescaria desde esse Porto (Pescador I).

> Assim, por conta desse impacto ambiental, o desinteresse, ou melhor, um desencantamento dos mestres em transmitir esse saber tradicional aos seus filhos e netos apresenta-se rompendo uma prática tradicional à pesca artesanal e comprometendo sua continuidade no tempo e no espaço, apesar da ação devastadora do Porto nisso tudo (Pescador III).

> Eu mesmo tenho um menino, eu mesmo só vou ensinar a ele o básico, que é pra não morrer afogado, né? Nadar e mostrar a ele como é

> o mar lá fora, mas pra incentivar mesmo a pescar, não! Não dá, não, tem futuro não (Pescador II).
>
> O que a gente tem que dar pros filhos da gente é o estudo. Eu posso me matar aí, me embolar na lama, me fazer o que for, mas eu não quero meus filhos em pescaria assim (Pescador XIII).
>
> Eu digo ao meu [filho] que estude pra ser alguma coisa... pescar por esporte, não pra sobreviver (Pescador XI).

Percebe-se, não só pelas entrevistas como pela observação direta, a ausência de jovens na pesca local, devido aos bloqueios ecológicos vividos pela mesma. É comum ouvir: "a pesca não tem futuro, porque o Porto e a Refinaria cada dia mais acabam com ela". Atualmente os pescadores expressam percepções duras e pessimistas acerca das suas situações:

> Pescaria daqui a uns dias não vai existir pescador mais não, pra você comer um peixe você vai ter que ir pegar e não comprar, viu? É sério... os pescadores não tão produzindo feito produzia não (Pescador III).
>
> Tá fraco de peixe [...] Agora se fosse naquele tempo... Oxente!! Aqueles anos de [19]80, por aí, menino... os peixes aqui brincavam um com outro, montando um no outro, porque não tinha espaço, não precisava nem muito ir pra fora. Aqui mesmo você jogava a rede e pegava peixe, agora... bota a rede aí, o que você pegar é lodo e lixo (Pescador XII).
>
> Pescaria aqui em Suape acabou. Pouca gente tá indo pescar. Uma porque não tem futuro; outra, os meninos de hoje em dia só querem malandrar (Pescador IX).

Uma questão que chama a atenção é que, embora os pescadores reconheçam prejuízos graves provocados pela Refinaria Abreu e Lima nos mangues, áreas verdes, o Porto de Suape é sempre apontado como o sujeito que afetou com maior gravidade a pesca, a localidade, seja devido ao tempo ("ele é mais antigo" – Pescador VII), seja por conta de seus impactos negativos sobre os ambientes, fundamentalmente nas áreas que se situam os

pesqueiros (“O Porto foi cruel com os nossos pontos de pesca” – Pescador VIII), visto que isso nunca cessou.

Um fato impactante e provocado por tudo isso está relacionado à tripulação. Com o pescado cada vez mais escasso, o desinteresse pela atividade da pesca só aumenta em Suape:

> Aqui ninguém quer pescar... muita gente não quer pescar, vai trabalhar, procurar mais emprego do que pescar, tem poucos pescadores aqui... Você vê essa quantidade de barco aí? Sai pro mar dois ou três no verão... eu acho um [pescador]: “ai, eu num vou, nada!”; chamo outro: “vou não!”; aí chamo um, aí vai eu e ele só... antes tinha três ou quatro no barco [antigamente], só vai dois ou três (Pescador IX).

> Antes tinha peixe e tinha pescador, hoje não tem nem um, nem outro. (Pescador IV).

> Pescador por aqui tá ficando cada vez mais raro (Pescador XIX).

Quadro 2 – Redução dos pescadores ativos na praia de Suape nos últimos 30 anos (de 1992 a 2021), segundo os entrevistados

Função no Barco	Até 1992	2021
Mestres	Por volta de 22 mestres de pesca eram encontrados na Praia de Suape	Cerca de 8 mestres de pesca
Proeiros	4 por embarcação, que saia para ir pescar no mar-de-fora	2 por embarcação, que saem para pescar no mar-de-fora

Fonte: Pesquisa Direta

Além disso, essas transformações na área levaram à quebra de um mecanismo usado na época de períodos de baixa da pesca, o inverno. Nesses momentos, vários pescadores abandonavam, temporariamente, a pescaria marítima e se dedicavam à pesca estuarina praticada no rio Ipojuca, de junho a agosto, para retirar dele seu sustento e de seus familiares.

> No inverno, a gente ia pescar no rio Ipojuca (Pescador VI).

> A gente usava muito os rios daqui e com o Porto isso não existe mais. Tinha pesqueiros no rio, Croas que eram pesqueiros (Pescador II).

Essa estratégia sazonal sucumbiu em decorrência das mudanças ecológicas impostas. A intervenção, no percurso natural do Ipojuca, deveu-se à possibilidade de seu uso como canal de entrada dos navios, alargando-o e dragando-o para aumentar sua profundidade para que as navegações pudessem aportar. Assim, o rio deixou de desaguar na enseada ou na baía de Suape para cair diretamente no mar, trazendo sérios problemas ecológicos para a população do povoado de Suape. Por conseguinte, ao atingir a área estuarina próxima à baía de Suape, a construção do Porto também transformou o trabalho das mulheres que mariscavam, coletavam ostras e/ou pescavam caranguejos e siris, já que elas desenvolviam seu trabalho unicamente nesse recurso aquático.

> O Porto acabou com a pesca aqui dentro, acabou com o trabalho das marisqueiras (Pescador X).

Os mestres e os pesqueiros

O pescador mestre é um personagem fundamental, sendo, especialmente na pesca que faz uso de embarcações, sujeito central (Maldonado, 1994; Ramalho, 2017; 2022). De acordo com Simone Maldonado:

> Falar-se do *mestre* e da *mestrança* é falar de algo universal e indissociável à pesca, que congrega numa pessoa, num papel, um ideal social. O *mestre* é como um arquétipo que se visse à proa dos barcos, o olhar penetrante, atento, tendo nas mãos por atribuição da sua sociedade e do seu *bote,* feixes de relações, de práticas e de sentimentos. [...] Dentre os pescadores, eles são os que em nenhum momento podem dissociar de si os modos de ser dos mares que percorrem. O risco, a indivisibilidade, o tempo dos territórios, o igualitarismo, os *botes*, os padrões produtivos sazonalmente orientados, estão incorporados à pessoa e às experiências que deles têm os demais pescadores (Maldonado, 1994, p. 134, grifos da autora).

Para os pescadores, o que é um mestre pescador? São eles que frisam que:

> O mestre sabe os lugares do mar! O mestre é marcar o ponto, chegar aqui e dizer: aqui embaixo é uma pedra. Com GPS você faz isso, a setinha sai e você vai, e deu o ponto. A mesma coisa é o mestre! (Pescador VII).

> O mestre tem muitas responsabilidades... o mestre tem que entender de motor, da parte elétrica, tudo é com o mestre... de motor de barco eu não entendo muito.... sempre o mestre tem que saber mais que os proeiros... Na verdade o proeiro ajuda, né, mas 90% fica com o mestre, de responsabilidade (Pescador XI).

> O mestre é o cabra que sabe dos pesqueiros, das marcas. Não temo como ir por mar sem tá com o mestre (Pescador IX).

> O que é o mestre? É o cara que sabe, que descobre os pesqueiros. Sabe marcar sem precisar de GPS. Sua marcação é na memória (Pescador XVII).

Os mestres são educadores do mundo das águas, do saber-fazer da pesca artesanal (Ramalho, 2017). Chama a atenção, nos atributos dados aos mestres, a presença de termos como responsabilidade de "achar" e "pegar o peixe", de "guiar" e "cuidar do barco", o de "ser conhecedor dos pesqueiros", ter memória para "guardar esses pesqueiros". Além disso, outros depoimentos refletem essa mesma realidade.

> Tem a responsabilidade de conduzir o barco, conhecer as marcas [no território], e ter uma visão além da dos companheiros... o mestre faz 3 vezes mais que os outros (Pescador X).

> Pronto, você é mestre de navegação, você tem responsabilidade por aquela navegação ali e o que acontecer ali, vai ser sua responsabilidade também, porque você é, tipo, encarregado dos três ou quatro que tiverem, você é o líder deles, entendeu? (Pescador VIII).

Essas relações são estabelecidas de forma universal no âmbito da pesca artesanal com base na família e nos elos de compadrio e vizinhança. Pode-se dizer que a feitura de um pescador é um processo artesanal, assim como o seu próprio trabalho. Aqui, o peso da subjetividade, da destreza, da criação e do conhecimento de execução global de toda atividade são decisivos. Pescador é um fazer-se no ato de fazer, em termos práticos e teóricos.

Por isso, a passagem abaixo é bastante representativa nesse aspecto, traduzindo-o em sua inteireza:

> Olha, a pescaria é arte. Tem que saber encontrar os pesqueiros. Tem a marca sul e norte, e a gente acerta os pesqueiros. Isso é arte, é conhecimento, e não é pra todo mundo, não. Jogar um covo sem boia... pegar uma âncora e amarrar no cabo e sair com o barco puxando em cima de uma marca e pegar ele (o covo) sem boia... não é todo mundo que faz! Isso é teoria. É prática e teoria. (Pescador I).

Ela (a marcação) é feita de maneira triangular, utilizando pontos da terra como referências. O continente é um marco importante, já que os pescadores não ultrapassam o fim da plataforma costeira (a parede ou o talude) pelo fato de que fazer isso não os permitiria ver a terra, além do que a efetivação de tal deslocamento prejudicaria a pescaria e envolveria grandes riscos de morte à tripulação, por conta da tecnologia artesanal dos barcos e dos tipos das armadilhas de pesca utilizadas.

Os mestres dizem o seguinte:

> Do mar, olhando os coqueiros e os morros da serra. O pesqueiro fica no meio (Pescador II).

> Como marcamos os pontos de pesca, os pesqueiros? Tem que ter as terras próximas à praia e as terras atrás. Tipo a cidade. A gente tá correndo pra um lado e as terras da praia tão paradas, e a detrás tá andando pra que lado a gente vá, seja pro sul, se vai pro norte. Sempre tem que ter as terras. E é no meio entre elas. Ponto fixo e móvel. Aí, os pesqueiros têm seus nomes. Saiu do Porto é Taci, Oituba, Fundão, Raso, Canal, Forte Negro e as Paredes. A gente chega até as paredes.

> Não passa, não. A gente sabe que o mar lá é com mais profundidade (Pescador IX).

> A gente marca por terra, como se fosse um triângulo. Você marca aqui e aqui e o barco no meio. Vamos supor: você quer ir pra uma pedra. Você olha assim um coqueiro lá na terra e mais uns 5 km tem qualquer outra coisa. Aí esse coqueiro tem que estar alinhado com a outra marcação, que está a 5 km dele. Chegar assim no meio é a marca que você vai correr. Chegou no alinhamento, você já tá na pedra (Pescador XIII).

Sobre isso, escreveu Maldonado (1994, p. 108):

> Um ponto fundamental à análise da marcação tanto dos bancos de peixe como dos roteiros das embarcações é a utilização dos "marcos da terra" que é outro traço praticamente universal à pesca, muito significativo da forma como nela se realiza a unidade entre terra e mar. São sistemas de orientação dos pescadores, feitos dos sinais inscritos na natureza com a paisagem da terra, com os seus "marcos".

Muitos de nossos entrevistados apontam que várias obras do Complexo Portuário e da Refinaria Abreu e Lima, ao longo das últimas décadas, são as responsáveis por destruir referências de terra ("árvores", trechos de matas) que serviam de referências para a marcação.

Esses pesqueiros e as rotas no mar são trunfos importantes para que a pesca exista e não seja atividade sinônimo de acaso. O conhecimento e a edificação desses mapas cognitivos, que dependem da capacidade de descobri-los e memorizá-los, são bases essenciais do ápice da arte de ser pescador, o tornar-se mestre. Por isso, a marcação (dos pesqueiros) possui o atributo de levar a pessoa à mestrança.

> A gente vira mestre quando começa a marcar. Se o cara quiser aprender a marcar, ele marca. Tem pescador que sobe no barco e dorme, e acorda só pra puxar a rede. Agora tem outro que fica ligado. Às vezes, a gente não sabe nem se ele sabe marcar, mas, quando a gente

> tá chegando a cinco ou dez minutos do covo, ele já tá com a luva na mão, ele já sabe. Esse pescador aí já tá ligado em alguma coisa. Esse já sabe marcar (Pescador XIV).

Memória de mapas cognitivos marinhos incrustados no sistema de marcação, que marca a passagem para a mestrança. "Ele marca", esse é o sinal da chegada do mestre. Assim, a mestrança congrega o refinamento de conhecimentos náuticos, meteorológicos, hábitos de diversas espécies de pescados, marés, ventos, ciclos lunares, coordenação da tripulação e memorização das rotas e dos pesqueiros. Tudo isso se comunica e se articula, formando um campo cognitivo complexo e rico, já que a ausência de combinação de um desses componentes limitaria a ação no mar, não permitindo o desenvolvimento do trabalho.

O segredo é um recurso amplamente aceito por outros pescadores, pois mostra o valor que certos homens marítimos têm para descortinar territórios produtivos, efetivar "marcas" nas águas, elaborar caminhos, deter capacidades técnicas e ser um artista do mar. Na realidade, o pesqueiro é fruto do talento do saber-fazer, sendo reconhecido por todos. Afinal, como ressaltou o Pescador X:

> O peixe é difícil de ser encontrado e quando a gente encontra um ponto de pesca... a gente lutou pra encontrar. Então, os outros que encontrem os seus, na habilidade de cada um.

Fica transparente, com o relato, que encontrar um pesqueiro liga-se a um processo de muito esforço, de engenhosidade náutica e pesqueira e, por isso, de merecimento. Não há nisso, então, um gesto que contradiga princípios éticos, pois ele reforça os componentes aos quais os pescadores chamam de arte pesqueira: dedicação, talento e capacidade. Os pesqueiros segredados tornam-se domínios familiares, chegando a passar de geração a geração (Diegues, 2002; 2004; Maldonado, 1994; Ramalho, 2006; 2022).

Além do mais, o domínio da arte (e dos seus segredos) é um atributo daqueles homens que o fizeram por merecer, os mestres, e que possuem como obrigação, de educadores do mundo marinho, repassar seus saberes e fazeres aos mais jovens que se dedicam à pesca. Esse é o critério: a dedicação. Quando um pescador descobre um pesqueiro e o mantém sob sigilo, além

de não sofrer qualquer sanção por parte de outros trabalhadores em relação ao uso de espaços comunais, ele pode fazer uso exclusivo e legítimo dessa parte do território aquático que teve a capacidade de encontrar pelo virtuosismo de seu saber-fazer, desde que outro profissional do mar não ache a mesma área, seja vendo o descobridor trabalhando no local, seja encontrando o território antes segredado. Se ocorrer a descoberta do segredo, isso permite a transformação da área usada exclusivamente – guardada pelo sigilo –, em espaço comunal, como algo legítimo.

Em muitos casos, o que é hoje território comunal foi antes gestão segredada por mestres e/ou tripulações de uma mesma embarcação. Além disso, se não houvesse espaços segredados, as áreas comunais estariam sujeitas a fortes conflitos – pela quantidade de embarcações que se voltariam sobre elas – e ao aparecimento da sobrepesca (esgotamento de pescados). Sendo assim, a ação do segredo permite em outra ponta, ora a existência de sólidos convívios societários reguladores de princípios comunais, ora gestões menos impactantes, em termos ecológicos negativos, dos pesqueiros comunais na região.

Em inúmeras situações, no intuito de salvaguardar o segredo, a mentira é utilizada como ferramenta de proteção dos pesqueiros, fazendo dela também forte componente da arte do uso segredado das águas. Sendo assim, alguns mestres rumam em direção aos lanços comuns e depois, quando não observados, mudam a rota para despistar outras tripulações ou, especialmente, se escuta na beira da praia, principalmente nas caiçaras, falas de pescadores que narram locais recheados de cardumes com peixes grandes, por exemplo, em espaços distantes aos pesqueiros encontrados e administrados por eles, no intuito de despistar outros mestres e suas tripulações, e de manter resguardada sua área de pesca. Articulada dessa forma, a mentira não é uma atitude que fira um princípio ético, um código de honra, mas o compõe como arma estratégica de conservação de territórios "conquistados" pela excelência do saber-fazer dos mestres, estando dentro das regras do próprio jogo produtivo do mar.

Em relação aos modos de uso comunal ou segredado, os mestres vão cumprir função fundamental, seja na manutenção do princípio da consideração em relação ao direito à vez sobre os lanços comunais, seja na engenhosidade para descobrir pesqueiros e saber ocultá-los, seja na formação dos pescadores mais jovens e no repasse das informações e do saber-fazer a estes (filhos, netos, sobrinhos, afilhados). De maneira geral, os pesqueiros são descober-

tos, preservados, abandonados (por causa da queda de sua produtividade ou sazonalidade das espécies e, principalmente, no caso da Região de Suape por conta do Complexo Portuário de Suape) ou, em algumas situações, até esquecidos pelos pescadores por terem perdidas suas referências em terra ("tinha um ponto, uma árvore, que desapareceram e aí perdi o lugar da pesca, a marcação pro pesqueiro" – Pescador XV), mostrando o caráter móvel e flexível do direito à "posse" aquática, evidentemente dentro de uma região da qual eles conhecem e que é delimitada geograficamente de acordo com suas identidades, noções práticas e simbólicas de uso do espaço mar, das técnicas e tecnologias utilizadas e o tipo de manejo empregado durante a sazonalidade dos peixes.

Ademais, o mundo dos pescadores confronta-se com as ações danosas sobre o meio ambiente marinho e isso interfere frontalmente na gestão do espaço, especialmente na necessidade de se encontrar novos pesqueiros mais distantes da costa. Em Suape, as áreas de pesca tiveram que mudar por conta da construção do porto e da navegação dos cargueiros, o que levou ao fim de vários pesqueiros ("destruição total deles" – Pescador II), exigindo que os trabalhadores marítimos incorporassem o dado (mudanças ecossociais), as contingências, em seu pôr teleológico.

> Antes do Porto, aqui era melhor. Aqui acabou muita pescaria. A criação de peixe chegava no mar vindo do rio Ipojuca. Acabou com a criação de peixes. Diminuiu muito camurin, carapeba, tainha, diminuiu muito mesmo, o mero sumiu. Quem não tem barco a motor ficou no prejuízo total. Os que têm bote [barco motorizado] puderam ir mais pra alto mar. Com isso, algumas marcas mudaram e tivemos que descobrir outras (Pescador III).

> Lagosta e lagostinho sumiram. Tainha diminuiu e a carapeba também. Aliás, diminui todo tipo e qualidade de peixe, porque acabou com os mangues, com os pesqueiros. Foi o Porto... e a Refinaria também, mas menos que o Porto (Pescador X).

A construção dos territórios e dos pontos de pesca são edificados numa correlação de forças, na grande maioria das vezes, desigual frente à expansão de grandes empreendimentos (Porto, Refinaria etc.) sobre as regiões costeiras, particularmente no que diz respeito às transformações da pro-

dutividade pesqueira, onde os pescadores tentam o tempo todo "fugir" das mudanças nocivas ao ambiente marinho, (re)elaborando e (re)mapeando novas marcas no mar, quando isso é possível, inclusive por conta da reprodução ecológica. "Com isso, algumas marcas mudaram e tivemos que descobrir outras" (Pescador III); outras possibilidades para que sua sociedade do trabalho continue a reproduzir-se.

Por isso, os nomes dos pesqueiros comunais são revelados, mas não os nomes daqueles pesqueiros segredados. Aliás, ambos, comunais ou segredados, tornaram-se diminutos ou, praticamente, inexistem na região próxima ao Porto de Suape.

> Olha, tanto os pesqueiros comuns como aqueles que a gente guarda em segredo... no caso desse último, dos guardados em segredo, ninguém diz o nome nem o lugar próximo, não, viu?! (risos). O Porto acabou... empobreceu a produção... olha os pesqueiros do Congo... olha o Sitiba. Pesqueiro bom mesmo só pra longe do Porto (Pescador X).

> Não falo o nome dos pesqueiros que encontrei e que ninguém sabe. Nem digo a localização. Sempre foi assim: descobriu, então, guardo no segredo. Agora, muitos desses foram destruídos pelo Porto também (Pescador II).

> Pescador tem o segredo dele. Se ele for numa pedra lá e ele conseguir pescar bem nesse lugar, ele vai ficar caladinho pra ir de novo lá pegar o peixe dele, porque nem todo mundo vai dizer, não, ninguém, duvido alguém dizer aqui que tal lugar tem peixe. E ele vai deixar de perder o peixinho dele, é? Se tá fraco de peixe, ninguém diz, não! (Pescador V).

Essa é uma das razões da resistência apresentada para contar o nome de alguns pesqueiros na localidade, o seu segredo e por não serem de usos comuns. Os mestres os protegem e isso não é exclusivo da Região de Suape, pois essa resistência é verificada em vários outros locais do Brasil (Diegues, 2004; Furtado, 1994).

Cada vez mais, tanto os pesqueiros segredados como os comuns desapareceram (foram "aterrados", "explodidos", "dragados" pelo porto). Sendo

assim, as gestões comunal e segredada dialogam com processos globais e, dessa forma, não se restringem ao universo exclusivo dos pescadores, pois as mesmas resultam das alternativas possíveis de sobrevivência criadas pelos pescadores no intuito de se reproduzirem nesse confronto, isto é, as maneiras de manejo são respostas dadas à totalidade social pela totalidade parcial dos pescadores suapenses, do mar-de-fora. A pesca no mar-de-dentro esgotou-se, o que gesta (e gestou) bloqueios objetivos à continuidade do trabalho pesqueiro nesse espaço.

Assim, marcar e pescar, encontrar e trabalhar nos pesqueiros ocorrem em condições ainda mais difíceis. Isso porque, além do reordenamento territorial no continente, houve também transformações no território pesqueiro:

> Teve muita [mudança]... Pedras que aterraram, pedras que destruíram... destruiu pedra de 300m de comprimento. Detonaram as pedras. Botaram bomba e passaram a draga nos pontos de pesca aí e jogaram também lama, né, daqui do manguezal [...] Aí alguns peixes se afastaram (Pescador II).

> Eu conheço a área toda, vou dizer pra você como é que é, porque ali era o berçário do peixe, era o berçário do peixe, era ali, na área do estaleiro, aqui numa área que tem aqui que foi tudo aterrada, foi tudo acabado. Você tá vendo assim, mas você chegou hoje, mas isso não era assim, isso era mangue. [...] Aí além disso também, teve umas paredes de pedra que eles explodiram, muita coisa, destruiu muito (Pescador XIII).

> Mudou bastante coisa, porque pra aqui, pra Suape, cortou o manguezal e não despeja mais na bacia de Suape [rio Ipojuca] [...] Era uma criação, quando aqui não tinha nada a gente ia lá no rio Ipojuca e tinha mais peixes [...] Antes do Porto despejava mais aqui [as águas do rio Ipojuca], aí era tainha, carapeba, era camurim e outros (Pescador V).

> Os locais onde a gente pescava mudaram, mudou tudinho. Tem que ir lá pra alto mar, devido ao Porto (Pescador I).

> Hoje tem pouca parte que eu pescava antes. Acho que foi a dragagem (do Porto) que acabou, e eu tive que escolher outros locais para pescar (Pescador XV).

> Mudou assim: eles dragaram as áreas de pescaria, aí ficou muito buraco, buraco profundo com 17 metros de profundidade. Aí pra gente pegar um peixe, a gente acha dificuldade. Os locais de pescarias são outros (Pescador XI).

> Eu pesco lá fora. Pra quem pesca aqui dentro, mudou muito. Mudou o dobro por causa do porto. Pra quem pesca aqui, na enseada e nos rios, foi ruim. Foi... tá ruim. Não dá mais! (Pescador IX).

> Praticamente, hoje não se pesca mais na margem (Pescador III).

> A pesca mudou mais pros tainheiros, pras pessoas que pescam tainha, aqui na baía, porque o aterro acabou com os lanços (Pescador IX).

O mestre consolida-se também pelo respeito, pelo reconhecimento que os demais pescadores locais possuem sobre sua capacidade de marcar. Seja pela idade de pesca, seja por possuir as ferramentas necessárias à pesca ou simplesmente pelas hierarquias familiares, os tripulantes respeitam o mestre e o enxergam como liderança, um comandante. A tripulação é ponto importante na pesca artesanal e sua formação também é de responsabilidade do mestre. É ele quem aceita ou não um novo membro e, ademais, explica o funcionamento de seu barco (o tipo de pesca que exercem, os horários, como é feita a distribuição do pescado, melhores rotas), além de formar os novatos (aprendizes) para pescar.

Como as tripulações diminuem a cada ano em Suape ("as pessoas mais jovens não querem mais pescar"), os ensinamentos dos mestres não são repassados, continuados nas novas gerações, o que significa um dado objetivo para a não reprodução sociocultural dos homens das águas em Suape.

Muitos pescadores ainda continuam capturando peixes próximos à costa, fazendo uso, para isso, de canoas ou de jangadas de mar-de-dentro, sem ir além dos arrecifes. Normalmente, esses pescadores são os que não tiveram condições financeiras para adquirir barcos motorizados e, por isso, constituem os grupos mais vulneráveis às consequências postas pela instalação e

ampliação do Complexo Portuário de Suape, com possibilidades consideráveis de abandonarem a pesca, como alguns já fizeram. Ademais, as transformações ambientais conduziram à mudança de escolha dos pescados, visto que em Suape, na década de 1970, a lagosta era um produto muito procurado pelos pescadores, especialmente pelo alto valor pago por ela, mas teve sua produção inviabilizada, segundo os nossos entrevistados, pela construção do Porto e pela pesca predatória, obrigando-os a direcionar seu esforço de trabalho para outra espécie.

Os depoimentos em questão remetem às mudanças necessárias para instalação do Porto de Suape, e como se apresentam nos colóquios transcritos com os pescadores, as mais impactantes para as territorialidades estão associadas ao mar: destruição da área de manguezal, berçário que desaguava no mar, destruição de arrecifes e corais e o sumiço de algumas marcações de pesqueiros tradicionais. Sobre isso:

> Oxente, desapareceu muita marca... a gente chama uma marca de 'A Ilha'. O Porto comeu tudo. Era um morro de barro vermelho que tinha aí, que a gente saiu bem fora e via ela, agora não, tirou tudo (Pescador III).

> Aqui tinha uma pedra que a gente chamava de Viveiro, que era o ponto, que hoje em dia depois da dragagem... acabou, acabou. Vou pescar lá e não pego nada. O Congo, a da igrejinha, Boia, tudinho... os pesqueiros, que é próximo daqui do porto todos acabaram, todos! Na temporada de xixarro, a pedra principal era o Congo, que é próximo ao Porto... e de lá pra cá, pega mais nada não (Pescador VII).

Diante disso, sem os pesqueiros, as territorialidades da pesca estão se restringindo no que diz respeito à reprodução social das comunidades.

Um desses impactos, intimamente ligado à questão das marcas, é o empobrecimento ecológico de inúmeros pesqueiros locais, como o "Viveiro", "Igrejinha", "Ilha", "Duarte", "Congo", em decorrência das obras constantes do CIPS. De fato, muitos pontos de pesca perderam-se em decorrência disso. E essa é uma batalha profundamente desigual e que não depende apenas da sabedoria do mestre e de seu imenso talento.

Outros pesqueiros, locais de pescaria, foram mencionados como destruídos:

> O Porto explodiu coisas aqui também. Aí aqui nesse Canal, que pegava uns cabeços, uns cabeços, que eles detonaram. Acabaram com tudo e eram os lugares de inúmeros pesqueiros (Pescador II).

> Esse Canal … esse Canal era cheio de pesqueiros. Era tudo pesqueiro. Perdemos eles. Essa parte aqui, oh, onde o Porto está também tinha vários pesqueiros, incalculáveis, porque alguns eram de segredo (Pescador X).

> Esse pesqueiro todinho aqui, essa parte daqui, dessa bacia de Suape pra lá, tudo é croa, e essas croas eram pesqueiros; e aí atravessa um Canal, que agora não tem mais canal porque aterrou foi tudo. Entre a Ilha de Cocaia e a de Tatuoca. Essa ilha aqui de Tatuoca pescava tanto... e aqui pelo arrecife, que se chama as pedras. Muitos pesqueiros! E tanto aqui por trás da ilha, a gente pescava por aqui (Pescador V).

> Barreta... Ilha... Viveiros... Duarte.... isso acabou tudo. Lugar de pescar (Pescador VII).

> Não tem como ter pesqueiro em área de Porto, de interesse do Porto. Aqui tudo se perdeu. Ou eles aterraram... explodiram... dragaram... acabaram com tudinho e pronto (Pescador XIII).

> No lugar do porto mesmo era muito pesqueiro ali, que a gente pescava, e ali o certo mesmo era pra ter feito uma ponte, um viaduto, pra gente pescar lá por ali no lado de Muro Alto, que a pescaria da gente era mais o rio Cocaia, que vem de lá de Muro Alto, era o peixe que a gente pegava mais, era de lá. E tudo que o Porto fez foram essas mudanças aí e esse aterro acabou com tudo. E vai acabar e continua acabando. Não tem como voltar que nem era antes, não (Pescador IV)

Esses impactos fizeram com que novos pesqueiros ou pesqueiros mais produtivos só sejam encontrados nas áreas das paredes/talude (fim da plataforma costeira), o que obriga os pescadores a navegarem ainda mais para o

mar-de-fora, deslocando-se cerca de 4 a 5 horas para chegar lá. Próximo à praia de Suape "é praticamente impossível pescador encontrar pesqueiro" (Pescador XII). Aliás, "além de perder o mar-de-dentro, a gente gasta mais tempo, mais tudo... combustível, gelo, para ir para as paredes, se desejar ser pescador" (Pescador XIX). Por exemplo, de acordo com os relatos, tem que ir pra longe da Região de Suape pra pescar:

> A turma sempre encontra pesqueiro, não é mais aqui embaixo [perto da costa, da praia de Suape]. A pessoa que tá procurando pesqueiro acha, mais ou menos o quê a gente chama aqui "as paredes". As paredes são umas 4 horas de viagem, cinco horas de viagem (Pescador XI).

> Pra pescar, só indo pra mais fundo, pras paredes mesmo, porque, por aqui, os pesqueiros ou não existem ou não tem mais pescados. Uma pena mesmo (Pescador XVII).

Como já aludidos, há pesqueiros que continuaram, que existiam antes do Porto, perdendo suas produtividades ou que também desapareceram:

> O de Muro Alto, a gente chama Barra Nova. Barra nova é uma barra que passa a água do rio lá, que é muito perigosa, pouca gente passa lá de jangada... tinha vários pesqueiros (Pescador II).

> Então são pontos de referência da gente... que eles deram o nome, os pescadores lá de... 'Vovô do Meu Vovô', deram o nome. Aí tem 'Barreira das Carapitanga'; 'Cajabuçu', Cajabuçu é no sertão, aí já tem "Alto navio". Eles continuam, mas com pouca produção (Pescador XI).

> Alguns pesqueiros podem até permanecer, mas sem pescado, sem peixe. Fica como referência, mas não tem mais peixe, não (Pescador XIII).

> Depois de tudo que o Porto fez... exterminou os pesqueiros por aqui (Pescador XV).

Ao acabar com pesqueiros próximos ou torná-los estéreis em termos de biodiversidade junto à costa, fez sumir completamente ou afastou os peixes da Região de Suape:

> Pra pescar tem que ir pro alto mar. Porque o peixe estava na costa, né? Peixe que nem xaréu. Agora é que nem eu digo, tem mal que vem pra bem. Tá certo que ele fez essa dragagem todinha, tem os empregos que abriu aqui no portuário, mas também nesse acesso que ele saiu quebrando, tirando a areia, foi parecendo mais cabeça ainda. A gente pegava muito aqui na costa o Guarajuba também (Pescador VIII).
> Lagosta... lagostinho... depois do Porto... Oxente! É nada que se encontra! (Pescador I).

Há um único caso de pesqueiro que eles mencionam e que surgiu depois da explosão de várias pedras de outros pesqueiros e que é utilizado pela tripulação de barcos: é o Oituba da Explosão. Não é por acaso o nome do mesmo, já que é fruto das explosões provocadas pelo Porto. Segundo os pescadores, "ele fica de frente ao Cabo mesmo. Aqui tá o Porto Suape, aqui tá o Cabo, em frente ao Cabo" [essas são marcas de localização].

O que foi relatado e problematizado, nos momentos anteriores deste escrito, aponta o avanço de situações de precariedade e limites concretos para a reprodução socioeconômica e cultural das comunidades pesqueiras artesanais na área de influência do CIPS. Muitas e irreversíveis foram as mudanças ecológicas, incontáveis são os impactos negativos sobre o modo de vida secular dos pescadores artesanais da região, o que anuncia não só um bloqueio sistemático, mas a forte expansão de mecanismos de recuo para a continuidade dos povos da pesca artesanal em Suape.

Conclusões

O que se observa, com base nos relatos dos pescadores, é a presença de graves mudanças ambientais, que interferiram e interferem nas condições socioeconômicas e culturais de existência dos pescadores locais e seus familiares, porque tornaram o modo de suas existências, suas vidas bloqueadas e suas continuidades negadas sistematicamente na região de Suape, quando destruíram ou tornaram os pesqueiros lugares pouco produtivos.

Sem os pesqueiros essa comunidade histórica e secular da praia de Suape, a dos pescadores artesanais, tende a ser eliminada, por não encontrar condições objetivas para sua reprodução social ao longo do tempo e do espaço.

Os povos da pesca artesanal, com seus saberes e fazeres seculares e suas conexões eliminâveis com a natureza, mostram que há uma integração entre biodiversidade e o modo de vida das comunidades pesqueiras artesanais. Assim, "quando um pesqueiro morre, é destruído, a gente morre junto. E esse pessoal, desse Complexo, tem feito isso com a gente há décadas. Assim, chegaremos ao fim" (Pescador IV).

De fato, mestres de pesca e pesqueiros entrelaçam-se num destino comum: a tragédia ecossocial imposta pelas dinâmicas de um capitalismo predatório contidas na história de implantação, ampliação e desenvolvimento do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), que esteriliza a existência da natureza e impõe, dessa maneira, a morte socioeconômica e cultural dos pescadores artesanais.

Referências

AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ANDRADE, M. C. *Agricultura e capitalismo*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

ASSIS, A. I. C.; GOUVEIA, Ana Paula de M. Freire. *O impacto da instalação do Complexo Industrial Portuário de Suape e as transformações ocorridas na vida da população local*: uma experiência de serviço social. Trabalho de monografia em Serviço Social. Recife: UFPE, 2000.

DANTAS SILVA, L. Pernambuco: história e aspectos de sua paisagem. In: Mário Souto Maior; Leonardo Dantas Silva (Orgs.). *A paisagem pernambucana*. Recife: Massangana, 1993.

DIEGUES, A. C. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, A. C. *A imagem das águas*. São Paulo: Hucitec, Nupaub-USP, 2000.

DIEGUES, A. C. *A pesca construindo sociedades*. São Paulo: Nupaub-USP, 2004.

FURTADO, L. G. *Pescadores do rio Amazonas*. Belém: MPEG, 1994.

LUKÁCS, G. *Pensamento vivido*. São Paulo: Ad Hominem; Viçosa, MG: UFV, 1999.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MAGALHÃES, V. B. de. Migração, trabalho e memória nos anos 1980: os dois lugares de uma família em movimento. In: MENEZES, Marilda Aparecida de; JÚNIOR, Jaime Santos, (Orgs.). *Tecendo vidas e sonhos*. Jundiá-SP: Paco Editorial; Campina Grande: Eduepb, 2023, p. 156-215.

MALDONADO, S. C. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1986.

MALDONADO, S. C.. *Mestres e mares*. São Paulo: Annablume, 1994.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MONTENEGRO, A. T. *História oral e memória*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MOREIRA, I. L. *A problemática da construção do complexo industrial e portuário de Suape e sua repercussão sobre a pesca artesanal local*. Recife: UFPE, 1988.

MOURÃO, F. A. *Os pescadores do litoral sul de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Nupaub/Cec, 2003.

RAMALHO, C. W. N. *Ah, esse povo do mar*!: trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Editora Polis; Campinas-SP: Ceres, 2006.

RAMALHO, C. W. N. Pescados, pescarias e pescadores: notas etnográficas sobre processos ecossociais. *In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*, Belém, v. 11, n. 2, p. 391-414, maio-ago. 2016.

RAMALHO, C. W. N. *Embarcadiços do encantamento:* trabalho sinônimo de arte, estética e liberdade na pesca marítima. Campinas-SP: Ceres-Unicamp; São Cristóvão-SE: Edufs, 2017.

RAMALHO, C. W. N. Reprodução social das pescadoras e pescadores artesanais. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 1-29, jul.-dez. 2022.

SOBRINHO, J. R. *Estudo antropológico do aglomerado de Suape*. Recife: CONDEPE, 1978.

IV

TRABALHO PLATAFORMIZADO NA AMÉRICA LATINA

"Mercado de trabalho" e trabalho plataformizado: reflexões polanyianas, feministas e latino-americanas

Roberto Véras de Oliveira

Introdução

Nas últimas décadas, profundas transformações nas relações de trabalho têm desafiado os fundamentos clássicos dos estudos do trabalho em suas dimensões empíricas, teóricas e metodológicas. Entre os conceitos centrais está o de "mercado de trabalho", historicamente formulado sob a influência da economia política clássica e da economia neoclássica. Esse conceito, que se tornou referência analítica e normativa, revela hoje claros limites diante dos processos globais de flexibilização, informalização e precarização, intensificados recentemente pela digitalização da economia e pela plataformização do trabalho.

Sob um prisma latino-americano, as insuficiências desse conceito tornam-se ainda mais evidentes quando confrontadas com dinâmicas históricas e contemporâneas que marcam o mundo do trabalho na região. Um contexto estruturado pelo excedente de força de trabalho, pela informalidade persistente, pela precariedade ocupacional e por múltiplas formas de exclusão e desigualdade social já coloca em xeque, por si só, uma formulação conceitual e normativa forjada a partir das realidades do Norte Global.

Este artigo propõe revisitar a genealogia da noção de "mercado de trabalho", articulando diálogos críticos a partir de contribuições polanyianas, feministas e latino-americanas. O objetivo é duplo: por um lado, mapear deslocamentos teóricos que problematizaram a naturalização do trabalho como mercadoria; por outro, examinar como, em contextos periféricos, as noções convencionais se revelam insuficientes para captar as formas híbridas e heterogêneas de ocupação, especialmente diante das novas dinâmicas impostas pelo capitalismo de plataforma.

As reflexões apresentadas têm caráter ensaístico. Partem de uma ampla revisão bibliográfica e de inquietações suscitadas por pesquisas recentes, com a intenção de contribuir para o debate sobre os desafios teóricos que envolvem os estudos do trabalho na contemporaneidade. O texto está organizado em seis partes: além desta breve introdução e das considerações finais, inicia com uma reconstituição histórica da construção da noção de "mercado de trabalho" a partir das contribuições europeias e norte-americanas; em seguida, aborda o debate trazido pelas teorias feministas; na quarta parte, examina como a questão do trabalho e do mercado de trabalho foi tratada na América Latina, reunindo perspectivas diversas; por fim, discute as implicações da emergência das plataformas digitais nas novas dinâmicas do "mercado de trabalho" na região.

O trabalho como mercadoria e a questão da "desmercadorização" do trabalho

Na obra de Karl Marx, especialmente em *O Capital* (2011[1867]), a noção de trabalho como fundamento do valor ganha uma formulação densa e paradigmática. Em diálogo crítico com os economistas clássicos – sobretudo Adam Smith e David Ricardo, que haviam identificado a centralidade do trabalho no valor das mercadorias, mas confundiam trabalho com força de trabalho – Marx mostra que a especificidade do capitalismo consiste na transformação da força de trabalho em mercadoria. É essa concepção que permite compreender o mecanismo da mais-valia e, portanto, a forma particular de exploração que estrutura a sociedade capitalista.

A expressão "mercado de trabalho" consolidou-se e foi institucionalizada ao longo do século XX, em grande medida tendo como suporte teórico a economia neoclássica, que a tratou de modo analógico a qualquer outro mercado: trabalhadores seriam a oferta; empregadores, a demanda; e o salário, o preço de equilíbrio. Essa concepção reduzia o trabalho à condição de mercadoria e partia do pressuposto de que o mercado tenderia naturalmente ao equilíbrio. Contra essa visão, Keynes (1936) demonstrou a possibilidade do desemprego involuntário persistente, decorrente da insuficiência de demanda efetiva, bem como a dificuldade de alcançar o pleno emprego de forma espontânea[1]. Daí decorre a defesa de um papel ativo do

1. Agradeço os esclarecimentos de Marcelo Manzano (Unicamp) a respeito dessa formulação de Keynes.

Estado na regulação econômica e na indução do emprego, questionando a premissa liberal de autorregulação do mercado de trabalho.

Karl Polanyi insurgiu-se contra a naturalização do trabalho como mercadoria, característica da economia política liberal e da tradição neoclássica, embora sem se alinhar diretamente à crítica marxista do valor. Em *A grande transformação* (2000[1944]), sustenta que o trabalho não pode ser considerado uma mercadoria genuína, já que, assim como a terra e a moeda, não foi produzido com a finalidade de ser vendido. Trata-se, portanto, de uma "mercadoria fictícia", cuja subordinação à lógica do mercado implica graves consequências sociais: o trabalho, ao ser tratado como mercadoria, significa submeter a vida humana à dinâmica da oferta e da procura. Nos marcos da construção histórica do mercado autorregulado, esse processo de mercadorização fragiliza laços sociais e ameaça a reprodução da sociedade. Daí decorre a formulação polanyiana do "duplo movimento": de um lado, a expansão da mercadorização; de outro, a emergência de contramovimentos sociais e institucionais destinados a proteger a sociedade e restaurar formas de regulação que limitem os efeitos destrutivos do mercado.

A crise do liberalismo clássico, evidenciada pela Grande Depressão e pela incapacidade dos mercados de assegurar pleno emprego, somada à ascensão do Estado de Bem-Estar Social no pós-Segunda Guerra, estimulou profundas reelaborações sobre a relação entre trabalho e mercado[2]. Nesse contexto, destaca-se a contribuição de Esping-Andersen (2013 [1990]), ao introduzir o conceito de "desmercadorização" do trabalho (*decommodification*). Por esse termo, o autor entende o grau em que os indivíduos podem manter um padrão de vida digno independentemente da venda de sua força de trabalho, graças à provisão pública de benefícios, seguridade social,

2. Aqui cabe destacar o papel de grande repercussão mundial exercido pela Organização Internacional do Trabalho. O desenvolvimento desse padrão regulatório alterou significativamente a forma como se organiza o mercado de trabalho em muitos países: tornou-se possível para uma parcela significativa da força de trabalho ter empregos com contrato assalariado formal, com proteção (direitos, seguro social), regulação de jornada e condições mínimas de saúde e segurança. Essas proteções atuaram como contrapeso à mercantilização pura do trabalho. Na sua constituição inicial, foram definidos princípios que serviriam como base para a regulação do mercado de trabalho: que o trabalho não deveria ser tratado simplesmente como mercadoria, que direitos fundamentais (associação, negociação), igualdade de oportunidades, e proteção contra abusos deveriam ser garantidos. No entanto, esse mercado regulado sempre conviveu com formas de trabalho menos protegidas — informalidade, empregos marginais, trabalho "não documentado", sobretudo nos países periféricos. As crises, mudanças tecnológicas, pressões da concorrência global e políticas de liberalização desafiaram a regulação, muitas vezes reduzindo a coerência entre leis, práticas e efetividade. Ver, a propósito de um amplo balanço dos 100 anos de atuação da OIT, entre 1919 e 2009, Rodgers *et al*. (2019).

regulação trabalhista e políticas coletivas. Esping-Andersen propõe uma tipologia de três regimes de bem-estar:

- Liberal (EUA, Reino Unido): com baixa desmercadorização, benefícios restritos e focalizados, forte ênfase no mercado.
- Conservador-corporativo (Alemanha, França): com desmercadorização moderada, proteção vinculada ao status ocupacional e à família.
- Social-democrata (Suécia, Noruega): com alta desmercadorização, baseada em universalismo, serviços públicos amplos e forte igualdade de acesso.

Essa tipologia tornou-se referência fundamental no campo da sociologia do trabalho e das políticas sociais, embora posteriormente tenha sido alvo de críticas e ampliações, como a inclusão dos modelos "mediterrâneo/familista" (Itália, Espanha, Portugal, Grécia) e dos regimes do Leste Europeu, além de debates sobre sua adequação a países periféricos.

A chamada Nova Sociologia Econômica (NSE), que ganha fôlego sobretudo a partir das décadas de 1980 e 1990, também contribui para a reformulação do conceito de "mercado de trabalho", deslocando-o de uma representação abstrata e autorregulada — típica da tradição neoclássica — para a compreensão de que se trata de uma construção social, institucionalmente moldada e sustentada por relações sociais. Nesse horizonte, autores como Mark Granovetter — seja em seu artigo seminal (1983 [1973]) ou no livro (1995[1974]) — demonstram que o acesso ao emprego depende menos de mecanismos impessoais de oferta e demanda, e mais de redes sociais mediadas por laços fortes e, sobretudo, por laços fracos, que ampliam o alcance das oportunidades. Posteriormente, Granovetter (2007 [1985]) aprofundou a crítica à concepção de mercado como instância autônoma, argumentando que as práticas econômicas estão enraizadas em estruturas sociais de confiança, reciprocidade e poder. Outros autores da NSE, como Harrison White, Viviana Zelizer e Richard Swedberg (Swedberg, 2004) reforçaram essa abordagem ao evidenciar que os mercados são arenas institucionais e culturais, atravessadas por normas sociais e dinâmicas de gênero, etnia e geração. Dessa forma, a NSE contesta a ideia de "mercado puro" dos modelos econômicos tradicionais e sublinha a historicidade e a pluralidade das formas de organização do mercado de trabalho.

Prieto (1989) parte da constatação de que o conceito de "mercado de trabalho", embora amplamente difundido nas ciências sociais, revela-se frágil e insuficiente para explicar a realidade da mobilização da força de trabalho. Ao enumerar suas "imperfeições" – mobilidade limitada, concorrência restrita, informação incompleta, natureza singular da força de trabalho e desigualdade estrutural entre capital e trabalho –, o autor mostra que o mercado de trabalho pouco se assemelha a um mercado perfeito, funcionando antes como uma construção teórica marcada por exceções e anomalias. Diante disso, ele apresenta três correntes que buscam superar tais limitações: o segmentarismo, que multiplica os mercados de trabalho (defendendo que há não um, mas vários mercados de trabalho, segmentados por setores, profissões ou qualificações); a teoria da mobilização, que nega a própria existência de um mercado (defendendo que o que há são processos de mobilização da capacidade de trabalho, como estratégias pelas quais empresas e trabalhadores se encontram e se ajustam); e o multirregulacionismo, que entende o trabalho como regulado não apenas pelo mercado (oferta e demanda), mas por uma combinação de mecanismos que, além deste, inclui reciprocidade (família, redes sociais), organização (empresas, sindicatos, negociação coletiva) e o intercâmbio político (intervenção do Estado e das políticas públicas). Esses mecanismos atuam de forma combinada, mas com pesos variáveis, fazendo da regulação do trabalho uma construção social historicamente situada, em que o mercado é apenas um componente entre outros. Embora não formule uma teoria própria, Prieto se aproxima do multirregulacionismo, considerando-o o caminho mais promissor por reconhecer a complexidade e a construção social do trabalho. Ainda assim, ressalta que a especificidade da atividade laboral continua a exigir maior elaboração teórica.

Na Teoria da Regulação, desenvolvida por autores como Michel Aglietta, Robert Boyer e Benjamin Coriat, o mercado de trabalho não é concebido como um espaço abstrato de oferta e demanda, mas como uma forma institucional histórica: a relação salarial. Ela envolve o conjunto de normas, regras jurídicas, convenções coletivas e políticas públicas que regulam o uso e a reprodução da força de trabalho, articulando salário direto e indireto, organização do trabalho, sistemas de emprego e proteção social. A relação salarial cumpre funções centrais: garante a reprodução da força de trabalho, estabiliza a distribuição da renda e sustenta a compatibilidade entre salários, produtividade e demanda. Assim, não se trata de "imperfeições" de mercado, mas de um compromisso social e político cristalizado, sempre

provisório, que estrutura cada regime de acumulação (a exemplo do fordismo e do pós-fordismo).

Esping-Andersen define os regimes de bem-estar pelo grau de desmercantilização da força de trabalho. A Nova Sociologia Econômica mostra que o mercado de trabalho é imerso em redes sociais e relações interpessoais, enfatizando confiança e contatos. A Escola da Regulação busca explicar como a relação salarial se articula com o regime de acumulação e dá estabilidade (ou instabilidade) ao crescimento. Em escala macro-histórica, destacam-se as instituições coletivas (sindicatos, legislação, sistemas de negociação e seguridade social) como mediadoras centrais. Por sua parte, o multirregulacionismo destaca a pluralidade de mecanismos de regulação (mercado, reciprocidade, Estado, organização).

Assim, ao longo do século XX e início do XXI, a noção de "mercado de trabalho" passou por profundas ressignificações, impulsionadas tanto por crises históricas do capitalismo quanto por inovações teóricas nas ciências sociais. De Marx a Polanyi, de Keynes a Esping-Andersen, da Nova Sociologia Econômica à Teoria da Regulação e ao multirregulacionismo, consolidou-se um amplo repertório crítico que desmonta a pretensão neoclássica de tratar o trabalho como mera mercadoria e o mercado de trabalho como um espaço autorregulado de oferta e demanda. Apesar de partirem de ênfases distintas – no grau de desmercantilização da força de trabalho, nas instituições macro-históricas, nas redes sociais ou na pluralidade de lógicas de regulação –, essas abordagens revelam que o trabalho carrega uma natureza social, relacional e política irredutível à lógica mercantil. A centralidade do trabalho para a vida e para a reprodução social exige, portanto, compreendê-lo não como um "mercado como outro qualquer", mas como um campo de disputas, regulação e transformação – um espaço onde se definem não apenas formas de emprego e renda, mas também projetos de justiça social e de futuro civilizatório.

As contribuições feministas para a ressignificação das noções de trabalho e de mercado de trabalho

As abordagens feministas – especialmente de tradição marxista – destacaram que o trabalho doméstico, reprodutivo e de cuidado foi historicamente desvalorizado, invisibilizado e não reconhecido como "trabalho", incluindo no âmbito da economia política clássica.

Dalla Costa e James (2019 [1972]) contribuem para a ampliação da noção de trabalho ao demonstrar que o ambiente doméstico é também um espaço de produção capitalista, pois nele se reproduz cotidianamente a força de trabalho. O trabalho doméstico e de cuidado, majoritariamente realizado por mulheres, garante a subsistência dos trabalhadores, reduz custos para o capital e sustenta a acumulação, embora permaneça invisibilizado pelas estatísticas e pela teoria econômica dominante. Ao politizar essa dimensão, as autoras revelam a articulação entre capitalismo e patriarcado e lançam a campanha por salários para o trabalho doméstico, denunciando a exploração estrutural das mulheres e recolocando a reprodução social no centro da crítica ao capitalismo.

Seguindo na mesma linha, Federici (2017 [2004] e 2019 [2012]) contribuiu de forma decisiva para o alargamento da noção de trabalho ao evidenciar que o capitalismo não se funda apenas na exploração do trabalho assalariado, mas também no trabalho doméstico e de reprodução social, não pago, invisibilizado e naturalizado como uma "vocação feminina". Ela demonstra que a acumulação capitalista depende estruturalmente desse trabalho, pois é nele que se garante a reprodução cotidiana e geracional da força de trabalho, reduzindo custos para o capital e assegurando a continuidade do sistema. Nesse sentido, a exploração das mulheres não se restringe ao espaço produtivo, mas atravessa o espaço reprodutivo, constituindo um eixo central da acumulação capitalista. Federici mostra ainda que, apesar de sua importância estratégica, o trabalho de reprodução social permanece invisibilizado nas estatísticas, desvalorizado na economia política e relegado à esfera privada, o que reforça a subordinação das mulheres e dificulta o reconhecimento político de sua centralidade. Sua obra, portanto, rompe com a ideia restrita de trabalho como emprego assalariado, recolocando a reprodução social no centro do debate sobre exploração, emancipação e alternativas ao capitalismo.

Davis (2016 [1981]) já havia chamado a atenção para o fato de que, ao contrário da imagem hegemônica do "trabalho doméstico" como esfera não produtiva e privada – associada sobretudo às mulheres brancas de classe média –, o trabalho das mulheres negras nos Estados Unidos sempre foi considerado produtivo, no sentido capitalista do termo. A autora argumenta que, desde a escravidão, as mulheres negras foram incorporadas ao mercado de trabalho, primeiro como escravizadas em plantações, minas e casas senhoriais, e depois, já no período pós-abolicionista, em atividades

precarizadas como o serviço doméstico remunerado, o trabalho agrícola e o trabalho fabril de baixa remuneração.

Assim, enquanto o feminismo liberal do pós-guerra denunciava a "opressão doméstica" das mulheres brancas, reduzidas ao lar e dependentes do salário do marido, para as mulheres negras o problema não era a exclusão do trabalho assalariado, mas justamente a superexploração e a desvalorização de seu trabalho produtivo. O emprego doméstico, por exemplo, sempre foi remunerado de forma ínfima, marcado por racismo estrutural e desproteção social. Dessa forma, o trabalho das mulheres negras foi invisibilizado pelas análises dominantes da economia e também por certos discursos feministas que universalizavam a experiência da dona de casa branca.

A contribuição central de Davis está em deslocar o olhar: ao afirmar que o trabalho das mulheres negras sempre foi produtivo, ela evidencia como o capitalismo e o racismo se articularam para naturalizar a exploração desse trabalho, sem jamais reconhecê-lo em igualdade de valor ou direitos. Sua crítica antecipa o que mais tarde se consolidaria no debate da interseccionalidade, ao mostrar que classe, gênero e raça não podem ser pensados separadamente. Enquanto Davis evidencia como classe, raça e gênero estruturam historicamente a inserção desigual das mulheres negras no trabalho produtivo, Acker (1990) mostra como essas mesmas hierarquias se reproduzem no interior das organizações capitalistas, ao propor a noção de "organizações generificadas".

A Teoria da Reprodução Social (TRS), formulada inicialmente por Lise Vogel (2013 [1983]) e posteriormente desenvolvida por autoras como Tithi Bhattacharya (2017), insere-se no campo do feminismo marxista e busca destacar a interdependência entre produção e reprodução da vida no capitalismo. A TRS parte da crítica à análise marxista clássica, que não sistematizou o papel do trabalho reprodutivo (doméstico e de cuidado) como parte constitutiva do processo de valorização do capital. Para Vogel, a reprodução da força de trabalho não é um dado "externo" ou "prévio" ao capital, mas integra o circuito da acumulação, sendo indispensável à própria existência da classe trabalhadora. Bhattacharya (2017) revitaliza essa perspectiva no contexto neoliberal, defendendo que produção e reprodução constituem um processo unitário, no qual o capitalismo se apoia tanto na exploração da força de trabalho direta quanto na apropriação desigual e invisibilizada do trabalho de reprodução social. A TRS evidencia, assim, como o capitalismo produz e utiliza divisões de gênero, raça e idade na formação da clas-

se trabalhadora, transformando corpos em portadores de valor e situando a opressão de gênero como elemento estruturante da acumulação. Sua visão da sociedade como totalidade social capitalista produz uma visão dos processos produtivos e reprodutivos como constitutivos e indissociáveis.

Com a noção de "organizações generificadas" (*gendered organizations*), Acker (1990) propõe que as organizações capitalistas não são neutras: suas regras, hierarquias e rotinas são construídas em torno da figura do "trabalhador ideal", definido como alguém totalmente disponível ao trabalho, sem responsabilidades de cuidado – ou seja, implicitamente, um homem. Essa construção organiza a divisão sexual do trabalho, exclui ou marginaliza mulheres e naturaliza desigualdades. Em obra mais recente (2006), a autora introduz o conceito de "regimes de desigualdade" (*inequality regimes*), entendido como os processos e práticas interligados através dos quais as organizações produzem e reproduzem desigualdades de classe, gênero e raça - não como esferas separadas, mas interdependentes e mutuamente constitutivas. As hierarquias não são concebidas como acidentais, mas como parte da lógica de funcionamento das organizações. O conceito amplia sua teoria das organizações generificadas e aponta uma ferramenta analítica para investigar as múltiplas dimensões da desigualdade no mundo do trabalho.

Danièlle Kergoat desempenhou papel decisivo na renovação da sociologia do trabalho ao introduzir o gênero como uma dimensão analítica fundamental. Desde os anos 1970, rompeu com leituras que tratavam as desigualdades entre homens e mulheres como dados naturais ou simples "papéis sociais", ao formular a noção de relações sociais de sexo como uma relação social de poder, historicamente construída e marcada pelo antagonismo. Essa perspectiva levou à conceituação da divisão sexual do trabalho como um princípio organizador do social, sustentado por duas lógicas invariantes – separação (trabalhos de homens e de mulheres) e hierarquia (maior valorização do trabalho masculino) – cujas modalidades variam no tempo e no espaço, mas cuja função é sempre estruturar a desigualdade. Em parceria com Helena Hirata, Kergoat reforçou a ideia de que gênero é uma categoria relacional, transversal e estruturante, central para compreender tanto o mercado de trabalho assalariado quanto o trabalho doméstico e de cuidado. Juntas, mostraram que a esfera reprodutiva é inseparável da produtiva: o capitalismo depende do trabalho doméstico "sem salários, mas essencial" para reduzir os custos de reprodução da força de trabalho, ao mesmo tempo em que o invisibiliza e desvaloriza.

Nos anos 1990 e 2000, Kergoat avançou ainda mais ao propor o conceito de consubstancialidade das relações sociais, sublinhando que gênero, classe e raça/etnia não são esferas independentes, mas dimensões que se entrecruzam e se constituem mutuamente na produção e reprodução das desigualdades. Complementarmente, desenvolveu também o conceito de coextensividade, para dar maior ênfase à ideia de atuação simultânea e indissociável dessas relações em qualquer prática social concreta (nenhuma se exerce isoladamente). Consubstancialidade e coextensividade expressam duas maneiras complementares de pensar como diferentes relações sociais estruturantes (classe, gênero, "raça/etnia") se conectam. Essa formulação aproxima sua obra de debates interseccionais contemporâneos, sem perder o enraizamento materialista e a atenção às contradições históricas da sociedade salarial e das novas formas de precarização e flexibilização. As trajetórias de Kergoat, Hirata e várias outras pesquisadoras têm contribuído para articular o campo da sociologia do trabalho com a crítica feminista e para aproximar a pesquisa acadêmica das lutas sociais e sindicais (Kergoat, 2009 [2000]; Hirata e Kergoat, 2008; Hirata, 2023).

A contribuição de Crenshaw (1989) para o estudo do trabalho está em formular a noção de interseccionalidade, evidenciando que as experiências das mulheres – especialmente as negras – não podem ser explicadas isolando classe, gênero ou raça, já que esses eixos de dominação se entrelaçam e produzem formas específicas de exploração. No campo laboral, essa perspectiva mostra que as mulheres negras sempre estiveram inseridas em atividades produtivas, mas em condições de superexploração e desvalorização, invisibilizadas tanto pelo feminismo hegemônico (centrado na figura da mulher branca de classe média como dona de casa dependente) quanto pelo movimento antirracista (centrado na experiência masculina negra). Ao articular racismo e sexismo como dimensões inseparáveis da desigualdade no emprego, Crenshaw amplia a crítica marxista-feminista ao evidenciar que o mercado de trabalho é estruturado por relações consubstanciais e interdependentes de classe, gênero e raça, tornando a interseccionalidade uma ferramenta analítica e política indispensável para compreender e enfrentar a precarização e a hierarquização do trabalho no capitalismo.

Fraser (1994) parte da constatação de que o modelo histórico do salário familiar (*family wage*), base das políticas de bem-estar fordistas, foi estruturado em torno da figura do homem provedor e da mulher cuidadora, gerando uma divisão sexual do trabalho que perpetuou a subordinação das mulheres. Com a crise desse modelo e a crescente inserção feminina

no mercado de trabalho, surge a necessidade de repensar a justiça de gênero e a arquitetura do *welfare state* em bases mais igualitárias. Nesse esforço, Fraser critica a abordagem de Gøsta Esping-Andersen: para ele, o principal critério para avaliar regimes de bem-estar é a desmercantilização (*decommodification*), entendida como o grau em que os indivíduos podem manter uma vida independente do mercado de trabalho assalariado. Fraser argumenta que esse conceito é estreito demais, pois centra-se apenas na mercadoria "força de trabalho" e desconsidera outras formas de dependência que afetam sobretudo as mulheres: a dependência da família, a invisibilização do trabalho de cuidado e reprodução social, e a ausência de autonomia real em relação tanto ao mercado quanto ao Estado. Em contraposição, Fraser analisa três modelos normativos: o provedor universal (todos no mercado em tempo integral, mas que segundo ela tende a mercantilizar ainda mais o cuidado), a paridade do cuidador (reconhecimento do trabalho de cuidado, mas com risco de reforçar a divisão sexual do trabalho, mantendo as mulheres presas ao papel de cuidadoras) e o cuidador universal. Ela defende este último como ideal normativo, no qual homens e mulheres compartilham igualmente o trabalho remunerado e o trabalho de cuidado, apoiados por políticas públicas e reconfiguração institucional do bem-estar. Esse modelo não apenas amplia a noção de desmercantilização, mas articula justiça de gênero, redistribuição e reconhecimento, superando os limites da análise de Esping-Andersen.

Nos últimos anos, o cuidado ganhou centralidade nos debates sobre política social, bem-estar e sustentabilidade da vida, em grande medida graças às contribuições da economia feminista. Para Folbre (1994), o cuidado deve ser entendido como parte das "estruturas de restrição" que organizam a reprodução social e condicionam as escolhas das famílias, revelando que o trabalho de cuidado, embora essencial, é sistematicamente desvalorizado pela economia tradicional. Em obra posterior, a autora aprofunda essa crítica ao demonstrar que o "coração invisível" da economia capitalista é sustentado por valores e práticas de cuidado não remunerado, sobretudo femininos, que permanecem ocultos pelas narrativas de eficiência de mercado (Folbre, 2001). No mesmo sentido, Carrasco, Borderías e Torns (2011) sublinham a necessidade de reconhecer o trabalho de cuidados como atividade fundamental à reprodução social, historicamente atribuída às mulheres e invisibilizada pelas teorias econômicas hegemônicas. Já Orozco (2014) formula a noção de "conflito capital-vida", defendendo uma subversão feminista da economia que coloque a sustentabilidade da vida e a

justiça de gênero no centro da análise crítica e das políticas públicas. Assim, essas abordagens convergem ao demonstrar que a mercadorização limitada do cuidado não elimina sua relevância social, mas antes revela a urgência de políticas de reconhecimento, redistribuição e valorização do trabalho de cuidado, tanto no espaço doméstico quanto no mercado, configurando um eixo inovador da reflexão contemporânea sobre trabalho, bem-estar e equidade de gênero.

Assim, as contribuições feministas – do feminismo marxista à economia feminista e à crítica interseccional – propõem que o trabalho não pode ser reduzido ao emprego assalariado, nem o mercado de trabalho concebido como um espaço neutro de trocas. Mesmo que por caminhos diferentes, ao recolocar no centro o trabalho doméstico, reprodutivo e de cuidado, historicamente invisibilizado, essas autoras desnaturalizam categorias dominantes da teoria econômica e da sociologia do trabalho, revelando sua inscrição em relações de gênero, classe e raça. Nesse movimento, propõem novos parâmetros analíticos e normativos baseados no reconhecimento e redistribuição do cuidado, na reorganização social do trabalho e na formulação de políticas públicas voltadas à equidade e à sustentabilidade da vida. Trata-se, portanto, de uma ressignificação profunda das noções de "trabalho" e de "mercado de trabalho", ampliando o horizonte crítico e político da reflexão sobre o capitalismo contemporâneo.

O neoliberalismo e as condições de "remercadorização" do trabalho

As transformações decorrentes da globalização, da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais impactaram profundamente o mundo do trabalho, impondo desafios tanto às pessoas e instituições, que tiveram de lidar com seus efeitos na vida cotidiana, quanto aos estudiosos da área, instados a elaborar interpretações à altura da complexidade dessas mudanças e a desenvolver novas conceituações.

Diante de um quadro de transformações que resultaram em altos níveis de desemprego na Europa e nos EUA, Offe (1995a [1985]; 1995b [1985])[3] desenvolve um conjunto de reflexões sobre o mercado de trabalho. O autor inspira-se em Polanyi ao considerar a força de trabalho uma "mercadoria fictícia": ao ser vendida pelo trabalhador ao empregador, permanece ligada

3. A respeito, ver Cardoso (2023).

ao seu ofertante, não sendo possível ao contratante eliminar o fator subjetivo que a acompanha.

Em Offe (1995a), o foco recai sobre a desigual distribuição dos riscos do mercado de trabalho entre diferentes grupos. Mesmo em sociedades com alta incidência de relações salariais, nem todos os despossuídos de meios de produção estão disponíveis para a venda da força de trabalho, vinculando-se ao mercado de trabalho como "empregados". Incluem-se, basicamente: os "inativos", cuja função produtiva não é regulada por contrato de trabalho; os "desempregados", que muitas vezes têm acesso a transferências públicas; e os "autônomos". Coloca-se, assim, o tema da relação entre o modelo do trabalho assalariado e outras formas de utilização e manutenção da força de trabalho. Em outras palavras, nem todos os indivíduos estão expostos diretamente à dinâmica do mercado, embora o estejam indiretamente.

Do lado dos ofertantes, mobilizam-se estratégias diversas para compensar o diferencial de poder frente aos demandantes, que também dispõem de seus próprios recursos estratégicos. As posições entre os ofertantes, porém, são diferenciadas, sobrecarregando aqueles mais próximos da condição de "inativos", que se vinculam ao mercado de forma contingente – sendo considerados pelas empresas como "reserva" em relação aos trabalhadores "regulares". Diante da insuficiência dessas dinâmicas coexistentes, o Estado é chamado a intervir, tanto pelo lado da demanda quanto pelo da oferta, abrangendo os que estão fora e os que estão dentro do mercado de trabalho, ora com medidas de inclusão, ora de exclusão, por meio de incentivos ou punições.

Num contexto de aumento do desemprego e queda da receita estatal, a estratégia tradicional de proteção ao trabalho e previdência social tende ao esgotamento. Ao mesmo tempo, a capacidade da família de absorver excedentes da força de trabalho como provedora extramercantil de sustento também se reduz, e a possibilidade de absorção pelo trabalho autônomo revela-se igualmente limitada. Como resultado, crescem as pressões sobre os trabalhadores: redução da duração e do valor do seguro-desemprego; maiores condicionalidades impostas aos desempregados; flexibilização das leis trabalhistas; e pressão social pela adequação às novas condições, muitas vezes acompanhada de estigmatizações, como a acusação de "preguiça". Nessas circunstâncias, o Estado perde sua autonomia e se converte em agente das pressões do mercado.

Em Offe (1995b), o autor problematiza a eficácia do mercado de trabalho. Sua capacidade de alocação eficaz da força de trabalho esbarra em condições sociais específicas: a força de trabalho é uma mercadoria apenas em sentido fictício; as estratégias dos agentes e do Estado geram processos de cartelização (em que a competição é substituída por ação estratégica); e transformações econômicas, políticas e culturais, desencadeadas nos anos 1970, passam a questionar a eficácia social desse mercado.

Com o rompimento do pacto keynesiano do pós-guerra, os avanços tecnológicos e as mudanças na percepção social do trabalho, especialmente sobre o trabalho assalariado, instauram-se novas condições para o futuro do trabalho, marcadas pela insegurança como uma constante. Offe propõe, então, uma combinação de mecanismos de alocação da força de trabalho, de modo a garantir provisão de renda à população em idade ativa por meios distintos da venda da força de trabalho. Não se trata de abolir o mercado de trabalho, mas de compensar suas deficiências, incorporando outros princípios. Configurar-se-ia, assim, uma "estrutura combinada", na qual diferentes formas de consumo, subsistência, produção e distribuição coexistem sem que uma interfira diretamente na outra (p. 88-89).

Ao analisar alternativas como o trabalho doméstico e o trabalho autônomo, Offe aponta suas limitações: o primeiro, em geral, não gera renda; o segundo enfrenta baixa produtividade e dificuldade de competir com empresas. Uma possibilidade seria a formalização de atividades informais, tendência provável diante do crescimento de ocupações fora do modelo "normal" do mercado. O autor reconhece os limites dessas opções e as possíveis resistências sociais à sua implementação com apoio estatal, mas enfatiza: "não se pode mais esperar que o mercado continue desempenhando o papel que desempenhou durante as décadas do pós-guerra" (p. 105).

Boyer (1986) analisa a crise do fordismo e a emergência do discurso da *flexibilidade* como resposta às transformações econômicas e sociais a partir dos anos 1970. Para ele, a flexibilidade do trabalho não é uma exigência técnica universal, mas uma construção social e institucional, que assume formas distintas conforme os arranjos nacionais. O autor distingue várias dimensões da flexibilidade – numérica (ajustes no emprego), funcional (polivalência e mobilidade interna), salarial (variação de remuneração conforme o mercado) e institucional (mudanças em regras e instituições coletivas) – e trata sobre como cada país europeu combina essas dimensões de maneira específica.

No Reino Unido, predominam as reformas neoliberais, baseadas na flexibilização numérica e no enfraquecimento sindical.
Na Alemanha, a flexibilidade se concentra mais na esfera funcional, preservando instituições fortes de negociação coletiva e seguridade social.
A França adota soluções híbridas, combinando proteção parcial com ajustes salariais e contratuais.
Os países nórdicos buscam articular flexibilidade e segurança social, antecipando a noção de *flexicurity*.

A partir da ótica da relação salarial, conceito central da escola da regulação, Boyer argumenta que a crise do fordismo decorre da incapacidade do compromisso salarial estável em sustentar a acumulação. A flexibilidade surge, assim, como tentativa de redefinir essa relação, mas nem sempre de forma sustentável ou equitativa. Em conclusão, Boyer mostra que a flexibilidade não é uma solução homogênea nem inevitável: trata-se de um processo em aberto, marcado por conflitos sociais, e cujo desafio consiste em conciliar inovação produtiva e competitividade com direitos sociais e proteção aos trabalhadores.

Harvey (2004 [1989])[4], partindo de uma perspectiva marxista e inspirado em certa medida pelo regulacionismo, formula a noção de *acumulação flexível* ao analisar as transformações do capitalismo após a crise do fordismo. Esse regime surge como resposta às contradições do fordismo-keynesianismo, que havia assegurado, nos países centrais, relativa estabilidade do emprego e das relações industriais durante grande parte do século XX. No campo das relações de trabalho, Harvey identifica mudanças profundas. O novo paradigma produtivo, associado ao toyotismo e a práticas de gestão como just in time e "qualidade total", exige trabalhadores polivalentes e adaptáveis, submetidos a crescentes pressões por produtividade. Apesar da aparência de maior autonomia, a acumulação flexível implica novos mecanismos de controle. A descentralização aparente e a ênfase em equipes escondem formas mais sofisticadas de vigilância e disciplinamento, que incidem não apenas sobre o tempo e o ritmo do trabalho, mas também sobre a subjetividade e a identidade do trabalhador.

4. A respeito, ver Druck (2023).

A estabilidade do emprego fordista, sustentada por contratos duradouros e pela negociação coletiva, dá lugar à fragmentação e à precarização. A flexibilização contratual, impulsionada pelas políticas neoliberais e pela desregulamentação, transfere aos trabalhadores riscos antes amortecidos pelo Estado de Bem-Estar e pelas instituições coletivas. Nesse cenário, a ideia de "empregabilidade" substitui garantias sociais, responsabilizando o indivíduo por sua permanência ou exclusão do mercado.

A fragmentação organizacional e ocupacional enfraquece os sindicatos e os coletivos de classe, promovendo uma maior individualização das relações laborais. Produz-se, assim, uma acentuada polarização social: de um lado, trabalhadores altamente qualificados e relativamente protegidos; de outro, uma massa crescente de empregados precarizados, com vínculos frágeis e baixos rendimentos. Essa segmentação amplia as desigualdades sociais e compromete a coesão coletiva, ao mesmo tempo em que enfraquece a centralidade do trabalho como eixo estruturador da vida social. O mercado de trabalho torna-se mais heterogêneo, com o crescimento do emprego temporário, parcial, subcontratado e informal. Impõem-se regimes contratuais mais flexíveis, enquanto as instituições reguladoras, inclusive o poder sindical, entram em franco processo de desestabilização.

Castel (1998 [1995])[5], tratou da emergência de uma "nova questão social". Para o autor, a erosão da "sociedade salarial" – aquele conjunto de proteções sociais construídas em torno do trabalho assalariado fordista – gerou um cenário de vulnerabilidade difusa. A precarização, o desemprego estrutural, a perda de direitos e a fragmentação das solidariedades produziram um efeito de "desfiliação", ou seja, a ruptura progressiva dos vínculos sociais que sustentavam a integração coletiva.

Standing (2014 [2011])[6] identifica a formação de uma nova classe social caracterizada pela insegurança "crônica", econômica e social, com ausência de garantias trabalhistas e de proteção social. Diferente do proletariado fordista, amparado por contratos estáveis, sindicatos fortes e sistemas de *welfare*, o precariado vive sob vínculos frágeis, temporários e mal remunerados. Com a globalização neoliberal dos anos 1980 em diante e a crescente flexibilização do trabalho (numérica, funcional e salarial), após um período de relativa "desmercantilização" do trabalho no pós-guerra, os trabalhado-

5. A respeito, ver Rizek (2023).

6. A respeito, ver Soria e Ramalho (2023).

res se veem expostos à "remercadorização" do trabalho[7]. Estabelece-se, assim, um mercado de trabalho que se estrutura a partir do trabalho precário. Fruto da globalização, das políticas neoliberais e da flexibilização produtiva desde os anos 1970-80, surge o que o autor denomina de "precariado". Não se trata de um segmento marginal, mas uma classe emergente em escala global. Refere-se fundamentalmente a jovens, mulheres, migrantes, trabalhadores precarizados em geral; um grupo heterogêneo, mas unido pela experiência da instabilidade. Standing alerta que, sem respostas políticas, pode se tornar uma "classe perigosa", suscetível tanto ao populismo autoritário quanto a novos projetos de solidariedade e emancipação, defendendo, nesse horizonte, propostas como a renda básica universal.

Fraser (2014), seguindo em diálogo com a reflexão polanyiana sobre as "mercadorias fictícias" – trabalho, terra e dinheiro –, constrói uma perspectiva de análise das contradições do capitalismo contemporâneo. Ela argumenta que, ao longo da história, o capitalismo dependeu da criação e expansão de mercados. Nesse movimento, as dimensões não mercantis da vida social são tratadas como se fossem mercadorias. Entretanto, essas nunca podem ser plenamente mercantilizadas sem gerar crises sociais, políticas e ambientais. No contexto neoliberal, observa-se uma radicalização desse processo: novas dimensões da vida (como o cuidado, a educação, a saúde, a informação, a natureza) são progressivamente submetidas à lógica da mercantilização. Essa tendência, que Fraser chama de *commodification "all the way down"*, intensifica a instabilidade estrutural, pois expõe dimensões essenciais da reprodução social a flutuações de mercado, desestabilizando tanto a vida cotidiana quanto as instituições que sustentam a coesão social. Ela interpreta a crise atual como multidimensional, articulando três eixos: o ecológico, referido à destruição ambiental e ameaça à sustentabilidade da vida; o financeiro, resultante da financeirização globalizada e da volatilidade, que cria impasses para formas de proteção social; o social reprodutivo, que pressiona o cuidado, a reprodução social e os vínculos

7. Standing (2014 [2011]) utiliza a expressão "remercadorização" do trabalho (*labor recommodification*) – com as relações de emprego se tornando mais suscetíveis à dinâmica mercantil da oferta e da procura – mas dirige uma crítica à formulação de Esping-Andersen (2023), para quem a desmercadorização significaria que "os trabalhadores eram menos dependentes do mercado no que diz respeito à renda". Para Standing, essa leitura é "enganosa", pois "o direito à maioria dos benefícios dependia da participação regular no mercado de trabalho ou de ter um 'chefe de família' num emprego estável". Diante disso, o autor conclui que "uma descrição mais precisa é a 'desmercadorização fictícia'". O tema da "remercadorização" do trabalho volta em ouras publicações do autor, a exemplo de Standing (2007a e 2007b).

comunitários. Embora Polanyi supere tanto o economicismo quanto o ecologismo, Fraser identifica problemas centrais em sua perspectiva: ele contrapõe uma "má economia" a uma "boa sociedade", ignorando injustiças internas às comunidades (escravidão, patriarcado, racismo); trata trabalho, terra e dinheiro como não produzidos para a venda, mas dependentes de construções sociais; assume os contramovimentos como necessariamente positivos, desconsiderando que podem reforçar dominações (ex.: família patriarcal, hierarquias raciais).

Contra a visão polanyiana do "duplo movimento", Fraser introduz a ideia de um "triplo movimento", que inclui a *mercantilização* (neoliberalismo, financeirização, commodificação da vida), a *proteção* (movimentos que buscam frear a mercantilização, mas que podem reforçar hierarquias) e a *emancipação* (lutas feministas, antirracistas, anticoloniais, sociais e ecológicas que rejeitam tanto a mercantilização destrutiva quanto proteções excludentes). Esses movimentos buscam reverter ou conter a mercantilização excessiva de esferas vitais, defendendo alternativas de organização social que não subordinem integralmente a vida ao mercado. Os conflitos não se reduzem a dois polos, mas incluem lutas emancipatórias que visam romper tanto com a lógica do mercado quanto com proteções hierárquicas. Ou seja, o capitalismo neoliberal enfrenta uma crise múltipla – econômica, social, política e ecológica – enraizada justamente no avanço sem freios da mercantilização.

Em Fraser (2020 [2016]), a autora analisa como, sob o neoliberalismo, o trabalho de cuidado – historicamente entendido como parte da reprodução social – sofreu uma intensificação de sua mercantilização: tarefas de cuidado foram cada vez mais convertidas em bens ou serviços sujeitos à lógica de mercado, cada vez mais prestadas por trabalhadores terceirizados, de baixa remuneração, sem proteção ou reconhecimento institucional. Segundo o artigo, essa mercantilização implica que o cuidado deixa de ser visto como obrigação pública ou social para se tornar algo que se compra (desde que conte com recursos para isso), enquanto quem realiza esse trabalho paga o custo (econômico, emocional, de tempo), muitas vezes invisível. Isso exerce pressão sobre os trabalhadores de cuidado (que enfrentam insegurança e baixos salários) e as provedoras informais (que muitas vezes trabalham sem remuneração adequada ou sob regimes de exclusão legal); e, com isso, reduz as barreiras entre trabalho remunerado formal e trabalho de cuidado informal, fazendo com que o mercado de trabalho integre formas cada vez mais instáveis de emprego – parcial, temporário, sem garantias de direitos.

O artigo conclui que a mercantilização do cuidado tem efeitos sobre as políticas públicas: políticas de bem-estar, quando existentes, tendem a ser desenhadas de modo a facilitar ou legitimar essa mercantilização, seja por via de incentivos ao provisionamento privado ou por meio de redução do suporte público. Isso gera um círculo em que o mercado passa a mediar crescentemente necessidades que antes se consideravam direito, o que fragiliza o compromisso com a justiça distributiva e com a igualdade. A autora defende que resistir a essas tendências exige esforço institucional para revalorizar o cuidado, estabelecer normas de proteção para quem cuida, reconhecer o status social desse trabalho, e construir políticas que favoreçam a desmercantilização parcial ou condicional do cuidado; ou seja, retomar formas de regulação, proteção e solidariedade que limitem a exposição desse trabalho às flutuações do mercado.

Theo Papadopoulos (2005) argumenta que, desde os anos 1990, reformas nos países europeus têm promovido uma "re-mercadorização" do trabalho (*labour recommodification*), isto é, uma maior exposição dos trabalhadores à lógica de mercado. Esse processo se manifesta em três dimensões: discursiva, pela difusão da ideia de que o emprego pago é a via central de acesso à proteção social; estrutural, por meio da redução de benefícios, do enfraquecimento da legislação de proteção ao emprego e da expansão de políticas de ativação condicionadas; e relacional, com a perda de poder de barganha dos sindicatos frente ao capital. O autor reconhece a relevância dos conceitos de desmercantilização e remercantilização, mas os considera limitados para compreender as transformações contemporâneas do trabalho e do bem-estar. Sua crítica recai sobre o reducionismo econômico dessas categorias, centradas apenas na relação entre mercado de trabalho e Estado, sem incorporar dimensões como gênero, cuidado e cidadania; sobre sua visão estática, concebida para o contexto fordista e pouco adequada às dinâmicas atuais de globalização e financeirização; sobre a ambiguidade da noção de dependência do mercado, já que mesmo regimes tidos como desmercantilizados continuam a condicionar direitos à inserção laboral; e sobre sua limitação comparativa, pois a generalidade dos conceitos não capta a diversidade institucional e política entre países. Assim, para o autor, embora úteis para indicar tendências, tais categorias não dão conta da complexidade da reestruturação social em curso.

A questão do "mercado de trabalho" na América Latina

Sustentamos que a categoria convencional de "mercado de trabalho", formulada a partir das experiências dos países centrais, é insuficiente para interpretar as dinâmicas históricas do trabalho na América Latina. A seguir, examinamos distintas perspectivas – das formulações cepalinas sobre excedente estrutural de mão de obra, passando pelos debates sobre marginalidade e informalidade, até as abordagens sobre flexibilização e economia popular – que, em conjunto, mostram um mundo do trabalho híbrido e desigual, no qual setores modernos convivem e se articulam com formas de trabalho que deles se diferenciam. O panorama de conjunto que emerge dessas leituras permite concluir, para o caso latino-americano, pelas limitações analíticas do uso não problematizado da noção de "mercado de trabalho".

A reflexão cepalina – em Prebisch, Furtado, Tavares, Aníbal Pinto, Sunkel – parte da industrialização periférica para explicar desenvolvimento/subdesenvolvimento. Contra o otimismo de W. A. Lewis (1954), que supunha um mecanismo auto-propulsor de transferência de trabalhadores do setor de subsistência ao setor moderno até esgotar o "excedente estrutural", a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL argumenta que, em economias periféricas, parte substancial do excedente gerado não vira investimento, mas consumo conspícuo, e que a absorção de mão de obra é estruturalmente insuficiente. Reproduz-se, assim, uma heterogeneidade produtiva persistente, reproduzida endogenamente pela forma periférica de crescimento, com um polo moderno relativamente integrado aos mercados globais e protegido por mecanismos sociais, e um amplo polo de baixa produtividade, fraca proteção e inserção subalterna.

Conforme Tavares (2024 [1986]), nesse contexto, os mercados de trabalho urbanos teriam a marca da segmentação, da marginalização e do excedente estrutural de força de trabalho. Muitas pessoas permanecem fora dos mercados de trabalho organizados, não apenas por desemprego, mas por exclusão persistente histórica, inclusive de origem rural. Tavares destaca que essas massas marginalizadas não são simplesmente "resíduos", mas carregam as marcas de uma formação social histórica brasileira e latino-americana, incluindo a estrutura agrária, regimes de propriedade e heranças institucionais que limitam sua inserção formal ou qualificada. Assim, a massa de trabalhadores urbanos pobres – em grande parte migrantes oriundos do campo – é incorporada de forma subordinada, em ocupações informais,

subempregos e atividades de sobrevivência, enquanto permanece estruturalmente afastada das oportunidades de emprego formal e qualificado.

Para Lipietz e Leborgne (1996), nos países que avançaram industrialmente (Brasil, México, entre outros), consolida-se, nas décadas de 1950-1970, um "fordismo periférico": acumulação intensiva e expansão de mercados finais, mas com base institucional e social dual. Uma parte dos trabalhadores formais experimenta ganhos de produtividade e alguma proteção; outra permanece excluída ou integrada de modo precário (ex-camponeses "lewisianos", informais urbanos, empregados mal pagos de pequenas firmas). A urbanização acelerada e concentrada – impulsionada por migrações internas em múltiplas direções (rural-urbano, urbano-urbano e rural-rural) – reconfigura mercados de trabalho, ampliando terciarização e "marginalidade" urbana.

O debate sobre "marginalidade" torna-se central e se diferencia em três vertentes. A primeira, de José Nun (1969), distingue "superpopulação relativa" (SPR) e "exército industrial de reserva" (EIR), sustentando que, na fase monopolista, parcelas da SPR tornam-se "disfuncionais" para o núcleo hegemônico, compondo uma "massa marginal" estruturalmente sobrante. A segunda, de Aníbal Quijano ([1970] 2014), descreve um "polo marginal" resultante da combinação desigual de formas capitalistas (comerciais, industriais competitivas e monopolistas) e pré-capitalistas, em que impulsos exógenos reorganizam a estrutura sob nova hegemonia, resultando numa formação socioeconômica dependente, desigual e combinada. Surge daí um segmento da população "sobrante" e flutuante. A terceira, de Fernando Henrique Cardoso (1971) e Lúcio Kowarick (1975), contesta a ruptura conceitual, recolocando a "marginalidade" como expressão do exército industrial de reserva num capitalismo dependente, em que formas "arcaicas" se articulam funcionalmente à acumulação.

Desse embate emerge a visão de que a "dualidade" não traduz dois mundos estanques, mas uma unidade contraditória: o moderno se alimenta do "atrasado". Francisco de Oliveira (1972) torna exemplar essa leitura ao mostrar que a agricultura de subsistência, o autoemprego e os serviços urbanos de baixa renda transferem valor ao capital sob uma "acumulação primitiva" permanente, e, longe de travar o crescimento, contribuem para sustentá-lo.

Souza (1980) propõe que a análise do mercado de trabalho em economias atrasadas deve superar a visão dualista e adotar uma perspectiva "integrada" (contrariando a visão dualista): salários e emprego são determinados

endogenamente no núcleo capitalista, mas articulados a formas não capitalistas que absorvem excedentes de força de trabalho. Contesta a ideia de que, no contexto das economias periféricas latino-americanas, convivem vários modos de produção. Ao contrário, é o modo de produção capitalista que comporta a existência de várias "formas de organização da produção", as quais são articuladas de acordo com as exigências da dinâmica da acumulação capitalista. O espaço onde atuam as formas mais tradicionais de organização da produção "se contrai e se reproduz ao sabor dos impactos que recebe em consequência da expansão mais ou menos rápida e diversificada do núcleo capitalista" (Souza, 1980, p. 4-5).

Já o Programa Regional do Emprego para a América Latina e Caribe, da Organização Internacional do Trabalho (PREALC/OIT) denomina esse excedente de força de trabalho de "setor informal urbano". A industrialização por substituição de importações absorveria menos trabalho do que a liberada pelos setores tradicionais. Para Tokman (1977a; 1977b; 1987), o informal é caracterizado por baixa escala, tecnologia simples, ingresso facilitado por redes pessoais, fraca separação capital/trabalho, baixa remuneração, forte heterogeneidade, mas coexistindo de modo segmentado e complementar com o formal. A crise da dívida dos anos 1980 ampliou o peso relativo desse segmento, tensionando ainda mais a dicotomia formal/informal.

Maria Cristina Cacciamali (1982) dialoga criticamente com o PREALC, mantendo a ênfase estrutural e acrescentando: o informal é "subordinado" e "intersticial", ocupando espaços deixados pela dinâmica capitalista, sendo destruído e recriado conforme essa dinâmica (inspirando-se em Souza, 1980). Há um informal de sobrevivência e outro com nichos mais qualificados; ambos dependem de termos de troca, crédito, tecnologia e subcontratações que os prendem à acumulação formal. Reafirma-se o caráter relacional (não dualista): a análise deve focalizar os vínculos dinâmicos e hierárquicos entre formal e informal.

Em paralelo, a agenda antropológica/política desloca o foco para "estratégias de sobrevivência" e "unidades domésticas" (Lomnitz, 1975; Torrado, 1980; Jelin, 1984; Cariola, 1989): redes de reciprocidade, cuidado e compartilhamento de custos de reprodução compensam a escassez de renda e proteção, articulando economia das unidades domésticas, mercado e trocas comunitárias. A reprodução social passa a ser percebida como dimensão-chave da inserção precária.

Milton Santos (1978) recusa "marginalidade" e "informalidade" como resultados da falta de organização e propõe os "dois circuitos" urbanos: o superior (capital-intensivo, modernizado, apoiado pelo Estado) e o inferior (pequena escala, mão de obra intensiva, laços pessoais, sem apoio institucional). Não há dualismo estanque: os circuitos são interdependentes; o inferior é explorado pelo superior (drenagem de excedentes via comércio e finanças) e difunde o consumo capitalista entre os pobres; pessoas e atividades transitam entre ambos.

A partir dos anos 1980, com o avanço da globalização e das políticas neoliberais, emergem interpretações divergentes sobre a informalidade. De um lado, Hernando de Soto (1986) a celebra como "revolução" empreendedora contra a hipertrofia regulatória: a informalidade seria "zona de penumbra" racional onde os pobres inovam frente ao "custo da legalidade"; o Estado deveria incentivar, não oprimir. De outro, uma vertente neo-marxista (Castells e Portes, 1989; Portes e Haller, 2004; Portes e Benton, 1987) redefine a "economia informal" como o conjunto de atividades não reguladas pelo Estado, enfatizando sua expansão por subcontratações globais e formas de assalariamento disfarçado. A regulação estatal torna-se critério central; o fenômeno é universal (também "economia submersa" nos países centrais) e processual (constrói-se socialmente).

Atualizações conceituais procuram dar conta da heterogeneidade e da recomposição das fronteiras formal/informal. Cacciamali (2016) propõe a noção de "processo de informalidade", como resultado da pressão das grandes empresas na escala global; distingue assalariados sem registro (determinados por mecanismos do mercado de trabalho) e conta-próprias (determinados por estratégias de sobrevivência e nichos de demanda). Pérez-Sainz (1995; 1998) cunha o termo "neoinformalidade" e aponta três cenários: (i) "economia da pobreza" (subsistência ampliada pelos "novos pobres"); (ii) "informalidade subordinada" às cadeias de transacionáveis (transables) via deslocalização e subcontratações em cascata; e (iii) aglomerados de micro/pequenas firmas enraizados socioterritorialmente, que incluem estabelecimentos informais. Ao fim, questiona a utilidade do termo "informalidade" diante do que considera um alargamento excessivo do conceito. No Brasil, autores associam a "nova informalidade" à reestruturação produtiva, terceirização e desregulação.

Para Dedecca e Baltar (1997), nas economias latino-americanas, o setor informal foi historicamente entendido como subordinado ao capitalismo

moderno e oligopolizado, reproduzindo-se à margem do setor organizado, alimentado pela transferência de renda e pelas sobras não absorvidas da força de trabalho. A noção de "segmento não-organizado" surge para enfatizar esse contraste: atividades não guiadas pela lógica do lucro e da acumulação, ao contrário do setor formal regulado pelo Estado. Inspirados em Offe e Paci, alguns autores propõem decompor a estrutura socioeconômica em quatro estratos – produtivo e reprodutivo, protegidos e não protegidos –, destacando que, na América Latina, os segmentos não protegidos sempre tiveram peso estrutural, e não residual, dado o histórico de exclusão social e fragilidade do Estado de Bem-Estar.

Com a crise prolongada e a abertura econômica desde os anos 1970, a estrutura industrial se fragilizou e reduziu postos formais, empurrando trabalhadores para o setor não-organizado e ampliando a heterogeneidade social. Esse setor deixa de ser apenas um espaço de sobrevivência marginal e passa a desempenhar papel ativo no funcionamento do capitalismo, integrado às cadeias produtivas modernas. O setor formal externaliza tarefas para o informal, transferindo a ele tanto a absorção de trabalhadores expulsos quanto os riscos de ociosidade em momentos de retração econômica. Assim, o setor informal torna-se parte da lógica de acumulação: absorve ex-assalariados em ocupações precárias (comércio ambulante, serviço doméstico) ou em pequenos negócios vinculados às demandas do setor organizado e de novos padrões de consumo. Essa dinâmica evidencia como a reestruturação produtiva redefine fronteiras entre formal e informal, tornando o mercado de trabalho ainda mais fragmentado, desigual e dependente da integração subordinada do trabalho informal à acumulação capitalista. Com isso, a fronteira formal/informal torna-se porosa e funcional à flexibilização, ampliando o papel do não-organizado como amortecedor cíclico.

Para Toledo (2017), a adoção da categoria "economia informal" pela OIT em 2002 – ao somar atividades não registradas e trabalhadores sem direitos – teria ampliado a sua mensuração ao preço de misturar universos de produção distintos, mantendo um viés sociodemográfico que dilui as relações sociais de produção. Conceitos substitutos ("trabalho decente", "atípico", "exclusão", "precário") também tenderiam a contornar, mais do que enfrentar, a análise do comando e do controle sobre o processo de trabalho. O recorte estatístico por status (registrado/não registrado) não substitui a análise das relações de produção e do comando do trabalho. A distinção entre "trabalho clássico" (paradigma da indústria) e "não clássico" (serviços

com presença do cliente, produção imaterial) seria mais fértil para captar a reconfiguração das fronteiras do assalariamento.

Em chave distinta, a noção de "economia popular" (Giraldo, 2017) contrapõe-se ao uso estatístico da "informalidade". Longe de ser "residual", "sem forma" ou sinônimo de pobreza, a economia popular possui estruturas, normas e dispositivos próprios (regras de território, financiamento, divisão do trabalho, proteção, lideranças). Opera sob competição acirrada – e, por isso, não é "naturalmente solidária", mesmo quando aciona solidariedades frente a adversidades – e enfrenta termos de intercâmbio desfavoráveis com a economia "central", em linha com diagnósticos cepalinos sobre deterioração de termos de troca, que extrai rendas e subvaloriza seu trabalho. O neoliberalismo "empreendedoriza" esse universo, fomentando a autoimagem empresarial de trabalhadores precarizados. Políticas públicas deveriam reconhecê-lo como setor produtivo, garantindo direitos e melhorando seus termos de troca, em vez de relegá-lo à assistência e ao clientelismo.

Gago (2014) amplia a análise a partir das periferias de Buenos Aires, interpretando o neoliberalismo como racionalidade enraizada "desde baixo" nas subjetividades populares. A autora propõe o conceito de "economias barrocas" para captar a pluralidade do neoliberalismo, para além de privatizações e mercantilização, evidenciando como ele se infiltra nas práticas cotidianas e nas formas de autogestão popular, inclusive via financeirização da vida (endividamento e monetarização de direitos sociais, transformados em consumo). Em paralelo, outros autores ressaltam o caráter solidário da economia popular em experiências de cooperativismo, associativismo, empresas recuperadas e autogestão. Tais práticas, embora atravessadas por contradições, são vistas como alternativas de inclusão produtiva e social, inspiradas em princípios morais de solidariedade e em alternativas não individualistas ao capitalismo e ao desemprego. Nesse sentido, a economia solidária mobiliza recursos mercantis, não mercantis e não monetários, rejeita a cisão entre o econômico e o social e busca conciliar eficiência com cooperação e gestão participativa.

Ainda que sob diferentes lentes interpretativas, as abordagens sobre as estruturas de ocupação resultantes dos modos de desenvolvimento capitalista na América Latina convergiram para evidenciar seu caráter marcadamente heterogêneo. Conforme a perspectiva de análise, destacaram-se contrastes entre rural e urbano, tradicional e moderno, formal e informal, capitalista e pré-capitalista, trabalho assalariado e por conta própria, atividades mer-

cantis e não mercantis. As formas de interação entre esses polos também geraram amplos, e por vezes acalorados, debates. Analisar esse contexto a partir dos processos de mercadorização e desmercadorização, mais do que circunscrever-se às problematizações formuladas para as realidades europeias e norte-americanas, exige considerar as condições históricas específicas que configuram a região.

Franzoni (2007) traz uma contribuição importante nessa direção. A autora destaca de início que a América Latina construiu um Estado de Bem-Estar historicamente frágil, desigual e heterogêneo, em geral subordinado a mercados de trabalho segmentados e a Estados de baixa capacidade fiscal e administrativa. Após experiências iniciais de proteção associadas ao emprego formal urbano (meados do século XX), a região atravessou reformas liberalizantes (anos 1980 – 2000) que reduziram a cobertura e fragmentaram a provisão pública, ampliando a dependência de arranjos privados e domésticos. Nessa trajetória, o bem-estar deve ser entendido como capacidade de manejo de riscos (referidos ao trabalho, à saúde, à velhice e ao cuidado), resultado da interação entre mercados, políticas públicas e famílias, envolvendo três processos que se cruzam e se co-determinam: mercantilização, desmercantilização e familiarização. A análise comparativa recente identifica três padrões — estatal-produtivista (p. ex., Chile), estatal-protecionista (p. ex., Costa Rica, Uruguai e Brasil) e familiarista (p. ex., Equador e Nicarágua) –, os quais refletem diferentes combinações históricas dessas dimensões do bem-estar.

Na mercadorização (capacidade dos mercados de trabalho de integrar e remunerar), os países estatal-produtivistas e estatal-protecionistas exibem maior assalariamento e menor peso de trabalho autônomo não qualificado; ainda assim, mantêm alta desigualdade e crescente participação feminina sob condições frequentemente precárias. No grupo familiarista, a mercantilização é fraca: formalização baixa, autoemprego elevado, forte emigração e remessas como componente relevante de renda. A urbanização avançada dos dois primeiros contrasta com a ruralidade persistente do terceiro, o que molda oportunidades, perfis ocupacionais e riscos sociais distintos.

Na desmercadorização (recursos que desligam o acesso do mercado), o traço dominante é a insuficiência relativa do gasto social e da oferta pública universalizantes. Países estatal-produtivistas combinam Estado maior com focalização e ampla compra privada (p. ex., educação), gerando dualização; os estatal-protecionistas sustentam redes mais amplas de seguridade social

vinculadas ao emprego, com menor recurso privado, embora estratificadas; os familiaristas, com Estados fracos, exibem baixo gasto social per capita (ainda que, às vezes, alto em % do PIB por base tributária pequena), o que se traduz em piores resultados (p. ex., maior mortalidade infantil). Em todos, choques e ciclos econômicos expõem limites da proteção quando ancorada no emprego formal.

Na familiarização (aumento do peso do trabalho doméstico não remunerado), a região compartilha um traço comum: "informalização do bem-estar" — as famílias, sobretudo as mulheres, absorvem de modo permanente as falhas de mercado e de política (cuidado infantil e de idosos, gestão doméstica, autoemprego). Isso é mais intenso nos regimes familiaristas, mas também cresce nos demais quando serviços públicos são focalizados e caros no setor privado. Mudanças demográficas (envelhecimento nos estatal-produtivistas; alta dependência infantil nos familiaristas) reconfiguram demandas de cuidado. Implicações: (i) nos estatal-produtivistas, proteger os "entremeios" que não alcançam nem o mercado nem a focalização; (ii) nos estatal-protecionistas, desestratificar e universalizar; (iii) nos familiaristas, institucionalizar o bem-estar via trabalho protegido e expansão de serviços públicos, reconhecendo o cuidado como infraestrutura social – sob pena de perpetuar a transferência silenciosa e desigual de riscos às famílias.

Nesse chão histórico, um tipo de ocupação sobressai pela condição marcadamente desprotegida, racializada e generificada: o trabalho doméstico. Guimarães e Hirata (2016) registram um processo recente de mercantilização do trabalho de cuidados no Brasil, destacando a fluidez que daí resulta entre o emprego doméstico e o cuidado profissional domiciliar. As autoras mostram que, embora o termo "cuidado" seja antigo no espaço público, a figura do "cuidador/cuidadora" só ganha visibilidade social e midiática a partir dos anos 1990, refletindo a emergência de uma nova ocupação reconhecida. Contudo, esse reconhecimento ocorre em um mercado historicamente estruturado pela forte presença de trabalhadoras domésticas. A partir de dados do Censo 2010, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED para São Paulo, observa-se convergência nos perfis de cuidadoras e domésticas: ambas são majoritariamente mulheres negras, com baixa escolaridade, salários baixos e alta informalidade contratual. A distinção entre as ocupações é frágil: muitas cuidadoras se autodefinem como domésticas e, na prática, acumulam funções. A ausência de regulamentação profissional reforça essa zona cinzenta, ainda que haja disputas políticas por reconhecimento, ten-

sionadas também pela resistência de enfermeiras em dividir o campo do "cuidado". Essa fluidez tem implicações simbólicas e políticas. Por um lado, o título de "cuidadora" busca diferenciar-se da histórica desvalorização do trabalho doméstico; por outro, embora a EC 72/2013[8] diga respeito às domésticas, seus efeitos irradiam sobre ocupações de cuidado domiciliar, revelando um paradoxo: o acesso a direitos se deu pela associação ao grupo estigmatizado. As autoras relacionam o caso brasileiro a debates mais amplos. O trabalho de cuidados suscita a consubstancialidade ou interseccionalidade de gênero, classe e raça. Além disso, o processo de mercantilização do cuidado é instável e contestado: o reconhecimento profissional pode ser revertido, e o estatuto de mercadoria do "cuidado" é moralmente disputado. As autoras aproximam, assim, o estudo do cuidado das reflexões sobre mercados e contestação moral e sobre a fronteira entre afetividade, moralidade e economia.

Na coletânea organizada por Abramo (2006), foram percorridas várias dimensões que envolvem as condições de inserção laboral das mulheres na América Latina, detendo-se especialmente sobre as décadas de 1990 e 2000. Os estudos observam que, embora a participação das mulheres no mercado de trabalho latino-americano tenha crescido significativamente nas últimas décadas, esse avanço ocorreu em meio a fortes desigualdades estruturais. Persistem brechas salariais, alta concentração em ocupações precárias e informais, limitada proteção social e dificuldades de representação sindical. As responsabilidades de cuidado, distribuídas de forma desigual, limitam a inserção e a trajetória profissional feminina, e as reformas de corte neoliberal, ao vincular direitos à contribuição laboral contínua, penalizam carreiras interrompidas e agravam a exclusão. A obra evidencia que a neutralidade de gênero em políticas de emprego, previdência e integração comercial tende a aprofundar desigualdades, e que apenas a incorporação explícita da perspectiva de gênero na agenda do trabalho decente – articulando emprego de qualidade, proteção social, igualdade de oportunidades e

8. A Emenda Constitucional n. 72, promulgada em 2 de abril de 2013 e conhecida como "PEC das Domésticas", alterou o artigo 7º da Constituição Federal para estender aos empregados domésticos praticamente todos os direitos já garantidos aos trabalhadores urbanos e rurais, como jornada de 8 horas diárias e 44 semanais, pagamento de horas extras, adicional noturno, FGTS obrigatório, seguro-desemprego e proteção contra despedida arbitrária. Esse marco jurídico corrigiu uma desigualdade histórica, pois a categoria, composta majoritariamente por mulheres negras, havia sido sistematicamente excluída de proteções trabalhistas. Posteriormente, a Lei Complementar n. 150/2015 regulamentou esses direitos, detalhando sua aplicação prática.

diálogo social – pode romper esse padrão histórico, avançando em direção à equidade de gênero no trabalho e na sociedade.

As análises revisadas demonstram que, na América Latina, as estruturas de ocupação e renda se organizaram historicamente sobre bases heterogêneas e desiguais, atravessadas por informalidade persistente, economia popular e novas modalidades de precarização. Essa realidade contrasta frontalmente com a imagem de um mercado de trabalho unificado e regulado, pressuposta nos modelos clássicos. O conceito convencional de "mercado de trabalho", forjado em contextos fordistas e nos países centrais, mostra-se incapaz de captar a articulação estrutural entre setores modernos e segmentos subordinados, a reprodução permanente de populações consideradas "excedentes" e a centralidade de suas estratégias de sobrevivência. A incorporação das críticas feministas reforça essa limitação, ao evidenciar como o trabalho reprodutivo e o cuidado — dimensões historicamente invisibilizadas — sustentam a dinâmica laboral regional.

As plataformas digitais e as novas dinâmicas do "mercado de trabalho" na América Latina

As plataformas digitais, cuja difusão remonta aos anos 1990, mas ganha força após a crise de 2008, consolidam-se como eixo central do chamado *capitalismo de plataforma* (Srnicek, 2017, 2021). Elas abrangem diferentes áreas – redes sociais, comércio, transporte, serviços profissionais, inteligência artificial, saúde, cuidado etc. – operando por meio da conexão entre usuários (trabalhadores, consumidores, anunciantes, empresas) e impondo formas de controle algorítmico. Uma modalidade específica são as plataformas de trabalho (*labour platforms*), que intermediam a prestação de serviços mediante pagamento de taxas e gestão digital.

Na América Latina, sua expansão está enraizada em condições estruturais históricas: excedente de força de trabalho, informalidade persistente, fragilidade fiscal e administrativa dos Estados e sistemas de proteção social segmentados (Abílio, 2021; Surie e Huws, 2023; Véras de Oliveira, 2023). Assim, longe de configurar ruptura, o avanço das plataformas representa a continuidade da inserção precária sob roupagens tecnológicas, em linha com diagnósticos clássicos de heterogeneidade estrutural e dependência.

Nessa parte, partimos do diálogo crítico com a construção histórica do conceito de "mercado de trabalho", para propor reflexões sobre as novas

dinâmicas da digitalização a partir de um prisma latino-americano. Mantemos como eixo a lógica da mercadorização (inerente ao capitalismo), mas chamamos a atenção também para outras lógicas sociais que disputam os sentidos do trabalho e da vida: o contramovimento da desmercadorização, o movimento ambivalente da familiarização (que externaliza custos, mas também provê proteção) e o que denominamos "mutualização", entendida como práticas de solidariedade primária e de ajuda mútua.

Mercadorização intensificada e re-mercadorização

Para Srnicek (2017), o capitalismo de plataformas constitui uma resposta específica à crise de 2008 e às dificuldades de acumulação, configurando-se como uma nova forma organizacional do capital. Sua lógica central é extrair, processar e monetizar dados, aprofundando o capitalismo neoliberal desencadeado desde os anos 1970. Esse modelo está associado à financeirização[9], à flexibilização do trabalho, à globalização da produção e à intensificação da concorrência. Nesse contexto, os dados se tornam a nova "matéria-prima", enquanto as plataformas ampliam a precarização do trabalho (uberização, informalidade, fragmentação), a dependência de capital de risco e do mercado financeiro, bem como a vigilância e o controle social baseados na monetização de dados pessoais. Em obra posterior, Srnicek (2021) propõe que o capitalismo de plataformas reorganiza as formas de geração de valor e de captura de renda. Partindo da crise do capitalismo industrial e da financeirização, argumenta que as plataformas assumem o caráter de empresas rentistas, centradas menos na produção direta de valor e mais na captura de dados, monopólios e rendas digitais. Entre as principais fontes de renda das plataformas estão a propriedade intelectual, a publicidade e as infraestruturas digitais – sobretudo a computação em nuvem.

9. Uma interessante abordagem sobre o tema da financeirização no contexto do capitalismo da era neoliberal encontra-se em Soederberg (2014). O autor apresenta o conceito de "*debdfare states*", para descrever como os estados neoliberais passaram a promover e administrar a expansão do crédito como substituto de políticas de bem-estar. A pobreza é cada vez mais gerida por meio do endividamento, gerando o que a autora chama de "indústria da pobreza" (*poverty industry*). A análise conecta financeirização, disciplina social e reprodução da força de trabalho, com foco nos EUA, mas com implicações globais. Numa linha convergente, Gago (2019) associa endividamento e consumo à recomposição neoliberal da exploração, mostrando como a financeirização da reprodução social captura economias domésticas, não assalariadas e historicamente "não produtivas", transformando a dívida em mecanismo de extração de valor e de confinamento de vidas segundo mandatos de gênero. A expansão financeira aparece tanto como resposta a ciclos de lutas quanto como contenção da crise, exigindo disciplinamento/criminalização de populações feminizadas e migrantes.

Na mesma direção, Zuboff (2019) caracteriza a coleta e manipulação massiva de dados como núcleo do "capitalismo de vigilância", uma lógica de acumulação distinta do capitalismo industrial e do de serviços. Seu eixo central é a apropriação unilateral de dados comportamentais para prever e moldar comportamentos humanos. Esse modelo se estrutura em mecanismos de previsão, algoritmos sofisticados e "mercados de futuros comportamentais". A extração de dados íntimos – emoções, biometria, saúde, cotidiano mediado por IoT e *wearables* – transforma a esfera privada em fonte contínua de valor. O conceito de *Big Other* sintetiza uma infraestrutura global de vigilância digital que coleta, analisa e responde em tempo real, operando como um sistema de governança invisível. Zuboff alerta para a erosão da privacidade, a submissão ao controle algorítmico e o enfraquecimento dos direitos democráticos, trazendo ameaças à autonomia individual, à democracia e à própria noção de futuro humano.

Couldry e Mejías (2019) introduzem o conceito de "colonialismo de dados", destacando que, assim como o colonialismo histórico apropriava terras, corpos e recursos, o capitalismo atual captura a vida humana em forma de fluxos de dados. Trata-se de um novo regime de apropriação sustentado por infraestruturas digitais e pela lógica de acumulação. A vida cotidiana converte-se progressivamente em matéria-prima para geração de valor. Os autores descrevem um "império da nuvem", composto por empresas que extraem, processam e monetizam dados – incluindo fabricantes de dispositivos, plataformas, *data brokers, fintechs* e serviços de inteligência artificial. Essa lógica esvazia a socialidade: as relações passam a ser estruturadas por algoritmos e interesses corporativos. Surge, nesse processo, a prática do social caching, isto é, a coleta e o armazenamento permanentes de dados sociais para usos futuros.

Para Nur (2022), os dados digitais podem ser comparados ao "novo petróleo": são produzidos, distribuídos, consumidos e mercantilizados. Sua análise se organiza em três eixos: (i) datificação, a conversão de aspectos da vida cotidiana em dados digitais; (ii) comodificação, a transformação desses dados em mercadorias comercializáveis; e (iii) infraestrutura digital, que inclui cabos, *data centers*, redes sem fio, Big Data, IA e IoT. Grohmann (2020) articula a datificação à financeirização e à racionalidade neoliberal, o que reforça a ideia do trabalhador como "empreendedor de si mesmo".

Nesse ambiente, a força de trabalho assume um caráter cada vez mais mercantil, em um processo atravessado pela datificação, financeirização e ra-

cionalidade neoliberal. Aloisi (2016), por exemplo, mostra como as plataformas contornam regulações trabalhistas ao classificar trabalhadores subordinados como autônomos (*independent contractors*). Essa estratégia representa uma versão digital do taylorismo: o trabalho é fragmentado em microtarefas precárias, com transferência de riscos ao trabalhador. Distinguem-se duas modalidades principais: *crowdwork* (tarefas digitais, como no MTurk) e *work-on-demand* via aplicativos (serviços locais mediados por apps, como Uber e Deliveroo). O trabalho torna-se modular e descartável, tratado como serviço sob demanda e remunerado apenas quando aceito, configurando uma mercantilização algorítmica em tempo real.

Boes *et al*. (2017) analisam como *cloudworking* e *crowdsourcing* simbolizam uma "revolução no mundo do trabalho", deslocando tarefas de ambientes regulados para espaços digitais desprotegidos. Para interpretar esse processo, recorrem ao conceito de *Landnahme*[10], destacando que o espaço informacional global se converte em novo "espaço de produção", capaz de integrar atividades sociais e produtivas não capitalistas à lógica da acumulação. Essa *Landnahme* ocorre em duas dimensões: a externa, que incorpora atividades fora da empresa (*software* livre, microtarefas, *freelancing*); e a interna, que reorganiza o trabalho dentro das empresas (métodos ágeis, reputação digital, industrialização do conhecimento). Ambas se complementam, promovendo maior permeabilidade entre dentro e fora das firmas, explorando formas de trabalho sem vínculo formal e fragilizando direitos.

Marčeta (2024) avança nessa linha ao propor o conceito de *neo-commodification* para analisar o capitalismo de plataformas baseado em dados e gestão algorítmica. Dialogando com Marx e Polanyi, distingue a *Landnahme* interna (re-mercantilização do emprego assalariado padrão, via políticas de *workfare*[11]) e externa (commodificação de esferas antes não mercantilizadas, como cuidados, trabalho informal, tempo livre, dados e compor-

10. O termo *Landnahme* aparece em Marx, mas ganhou releituras posteriores na sociologia crítica alemã (Klaus Dörre, Andreas Boes, entre outros). Enquanto "acumulação primitiva" se refere a um momento histórico de violência fundadora do capitalismo, que permite transformar a força de trabalho em mercadoria, *Landnahme,* na leitura da sociologia crítica alemã, não se restringe a um momento "primitivo", mas designa o movimento contínuo de expansão do capitalismo, que incorpora constantemente novas esferas da vida e do trabalho para sustentar a acumulação.

11. *Workfare* é um modelo de política social associado ao neoliberalismo, em que o acesso a benefícios e à proteção social deixa de ser um direito universal e passa a estar condicionado à inserção (ou disponibilidade) no mercado de trabalho. Em vez de garantir proteção independente da situação laboral, o *workfare* vincula programas de assistência a exigências de empregabilidade, treinamento, busca ativa ou aceitação de trabalhos precários, reforçando a lógica de responsabilização individual e de disciplinamento da força de trabalho.

tamentos). As plataformas desclassificam vínculos por meio de termos de uso e do discurso de que são "empresas de tecnologia", contornando direitos trabalhistas e negociação coletiva. A lógica dos "autônomos de si" exclui os trabalhadores da proteção social, enquanto a gestão algorítmica organiza reservas globais de mão de obra. Entretanto, a *neo-commodification* desencadeia respostas institucionais e sociais: regulações nacionais, modelos híbridos (como nos países nórdicos) e novas formas de mobilização, tanto sindicais quanto de base.

Huws (2019), a partir da economia política, da sociologia do trabalho e da teoria feminista, discute como a digitalização mercantiliza o trabalho doméstico, historicamente invisibilizado e associado a mulheres. Plataformas de limpeza e cuidado externalizam essas tarefas ao mercado, mas sem eliminar desigualdades de gênero – ao contrário, reforçam-nas. Essa mercadorização opera por três eixos: fragmentação em microtarefas, intermediação digital que transfere riscos, e financeirização dos fluxos de dados e pagamentos. Embora apresentadas como flexíveis e modernas, tais atividades permanecem precárias, com rendimentos instáveis e vulnerável às avaliações algorítmicas. Além disso, não eliminam o trabalho não remunerado das famílias, reforçando a "dupla jornada" feminina e transferindo custos ao domicílio.

Abílio, Amorim e Grohmann (2021), analisando o caso brasileiro, destacam que não se trata apenas da presença de trabalhadores informais, mas de um processo de informalização das próprias regras do trabalho. O contrato estável é substituído por termos de adesão, e o trabalhador, sob a retórica de "empreendedor de si", vive um autogerenciamento subordinado, enraizado nos modos de vida periféricos e nas políticas neoliberais.

Oliveira *et al.* (2021) examinam a plataforma GetNinjas, no Brasil, a partir de bibliografia, termos de uso e relatos de usuários. Mostram como serviços cotidianos – consertos, beleza, aulas e cuidados – são mercantilizados por meio de vitrines digitais, moedas virtuais e leilões reversos, transferindo custos e riscos aos trabalhadores e criando um modelo de "pagar para trabalhar".

Oliveira e Pereira (2022) analisam plataformas digitais no setor de beleza no Brasil, que monetizam serviços pessoais como cortes de cabelo, maquiagem e massagem. Já Pereira e Cardoso (2022) discutem o trabalho de cuidados e doméstico mediado por aplicativos, a partir de uma perspectiva interseccional: atividades historicamente femininas e racializadas passam a

ser enquadradas como tarefas mercantis, ampliando desigualdades e precariedade.

Cordero (2022), em perspectiva feminista e decolonial, analisa relatos de trabalhadoras domésticas no Brasil, México, Colômbia e EUA. Mostra como as plataformas reorganizam o trabalho reprodutivo a partir de uma herança colonial e patriarcal, reproduzida em algoritmos que padronizam e desvalorizam o cuidado. As experiências revelam precariedade, racismo, assédio, externalização de custos e isolamento, gerando "estabilidades frágeis". Concordando com Huws, aponta ondas de mercantilização, desmercantilização e remercantilização do cuidado.

Contramovimentos de desmercadorização (efêmeros e contraditórios)

Os contramovimentos de desmercadorização não seguem trajetória linear. Para Nancy Fraser (2014), nem todo contramovimento é progressista: muitas formas de "proteção" podem reforçar hierarquias e exclusões – preservação da família patriarcal, legitimação de hierarquias raciais, manutenção de dominação de classe. Assim, a mercantilização pode abrir brechas emancipatórias (por exemplo, ao dissolver formas "tradicionais" de subordinação), enquanto movimentos protetivos podem reproduzir estruturas opressivas.

Para compreender a natureza dos contramovimentos diante da intensificação da mercadorização pelas plataformas digitais, é crucial observar duas frentes principais: (i) as resistências e ações coletivas de trabalhadores; e (ii) as tentativas de regulação pública do trabalho em plataformas.

Com base na *labour process theory* (LPT), Joyce e Stuart (2021) argumentam que, embora a tecnologia seja vendida como portadora de flexibilidade e autonomia, na prática inaugura formas mais intensas, sofisticadas e opacas de controle e subordinação algorítmica, que reconfiguram o poder entre capital e trabalho. As plataformas monitoram, avaliam e disciplinam em tempo real; e por meio dos algoritmos definem tarefas, rotas, preços e ritmos, produzindo subordinação sem contrato formal. A competição induzida (ranqueamentos, bônus, penalidades) corrói solidariedades; a ausência de local de trabalho comum fragmenta a experiência coletiva; o isolamento reforça o poder disciplinar – tudo elevando o patamar da precarização. Ainda assim, emergem resistências que espelham as formas de controle: ações individuais (por vezes coletivizadas) – manipulação de avaliações, *spoofing* de geolocalização, desligamentos estratégicos de apli-

cativos; ações coletivas informais – articulação via redes sociais e mensageria; ações organizadas – por sindicatos e entidades representativas. Essas modalidades coexistem e se cruzam; a resistência existe, mas opera sob condições de fragmentação e vulnerabilidade. O trabalho em plataformas, concluem, está longe de ser uma panaceia para o controle do processo de trabalho.

Com um foco nas formas de resistência coletiva e inovação organizativa dos trabalhadores de plataformas na Europa, Vandaele (2021) se pergunta se essas experiências podem constituir um novo poder trabalhista. Ele constata que, não obstante o poder sindical e os históricos avanços na regulação das relações de trabalho no continente, as plataformas desafiam essas conquistas históricas como parte de um longo processo de re-mercantilização iniciado nos anos 1970 e acelerado após 2008. Entretanto, entregadores e motoristas protagonizam mobilizações espontâneas, protestos de rua e campanhas digitais por toda a Europa, reivindicando melhores tarifas, reconhecimento de vínculo, transparência algorítmica, fim de bloqueios arbitrários e proteção social. Daí despontam inovações organizativas: sindicatos alternativos e coletivos de base fora das estruturas tradicionais; plataformas cooperativas; campanhas transnacionais que coordenam ações entre países. Surge um repertório híbrido que combina greves e manifestações com táticas digitais (hashtags, aplicativos de mobilização). Mas, frente a essas novidades, os sindicatos clássicos tiveram dificuldades iniciais de interlocução com "autônomos"; gradualmente passando a oferecer apoio jurídico, visibilidade e articulação institucional. Ainda assim, persistem tensões: centrais buscam enquadrar esses trabalhadores como assalariados, enquanto coletivos defendem "autonomia com direitos".

Em estudo com motoristas e entregadores argentinos, Arias, Menéndez e Haidar (2021) mostram como a expansão das plataformas digitais tensiona a cobertura legal ao rotular trabalhadores como "autônomos", mesmo em se tratando de um país de forte tradição sindical e direitos consolidados, a levar-se em conta o padrão latino-americano. Com relação à reação dos trabalhadores, observam dois caminhos principais: um, que se ancora nas organizações sindicais existentes; e outro, que busca inovação por meio de novos coletivos, e até sindicatos. As estratégias trouxeram vitórias parciais, mas a fragmentação organizativa limita ganhos duradouros. A herança sindical funciona tanto como recurso (institucionalidade, legitimidade) quanto como obstáculo (burocratização, distância de novas bases). A resistência

ativa das plataformas e a indefinição regulatória mantêm alta a vulnerabilidade.

Também no Brasil, a expansão das plataformas tem sido acompanhada por conflitos e formas de resistência protagonizadas pelos trabalhadores. Um destaque foi o "Breque dos Apps", o primeiro protesto nacional de entregadores. As pautas incluem melhores condições de trabalho, melhores remunerações, fim de bloqueios arbitrários e proteção em acidentes. As ações, em geral autônomas e articuladas fora das estruturas sindicais, desafiam modelos tradicionais de representação (Santana; Antunes, 2025). Surgem coletivos e associações como Entregadores Antifascistas, Associação Nacional dos Trabalhadores por Aplicativo do Brasil – ANAPPS e Aliança Nacional dos Entregadores de Aplicativos – ANEA, enquanto sindicatos históricos buscam incorporar essas bases (Abílio; Grohmann; Weiss, 2021; Amorim; Cardoso; Bridi, 2022; Galvão, 2023).

Vega, Bensusán e Veja (2024), em estudo sobre trabalhadores de plataformas na Cidade do México, analisam a disposição, experiências e limites da ação coletiva desses trabalhadores, e caracterizam como incipientes, fragmentadas e marcadas por protestos episódicos contra bloqueios e mudanças unilaterais. A baixa filiação sindical decorre de desconfiança nas centrais sindicais e dificuldade de adaptar estratégias clássicas a um trabalho disperso, individualizado e mediado por algoritmos. Ainda assim, consideram que há criatividade organizativa e mobilizações esporádicas, impulsionadas por redes sociais e coletivos autônomos.

Em balanço sobre estudos que tratam do trabalho em plataformas no Brasil, Argentina, Colômbia e México, com foco no caso dos entregadores, Bridi, Véras de Oliveira e Salas (2023) observam que, apesar da heterogeneidade, atomização, fragmentação e repressão empresarial, multiplicam-se lutas, protestos e iniciativas de organização. As conquistas, porém, seguem modestas, com baixo reconhecimento por empresas e Estado e escasso impacto regulatório. As plataformas exploram brechas legais para alterar a natureza do vínculo, surpreendendo Estados que não reagem à altura – resultando em desregulamentação de fato.

Com uma mirada igualmente latino-americana, Bensusán e Santos (2021) focam nas ações de regulação do trabalho em plataformas. Notam que, em mercados marcados por informalidade, precariedade e desigualdades, a expansão das plataformas amplia esses traços e impõe novos desafios. Na comparação entre os países analisados, constatam como principais dificul-

dades de avanço na regulação dessas formas de trabalho: a heterogeneidade das plataformas, exigindo tipificações finas; a ambiguidade jurídico-laboral, com jurisprudências contraditórias sobre subordinação e independência; a baixa capacidade fiscal e ausência de proteção universal, que dificultam transições de modelos contributivos para esquemas de cidadania; a fragilidade sindical em parte dos países e a resistência ativa das plataformas; a narrativa de "incompatibilidade" entre direitos e flexibilidade, que desmobiliza trabalhadores e legisladores; o trabalho disperso, com alta rotatividade e a heterogeneidade das identidades, que freiam a sindicalização e a negociação. Segundo os autores, as propostas em disputa se organizam em três eixos: (1) *autorregulação colaborativa* e "redes de confiança" *versus intervenção estatal robusta*; (2) *universalização do vínculo* (direitos para todos, independentemente do status) versus *categorias intermediárias* (p. ex., "trabalhador dependente"); (3) *enfoques people-centred* (proteções transferíveis e desacopladas do contrato) e *governança global* das plataformas – com cautela para não enfraquecer a proteção do emprego subordinado. Até o momento do estudo, foram registrados avanços bem efêmeros: decisões judiciais reconhecendo vínculo (Uruguai, Brasil) e iniciativas legislativas (México, Colômbia). Fora da região, Califórnia, França e parte da Itália ofereciam modelos comparáveis e contrastantes.

Com base atualizada, Sidnei Machado[12] analisou de forma comparada os processos regulatórios do trabalho em plataformas digitais no Brasil, México, Colômbia e Argentina, tomando como referência tanto os marcos legislativos quanto as decisões judiciais. Identificou quatro fases principais nas iniciativas de regulação entre 2014 e 2025: a fase inicial (2014–2016) teve como foco as disputas sobre a legalidade da atividade das plataformas, ainda sem centralidade na relação de trabalho; a fase de consolidação internacional (2017–2019) foi influenciada por experiências do Norte Global (Lei AB5 da Califórnia, decisões da França e da UE), que deslocaram o debate para a natureza jurídica do vínculo entre trabalhadores e plataformas; a fase pandêmica (2020–2022) foi caracterizada pela intensificação do uso das plataformas e a precarização exposta pela covid-19, impulsionando legislações e decisões mais protetivas (Ley Rider na Espanha, Lei n. 21.431 do Chile); e, por fim, a fase de consolidação/internacionalização (2023–2025), quando se registraram o avanço da Diretiva Europeia de 2024 e de leis nacionais como a uruguaia de 2025, que consolidam direitos

12. Capítulo publicado nesta coletânea, sob o título "A regulação do trabalho em aplicativos em disputa nos parlamentos e nas cortes: um estudo comparado entre Brasil, México, Argentina e Colômbia".

mínimos, seguridade social e transparência algorítmica. Detendo-se sobre o caso do Brasil, constata uma indefinição regulatória. O PLC 12/2024 (projeto de lei complementar) propõe a criação de um regime híbrido só para motoristas (excluindo entregadores), com mínimos de remuneração, jornada e contribuição previdenciária, sem reconhecimento de vínculo. O projeto sofre críticas por institucionalizar uma "autonomia subordinada" e manter fragilidade da proteção social. No México, a reforma da Ley Federal del Trabajo – LFT (2024/2025) introduz o Capítulo IX-Bis, reconhecendo relação de trabalho nas plataformas com base em "subordinação descontínua", assegurando direitos individuais/coletivos, transparência algorítmica e seguridade social, ainda que segmentada por renda. Na Colômbia, a *Ley* 2466 (2025) institui modelo dual (subordinados x autônomos), com proteção previdenciária para ambos, transparência algorítmica e negociação coletiva – mas com risco de judicialização pelos critérios. Na Argentina, sob Milei, prevalece a desregulação ampla, com enfraquecimento da presunção de vínculo e ampliação de contratações flexíveis; não há marco específico para plataformas. Em comum, sobressaem: busca por modelos jurídicos próprios para plataformas, inclusão previdenciária e regulação da gestão algorítmica (sobretudo no México e na Colômbia). Divergem os níveis de proteção e o reconhecimento do vínculo. Conclui dizendo que a regulação do trabalho em plataformas na América Latina permanece um campo em disputa, entre inovação, flexibilização e necessidade de proteção social.

O sentido ambivalente da familiarização

Um traço central das economias latino-americanas é a permanência da família como espaço de absorção dos custos da reprodução social, especialmente em contextos de desmercadorização (Franzoni, 2007). As mulheres, em particular, assumem a maior parte da sobrecarga de cuidados e de outras formas de trabalho não remunerado, ampliando a já desigual divisão sexual do trabalho (Esquivel, 2011; Guimarães; Hirata, 2016). Com a expansão do trabalho em plataformas, esse processo é intensificado: indivíduos e famílias financiam veículos, celulares e combustíveis, além de absorverem os impactos da ausência de direitos trabalhistas.

Esse movimento apresenta caráter ambivalente. Por um lado, funciona como mecanismo de autoproteção que garante a sobrevivência em contextos de precariedade – como já documentaram os estudos latino-americanos clássicos sobre estratégias de sobrevivência comunitária e familiar (Lomnitz,

1975; Torrado, 1980; Jelin, 1984; Cariola, 1989). Por outro, expressa a perpetuação da externalização de custos e a fragilidade das políticas públicas, naturalizando a ideia de que riscos e responsabilidades recaiam sobre indivíduos e unidades domésticas. A plataformização, assim, aprofunda a "informalização do bem-estar", reproduzindo desigualdades de gênero e raça historicamente enraizadas nas estruturas ocupacionais latino-americanas.

A mutualização como contramovimento

Wood *et al*. (2019) analisam a economia do trabalho digital remoto a partir do conceito polanyiano de *embeddedness/disembeddedness* – ou seja, as formas pelas quais o trabalho se encontra enraizado ou separado das instituições sociais, culturais e legais. Com base em estudo sobre trabalhadores do Sudeste Asiático e da África Subsaariana, os autores mostram que o trabalho em plataformas se encontra normativamente desincorporado (*disembedded*): altamente mercadorizado, sem proteção legal ou direitos trabalhistas, enquadrado como freelance ou autônomo e exposto diretamente à competição global. A fragmentação das tarefas, o pagamento apenas pelo tempo produtivo e a transferência dos custos de reprodução social para os próprios trabalhadores intensificam essa desproteção.

Ao mesmo tempo, o trabalho digital revela uma dimensão de *embeddedness* em redes interpessoais: trabalhadores recorrem a relações de confiança com clientes e colegas para garantir contratos, recontratar ou redistribuir tarefas. Essas redes de confiança compensam, parcialmente, a baixa confiança estrutural dos mercados digitais. A contribuição teórica do artigo está em articular os dois lados do pensamento de Polanyi: o "*hard* Polanyi", que analisa a mercadorização e a desproteção do trabalho, e o "*soft* Polanyi", que destaca sua imersão em redes sociais e institucionais. Concluem que a *gig economy* é simultaneamente embutida em redes de confiança e desincorporada das normas sociais, produzindo precariedade estrutural, mas também abrindo espaço para contramovimentos e possíveis formas de organização coletiva futura.

Na América Latina, além das contradições do trabalho digital global, a expansão das plataformas também tem estimulado práticas de solidariedade primária e ajuda mútua. Entre entregadores e motoristas, destacam-se empréstimos de equipamentos, partilha de informações sobre zonas de risco, fundos coletivos emergenciais e redes de apoio em comunidades digitais. Tais iniciativas, ainda incipientes, configuram formas de "mutualização"

que atuam como contrapeso à precarização e à mercantilização. Expressam a capacidade dos trabalhadores digitalizados de produzir formas de proteção não estatais, não mercantis e não (necessariamente) familiares, disputando, ainda que parcialmente, os sentidos da vida e do trabalho sob o capitalismo de plataforma.

Caracterizamos essas práticas de solidariedade e ajuda mútua como "mutualização", distinguindo-as (apenas analiticamente) dos contramovimentos de desmercadorização da força de trabalho que são motivados por atos, individuais e coletivos, de resistência inicial e de luta mais coletiva e organizada. Embora também resistam à intensificação da mercadorização, estamos falando de ações que não visam, de modo direto, enfrentar regramentos cotidianos impostos, nem muito menos o modelo das plataformas digitais. Funcionam, antes, como mecanismos de defesa diante das consequências impostas por esse modelo, aproximando-se do que estudos clássicos sobre trabalho na América Latina descreveram como *estratégias de sobrevivência* de indivíduos e famílias. Por isso, guardam interface com o movimento da familiarização, mas também deste se diferenciando, já que não necessariamente implicam num desdobramento familiar.

Considerações finais

As análises apresentadas indicam que a categoria de "mercado de trabalho", embora útil como ferramenta histórica e estatística, é insuficiente para compreender a complexidade das formas de inserção ocupacional, sobretudo no capitalismo contemporâneo e, particularmente, na América Latina. A genealogia revisitada – de Marx e Polanyi à nova sociologia econômica e à teoria da regulação, da crítica feminista às abordagens latino-americanas – mostra que o trabalho não pode ser reduzido a uma mercadoria nem interpretado apenas como um mercado autorregulado. Pelo contrário, trata-se de uma relação social, política e historicamente situada, atravessada por desigualdades de gênero, raça e classe.

Falar em "mercado de trabalho" sem acrescentar ponderações sobre seus limites e alcances significa olhar para o tema da inserção ocupacional apenas pelo prisma do instituído, restringindo a compreensão a uma visão estática e normativa. Com isso, perde-se a possibilidade de adotar uma perspectiva mais processual e relacional, capaz de captar a complexidade histórica que envolve as formas de inserção no trabalho.

Se considerarmos contextos como os da América Latina – marcados, em bases históricas e nas condições que vêm se atualizando, por estruturas de oportunidade de ocupação e renda[13] específicas – torna-se evidente que aqueles efetivamente envolvidos numa dinâmica de compra e venda de força de trabalho representam apenas uma parte dos ocupados. Essa limitação torna-se ainda mais visível quando se incorpora ao quadro uma dinâmica social mais ampla, que envolve não apenas os que exercem atividades remuneradas, mas também os que dependem dessa renda e os que trabalham em atividades não remuneradas, especialmente na esfera da reprodução social.

Uma análise que não vá além do modo como tradicionalmente se concebeu os "mercados de trabalho" (mesmo com suas variações conceituais) já não encontra plena aderência às realidades recentes do mundo do trabalho nos países do Norte Global desde a crise do fordismo. Essa inadequação é ainda mais acentuada quando voltamos o olhar para o Sul Global, onde tal aderência sempre foi mais frágil e imprópria. Acrescente-se a isso a crítica feminista às noções de trabalho e de mercado de trabalho, que evidencia a invisibilização histórica de atividades não remuneradas e de reprodução social: diante dela, o conceito de "mercado de trabalho" só pode ser usado, como aqui fazemos, entre aspas.

É nesse sentido que procuramos argumentar: para apreender de forma mais adequada o caráter dinâmico e complexo da inserção ocupacional, é necessário observá-la simultaneamente a partir de dois prismas. De um lado, o das estruturas de ocupação, entendidas em sua heterogeneidade de formas e nos diferentes graus de institucionalização (trabalho assalariado e não assalariado, formal e informal, remunerado e não remunerado). De outro, o dos *processos* que atravessam essas estruturas, em sua diversidade de lógicas: de mercantilização, desmercantilização, re-mercantilização, familiarização e mutualização.

Referências

ABÍLIO, L. C.; GROHMANN, R.; WEISS, H. C. Struggles of delivery workers in Brazil: working conditions and collective organization during the pandemic. *Journal of Labor and Society*, v. 24, n. 4, p. 598-616, 2021.

13. Expressão tomada de empréstimo de Cardoso (2016).

ABÍLIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMANN, R. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil. *Sociologias*, 23[57]), 2021.

ABÍLIO, L. C. Uberização: a informalização e o trabalhador just-in-time. Trabalho, *Educação e Saúde*, v. 19, 2021.

ABRAMO, L. (Org.). *Trabalho decente e igualdade de gênero na América Latina* [ou Trabajo decente y equidad de género en América Latina]. Santiago: OIT/CEPAL, 2006.

ACKER, J. Hierarchies, Jobs, Bodies: A Theory of Gendered Organizations. *Gender & Society*, v. 4, n. 2, p. 139-158, 1990.

ALOISI, A. Commoditized workers: case study research on labor law issues arising from a set of on-demand/gig economy platforms. *Comparative Labor Law & Policy Journal*, v. 37, n. 3, 2016.

AMORIM, H.; CARDOSO, A. C. M.; BRIDI, M. A. Capitalismo industrial de plataforma: externalizações, sínteses e resistências. *Caderno CRH (Online)*, v. 35, p. 1-15, 2022.

ARIAS, C.; MENÉNDEZ, N. D.; HAIDAR, Julieta. Collective organization in platform companies in Argentina: between trade union traditions and adaptive strategies. In: HAIDAR, Julieta; KEUNE, Maarten (Orgs.). *Work and labour relations in global platform capitalism*. London: Edward Elgar Publishing, 2021, p. 148-169.

BENSUSÁN, G.; SANTOS, H. Digital platform work in Latin America: challenges and perspectives for its regulation. In: HAIDAR, Julieta; KEUNE, Maarten (Orgs.). *Work and labour relations in global platform capitalism*. London: Edward Elgar Publishing, 2021.

BHATTACHARYA, T. (Org.). *Social reproduction theory: Remapping class, recentering oppression*. Londres: Pluto Press, 2017.

BOES, A.; KÄMPF, T.; LANGES, Barbara; LÜHR, Thomas; ZIEGLER, Alexander. Cloud & crowd: new challenges for labour in the digital society. *TripleC*, 15 (1), 132-47, 2017.

BOYER, R. *La flexibilité du travail en Europe*. Paris: La Découverte, 1986.

BOYER, R. *La flexibilité du travail en Europe*: une comparaison. Paris: La Découverte, 1986.

BRIDI, A.; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; SALAS, Minor Mora. Plataformas de repartidores en América Latina: estado del arte. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 11, n. 29, p. 14-40, set.-dez. 2023.

CACCIAMALI, M. C. *O setor informal urbano e o emprego no Brasil e formas de participação na produção*. São Paulo: IPE/USP, 1982.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 9, n. 1, p. 153-174, 2016.

CARDOSO, A. Informality and public policies to overcome it. the case of Brazil. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 06, n. 2, p. 321-349, ago. 2016.

CARDOSO, F. H. Comentário sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade. *Estudos Cebrap*, (1), p. 99-130, 1971.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, M.; PORTES, A. World underneath: The origins, dynamics, and effects of the informal economy. In: Portes, A. ; M. Castells; Benton, L. A. (Eds.). *The informal economy*: studies in advanced and less developed countries. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.

CORDERO, K. H. *Código doméstico in the flesh*: Relatos de trabajadoras en apps de limpieza. Quito: Atlantic Fellows for Social and Economic Equity; London School of Economics (LSE), 2022.

COULDRY, N.; MEJÍAS, U. A. *The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford: Stanford University Press, 2019.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989: Iss. 1, 1989.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEDECCA, J. E. A.; BALTAR, P. E. Mercado de Trabalho e Informalidade nos Anos 90. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 27(Especial), p. 65-84, 1997.

ESPING-ANDERSEN, G. *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 2013. [1990]

ESQUIVEL, V. *La economía del cuidado en América Latina*: poniendo a los cuidados en el centro de la agenda, PNUD, 2011.

FEDERICI, S. *Calibán e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017. [2004].

FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução*: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas. São Paulo: Elefante, 2019. [2012].

FOLBRE, N. *Who pays for the kids? gender and the structures of constraint*. London: Routledge, 1994.

FRANZONI, J. M. *Regímenes de bienestar en América Latina*: Diagnóstico, retos y oportunidades. Madri: Fundación Carolina – CeALC, 2007.

FRASER, N. After the family wage: Gender equity and the welfare state. *Political Theory*, v. 22, n. 4, p. 591-618, 1994.

FRASER, N. Can society be commodities all the way down? Post-polanyian reflections on capitalist crisis. *Economy and Society*, v. 43, n. 4, nov. 2014.

FRASER, N. Contradições entre capital e cuidado. Tradução de José Ivan Rodrigues de Sousa Filho. Princípios: *Revista de Filosofia (UFRN)*, v. 27, n. 53, p. 261-288, 2020. [2016]. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/16876>. Acesso em: 15 set. 2025.

GAGO, Verónica. *La potencia feminista o el deseo de cambiarlo todo*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2019.

GAGO, V. *La razón neoliberal*: Economías barrocas y pragmática popular. Buenos Aires: Tinta Limón, 2014.

GALVÃO, A. Sindicalismo e ação coletiva diante da precarização do trabalho no Brasil. In: A. CARDOSO; E. CRIVELLI; F. SANTOS (Orgs.). *Trabalho em Transe, raízes e direitos políticos das mudanças no mundo do trabalho no Brasil*. São Paulo: Contra Corrente, 2023.

GIRALDO, C. La economía popular carece de derechos sociales. *In*: César Giraldo (Coord.). *Economía popular desde abajo*. Bogotá: Biblioteca Vértices Colombianos, 2017, p. 45-66.

GRANOVETTER, M. S. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE- eletrônica*, v. 6, n. 1, art. 9, jan.-jun. 2007. [1985].

GRANOVETTER, M. S. *Getting a job: a study of contacts and careers*. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1995. [1974].

GRANOVETTER, M. S. *The strength of weak ties: a network theory revisited*. Sociological Theory, 1, p. 201-233, 1983. [1973]. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/202051>.

GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. *Revista Eptic*. v. 22, n. 1, jan.-abr. 2020.

GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. La frontera entre el empleo doméstico y el trabajo profesional de cuidados en Brasil: pistas y correlatos en el proceso de mercantilización. *Sociología del Trabajo*, Nueva Época, n. 86, p. 7-27, 2016.

HIRATA, H. Categorias de análise de Danièle Kergoat e sua recepção no Brasil. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; RAMALHO, José Ricardo; SANSON, Cesar. (Orgs.). *Diálogos críticos sobre trabalho*: o pensamento estrangeiro e a sociologia do trabalho no Brasil. São Paulo: Annablume, 2023.

HIRATA, H; KERGOAT, Danièle. Paradigmas sociológicos e categoria de gênero: que renovação aporta a epistemologia do trabalho? *Novos Cadernos NAEA*, v. 11, n. 1, p. 39-50, 2008.

HUWS, U. *Labour in contemporary capitalism: what next*? Londres: Palgrave Macmillan, 2019.

JELIN, E. Familia y unidad doméstica. Buenos Aires: Cedes, 1984.

JOYCE, S.; STUART, M. Digitalised management, control and resistance in platform work: a labour process analysis. In: HAIDAR, Julieta; KEUNE, Maarten. *Work and labour relations in global platform capitalism*. London: Edward Elgar Publishing, 2021.

KERGOAT, D. Divisão sexual o trabalho e relações sociais o sexo. *In*: Hirata, Helena; Laborie, Françoise; Le Doaré, Helène; Senotier, Danièle (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67-75. [2000].

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982. [1936].

KOWARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LEWIS, W. A. Economic development with unlimited supplies of labour. *The Manchester School*, 22(2), p. 139-191, 1954.

LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. *Espaço e Debate*, n. 25, 1985.

LOMNITZ, L. *Cómo sobreviven los marginados*. México: Siglo XXI, 1975.

MARČETA, P. (2021). Platform capitalism – towards the neo-commodification of labour? In: HAIDAR, Julieta; KEUNE, Maarten. *Work and labour relations in global platform capitalism*. London: Edward Elgar Publishing, 2021.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011. [1987].

NUN, J. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y massa marginal. *Revista Latinoamericana de Sociología*, 5(2), 1969.

NUR, M. Data industrialization: between datafication commodification, and digital infrastructure. *Jurnal Komunikasi Indonesia*, v. 11, n. 2, art. 8, 2022.

OFFE, C. A economia política do mercado de trabalho. *In: Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. [1985].

OFFE, C. O futuro do mercado de trabalho. *In: Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. [1985].

OLIVEIRA, F. de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos Cebrap*, (2), 1972.

OLIVEIRA, J. A.; PEREIRA, M. J. T. Plataformas digitais e o trabalho nos serviços de beleza. *Revista Ciências do Trabalho*, n. 21, abr. 2022.

OLIVEIRA, M. C. S. et al. O trabalho na plataforma digital GetNinjas. *Revista Teoria Jurídica Contemporânea*, 2021.

PAPADOPOULOS, T. The recommodification of european labour: theoretical and empirical explorations. *European Research Institute – Working Paper Series*, n. 03, 2005.

PEREIRA, M. J. T.; CARDOSO, A. C. M. Plataformas de trabalho de cuidado: um olhar interseccional necessário. *Revista Ciências do Trabalho*, n. 21, abr. 2022.

PINTO, A. Heterogeneidad estructural y modelo de desarrollo reciente de la América Latina. *Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)*, 1973.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens políticas e econômicas do nosso tempo*. Tradução de Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. [1944].

PORTES, A.; BENTON, L. A. Introduction. In: A. Portes; M. Castells; L. A. Benton (Eds.). *The informal economy*: studies in advanced and less developed countries. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.

PORTES, A.; HALLER, W. The informal economy. In: N. Smelser; R. Swedberg. (Eds.). *The Handbook of Economic Sociology*. 2. ed. Princeton: Princeton University Press/Russell Sage, 2005, p. 403-425.

PREBISCH, R. *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*. Santiago: CEPAL, 1950.

QUIJANO, A. *"Polo marginal" y "mano de obra marginal"*. Buenos Aires: CLACSO, 2014. [1970].

RODGERS, G.; LEE, E.; SWEPSTON, L.; DAELE, J. V. *La Organización Internacional del Trabajo y la lucha por la justicia social*, 1919-2009. Oficina Internacional del Trabajo – Ginebra: OIT, 2009.

RODRÍGUEZ, C. P. ¿Mercado de Trabajo? *REIS*, n. 47, p. 177-192, 1989.

SANTANA, M.; ANTUNES, M. A pandemia da uberização e a revolta dos precários. *Le Monde Diplomatique*, Edição 217, ago. 2025.

SANTOS, M. *O espaço dividido*: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro/São Paulo: Francisco Alves/EDUSP, 1979.

SOEDERBERG, S. *Debtfare States and the Poverty Industry*: Money, Discipline and the Surplus Population. London/New York: Routledge, 2014.

SOTO, H. de. *El otro sendero*: La revolución informal. Lima: Instituto Libertad y Democracia, 1986.

SOUZA, P. R. A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 1980.

SRNICEK, N. *Platform Capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2017.

SRNICEK, N. Value, rent and platform capitalismo. In: HAIDAR, Julieta; KEUNE, Maarten. *Work and labour relations in global platform capitalism*. London: Edward Elgar Publishing, 2021.

STANDING, G. Labor recommodification in the Global Transformation. In: BUĞRA, A.; AĞARTAN, K. (Eds). *Reading Karl Polanyi for the Twenty-First Century*: Market Economy as a Political Project. New York: Palgrave Macmillan, 2007a. p. 67-93.

STANDING, G. *O precariado*: a nova classe perigosa. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. [2011].

STANDING, G. Offshoring and labor recommodification in the Global Transformation. In: PAUS, E. (Ed.). *Global capitalism unbound*: winners and losers from offshore outsourcing. New York: Palgrave Macmillan, 2007b, p. 41-60.

SUNKEL, O. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. México: Siglo XXI, 1970.

SURIE, A.; HUWS, U. (Eds.). *Platformization and informality*: pathways of change, alteration, and transformation. Cham: Palgrave Macmillan, 2023.

SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 16, n. 2, 2004.

TAVARES, M. da C. Problemas de industrialização avançada em capitalismos tardios e periféricos. *RBEST: Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho*, Campinas, v. 6, 2024 [1986].

TOKMAN, V. E. *Dinamica del mercado de trabajo urbano*: el sector informal urbano en America Latina. Lima: PREALC/OIT, 1977a.

TOKMAN, V. E. *An exploration into the nature of informal-formal sector interrelationships, monograph on employment*. Lima: PREALC/ OIT, 1977b.

TOKMAN, V. E. *El sector informal en América Latina*: Dos décadas de análisis. Santiago: PREALC/OIT, 1987.

TOLEDO, E. de la G. Crítica del concepto de informalidad y la propuesta del trabajo no clásico. *Trabajo*, 9(13) enero-junio, 2017.

TORRADO, S. *Sobre los conceptos de "estrategias familiares de vida" y "proceso de reproducción de la fuerza de trabajo"*: notas teórico-metodológicas. Buenos Aires: Centro de Estudios Urbanos y Regionales (CEUR), 1980.

VANDAELE, K. Collective resistance and organizational creativity amongst Europe's platform workers: a new power in the labour movement? In: HAIDAR, Julieta; KEUNE, Maarten. *Work and labour relations in global platform capitalism*. London: Edward Elgar Publishing, 2021.

VEGA, C. A.; BENSUSAN, G.; VEGA, C. *El trabajo del futuro con derechos laborales*: Diagnóstico y estrategia de política pública para el reconocimiento de derechos laborales de las personas trabajadoras por plataformas digitales en la Ciudad de México. Ciudad de México: El Colegio de México / Consejo Económico, Social y Ambiental de la Ciudad de México (CESA), 2024.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. Capitalismo de plataforma e processo de informalização no Brasil: pontos para debate. In: Cardoso, Adalberto; Santos, Fabiano; Crivelli, Ericson (Orgs.). *Trabalho em transe*: raízes e efeitos políticos das mudanças no mundo do trabalho no Brasil. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023.

VOGEL, L. *Marxism and the oppression of women*: Toward a unitary theory. New Brunswick: Rutgers University Press, 1983.

WOOD, A.; GRAHAM, M.; LEHDONVIRTA, Vili; HJORTH, Isis. Networked but Commodified: the (dis)embeddedness of digital labour in the gig economy. *Sociology*, v. 53, n. 5, p. 931-950, 2019.

ZUBOFF, S. *The age of surveillance capitalism*: the fight for a human future at the new frontier of power. Nova York: PublicAffairs, 2019.

A regulação do trabalho em aplicativos em disputa nos parlamentos e nas cortes: um estudo comparado entre Brasil, México, Argentina e Colômbia

Sidnei Machado

Introdução

Este artigo trata das disputas contemporâneas da última década em torno da regulação do trabalho em plataformas digitais, com ênfase nas arenas legislativas e judiciais. A análise é conduzida a partir de uma perspectiva jurídica, mais especificamente do direito do trabalho, e está situada no contexto latino-americano, com foco comparativo nos casos do Brasil, México, Colômbia e Argentina. A escolha desses países se justifica tanto pela relevância política e econômica na região quanto pela diversidade de respostas institucionais frente à crescente plataformização do trabalho.

É fundamental, antes de adentrar nas especificidades jurídicas, compreender o contexto político e social em que essas disputas se desenrolam. Como observa Pablo Stefanoni (2024), a América Latina atravessa um período de instabilidade marcado por crises econômicas recorrentes, transformações políticas profundas e a ascensão de novas lideranças que desafiam o status quo. A eleição de Javier Milei na Argentina, por exemplo, representa uma guinada liberal radical, com impactos diretos sobre os direitos trabalhistas. No Brasil, o governo de Jair Bolsonaro (2019–2022) promoveu um processo de desregulamentação que, embora parcialmente contido, não foi revertido de forma substancial no atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023–). Em contraste, observa-se uma tentativa de reconstrução da agenda do trabalho regulado na Colômbia, sob a presidência de Gustavo Petro (2022–), e no México, com Andrés Manuel López Obrador (2018–2024) e sua sucessora, Claudia Sheinbaum (2024–), ambos comprometidos com programas com ênfase em pautas sociais e trabalhistas.

Nesse cenário de disputas políticas e institucionais, o objetivo deste artigo é apresentar um panorama das iniciativas legislativas que vêm moldando a regulação do trabalho em plataformas digitais nos quatro países analisados. O objetivo específico dessa reflexão é identificar convergências e divergências nas abordagens adotadas, bem como mapear as tendências emergentes no campo da regulação jurídica do trabalho controlado por plataformas digitais.

A metodologia adotada baseia-se em um mapeamento sistemático das iniciativas legislativas, com análise documental de projetos de lei e legislações já aprovadas. O artigo está estruturado em três partes. A primeira apresenta um panorama histórico das disputas por regulação ao longo da última década (2014–2024), contextualizando os principais marcos normativos e institucionais. A segunda parte se dedica à análise comparativa dos casos de Brasil, México, Argentina e Colômbia, destacando os caminhos regulatórios do presente trilhado por cada país. Por fim, a terceira parte discute e sistematiza convergências e divergências nas abordagens e as novas fronteiras da regulação.

Panorama de dez anos de disputas por regulação (2014–2024)

A presença das plataformas digitais de trabalho na América Latina completa, entre 2014 e 2024, uma década marcada por intensas disputas regulatórias e tensões com a institucionalidade de cada país. Ao longo desse período, é possível identificar e mapear, como ilustração, quatro fases distintas no processo de enfrentamento jurídico e político da atuação dessas empresas, que têm uma dinâmica similar no plano nacional quanto global, embora haja marcadas peculiaridades por reações distintas que essas instituições nacionais oferecem frente ao modelo de negócio das plataformas digitais (OIT, 2021).

Entre 2014 e 2016, países latino-americanos como Brasil, México e Colômbia vivenciaram a fase inicial da chegada das plataformas digitais de transporte individual, como a Uber, marcada por intensas controvérsias quanto à legalidade desses serviços. No Brasil, a Uber começou a operar em 2014, enfrentando forte resistência de taxistas e autoridades locais, em um cenário de ausência de regulamentação específica, o que levou a disputas judiciais e administrativas até a promulgação da Lei n. 13.640, de 26 de março de 2018, conhecida como "Lei do Uber", que delegou aos municípios a regulamentação do setor. No México, a Cidade do México se destacou ao

se tornar, em 2015, a primeira cidade da América Latina a legalizar a Uber, estabelecendo exigências como seguro, registro e pagamento de taxas, o que serviu de modelo para outras localidades. Já na Colômbia, a Uber operava desde 2013 em uma zona cinzenta legal, sem regulamentação clara até pelo menos 2016, enfrentando decisões judiciais e administrativas que culminaram, anos depois, em sua suspensão temporária e posterior retorno com um novo modelo de operação. Em todos esses contextos, o foco das disputas não era ainda a natureza da relação de trabalho entre motoristas e plataformas, mas sim a legalidade da atividade econômica promovida por essas empresas, que foram sendo gradualmente toleradas e internalizadas nos marcos regulatórios nacionais, geralmente com poucas restrições iniciais.

Nesse primeiro momento, também ganhou força o discurso das plataformas de que seriam meras intermediadoras tecnológicas, e não empresas de transporte, logística ou entrega. Tal narrativa buscava afastar qualquer forma de regulação estatal ou enquadramento jurídico tradicional. Contudo, após uma série de derrotas judiciais, esse argumento perdeu centralidade, sendo reiteradamente rechaçado pelas cortes. A partir de então, as plataformas passaram a aceitar sua inserção em setores específicos da economia, como transporte ou logística, mas sempre sob a condição de serem consideradas intermediadoras de serviços – estratégia que lhes permite continuar negando a qualidade de empregadoras e, com isso, a aplicação do regime clássico de vínculo de emprego.

Entre 2017 e 2019, consolida-se uma segunda fase no debate global sobre o trabalho em plataformas digitais, marcada por intervenções legislativas e decisões judiciais relevantes, sobretudo em países do Norte Global, que passaram a influenciar os debates na América Latina. Um marco importante foi a aprovação da Lei AB5 na Califórnia, em 2019, que incorporou o chamado "Teste ABC" – originado da decisão da Suprema Corte da Califórnia no caso *Dynamex* (2018) – para reclassificar trabalhadores de plataformas como empregados, com base em critérios objetivos relacionados à autonomia, habitualidade e integração à atividade-fim da empresa. Essa legislação teve ampla repercussão internacional, não apenas por seu conteúdo, mas também por ser aprovada no berço da economia de plataformas, o que lhe conferiu um caráter simbólico e estratégico. No campo judicial, destaca-se a decisão da Corte de Cassação da França, em 2018, que reconheceu o vínculo empregatício entre um entregador e a plataforma para a qual prestava serviços, com base na subordinação e controle exercidos

pela empresa. Outro marco relevante foi o acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, proferido em dezembro de 2017 no caso *Asociación Profesional Elite Taxi vs. Uber Systems Spain*, que classificou a Uber como uma empresa de transporte, e não somente uma plataforma digital de intermediação, reconhecendo que ela exerce controle sobre aspectos essenciais do serviço, como o preço, as condições de acesso e o comportamento dos motoristas. Essa decisão afastou a Uber da proteção conferida pela Diretiva sobre o comércio eletrônico, permitindo que os Estados-membros da União Europeia a regulassem como qualquer outro serviço de transporte. Essas medidas sinalizaram uma mudança de foco nas disputas regulatórias: da legalidade do serviço para a natureza jurídica da relação entre trabalhadores e plataformas. Embora a aplicação direta dessas normas não tenha ocorrido de imediato na América Latina, elas influenciaram o debate jurídico e político na região, servindo como referência para decisões judiciais e propostas legislativas posteriores. Países como Brasil, México e Argentina passaram a discutir com mais intensidade a classificação dos trabalhadores de plataformas, ainda que em contextos institucionais e jurídicos distintos, e com respostas regulatórias mais lentas e fragmentadas.

Entre 2020 e 2022, consolida-se uma terceira fase na trajetória regulatória do trabalho em plataformas digitais, profundamente marcada pelos efeitos da pandemia da covid-19. O contexto pandêmico intensificou o uso de serviços mediados por aplicativos, ao mesmo tempo em que expôs de forma aguda a precariedade das condições de trabalho enfrentadas por motoristas e entregadores. Esse cenário impulsionou uma nova onda de decisões judiciais e iniciativas legislativas em diferentes partes do mundo. Em 2021, a Suprema Corte do Reino Unido decidiu que os motoristas da Uber deveriam ser considerados *workers* – uma categoria intermediária no direito britânico que garante acesso a direitos como salário mínimo, férias remuneradas e jornada limitada. No mesmo ano, a Espanha aprovou a chamada *Ley Rider*, também conhecida como *Real Decreto-ley* 9/2021, que estabeleceu a presunção legal de vínculo empregatício entre entregadores e plataformas digitais, obrigando as empresas a formalizarem esses trabalhadores e a compartilharem algoritmos com os sindicatos. Ainda no contexto europeu, decisões judiciais em países como Portugal também passaram a reconhecer vínculos empregatícios entre trabalhadores e plataformas, reforçando uma tendência de proteção laboral no continente. Em 2022, o Chile tornou-se o primeiro país da América Latina a aprovar uma legislação específica sobre o tema – a Lei n. 21.431, de 22 de março de 2022 – que

alterou o Código do Trabalho para incluir regras claras sobre o trabalho mediado por plataformas, estabelecendo direitos mínimos, como jornada, remuneração, segurança social e proteção contra desligamentos arbitrários. Essas medidas sinalizam uma inflexão no debate regulatório, com foco crescente na proteção social e na formalização das relações de trabalho, ainda que com diferentes graus de intensidade e alcance entre os países. No Brasil, por outro lado, apesar do aumento da judicialização e da pressão social, não houve uma legislação aprovada e as decisões judiciais em sua maioria não reconheciam o vínculo empregatício.

Entre 2023 e 2024, observa-se uma quarta fase no processo de regulação do trabalho em plataformas digitais, marcada pela consolidação e internacionalização das normas. No contexto europeu, diversos países avançaram com legislações nacionais específicas. Portugal, por exemplo, aprovou uma reforma no Código do Trabalho e reforçou o modelo de presunção de laboralidade dos trabalhadores de plataformas com normas que ampliam o acesso à negociação coletiva e à proteção social. A Bélgica adotou um modelo híbrido que presume o vínculo empregatício com base em critérios objetivos, mas permite a comprovação em contrário pelas plataformas. Malta e Croácia também aprovaram legislações que buscam equilibrar flexibilidade e proteção, com foco na transparência algorítmica e na segurança social. No plano supranacional, a União Europeia aprovou, em 2024, a Diretiva (UE) 2024/2831, que estabelece um marco comum para os vinte e sete Estados-membros sobre o trabalho em plataformas digitais. A diretiva introduz dois pilares centrais: a presunção legal de vínculo empregatício quando certos critérios de controle e subordinação forem atendidos, e a regulação do uso de algoritmos no ambiente de trabalho, exigindo transparência, supervisão humana e proteção contra decisões automatizadas discriminatórias. Os Estados-membros têm até 2026 para transpor a diretiva para seus ordenamentos jurídicos nacionais.

Na América Latina, o Uruguai aprovou, em 2025, a Lei 20396, publicada em 18 de fevereiro de 2025, denominada *Ley de Servicios de Entrega de Bienes o Transporte Urbano y Oneroso de Pasajeros*, uma legislação nacional que reconhece direitos trabalhistas básicos para trabalhadores de plataformas, incluindo acesso à seguridade social, jornada limitada e mecanismos de resolução de conflitos. A lei uruguaia também prevê a criação de um registro nacional de plataformas e a obrigatoriedade de contratos escritos. Esse movimento regional reflete uma tendência de crescente regulação normativa, ainda que com variações locais.

Em conclusão, o panorama regulatório do trabalho em plataformas digitais na América Latina entre 2014 e 2025 revela um processo dinâmico e multifacetado, que reflete tanto as transformações globais quanto as especificidades institucionais e políticas da região. Ao longo de quatro fases distintas – da legalização inicial das atividades, passando pela problematização da relação de trabalho, até a consolidação de marcos normativos nacionais e internacionais –, observa-se uma crescente complexificação das disputas jurídicas e políticas em torno do modelo de negócios das plataformas. A influência de decisões e legislações do Norte Global foi significativa, mas não determinante, pois os países latino-americanos responderam de forma heterogênea, ora com inércia regulatória, ora com inovações normativas relevantes, como nos casos do Chile e Uruguai. A aprovação da Diretiva Europeia de 2024 marcou um novo momento de internacionalização das normas, com potencial para orientar futuras reformas na região. Ainda assim, persistem desafios estruturais, como a informalidade, a fragmentação institucional e a resistência de setores econômicos e políticos à ampliação de direitos trabalhistas. O balanço da década indica que ainda não se construiu uma regulação abrangente para o trabalho nas plataformas digitais, que permanecem como um campo em disputa.

Arenas de disputas regulatórias na América Latina

Na América Latina, as disputas regulatórias em torno do trabalho mediado por plataformas digitais ocorrem em um cenário institucional marcado por tensões estruturais. De um lado, em países como Argentina e Brasil, persiste a ofensiva neoliberal que, por meio de reformas institucionais, aprofunda a individualização das relações de trabalho, a subcontratação e a informalidade; de outro, observa-se uma crescente erosão democrática que fragiliza os direitos sociais e trabalhistas. Nesse contexto, a construção de marcos regulatórios sólidos enfrenta obstáculos significativos, tanto políticos quanto econômicos. Apesar disso, alguns países da região têm avançado na tentativa de institucionalizar normas específicas, a exemplo do Chile, Uruguai, México e Colômbia. Além desses, países como o Brasil também avançaram em propostas legislativas, ainda em tramitação, que buscam regular o setor. No entanto, o panorama ainda é de incerteza classificatória, com grande parte dos países operando em zonas cinzentas, onde prevalece a informalidade e a ausência de direitos trabalhistas básicos.

As legislações aprovadas na região, em geral, adotam basicamente modelos híbridos, que tentam conciliar a flexibilidade da organização do trabalho em plataformas com a necessidade de proteção social, mas que ainda enfrentam dificuldades para consolidar um modelo abrangente de regulação. A ausência de um consenso regional e a diversidade de respostas institucionais revelam que a América Latina continua sendo uma arena de disputas regulatórias em aberto, onde os avanços normativos coexistem com retrocessos e problemas estruturais do mercado de trabalho.

Caso brasileiro: dissensos e incerteza

A regulação do trabalho em plataformas digitais no Brasil tem sido marcada por um cenário de intensas disputas políticas, jurídicas e institucionais. A partir de 2023, com a retomada de uma agenda trabalhista pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o debate sobre a regulação desse setor ganhou novo fôlego. Um marco importante desse processo foi a criação de um Grupo de Trabalho (GT) tripartite, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com a participação de representantes do governo, das empresas de tecnologia e de trabalhadores. O resultado dessas negociações foi a apresentação do Projeto de Lei Complementar (PLC) 12/2024, que propõe um regime jurídico específico para motoristas de aplicativos de transporte individual, como Uber.

O PLC 12/2024 adota um modelo jurídico híbrido, que classifica os motoristas como trabalhadores autônomos por plataforma, excluindo expressamente os entregadores de comida e produtos, que se opuseram à proposta. A proposta não reconhece vínculo empregatício, mas estabelece um conjunto de direitos mínimos, com foco na inclusão previdenciária e na regulação de aspectos contratuais e operacionais. Entre os principais dispositivos, destacam-se: (i) a obrigatoriedade de contribuição previdenciária compartilhada entre plataformas e trabalhadores; (ii) a fixação de uma remuneração mínima por hora trabalhada, vinculada ao salário-mínimo nacional; (iii) a limitação da jornada diária e semanal; e (iv) a exigência de transparência nos critérios de desativação de contas e avaliação de desempenho.

Do ponto de vista jurídico, o projeto representa uma tentativa de institucionalizar um estatuto de autonomia regulada, situado entre o trabalho subordinado e o autônomo clássico. No entanto, essa proposta tem sido alvo de críticas contundentes por parte de juristas, pesquisadores e re-

presentantes de trabalhadores, que a acusam de legitimar uma forma de autonomia subordinada. Isso porque o projeto reconhece a existência de controle algorítmico, assimetrias contratuais e dependência econômica, mas não assegura os direitos típicos do contrato de trabalho previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Assim, o PLC 12/2024 reforça a tendência de criação de regimes especiais que escapam ao marco tradicional do Direito do Trabalho, aprofundando a dualização do mercado laboral brasileiro – uma estratégia já observada em reformas anteriores, como a do trabalho intermitente (Lei n. 13.467/2017).

Além disso, o processo de elaboração do projeto revelou os limites do diálogo social no Brasil. Embora tenha sido construído em um grupo tripartite, o processo foi marcado por assimetrias de poder, com forte influência das empresas de tecnologia na definição dos termos da proposta. A ausência de consenso entre as centrais sindicais e a exclusão de setores relevantes do trabalho plataformizado, como os entregadores, indicam que o PLC 12/2024 está longe de representar um pacto social amplo e legítimo.

No plano dos direitos individuais, o projeto do governo brasileiro prevê acesso à previdência social, remuneração mínima, limitação de jornada e mecanismos de transparência algorítmica. No entanto, não há previsão de direitos como férias remuneradas, décimo terceiro salário, FGTS ou estabilidade, limitando significativamente a proteção social dos trabalhadores. No campo dos direitos coletivos, o projeto é omisso quanto à sindicalização, à negociação coletiva e à participação institucional dos trabalhadores nas decisões que afetam suas condições de trabalho.

Paralelamente, o cenário legislativo brasileiro é composto por uma multiplicidade de projetos de lei com orientações diversas. Alguns propõem a inclusão dos trabalhadores de plataformas no regime celetista, com base na presunção de vínculo empregatício; outros defendem modelos híbridos inspirados em experiências internacionais, como o worker britânico ou o autônomo dependente espanhol; e há ainda propostas minimalistas, que visam garantir apenas direitos básicos, como seguro contra acidentes e acesso à previdência, sem alterar a natureza jurídica da relação.

Essa fragmentação na proposição normativa reflete a ausência de um consenso básico sobre a natureza do trabalho em plataformas e os caminhos possíveis para sua regulação. A jurisprudência trabalhista tam-

bém permanece dividida, com decisões que ora reconhecem o vínculo de emprego, ora reafirmam a autonomia contratual. O Supremo Tribunal Federal (STF), por sua vez, analisa um caso com potencial de estabelecer um precedente normativo relevante sobre a classificação jurídica desses trabalhadores.

Em síntese, a proposta legislativa brasileira apresentada em 2024 representa um marco importante nas disputas regulatórias sobre o trabalho em plataformas, mas também evidencia os dilemas e contradições desse processo. Ao optar por um modelo que reconhece parcialmente os direitos dos trabalhadores, sem lhes assegurar a proteção integral do direito do trabalho, o projeto corre o risco de institucionalizar a fragmentação do modelo sob a aparência de garantia de direitos básicos. A ausência de um marco regulatório abrangente e inclusivo mantém o Brasil em uma posição de indefinição normativa, mantendo a liberdade do uso do trabalho pelas plataformas, sem restrições e garantias de direitos.

No campo judicial, o Brasil apresenta uma jurisprudência marcada por incertezas. Tribunais regionais do trabalho têm emitido decisões divergentes: algumas reconhecem vínculo empregatício entre trabalhadores e plataformas com base na subordinação algorítmica, enquanto outras validam a autonomia contratual sob o argumento da flexibilidade e da ausência de jornada fixa. O Supremo Tribunal Federal, por sua vez, reconheceu a repercussão geral do tema no Recurso Extraordinário (RE) 1446336 (Tema 1291), que versa sobre a possibilidade de reconhecimento do vínculo de emprego entre motoristas de aplicativo e empresas como a Uber. A decisão do STF poderá unificar o entendimento sobre o tema, com efeitos diretos sobre os marcos normativos futuros. A judicialização crescente é sintoma da ausência de uma regulação clara e abrangente, fazendo com que o Judiciário atue como instância substitutiva do legislador em temas sensíveis da nova economia do trabalho.

Caso mexicano: regulação da subordinação descontínua

O México está protagonizando um dos processos regulatórios mais relevantes na América Latina no que diz respeito ao trabalho em plataformas digitais. A reforma da Lei Federal do Trabalho (LFT) do México, promulgada em dezembro de 2024 e em vigor desde junho de 2025, representa um marco normativo na América Latina no que tange à regulação do trabalho mediado por plataformas digitais. Através da introdu-

ção do Capítulo IX Bis, intitulado *Trabajo en plataformas digitales* (arts. 291-A a 291-U), o ordenamento jurídico mexicano passou a reconhecer formalmente a existência de uma relação de trabalho entre plataformas e trabalhadores, com base em critérios adaptados à realidade digital. A proposta, apresentada pela presidenta Claudia Sheinbaum, insere-se em um contexto de crescente pressão social e institucional por respostas normativas à precarização do trabalho digital.

O modelo jurídico adotado pelo México pode ser classificado como híbrido, ao combinar elementos do trabalho subordinado com características típicas do trabalho autônomo. A principal inovação reside na introdução do conceito de subordinação descontínua, que reconhece a existência de controle e dependência econômica mesmo na ausência de subordinação direta e contínua. A legislação parte do pressuposto de que a liberdade de escolha de horários e a possibilidade de atuação em múltiplas plataformas não são suficientes para descaracterizar a existência de uma relação de trabalho, sobretudo quando há controle algorítmico, avaliação de desempenho e dependência econômica.

A norma estabelece que trabalhadores que aufiram renda mensal igual ou superior a um salário-mínimo devem ser considerados empregados, independentemente da carga horária. Abaixo desse limiar, são classificados como independentes, ainda que com acesso a um regime mínimo de proteção. Essa distinção, embora pragmática, pode gerar disputas judiciais sobre a natureza do vínculo, dada a fluidez das fronteiras entre autonomia e subordinação no contexto digital.

Do ponto de vista dos direitos individuais, a legislação assegura aos trabalhadores de plataformas acesso a férias, décimo terceiro salário, descanso semanal remunerado, horas extras, participação nos lucros e inclusão no sistema de seguridade social. O Instituto Mexicano do Seguro Social (IMSS) e o INFONAVIT foram incumbidos de desenvolver um regime contributivo proporcional ao tempo efetivamente trabalhado, com cobertura para saúde, aposentadoria e habitação. A lei também prevê que a inatividade por 30 dias consecutivos implica a extinção automática do vínculo, sem necessidade de aviso prévio ou indenização, preservando a natureza intermitente da atividade.

No plano coletivo, a reforma garante o direito à sindicalização, à negociação coletiva e à participação nos lucros, além de impor obrigações de transparência algorítmica às plataformas. Estas devem informar os tra-

balhadores sobre os critérios de ranqueamento, distribuição de tarefas, avaliação de desempenho e desativações de contas, promovendo maior simetria informacional e mitigando os efeitos do controle automatizado.

Apesar dos avanços, o modelo mexicano não está isento de críticas. A definição jurídica de subordinação digital permanece vaga, o que pode comprometer a segurança jurídica e fomentar a judicialização. Além disso, a exclusão de trabalhadores com renda inferior ao salário-mínimo mensal do regime de proteção integral pode aprofundar desigualdades internas no setor, criando uma segmentação normativa que favorece a precarização.

Em síntese, a experiência mexicana representa um esforço normativo relevante para adaptar o Direito do Trabalho às novas formas de organização produtiva mediadas por tecnologia. Ao reconhecer a especificidade do trabalho em plataformas e buscar um equilíbrio entre flexibilidade e proteção, o México inaugura um modelo regulatório que pode servir de referência para outros países da região. Contudo, os desafios interpretativos e operacionais da nova legislação indicam que sua eficácia dependerá da capacidade institucional de garantir sua implementação e de promover a efetividade dos direitos reconhecidos.

Caso colombiano: regulação dual de subordinados e independentes

A Colômbia deu um passo significativo na institucionalização de direitos para trabalhadores de plataformas digitais com a proposta de Reforma Laboral apresentada pelo governo do presidente Gustavo Petro em 2023. Aprovada pela Câmara dos Representantes em outubro de 2024 e pelo Senado em junho de 2025, a Ley 2466, sancionada em 25 de junho de 2025, ficou conhecida como a Lei da Reforma Laboral. A norma insere-se em um projeto mais amplo de transformação estrutural do sistema trabalhista colombiano, articulado com as reformas da saúde e da previdência. Originada no Projeto de Lei n. 166 de 2023, a nova legislação introduz um capítulo específico dedicado ao trabalho em plataformas digitais de entrega. Trata-se de uma das reformas trabalhistas mais relevantes das últimas décadas no país, com a alteração de aproximadamente setenta artigos do Código Substantivo do Trabalho, fruto de um intenso debate público e da participação ativa de diversos atores sociais.

A lei define o "trabajador digital en servicios de reparto" (art. 24) como a pessoa que presta serviços por meio de uma plataforma digital. O modelo jurídico adotado é dual, reconhecendo o trabalho subordinado e o autônomo, por duas formas de inserção laboral: (a) a relação de trabalho subordinado, com vínculo empregatício pleno, e (b) o trabalho autônomo independente. A escolha pela segunda modalidade, no entanto, deve ser feita de forma livre, informada e sem violar os princípios constitucionais da irrenunciabilidade de e da primazia da realidade sobre a forma contratual. Um dos aspectos mais relevantes foi a introdução da obrigação de garantir a seguridade social tanto aos trabalhadores dependentes quanto aos autônomos (art. 27). No caso dos trabalhadores dependentes, a empresa deve cobrir sua filiação e os pagamentos de saúde, pensão e riscos ocupacionais, mesmo que trabalhem em meio período. Essa estrutura normativa visa impedir a simulação de autonomia em contextos de subordinação fática, especialmente quando há controle algorítmico, dependência econômica e continuidade na prestação de serviços.

A ambiguidade nos critérios legais para distinguir trabalho subordinado de autônomo na reforma tem sido apontada por especialistas como um potencial vetor de litígios em massa (Gómez, 2024). Embora a lei estabeleça parâmetros como controle algorítmico e dependência econômica, a falta de métricas objetivas para mensurar esses conceitos pode levar a interpretações divergentes por parte de juízes, plataformas e trabalhadores.

A reforma estabelece um conjunto robusto de direitos individuais para os trabalhadores de plataformas, independentemente da modalidade contratual. Entre eles, destacam-se: (a) a obrigatoriedade de afiliação ao Sistema Integral de Seguridade Social, com contribuições compartilhadas entre plataformas e trabalhadores; (b) o direito à remuneração justa e proporcional ao tempo e esforço despendido; (c) o acesso a mecanismos de proteção contra acidentes de trabalho e doenças ocupacionais; e (d) a garantia de descanso remunerado e compensações por jornadas extraordinárias. A legislação também prevê a criação de um registro nacional de trabalhadores de plataformas, com o objetivo de monitorar as condições de trabalho e assegurar a efetividade dos direitos reconhecidos.

No plano coletivo, a lei colombiana avança ao garantir o direito à sindicalização, à negociação coletiva e à participação em instâncias de diálogo social. Além disso, impõe às plataformas a obrigação de garantir transparência algorítmica, exigindo a divulgação dos critérios utilizados

para a distribuição de tarefas, cálculo de remuneração, avaliação de desempenho e desativações de contas. Essa medida visa mitigar os efeitos da assimetria informacional e do controle automatizado, promovendo maior equilíbrio nas relações laborais digitais.

Em síntese, a experiência colombiana em construção representa um esforço normativo relevante para adaptar o Direito do Trabalho às novas formas de organização produtiva das plataformas, com um marco regulatório inclusivo.

Caso argentino: desregulação e incerteza

A Argentina apresenta um cenário regulatório incerto e em transformação regressiva no que se refere ao trabalho em plataformas digitais. Antes da ascensão do governo de Javier Milei, houve tentativas legislativas de estabelecer um marco normativo específico para o setor. Um projeto de lei apresentado em 2022 chegou a ser debatido na Câmara dos Deputados e propunha a criação de um regime jurídico próprio para trabalhadores de plataformas. No entanto, essa iniciativa não prosperou e o debate foi absorvido por uma agenda mais ampla de reformas estruturais promovidas pelo novo governo, com uma agenda de radical desregulação do mercado de trabalho argentino.

A partir de 2023, com a posse de Javier Milei e sua coalizão *La Libertad Avanza*, o país passou a implementar uma profunda reestruturação do marco regulatório do trabalho, com forte viés liberalizante. A reforma trabalhista aprovada em 2024, embora não trate diretamente dos trabalhadores de plataformas digitais, impacta significativamente esse setor ao flexibilizar as formas de contratação e reduzir as obrigações empresariais. O novo marco legal autoriza amplamente a contratação por tarefa, por tempo determinado e por projeto, modalidades que se alinham à lógica operacional das plataformas digitais. Além disso, a reforma promove a formalização do trabalho informal por meio de incentivos fiscais, como a isenção de encargos patronais nos dois primeiros anos de contratação, e substitui o sistema tradicional de indenizações por um fundo de cessação laboral, financiado mensalmente pelas empresas.

No que tange aos direitos individuais, a legislação reformada reconhece novas modalidades de trabalho, como o teletrabalho, e garante direitos mínimos como o direito à desconexão e a provisão de ferramentas pelo empregador. Contudo, no caso dos trabalhadores de plataformas, a au-

sência de um regime específico deixa lacunas importantes quanto à proteção social, à remuneração mínima, à jornada de trabalho e à segurança jurídica.

Do ponto de vista da classificação da relação de emprego, o novo marco legal enfraquece a presunção de vínculo empregatício prevista no artigo 23 da Lei de Contrato de Trabalho (LCT), reformulado pela Lei n. 27.742. A nova redação permite que a existência de um contrato de trabalho seja refutada com base em "circunstâncias demonstradas em contrário", o que representa uma inflexão importante na proteção jurídica do trabalhador e pode dificultar o reconhecimento de vínculos de trabalhadores em plataformas digitais em contextos de subordinação disfarçada.

A jurisprudência trabalhista argentina, até então, vinha aplicando a presunção de laboralidade e as penalidades previstas pelas Leis n. 24.013 e n. 25.323 para combater o trabalho não registrado. Com a revogação dessas normas, o novo regime jurídico fragiliza os instrumentos de combate à informalidade e pode aumentar a litigiosidade, especialmente no setor de plataformas, onde a linha entre autonomia e subordinação é frequentemente tênue.

A reforma trabalhista de Milei têm gerado críticas contundentes por parte de sindicatos, juristas e organizações de trabalhadores. Argumenta-se que a flexibilização excessiva compromete direitos historicamente consolidados, como a irrenunciabilidade de condições mínimas de trabalho e o acesso à Justiça. O Decreto n. 70/2023, que inspirou parte da reforma e foi posteriormente declarado inconstitucional pela Justiça, ilustra os desafios jurídicos enfrentados pelo governo e a resistência institucional às mudanças propostas.

Em síntese, o caso argentino revela um processo de desregulação acelerada, obstaculizando a construção de um marco normativo protetivo para os trabalhadores de plataformas no país. A ausência de um marco normativo específico, combinada com a flexibilização das garantias trabalhistas, coloca os trabalhadores digitais em uma posição de vulnerabilidade jurídica.

O panorama dos debates sobre regulações pode ser visualizado na Tabela a seguir:

Tabela 1 – Comparativa – Brasil, México, Colômbia e Argentina

Critério	Brasil	México	Colômbia	Argentina
Modelo Jurídico	Híbrido setorial (proposta em discussão no parlamento)	Híbrido (subordinação descontínua)	Dual (subordinado x autônomo)	Flexibilização ampla da regulação (sem marco específico)
Status Legislativo	Projeto de lei em tramitação (PLC 12/2024)	Lei em vigor desde junho/2025	Lei em vigor desde junho/2025 (aplicação progressiva)	Reforma de flexibilização ampla, sem foco específico em plataformas
Cobertura dos Trabalhadores	Apenas motoristas (entregadores excluídos)	Trabalhadores com renda ≥ 1 SM	Todos os trabalhadores de entrega (inclui autônomo)	Sem cobertura específica para plataformas
Reconhecimento de Vínculo	Não reconhece vínculo empregatício	Reconhece com base em critérios objetivos	Reconhece vínculo ou trabalho autônomo	Fragilização da presunção de vínculo
Contribuição Previdenciária	Obrigatória, com divisão de custos	Obrigatória, proporcional ao tempo	Obrigatória com base legal	Sem exigência específica
Transparência Algorítmica	Prevista parcialmente	Exigida por lei	Exigida por lei	Não prevista
Direitos Individuais	Remuneração mínima, limite de jornada de 12 horas	Férias, 13º, PLR, descanso, extras	Remuneração justa, seguridade, descanso	Direito à desconexão, sem proteção específica
Direitos Coletivos	Não reconhecidos expressamente	Sindicalização e negociação asseguradas	Sindicalização e negociação asseguradas	Enfraquecimento sindical
Diálogo Social	Fraca – desequilíbrio no GT tripartite	Pressão social e institucional	Diálogo social estruturado	Ausente – sem diálogo institucional
Desafios Internos	Fragmentação e exclusões	Segmentação e possível judicialização	Ambiguidade nos critérios de subordinação	Precarização e insegurança jurídica

Fonte: elaboração própria

Papel das Cortes Superiores na definição da regulação

A atuação das cortes superiores tem sido determinante na definição dos contornos jurídicos do trabalho em plataformas na América Latina. No Brasil, o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu a repercussão geral no Recurso Extraordinário n. 1446336 (Tema 1291), que trata do reconheci-

mento de vínculo de emprego entre motoristas e plataformas. A decisão pendente poderá uniformizar a jurisprudência e influenciar diretamente o conteúdo das propostas legislativas em tramitação. A ausência de um posicionamento consolidado do STF tem contribuído para a fragmentação jurisprudencial nos tribunais regionais, ora favoráveis ao reconhecimento de vínculo com base em subordinação algorítmica, ora respaldando a autonomia contratual alegada pelas empresas.

Na Colômbia, a Corte Constitucional tem reiterado a centralidade dos princípios da primazia da realidade e da irrenunciabilidade dos direitos sociais, reforçando os fundamentos constitucionais da proposta de regulação dual. No México, decisões da Suprema Corte vêm ampliando o conceito de trabalho digno e pressionando o legislador a oferecer respostas adequadas à precarização do trabalho digital. Já na Argentina, embora a Corte Suprema de Justiça da Nação ainda não tenha fixado entendimento vinculante sobre a regulação do trabalho em plataformas digitais, diversos tribunais do trabalho têm reconhecido, em decisões de primeira e segunda instância, a existência de vínculo empregatício entre entregadores e plataformas, com base na subordinação, dependência econômica e continuidade da prestação dos serviços. Essas decisões, no entanto, têm perdido força diante da recente reforma trabalhista e da alteração no critério de definição da subordinação promovidas pelo governo Milei, o que compromete a consolidação jurisprudencial protetiva.

A articulação entre cortes e parlamentos é, portanto, um elemento chave para a consolidação de marcos normativos protetivos. Quando os tribunais superiores se posicionam de forma clara, oferecem segurança jurídica, pressionam os legisladores e limitam a margem de manobra das plataformas para sustentar zonas de ambiguidade normativa.

Convergências, divergências e novas tendências

A análise comparativa dos marcos regulatórios em construção ou consolidação no Brasil, México, Colômbia e Argentina revela um campo normativo em disputa, marcado por tensões institucionais e regulatórios. Embora cada país apresente respostas institucionais distintas, é possível identificar padrões comuns, divergências estruturais e tendências emergentes que delineiam os contornos de uma nova gramática jurídica do trabalho digital nesses quatros países da América Latina.

Convergências

Entre os elementos de convergência, destaca-se a tentativa de construir modelos jurídicos que reconheçam a especificidade do trabalho mediado por plataformas digitais, sem necessariamente enquadrá-lo nos moldes tradicionais do emprego subordinado. Tanto o México quanto a Colômbia adotaram modelos híbridos ou duais, que reconhecem a existência de subordinação algorítmica e dependência econômica, mas preservam certo grau de flexibilidade contratual. O Brasil, por sua vez, propõe um regime de autonomia regulada para motoristas de aplicativos, enquanto a Argentina é exceção, pois, sem um marco específico, flexibiliza amplamente as formas de contratação, o que pode ser utilizado para formalizar relações hoje informais.

Outro ponto de convergência é a crescente preocupação com a inclusão previdenciária e a proteção social mínima. Todos os países analisados, com exceção da Argentina, preveem algum tipo de contribuição obrigatória ao sistema de seguridade social, ainda que com variações quanto à forma de cálculo, à base contributiva e à abrangência dos benefícios. Além disso, há um movimento comum em direção à regulação da gestão algorítmica, com exigências de transparência sobre os critérios de ranqueamento, distribuição de tarefas e desativações de contas.

Tabela 2 – Convergências

Aspectos	Descrição	Países
Reconhecimento do status de emprego	Reconhecimento de uma nova categoria/modalidade de trabalho de plataforma	México, Colômbia
Proteção social	Incorporação de proteção social mínima obrigatória	México, Colômbia
Regulação algorítmica	Exigência de transparência sobre critérios de ranqueamento, tarefas e desativações	México, Colômbia
Adaptação legal	Tentativas de ajustar o Direito do Trabalho às novas formas de subordinação digital	México, Colômbia

Fonte: elaboração própria

Divergências

As divergências mais significativas dizem respeito ao modelo jurídico adotado e ao grau de proteção conferido aos trabalhadores. O México avança com um regime legal que reconhece o vínculo empregatício com base em critérios objetivos e funcionais, ainda que preserve a flexibilidade operacional. A Colômbia criou uma regulação dual, com garantias mínimas para autônomos e plenos direitos para subordinados, mas enfrenta desafios quanto à definição jurídica de subordinação digital. O Brasil, por sua vez, embora sem ter aprovado uma lei, tende a optar por um modelo setorial e restrito, que exclui os entregadores e não reconhece vínculo de emprego, enquanto a Argentina caminha para uma desregulação ampla, fruto da reforma de 2024 que enfraqueceu a presunção de laboralidade e reduziu os custos patronais das obrigações por despedimento.

Essas diferenças refletem não apenas escolhas jurídicas, mas também contextos políticos e institucionais distintos. Enquanto México e Colômbia operam sob governos com agendas sociais mais robustas, o Brasil vive um processo de reconstrução parcial de direitos após um ciclo de desregulação, e a Argentina adota uma agenda de liberalização radical sob o governo Milei. A correlação de forças entre sindicatos, empresas e Estado, bem como o grau de institucionalização do diálogo social, influencia diretamente os rumos da regulação.

Tabela 3 – Divergências

Aspectos	México	Colômbia	Argentina	Brasil
Modelo jurídico	Modelo híbrido regulado	Modelo híbrido regulado	Desregulação ampla	Indefinido e em disputa no parlamento e no Judiciário
Abrangência	Entregadores e motoristas	Apenas entregadores	Sem lei específica	Sem lei aprovada
Nível de proteção	Salário-mínimo, previdência social, moradia, participação nos lucros, liberdade de associação, proteção contra despedida sem justa causa	Jornada limitada (8h/dia; 42h/semana), descanso semanal e feriados pagos, previdência social (saúde, aposentadoria, acidentes), proteção contra demissão, antidiscriminação, transparência algorítmica	Nenhuma garantia legal específica	Nenhuma garantia legal específica
Contexto político	Apoio a agendas sociais	Apoio a agendas sociais	Pressão por flexibilização	Pressão por flexibilização

Fonte: elaboração própria

Tendências emergentes

Três tendências emergentes podem ser destacadas a partir da análise comparativa. A primeira é a institucionalização progressiva da regulação do trabalho em plataformas, com a criação de capítulos específicos nas legislações trabalhistas (como no México e na Colômbia) e a consolidação de normas mínimas de proteção. A segunda é a segmentação normativa, com a criação de regimes diferenciados para trabalhadores com diferentes níveis de renda, tempo de trabalho ou tipo de atividade, ou seja, não há uma tendência do caminho de universalização de direitos.

A terceira tendência mais recente é a possível internacionalização das normas, com crescente influência de diretrizes supranacionais, como a Diretiva Europeia 2024/2831 e a possível construção futura de uma convenção e recomendação da OIT sobre trabalho em plataformas. Essas normas podem servir como referência para reformas futuras na América Latina, promovendo maior convergência regulatória e fortalecendo os princípios de proteção social, transparência algorítmica e negociação coletiva.

A segmentação normativa, embora apresentada como solução pragmática, pode consolidar desigualdades estruturais no mundo do trabalho digital. Ao condicionar a extensão dos direitos ao nível de renda ou à intensidade da prestação de serviços, como faz a legislação mexicana, os marcos legais correm o risco de institucionalizar uma hierarquia de trabalhadores, em que apenas os mais economicamente ativos são protegidos. Essa lógica reforça a exclusão dos trabalhadores mais vulneráveis – justamente aqueles com menor capacidade de barganha e maior exposição à precarização. A segmentação também pode estimular estratégias das plataformas para reclassificar trabalhadores ou fragmentar suas atividades, de modo a evitar os limiares legais. Tais dispositivos, se não forem acompanhados de mecanismos de monitoramento e combate à evasão regulatória, podem aprofundar a dualização do mercado de trabalho e comprometer a universalidade dos direitos

Desafios e perspectivas

Apesar dos avanços, os desafios permanecem significativos. A ausência de critérios jurídicos objetivos para distinguir trabalho subordinado de autônomo, a resistência das plataformas à regulação e a fragilidade institucional de muitos países da região dificultam a efetividade das normas. Além disso,

a judicialização crescente e a fragmentação legislativa indicam que o campo da regulação do trabalho em plataformas deve continuar em disputa na região.

Nesse contexto, é fundamental que os marcos regulatórios avancem na construção de um modelo associado a direitos, com justiça social. Algumas experiências comparadas evidenciam ser possível reconhecer a especificidade do trabalho em plataformas sem abdicar dos direitos fundamentais do trabalho. Para isso, será necessário fortalecer o diálogo social, ampliar a capacidade regulatória do Estado e garantir a participação ativa dos trabalhadores na definição das regras que moldam suas condições de trabalho.

Conclusão

A análise comparativa da regulação do trabalho por plataformas digitais em Brasil, México, Colômbia e Argentina evidencia um campo normativo em permanente disputa, atravessado por tensões entre inovação tecnológica, flexibilização das relações laborais e a necessidade de garantir proteção social efetiva. Ao longo da última década, esses países enfrentam o desafio de adaptar seus sistemas jurídicos às novas formas de organização do trabalho, caracterizadas pela intermediação algorítmica, pela fragmentação contratual e pela intensificação da informalidade.

Apesar das distintas trajetórias institucionais e políticas, observa-se uma convergência em torno do reconhecimento da especificidade do trabalho mediado por plataformas digitais. México e Colômbia avançam na construção de modelos híbridos ou duais que buscam compatibilizar flexibilidade operacional com garantias mínimas de proteção. O Brasil, por sua vez, permanece em um cenário de indefinição legislativa e fragmentação normativa, enquanto a Argentina adota uma agenda de desregulação que enfraquece os mecanismos tradicionais de tutela trabalhista.

Diante desse panorama, torna-se imperativo o desenvolvimento de instrumentos normativos capazes de enfrentar as novas formas de subordinação digital, os efeitos do controle algorítmico e a assimetria estrutural entre trabalhadores e plataformas. A incorporação de princípios como a primazia da realidade, a transparência algorítmica, a proteção social universal e a efetividade dos direitos coletivos devem ocupar posição central na construção de um marco regulatório robusto e inclusivo.

A América Latina, com sua diversidade institucional e histórica de mobilização social, possui potencial para protagonizar uma agenda regulatória inovadora e comprometida com a justiça social. Para tanto, é necessário fortalecer os mecanismos de diálogo social, ampliar a capacidade regulatória do Estado e assegurar a participação ativa dos trabalhadores na formulação das normas que moldam suas condições de trabalho.

Em síntese, a regulação do trabalho por plataformas digitais constitui um dos desafios mais relevantes e urgentes do Direito do Trabalho contemporâneo. A construção de respostas jurídicas adequadas dependerá da capacidade dos sistemas normativos de inovar sem renunciar aos fundamentos da dignidade do trabalho, da universalização dos direitos e da justiça social. O futuro da regulação do trabalho digital na América Latina será, em grande medida, determinada pelas escolhas políticas e jurídicas que se fizerem no presente.

Referências

ARGENTINA. *Estatuto del Trabajador de Plataformas Digitales Bajo Demanda*, 2020. Disponível em: <https://ignasibeltran.com/wp-content/uploads/2018/12/Estatuto-del-Trabajador-de-Plataformas-Digitales--IF-2020-30383748-APN-DGDMTMPYT.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2025.

BENSUSÁN, G. *Ocupaciones emergentes en la economía digital y su regulación en México*. Santiago: CEPAL, 2020. (Serie Macroeconomía del desarrollo, n. 20-00124).

BERGALLI, M. Algorithmic control and labor regulation: Lessons from Spain. *European Labour Law Journal*, v. 14, n. 2, p. 210-230, 2023.

Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Ley 21.431, *Modifica el Código del Trabajo regulando el contrato de trabajadores de empresas de plataformas digitales de servicios*, 2021. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1173544>. Acesso em: 14 jun. 2025.

BRASIL. *Projeto de Lei Complementar 12/2024*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2391423&filename=PLP%2012/2024>. Acesso em: 14 jun. 2025.

BRIDI, M. A.; OLIVEIRA, Roberto Véras De; SALAS, Minor Mora. Plataformas de repartidores en América Latina: estado del arte. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 11, n. 29, p. 14-40, set.-dez. 2023.

COLÔMBIA. *Trabajo por el cambio: proyecto de reforma laboral*, 2023. Disponível em: <https://www.camara.gov.co/sites/default/files/2023-03/P.L.367-2023C%20%28REFORMA%20LABORAL%29_1.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2025.

GOLDIN, A. *Los trabajadores de plataforma y su regulación en la Argentina*. Santiago: CEPAL, 2020. (Documentos de Proyectos).

GÓMEZ, J. C. *Trabajo digital y derecho laboral*: desafíos de la reforma colombiana. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2024.

GUZMÁN GÓMEZ, A. *Relaciones laborales de Rappi*: una aproximación desde la teoría de juegos. Bogotá: Universidad de los Andes, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uniandes.edu.co/entities/publication/ffaf6ac8--b45c-4a7d-a599-afdf1186e0df>. Acesso em: 14 jun. 2025.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Informe sobre la reforma laboral en Colombia*: impacto en plataformas digitales. Genebra: ILO, 2024.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *World employment and social outlook 2021*: the role of digital labour platforms in transforming the world of work. Genebra: ILO, 2021. Disponível em: <https://labordoc.ilo.org/discovery/fulldisplay/alma995218610802676/41ILO_INST:41ILO_V2>. Acesso em: 14 jun. 2025.

Tiempos de trabajo en plataformas de reparto: ¿el fin de la obsesión por la reducción de la porosidad en el proceso de trabajo?[1]

Andrea Delfino

Trabajo controlado por plataformas y temporalidad laboral: una introducción

A partir de la Modernidad el trabajo adquiere un significado homogéneo, mercantil y abstracto, cuya esencia es el tiempo. Este nuevo tiempo está directamente relacionado con la construcción de la realidad social determinada por la mercancía (Postone, 2006).

En el proceso de acumulación capitalista lo que los trabajadores venden (a cambio de un salario) no es su trabajo, sino su capacidad de trabajar. La misma es comprada por el capital por un determinado tiempo, pero depende de los gerentes que actúan en nombre del capital asegurar que la capacidad de trabajo de cada trabajador se transforme en trabajo concreto y real. Esto significa que el capital debe lograr ciertas formas y niveles de control o gobernanza del trabajo y diferentes métodos prácticos que posibiliten la extracción, medición y captación del valor que se genera. El control se ejerce a través de diferentes mecanismos tales como las materias primas que se utilizan, las formas en las cuales son usados los equipos y las herramientas, así como también por la velocidad e intensidad del trabajo.

Para Dal Rosso (1996), en la teoría del valor trabajo, el tiempo consiste en la esencia del valor, pero es su duración la que establece la cantidad y el volumen de ese valor. Por lo tanto, la duración y la distribución del tiempo son elementos cruciales en el tratamiento de la categoría trabajo.

1. Este trabajo recoge algunas reflexiones ya presentes en Delfino y Claussen (2023) y en Delfino, Andrea (2025, en prensa).

El concepto de tiempo de trabajo presupone implícitamente la separación en una sociedad de un conjunto de actividades denominadas trabajo y otro grupo al que podría denominarse no-trabajo. Siendo consideradas como trabajo aquellas actividades ejercidas con el objetivo de garantizar la vida y la sobrevivencia. En este marco, consideramos, siguiendo a Postone (2006), que la forma social del moderno tiempo abstracto se convierte en un nuevo modo de dominación y que esa dominación social en el capitalismo se logra a través de la estructuración del tiempo de trabajo. El tiempo se convierte así un campo de batalla, de negociación y de disputa central en el marco de la relación capital-trabajo.

De esta forma, la regulación jurídico-política que se impone vinculada a la promoción del trabajo asalariado, constituye el instrumento contra las regulaciones del mercado (Castel, 1999). La puesta en funcionamiento del denominado pacto keynesiano supuso una importante regulación estatal de los mercados, parte de ese control se produjo a partir de la introducción de criterios no estrictamente económicos.

Este proceso de desmercantilización presenta dos caras: forma parte de la gestión estatal de la fuerza de trabajo como mercancía en el capitalismo, y también forma parte necesariamente de la liberación parcial del dominio del capital para los trabajadores, tanto en su estatus como en cuanto a los bienes y servicios producidos o distribuidos como valores de uso vinculados con la reproducción. Si bien este proceso tuvo características heterogéneas en las distintas regiones del globo, es posible identificar dos instituciones a través de las cuales se desarrolló el sistema (más fuerte o más débil) de protecciones, que permitió una relativa descomodificación del trabajo: el contrato de trabajo y el Estado de Bienestar (Britos, 2018).

La primera de estas instituciones da cuenta de las condiciones de explotación de la fuerza de trabajo, y en este sentido, el contrato de trabajo regula el equilibrio de poder entre el capital y el trabajo. La esencia de la relación laboral estándar no se encuentra en su forma indeterminada y a tiempo completo, sino en sus protecciones sustantivas contra una relación de mercado pura (Rubery et al., 2018). El establecimiento de los derechos laborales y de las protecciones sociales son parte del compromiso social construido en la esfera política entre el movimiento obrero organizado y el capital. De hecho, una de las luchas centrales del movimiento obrero se ha centrado en poner límites temporales a la compra-venta de fuerza de trabajo y a garantizar el derecho a la reproducción, al descanso y al ocio, sin

que se produjeran modificaciones en el salario y manteniendo inalterada la estructura de la jornada de trabajo. Así, el salario dejó de ser la retribución calculada con exactitud para asegurar la reproducción cotidiana del trabajador y su familia y pasó a incluir también una porción considerable de salario indirecto (previsión contra accidentes, enfermedad, vejez, seguro de desempleo y asignaciones familiares).[2]

El proceso de desmercantilización aquí es claro: mientras que, por un lado, esas protecciones permitieron el acceso a bienes y servicios cuyo consumo se organiza, al menos en parte, fuera del mercado para satisfacer necesidades cuyo origen tiene un carácter social e histórico; por el otro, tienen vigencia incluso cuando los asalariados no trabajan (Neffa y Boyer, 2004).

Asimismo, y desde una perspectiva temporal, la relación laboral estándar estableció límites vinculados a las temporalidades en relación a dos aspectos: a) en relación con el salario que reciben los trabajadores y al esfuerzo o tiempo de trabajo requerido para la obtención de ese salario, y b) la parte del día, semana o año que se encuentra bajo el control del empleador (Rubery et al., 2005). Dentro de esta lógica, los períodos no laborales son considerados como parte integrante del contrato de trabajo, en tanto la importancia de ese tiempo es reconocida por los empresarios como un elemento fundamental para la realización del trabajo. En la clásica obra de Castel (1997), este proceso tomaba la forma de un trabajo que adquiere un estatuto no mercantil y con ello se relativiza la profunda asimetría que caracteriza el trabajo.

En América Latina el patrón de desarrollo dominante hasta la década del 70 asumió características específicas. Sin embargo, igual que las características del fordismo en los países industrializados, éstas dependieron de las condiciones socioeconómicas y políticas particulares de cada país; así como también, las estructuras socioeconómicas previas y las relaciones de fuerza entre los grupos políticos que impactaron en la elaboración de políticas y en la evolución de ese estilo de desarrollo (Weller, 1998). El mismo estuvo caracterizado por una dimensión fuertemente nacional, centrado en la industria, con mercados protegidos de la competencia externa y donde el impulso fabril fue alentado por

2. Es importante recordar que los mecanismos de protección que la sociedad desarrolla contra la mercantilización estaban en sí mismos plagados de dominación, ya que los mismos se asentaban en una estricta división sexual del trabajo. Así, buena parte del proceso de desmercantilización del trabajo durante la expansión del Estado de Bienestar y de la relación laboral estándar supuso la desmercantilización del trabajo masculino (Fraser, 2014; Delfino, 2022).

el Estado. Este esquema –denominado prototaylorismo y/o fordismo periférico– no orientaba sus componentes técnicos, organizacionales y sociales hacia la obtención de la productividad sino a la disciplina y control de la fuerza de trabajo (Novick, 2000) y favorecía la regulación pública del contrato y de las relaciones de trabajo. El mercado de trabajo que se configura a partir de este patrón de desarrollo tuvo como eje estructurador el empleo formal que se configuró como un referente de la modernidad laboral (Perez Sainz, 2014). Si bien esta relación dual entre un empleador y un colectivo de trabajadores relativamente homogéneo no se aplicaba a todo el mercado de trabajo (dado que convivió con la permanencia de actividades informales y formas atípicas de trabajo), resultó hasta mediados de la década del 70 en un paradigma articulador.

La segunda institución importante en el proceso de desmercantilización es el Estado de Bienestar, en la medida en que, a través de diversas vías, permite que los individuos y sus familias puedan mantener un nivel de vida socialmente aceptable independientemente de la participación en el mercado de trabajo. Las formas estatales desarrolladas en América Latina en las décadas del 50 y 60 dieron lugar a grados relativos de seguridad social, si los comparamos con las formas en las cuales se institucionalizó la protección social en los países desarrollados.

Sin embargo, el consenso en torno al pacto keynesiano fue de corta duración y desde la década del 70 se evidencian profundas transformaciones estructurales derivadas de la conjunción de dos procesos: cambios en las formas de producción y modificaciones en las funciones y estructura del Estado de Bienestar. Desde las décadas del 70 y 80 las nuevas formas de organizar el tiempo, y en especial el tiempo de trabajo, se constituyen en una de las características centrales del nuevo capitalismo (Delfino, 2011). Así, ningún lugar es más revelador que el lugar de trabajo para examinar la estructuración del tiempo. A partir de entonces, el tiempo de trabajo se ha convertido en una estrategia empresarial central para estructurar y sincronizar el trabajo. Mingione (1993) considera que el neoliberalismo erosiona efectivamente los factores reguladores asociativos al debilitar el Estado Social y al promover cambios productivos que reorganizan las grandes estructuras industriales (externalización, deslocalización, subcontratación, etc.), fragilizando a su vez el modelo de regulación laboral basado en acuerdos de contrapartidas entre empresarios y sindicatos.

En América Latina la crisis de este modelo de desarrollo se dio en el marco del quiebre de los regímenes democráticos en buena parte del continente y con el descentramiento de la industria en tanto rama de la producción dinamizadora del desarrollo. La crisis de los 80 y los programas de ajuste estructural dieron lugar a múltiples transformaciones en el mundo asalariado. Los cambios en la legislación laboral dieron lugar a la precarización de las relaciones salariales, reducción de la estabilidad en el empleo público, baja de los costos de contratación y despido, alivio de las responsabilidades de los empleadores frente a accidentes de trabajo y quiebras empresariales, generalización del discurso de la empleabilidad como elemento central de las trayectorias ocupacionales.

Estudios recientes sobre plataformas digitales han resaltado el papel determinante de los algoritmos para automatizar la recopilación de datos en tiempo real y la toma de decisiones poniendo en discusión la lógica dominante y normativa emergente para estructurar y valorizar el tiempo en la economía bajo demanda mediada por plataformas. En este escenario, las empresas rediseñan profundamente los supuestos de la gestión empresarial cambiando radicalmente la forma de uso de la fuerza de trabajo y transformando también las formas de propiedad de los medios de producción. Así, los trabajadores no sólo utilizan sus propios medios de producción para ofrecer el servicio, sino que además todos los costos recaen sobre ellos. A su vez esta característica distintiva se enlaza con el retorno de un modelo de remuneración: el trabajo a destajo.

En este trabajo exploramos la hipótesis por la cual es posible considerar que uno de los aspectos centrales del control del proceso de trabajo en el marco de los modelos de la gestión algorítmica se da por la exacerbación de los mecanismos de intensificación e incremento de la velocidad del trabajo, los cuales se producen de forma conjunta con el proceso de eliminación de la porosidad de los tiempos de trabajo. El esquema de puntuación de los trabajadores y de construcción de los rankings (en los que tiene un lugar preponderante la calificación de los clientes) es el determinante del aumento de la velocidad y de la intensidad. A su vez la reintroducción del trabajo a destajo da lugar a la completa eliminación de los tiempos muertos o poros dentro del proceso de trabajo. Estos tres puntos de la temporalidad del trabajo son centrales para entender el funcionamiento del capitalismo de plataforma. A continuación, nos detendremos en cada uno de ellos.

Rankings, velocidad e intensificación

Dar cuenta de la forma en la cual el sistema asigna los pedidos nos permite entender varios elementos novedosos que incorpora el nuevo paradigma laboral introducido por la plataformización de la economía.

Tal como dimos cuenta en Delfino y Claussen (2020), en relación a las plataformas de reparto que operaban en la ciudad de Santa Fe, cada vez que un cliente realiza un pedido y este es aceptado por el comercio, el sistema detecta al repartidor mejor rankeado que se encuentra más cerca y le asigna el mismo. Una vez recibido el encargo, el repartidor puede aceptarlo o rechazarlo. En caso de que decida rechazarlo y sea el tercer pedido que no acepta, la aplicación es pausada, lo que implica que por un determinado tiempo el trabajador no recibirá nuevos pedidos. En caso de que decida aceptarlo, se habilita un reloj en el cual el repartidor puede ir viendo el tiempo que le queda disponible para entregar el pedido. Si por alguna razón, una vez aceptado el pedido, el repartidor se detiene en su recorrido por unos minutos (robo, accidente, ayudar algún compañero, etc.), se les envía un mensaje por la aplicación consultándole la razón por la cual se encuentra detenido. Si pasados unos minutos continúa sin moverse, la aplicación del repartidor es pausada y su pedido asignado a otro trabajador. Una repartidora de 24 años de la ciudad de Santa Fe que combinaba el trabajo de entregas con los estudios, relata una situación de este tipo de esta manera[3]:

> ¿Qué pasa si tenés un problema de salud o un accidente mientras realizás una entrega y te negás a concluir esa entrega?
> Cuando yo tuve el accidente no pasó nada. Es decir, yo iba con una entrega, estaba a unas dos cuadras de llegar, tuve un accidente. Y bueno, mientras estaba en el medio del piso lo que más me importaba era hablar con PedidosYa. Me comuniqué con soporte, que ahí sí en ese momento es en línea. Y les comuniqué lo que me había pasado, les saqué foto al pedido que estaba todo roto y me lo cancelaron. Y ahí no pasó nada, la misma aplicación me pausó el horario de trabajo y ya está, digamos.

La cantidad de pedidos que los repartidores realicen, no es un tema menor, ya que esto no solo determina los ingresos que recibirán, sino también y,

3. Delfino y Cuatrin Sperati (2025).

fundamentalmente, la posición en el ranking en la cual se encontrarán. Para entender esto, debemos tener en cuenta que la aplicación, instalada en el teléfono celular del repartidor, se encuentra constantemente recabando datos sobre su desempeño. A partir de esta información, el sistema elabora un ranking, el cual está, básicamente, vinculado al desempeño de los trabajadores (aun cuando están presentes algunas diferencias entre las distintas empresas). Si bien los repartidores no conocen todos los elementos que determinan su inclusión en cada uno de los grupos o niveles que conforman el ranking, entre los más importantes se encuentran: la cantidad de viajes promedio por hora, la puntuación que los clientes otorgan al servicio prestado, las sanciones recibidas por llegadas tardías pedidos rechazados, entre otros. De este modo, mientras mayor sea la cantidad de pedidos realizados y menor el tiempo de entrega, los pedidos rechazados y las sanciones, mayor será el nivel en el cual el repartidor será asignado. Un repartidor de la ciudad de Santa Fe, de 28 años y que tiene el trabajo de reparto a través de plataformas como su fuente de ingresos exclusiva, comenta[4]:

> ¿Vos aceptás todos los pedidos o cómo manejas ese tema?
> Sí, porque yo cuido rotundamente el ranking, así que… sí… acepto todo y después defino qué hago.
> ¿Qué sería definís qué haces?
> Veo si es muy lejos. Yo, por ejemplo, trato de no ir tan al norte. Así que si es muy al norte reasigno o le mando a Soporte que si me lo puede sacar. O por ahí nosotros tenemos el Market, que es el súper de PedidosYa. Y te puede tocar un pedido donde tenés que llevar un pack de gaseosa de litro y medio o de dos litros y cuarto que yo no lo llevo ni loco.
> ¿Porque te mata?
> Sí, sí, sí, sí, sí. Te sobrecargan y es imposible.
> Y entonces, ¿qué pedís o qué decís? ¿Qué reasignás? ¿Cómo es?
> Nosotros por turnos tenemos dos reasignaciones. Es decir, como que lo liberás al pedido, se lo pasás a otro cadete. Dos por turnos y creo que a las dos horas nos devuelven una y así.
> Ah, ¿o sea que tenés ese margen, sin rechazar?
> Sí, sí, sí, sí.

4. Delfino y Cuatrin Sperati (2025).

Del relato de los trabajadores, surge que, el modelo incorpora un sistema de reputación basado en la codificación y el seguimiento de las acciones de los trabajadores (el sistema asigna las tareas, pero también monitorea en tiempo real la realización de cada una de ellas, su velocidad, los movimientos realizados, etc.)[5] y también posee un mecanismo de retroalimentación con los clientes ya que estos pueden evaluar, a través de una calificación, el servicio recibido una vez finalizada la transacción. De esta forma, el trabajador no se encuentra solamente vigilado por la empresa sino también por los clientes. Chen y Sun (2020) usan la noción de *arbitraje temporal* para dar cuenta del régimen de beneficiarse de la estratificación del valor del tiempo de las personas, un régimen que es inherente al capitalismo pero que ha sido acentuado por la economía de los servicios bajo demanda mediada por plataformas. Este orden temporal diferencial explota el trabajo y el tiempo de un grupo de personas para apoyar la gestión del tiempo y el estilo de vida sin espera de otro grupo más privilegiado. El arbitraje temporal normaliza las expectativas culturales del cliente para el cumplimiento de servicios cronometrados y estrechamente monitoreados y de trabajadores que realizan sus tareas de una manera cada vez más frenética y fragmentada.

De lo anterior se deriva que la gestión algorítmica de los trabajadores es posible, a partir de las calificaciones automáticas que los mismos construyen. Esas calificaciones están basadas en una serie de ponderaciones, tanto de los clientes como de la performance del trabajador (tiempos de entrega, rechazo/aceptación de pedidos, incumplimiento de normativas de la empresa). Todo esto va asignando una calificación al trabajador que determinará su nivel de exposición a la plataforma y, por ende, la cantidad de ofertas de trabajo que el trabajador obtenga en el futuro. Sin embargo, que los algoritmos sean automáticos no suponen que estén exentos de una lógica. La lógica es la obtención del lucro a bajo costo, en un tiempo reducido y anclada en el uso masivo e intensificado de la mano de obra.

Estas consideraciones dan lugar a un punto central, la intensificación del trabajo es el resultado de determinadas prácticas gerenciales facilitadas por la tecnología y no un efecto puro de los propios dispositivos. Tal como señala Wajcman (2017), las tecnologías no son fuerzas autónomas

5. Möhlmann y Zalmanson (2017) consideran al seguimiento constante del comportamiento de los trabajadores y la evaluación del desempeño de los mismos como elementos centrales del modelo de gestión algorítmica.

que determinan la organización del trabajo, sino que ellas mismas se ven afectadas por la relación capital-trabajo. Las TICs incrementan la capacidad de las empresas de controlar los flujos de trabajo y mejorar la coordinación y la supervisión del rendimiento de los trabajadores, especialmente cuando el personal está fuera de la oficina. Se observa así, de forma clara, la capacidad de las tecnologías digitales y, particularmente, de la gestión algorítmica de reestructurar dimensiones temporales del trabajo.

En el marco de las economías de plataforma, la gestión algorítmica posibilita exacerbar una serie de prácticas laborales "*just in time*": la medición y el control automatizado de la mano de obra permiten una precisión excepcional en el calendario de tareas y la adecuación de los niveles de personal a las demandas de trabajo (Piasna, 2024). Para Piasna (2024), la gestión automatizada del trabajo es el último paso hacia la optimización de la eficiencia en la gestión de los trabajadores. El sistema, asigna tareas y también monitorea la realización de cada una de ellas en tiempo real, su velocidad y los movimientos realizados por los trabajadores. Asimismo, incorpora un sistema de reputación basado en la codificación y el seguimiento de las acciones de los trabajadores y también posee un mecanismo de retroalimentación con los clientes, ya que estos pueden evaluar a través de una calificación el servicio recibido una vez finalizada la transacción.

Esta característica del proceso de intensificación del trabajo en la cual los clientes juegan un rol decisivo no es un proceso que se inicia con las modalidades de gestión algorítmica, sino que forma parte de un proceso de más larga data asociado a la expansión y las transformaciones del sector servicios. Para De la Garza (2009), se trata de relaciones laborales triádicas entre trabajadores, clientes y empresarios, en las cuales el cliente interviene en el control de los tiempos de producción y en la calidad del producto. La adaptación a las necesidades del cliente parece ser la fórmula con la que se legitiman las renovadas exigencias de disponibilidad e incremento de los ritmos de trabajo (Rubery et al., 2005).

Como es posible observar, la multitud de consumidores desempeña un papel fundamental ya que, para garantizar el éxito de las interacciones, las plataformas se basan en mecanismos de retroalimentación como el sistema de calificaciones. Estos sistemas otorgan un lugar central a la evaluación de los clientes-consumidores, los mismos realizan sus evaluaciones teniendo en cuenta la calidad del servicio que han recibido

de los repartidores, en términos de puntualidad, cordialidad, eficiencia y calidad de productos entregados. Este mecanismo toma la forma de una "evaluación tercerizada", e incluso fue visto como una forma de trabajo no remunerado y casi ni percibido, realizado por los clientes-consumidores que actúa retroalimentando el sistema. Los sistemas basados en las aportaciones del cliente son útiles para las empresas a fin de mejorar la calidad del servicio que ofrecen y porque las calificaciones que los usuarios realizan sobre el desempeño de los repartidores son un mecanismo de control gerencial y garantía de calidad que utilizan las plataformas. Las empresas delegan amplias funciones de control en sus clientes, pero luego utilizan la información que estos generan para tomar decisiones sobre los trabajadores.

De esta forma, el trabajador no se encuentra solamente vigilado por la empresa sino también por los clientes. Estas evaluaciones, materializadas en puntos y clasificaciones, se convierten en complejos sistemas de premios y castigos, en los que los trabajadores pueden sufrir desactivaciones temporales o permanentes y, por consiguiente, la pérdida de las asignaciones de trabajo.

Así, los métodos tradicionales para evaluar la calidad y el desempeño del trabajador son reemplazados por sistemas de calificación que se convierten en un indicador crucial del rendimiento de la plataforma y son vitales para el éxito del algoritmo (Mohlmann y Zalmason, 2017). Este método de control permite a las empresas reducir costos de gestión de la fuerza de trabajo, situación que contribuye a la acumulación del capital. Así, las continuas contribuciones de los usuarios proporcionan un flujo de ingreso de datos que procesados algorítmicamente son incorporados al sistema de clasificación o ranking que utilizan las empresas para determinar la cantidad de ofertas de trabajo que el trabajador obtenga en el futuro. Para Wood et al. (2019), los sistemas de reputación son los mecanismos de control más eficientes en este tipo de entornos marcados por relaciones laborales que no son próximas y son de baja confianza.

En trabajos anteriores (Delfino y Claussen, 2023; Delfino 2025 en prensa) dimos cuenta de la existencia de al menos dos mecanismos de intensificación del proceso de trabajo de las plataformas de reparto bajo demanda: los sistemas de alertas y el sistema de rankings y asignación de pedidos.

Los sistemas de alertas son sistemas internos a cada uno de los pedidos que se procesa a través de la plataforma. Del relato de los repartidores

surge que este sistema está conformado por dos alertas consecutivas que se ejecutan desde que el pedido ingresa a la plataforma hasta que el mismo es entregado. Una primera alerta o notificación es recibida por el repartidor mejor rankeado que se encuentra en la zona del local comercial y que recibió y aceptó el pedido de un cliente a través de la plataforma. Una vez recibida esta notificación el trabajador tiene 60 segundos para aceptar o rechazar la entrega. En caso de rechazar tres pedidos seguidos, la empresa-plataforma pausa al repartidor durante un determinado período y este, por lo tanto, no podrá tomar pedidos. En caso de aceptarlo, se activa un reloj que va mostrando el tiempo que le queda al repartidor disponible para llegar al local comercial donde el producto le será entregado. Si por alguna razón, como puede ser un robo o un accidente, el repartidor detiene su marcha, el sistema le envía una advertencia como forma de registrar el motivo de la demora. Si transcurrido un tiempo este continúa detenido, la aplicación cancela el pedido otorgándoselo a otro repartidor. Una segunda alerta se activa en el trayecto entre el establecimiento donde el trabajador recoge el pedido y el lugar donde deberá ser entregado.

El seguimiento de los trabajadores en tiempo real habilitado por las tecnologías digitales se utiliza como una especie de "control remoto" y de "disciplina del tiempo" de los trabajadores de servicios. Estos sistemas de alertas en las plataformas de reparto bajo demanda constituyen la materialización de los mecanismos desarrollados para satisfacer las expectativas temporales de los clientes, que están orientadas a la satisfacción inmediata o anticipada. La inmediatez y la conveniencia del servicio disfrutado por el consumidor se producen a expensas del tiempo de los trabajadores (Chen y Sun, 2020). La reducción del tiempo de entrega se logra a través de los diseños algorítmicos y de políticas de gestión que vinculan las remuneraciones de los repartidores a su puntualidad.

La intensificación de los ritmos de trabajo a través del sistema de alertas se entrelaza con el sistema de rankings y asignación de pedidos. Las plataformas recompensan la puntualidad y castigan los atrasos a partir de la introducción de un complejo sistema de premios y castigos. Además de la puntualidad, el ranking se conforma con información referida a la prestación de servicio en horas picos, el nivel de aceptación de pedidos, la cantidad de horas trabajadas y, tal como señaláramos, la calificación de los clientes.

Dentro del sistema, aquellos trabajadores mejor rankeados tienden a recorrer distancias más cortas y ser asignados a locales con menor tiempo de espera, lo que les permite también aceptar una mayor cantidad de pedidos y permanecer o ascender de grupo y/o nivel en el ranking. En este sentido, el trabajador se encuentra condicionado a reducir los tiempos de descanso al mínimo, tomar la mayor cantidad de pedidos y realizarlos en el menor tiempo posible, con el fin de no ver afectada negativamente su posición en el ranking (Delfino y Claussen, 2023).

Tal como venimos señalando, los algoritmos imponen condiciones de funcionamiento según modalidades rígidas y predeterminadas de ejecución de tareas, pero también dejan a los trabajadores márgenes de autonomía en la definición de los tiempos y algunas de las modalidades o formas de sus actividades laborales.

Diferentes investigaciones dan cuenta que los trabajadores de las plataformas de reparto valoran la autonomía, la libertad y la flexibilidad en el establecimiento de las horas o jornada de trabajo; así como también la ausencia de un "jefe directo". De nuestras entrevistas con repartidores de la ciudad de Santa Fe realizadas en 2024, surgió que ¾ de los entrevistados reconoce haber optado por esta actividad por la flexibilidad del horario de trabajo, lo que le permitiría la conciliación con otro tipo de actividades (tales como los estudios). En una proporción similar, los y las entrevistados manifiestarán estar completamente de acuerdo con la idea de que "el repartidor es un emprendedor que trabaja haciendo su jornada y su salario de forma autónoma"[6]. Estas valoraciones se despliegan en sintonía con la narrativa corporativa o empresarial y se observa tanto en trabajadores de aquellas empresas donde la dinámica formal de establecimiento del tiempo de trabajo se estructura en torno al logueo libre, como en aquellas otras donde los repartidores deben seleccionar una franja horaria previamente. Esta convergencia ha suscitado un debate fundamental sobre la penetración "acrítica" del discurso corporativo entre los trabajadores y sobre la producción activa de estas experiencias por parte de las plataformas (Mora-Salas, Delfino y Véras de Oliveira, 2024; Delfino, 2025 en prensa).

Para Chicchi y Marrone (2024), esta aparente paradoja - entre las rígidas imposiciones de los algoritmos y los determinados márgenes de libertad que poseen los trabajadores – muestra una de las características clave del

6. Delfino y Cuatrin Sperati (2025).

trabajo de plataforma. Las tecnologías digitales tienen la peculiar capacidad de establecer una estrecha relación entre las inclinaciones proactivas de la subjetividad de los trabajadores y la ejecución "objetiva" de las tareas. Esta relación también determina la formación de una condición subjetiva sin precedentes que resulta, por un lado, de la presión de la subordinación algorítmica a los ritmos y tiempos del proceso laboral y, por otro, del mandato de asumir una ocupación formal por cuenta propia. Desde la perspectiva de los autores, el punto crucial de la formación de la subjetividad 4.0 parece ser, por lo tanto, la intensa confusión de la distancia entre una obediencia operativa ciega y un imperativo imperioso de autonomía subjetiva[7]. Así, la nueva postura subjetiva del trabajador de plataforma fluctúa entre una condición de rígida obediencia a los imperativos procedimentales de los algoritmos y la búsqueda de una carrera autónoma e individualizada; lo cual toma la forma paradójica de la subordinación en la autonomía.

Esta nueva subjetividad se inscribe sin lugar a dudas en el proceso de desafiliación social generado por la crisis de la sociedad industrial y está propiciando una creciente despolitización del trabajo; es decir, la omisión sistemática de la capacidad de hacer pensable la conexión entre vulnerabilidad laboral y relaciones políticas de desigualdad (Rodríguez López y Borges Gómez, 2018; Serrano Pascual y Fernández Rodríguez, 2018).

Asimismo, y tal como señaláramos en Mora-Salas, Delfino y Véras de Oliveira (2024) y en Delfino (2025, en prensa), el malestar ante una estructura temporal rígida que imponía la sociedad industrial ya estaba presente en investigaciones que intentaban dar cuenta de los efectos sociales y personales del desempleo masivo en la gran crisis de 1930. Para América Latina y en épocas más recientes, Mora-Salas y Oliveira (2022) han documentado el hastío de los jóvenes ante la rutina impuesta por el modelo de organización del trabajo taylorista y por la rigidez horaria propia de este tipo de régimen productivo. La monotonía laboral que conduce al tedio, los horarios por turnos que invaden el tiempo de ocio y alteran la vida cotidiana, las diferentes formas de maltrato por parte de los empleadores y la falta de alternativas ocupacionales llevaban a los jóvenes a esperar el despido como forma de superar el trabajo rutinario y fantasear con la posibilidad de emprender un negocio propio.

7. Las "contradicciones sociales escondidas en las prácticas flexibles" ya habían sido señaladas por Dal Rosso (2017), para quien la construcción de un orden moral cargado de dilemas, contradicciones y desórdenes para los trabajadores se presenta como una característica más general del capitalismo flexible.

Pago a destajo y eliminación de los poros en el proceso de trabajo

Tal como señalamos, la relación de trabajo asalariada característica del régimen fordista estableció límites vinculados con el tiempo de trabajo en relación con dos aspectos: a) el salario que reciben los trabajadores y el esfuerzo o tiempo de trabajo requerido para la obtención de ese salario; y b) la parte del día, semana o año que se encuentra bajo el control del empleador. Este régimen temporal comenzó a erosionarse a partir de la década del 70, cuando las nuevas formas de producción dieron lugar a cambios sustantivos en las formas de organización del tiempo de trabajo. La desestandarización, diversificación y heterogeneización de la jornada se presentan como las tendencias centrales de este proceso (Delfino, 2011 y 2022). Así, el trabajo gestionado algorítmicamente representa un siguiente paso en las transformaciones en el tiempo de trabajo que comenzaron a esbozarse en la década del 70 y se evidenciaron con mayor fuerza a partir de la década del 90.

En la base de estas transformaciones no se encuentran sólo factores tecnológicos, sino también productivos y socio-institucionales. Tal como señala Wajcman (2017), las tecnologías que interactúan con las instituciones existentes, las condiciones estructurales y las ideologías de gestión fueron las que dieron lugar al surgimiento de nuevas tendencias en relación al tiempo de trabajo o a la profundización de procesos de más larga data.

En el marco del trabajo gestionado algorítmicamente, una primera tendencia del tiempo de trabajo está dada por el criterio central para la delimitación de la jornada. El mismo está basado en la constante adecuación a la demanda, promoviendo la profundización del proceso de desestandarización o flexibilización de la jornada de trabajo presentes desde la década del 70[8]. Así, la mano de obra toma la forma de un ejército de trabajadores bajo demanda, los cuales están disponibles para el trabajo, pero sólo son reclutados cuando son necesarios. A su vez sólo son remunerados cuando efectivamente realizan un trabajo o un reparto. La remuneración se vincula únicamente a la realización de tareas específicas, dejando sin remunerar otras actividades necesarias relacionadas con el trabajo (esperas, capacitaciones, períodos en los que la plataforma no funciona de forma correcta, etc). Este aspecto del proceso de mercantilización del trabajo que conlleva tiempos de trabajo no remunerado ha sido denominado por

8. Desarrollamos en profundidad esta tendencia en Delfino y Claussen (2023) y en Delfino (2025, en prensa).

diversos autores como "trabajar para trabajar" (work-for-labour) (Wood et al., 2019). En este sentido Cingolani (2022), señala que el capital lleva al límite la idea de "pagar sólo por el tiempo trabajado", transfiriendo a los trabajadores autónomos lo que Marx denominó "los falsos costos del trabajo": todo aquello necesario para prepararse para el trabajo y lo que lo precede. Por su parte, Abdelnour y Bernard (2018) son taxativas cuando señalan que las plataformas movilizan a los trabajadores sin pagarles.

En oposición al modelo centrado en las horas, en el cual ese tiempo es percibido como continuo, la automatización de las funciones organizativas y de gestión de la mano de obra, posibilitan maximizar la eficacia eliminando el tiempo improductivo o inactivo de las horas del tiempo remunerado. El tiempo del reloj o las propias tareas de trabajo ya no son entonces los únicos puntos de referencia para estructurar y organizar la provisión de trabajo (Piasna, 2024).

En el análisis de Piasna (2024), el nuevo tiempo de trabajo derivado de la gestión algorítmica es un tiempo fragmentado, atomizado y puntuado; es decir, un mosaico de unidades cada vez más cortas de tiempo remunerado programadas en patrones irregulares y discontinuos según la demanda empresarial y entrelazadas con períodos de tiempo no remunerados. El ajuste entre la oferta y la demanda se consigue, fundamentalmente, por la atomización del tiempo; es decir, la descomposición de las unidades temporales en pequeñas porciones. El tiempo de trabajo ya no supone bloques de tiempo diarios, ni siquiera horas, sino que presenta una forma extrema de fragmentación. Este ajuste solo es posible gracias a la recopilación y gestión de grandes cantidades de datos a través de la tecnología digital: algoritmos y sistemas basados en IA. Estos sistemas basados en la IA no sólo permiten manejar ese mosaico de tiempo, sino también incorporar a las decisiones de programación una gran cantidad de datos tales como previsiones meteorológicas, días feriados y/o festivos, promociones en comercios, entre otros. En el tiempo atomizado, la idea no es sólo descomponer las actividades laborales en pequeños intervalos de tiempo, sino también exprimir el tiempo concedido a cada tarea, aumentando así la eficacia y la intensidad del trabajo.

Así, la remuneración de los trabajadores depende de cada tarea puntualmente realizada. Para obtener mayores ingresos, el trabajador debe realizar una gran cantidad de trabajos, los cuales, en última instancia, dependen de la cantidad de horas trabajadas y pedidos disponibles y aceptados. Dicha

remuneración se halla, en principio, determinada implícita o explícitamente por la disponibilidad temporal del trabajador. El trabajo a destajo actúa incentivando ritmos más frenéticos de trabajo y mayor disponibilidad a la vez que torna innecesarias las formas directas de supervisión y control.

En el caso de los trabajadores de plataformas de reparto bajo demanda, el pago efectuado es por entrega realizada, pero, a diferencia de otras formas de pago a destajo, por cada servicio los trabajadores pueden recibir un monto diferente, en tanto las tarifas cambian de acuerdo a "multiplicadores" ejecutados de forma unilateral por las plataformas. Según la OIT, las tareas que se desarrollan hoy en ese ámbito están regenerando "prácticas laborales que se remontan al siglo XIX" y prefiguran "futuras generaciones de jornaleros digitales" (López Mourelo, 2020).

Ya señalamos que el proceso de intensificación del trabajo se podría producir por una doble vía: un incremento en el ritmo de trabajo o una disminución de los poros (los tiempos "muertos") que se producen en el tiempo de trabajo. Sin embargo, la forma de intensificación que aquí se produce es diferente, ya que, si bien se mantiene la vía del incremento del ritmo de trabajo, este no se combina con la disminución o reducción de la porosidad sino con un traslado a la mano de obra de los riesgos y los costos asociados a la ineficiencia del uso del tiempo, dando lugar a la absoluta eliminación de la porosidad. El proceso de intensificación, entonces se produce por la doble vía del incremento de los ritmos y su combinación con la disponibilidad temporal. Este tiempo "ocioso" es excluido del cálculo de la remuneración del trabajador ya que sólo son remuneradas aquellas unidades de tiempo en que la demanda se ajusta estrechamente a la oferta.

A diferencia de la norma de tiempo de trabajo de compromiso fordista, en el régimen temporal del trabajo gestionado por algoritmos los tiempos de las interacciones sociales, de la reproducción y de la recuperación de energía de los trabajadores son tiempos expulsados del cálculo de la remuneración. La gestión automatizada convierte a la fuerza de trabajo en mero factor de producción, dando lugar a lo que Piasna (2024) denomina "mercantilización del trabajo".

Así, la disponibilidad temporal de los trabajadores juega un doble rol: por un lado, la disponibilidad temporal no remunerada permite una reducción de costos sin precedentes; por el otro, otorga fiabilidad y previsibilidad a los clientes, en la medida que la disponibilidad de los trabajadores debe cubrir el período durante el cual una actividad remunerada puede potencialmente

ser programada y debe ser suficiente para responder cualquier repunte repentino de la demanda. Estos mecanismos son sustentados en por lo menos tres elementos: el carácter de autónomos de los trabajadores (es decir, su forma contractual), la escasa remuneración de las tareas realizadas (es decir, la explotación salarial) y la competencia entre trabajadores.

A manera de cierre

La búsqueda del capital por aumentar los rendimientos del trabajo, ha sido una preocupación constante desde los albores del capitalismo. Desde entonces, diferentes estrategias se han establecido para el control del tiempo y el espacio de trabajo, las cuales propiciaban un mayor compromiso de los trabajadores y de las máquinas. Así, el taylorismo puede identificarse con un principio de imposición de los tiempos de producción. De esta forma se obtiene un mayor compromiso de los trabajadores a través de la intensificación del trabajo; es decir, a través del aumento cuantitativo de gestos productivos en el tiempo de trabajo.

A partir de los nuevos sistemas de producción, la búsqueda del rendimiento del trabajo se mantiene, así como también el control sobre los trabajadores y la calidad del producto, sólo que en el marco de una mayor flexibilidad y adaptabilidad de la producción a las variaciones de la demanda. A su vez, las décadas del 80 y 90 del siglo pasado marcan una nueva etapa del proceso de intensificación del trabajo, el cual no ha desaparecido del sector industrial, sino que de forma conjunta se extiende al sector servicios. Esta nueva etapa del proceso de intensificación tiene lugar a partir de distintos mecanismos. Por un lado, es posible observar ritmos impuestos por la organización industrial o burocrática, tales como los horarios de producción, la distribución de los productos y la cadencia de las maquinarias. Por otro lado, existen una serie de imposiciones temporales provenientes de la esfera del mercado, entre ellos la atención inmediata a la demanda y contacto con los clientes y el público. Se conjugan entonces exigencias internas a las organizaciones y exigencias de la demanda (el cliente).

De esta manera, partiendo de considerar, tal como lo hizo Coriat (1999), que la intensificación de los ritmos de trabajo es el corazón mismo de la creación de valor, a lo largo de este capítulo nos preguntamos ¿Qué características asumen estos procesos en el trabajo controlado por plataformas específicamente de reparto?

Históricamente los mecanismos que dieron lugar a la intensificación de los ritmos de trabajo fueron, por un lado, el incremento en el ritmo de trabajo y por el otro la disminución de los poros (los tiempos "muertos") que se producen en el tiempo de trabajo. Dimos cuenta en este trabajo que, si bien se mantiene el proceso de incrementar el ritmo y la velocidad del trabajo, esto se conjuga con la absoluta eliminación de los poros (y no sólo su reducción), en un mecanismo que trasladó a la mano de obra los riesgos y los costos asociados a la ineficiencia del uso del tiempo.

Referências

ABDELNOUR, S.; BERNARD, S. Vers un capitalisme de plateforme? Mobiliser le travail, contourner les régulations. *La Nouvelle Revue du Travail*, 13, 2018.

BRITOS, N. La desmercantilización en la gramática de la crítica a la dominación en Primer Foro Mundial del Pensamiento Crítico/8ª Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Buenos Aires, del 19 al 23 de noviembre, 2018.

CASTEL, R. *La metamorfosis de la cuestión social*. México: Paidós, 1997.

CASTEL, R. Vulnerabilidad social, exclusión: la degradación de la condición salarial. In: Jorge Carpio; Irene Novacovsky (Comps.). *De igual a igual. El desafío del Estado ante los nuevos problemas sociales*. Buenos Aires: FCE, Secretaría de Desarrollo Social de la Nación, 1999.

CHEN, J. Y.; SUN, P. Temporal arbitrage, fragmented rush, and opportunistic behaviors: The labor politics of time in the platform economy. *New Media & Society*, 22(9), p. 1561-1579, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1461444820913567>

CHICCHI, F.; MARRONE, M. Digital labour, informal unionism and the rise of a new workers' subjectivity. In*: Capitalism in the Platform Age*: Emerging Assemblages of Labour and Welfare in Urban Spaces. Cham: Springer International Publishing, 2024, p. 115-130.

CINGOLANI, P. Conclusion. Les plateformes numériques: entre dérégulation, requalification et formes de vie. In: Carelli, Rodrigo; Cingolani, Patrick; Kesselman, Donna (Eds.). *Les travailleurs des plateformes*

numériques. Regards interdisciplinaires. Buenos Aires: Teseo Press, 2022. Disponível em: <https://cnam.hal.science/hal-03681459>

CORIAT, B. *Pensar pelo Avesso*. O modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janiero: Editora da UFRJ/Revan, 1994.

DAL ROSSO, S. A teoria do tempo de trabalho. *Sociedade e Estado*, v. 11, n. 2, p. 295-320, 1996.

DAL ROSSO, S. *O ardil da flexibilidade*: os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

DE LA GARZA TOLEDO, E. Hacia un concepto ampliado de trabajo. In: Neffa, Julio Cesar; Toledo, Enrique De La Garza; Terra, Leticia Muñiz (Eds.). *Trabajo, empleo, calificaciones profesionales, relaciones de trabajo e identidades laborales*. Buenos Aires: CLACSO-CAICyT, 2009. p. 221-245.

DELFINO, A. Las transformaciones en el mundo del trabajo desde la óptica temporal. Un tiempo con nuevos tiempos. *Revista Colombiana de Sociología*, v. 34, n. 1, p. 86-101, 2011.

DELFINO, A. Tiempo, trabajo y pandemia: ¿Qué hay de nuevo, viejo? In: Pérez, Pablo Ernesto y Busso, Mariana (Coords.). *Economía, trabajo y pandemia: apuntes sobre modelo productivo y mercado laboral en Argentina*. Temperley: Tren en Movimiento, 2022. p. 221-245.

DELFINO, A. Regímenes de tiempo en el trabajo gestionado por algoritmos: flexibilidad, intensificación de los ritmos y disponibilidad temporal. In: Vega, Carlos Alba; Mora-Salas, Minor; Bridi, Maria Aparecida (Coords.). *Debates y miradas sobre el capitalismo de plataformas en América Latina*. México: CDMX, El Colegio de México, (2025, en prensa).

DELFINO, A.; CLAUSSEN, P. Nuevas institucionalidades laborales y condiciones de trabajo: el caso de los trabajadores de plataformas de reparto a domicilio en la ciudad de Santa Fe, Argentina. In: Vettorasi, A. ; Sofiati, F. *Dimensões do trabalho na contemporaneidade*. Goiânia: Cegraf UFG, 2020, p. 151-175. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/Dimens%C3%B5es_do_trabalho.pdf>

DELFINO, A.; CLAUSSEN, P. Algoritmos y temporalidades sociales. Un análisis de las permanencias, transformaciones y reconfiguraciones del tiempo de trabajo en plataformas bajo demanda en Argentina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 11, n. 29, set.-dez. 2023.

DELFINO, A.; CUATRIN SPERATI, E. *Informe de investigación [recurso eletrônico]*: relações de trabalho em plataformas digitais em contextos periféricos: fator de repadronização na América Latina? Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2025.

FRASER, N. Can Society be Commodities All the Way Down? Post-Polanyian Reflections on Capitalist Crisis. *Economy and Society*, 43(4), p. 541-58, 2014.

LÓPEZ MOURELO, E. *El trabajo en las plataformas digitales de reparto en Argentina*: análisis y recomendaciones de política. Oficina de País de la OIT para Argentina, octubre 2020.

MINGIONE, E. *Las sociedades fragmentadas*. Una sociología de la vida económica más allá del paradigma del trabajo. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1993.

MÖHLMANN, M.; ZALMANSON, L. Hands on the wheel: Navigating algorithmic management and Uber drivers' autonomy. *In: Proceedings of the International Conference on Information Systems (ICIS 2017),* Diciembre 10-13, Seoul, Corea del Sur, 2017.

MORA-SALAS, M.; DELFINO, A.; VERÁS DE OLIVEIRA, R. Presentación del dossier. El capitalismo de plataformas en América Latina: trazos visibles y horizontes probables. In: Dossier "Trabajo y trabajadores en plataformas digitales en América Latina". *Estudios Sociológicos de El Colegio de México*, Dossier 24/2, v. 42, 2024. Disponible en: <https://estudiossociologicos.colmex.mx/index.php/es/dossier>

MORA-SALAS, M.; OLIVEIRA, O. de. *Entre la desilusión y la esperanza*: jóvenes en una sociedad desigual. México: El Colegio de México, 2022.

NEFFA, J. C.; BOYER, R. La forma institucional relación salarial y su evolución en la Argentina desde una perspectiva de largo plazo. In: Neffa, Julio César; Boyer, Robert (Coord.). *La economía argentina y su crisis.* Buenos Aires: Miño y Davila/Trabajo y Sociedad/CEIL-PIETTE, 2004. p. 123-147.

NOVICK, M. La transformación de la organización del trabajo. In: De la Garza, Enrique (Coord.). *Tratado Latinoamericano de Sociología del Trabajo*. Ciudad de México: El Colegio de México, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Universidad Autónoma Metropolitana, Fondo de Cultura Económica, 2000, p. 123-147.

PÉREZ SÁINZ, J. P. *Mercados y bárbaros*: la persistencia de las desigualdades de excedente en América Latina. San José: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2014.

PIASNA, A. Algorithms of time: How algorithmic management changes the temporalities of work and prospects for working time reduction. *Cambridge Journal of Economics*. v. 48, Issue 1, p. 115-132, 2024.

POSTONE, M. *Tiempo, trabajo y dominación social*. Una reinterpretación de la teoría crítica de Marx. Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y Sociales, 2006.

RODRÍGUEZ, R.; BORGES, Efrén. El perfil del emprendedor. Construcción cultural de la subjetividad laboral postfordista. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, 36(2), p. 265-284, 2018.

RUBERY, J.; WARD, K.; GRIMSHAW, D.; BEYNON, H. Working Time, Industrial Relations and the Employment Relationship. *Time and Society*, 14 (1), London, UK: Sage, 2005.

RUBERY, Jill; GRIMSHAW, Damian; KEIZER, Arjan; JOHNSON, Mathew. Challenges and Contradictions in the "Normalising" of Precarious Work. *Work, Employment and Society*, 32 (3), p. 509-27, 2018.

SERRANO, A.; FERNÁNDEZ, C. J. De la metáfora del mercado a la sinécdoque del emprendedor: la reconfiguración política del modelo referencial de trabajador. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, 36(2), p. 207-224, 2018.

WAJCMAN, J. *Esclavos del tiempo*. Vidas aceleradas en la era del capitalismo digital. Ciudad de México: Paidós, 2017.

WELLER, J. Los retos de la institucionalidad laboral en el marco de la transformación de la modalidad de desarrollo. *Serie Reformas Económicas* (10). Santiago de Chile: CEPAL, LC/L.1158, noviembre, 1998.

WOOD, Al. J.; GRAHAM, M.; LEHDONVIRTA, V.; HJORTH, I. Networked but commodified: The (dis) embeddedness of digital labour in the gig economy. *Sociology*, 53(5), p. 931-950, 2019.

Laços de solidariedade nas plataformas digitais: reflexões sobre o trabalho por aplicativos a partir do "caso" de Campina Grande (PB)

Mario Henrique Guedes Ladosky

Introdução

O trabalho digital mediado por plataformas vem ganhando proporção cada vez maior na sociedade, em especial a atividade de entrega de comida, que crescentemente ocupa a paisagem urbana com suas motos e mochilas características. As diversas áreas de conhecimento relacionadas ao trabalho vêm se dedicando a estudar esse grupo em seus diversos aspectos. Este capítulo se propõe a contribuir com esses esforços a partir da seguinte questão: o que leva um trabalhador ou trabalhadora a atuar em plataformas digitais de entrega? A resposta mais rápida e simples que tem sido divulgada é a de que esses trabalhadores "preferem" o trabalho por conta própria, sem o registro na CLT, estando assim livres para empreender, aumentar sua renda e melhorar seu padrão de vida e de consumo. Mas o empreendedorismo realmente explica o trabalho nas plataformas digitais?

Por trás dessa pergunta, há antes um conjunto de autores que tem se dedicado a compreender a economia de plataformas e o tipo de relações sociais e laborais que ela enseja. Srnicek (2018) é um dos que mais tem se destacado nesse esforço, analisando o modelo de negócios das plataformas e como este se apoia na retórica neoliberal para legitimar práticas de desregulamentação. Kessler (2018) oferece um complemento a Srnicek, ao discutir como a economia de plataformas promove a ideia de que o seu fracasso ou sucesso depende do esforço individual, reforçando valores neoliberais. Ravenelle (2019), por sua vez, mostra como muitos trabalhadores de plataformas adotam uma mentalidade empreendedora ("hustler"), mesmo quando suas condições de trabalho são precárias.

Ludmila Abílio (2017; 2019) argumenta que o empreendedorismo de si está presente nas falas de trabalhadores, mas não como adesão ideológica plena, senão muitas vezes como uma forma de sobrevivência ou identidade prática. Grohmann (2020) aponta como os trabalhadores adotam discursos de autonomia e empreendedorismo, mas também convivem com experiências de controle algorítmico e precariedade. Para ele a retórica neoliberal das plataformas não é hegemônica e convive com formas de resistência e solidariedade. E, finalmente, embora não trate exclusivamente de plataformas, Gago (2018) oferece uma análise sofisticada de como a racionalidade neoliberal é apropriada de forma prática e tática por trabalhadores precarizados no Sul Global, inclusive em contextos urbanos populares. Seguindo essa linha, muitos têm se apropriado de sua análise para argumentar que os trabalhadores das plataformas digitais expressam esse neoliberalismo popular. Tais estudos, em geral, mostram tensões entre discurso e prática: o "empreendedorismo" aparece, assim, como discurso performado, mas não necessariamente internalizado de forma acrítica.

Para além do empreendedorismo e do neoliberalismo enquanto valores que podem ser introjetados e reproduzidos por muitos trabalhadores a partir do modelo de negócio das plataformas, há que se considerar também que o processo de trabalho das entregas por aplicativo digitais é fragmentado e disperso, pois cada entregador conecta-se à plataforma e recebe diretamente os pedidos, sem necessidade de interação com colegas para a realização do serviço, o que também se constitui um fator favorável e um terreno fértil para a formação daqueles valores.

Contudo, a nosso ver, os relatos dos/as entrevistados/as de Campina Grande nos dão margem para pensar que a entrada e a permanência deles no trabalho por aplicativos não ocorre devido a valores inculcados de um empreendedorismo neoliberal. Mesmo que tais valores possam estar de algum modo presentes em suas justificativas, compreende-se aqui que a participação deles no trabalho digital reflete mais uma situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho e a existência de redes de solidariedade, verificada tanto no momento de entrada na plataforma como na permanência deles neste trabalho. É por aí que os relatos colhidos na pesquisa conduzem à reflexão sobre a pergunta central aqui colocada.

Os dados empíricos que servem de base para a reflexão sobre a pergunta estão ancorados em 28 entrevistas com entregadores/as da cidade de

Campina Grande (PB), totalizando 52h11'57" de gravação no período de 23/08/2023 a 25/06/2024. Vale ressaltar que, apesar do riquíssimo acervo de depoimentos colhidos no trabalho de campo, os dados aqui abordados não têm qualquer validação estatística em termos de representatividade amostral do grupo entrevistado, utilizando-se de uma metodologia essencialmente qualitativa. A pesquisa faz parte do projeto "Relações de trabalho em plataformas digitais em contextos periféricos: fator de repadronização na América Latina?", coordenado pelo Prof. Roberto Véras de Oliveira (UFPB), financiado pelo CNPq, no âmbito da Chamada Pública MCTI/CNPq n. 14/2023, que agrupa equipes de universidades no Brasil, Argentina, Colômbia, México e Uruguai[1]. O conteúdo aqui desenvolvido foi apresentado pela primeira vez no Encontro Intermediário da ABET, realizado em novembro de 2024, em João Pessoa, na mesa "Trabalho plataformizado na América Latina", quando as reflexões que esse capítulo propõe ainda estavam muito embrionários.

O capítulo está organizado do seguinte modo: após essa introdução, a primeira seção apresenta brevemente um perfil dos/as entrevistados/as. Nas seções seguintes são trazidos alguns relatos dos/as entrevistados/as dentro de temas que nos acercam da pergunta sobre a qual este texto procura refletir. São eles: 1) a situação ocupacional dos/as entrevistados/as até o momento em que decidiram aderir ao trabalho de entrega de comidas por aplicativo; 2) as redes de relação entre os/as entregadores/as, que se expressa tanto no modo como eles passaram a conhecer e acessar a plataforma, como em situações cotidianas do trabalho, quando enfrentam situações imprevistas e infortúnios no qual contam com a ajuda mútua entre eles/as; e 3) as expectativas que eles tinham deste trabalho quando "fizeram essa escolha", ou quando foram levados a buscar a alternativa de renda nos aplicativos. Por fim, algumas considerações são delineadas sem qualquer pretensão de que sejam finais ou conclusivas, muito ao contrário: a reflexão que se propõe sobre a pergunta serve mais como uma hipótese a ser observada na continuidade da pesquisa e em publicações posteriores.

1. Além de mim, também fizeram parte da equipe de pesquisa em Campina Grande as professoras Marcia de Lima Pereira Couto e Luiza Dantas de Souza Lima Teixeira; e o discente Luiz Felipe Bezerra Lopes. Agradecemos o apoio de Rony Willams Frutuoso de Souza, doutor egresso do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS-UFCG).

Breve perfil socioeconômico de entregadores entrevistados em Campina Grande

É importante ressaltar como advertência o que está escrito no título dessa seção. Trata-se do perfil dos entregadores entrevistados, sem intenção de generalizar os dados para o conjunto dos motoboys da cidade. Entretanto, há uma congruência entre o perfil que essa pesquisa traçou dos/as entrevistados/as em Campina Grande e os dados que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) identificou na investigação sobre o teletrabalho e o trabalho de plataformas no Brasil, em 2022 (IBGE, 2023).

A pesquisa do IBGE sobre trabalhadores plataformizados (universo maior que o de entregadores por aplicativo, portanto) identificou que 81,3% deles são do sexo masculino; que 61,3% têm o ensino médio completo ou o superior incompleto; e que 48,4% estão na faixa etária de 25 a 39 anos.

Entre os/as entrevistados/as de Campina Grande, o perfil preponderante de entregadores também é de homens (75%); a maioria chegou somente à conclusão do ensino médio (72%) e outros 21% acessou o ensino superior, sem concluir. No período da entrevista, apenas uma entregadora estudava. Em termos de idade, a média era de 32,5 anos no período de realização da pesquisa (mediana de 29,5 anos). Vê-se, portanto, que os dados "bateram" nesses quesitos com a PNAD Contínua especial do IBGE, mesmo com as diferenças assinaladas. Além desses dados, a pesquisa realizada em Campina Grande agregou que a maioria dos/as entrevistados/as se autoidentificou como "pardo" (61%) somando-se a outros 14% que se declararam de cor "preta" (segundo classificação do IBGE).

Esse perfil geral dos/as entrevistados/as em Campina Grande – homem, jovem, com escolaridade até o ensino médio e negro (preto + pardo) – já os coloca estatisticamente em um grau de vulnerabilidade e precariedade no mercado de trabalho, quando não de exclusão.

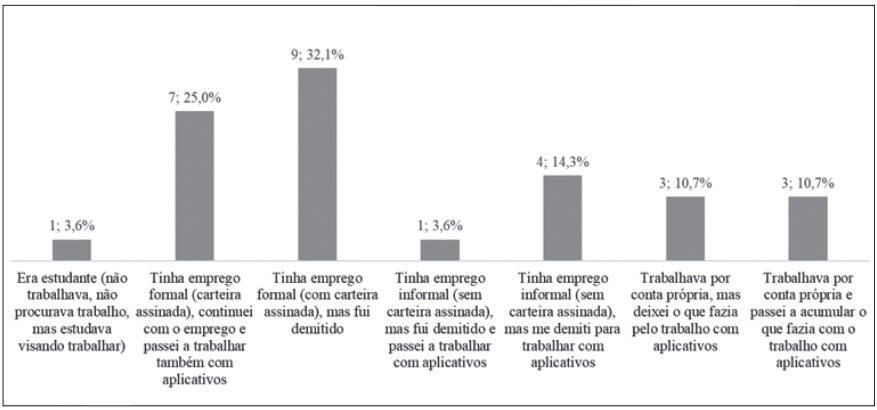
Outro fator a ser assinalado sobre este grupo é que metade deles estava casada ou vivia em união estável, sendo que 28,6% eram os principais responsáveis pelo sustento da família, e 21,4% dividiam a responsabilidade financeira da casa com seu cônjuge.

Destaca-se que, mesmo com escolaridade relativamente baixa, quinze (53,6%) dos/as entrevistados/as disseram ter uma profissão. São elas: técnico em informática e de TI, mecânicos de motocicleta, eletricista de auto e

mecânico de manutenção de máquina industrial, operador de empilhadeira, operador de máquinas, vigilantes/porteiros, promotor de vendas/técnico de venda, tecnóloga em construção, confeiteira, artesão e tatuador. Conforme os depoimentos, a formação técnica em cursos de nível médio ou superior (p. ex.: tecnóloga em construção) foi requisito para aquisição de algumas dessas profissões; no entanto, também houve casos em que cursos de curta duração já foram suficientes para adquirir a profissão (vigilante, confeiteira, promotor de venda etc.); e em outros houve um investimento pessoal em autoaprendizado prático. De modo geral, aqueles/as que mencionaram ter uma profissão, já a exerceram em algum momento de suas vidas. Outras treze pessoas (46,4%) disseram não ter profissão.

Com esses breves traços individuais, a pesquisa interrogou qual era a situação ocupacional na qual se encontrava o/a entregador/a no momento imediatamente anterior ao ingresso no trabalho por aplicativos, tema da próxima seção.

Gráfico 1 – Situação ocupacional dos/as entrevistados/as ao se dedicarem ao trabalho por aplicativo



Fonte: pesquisa de campo

O Gráfico 1 mostra que, no momento que ingressaram na atividade de entrega por aplicativos, a maior parte dos/as entrevistados/as tinha emprego formal, mas foram demitidos (32,1%) ou tentaram conciliar o vínculo com a atividade na plataforma (25,0%).

É fundamental chamar a atenção para o fato de que o período em que os/as entrevistados/as fizeram sua entrada no trabalho de plataformas situa-se, na maioria dos casos, entre 2017 e 2022, aproximadamente; anos marcados por aguda recessão econômica do país agravados pelo contexto pandêmico.

Assim, uma interpretação possível desses dados impõe o questionamento de em que medida o trabalho de plataforma se constituiu como fator de atração para as pessoas deste grupo. Afinal, entre os que tinham emprego formal (16 entrevistados; 58%), somente uma pessoa pediu demissão para buscar uma "situação melhor" no trabalho com aplicativos, ou seja, os/as entrevistados/as celetistas passaram às plataformas para complementar sua renda, ou então quando foram demitidos. É o que mais aparece nos relatos:

> CPB-01: eu trabalhava de motoboy mesmo, só que num estabelecimento fixo. Na época era até carteira assinada, mas justamente quando chegou os aplicativos, o dono preferiu dar lugar ao aplicativo e cancelou o motoboy que era de carteira assinada. Tinha [eu e] mais uns 10 na época. Era de entrega de pizza. Só na parte da noite. Nesse tempo eu tirava mais dinheiro do que eu tiro hoje no aplicativo. Tive que entrar num aplicativo que era o que tinha, né? Porque para quem é entregador, é muito difícil você conseguir um local para você rodar fixo, um canto bom, entendeu? Porque geralmente quando tem um estabelecimento que tem muita entrega ou que ele é bom de entrega, os motoboys que são fixos não vacilam em sair, entendeu? Porque a oportunidade é boa e é por isso que eu digo que é difícil. Aí eu tive que pôr o aplicativo mesmo sem gostar, porque eu considero que o aplicativo chegou para mais prejudicar do que ajudar no começo. Hoje em dia, principalmente depois da pandemia, ajuda bastante, mas na época... (homem, pardo, 29 anos, casado)
> CPB-02: Trabalhava de operador de máquinas com carteira assinada, passei 3 anos e meio com carteira assinada. Aí fui demitido sem justa causa... Já fazia o extra no aplicativo nas horas vagas, né?... Tentei arrumar outro emprego, mas o aplicativo supriu o que antes eu ganhava (homem, pardo, 26 anos, casado).
> CPB-05: Era vigilante, né? Foi só seis meses de contrato. Aí quando saí dessa função fui pra área de entregas.
> E: Faz quanto tempo que você tá na área de entregas?

CPB-05: Desde 2021. Aí trabalhei [com entrega], aí parava, né? Aí passava um tempo… ficava desempregado, aí corria para o iFood que era entregador.
E: Aí no caso, foi depois que você foi demitido como vigilante que você ficou em definitivo…?
CPB-05: É porque meu curso tá vencido, aí eu não posso exercer essa função de vigilante. É porque esse curso, ele é de dois em dois anos. Aí quando ele vence, aí você não pode exercer a profissão de vigilante. Aí tem que renovar, mas tem que pagar o curso… Aí não tenho condições de pagar o curso. É uma semana o curso (homem, preto, 48 anos, casado).
CPB-06: Eu era operador de máquina na Alpargatas. Aí fui demitido e fiquei procurando por um ano… porque, assim, tem o tempo de ser aceito nas plataformas. Você manda seus dados e tem um período para você ser aceito. Aí foi mais ou menos um ano para mim ser aceito nas plataformas, e nesse tempo também eu tava atrás de emprego na CLT, só que não arranjei… consequentemente, fui aceito nas plataformas, então decidi começar a rodar de aplicativo (homem, pardo, 28 anos, solteiro).
CPB-09: Já fui vendedora, fui operadora de telemarketing e fui operadora de caixa. Passei dois anos como operadora de caixa; três no telemarketing e mais três no comércio, como vendedora de calçados.
E: Quando foi que você começou a trabalhar para os aplicativos?
CPB-09: Quando eu trabalhava na AeC eu já tinha iniciado, fazendo entrega.
E: Então faz quanto tempo?
CPB-09: Quatro anos. No Ifood. Desde quando eu trabalhei na AeC… todos eles, na verdade… Geralmente, eu trabalhava no período do dia e à noite fazia entrega. Conciliava.
E: Então nessas três profissões que você já exerceu, você já conciliava com as entregas por aplicativo, não é?
CPB-09: Isso.
E: Por que você resolveu trabalhar como entregadora, ao mesmo tempo? Porque você já tinha um emprego formal e optou também por fazer no aplicativo...
CPB-09: Eu sempre gostei de conciliar, mas eu sempre preferi trabalhar pra mim mesma. Eu trabalhava antes [com vínculo formal para as empresas] porque tinha, na minha visão de entendimento, tinha uma garantia ali. Só que depois eu passei a entender que era melhor

trabalhar pra mim mesma, com os aplicativos. Hoje tô trabalhando só em aplicativo (mulher, parda, 26 anos, solteira).
CPB-11: Sou promotor de vendas no comércio. Eu atendo à loja Assaí no momento. Represento algumas marcas fazendo o atendimento, o abastecimento de gôndolas, atendendo a clientes… Sempre trabalhei de CLT e passei a trabalhar também com aplicativos como forma de fazer uma renda extra. Tô nessa empresa desde 2017 e pelo aplicativo eu comecei em 2019 (homem, amarelo, 41 anos, separado).
CPB-13: Já fui operador de máquina e já trabalhei como mecânico de moto.
E: Você trabalhou quanto tempo como operador de máquina?
CPB-13: Trabalhei 4 anos e 6 meses como operador de máquinas e só seis meses como mecânico de motos.
E: Essa experiência que você teve como mecânico de motos foi depois da de operador de máquinas?
CPB-13: Isso. Foi depois que fui desligado.
E: Os empregos como operador de máquina e mecânico de motos foram ao mesmo tempo que trabalhava como entregador ou foi antes dos aplicativos?
CPB-13: Foi. Eu comecei a trabalhar fazendo as duas coisas. Depois que fui demitido fiquei só como entregador (homem, pardo, 24 anos, casado).
CPB-20: …só trabalhei assinado assim, atendente de call center na AeC; e na Alpargatas passei um tempo lá… Vai fazer um ano ainda que tô nesse trabalho de aplicativo. Eu tava trabalhando, mas assim que eu fui demitido eu disse: "não, vou tentar aqui". Aí fiz o cadastro... Eu já tinha recebido indicações antes de ser demitido, sabe? O pessoal que trabalhava comigo… tinha alguns que já faziam isso, né? Já tinha um emprego fixo lá na Alpargatas, mas acrescentava a renda dele trabalhando por aplicativo, que é justamente a vantagem de trabalhar na plataforma, né? (não-binário, pardo, 29 anos, solteiro).
CPB-22: Meu último emprego com carteira assinada foi na [Lojas] Americanas. Passei lá três anos e cinco meses… Fui demitido da Americanas em 2020, mais ou menos, para começar [no aplicativo] em 2021. Quando eu fui demitido, com cinco dias, eu comecei a fazer [entregas] no iFood. Eu já estava de olho, na verdade. Quando eu fosse demitido assim, começar a rodar no iFood, que no tempo ainda era bom, né? Tocava muita corrida… É porque eu não pego [trabalho pelo aplicativo] todo ano, porque tinha vezes que eu arrumava uns extra particular, né? Sem ser pelo aplicativo. Aí voltava de

> novo para o Ifood quando saía [era demitido]. Como agora, eu voltei de novo, passei um tempo… Faz cinco meses que eu voltei de novo. Porque lá fica um tempo bom, tocando corrida, depois pára. Aí não dava você ficar esperando para fazer uma ou duas corridas no dia. E sempre tem que ter alguma coisa: um extra e o Ifood para conciliar. Porque só o iFood de hoje… (homem, branco, 26 anos, casado).

O relato dos casos revela trajetórias distintas: CPB-01, CPB-06 e CPB-20 foram demitidos e então passaram à plataforma. Para CPB-01 e CPB-06, a plataforma foi a opção mais viável na circunstância em que se viram. E CPB-20 já via seus colegas "fazendo bico" e pensava nessa possibilidade, mas o passo efetivo na direção da plataforma só ocorreu após a demissão da fábrica.

CPB-02, CPB-05, CPB-09, CPB-11, CPB-13 e CPB-22 procuravam conciliar o emprego com a renda extra que a entrega lhe conferia. O único que ainda estava nessa situação no momento da entrevista foi CPB-11, que não indicava uma disposição de deixar seu emprego de promotor de vendas na rede Assaí de supermercado. Os demais deixaram de conciliar quando se viram demitidos e passaram a ser exclusivos da plataforma, numa situação bastante similar aos entrevistados do primeiro caso. Apenas uma delas, CPB-09, realmente desejou sair do vínculo empregatício formal para uma dedicação exclusiva à plataforma. CPB-02 ainda tentou voltar a ser celetista, mas não teve êxito na busca por nova colocação. CPB-05 e CPB-22 apresentam uma relação pendular e de intermitência entre o vínculo formal e o trabalho por aplicativo, ora em uma empresa, ora no Ifood e, preferencialmente, com ambos. Assim, na maioria dos relatos, o que inicialmente era complemento, um "bico", converteu-se na única fonte de renda quando foram demitidos/as. O que prevaleceu então foi um misto de necessidade e resignação após a perda do vínculo. Só o que lhes restou foi o trabalho com a entrega. Não foi um "desejo" ou uma estratégia, como foi para CPB-09.

Supõe-se também que o perfil delineado dos entregadores entrevistados na seção anterior (jovens pardos/pretos, com nível médio de escolaridade e com responsabilidades de sustento da família), articulando-se ao período recessivo da época, tenha incidido para uma margem mais restrita de possibilidades no mercado de trabalho formal.

Portanto, os relatos acima indicam que a procura do trabalho como entregador nos aplicativos digitais diz mais respeito às diversas experiências de trabalho, sobretudo os baixos salários e o desemprego, do que a uma pulsão empreendedora.

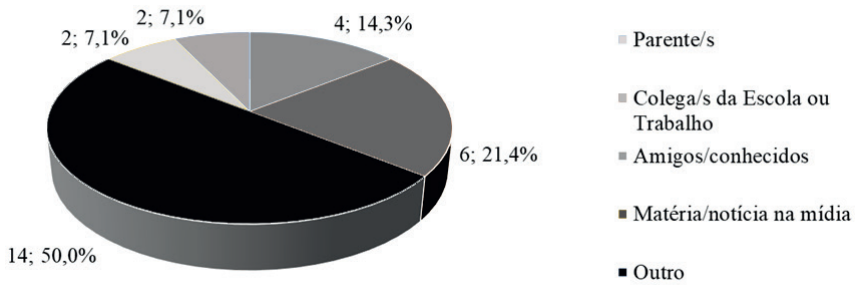
A formação de redes de relação social entre os/as entregadores/as

Esta seção trata de uma das hipóteses que temos sobre a pergunta central: a formação de redes de relação de proximidade/solidariedade entre os/as entregadores/as constitui um fator mais relevante para compreender o modo como esses trabalhadores ingressam e permanecem nos aplicativos, do que a manifestação latente de empreendedorismo neoliberal. Este capítulo, em particular essa seção, interroga essa interpretação e sugere "a força dos laços fracos" (Granovetter, 1973) como elemento principal da análise do trabalho dos/as entregadores/as dos aplicativos digitais em Campina Grande.

Os laços entre os entregadores, vistos a partir dos 28 entrevistados, se expressa de dois modos. Um deles ocorre no momento de ingresso no aplicativo; e o segundo, depois de estarem engajados, se revela em muitos relatos de ajuda mútua no cotidiano de trabalho, sobretudo em caso de imprevistos ou algum infortúnio.

O primeiro aspecto da formação de redes será abordado por meio de depoimentos com a pergunta: através de quem você obteve informações que lhe levaram a ingressar no trabalho por aplicativos?

Gráfico 2 – Através de quem você obteve informações que lhe levaram a ingressar no trabalho por aplicativos?



Fonte: pesquisa de campo

De acordo com o Gráfico 2, os amigos/conhecidos e colegas de trabalho foram os principais responsáveis em indicar o trabalho de plataformas como atividade laboral aos entrevistados e entrevistadas em Campina Grande. Essa rede de proximidade foi muito importante para enfrentar os períodos de instabilidade, como a demissão do emprego (formal ou informal) ou a necessidade de melhorar sua renda. Muitas vezes torna-se sutil a diferença entre amigos/conhecidos e colegas do trabalho. Desse modo, é possível afirmar que, para 71,4% dos/as entregadores/as, os laços de amizade e solidariedade tiveram bastante influência na decisão de entrar nos aplicativos, independentemente da situação ocupacional em que se encontravam na ocasião. Soma-se a esse contingente mais 14,3% dos que tiveram na família o apoio para a tomada de decisão de inserir-se nas entregas.

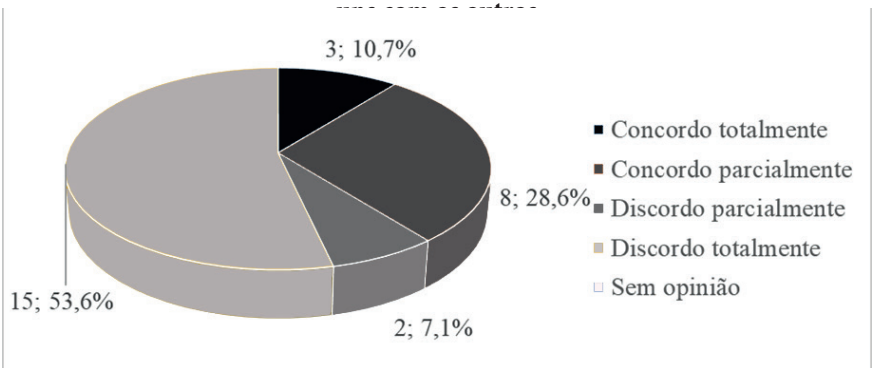
Seguem alguns relatos colhidos na pesquisa de campo:

> CPB-05: Eu já conhecia Ramon, meu amigo. Foi ele que passou todos os procedimentos e a gente [foi em frente].
> E: Teve outra pessoa?
> CPB-05: A minha necessidade mesmo de não ficar parado porque… família, né? Um filho pequeno, a esposa precisa de um sabonete, de um creme… aí [pra] não ir para outro lado errado, preferi escolher isso aí do que [estar] desempregado (homem, preto, 48 anos, casado).
> CPB-10: Foi parente, no caso, meu irmão. Ele também trabalhava [de entregador], agora ele tá como CLT… Na verdade, meu ex também começou, aí foi falando eu fui vendo também… Quem mais influenciou foi mais meu irmão, ele que me explicou na verdade como era que funcionava (mulher, parda, 32 anos, separada).
> CPB-11: Foi um colega de trabalho. Ele também era promotor [de vendas] e também fazia entrega.
> E: E teve alguma outra influência ou foi basicamente o colega?
> CPB-11: Foi basicamente ele mesmo. Ele falava sobre o trabalho, que tava ganhando um dinheirinho, que era bom… Na época ele rodava com a Uber Eats que tinha no tempo. O Ifood não era tão popular. Aí eu comecei com a Uber também. Ele me indicou, eu fiz o cadastro e deu certo (homem, amarelo, 41 anos, separado).
> CPB-14: eu nunca pensei em fazer entrega. Conheci um amigo meu [na empresa em que trabalhava, Cardesil], que é motoboy também.

Foi ele que me colocou na entrega… me incentivou, na verdade, né? Que hoje a gente roda junto. Ele que me indicou (homem, pardo, 43 anos, casado).
CPB-17: Amigos que já faziam entrega e indicaram… na época era muito bom realmente! Na época que eu entrei, foi antes da pandemia. Naquela época pagava-se melhor. Gasolina mais baixa também… era bom. Eu estudava na faculdade naquela época, aí a minha renda era só aplicativo, só direto no aplicativo. Desde aquele tempo (mulher, amarela, 45 anos, separada).
CPB-19: [O que te levou a sair do teu emprego, comprar uma moto e virar entregador?] Ah, meu pai me motivou também para eu trabalhar, mas assinado eu não queria mais, não. Nesse tempo, né? Aí, hoje que eu tenho dois filhos, agora eu quero assinar [carteira] e...
E: Na época você não tinha filho?
CPB-19: Não. Eu era solteiro (homem, pardo, 29 anos, casado).
CPB-21: Alguns amigos já rodavam no aplicativo e falavam muito bem sobre. E para o meu período de vida, como eu estava na questão financeira no momento, veio mais para complementar, porque não é sempre que se tem encomenda [na confeitaria], não são todos os dias que tenho trabalho para fazer. Então, precisava de alguma forma, precisava ter uma renda diária e foi o que veio ajudando (mulher, branca, 33 anos, casada).
CPB-22: Foi um colega meu. Desde a infância. Ele já rodava fazia um tempo. Aí disse: "se quiser entrar, eu indico e tal". Na verdade, eu queria ficar trabalhando e já começar, né? Mas como eu fui demitido de vez… já fiquei direto. Ele ainda continuou também (homem, branco, 26 anos, casado).
CPB-23: …assim que comecei lá no supermercado, abriu um setor novo que foi na pandemia. [...] Justamente trabalhava com entrega, pegava os produtos do cliente que ele fazia o pedido, embalava e entregava aos entregadores.
E: E aí você foi fazendo amizade com eles?
CPB-23: Isso. Elas eram as pessoas que eu conhecia, não eram amigos de longa data, a gente estava fazendo entrega ali, né? Aí eu vi que dava para fazer uma grana extra, aí eu fiz o meu cadastro no aplicativo (homem, pardo, 26 anos, solteiro).

Vários depoimentos acima se cruzam com a situação ocupacional, analisada anteriormente, bem como na necessidade de ter (ou melhorar) a renda. É o caso de CPB-05, CPB-11, CPB-17 e CPB-21. Chama a atenção a declaração de CPB-19, que prefere voltar a ter um emprego celetista, experiência que um dia rechaçou em favor do trabalho na plataforma. CPB-23 tinha contato diário com motoboys, que vinham apanhar os pedidos dos clientes no setor de supermercado em que ele trabalhava e, assim, passou a acumular seu emprego com as entregas até que foi demitido e ficou exclusivamente no aplicativo. Enfim, é nas conversas entre pessoas próximas e de confiança que se aprende o funcionamento do aplicativo e algumas manhas do trabalho, como disse CPB-10.

Gráfico 3 – Os entregadores são individualistas e falta solidariedade



Fonte: pesquisa de campo

Outra informação da pesquisa que dá base para pensarmos sobre a caracterização de uma rede de relações de solidariedade e de ajuda mútua entre entregadores foi obtida quando os entrevistados foram apresentados à afirmação "os entregadores são individualistas e alta solidariedade uns com os outros", para que eles/as então indicassem o grau de concordância ou discordância com a frase. Vê-se no Gráfico 3 que 53,6% discordam totalmente, somados outros 7,1% que discordam parcialmente. Abaixo selecionou-se alguns extratos em que se denota a percepção da maioria dos entrevistados

> CPB-01: ... Tem mais é um suporte dos [próprios] motoboys, um suporte a nós mesmos. Um exemplo, se a moto quebrou, se o pneu

furou... aí para o motoboy não ter que colocar o problema do veículo [para o Ifood] e passar 8 horas bloqueado, ele fala lá com os amigos e o amigo vai lá, pega o pedido dele, ou então empresta a própria moto pra ele finalizar a entrega; e depois fica inativo no aplicativo (...) E também [pra] não se queimar porque se, toda vez que furar um pneu, você colocar lá um problema no veículo, o aplicativo vai pensar que você tá fazendo isso para ficar com pedido e acaba derrubando sua conta. O Score Baixo é mais um grupo de amigos que dá esse suporte. Tem vários tipos. Esse meu é [o grupo] dos "score baixo" [o nome do grupo], tá vendo? Nesse meu aqui tem 15 pessoas [que] a gente se ajuda nessa parte: se sofrer um acidente a gente vai lá, entendeu? Vai socorrer o amigo, é mais pra isso... Um exemplo, da última vez, [teve] grupo que se uniu aí para mandar água para o Rio Grande do Sul, mantimento... doação. Na Páscoa a galera se reúne [pra entregar] ovo de Páscoa nas comunidades, entendeu? (homem, pardo, 29 anos, casado).

CPB-09: geralmente a gente é bastante unido, quando acontece um acidente, a gente coloca lá num grupo, aí vai o pessoal lá ajudar (mulher, parda, 26 anos, solteira).

CPB-17: A gente, graças a Deus, é uma classe unida. No geral, é. Pode acontecer uma coisa ou outra, mas aí já é um fato à parte (mulher, amarela, 45 anos, separada).

CPB-18: Entre a gente, a gente é tudo unido, se reúne, um ajuda o outro, faz ação social para ajudar o outro, manda sua finança e depende da ajuda com espírito solidário [...] Os entregadores são totalmente unidos. Acontece que aqueles que estão chegando na categoria agora, não entendem a ideologia da gente e não participam das ações. Mas aqueles que entendem, todos são unidos.

CPB-25: Os meninos têm, eles dizem que eu sou a mãezona, né? Como eu sou uma das primeiras, do início mesmo, então eles me veem muito como referência, acham massa. Eles admiram muito, falam que me admiram. É bem legal, bem legal com esses meninos.

E: Mas você falou que no início tinha problema, né?

CPB-25: No início eles ficavam meio assim comigo, uma mulher, né? Mas hoje em dia, não; hoje em dia já é bem legal. Hoje em dia, graças a Deus, é muito bacana a relação deles comigo! E tem muito cuidado, viu? Ai de quem mexer comigo! Cai a turma toda em cima!

E: Eles te protegem?

CPB-25: Protegem. Protegem geral. Teve um cidadão [cliente] aqui que andou se metendo à besta com assédio pra cima de mim, os motoqueiros se juntaram e disseram: "você é doido? você vai apanhar até dizer chega".
E: É mesmo?
CPB-25: Foi! E é só porque um viu eu dando rela [bronca] nesse cara. Sabe... "você me respeita, nunca dei moral a você pra vir tirar onda desse tipo!". Porque a pessoa veio me alisar, mesmo... [...] "Cê tá doido, é?" (mulher, parda, 51 anos, separada).
CPB-26: O cliente pedia whisky, pedia churrasco, quando recebia falava que não tinha sido entregue, que ele não estava em casa, entendeu? Muitas vezes aconteceu isso. Aconteceu de a gente juntar grupo de motoboy para ir para a porta desse cliente, entendeu? A gente juntou 70 motoboy para pegar [esse] cara: "é o seguinte, se tu falar isso a gente vai te quebrar no cacete, para tu nunca mais fazer um negócio desse". Porque todo dia ele sempre pedia whisky, pedia churrasco, pedia essas coisas. E o Ifood só bloqueando. Bloqueou um, bloqueou o outro, bloqueou o outro. A gente só esperando ele fazer o primeiro pedido pra gente pegar ele. Aí a gente foi lá, achou a mãe dele, e disse: "ó, a gente não ia fazer nada com ele, não, mas aqui é tudo pai de família, aqui, trabalhando sol e chuva para teu filho fazer um negócio desse aí com a gente?" Isso não existe, não, entendeu? Estamos sendo prejudicados, um está perdendo a conta porque foi bloqueado, porque o Ifood bota como mal uso da plataforma, só que não é, entendeu?"
E: E aí o cara tomou jeito?
CPB-26: Tomou jeito, deixou de fazer (homem, pardo, 32 anos, separado).

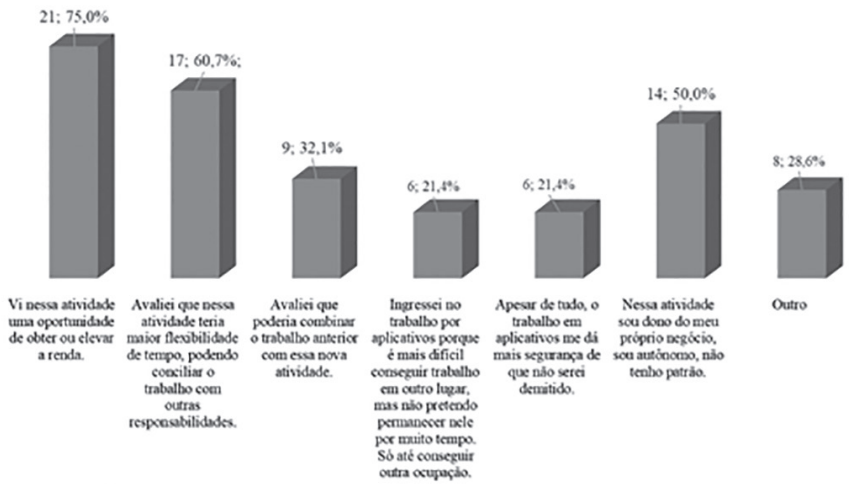
Claro que essa percepção não é unânime e 39,3% concordam total ou parcialmente com a afirmação da falta de solidariedade, o que não anula ou invalida a existência de redes de ajuda mútua, como destacou CPB-01, membro do grupo "Score Baixo". Considere-se a advertência de CPB-17 sobre "uma coisa ou outra" que acontece em termos de conflito entre entregadores/as. CPB-18, principal liderança do Motoka's Campina, grupo de whatsapp com centenas de membros, também organiza ações de apoio entre entregadores que estão afastados da atividade por acidente ou outra causa, além de ações coletivas de caráter reivindicativo.

Os depoimentos de CPB-25 e CPB-26 revelam outra face das relações de solidariedade, que chega a ações coletivas de autoproteção diante de clientes abusivos.

Portanto, apesar de 39,3% terem passado por eventuais conflitos entre entregadores (e discordarem total ou parcialmente da frase apresentada a eles), pode-se afirmar que funciona uma rede de relações de proximidade que estimula o ingresso nos trabalhos de plataforma, ensina o funcionamento dos aplicativos, e serve como apoio a muitas situações de dificuldade no cotidiano laboral.

Expectativas dos/as entrevistados/as sobre o trabalho nos aplicativos

Gráfico 4 - Motivos expectativas no ingresso do trabalho por aplicativo



Fonte: pesquisa de campo

Os relatos trazidos nas seções anteriores já nos indicaram que a maior parte dos/as entrevistados/as acessou as plataformas digitais para melhorar a renda que tinham em seus empregos celetistas ou que foi a opção mais viável diante da circunstância do desemprego. Também foi chamada a atenção de que o país vivia grave crise econômica e sanitária quando passaram a trabalhar no aplicativo, contexto particularmente adverso aos jovens pardos/pretos, com baixa escolaridade e necessidade de sustentar suas famílias.

Isso nos ajuda a entender porque no Gráfico 4 as duas principais motivações/expectativas quando passaram a exercer a atividade pelo aplicativo foram a "oportunidade de obter ou elevar a renda" (21 pessoas; 75,0%) e a "maior flexibilidade de tempo, podendo conciliar o trabalho com outras responsabilidades" (17 pessoas; 60,7%), que se confunde muito e pode ser vista em conjunto com a opção "avaliei que poderia combinar a atividade anterior com essa nova atividade" (9 pessoas; 32,1%). A afirmação "Nessa atividade sou dono do meu próprio negócio, não tenho patrão" foi indicada por 12 pessoas (43%), ou seja, teve certa relevância na motivação para passar ao trabalho digital, mas está longe de ser o motor que impulsionou a inserção na plataforma. Afinal, como vimos, a maior parte dos entregadores chegou às plataformas para complementar sua renda ou por falta de opção no momento de demissão; não por uma aspiração de empreender. Seguem os relatos dos/as entrevistados/as:

> CPB-01: Não, no começo não [tinha expectativa], porque ninguém conhecia [a plataforma]. Não sabia como funcionava, sabe? A gente tinha noção de que o estabelecimento lá [a pizzaria] era bom porque era raro ter um local que tivesse motoboy de carteira assinada, e a gente sabe o quanto é importante, né? No caso ali tinha 13º, tinha férias quando quisesse tirar, entendeu? Tanto que, quando fui demitido, eu recebi umas contas [verbas rescisórias] que me ajudou muito na época… Um exemplo, hoje em dia no Ifood, se minha conta for bloqueada por "n" motivos, já era, entendeu? Hoje em dia eu dependo muito do Ifood. Fui contra a vontade, mas o que vem me sustentando desde então é ele, desde 2019 (homem, pardo, 29 anos, casado).
>
> CPB-04: A liberdade de poder trabalhar, assim, livre. Eu já tinha trabalhado em indústria e meio que na indústria você se torna um robô. É aquele movimento repetitivo, aquele acordar cedo todo dia. Acorda cedo todo dia, toma um café, aí vai trabalhar, aí trabalha, aí tem a hora do almoço, aí tira uma hora de almoço, aí volta para o trabalho, aí pega e volta para casa, aí no outro dia a mesma coisa. Não vou dizer que a entrega não seja repetitiva, mas é muito mais liberto de acontecer várias coisas, de você ter outras vivências do que você estar dentro da indústria. E até porque eu tive decepções com a indústria... Na Tess eu tive um baque gigantesco quando fui demitido porque ninguém esperava e um certo dia chamou todo mundo e foi demi-

tido. Dois setores da empresa, cerca de 50 pessoas, é uma demissão muito grande e isso é uma coisa que causa um choque muito grande. Principalmente pra mim, que era meu primeiro emprego. Pra mim, eu achava que eu ia ficar naquela empresa um bom tempo. Até que quando eu saí de lá, o pessoal me falou que a empresa era assim, que ela contratava pra produção e quando ela produzia, que ia acabar com a demanda, ela ia lá e demitia. Porque era mais conveniente pra ela demitir você agora do que esperar você fazer um ano e ter que pagar tal coisa. Aí eles contratavam mais pra produção. Na Silvana foi a mesma experiência. Aí eu fiquei meio que chateado assim com a indústria em si. Eu achava que eu conseguia trabalhar da mesma forma e ter uma garantia de que aquilo não ia me deixar na mão, sabe? (homem, branco, 26 anos, casado).

CPB-08: Um trabalho onde eu nem preciso tá me explicando para ninguém... Porque o Ifood, por exemplo, acho que para mim, é a única plataforma aqui realmente certo, que paga corretamente o valor justo e me dá a opção de não tá esperando o cliente. Porque tem cliente que acha que a pessoa é empregada deles. Aí eu consigo ter um ganho de tempo, eu não perco tempo, com o aplicativo, o aplicativo me dá 15 minutos pra chegar ao endereço do cliente. Se o cliente não aparecer, a entrega é cancelada, aí eu recebo minha taxa normalmente, não precisa ficar ali horas esperando o cliente. Porque quando você tá fixo, ele não quer que você volte com o pedido, e já no aplicativo não, geralmente eles pedem para descartar (homem, preto, 26 anos, solteiro).

CPB-12: É porque, assim, sempre os outros trabalhos é aquele salário fixo, aí a gente sempre pensa em completar e complementar a renda por conta de nunca dá só um trabalho, que geralmente é o salário mínimo. Nunca dá... Tinha planos, um exemplo, de comprar uma moto melhor ou um carro... Eu acho que é melhor porque depois a gente [pode] trabalhar para a gente mesmo. A gente consegue trabalhar melhor, entendeu? Sem ninguém no seu pé (mulher, branca, 31 anos, casada).

CPB-13: Da questão que é difícil de arrumar emprego, principalmente aqui dentro da cidade. Eu não pretendo permanecer nesse trabalho por muito tempo, certo? Porque, querendo ou não, é trabalho de muito risco e não é aquela certeza! Você não tem certeza que aquilo vai ser para o resto da sua vida, além de ser muito cansativo também. Não é fácil só entregar o lanche, não é fácil! Tem sol, tem

chuva, tem o perigo constante, né? Aí tem essas coisas aí que não é só entrega... (homem, pardo, 24 anos, casado).
CPB-15: Hoje em dia o que importa mais é o dinheiro, a gente trabalha pelo dinheiro, ter uma vida melhor, né? Não acho ruim, não, só acho perigoso... (homem, pardo, 41 anos, casado).
CPB-17: O que me fez entrar na plataforma foi justamente falta de condições de emprego. Na época que eu entrei, a demanda se confirmou, era muito boa! Quando eu entrei para trabalhar de aplicativo, foi quando eu mais ganhei dinheiro! Porque não parava, não parava!... Eu fazia muitas entregas mesmo! Digamos assim, às vezes eu começava às 14h00, terminava de 20h30, eu tirava R$135, R$180, no dia e vinha embora pra casa num espaço pequeno de tempo. O valor das corridas era melhor. [Foi] antes da pandemia [e] eu fiquei muito, muito feliz mesmo com os resultados!! Depois foi baixando e a gasolina subindo e a corrida permanecendo o mesmo valor. Hoje eu posso dizer a você que, ao meu ver, não compensa mais investir num transporte, por exemplo, pra trabalhar de aplicativo. Porque tudo subiu, né?... Uma expectativa que eu tenho é que a gente consiga estabelecer uma relação melhor entre entregador e plataforma, onde a gente possa explanar as dificuldades e os problemas e também sugerir coisas como, por exemplo, você fazer uma entrega que se pague. Que esteja dentro do que é a realidade, entendeu? (mulher, amarela, 45 anos, separada).
CPB-24: o quanto você trabalha, você é recompensado. Pela quantidade de horas que você trabalha, você vê a volta da remuneração. Eu comparava entre Alpargatas e o entregador, eu fazia [na entrega] o que eu recebia na Alpargatas em um horário.
E: O teu ganho mensal, você cobria ele em pouco tempo de entrega?
CPB-24: Isso! (homem, preto, 24 anos, solteiro)
CPB-27: Eu tô aqui em Campina, né? Se eu quiser ir pra João Pessoa e quiser rodar lá, eu rodo. Se eu quiser ir pra São Paulo, eu rodo. Qualquer lugar no Brasil que tenha Ifood, eu posso trabalhar, né?
E: E no caso, o que para você contou mais, foi a renda ou foi essa flexibilidade do tempo?
CPB-27: Na verdade foi os dois, porque se eu me dedicar mesmo, eu faço no dia R$120, R$130. No final do mês dá o que? Vamos botar R$1.500, arredondando? Pra eu ganhar 3 mil e quinhentos num emprego fixo, eu tenho que ser no mínimo um supervisor ou um gerente pra ganhar esse valor. E também, se eu quiser fazer uma viagem, eu vou lá [no apli-

> cativo], desligo, passo 4 dias sem rodar, quando eu voltar, normal. Não é igual num emprego fixo. A renda é o principal, né? Mas a flexibilidade também é. Você não precisa dar satisfação a ninguém e ainda dá para pagar as contas e isso é o que vai definir o quanto você vai trabalhar, a necessidade, né?... (homem, pardo, 25 anos, solteiro).
> CPB-28: Minha expectativa era me profissionalizar no curso técnico de segurança, só que eu terminei desistindo. Eu me identifiquei como motoboy e desisti do curso de segurança e não fiz até hoje. Tenho vontade ainda de fazer um curso de segurança privada, mas não fiz até hoje, não. Já tive oportunidades e não fiz não. Tô vivendo essa vida ainda de motoboy e não penso em sair agora, penso em abrir alguma coisa pra mim, um negócio dentro da própria plataforma do iFood, só que no momento ainda não tô organizado financeiro pra um passo desse não. Mas, no início, era só passar um tempo de motoboy para sair. Eu estava recebendo o seguro desemprego ainda, eu ia fazer o curso, mas terminei pegando um amor pela profissão e tô até hoje (homem, pardo, 26 anos, casado).

CPB-01 não tinha expectativa da plataforma e se sente inseguro frente ao modelo de gestão de pessoal, que em caso de bloqueio, o deixa na mesma situação de um desempregado, sem as verbas rescisórias. CPB-28 também não alimentava muitas expectativas na plataforma, mas aos poucos tomou gosto e seguia no ramo da entrega até o momento da entrevista, embora pensasse em outras alternativas para seu futuro.

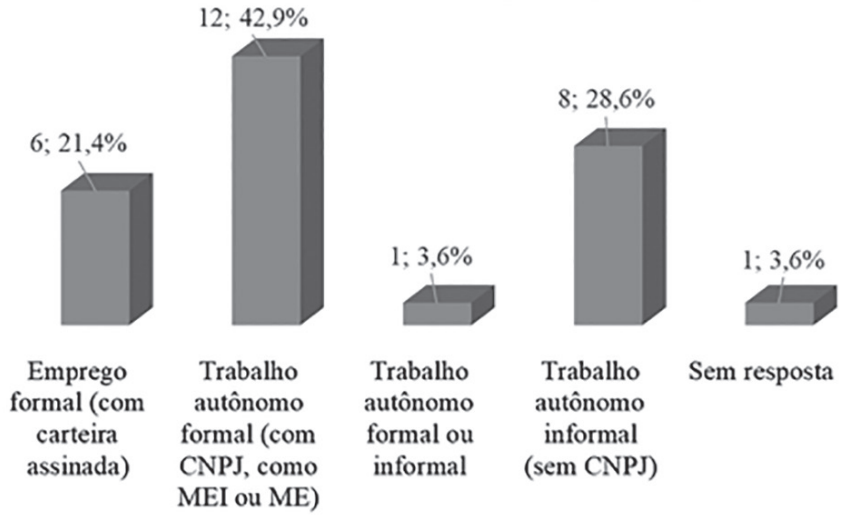
Por outro lado, a valorização da liberdade e da autonomia é ressaltada por CPB-04, que teve experiências negativas com demissões na indústria, que o fizeram se sentir mais confortável no aplicativo. A sensação de liberdade também foi expressado por CPB-08 e CPB-27. CPB-12 e CPB-28 pretendem um dia ter um negócio próprio, "sem ninguém no seu pé".

CPB-13 alerta quanto aos riscos da atividade, também observado por CPB-15, que contrasta o risco com o rendimento que pode ter na atividade.

Em termos de renda, CPB-17 diz que se sentia muito satisfeita e com expectativa realizada no início de sua atividade como entregadora, mas que com o tempo sentiu um declínio a ponto de avaliar que não compensa investir no trabalho por aplicativo. CPB-24 também valoriza bastante a remuneração, sobretudo quando compara com o ganho que tinha em seu emprego na indústria.

Pode-se depreender dos diversos relatos que poucos apresentaram uma motivação empreendedora – no máximo almejam abrir um negócio próprio – ou uma expectativa de ficar um longo período na plataforma. À exceção de CPB-08, que apresentou uma visão bastante positiva do aplicativo, os demais valorizam o que denominam "liberdade", que também pode ser compreendido por "autonomia" ou "flexibilidade", como aparece em CPB-04, CPB-08 e CPB-27. A valorização desses aspectos do trabalho de plataformas, a nosso ver, relaciona-se mais ao contraste que os/as entrevistados/as fazem de suas experiências no trabalho formal, onde tinham uma jornada fixa com horários de entrada, de saída, pausas, etc, e chefias a quem prestavam contas ou de quem dependiam para ter autorização para resolver situações particulares.

Gráfico 5 - Que tipo de ocupação espera para si?



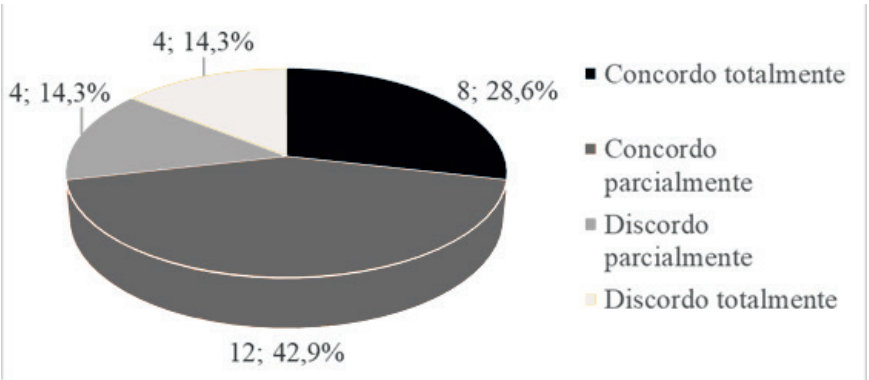
Fonte: pesquisa de campo

As expectativas existentes no momento de ingresso à plataforma se refletem, em certa medida, no tipo de ocupação que prefere. Vê-se no Gráfico 5 que 42,9% preferem seguir com um trabalho autônomo, mas com algum grau de formalidade, enquanto que 28,6% manifestaram-se favoráveis ao trabalho autônomo totalmente informal, que é o modo atual das plataformas. O emprego formal celetista ainda é opção para 21,4% dos/as entrevistados.

Alguns entrevistados falaram sobre essa questão:

> CPB-01: porque aqui nesse emprego, se tocar entrega você vai trabalhar mais, mas você vai receber mais também, coisa que se num trabalho normal, você pode trabalhar mais ou menos vai estar aqui do salário fixo (homem, pardo, 29 anos, casado).
> CPB-04: A vida são momentos que a gente também não pode se apegar a isso, né? Que nem eu falo, hoje em dia o iFood ia ficar há anos aí funcionando, tranquilo, mas tem muita gente que trabalhou no iFood há anos, ganhava 4, 5 mil por mês e hoje em dia não consegue fazer 1.500, não tem mais aquele ritmo. Então você não pode confiar, você também tem que estar aberto… Lógico, é que nem eu falei pra você, não creio de forma alguma ali pra você ali ter CLT, mas se um dia não tiver opção, lógico que eu vou trabalhar, porque eu não vou morrer do lado. É, como já foi antes, eu não tenho problema nenhum em voltar, mas daqui pra frente eu sigo no caminho que eu sei que pra voltar pra lá só se acontecer algo muito ruim (homem, branco, 26 anos, casado).

Gráfico 6 - Eu sugeriria a outras pessoas da família trabalhar como entregador



Fonte: pesquisa de campo

Concluímos essa seção com a opinião dos entrevistados/as sobre a afirmação "Eu sugeriria a outras pessoas da família trabalhar como entregador". Vê-se no Gráfico 6 que a maior parte das opiniões, formada por 12 entrevistados/as (42,9%) concordam parcialmente. 28,6% discordam total

ou parcialmente da afirmação; e 28% aprovam totalmente a indicação de familiares para o trabalho de aplicativo. Alguns entrevistados justificaram sua opinião:

> CPB-01: Depende da escolaridade. Depende da oportunidade que ela pode ter, tá, devido ao estudo dela, da profissão que ela tiver, da qualificação que ela tiver. Se a pessoa tem baixa qualificação, eu sugiro. Se ela tiver oportunidade de trabalhar de outra forma, que ela venha a ter um lucro no mínimo parecido eu não sugeriria não... Porque não tem direito, né? Não é valorizado, corre seu risco, risco de assalto ou acidente... (homem, pardo, 29 anos, casado).
> CPB-04: Discordo totalmente, eu prefiro que essas pessoas que tem, na minha família, que tenham uma oportunidade melhor e... e consigam viver de outra forma de financiar, de ganhar, estudar, uma oportunidade que eu não tive. Eu queria hoje estar aqui estudando e podendo, sei lá, ser um professor, ser um médico, ser um engenheiro mecânico, que eu gosto de mecânica. Mas eu não tive a oportunidade cedo de viver isso. Eu precisei trabalhar. Graças a Deus, eu trabalhei e hoje minha irmã estuda. Ela estudou, e hoje ela é odontóloga. Trabalha como cirurgiã dentista. E tipo assim, a gente divide as despesas, mas ela consegue sustentar mais minha mãe do que eu consigo. Mas se eu tivesse a oportunidade, eu teria estudado e eu acho que estaria trabalhando como ela. Tranquilo, eu acho que a entrega de lanche, o delivery, ele é um trabalho dinâmico, ele te dá liberdade, ele dá autonomia, você consegue ganhar bem, só que ao mesmo tempo ele é muito arriscado, você tem risco de sofrer acidente, tem risco de ser assaltado, você corre o risco de ser discriminado, você corre o risco de levar um tiro, é muito arriscado, eu acho que é um trabalho que a insalubridade era muito grande, pra quem pense que não é. Tipo, todo dia eu chego em casa, eu tenho que tomar um relaxante muscular pra eu dormir, porque minhas costas estão doendo muito. A insalubridade é muito grande... Então, se eu tiver um conselho pra dar pra alguém da minha família pra entrar nesse ramo, eu digo que não. Eu digo que se for entrar, entre, mas entre pensando em sair. Não entre pensando em ficar, não. Porque é algo que a longo prazo… eu tô aqui me mantendo e pensando no meu futuro. Quando a minha melhor oportunidade surgir, eu vou sair dessa e vou ter minha oficina e vou ter meu negócio (homem, branco, 26 anos, casado).

> CPB-27: Se tiver vontade, se tiver disposto a sofrer com assalto, com acidente... Mas se quiser um negócio mais tranquilo, vai pra CLT. Eu indico, mas se tiver paciência, se tiver coragem de trabalhar na rua e vai disposto a sofrer acidente, assalto, essas coisas (homem, pardo, 25 anos, solteiro).

Considerações finais

A pergunta "o que leva um trabalhador ou trabalhadora a atuar em plataformas digitais de entrega?" guiou a organização deste capítulo. A partir dela, nossa interpretação sobre as entrevistas realizadas no projeto "Relações de trabalho em plataformas digitais em contextos periféricos: fator de repadronização na América Latina?", em Campina Grande, nos ensejaram um questionamento sobre uma noção que vem sendo difundida acerca dos trabalhadores de plataforma digital, em geral, e dos entregadores, em particular, qual seja: a de que estes trabalhadores "preferem trabalhar nos aplicativos", expressando assim uma adesão a valores de um empreendedorismo neoliberal, mesmo que de forma crítica ou produzindo resistências.

A nosso ver, sim, este discurso empreendedor está presente também entre vários entregadores/as de Campina Grande (revelados nas entrevistas), mas preferiu-se aqui aportar outro ângulo para analisar a questão que, para nós, oferece melhor interpretação acerca do trabalho nas plataformas digitais.

O argumento construído nesse artigo parte do perfil do grupo de entrevistados/as de Campina Grande – majoritariamente de homens, jovens, pardos/pretos, escolaridade no nível de ensino médio e responsáveis pelo sustento da família – que nos indica uma situação vulnerável no mercado de trabalho, ainda mais nos anos 2017 – 2022, de forte retração econômica, com aumento do desemprego e redução do nível salarial no país, combinado com o período pandêmico, quando aquelas condições foram ainda mais agravadas.

Aquele contexto, por si só, já ajudaria a responder nossa questão, pois as plataformas seriam um "antídoto" ao desemprego, incorporando milhares de trabalhadores por conta própria. Mas a reflexão que propomos pretendeu ir além da "objetividade econômica da crise" para compreender outras possibilidades de interpretação, destacando alguns achados da pesquisa: a situação do desemprego, quando imposta por uma demissão, foi enfrentada com a ajuda de colegas/amigos/familiares, que incentivaram/apoiaram o ingresso na plataforma. E as motivações e expectativas em torno

da nova atividade voltaram-se mais à obtenção de renda para preservar suas famílias do que por um "cálculo racional" de lançar-se a uma atividade enquanto empreendedor/a. Outros sinais de uma rede de solidariedade entre entregadores/as de Campina Grande, que contrasta com uma "lógica individualista", nos foi revelada também em relação ao modo como lidam com imprevistos/infortúnios no cotidiano do trabalho, bem como com eventuais abusos cometidos por clientes a entregadores/as. Assim, as reflexões propostas neste capítulo contrastam com a atribuição de determinados valores individualistas aos entregadores sob uma "lógica economicista"; mas não nega a existência de ambas as perspectivas em um campo de contradição e de disputa.

Daí por que, conforme colocado na introdução deste capítulo, essas considerações não têm qualquer pretensão de serem conclusivas, muito ao contrário, pretende-se que, a partir daqui, possamos aprofundar tais reflexões em novas pesquisas e futuras publicações.

Referências

ABÍLIO, L. C. Uberização: subsunção real da viração. *Revista Margem Esquerda*, 2017.

ABÍLIO, L. C.. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, 18(3), 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas vol18-issue3-fulltext-1674>. Acesso em: 20 maio 2025.

GAGO, V. *A razão neoliberal*: economias barrocas e pragmática popular. Trad. Luiz Felipe Albuquerque. São Paulo: n-1 edições, 2018.

GROHMANN, R. A plataformização do trabalho. In: Antunes, Ricardo (Org.). *Plataformas digitais e o (des)futuro do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 27-46.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais: 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102039.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2024.

KESSLER, S. *Gigged*: the end of the job and the future of work. New York: St. Martin's Press, 2018.

RAVENELLE, A. J. *Hustle and gig*: struggling and surviving in the sharing economy. Oakland: University of California Press, 2019.

SRNICEK, N. *Capitalismo de Plataforma*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

Organização política dos entregadores por aplicativo: a questão da solidariedade[1]

Fellipe Coelho-Lima

Cesar Sanson

Vitória Patrícia Bezerra de Medeiros

Kimbelly Conrado Moura

Renata Xavier Deiga Ferreira

Introdução

Na noite de 07 de maio de 2022, em Natal/RN, um entregador por aplicativo de 24 anos, enquanto realizava uma entrega, foi atingido por uma árvore que caiu sobre o seu corpo. Ele ficou preso entre a sua moto e o tronco, sendo resgatado na sequência (Inter TV Cabugi, 05/2022). O entregador sofreu um traumatismo craniano que comprometeu severamente suas capacidades motoras e cognitivas, e ficou impossibilitado de trabalhar. De imediato, ele não pôde acessar a seguridade social por não contribuir com a Previdência Social, e a plataforma para a qual ele trabalhava o indenizou no valor de R$ 700,00 (ATAMB, 06/2024).

Diante da falta de assistência do Estado e da empresa-plataforma, os entregadores por aplicativo de Natal organizaram uma sequência de campanhas de arrecadação financeira, doação de cesta básica e campeonatos de futebol solidários. O objetivo era arrecadar fundos para que o entregador acidentado e a sua família pudessem sobreviver e custear parte do tratamento (ATAMB, 06/2024).

Um novo capítulo dessa história aconteceu dois anos depois, quando a Associação de Trabalhadores de Aplicativos por Moto e Bike de Natal/RN e Região Metropolitana (ATAMB) iniciou uma campanha pública de pressão pela responsabilização da empresa-plataforma para a qual o entregador trabalhava. A negligência da empresa foi denunciada em audiência pública na Câmara de Vereadores de Natal/RN e nas redes sociais da Associação. Ao

1. Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento do projeto "Nexos da Uberização: análises a partir dos trabalhadores" (Processo n. 409281/2021-2) por meio do Edital Universal 2021.

final de 2024, o entregador obteve vitória na Justiça junto à empresa quanto ao pagamento da indenização devida.

Esse caso é um exemplo da tese que trabalharemos neste texto: da solidariedade como um elemento político importante na organização dos entregadores por aplicativo. Nele, a revolta diante do descaso da empresa-plataforma estava presente antes da fundação da Associação, por muito tempo. Nesse processo, a própria categoria percebeu a importância, mas também os limites da ajuda mútua, e reconheceu a importância de uma entidade política autoconstruída para realizarem as lutas necessárias.

Seguindo nessa mesma direção, esse texto tem por objetivo analisar a solidariedade como elemento político no processo de organização política dos entregadores por aplicativo. Para isso, usamos duas fontes de dados, para além da literatura científica disponível.

A primeira delas são os dados construídos no escopo do projeto de pesquisa "Nexos da Uberização: análises a partir dos trabalhadores". Essa pesquisa tem como objetivo analisar os sentidos produzidos pelos entregadores por aplicativo no Brasil, Argentina e EUA sobre o seu trabalho em plataformas digitais, tendo participado da mesma mais de 170 entregadores entre 2021 e 2024. Para este capítulo, em específico, são analisadas aqui as falas dos entregadores relativas aos processos de solidariedade construídos entre eles.

A segunda fonte é oriunda do projeto de extensão "Fortalecendo a organização dos trabalhadores por aplicativos", coordenado pelos dois primeiros autores deste capítulo. Ele foi iniciado em 2023, e suas ações têm por objetivo apoiar as ações políticas realizadas pela ATAMB. Aqui, será analisado como a solidariedade aparece enquanto motivadora da construção da Associação, de suas ações e como ela passou a ser politizada no processo de luta empreendido pela categoria.

Essa não é uma tese nova, e tomamos como ponto de partida para a discussão dessa questão a Psicologia da Libertação, em especial, as considerações de Martin-Baró (1985; 1990; 2017), sobre o tema. Para esse autor, a solidariedade ao mesmo tempo é um valor que remonta aos povos originários latino-americanos e uma prática presente nas comunidades periféricas, que garante a sobrevivência dessa população até os dias de hoje. Ainda, Martin-Baró considera que esse elemento permite que os trabalhadores e trabalhadoras reconheçam suas dores, amenizem-nas, mas além disso, reconheçam as injustiças. Logo, a solidariedade permitiria a união das co-

munidades e, potencialmente, sua organização política para supressão da opressão a que são submetidas.

Iremos trabalhar essa tese considerando o caso dos entregadores por aplicativo no Brasil e como esse processo opera entre eles, quanto às suas limitações e potencialidades. Iniciaremos esta discussão, detalhando alguns dos determinantes da uberização do trabalho, para compreender como a solidariedade emerge enquanto questão nesse contexto.

As bases do surgimento da uberização do trabalho: revolução das forças produtivas, desregulamentação e financeirização

O capitalismo, no século XXI, tem se reconfigurado em escala global e alterado inúmeras dinâmicas que afetam a totalidade da vida humana e incidem, particularmente, sobre a sociedade do trabalho. Esta reconfiguração desaguou naquilo que hoje se tem denominado de capitalismo de plataforma (Srnicek, 2017; Woodcock, 2022) e/ou tecnofeudalismo (Durand, 2021; Varoufakis, 2025). No mundo do trabalho, essa "Grande Transformação" (Polanyi, 2000) tem sido designada pela literatura das áreas da Sociologia, Psicologia, Economia e do Direito como "uberização do trabalho" (Slee, 2019; Abílio, 2020; Antunes, 2020). É intrínseco a este modelo algumas características como a não vinculação com direitos trabalhistas, baixa remuneração e jornadas de trabalho extensas.

O movimento mais avassalador de reconfiguração da sociedade do trabalho está relacionado a uma forte ofensiva do capital frente ao trabalho, conduzida pela ideologia neoliberal (Dardot e Laval, 2016). Assiste-se, ao menos desde o último quarto do século XX, a uma reversão do Estado de bem-estar social, afetando dois pilares fundamentais de sua constituição e desenvolvimento: os direitos sociais e as políticas públicas relacionadas à educação, saúde e previdência, dentre outras. O aprofundamento de tal processo conduziu à primazia dos interesses do capital em detrimento da área social, resultando nas inúmeras reformas e reconfigurações da ação estatal ao redor do planeta de matriz neoliberal que, até o momento, têm ampliado desigualdades e a pobreza, sobretudo nos países periféricos.

Particularmente no mundo do trabalho, destaca Lopes (2023, p. 37), "o neoliberalismo (...) corroeu o modelo de Estado de Bem-Estar social e elegeu os sindicatos como as principais organizações a serem abatidas, iniciando a flexibilização das condições jurídicas referentes às relações de trabalho". O

Estado retira-se do seu papel de arbitramento e equilíbrio na tensão capital versus trabalho. Nessa perspectiva, as relações de trabalho fazem-se sempre e cada vez mais num processo de relações institucionais de individualização, atreladas à desregulamentação e eliminação de direitos.

No caso específico de plataformas como o Uber e suas congêneres, o trabalhador é responsável pelo seu instrumento de trabalho, por sua jornada de trabalho e por seu ganho. Logo, "uberização" significa o desmonte do conceito do assalariamento e seu rol de direitos, e manifesta uma nova realidade no mundo do trabalho caracterizada pela precarização do trabalho. Como destaca Antunes (2020, p. 11), "a uberização é um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de 'prestação de serviços' e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho".

Em sinergia à ofensiva do capital sobre a regulação do trabalho, tem-se um segundo movimento de reestruturação do capitalismo. Trata-se da revolução das forças produtivas que alteraram radicalmente a forma de se organizar o trabalho. Enquanto a revolução informacional teve como principal característica o incremento de tecnologias da informação (Castells, 1999), a revolução atual tem a inteligência artificial como um dos seus pilares (Schwab, 2016). No capitalismo de plataforma, esta se manifesta no intensivo uso dos algoritmos.

É neste contexto que emerge o capitalismo de plataforma. De acordo com Srnicek (2017), as plataformas digitais são empresas que operam como intermediárias entre produtores e consumidores, utilizando tecnologias digitais para conectar as duas partes. Essas plataformas são caracterizadas pela criação de mercados digitais e pela utilização de algoritmos para gerenciar as transações entre os usuários. Alguns exemplos de plataformas digitais incluem Uber, Ifood, Airbnb, Amazon e Facebook. Segundo o autor, as plataformas digitais são um novo tipo de empresa que está emergindo como um modelo de negócios central na economia contemporânea. A plataformização do capitalismo é operada por grandes empresas transnacionais, visceralmente ligadas ao capital financeiro. As empresas e seus lucros, hoje, respondem aos interesses de investidores e acionistas; logo, romperam o "compromisso" de gerar empregos com seus correspondentes direitos e estabilidade. Essas empresas geram milhares de empregos, porém, na área de serviços e caracterizados como precários.

Tais reconfigurações que se manifestam mundialmente, também têm afetado a América Latina, embora com impactos diferenciados em cada país ou sub-região, promovendo novas dinâmicas econômicas, sociais e políticas. No caso específico da América Latina, é importante destacar que a uberização do trabalho ocorre em um contexto histórico de colonização, espoliação das riquezas, superexploração e inserção desigual na dinâmica internacional do capitalismo. A realidade do mundo do trabalho latino-americana deve ser interpretada a partir deste contexto histórico e, mais recentemente, da ascensão do neoliberalismo. O nosso continente nunca constituiu um mercado de trabalho estruturado, e a informalidade, a subocupação e o desemprego sempre foram estruturantes da nossa condição. Ainda mais, no caso latino-americano, a informalidade, como destacado por Oliveira (2003) e Santos (1996), foi incorporada pelo capitalismo em seu padrão de acumulação. Neste contexto, as plataformas de trabalho digitais encontram terreno fértil para inovar os processos de exploração do trabalho, ao mesmo tempo em que reforçam tendências preexistentes de informalidade (Grohmann, 2020; Festi e Véras de Oliveira, 2022; Sanson e Silva, 2024).

Estudos realizados em diferentes países de *Nuestra América* (Véras e Bridi, 2023; Morales, 2023; Hidalgo e Salazar, 2020; Abílio, 2020) localizam a chegada das plataformas de entrega num contexto de crise, a partir de 2015, em geral por meio das plataformas de mobilidade (condutores). Não por acaso, essas empresas se instalaram em um momento de queda dos empregos formais e aumento da informalidade. Essas tendências instituem modelos de trabalho cada vez mais flexíveis e desassistidos de garantias dos direitos sociais e trabalhistas (Antunes, 2018; Leite, 2019; Filgueiras, 2021; Coelho, Jesus e Silva, 2021).

Na verificação de como os trabalhadores plataformizados percebem o seu trabalho, dados primários oriundos da pesquisa "Nexos da Uberização: análises a partir dos trabalhadores", mencionada na seção anterior, revelam que os trabalhadores têm consciência das condições de trabalho deletérias a que estão submetidos, marcadas pela ausência de proteção social, baixa remuneração e jornadas de trabalho extensas, assim como a consciência daquilo que se tem denominado de autogerenciamento subordinado – formas de controle sobre o trabalho que são transferidas para o trabalhador (Abílio, 2019, 2022; Coelho-Lima et al., 2024).

Descendo ao chão do asfalto – o chão de fábrica de hoje – percebe-se o enfrentamento diário dos proletários das nuvens (Varoufakis, 2025) contra os

patrões sem rosto (Cant, 2021) e como esta batalha vai configurando e reconfigurando ações coletivas contra a exploração. É possível perceber uma série de resistências e lutas que se manifestam no dia a dia, na luta contra a autocracia exercida pelas empresas-plataformas. Nos últimos anos, inúmeros coletivos, associações, cooperativas e sindicatos de trabalhadores de aplicativos têm surgido. Ao mesmo tempo, inúmeras ações coletivas têm se desenvolvido, como manifestações, bloqueios, escrachos e greves. Estes trabalhadores têm demonstrado capacidade de mobilização e solidariedade de classe (Sanson e Silva, 2024). O sucesso de tais lutas e resistências depende de sua capacidade de tornar essa mobilização em escala, latino-americana e global. Um dos componentes desse processo é, precisamente, a capacidade de produzir solidariedade dentro dessa categoria, conforme analisaremos melhor na sequência.

A hipótese da solidariedade como elemento na organização coletiva

A solidariedade é um tema recorrente na literatura, sendo problematizada ainda no período pré-moderno. Mesmo antes da Revolução Francesa reivindicar a solidariedade como parte da fraternidade, ordens religiosas e comunitárias já postulavam essa questão como essencial para a manutenção dos laços sociais. Contudo, essa temática ganhou contornos distintos ao longo dos anos (Soll, 2007; Westphal, 2008).

Na atualidade da ordem capitalista neoliberal, a solidariedade em muitos momentos é equivalente a ações filantrópicas e de caridade. Nessa direção, ela é a solução apresentada pela lógica deste modo de produção para o enfrentamento da "questão social" (Castel, 1995). Assim, a pobreza, a fome, a falta de moradia e tantos outros problemas produzidos pelo conflito irreconciliável entre capital e trabalho seriam resolvidos via ações solidárias de caráter filantrópico. Nelas, a sociedade civil, ou com recursos próprios, doações empresariais, ou gerindo recursos do Estado, poderia responder efetivamente a essas situações. Nessa perspectiva, as ações solidárias da sociedade civil substituiriam o lugar do Estado em promover o Bem-Estar Social. Ao mesmo tempo, deslocariam o debate sobre a superação do modo de produção capitalista por apresentarem formas de mitigar os problemas emanados desse sistema (Behring e Boschetti, 2017).

Para além da cooptação ideológica do conceito de solidariedade dentro do ideário neoliberal, ao longo da história, ela tem sido um importante elemento na organização da classe trabalhadora e no direcionamento de

outras possibilidades de sociedade. Para autores mutualistas, anarquistas e socialistas, essa prática foi reconhecida com centralidade para uma sociedade humana justa. Mais do que isso, apesar das divergências entre esses pensamentos, a solidariedade passou a ser concebida como a forma dos trabalhadores e trabalhadoras se organizarem e se reconhecerem enquanto classe. Ao compartilharem a mesma experiência de exploração e vivenciarem os problemas decorrentes dela (pobreza, miséria, fome etc.), seria possível a extrapolação da dimensão individual para uma posição coletiva de compreensão sobre essas situações. Mais do que isso, a partir da solidariedade seria possível construir ações coletivas que fossem na direção da supressão desses problemas, logo, da exploração (Durkheim, 2010; Marx, 2015; Proudhon, 2006; Zoll, 2007, Westphal, 2008). Na mesma direção, o termo também serviu para pensar outros modelos econômicos e sociais que superassem a lógica capitalista, como é o caso do movimento da Economia Solidária (Singer, 2018) e da Economia de Francisco e Clara (Brasileiro, 2023).

Em específico para este estudo, iremos partir das reflexões propostas no escopo da Psicologia da Libertação, precisamente das discussões empreendidas por Martín-Baró (1985; 1990; 2017). Essa tradição, que tem início na década de 1960, possui forte influência da Teologia da Libertação (Gutiérrez, 1986), da obra de Paulo Freire e dos escritos marxistas disponíveis na época (Lima et al., 2023). Tanto o autor, como sua teoria, foram forçados no processo de luta e resistência contra a ditadura salvadorenha da década de 1980. Como pano de fundo, emergiu um projeto societário de superação do capitalismo e a crítica ao imperialismo estadunidense e ao neoliberalismo (Lacerda Jr., 2017). A partir desse contexto, portanto, essa teoria considera, do ponto de vista ontoepistemológico, a construção da realidade como um processo histórico, conflitivo, coletivo e formado por seres humanos ativos, agentes da sua realidade. Do ponto de vista da práxis derivada dessa teoria, está a consideração da formação das identidades sociais no processo de luta, a importância da memória histórica, a luta pela desideologização do cotidiano e o foco na potencialização das virtudes das classes populares (Oliveira et al., 2014).

É nesse último universo que se insere o conceito de solidariedade na obra de Martín-Baró (1985; 1990; 2017). Para o autor, as virtudes das classes populares, incluindo a solidariedade, seriam elementos que remontam aos povos originários da América Latina e que, mesmo diante do imperialismo e do genocídio operados pela Europa, primeiramente, e pelos EUA,

posteriormente, persistem. Mais do que uma herança, essas virtudes são instrumentos utilizados pelos povos latino-americanos para garantir a sua sobrevivência e para resistir às investidas desse processo.

Por sua vez, o conceito de solidariedade resgata as raízes da Teologia da Libertação da qual parte Martín-Baró. Nela, dois pilares se destacam: a fraternidade, compreendida como a união dos iguais; e a reciprocidade entre esses iguais, contudo reconhecendo que esse é um processo próprio dos excluídos, dominados e pobres (Westphal, 2008). Assim, nas palavras de Martín-Baró (1990, p. 332), a solidariedade é o "ato de alguém compartilhar voluntariamente a responsabilidade pelas consequências do que fazem os outros" (p. 332). Portanto, ela é entendida enquanto uma ação pró-social, junto à cooperação e ao altruísmo. Logo, a solidariedade pressupõe a construção de laços coletivos, de comunidade, reconhecimento de problemas em comum e, muito mais que isso, é uma das bases para os processos de lutas coletivas, para a supressão das condições desumanas às quais estes povos estão submetidos.

Ao passo que essa é uma característica presente nos povos originários e persistente até o momento no contexto latino-americano, ela vai na contramão do projeto neoliberal vigente. O individualismo e a dissolução dos laços coletivos são marcas ativas produzidas por essa agenda. Isso é retratado não apenas do ponto de vista discursivo pela indústria cultural e pela ode ao indivíduo autossuficiente (Dardot; Laval, 2016), mas pelos recorrentes ataques promovidos pela agenda neoliberal às formas de organização coletivas, principalmente os sindicatos (Anderson, 1995). Verifica-se que, ao longo das últimas décadas, o processo de dessindicalização avançou ao redor do mundo (Braga, 2023).

Ao mesmo tempo que tem sido uma tendência do capitalismo tardio, desde meados de 2010 o mundo tem vivenciado novos ciclos de lutas, com características peculiares. Os levantes produzidos a partir desse momento, ao mesmo tempo que conservam muito da descrença nos sindicatos e partidos políticos típicos da classe trabalhadora, contraditoriamente criticam a dinâmica atual da política e da economia. São movimentos advindos da classe trabalhadora, que demandam reconhecimento de problemas coletivos, a realização de ações em conjunto, mas que poderiam não ser tão nítidos quanto o espectro político ao qual se filiavam (Antunes, 2016). Alguns autores, como Standing (2014), apontam inclusive a contradição entre, ao mesmo tempo, ser a nova parcela dos trabalhadores precarizados – o pre-

cariado – o grupo que mais dinamizou as revoltas populares nas duas últimas décadas, mas não reivindicarem as organizações coletivas clássicas da classe trabalhadora.

No contexto específico dos entregadores por aplicativo, a situação é semelhante ao narrado no parágrafo anterior. Ao mesmo tempo que convivem com discursos por parte da empresa-plataforma que reafirmam a autonomia e o individualismo entre os trabalhadores (Coelho-Lima et al., 2024), eles produzem laços coletivos. Diversos estudos (Festi et al., 2024; Grohmann; Salvagni, 2023; Santana; Nowak, 2024; Woodcock, 2020) já constataram a frequência com que esses trabalhadores rapidamente formam grupos em redes sociais, como WhatsApp, ou procuram formas de estar coletivamente unidos. Mais do que isso, esses grupos fomentam a solidariedade para a solução de problemas do dia a dia de trabalho

A partir dessas considerações é que, na sequência, como apresentado na Introdução deste capítulo, iremos analisar como esses laços que se iniciam como estratégia de sobrevivência a partir da solidariedade possuem um potencial político para a organização coletiva dessa categoria. Primeiramente, apresentaremos os dados construídos a partir das entrevistas realizadas no escopo do projeto Nexos da Uberização e, na sequência, do projeto Fortalecendo a Organização dos Trabalhadores por Aplicativos.

Solidariedade como elemento comum aos entregadores por aplicativo

Um primeiro aspecto que merece atenção a partir da fala dos entrevistados é a existência de espaços coletivos de interação. Esses são os "pontos de espera" e os grupos de WhatsApp. Por diversas razões (proximidade com a residência, conhecimento prévio de outros entregadores, avaliação de serem locais que favorecem mais a entrega, dentre outras), os entregadores por aplicativos tendem a escolher algum ponto da cidade para aguardar as chamadas de novos pedidos. Essa espera pode ser variada, entre minutos ou horas, e durante esse tempo acontecem interações espontâneas. É a partir dos grupos informalmente constituídos nos pontos de espera que são criados os grupos no WhatsApp. Então, de alguma forma, há uma tendência dos grupos virtuais reproduzirem a dinâmica dos grupos presenciais.

Ambos os espaços, de acordo com nossos entrevistados, veiculam a comunicação entre pares. Essa comunicação oportuniza a troca de experiências e o compartilhamento de informações de interesse comum (em tempo

real ou não), tais como informações sobre o trânsito, o tempo, o fluxo de entregas, a ocorrência de problemas no trabalho, entre outras. Na análise das entrevistas realizadas, pode-se observar a presença de um senso de comunidade e disposição para ajuda dentro da categoria, exemplificado pela seguinte fala de um entregador de Natal/RN:

> B.: Acontece algum acidente, você chamar o motoqueiro, motoboy, amigo seu… ninguém hesita em lhe ajudar. Porque a gente é uma classe unida, né? (...) Até, muitas vezes, perder corrida para ajudar um amigo, fazer qualquer coisa.

Logo, o aplicativo pode até não oferecer o suporte e o auxílio necessários, como apontou B., mas o apoio de seus colegas é algo corriqueiro e frequente em situações de acidente, adoecimento e problemas provenientes do trabalho (problemas com a moto, dificuldade com o manuseio do aplicativo e outros). Nesse sentido, também nos deparamos com uma realidade de apoio mútuo na Argentina. Assim, a falta de apoio da empresa desencadeou um cenário de expressa manifestação de solidariedade, como forma de lidar com os problemas, como traz M.C.E.S.:

> M.C.E.S.: Tenemos un grupo, preguntan y bueno nos damos una mano. En caso por ahí hay algunos de los chicos están con la bici y comentan: "pinche la bici y no tengo parche, donde estas vos?" Si estoy cerca voy, yo tengo todo parche, la solución, tengo todo, lo ayudo a parchar.

O cuidado aparece no cotidiano, pois os entregadores estão atentos à segurança uns dos outros. Quando podem, acompanham-se pelas zonas perigosas e buscam saber quando os companheiros finalizam as entregas e por onde estão, como mostra a fala abaixo:

> M.J.O.S.: [..] estamos atentos todo el tiempo. Si uno va a una zona peligrosa, le decimos:"avisa cuando llegues o entregues"; si estás bien, le decimos por donde tiene que ir para su seguridad, y todo eso.

Nos dois países, encontramos falas que ilustram a presença de uma união e um senso de pertencimento nas relações entre entregadores. A seguir, temos a fala de M. (entregador brasileiro) e M.J.A.V. (entregador argentino):

> M.: [...] os motoqueiros, eles quando vê um motoqueiro em apuros, seja um pneu furado, seja uma situação que o motoqueiro foi assaltado, eles tentam sempre ajudar de alguma forma né.
>
> M.J.A.V.: Si. Más que todo cuando hay robo, hubo muchos robos hace un tiempo, acá en el patio Olmos, moto, bici. Muchos los acompañan a los que les robaron y los van a buscar, van a perseguir al choro, han cagado a trompadas a los choros también.

Nos relatos dos entrevistados, surgem denúncias acerca da falta de suporte das empresas e da vulnerabilidade que a violência urbana traz, como roubos e assaltos, o que interfere no dia a dia de trabalho. Os dois trechos acima ilustram tal situação. Neles, os entregadores se organizam para prestar assistência às vítimas dos perigos e riscos inerentes ao trabalho com entregas. Ainda é interessante sublinhar que, na fala de M.J.A.V., o suporte prestado entre pares é escalonado a ponto dos entregadores se colocarem em situações de risco na busca por justiça, frente a uma situação de roubo do meio de trabalho de seu colega. Então, há uma intensificação da situação, ao passo em que os próprios entregadores perseguem o ladrão e respondem com violência, em resposta a essa violação. Esse é um exemplo de até onde esses trabalhadores podem ir, na defesa uns dos outros, na disposição de se protegerem, embora entrem em situações perigosas. Tais ações são entendidas enquanto formas de cooperação e solidariedade, conforme definido por Martin-Baró (1990).

Também identificamos situações em que entregadores mais experientes prestam orientações aos iniciantes no trabalho de entregas por aplicativo, compartilhando experiências passadas de problemas que tiveram com a plataforma, as estratégias utilizadas para resolver e outras instruções que dizem respeito a atividades básicas do ofício.

> M.: [...]eu sou um dos mais antigos da Rappi. Quando via um novato chegando, eu já via que outros entregadores também experien-

> tes ficavam:"olhe ali, tá, começando, não sabe nem pegar o produto, não sabe nem isso, nem sabe aquilo". Eu já chegava, conversava com aquela pessoa: "amigo,cê tá precisando de uma ajuda?"; "rapaz, eu não tô conseguindo achar esse produto aqui". Aí eu disse: "olha, é em tal prateleira" [...]

Para além de compartilhar vivências, ações de cuidado mútuo em resposta ao desamparo e aos perigos do cotidiano de trabalho, encontramos algumas falas de participantes que veem o trabalho com entregas por aplicativo como uma atividade que possibilita fazer amizades, que também se espalham para a vida pessoal dos entregadores.

> V.: Existe, existe… Existe uma amizade muito forte… Eu acho que é uma das categorias mais unidas que tem, assim, da classe média, né?… Você vê que, independente de todo mundo aqui tá concorrendo, assim… entre aspas… pra pegar um pedido, e você não vê ninguém querendo derrubar ninguém… Quando um sai com um pedido, você vai lá e dá uma força.

> M.C.E.S.: Si, nos vamos a la casa de algunos de los chicos. Ayer justamentefue el cumpleaños de uno, hoy es viernes, no es miércoles, perdón fue el cumpleaños de unos de los chicos nos juntamos todo en la casa de el compartimos una cenita.

Por outro lado, apesar dos vários relatos que ilustram a cooperação, o altruísmo, a solidariedade e a busca por justiça social, encontramos, também, relatos que apontam para a presença de competitividade, o que nos permite observar, contraditoriamente, o caráter de individualização do trabalho:

> M.: [...] tem muitos que se ajudam porque é uma coisa que, tipo, tem muitas pessoas diferentes. E como, querendo ou não, a gente é nosso patrão, né, como se fosse, não quer trabalhar, não trabalha. Aí às vezes fica meio que uma competição, sabe, tipo "ai meu aplicativo toca mais do que o seu" e tal... Tem muitos que se ajudam, a relação é boa, mas também tem uns que brigam, é uma coisa relativa.

Logo, podemos compreender que as ações pró-sociais coexistem com outros posicionamentos e atitudes muito próprios do sistema capitalista. O mesmo sistema que estimula o individualismo, configura a dispersão do trabalho e alimenta a competitividade, deixa os trabalhadores desassistidos e os faz procurar amparo e cuidado junto aos seus semelhantes. As condições materiais e a falta delas pressionam para que esses trabalhadores individuais se organizem em coletivos, cooperem e lutem juntos por justiça social.

Logo, a negligência das plataformas para com a vida e as condições de trabalho dos trabalhadores os faz procurar outros meios de lidar com essas faltas. A solidariedade, que é uma das respostas possíveis aos problemas cotidianos, é, ao mesmo tempo, algo que permite a muitos continuarem trabalhando, contribuindo para a reprodução do capital, assim como, também, carrega em si a potencialidade de uma ruptura.

Partimos, aqui, do entendimento de que o encontro de entregadores diferentes com o mesmo problema possa possibilitar a construção de uma compreensão daquela questão enquanto um problema compartilhado, podendo este passar a ser enfrentado de forma coletiva.

A fala de A. exemplifica essa possibilidade:

> A.: [...] hay mucha heterogeneidad, diría yo, pero hay tolerancia, o sea, que nos ayudamos entre todos y buscamos la manera de un punto de equilibrio [..] Me parece dentro de todo que es un grupo unido, hay sus cosas pero buscamos la manera de eso… de mantenernos en apoyo constante y de comunicación por los grupos y en grupito de reunión. Por ejemplo, ahora, veíamos que la aplicación no está pagando bien, entonces nos juntamos che no está pagando bien, nos juntemos a tomar una coca en veinte minutos arrancamos. E ntonces, más o menos ese tipo de cosas son como que lo que hacemos.

Em sua fala, ele partilha que, apesar do grupo ser composto por pessoas diferentes, com singularidades que tornam o grupo heterogêneo, tem um esforço coletivo para que o grupo mantenha-se unido e apoiando uns aos outros através de uma boa comunicação e do respeito às diferenças, para que possam manter diálogo e construir ações no que diz respeito às pautas comuns da categoria.

Por fim, estamos falando aqui de um processo de tomada de consciência, frente às situações de injustiça social, que atravessam um grupo de pessoas que passa, a partir da tomada de consciência, a partilhar as cargas e as medidas cabíveis frente à desigualdade, à injustiça, à exploração dentro de um conflito social (Martin-Baró, 1990). Esse processo de conscientização acerca da própria identidade e de seu pertencimento ao grupo é o primeiro passo rumo à construção de formas organizativas que conduzam aos interesses das maiores populações para o confronto social (Martin-Baró, 1985).

Tanto em Córdoba/Argentina como em Natal/Brasil, os entregadores possuem grupos para se organizar, criar e compartilhar estratégias para enfrentar as intempéries do trabalho. Em contato com os representantes desses grupos, percebeu-se o benefício da construção de um espaço que pudesse canalizar as indignações e as revoltas dos entregadores em busca de justiça. Nesse sentido, nasceu a ATAMB em Natal/RN, que será apresentada na seção seguinte, e que materializa a politização da solidariedade presente na categoria.

O caso da Associação de Trabalhadores de Aplicativos por Moto e Bike de Natal/RN e Região Metropolitana – ATAMB

A ATAMB é uma organização civil sem fins lucrativos, fundada em 2023. Sua atuação é pautada na defesa dos direitos e na promoção de melhores condições de trabalho para entregadores, entregadoras e mototaxistas que operam por meio de plataformas digitais na capital potiguar. Além disso, a Associação busca maior transparência nas políticas adotadas pelas empresas-plataformas.

O plano de fundo de fundação da ATAMB, inicialmente, dá-se por um contexto em que Natal/RN e Parnamirim/RN possuem grupos de entregadores e entregadoras em locais fixos – como praças, laterais de shopping, entre outros –, os "pontos de espera", servindo de lugar de encontro entre eles. Ao realizar as entregas, o trabalhador retorna para seu local de referência. Além de um espaço físico, eles também se articulam virtualmente, pelo WhatsApp e pelo Telegram, seja socializando informações entre si ou organizando vaquinhas para os colegas de trabalho que foram assaltados ou, principalmente, acidentados.

No momento da entrevista, o principal grupo de WhatsApp, ou seja, o que concentrava mais pessoas dos demais grupos, era o Galera da Pres-

são (GDP). A principal característica mantenedora do grupo era a solidariedade uns com os outros. Algumas ações nessa direção, realizadas por esse grupo, eram: arrecadação de valores por meio de contribuição coletiva ("vaquinhas") para os trabalhadores acidentados, manutenção de moto ou para entregadores em situação financeira difícil por diversas razões; pedidos de ajuda imediata para entregadores acidentados; compartilhamento de informações sobre o trânsito e funcionamento das plataformas; alerta sobre situações perigosas; organização de atos ("buzinaços") contra clientes e estabelecimentos que desrespeitam os entregadores.

Essa era uma prática comum entre os demais coletivos informais desses trabalhadores, sendo algo presente nas falas dos entrevistados na pesquisa Nexos da Uberização, conforme apresentado na seção anterior. Essas ações garantiam o interesse dos entregadores em participarem desses grupos, bem como a coesão desses espaços. Contudo, um salto nessa organização ocorreu em 2022, quando esse grupo passou a organizar manifestações políticas.

No ano anterior, já havia ocorrido uma primeira tentativa de organização de um ato contra determinadas mudanças na organização do trabalho de uma das empresas-plataformas. Contudo, houve baixa adesão dos entregadores e a mobilização ficou circunscrita a poucos coletivos. Em 2022, o Ifood anunciou que implementaria a política de subpraças na cidade. Por meio dela, primeiramente, os entregadores estariam alocados em determinadas regiões da cidade e um grupo de entregadores seria privilegiado na distribuição de entregas, em comparação a outros. Esse anúncio causou grande revolta na categoria.

Como forma de demonstrar essa revolta, algumas lideranças dos coletivos informais se articularam e criaram um grupo no WhatsApp reunindo, primeiro, essas pessoas e,segundo, os entregadores vinculados a esses coletivos. Ainda que outras iniciativas nessa direção tivessem sido tomadas anteriormente, essa foi a primeira que conseguiu efetivamente reunir a maior parte dos coletivos, bem como teve uma estrutura organizativa melhor definida. Mais especificamente, foi esse um grupo criado explicitamente com a finalidade política de combate a uma política adotada pela empresa-plataforma, diferindo o conteúdo daquele tratado nos grupos prévios (ações de solidariedade).

A partir da organização promovida pelo GDP, ocorreu a paralisação dos entregadores em Natal/RN em 2022. Para isso, foram adotadas três estra-

tégias bem definidas. A primeira delas, foi o desligamento dos aplicativos nos celulares dos entregadores. Com isso, caso um cliente solicitasse o pedido e o restaurante requeresse um entregador da plataforma, o tempo de espera seria muito alto, inviabilizando a entrega do pedido. A segunda, foi a mobilização da mídia local para a exposição dos motivos da paralisação. Dessa forma, os entregadores contataram e concederam entrevistas para veículos da mídia impressa, virtual e televisionada. Por fim, adotaram o método dos "piquetes". Assim, os entregadores que aderiram à paralisação se deslocaram para oito pontos da cidade, permanecendo neles das 10h às 22h, compreendendo os três horários de pico de entregas: horário do almoço, do lanche e da janta. Essa concentração tanto serviu para dar coesão à paralisação e visibilidade para o grande público, como para sensibilizar entregadores, que iam até os locais de retirada de pedidos aderir à paralisação.

Os entregadores sustentaram por dois dias esse modelo de paralisação, sendo avaliado como vitorioso por eles próprios. Primeiro, pelo nível de adesão da categoria. Estimaram que mais de 200 entregadores participaram dos piquetes e, durante os dois dias, a principal empresa-plataforma fechou a realização de novos pedidos, considerando a incapacidade de fornecer entregas. Em vista disso, no dia seguinte à paralisação, o Ifood suspendeu a política de subpraças.

Esse movimento deu visibilidade local à situação dos entregadores, atraindo também a atenção de docentes e estudantes da Universidade, no caso a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Durante a paralisação e nos momentos posteriores, a equipe do projeto Nexos da Uberização esteve em contato com as lideranças do movimento, dialogando sobre os próximos passos. Foi nessa interação que surgiu a ideia de formalização do coletivo. Naquele momento, as lideranças do movimento já tinham consciência de que apenas conseguiriam efetivar suas reivindicações se a sua organização coletiva fosse fortalecida. Mais do que isso, precisavam acessar canais institucionais para pautar essas demandas. Ao mesmo tempo, verificou-se o receio pessoal dessas lideranças quanto ao "envolvimento com a política" (entendido por eles como partidarização da luta) e o quanto precisariam abdicar do seu trabalho para se envolver nas atividades políticas.

Após meses de conversa, no final de 2022, deu-se início à formação de uma diretoria para a formalização do coletivo. Naquele período, foi avaliado que a organização via associação seria a mais viável, já que na categoria havia muita resistência à ideia de sindicatos, e o processo de formalização, via

associação, era mais simples. Durante o diálogo com as lideranças, o Fundo Brasil lançou a primeira edição do Edital Labora, voltado para organizações ligadas aos trabalhadores informais, diaristas e trabalhadores por aplicativo. Essa foi a oportunidade de obter financiamento para custear o processo de formalização e das ações do que seria a ATAMB.

Nesse primeiro projeto – assim como nos dois seguintes nos quais a Associação foi contemplada pelo mesmo fundo – são ladeados objetivos de luta pelos direitos trabalhistas e ações de solidariedade destinadas aos trabalhadores por aplicativo. A opção por esse modelo de funcionamento da Associação foi algo intencional e considerou que: 1) exclusivamente ações de cunho solidário ou assistencial eram insuficientes, já que, nesse momento, reconhecia-se a necessidade de se exigir das empresas-plataformas condições dignas e seguridade para os entregadores e entregadoras; 2) as empresas-plataformas não ofereciam equipamentos, logo a Associação precisaria atuar no fornecimento de equipamentos de segurança para o trabalho (camisas adequadas, capas de proteção para celular, capas para caixas térmicas), para promover o mínimo de dignidade no trabalho da categoria; 3) as ações de solidariedade são marca do grupo que gerou a ATAMB, os atuais coletivos informais e mantêm a coesão e adesão da categoria a esses grupos.

Oficialmente, a ATAMB foi fundada em Assembleia, em outubro de 2023, com 80 entregadores e entregadoras presentes. No dia da Assembleia de criação, a principal pauta que mobilizou a ATAMB foi a conscientização da categoria. A diretoria tinha como objetivo sensibilizar entregadores, entregadoras e mototaxistas sobre as perversidades com as quais as plataformas digitais operam em relação à categoria. A partir disso, buscou-se evidenciar a importância da organização coletiva como instrumento de resistência e potência da categoria na luta por direitos.

Com a adesão dos trabalhadores, a diretoria passou a desenvolver estratégias internas e externas para o fortalecimento da ATAMB. No âmbito interno, a diretoria passou a realizar reuniões quinzenais para definir, de forma democrática, as ações da Associação. Já entre as estratégias externas, foram criados grupos de WhatsApp organizados por perfil de atuação: um para entregadoras e mototaxistas, outro para bikeboys, um para motoentregadores e um grupo geral. Além disso, a diretoria também marca e realiza visitas periódicas nos "pontos de espera" dos entregadores, promovendo a socialização e fortalecendo o vínculo com a categoria, a fim de manter a popularidade e a legitimidade da Associação junto à classe. É importante

ressaltar que todos os membros da diretoria continuam trabalhando, seja como entregadores ou como mototaxistas paras as empresas-plataformas.

Nesses poucos anos de atuação, por meio de uma intensa luta coletiva, a ATAMB conquistou uma de suas principais reivindicações: a desobrigação de subir nos condomínios, permitindo que os entregadores deixem os pedidos nas portarias. Essa vitória, resultado da mobilização organizada e da solidariedade, foi concretizada em parceria com o Poder Legislativo, culminando na promulgação da Lei Municipal n. 773/2024.

Em geral, as iniciativas da ATAMB são motivadas por um senso de solidariedade coletiva entre os trabalhadores da categoria. A Associação desempenha um papel de mediação com os entregadores, entregadoras, mototaxistas e as plataformas digitais, contribuindo na resolução de conflitos e na ampliação do suporte às demandas cotidianas. Além disso, promove ações assistenciais, como a distribuição de cestas básicas a trabalhadores em situação de risco e a oferta de equipamentos mínimos de proteção, como suportes para celular, camisetas com filtro UVA/UVB e caixas térmicas (bags).

A última paralisação nacional, ocorrida entre os dias 31 de março a 01 de abril de 2025, teve como principais pautas o reajuste da taxa mínima e do valor por quilômetro, a limitação de quilometragem para os bikeboys e o estabelecimento de uma taxa para cada entrega. Em Natal/RN, não só os entregadores aderiram, mas também alguns estabelecimentos. Muitos restaurantes, farmácias, entre outros, não abriram sua loja virtual em prol da classe.

Nesse cenário, embora as empresas-plataformas tenham apresentado poucas respostas concretas às reivindicações dos trabalhadores, a paralisação representou um avanço importante e emblemático para toda a categoria do Brasil. Mais do que reivindicar melhorias imediatas, o movimento evidenciou a capacidade de organização dos entregadores, mostrando que a categoria está alinhada em seus interesses e disposta a radicalizar a luta contra as condições perversas impostas pelas plataformas.

Ainda nesse curso de desenvolvimento da ATAMB, cabe destacar o papel das organizações que deram suporte à Associação. Tanto o Grupo de Pesquisas e Estudos sobre o Trabalho (GEPET/UFRN) quanto o Centro de Referências em Direitos Humanos Marcos Dionísio (CRDH/UFRN) acompanham as reuniões periódicas da diretoria, bem como conferem suporte logístico para as ações realizadas. A participação nos encontros das lide-

ranças tem dois objetivos. Um é mediar os debates, fornecendo ferramentas que permitam o diálogo, debate e encaminhamento das questões da categoria. Outro é, intencionalmente, problematizar situações, produzindo reflexões que permitam extrapolar as situações cotidianas para a compreensão das determinações sociais dos problemas enfrentados pelos entregadores por aplicativo. Além disso, o Fundo Brasil e o Solidarity Center apoiam não apenas financeiramente algumas ações desenvolvidas pela ATAMB, mas fornecem espaços de formação política que permitem o acesso a conteúdos teóricos que explicam o dia a dia de trabalho dos entregadores.

A ATAMB tem desempenhado um papel decisivo ao articular lutas, propor políticas públicas e oferecer suporte direto aos trabalhadores. Sua atuação mostra que a solidariedade é uma forma de resistência política. Ao mesmo tempo, a ATAMB tem contribuído para radicalizar o debate sobre o trabalho por aplicativo no RN, enfrentando o discurso da falsa autonomia e expondo as contradições do modelo exploratório das plataformas. A experiência da Associação demonstra que, quando os trabalhadores se reconhecem como parte de uma coletividade e se organizam a partir de suas próprias necessidades, é possível não apenas resistir, mas também avançar na conquista de direitos e dignidade.

Da solidariedade à ação política *para si*

A partir de ambas as experiências, é possível levantar algumas considerações em torno da solidariedade como elemento de articulação política entre os entregadores por aplicativo. A primeira delas é quanto ao papel dos grupos que são formados.

Assim, a primeira constatação é que os grupos de WhatsApp aparentemente são uma extensão dos grupos que são formados presencialmente por esses entregadores. O uso dessa rede social para organização cotidiana desses trabalhadores é algo que, recorrentemente, a literatura tem apontado (Festi et al., 2024; Grohmann; Salvagni, 2023; Santana; Nowak, 2024; Woodcock, 2020). No caso específico aqui analisado, os grupos virtuais acabaram tendo como base os grupos que eles formavam nos pontos de espera aguardando chamadas para as entregas. Isso não limitava outros grupos de serem criados, mas há indícios de que os grupos virtuais com maior coesão eram aqueles que também possuíam laços presenciais entre os membros. Essa constatação ajuda a compreender o papel de ambas as instâncias na consolidação desses laços: os encontros presenciais permitem que as trocas

espontâneas, ricas em elementos não verbais, fortaleçam o estabelecimento de confiança; enquanto os grupos virtuais potencializam esses laços, permitem a veiculação em tempo real de informações e a continuidade da interação quando não estão fisicamente próximos.

Os dados aqui apresentados também permitem refletirmos acerca da função que esses grupos exercem junto aos entregadores por aplicativos. A partir das entrevistas, foi possível levantar ao menos quatro funções diretas desempenhadas por esses grupos: 1) prestação de socorro imediato em situação de acidente e perigo; 2) orientações de como realizar a atividade de entrega, utilização do aplicativo, lojas e serviços para reparo da moto e da bicicleta; 3) organizar campanhas de ajuda financeira para entregadores que estejam impossibilitados de trabalhar; 4) compartilhar os problemas enfrentados no dia a dia.

Com exceção da última função, todas as demais se referem a estratégias de suprir o amparo que deveria ser conferido pelas empresas-plataformas ou pelas políticas públicas. Logo, a organização dos grupos presenciais e virtuais são estratégias de sobrevivência adotadas coletivamente pelos próprios trabalhadores diante da inexistência de apoio de outras instâncias. Ao mesmo tempo, são o resultado tanto do avanço do neoliberalismo quanto da dissolução dos direitos trabalhistas e políticas públicas (Anderson, 1995; Dardot e Laval, 2016), assim como do modelo de negócio adotado pelas empresas-plataformas que se desresponsabilizam do cuidado pelos trabalhadores (Abilio, 2019; 2020a; 2020b; Coelho-Lima et al., 2024).

Um resultado secundário dessa auto-organização é o fortalecimento dos laços entre esses entregadores participantes do grupo. Assim, é possível afirmar, em alguma medida, que a confiança que em outros momentos históricos foi atribuída ao Estado, aos sindicatos, ou mesmo, contraditoriamente, às empresas, acaba por ser atribuída aos próprios pares. Esse é um movimento contraditório, pois, ao mesmo tempo, também identificamos situações em que a competição e o individualismo se fazem presentes nas interações dentro desses grupos. Contudo, ele também contradiz a própria ideologia neoliberal, de ode ao indivíduo e combate às relações solidárias entre os sujeitos da mesma classe (Dardot e Laval, 2016). Não obstante, reforça o pressuposto defendido por Martin-Baró (1985; 1990; 2017), da prevalência das virtudes populares – sendo a solidariedade uma delas –, mesmo diante do avanço do neoliberalismo.

Tais constatações nos permitem aproximarmos da questão inicial da relação entre solidariedade e organização política. No caso dos entregadores por aplicativo, o estabelecimento desses grupos e da coesão produzida pelas ações solidárias de várias ordens entre seus membros criaram a possibilidade da organização política em algumas direções. A primeira delas, viabilizar um espaço no qual os trabalhadores possam compartilhar seus problemas e reconhecê-los na experiência de outros pares. Esse é um momento que, ao longo da história, tem sido mapeado como importante para a organização da luta da classe trabalhadora (Marx, 2017). Em segundo lugar, o reconhecimento do problema como sendo coletivo abre a possibilidade de se questionar o responsável por eles. Essa constatação é corroborada por outras pesquisas (Coelho Lima et al., 2024), ao identificarem que boa parte dos esforços das empresas-plataformas, nos discursos destinados aos entregadores, é responsabilizar os próprios trabalhadores pelos problemas que enfrentam no seu trabalho. Portanto, há um espaço decisivo de disputa nesse momento, do reconhecimento coletivo dos problemas do dia a dia, que é afirmar para onde a indignação deve ser direcionada. O surgimento da ATAMB ocorre exatamente quando houve entendimento coletivo de que, diferentemente do que foi afirmado pelas empresas-plataformas (Coelho-Lima et al., 2024) ou pela ideologia neoliberal de modo geral (Anderson, 1995), as próprias empresas são responsáveis pelos baixos salários, inseguranças e tantas outras questões do trabalho em plataformas. Em terceiro, as ações promovidas dentro desse grupo antecipam as experiências das ações políticas, preparando esses membros para as mesmas. Isso, considerando que as ações organizadas exigem organização, planejamento, dispêndio de energia e coordenação. Todas essas habilidades, potencialmente, são base das ações intencionalmente políticas.

É importante ressaltar que até o momento foram destacadas as potencialidades produzidas dentro dos grupos de entregadores, viabilizadas pela solidariedade existente neles. São possibilidades. Portanto, não há nenhuma inevitabilidade causal entre haver solidariedade dentro de um grupo e uma ação política em si, para o grupo assumir as ações políticas para si. É necessário haver intencionalidade nesse processo o desenvolvimento de uma consciência em específico (Marx, 2017). No contexto dos entregadores por aplicativo analisados, a participação de um ente ativamente no cotidiano da organização política, bem como os cursos de formação, funcionaram como agentes mediadores desse processo. O caso da ATAMB é exemplar nessa direção. Já que, apesar de em momentos anteriores já existir a organização

coletiva dos entregadores, incluindo atos de rua, não houve consolidação no formato de um novo organismo representativo dessa categoria. A partir do momento em que entidades externas, intencionalmente orientadas, atuaram na produção dessa consciência, foi possível a organização política intencional e explícita desses trabalhadores.

Essa situação também reforça outra assertiva de Martin-Baró (1985; 1990), quanto à importância do processo de conscientização orientado a uma desideologização das classes populares. Aqui, consideramos, em direção semelhante, a importância de construir junto a esses trabalhadores novos sentidos e, portanto, novas ideologias que orientem suas ações no mundo, para a superação dos problemas vivenciados (Coelho-Lima, Bendassolli e Varela, 2021). Contudo, é importante considerar que apenas o processo de formação política e de conscientização não é suficiente: o próprio confronto com os limites e contradições impostos pelo capitalismo, por meio das experiências cotidianas desses trabalhadores, é que permite a construção dessa nova consciência política.

Conclusão

Em síntese, conseguimos concluir, provisoriamente, que a solidariedade atua como produtora da coesão dentro dos grupos de entregadores por aplicativo participantes de ambos os projetos. Ela cria a possibilidade de construção de uma consciência política entre esses trabalhadores, ao garantir a unidade do coletivo, o reconhecimento dos problemas pessoais como coletivos e o desenvolvimento de habilidades necessárias às ações políticas. A passagem das ações solidárias, que são políticas em si, para as ações políticas intencionais para si, ocorre no momento em que, dialeticamente, esses sujeitos se confrontam com os limites entre as suas necessidades e a dinâmica capitalista imposta, desenvolvendo novas formas de pensar, produzir sentido e consciência política sobre as origens dos seus problemas.

Essa conclusão merece maiores investigações que considerem coletivos de trabalhadores por aplicativo que possuem maior tempo de existência, bem como que incorporem as diferenças culturais em cada localidade. Da mesma forma, o contexto das cooperativas de plataforma pode ser também um espaço importante para gerar novos subsídios de como a solidariedade passa a ser intencionalmente politizada nas ações coletivas.

Referências

ABÍLIO, L. C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas (online)*: Indivíduo y Sociedad, 18 (3), p. 41-51, 2019.

ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time?. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020.

ABÍLIO, L. C. Plataformas digitais e uberização: globalização de um Sul administrado. *Contracampo*, 39 (1), p. 12-26, 2020.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: Sader, Emir (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. A era das rebeliões e os desafios do marxismo. In: OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; PAIVA, Ilana Lemos de; COSTA, Ana Ludmila Freire; COELHO-LIMA, Fellipe; AMORIM, Keyla (Orgs.). *Marx Hoje*: pesquisa e transformação social. São Paulo: Outras Expressões, 2016, p. 201-222.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão*: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.

ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORES DE APLICATIVO POR MOTO E BIKE – ATAMB/RN. Lucas Matheus sofreu um acidente há mais de dois anos e foi negligenciado... Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C8VljvBs_A9/>

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social*: fundamentos e história. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

BRAGA, R. *A angústia do precariado*: trabalho e solidariedade no capitalismo racial. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

BRASILEIRO, E. (Org). *Realmar a Economia* – A Economia de Francisco e Clara. São Paulo: Editora Paulos, 2023.

BRIDI, M. A.; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Capitalismo de plataforma no contexto latino-americano: reconfigurações do trabalho e precariedade. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 11, n. 29, p. 5-12, set.-dez. 2023.

CANT, C. *Delivery Fight*! – A luta contra os patrões sem rosto. São Paulo: Veneta, 2021.

CASTEL, R. *As Metamorfoses da Questão Social*: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1995.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

COELHO-LIMA, F.; KEPPLER, Isabel Lopes dos Santos; LEOCÁDIO, Larissa Alessandra de Sena; BEZERRA, Isabele Pinto Lucena; BARBOSA, Sofia Sant'anna Costa; FRANÇA, Larissa Marcela Peixoto; MACHADO, Maria Luísa Paes. A ideologia do trabalho e o autogerenciamento subordinado nas empresas-plataforma de entrega de mercadoria. *Revista Brasileira de Sociologia*, 12 (29), 2024.

COELHO-LIMA, F.; VARELA, V.; BENDASSOLLI, P. F. Ideology, sense, andmeaning: a theoretical-methodological approach. *Culture &Psychology,* v. 27, n. 1, p. 152-171, 2021.

COELHO, B. da P. de M.; JESUS, A. B. B. de; SILVA, M. E. P. S. da. A luta coletiva dos entregadores latino-americanos contra a pandemia do capitalismo – movimentos grevistas em tempos de covid-19. *Middle Atlantic Review of Latin American Studies*, 4 (3), p. 31-48, 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C.. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE LIMA, M. R. et al. Miséria e libertação na Psicologia brasileira: reflexões com e a partir de Martín-Baró. *Teoría y Crítica de la Psicología*, n. 19, p. 218-238, 2023.

DURAND, C. *Tecnofeudalismo*: crítica de la economia digital. Adrogué: Editora La Cebra, 2021.

DURKHEIM, É. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FESTI, R.; OLIVEIRA, R. V. de. Entregues à sua própria sorte: os "autônomos" entregadores por plataformas. *Revista Ciências do Trabalho*, n. 21, Plataformas Digitais II, 2022.

FESTI, R. Colturato; PELEJA, João Pedro Inácio; SANTOS, Kethury Magalhães dos; GONTIJO, Laura Valle. Consciência em paralaxe: tensões e ambiguidades entre entregadores de aplicativos. In: Festi, Ricardo; Nowak,

Jörg (Orgs.). *As novas infraestruturas produtivas*: digitalização do trabalho, e-logística e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2024.

FILGUEIRAS, V. A. *"É tudo novo", de novo*. São Paulo: Boitempo, 2021.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. *Revista Epitc*, v. 22, n. 1, 2020.

GROHMANN, R.; SALVAGNI, Julice. *Trabalho por plataformas digitais*: do aprofundamento da precarização à busca por alternativas democráticas. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2023.

GUTIERREZ, G. *Teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

INTER TV CABUGI. Árvore cai sobre motociclista em avenida de Natal; homem é socorrido em estado grave. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2022/05/07/arvore-cai-e-atinge-motociclista-em-avenida-de-natal.ghtml>.

KRUSKAYA, H. C.; DAZA, Carolina Salazar. *Precarización laboral en plataformas digitales:* una lectura desde América Latina. Friedrich Ebert Stiftung, 2020.

LACERDA JÚNIOR, F.. Apresentação. In: MARTÍN-BARÓ, Ignácio. *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais.* Petrópolis: Vozes, 2017, p. 6-23.

LEITE, K. C. Trabalho precário: precariado, vidas precárias e processos de resistências. *Revista de Ciências Sociais: Política & Trabalho*, 51, p. 108-125, 2019.

LOPES, J. C. N. *Uber na periferia*: efeitos no mercado de trabalho e nas trajetórias sociais em solo potiguar [livro eletrônico]. Natal: IFRN, 2023.

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. O desafio popular à psicologia social na América Latina. In: *Crítica e libertação na Psicologia*: estudos psicossociais. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 73-101.

MARTÍN-BARÓ, I. *Accion e ideologia*: Psicología social desde Centroamérica. El Salvador: UCA, 1990.

MARTÍN-BARÓ, I. La desideologizacion como aporte de la psicología social al desarrollo de la democracia en Latinoamérica. *Boletín de la AVEPSO*, Caracas, v. 8, n. 3, 3-9, dez. 1985.

MARX, K. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MARX, K. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MARX, K.; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MORALES, K. La producción del sujeto autónomo en las plataformas digitales de trabajo. *Psicoperspectivas*, 22 (1), 2023.

OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista*/O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, L. B. de; GUZZO, Raquel Souza Lobo; TIZZEI, Raquel Pondian; SILVA NETO, Walter Mariano de Faria. Vida e obra de Ignácio Martín-Baró e o Paradigma da Libertação. *Revista Latinoamericana de Psicología Social*, v. 3, n. 1, p. 205-230, jul. 2014.

POLANYI, K. *A grande transformação*: as origens da nossa época. São Paulo: Ed. Campus, 2000.

PROUDHON, P. J. *Sobre o princípio da associação*. Verve, São Paulo, n. 10, p. 44–74, 2006.

SANSON, C.; SILVA, M. A. Uberización, trabajo precario y resistencias: las nuevas configuraciones de los trabajadores de aplicaciones en el Brasil contemporáneo. *Revista Novedades en Población*, n. 39, p. 242-272, 2024.

SANTOS, Milton. O circuito inferior chamado setor informal: por quê? In: _____. *Pobreza urbana*. São Paulo: Hucitec, 1996..

SANTANA, M.; NOWAK, J. Conectados na luta: classe trabalhadora, redes sociais e as recentes mobilizações no Brasil. In: Festi, Ricardo; Nowak, Jörg (Orgs.). *As novas infraestruturas produtivas*: digitalização do trabalho, e-logística e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2024.

SCHWAB, K. *A quarta revolução industrial*. São Paulo: Edipro, 2016.

SINGER, P. *Ensaios sobre economia solidária*. Leya, 2018.

SLEE, T. *Uberização*: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SRNICEK, N. *Platform capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2017.

STANDING, G. *O precariado*: a nova classe perigosa. São Paulo: Presença, 2014.

VAROUFAKIS, Y. *Tecnofeudalismo*: o que matou o capitalismo. São Paulo: Editora Planeta, 2025.

ZOLL, R. *O Que é solidariedade hoje*?. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

WESTPHAL, V. H. Diferentes matizes da ideia de solidariedade. *Revista Katálysis*, v. 11, p. 43-52, 2008.

WOODCOCK, J. O panóptico algorítmico da Deliveroo: mensuração, precariedade e a ilusão do controle. In: Antunes, Ricardo (Org.). *Uberização, trabalho digital e indústria*, v. 4, n. 1, p. 23-47, 2020.

WOODCOCK, J. *A luta contra o capitalismo de plataforma*: uma investigação das lutas globais da economia gig. Editora digital LavaPalavra, 2022.

V

TRABALHO, REDES PRODUTIVAS E ECONOMIAS POPULARES

Trabalho regular, trabalho informal e empreendedorismo: trabalhadores de confecções[1]

Jacob Carlos Lima

Problematizando

Nesta intervenção pretendo discutir trabalho e redes produtivas, tendo a indústria do vestuário como referência. Em linhas gerais apresento como o Estado, a partir dos anos 1990, incentiva as guerras fiscais entre estados e regiões, e a importância dos territórios considerados periféricos, nessas guerras. Apresento alguns exemplos de espacialização na região Nordeste, as formas de flexibilização das relações de trabalho, a fragmentação do trabalho regulado e a ressignificação da informalidade em empreendedorismo.

As reflexões aqui apresentadas se baseiam num conjunto de pesquisas realizadas na região nas últimas décadas, envolvendo viagens exploratórias, observação do trabalho, entrevistas com trabalhadores e pequenos empresários[2].

Antes de falar sobre o futuro do trabalho, objetivo deste encontro, é importante contextualizarmos as mudanças sociais ocorridas no período e que ajudam a explicar os dilemas do mundo do trabalho nos dias de hoje, assim como também o que entendemos por centro e periferia. Quando falamos sobre mudanças no mundo do trabalho, temos como referência, em geral, a reestruturação produtiva que teve início na década de 1970 nos países centrais e que, no Brasil, "chega" com as reformas neoliberais a partir do

1. Texto apresentado na mesa "Trabalho, redes produtivas e economias populares", no Encontro Intermediário da ABET-UFPB – "O futuro do trabalho em debate: por um olhar periférico", realizado em João Pessoa (PB) em novembro de 2024.

2. Os projetos tiveram o apoio do CNPq.

final dos anos 1980. O debate centrava-se, em termos organizacionais, na passagem do taylorismo-fordismo para o toyotismo, suas técnicas como o just-in-time, kanban e os cinco zeros (zero de atraso, zero de estoque, zero defeitos, zero panes, zero papéis), flexibilizando a produção e reduzindo a burocracia e a força de trabalho ocupada pela adoção de multitarefas e a consequente intensificação do trabalho.

Essas mudanças ilustravam a adesão ao chamado modelo japonês, que se somou ao taylorismo-fordismo aqui existente, também adaptado, o que Fleury (1983) chamou de rotinização. A reestruturação do parque industrial e de serviços no país, com grande impacto na década seguinte, veio acompanhado do fechamento e/ou desnacionalização de setores, como o de autopeças, o enxugamento de empresas com a adoção de novos métodos organizacionais, o aumento significativo do desemprego, a eliminação de postos de trabalho e de qualificações e o crescimento exponencial da informalização do mercado de trabalho. O movimento sindical, bastante ativo em sua reorganização nos estertores do regime militar, dando origem ao que ficou conhecido como "novo sindicalismo", teve que se adequar à nova conjuntura, marcada pela extinção e fechamento de postos de trabalho e pelo aumento exponencial do desemprego. Essa adequação significou a adesão, em grande medida, às políticas governamentais voltadas à requalificação profissional e combate ao desemprego.

Nos setores mais organizados desse sindicalismo, isso implicou na participação de debates mais amplos sobre as transformações econômico-sociais-tecnológicas e seus efeitos espaciais, como a relocalização industrial em busca de menores custos e suas consequências; a terciarização da economia que afetou profundamente os territórios de industrialização antiga, como o ABC paulista[3]; além de alternativas de emprego, não apenas a categorias específicas de trabalhadores agora desempregados, mas também a setores de trabalhadores historicamente desorganizados e, em grande medida, a margem do sindicalismo. É desse período o debate sobre economia solidária e a criação pela CUT da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), em 1999, voltada à organização de cooperativas de trabalhadores e recuperação de fábricas, mantendo-as funcionando e, assim, preservando parte dos empregos.

3. Veras de Oliveira (2011) discute as mudanças no sindicalismo no período como a passagem para o "sindicalismo cidadão".

Na academia, discutia-se em que medida o trabalho mantinha sua centralidade na vida social e na organização das identidades coletivas, o que por tabela colocava em questão o papel das classes sociais nas mudanças sociais, políticas e econômicas do capitalismo[4]. Trabalho e classes sociais configuraram as lutas sociais de todo o século XX, no que se convencionou chamar de sociedade do trabalho. As lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho deram origem à Revolução Russa de 1917 e à experiência socialista e, no pós segunda guerra mundial, ao estado de bem-estar social na Europa ocidental, com a regulação das relações capital e trabalho, vinculando direitos sociais aos contratos de trabalho.

As teorias organizacionais acompanharam esse processo: a resistência inicial ao taylorismo, a teoria das relações humanas, vinculando produtividade a condições societárias dentro da fábrica, o fordismo incorporando a reprodução social através da mediação do Estado. A ameaça soviética e a sereia do comunismo a atrair o proletariado exigiam políticas crescentes de aumento dos direitos sociais para atenuar os conflitos sociais decorrentes da exploração do trabalho (Harvey, 1994).

A sociedade do trabalho tornou-se sinônimo de sociedade dos direitos sociais; no caso brasileiro, a cidadania regulada tal como discutida por Santos (1979), em seus alcances e limites, iniciada no governo Getúlio Vargas, e culminada com a promulgação da CLT em 1943. O emprego formalizado se tornou o caminho principal de acesso à cidadania, aos direitos vinculados à relação de trabalho. O Estado investiu na construção de uma cultura do trabalho, na qual o trabalhador se converteu no tipo ideal de "cidadão de bem", desde que comportado e sem vinculação a movimentos políticos radicais. O sindicalismo foi apoiado e controlado, tornando-se base de apoio ao regime getulista. Mesmo que incompleta no país, voltada apenas aos trabalhadores urbanos até a década de 1970, a sociedade do trabalho ou sociedade salarial configurou uma perspectiva de futuro para os trabalhadores. Essa incompletude não significou apenas a exclusão dos trabalhadores rurais. Cerca de 50% do conjunto dos trabalhadores permaneceram, de forma permanente ou circunstancial, na informalidade, tendo ficado fora do acesso a direitos, com os sindicatos preocupados mais em defender suas categorias formalizadas e voltados a garantir e fiscalizar a efetivação dos direitos sempre ameaçadas por um empresariado saudoso dos tempos em que não existia nenhuma regulamentação.

4. Discussão que tem no artigo de Claus Offe (1989 [1982]) uma de suas referências fundamentais.

A queda do muro de Berlim, o fim da União Soviética e a implementação do neoliberalismo a partir de Thatcher-Reagan, no começo dos anos 1980 (considerando a crise econômica da década anterior bem caracterizada por Harvey), mudou substancialmente o rumo do capitalismo. O Toyotismo apareceu como uma alternativa, mas foi utilizado ao lado de outras medidas visando o rebaixamento de custos: a terceirização, as empresas em rede, o deslocamento da produção para territórios livres de trabalho organizado, com mão de obra farta e barata, que a reestruturação produtiva tornou ponta de lança do capitalismo flexível.

As inovações tecnológicas tiveram importante papel nesse processo, com a automação crescente da produção, a informatização de todos os setores da economia, o tecnoliberalismo (Sardin, 2016), com tecnologias flexíveis, representadas pelo digital, mudando profundamente a concepção de tempo e espaço. Segundo Giddens (1991), a separação tempo/espaço do final do século XX foi recombinada dentro da lógica da flexibilidade, em formas que permitem o zoneamento tempo-espacial da vida social a partir da dialética do local e do global – o jogo de oposições entre envolvimentos locais e as tendências globalizantes. Essa dialética se impõe transformando lugares, nos termos de Milton Santos (1996). As novas tecnologias comprimiram o tempo e o espaço, reduzindo ou mesmo eliminando distâncias. O diferencial dos lugares torna-se, com isso, elemento de produtividade, de redução de custos e maior competitividade. Nesse processo, o Estado entra com as normas, os incentivos, a "segurança jurídica", regulando e desregulando as relações de trabalho.

O Estado de Bem-Estar, que parecia se constituir numa perspectiva de futuro das sociedades periféricas dentro do capitalismo, deu origem a seu contrário. Com a ampliação do neoliberalismo e a crise dos modelos socialistas de desenvolvimento, as guerras coloniais e o fim das esperanças de um futuro mais igualitário resultaram na imigração crescente de populações para os países desenvolvidos e no que Beck (2001) chamou de "brazilianização" do mundo: com trabalhadores informais, precários, ilegais passando a integrar a paisagem das cidades europeias e norte-americanas. No norte desenvolvido, isso resulta da migração desenfreada sujeita a controles e deportações; uma crise humanitária na qual muros são construídos, revelando a face da modernização neoliberal – a eliminação das fronteiras para o capital, pelo livre mercado, e o fortalecimento das fronteiras para as massas de migrantes que buscam uma vida melhor. Em outros termos, trata-se da

ampla mobilidade do capital e da imobilidade relativa do trabalho; de um capital globalizado e de uma força de trabalho contida em muros e cercas.

Assim, para falar sobre o futuro do trabalho, a partir da periferia, temos que entender os processos de transformações capitalistas das últimas décadas: a revolução informacional, os processos de terceirização da produção, a formação de redes produtivas de comercialização e a busca incessante de força de trabalho barata, desregulamentada ou fracamente regulamentada. A partir daí a noção de periferia, mais do que distância espacial, refere-se à distância social, construída, reforçada ou eliminada em função de uma lógica globalizante. Neste contexto podemos situar a ressignificação de espaços considerados periféricos que podem ou não ser incluídos na dinâmica da acumulação e reprodução do capital; a incorporação de lugares e de trabalhadores; a ressignificação da informalidade e da histórica viração dos trabalhadores em busca de ganhos. A informalidade, percebida até então como produto de sociedades de fraca industrialização, é reinterpretada como empreendedorismo.

As periferias das grandes cidades tornam-se espaços dos ilegalismos variados, seja da informalidade precária nas ruas, do crime cada vez mais organizado, da violência, das milícias, do tráfico de droga, atividades cada vez mais globalizadas e em relação às quais o Estado age de forma ambígua, com seus agentes estando em grande medida envolvidos nessas mesmas ilegalidades. Também ganha relevância o espaço de ação das igrejas evangélicas, de ONGs e de organizações sociais apoiadas por fundações empresariais, que atuam para expandir o ideário capitalista, o empreendedorismo. O legal, o ilegal e o ilícito convivem de forma promíscua e a ideologia da modernidade empreendedora funciona como liga para essa combinação.

O empreendedorismo se constitui, então, a partir dos anos 1990, numa ideologia crescentemente hegemônica, contrapondo-se ao assalariamento formal, como relação de trabalho, em crise (Lima; Veras de Oliveira, 2021). O Sebrae, entre nós, passa a ser o polo divulgador dessa ideologia, somado a um conjunto de políticas estatais voltadas à formalização do informal, seja em polos industriais organizados voluntariamente, seja em mercados urbanos que se tornam grandes feiras a céu aberto, ocupando ruas e bairros, tendo a proposta empreendedora como meta. Seu resultado mais expressivo está no MEI – Microempreendedor Individual, política voltada à formalização de trabalhadores informais, possibilitando o acesso à pre-

vidência social através de pequena taxa mensal. Mesmo com a crescente adesão ao MEI, a inadimplência se manteve muito alta, o que evidencia a precariedade dos ganhos do trabalho nessas atividades.

Rapidamente o empreendedorismo torna-se disciplina ensinada no ensino médio e nas universidades, preparando a juventude para um mercado de trabalho cada vez menos afeito a contratos por tempo indeterminado, carreiras públicas e privadas com possibilidades de ascensão, que possibilitavam um planejamento do futuro e a organização da vida pessoal e familiar.

A flexibilização da produção e do trabalho – de contratos, de processos e da jornada de trabalho - foi legalizada pela Reforma Trabalhista de 2017, que liberou o trabalho temporário e intermitente; instituiu a redução do número de horas com redução de salário; regulamentou o PJ (pessoa jurídica), o home office – que faz com que o trabalhador trabalhe em casa (com prejuízos à sociabilidade, podendo ter algumas vantagens comparativas em termos de gestão vida pessoal/vida privada). Por fim, a forma mais acabada da flexibilização é alcançada pelo trabalho em plataformas digitais, no qual desaparece a figura do empregador e, em tese, o trabalhador é livre para determinar ganhos e jornadas, enquanto prestador de serviços[5].

A vida pessoal e a intimidade se transformam. O caráter comunitário do grupo familiar dá lugar à efemeridade de relações pessoais que refletem a instabilidade do mundo da vida e sua crescente individualização. A carreira pessoal dá origem a uma nova situação na qual as empresas valorizam o empenho empreendedor. O trabalhador estável num emprego passa a ser visto como acomodado. O ideal apregoado pela literatura empresarial é o do jovem ativo, empreendedor, móvel, que se disponha a mudar sempre que possível, viajar sempre que possível. A ideologia da flexibilidade empreendedora, em grande medida, foi incorporada por parte da população jovem, embora afirme-se o desejo de ter acesso a direitos sociais[6]. Constata-se que parte da população que foi fortemente beneficiada por políticas sociais nas últimas décadas, com uma mobilidade social até então nunca vista, deixou de se identificar como classe trabalhadora, tendendo a se identificar como classe média pelo maior acesso a bens de consumo que passou a ter acesso.

5. Por uma questão de espaço não iremos discutir o trabalho plataformizado, que tem sido objeto de numerosas pesquisas dada sua visibilidade.

6. Veja-se pesquisa da Fundação Perseu Abramo sobre o voto das periferias de São Paulo em 2016. Disponível no site da Fundação: https://fpabramo.org.br/pesquisas/pesquisa-noppe/percepcoes-e-valores-politicos-nas-periferias-de-sao-paulo/

Multiplicam-se cursos, programas, prêmios e incentivos à chamada economia popular no recorte do empreendedorismo por fundações privadas, ONGs e Organizações Sociais (OS). Perdem força os movimentos sociais que atuavam na década de 1970 na luta por moradia, trabalho, transporte, custo de vida, substituídos por essas mesmas ONGs e OS empreendedoras, do "faça você mesmo", "abra uma barbearia, um salão de beleza, comidas variadas" etc. Financeiriza-se a vida social nas periferias, nas quais o Estado está fora, terceirizando e privatizando as atividades sociais. O trabalhador informal, por conta própria, que se vira no dia a dia, torna-se um empreendedor em potencial. Os adjetivos são numerosos nessa reformulação da precariedade: empreendedorismo social, cultural, periférico, feminino, afro empreendedorismo e suas variações.

No circuito da produção, temos que o país é constituído por largas periferias regionais, distantes, ou nem tanto, geograficamente do centro político e econômico. Nestas, territórios vão sendo integrados aos fluxos produtivos globais, frente aos quais o Estado atua implementando programas de incentivo à produção local-regional por meio do apoio à entrada de grandes empresas nacionais ou internacionais na exploração de recursos naturais, na permissividade da ocupação de amplos territórios para o agronegócio, o que implica no incentivo à terceirização de atividades espraiadas espacialmente, ocupando força de trabalho de baixo custo.

O Nordeste

No caso do Nordeste, essa discussão nos remete à "guerra fiscal" dos anos 1990, com os incentivos à indústria do vestuário (confecções e calçados). Todos os estados, em certa medida, entraram nessa guerra com maior ou menor sucesso. Depois do fracasso da política nacional de industrialização da Sudene, marcada por tentativas de implantação de indústrias nas capitais e áreas próximas ou mesmo pela criação de polos produtivos (nesses casos capitaneados por empresas estatais), a guerra fiscal se baseou na eliminação dos projetos nacionais, terceirizando aos estados propostas de desenvolvimento local. Nessa guerra, o estado do Ceará saiu na frente, num modelo de implantação de unidades produtivas em cidades menores, com farta oferta de força de trabalho e, agora, mais escolarizada. Atraiu toda a cadeia de produção de calçados com a instalação de unidades de fábricas do Sul e Sudeste do país, oferecendo a infraestrutura de prédios, água e energia, além de redução de impostos e organizando inicialmente "cooperativas de

trabalhadores" controladas pelas empresas, para que terceirizassem, para os próprios trabalhadores, riscos e custos com a força de trabalho. As cooperativas foram abortadas pelo Ministério Público do Trabalho, ao constatar que se tratava de trabalho assalariado disfarçado e o controle absoluto das empresas sobre essas unidades, em tese, autogeridas. Mesmo com a reversão das cooperativas em unidades de empresas, o modelo funcionou, com unidades espalhadas pelo estado, tendo se tornado o terceiro exportador nacional, sendo que até 1990 não exportava um par de sapatos. Para os trabalhadores significou salários no trabalho industrial, antes inexistentes nas diversas cidades onde essas unidades se instalaram (Lima, 2002).

Atualizando a atuação estatal, nos governos posteriores na década de 2000, o neodesenvolvimentismo do governo federal, através do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento –, implicou em grandes projetos estruturantes, representados pela instalação do Porto e Complexo Industrial de Suape, a Fiat em Goiana e a Refinaria de Petróleo em Paulista, apenas para ficarmos nos mais emblemáticos[7] (Veras de Oliveira, 2013; Oliveira, 2021). Entretanto, essa política foi descontinuada com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Retomado a partir de 2023, o novo PAC voltou-se a investimentos infraestruturais e ao desenvolvimento social.

Na década de 2010 um novo projeto do governo do Rio Grande do Norte recuperou (em certa medida) a experiência com cooperativas tentadas pela Associação Comunitária do Desenvolvimento do Vale do Trairi, na cidade de Santa Cruz, onde foram abertas quatro unidades cooperativadas na produção de camisetas e confecções nos anos 1990 (Lima, 2002). Através do Projeto Pro-Sertão, passou a financiar a abertura de pequenas unidades de confecções na região do Seridó, que trabalham terceirizadas para uma grande rede nacional de lojas de confecções, embora não exclusivamente, atendendo também outras cadeias. A cadeia de valor global do setor do vestuário é bastante dispersa e diversificada estando presente em diversos países. No Brasil, está presente todos os elos da cadeia produtiva, tendo no mercado interno sua principal atuação. No caso norte riograndense, as unidades se localizam em pequenos municípios e mesmos nas zonas rurais, utilizando mão de obra barata (pela falta de opções no mercado) e mesmo escolarizada, geralmente jovens sem outra opção de ocupação (Lima, Corteletti e Araújo, 2020).

7. Os estados da região foram beneficiados através de projetos variados.

A diversidade da cadeia produtiva do vestuário vai caracterizar a valorização, também a partir dos anos 1990, de "polos produtivos" existentes pelo país, majoritariamente informais, de produção de vestuário. Vistos anteriormente com suspeita pela produção de produtos piratas, geralmente de marcas internacionais, e produtos populares de forma geral, tornam-se objeto de política de estado conhecida como Arranjos Produtivos Locais. Estas políticas significaram o reconhecimento de polos de produção marcados pela informalidade no trabalho e fora de qualquer regulamentação legal, percebidos agora como "modernos", dentro da concepção neoliberal, do livre empreendedorismo. Aqui temos o Polo Confeccionista de Pernambuco, objeto de numerosas pesquisas, artigos, teses e dissertações. Nos anos 1990, o polo nem sequer constava dos dados governamentais sobre arrecadação industrial, o que muda radicalmente com a redescoberta do polo da "sulanca", modelo de economia popular informal, destinado a feiras populares, agora ressignificado como trabalho flexível. Tornou-se um "case" de sucesso sobre as potencialidades do empreendedorismo popular.

Situação similar foi estudada por Castro (2004) em Jaraguá (GO), Sousa Lima (2009) em Cianorte no Paraná, Neves e Pedrosa (2007) em Divinópolis (MG), além de pesquisas sobre polos produtivos no Rio de Janeiro (Barros, 2021) e em Fortaleza (Maciel, Santos, et al., 2014). Em comum, nesses polos, a predominância da informalidade e, como no caso de Santa Cruz, a forte presença do ideário do empreendedorismo.

Ainda sobre o empreendedorismo, não significa necessariamente que os trabalhadores se identifiquem como empreendedores, mas resulta de um desencanto com o assalariamento e a precariedade que o acompanha, apesar dos direitos sociais presentes nas relações de trabalho formais. Pesquisa sobre a Feira da Madrugada no Brás em São Paulo evidencia que o assalariamento deixou de fazer parte do horizonte de possibilidades dos trabalhadores ambulantes ali atuantes (Rangel, 2021). O mesmo tem sido observado no Polo de Confecções de Pernambuco (Rangel; Corteletti, 2022). Não é à toa que em declaração feita na abertura de um evento de negócios em São Paulo, em 2019, o então presidente da República se empolgou ao dizer que em algum momento os trabalhadores teriam que optar entre empregos ou direitos. Em 2021 participou de uma motociata saindo de Santa Cruz do Capibaribe – o único município de Pernambuco onde foi vitorioso nas eleições de 2019 – para Caruaru, fortalecendo falas anteriores nas quais a informalidade era percebida como uma forma legitima e até desejável de ocupação.

De acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), cerca de 6,5 milhões de trabalhadores na indústria têxtil e do vestuário são informais. Isso representa aproximadamente 78% da força de trabalho nesse setor. Só esses números já evidenciam a dimensão da precariedade.

Perspectivas

O debate sobre a questão empreendedorismo x trabalho regular e sindicalismo, com grande visibilidade a partir do crescimento exponencial dos trabalhadores de aplicativos, e a resistência destes em tornarem-se CLT, desconsidera a dimensão e a fragmentação dos trabalhadores do setor de confecções, sua histórica informalidade e uma progressiva adesão a esse ideário. Essa mesma afirmação pode ser estendida a outros grupos de trabalhadores na mesma situação e que estão sendo plataformizados, modernizando sua precariedade constituinte, como os trabalhadores/trabalhadoras do care. O estudo sistemático desses grupos permitem a compreensão das mudanças políticas e culturais pelas quais passa a classe trabalhadora no país e a necessidade de repensar políticas voltadas à classe trabalhadora.

Uma outra questão a ser considerada é sobre os trabalhadores das periferias das grandes cidades, ou das regiões periféricas do país. Algumas pesquisas tendem a estabelecer o empreendedorismo periférico como uma forma de resistência dos trabalhadores frente à falta de opções no mercado. Não sei se podemos falar de resistência, quando não existe opção de atividades formalizadas ou mais, quando essas formas formalizadas pouco atraem o trabalhador. Voltamos, em grande medida, ao debate dos anos 1970 sobre estratégias de sobrevivência (FAUSTO NETO, 1982), ou de forma mais contemporânea ao debate sobre "ganhar a vida", ou como acontece a reprodução social.

A viração agora é empreendedorismo. A gig economy é nossa informalidade repaginada. A precarização em todos os sentidos é cada vez mais interiorizada pelos próprios trabalhadores. Se até alguns anos atrás um registro em carteira era uma meta a ser conquistada, agora já não tem mais esse apelo. Nas recentes mobilizações dos entregadores, "o breque dos apps", isso ficou evidente nas pesquisas realizadas. Enquanto algumas lideranças buscam recuperar os discursos sindicais, outros afirmam que querem alguns direitos, mas não registro, pois se consideram autônomos e "livres para trabalharem quando bem entenderem". É a racionalidade neoliberal

interiorizada. Sem perceber, torna-se uma lógica que se insere numa nova cultura do trabalho, que é a cultura do capitalismo.

O ideário empreendedor prevalece no discurso empresarial e é incorporado por parcela dos trabalhadores. Mudanças culturais, na qual destaca-se a nova divisão religiosa marcada pelo pentecostalismo vai nessa mesma direção, incensando o individualismo e questionando qualquer regulação em nome de uma pretensa liberdade: liberdade de trabalhar sem limites de horários, não subordinado diretamente a um patrão, com uma subordinação agora mediada pelo digital, no caso dos trabalhadores de plataforma, sem direitos, na ilusão de receber mais pela ausência de taxas. O novo momento do capitalismo: trabalho sem fim e sem direitos.

O capitalismo tem demonstrado, e estamos no caminho de sua comprovação, que a democracia é um adereço cada vez mais dispensável. Nada de novo no Brasil. Desde a libertação dos escravos nossas elites vociferam contra quaisquer direitos dos trabalhadores como ameaça a seus negócios, como o final dos tempos. Durante todo o século XX tais elites reagiram contra a legislação trabalhista, apoiaram todos os golpes de Estado ou tentativas, contra tudo que significasse qualquer avanço social. Apoiaram o governo genocida, marcado pelo negacionismo científico que custou ao país 700.000 mortes durante a pandemia da covid 19.

Em outros termos, estamos frente a mudanças culturais que acompanham as políticas e econômicas. Referindo-se a trabalhadores de plataformas, Reygadas (2024) afirma que o imaginário do empreendedorismo é uma proposta cultural-ideológica que busca legitimar a chamada economia colaborativa, horizontal e flexível, na qual se combinam prazer e trabalho, e se rompem velhas hierarquias. Se nos voltarmos aos trabalhadores de confecções autônomos, veremos que algo similar também acontece: trabalham 12 horas por dia, mas não têm patrões, viram-se como dá, e uma sensação de liberdade que por mais falsa que seja, oferece uma certa satisfação a trabalhadores, em tese, independentes e historicamente precários; como os trabalhadores plataformizados, encontram-se atomizados em suas tarefas produtivas e comerciais e a atividade sindical não os atrai; as unidades produtivas são pequenas, ou mesmo na própria casa; trabalham para diversos compradores, terceirizados ou não.

Mesmo com um quadro cinzento em termos de possibilidades de superação das condições atuais e de emancipação dos trabalhadores, devemos considerar que os processos sociais são dinâmicos. Ao mesmo tempo que,

em nosso país, assistimos os desmontes dos direitos sociais, da expansão do ideário empreendedor numa juventude sem perspectiva de futuro, assistimos também formas distintas de resistências, não só aqui, mas em todo o mundo, contra a precarização de uma categoria numericamente crescente: os trabalhadores de apps. Enfim, a história está longe de acabar.

Referências

ARAÚJO, Â. M. C.; AMORIM, E. R. A. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.17/18, p. 267-310, 2001-2002.

BARROS, G. A. B. Os dois circuitos da economia urbana no arranjo produtivo de confecções em Nova Friburgo-RJ. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, Ano X, número 22, 2021.

BECK, U. *The Brave New World of Work*. Cambridge (UK): Pollty Press, 2001.

CASTRO, S. D. de. *O arranjo produtivo de confecções da região Jaraguá-GO*. Relatório de atividades da rede de pesquisa em sistemas produtivos e inovativos locais, 2004. Disponível em: <https://www.redesist.ie.ufrj.br/>

FAUSTO NETO, A. M. Q.. *Família Operária e Reprodução da Força de Trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1982.

FLEURY, Af.. Rotinização do trabalho: o caso das indústrias mecânicas. In: FLEURY, A.; VARGAS, N. (Org.). *Organização do trabalho*: um enfoque multidisciplinar. São Paulo: Atlas, 1983, p. 84-106.

GIDDENS, A. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

LIMA, J. C. *As artimanhas da flexibilização*: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

LIMA, J. C.; CORTELETTI, Roseli; ARAÚJO, Iara. Empreendedorismo, informalidade e terceirização na produção de confecções: experiências no Nordeste brasileiro. In: LIMA, Jacob C. (Org.). *O trabalho em territórios periféricos*: estudos em três setores produtivos. São Paulo: Anablumme, 2020.

LIMA, J. C. O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário. *Contemporânea*, Revista de Sociologia da UFSCar, v. 11, n. 3, p. 905-932, set.-dez., 2021.

MACIEL, R. H. de O.; SANTOS, J. B. F. dos et al. Redes sociais e capital social na formação de redes socioprodutivas: estudo em uma feira de confecções de Fortaleza. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 17, n. 1, p. 33-47, 2014.

NEVES, M. A.; PEDROSA, C. M. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 11-34, jan.-abr. 2007.

OFFE, C. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? *RBCS: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, USP, v. 4, n. 10, p. 6-20, 1989.

OLIVEIRA, V. C. A. *Do mangue à fábrica*: as transformações do trabalho e de gênero em territórios pesqueiros de Goiana (PE). Tutóia (MA): Diálogos, 2021.

RANGEL, F. *A empresarização dos mercados populares*: trabalho e formalização excludente. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

RANGEL, F.; CORTELETTI, R. O polo de confecções do Agreste Pernambucano: origens e configurações atuais. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 27, n. 00, e022013, jan.-dez. 2022.

REYGADAS, L. Plataformas digitales: imaginários y disputas em torno a uma nueva forma de inserción laboral contradictoria em América Latina. In: Stecher, Antonio; Morales, Karol (Ed.). *Plataformas digitales de Trabajo en América Latina*. Organización productiva, desafios regulatorios, acción colectiva y subjetividades. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2024.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, W. G. dos. *Cidadania e justiça*: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SARDIN, É. *La silicolonisation du monde*: l'irrestible expansion du liberalisme numérique. Paris: Editions L'Échappée, 2016.

SOUSA LIMA, Â. A. As faces da subcontratação do trabalho: um estudo com trabalhadoras e trabalhadores da confecção de roupas de Cianorte

e Região. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2009.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. *Sindicalismo e democracia no Brasil* – do novo sindicalismo ao Sindicato cidadão. São Paulo: Annablume, 2011.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. Suape em construção, peões em luta: o novo desenvolvimento e os conflitos do trabalho. *Caderno CRH*, Salvador, v. 26, n. 68, maio-ago. 2013.

Sobre precariedades e promessas: uma contribuição ao estudo do empreendedorismo popular

Felipe Rangel

Introdução

A proposta do presente capítulo é discutir a crescente legitimação de práticas de trabalho autônomo no Brasil contemporâneo, consideradas expressões do chamado "empreendedorismo popular" (Fontes, 2024; Costa, 2024; Cruz Jr., 2022). Como referência empírica, serão mobilizadas observações etnográficas e material de entrevistas, realizadas em uma pesquisa coletiva em desenvolvimento com trabalhadores envolvidos na produção e comércio de confecções, em São Paulo e no Polo do Agreste Pernambucano[1].

O debate sobre a expansão da lógica e das práticas de empreendedorismo entre as classes populares é carregado de muitas tensões. Destacam-se a crítica aos efeitos políticos e sociais da expansão desse processo nas últimas décadas, que traz como consequências a normalização da precarização geral das proteções do trabalho, associada à individualização empreendedora que fragmenta as possibilidades de ação coletiva (Lima; Véras de Oliveira, 2021; Amorim et al., 2021). Esses diagnósticos já consolidados, e relativamente consensuais nos estudos do trabalho no Brasil, também disparam preocupações normativas com relação à urgência de se fazer a denúncia dessa precarização e individualização.

1. Trata-se de um projeto coletivo, financiado pela FAPESP, que tem buscado descrever e analisar as práticas econômicas que animam circuitos informais de confecções, articulando oficinas de produção de diferentes tamanhos, redes de circulação de mercadorias e mercados de comércio popular, com destaque para os territórios do Brás, no centro de São Paulo, e do Polo do Agreste Pernambucano. Projeto "Tecendo mercados: uma jornada por circuitos informais de confecção e a gestão empresarial dos mercados populares" (Processo Fapesp 22/06459-4).

Essas são aproximações analíticas e políticas necessárias, considerando os efeitos sociais nocivos da aposta em soluções (e responsabilidades) individualizadas frente ao encurtamento do repertório de oportunidades de inserção protegida em empregos de qualidade. No entanto – seguindo um argumento já defendido em outro lugar (Rangel e Magaldi, 2023) –, junto a esse movimento, também se mostra urgente compreender melhor os modos como a lógica empreendedora se materializa e é ressignificada de diferentes maneiras nas vidas cotidianas das pessoas.

Nesse sentido, antes de qualquer aproximação analítica ao fenômeno do empreendedorismo popular, importa destacar que, longe de ser uma ideia clara, consensual, essa é uma noção nublada, e mesmo contraditória, tendo em vista a própria heterogeneidade do modo como isso aparece no mundo social. Considerando essa polissemia, proponho tratar a ideia de empreendedorismo popular como categoria heurística, que, ainda como uma representação a ser compreendida, permite a aproximação a formas de trabalho legitimadas socialmente de modos distintos, a partir de seu enraizamento no cotidiano das classes populares. Nessa trilha, a própria noção de trabalho é ampliada, referindo-se ao amplo repertório de estratégias que as pessoas adotam para "levar dinheiro para casa" (Machado da Silva, 2018).

Sendo assim, o objetivo deste capítulo é reforçar a necessidade de uma postura compreensiva com relação às mudanças no trabalho. São deslocamentos de ordem objetiva e subjetiva, que transformam horizontes políticos e sociais relativamente estabilizados e socialmente compartilhados por gerações passadas. No entanto, ao se efetivarem na realidade de grandes contingentes da população brasileira, nos convocam a construir análises que superem a gramática das ausências – no sentido de falta de direitos, de estabilidade, de segurança, de coletividade. É necessário apreender também os novos ou ressignificados modos de engajamento objetivo e subjetivo no trabalho, que entrelaçam precariedades e fatalismos com aspirações e estratégias de mobilidade. Trata-se de levar a sério o diagnóstico compartilhado de um mundo em transformação, que nos incita a compreender sociologicamente o que mudou e, de modo especial para a discussão proposta aqui, observar como os sujeitos significam essas mudanças – considerando que eles não são só espectadores ou vítimas na própria história (Santos Jr., 2020).

Assumindo, a partir de um acúmulo de pesquisas e trocas acadêmicas (Lima e Rangel, 2019; Rangel e Magaldi, 2023), que a ênfase na necessi-

dade material ou na ideologia neoliberal é insuficiente para entender os processos de engajamento nas práticas autônomas de trabalho, mesmo na informalidade precária, minha proposta é trazer elementos para pensar a expansão e legitimidade da lógica empreendedora no Brasil, sobretudo entre as classes populares, como algo plausível para as pessoas, tal como um conjunto de pesquisas têm identificado (Tommasi e Corrochano, 2020; Côrtes, 2021; Cruz Junior, 2022; Fontes, 2024; Costa, 2024).

Assim, proponho aprofundar três aspectos específicos que contribuem para a construção dessa plausibilidade: 1) as experiências de humilhação no trabalho, 2) a relação pragmática com os constrangimentos e possibilidades identificados em cada contexto, 3) e a promessa de vida melhor que tende a acompanhar a subjetivação empreendedora. São três aspectos que se conjugam também numa linha temporal, visto que as experiências de humilhação tocam no passado, o pragmatismo contextual no presente, e a promessa de vida melhor diz de uma relação prospectiva. Antes, porém, de discutir esses três elementos sociotemporais, que se articulam para dar os contornos das situações de trabalho no Brasil contemporâneo, vale explorar os ganhos analíticos de se aproximar da heterogeneidade dessas formas de ganhar a vida a partir do debate contemporâneo sobre economias populares.

Trabalho e empreendedorismo sob o prisma das economias populares

A noção de economias populares tem ressurgido no debate latino-americano, oferecendo um prisma alternativo para a análise de práticas econômicas e de trabalho que não operam, fundamentalmente, com o referencial tradicional do assalariamento. No entanto, diferente da ênfase normativa nas possibilidades de crítica e transformação política através de práticas econômicas alternativas, tal como a ideia de economia popular pode ser aplicada quase como sinônimo de economia social e solidária (Coraggio, 1998; Kraychete, 2016), os usos do termo no debate contemporâneo emergente têm se reorientado para a descrição e análise das estratégias concretas de aquisição de renda adotadas pelas pessoas nos mais diferentes contextos. Incluem-se aqui as práticas econômicas que se desenvolvem, geralmente, sem qualquer bandeira de transformação social. O esforço direciona-se, portanto, à compreensão empírica das maneiras de se ganhar a vida, com sua heterogeneidade, fluidez, ambiguidades e contradições. Por isso, como

observam Cielo et al. (2023), a noção de economias populares, quando tratada dessa forma, só faz sentido no plural.

O olhar se direciona então para as realidades socioeconômicas concretas de amplos contingentes da população. Desse modo, mais do que uma categoria analítica ou descritiva, a ideia de economias populares passa a ser mobilizada como recurso de aproximação a essas realidades frente à inadequação de categorias mais tradicionais, como pobreza, marginalidade, ilegalidade, exclusão e a própria informalidade (Rangel, 2021a; Cielo et al., 2023). Além disso, como registram Cielo et al. (2023), a reemergência da noção de economias populares para analisar o momento atual das dinâmicas de inserção produtiva na América Latina tem como marco de referência temporal a emergência do neoliberalismo. Essa especificidade é importante porque insere o olhar para as economias populares num contexto sociopolítico caracterizado pela rotinização da perda contínua de garantias sociais e pela normalização da responsabilização dos sujeitos por seus próprios destinos. Como expressão geral, essa reemergência reorientada do termo economias populares gira em torno da elaboração de respostas, em diferentes escalas, para as seguintes questões: como pensar, na atualidade, a multiplicação das formas de ganhar a vida para além do assalariamento e os sentidos que isso adquire para as pessoas?

Dessa perspectiva, para melhor compreender as disposições para um empreendedorismo popular, é importante recuperar algumas linhas gerais das mudanças que reconfiguraram o mundo do trabalho nas últimas décadas. Quando se fala desse novo grupo de empreendedores, sobretudo nos cenários urbanos, grande parte da sua composição são trabalhadores que antes eram (e ainda são) abordados como trabalhadores informais, ou que estavam na "viração", transitando entre práticas informais, bicos e com eventuais passagens por empregos formais. Como inflexão, resgata-se que, até o início dos anos 1990, ainda era relativamente consistente o horizonte político da cidadania e da integração pelo assalariamento formal, que organizava as aspirações coletivas e o conflito urbano em termos de classe. Isso permitia projetar no imaginário da classe trabalhadora uma sociedade salarial, e mesmo nas periferias urbanas era possível vislumbrar o futuro com "uma casa própria e um fusca na garagem", conquistados ao longo dos anos de labuta em um emprego "com registro". A reestruturação econômica e a hegemonia de políticas neoliberais, que se expandem desde a última década do século passado, fragilizaram esse horizonte ao fazer confluir perversamente cidadania com responsabilização individual (Dagnino, 2004),

cuja expressão mais acabada identifica-se na expansão de uma racionalidade neoliberal (Dardot e Laval, 2016), que, idealmente, faz de cada um o fiador de seu próprio destino.

Na esteira desse processo, a expectativa de mobilidade social por meio do acesso ao emprego formal – mobilidade que era pensada e vivida de maneira bastante coletiva, mesmo que na figuração de uma família –, foi se erodindo. Não só como resultado de processos ideológicos que afastaram as aspirações das pessoas desse horizonte, mas por conta de deslocamentos práticos nas possibilidades de acesso, permanência e recompensas associadas aos tipos de emprego disponíveis para grande parte da população urbana. O emprego estável, protegido, que favorecia a mobilidade familiar intergeracional, e que nunca foi hegemônico no Brasil – é importante dizer –, encolhe enquanto possibilidade concreta. Ao minguar quantitativa e qualitativamente no repertório real dos pobres urbanos, também vai se afastando de seu horizonte de expectativas, que, por sua vez, orienta o comportamento no presente. É nesse jogo de promessas frustradas e realidade reconfigurada que podemos entender o que Machado da Silva (2002) e Lima (2010) identificam como a conversão de uma cultura do trabalho assalariado para uma cultura do trabalho empreendedora.

Esse deslocamento intensifica processos de precarização, com ataques frontais a direitos duramente conquistados, ao mesmo tempo em que a crise da crítica à exploração capitalista, neutralizada por sua incorporação na flexibilização do trabalho (Boltanski e Chiapello, 2009), naturaliza a externalização dos riscos e custos para os próprios trabalhadores. Atualmente, a principal expressão dessa terceirização dos custos econômicos e sociais do trabalho para os próprios trabalhadores se encontra na chamada plataformização do trabalho (Abílio, 2021; Fioravanti et al., 2023; Magaldi et al., 2024).

Ao mesmo tempo, contudo, essas transformações do trabalho nos provocam – ou por elas deveríamos nos sentir provocados – a observar com maior atenção o que se passa no âmbito de práticas econômicas populares que, percebidas como destinadas a desaparecer com a modernização capitalista do país, não só continuam operantes, como se dinamizaram e adquiriram outro estatuto de legitimidade entre aqueles que delas sobrevivem. Estamos falando de trabalhadores ambulantes, pequenos produtores em oficinas informais, pequenos comerciantes e prestadores de serviços, dentre tantas outras atividades pouco reconhecidas como trabalho digno,

desejável ou socialmente valorizado. Como argumentam Cielo et al. (2023), essas formas de inserção produtiva apareciam, a muitos olhares normativos, como uma "lembrança dolorosa" do subdesenvolvimento latino-americano e da incapacidade dos países da região para o progresso. Atualmente, no entanto, mostra-se complicado produzir qualquer análise empírica sobre o cenário econômico brasileiro sem tratar com seriedade essas formas populares de ganhar a vida, tanto por sua expressividade numérica quanto por sua importância em termos de produção de riqueza (Rabossi e Tassi, 2023).

Não por acaso, temos visto um significativo afluxo de investigações que buscam reconstituir as tramas indissociáveis que conectam e estruturam de maneira interdependente os negócios de grandes corporações empresariais e as atividades e práticas animadas por atores populares (Feltran, 2021; Rabossi e Tassi, 2023). O que essas pesquisas mostram, de modo geral, é que a capacidade de estabelecer redes produtivas e comerciais lucrativas não é exclusividade das grandes empresas. Questiona-se, assim, o pressuposto de que as economias populares teriam seu escopo limitado e estariam voltadas apenas à subsistência dos envolvidos.

Cielo et al. (2023) destacam que as economias populares terminam por nomear as redes de práticas, circuitos e instituições por meio das quais grupos subalternos não apenas se reproduzem, como também conseguem disputar porções da riqueza coletiva. No mesmo sentido, Rabossi e Tassi (2023), ao identificarem a emergência de circuitos econômicos transnacionais a partir de práticas de pequenos produtores e comerciantes informais, discutem a constituição de uma verdadeira "globalização popular", definida pela articulação de redes econômicas de amplo alcance geográfico forjadas por atores populares – ambulantes, pequenos produtores, migrantes – que conectam o local ao global por meio de práticas não convencionais e, muitas vezes, ilegalizadas. Nesse quadro, práticas como o contrabando, a venda de produtos falsificados e o comércio ambulante não são apenas reações à exclusão, mas também formas criativas de apropriação da globalização. Em esforço semelhante, Gago (2018), a partir do contexto argentino, sugere pensar as economias populares sob a noção de uma "pragmática vitalista", na qual, apesar de conter a possibilidade de estabelecimento de relações comunitárias e elaboração de movimentos políticos, nenhuma prioridade anticapitalista pode ser identificada a priori. São modos variados de produção, distribuição e consumo que conectam formas precárias de trabalho autônomo com circuitos econômicos formais. Reconhecendo essa realidade, o "popular" já não pode ser reduzido ao precário, ao efêmero, ao marginal,

mas entendido por sua capacidade de articular estratégias econômicas, moralidades e modos de vida.

É de modo semelhante que a multiplicação de práticas empreendedoras tem ganhado destaque na literatura sociológica voltada ao estudo empírico das estratégias adotadas por indivíduos e grupos populares urbanos, especialmente nas periferias. Mesmo reconhecendo a força normativa da lógica neoliberal, um conjunto de investigadores tem discutido a ampla adesão das classes populares urbanas às práticas empreendedoras vinculando o desejo de "ser dono do próprio negócio" às condições concretas de vida dessa população e às oportunidades abertas pelo trabalho autônomo, ainda que com todos os riscos reais que isso envolve. Nesse quadro, discute-se a possibilidade de maior renda quando comparada aos empregos disponíveis (Rangel, 2021a; Magaldi et al., 2024), a maior flexibilidade e autonomia (Fontes, 2024; Costa, 2024), a possibilidade de encontrar um "trabalho com sentido" (Corrochano, 2024), e a ampliação do acesso ao consumo como empoderamento de grupos historicamente marginalizados (Pinheiro-Machado e Scalco, 2022).

Diante disso, podemos concluir que a expansão e legitimação das práticas e discursos do empreendedorismo no país, apesar de vinculada ao contexto de hegemonização do neoliberalismo enquanto política econômica e processo de subjetivação, que erodiu simbólica e objetivamente a aposta na integração social generalizada via assalariamento, nutre-se de lógicas e estratégias de inserção econômica que antecedem e extrapolam a hegemonia neoliberal enquanto racionalidade que se pretende universal. Se concordarmos com essa hipótese, resta explorar as dimensões concretas e pragmáticas do cotidiano que têm conferido plausibilidade às práticas de empreendedorismo como estratégias legítimas e desejáveis de ganhar a vida no mundo popular.

Trabalho, humilhação e autonomia como reação

Um dos elementos que têm sido levantados pelas reflexões sobre a valorização do trabalho autônomo entre as classes populares brasileiras – ao menos por investigadores que levam a sério as percepções, costumes, valores e trajetórias dos sujeitos como elementos explicativos da realidade – tem a ver com a frequência de relatos sobre experiências de humilhação em relações de trabalho, particularmente as que envolvem a submissão direta a um patrão ou gerente. Côrtes (2021), debruçando-se sobre as estreitas co-

nexões entre empreendedorismo e pentecostalismo nas periferias, discute a "reviravolta inaudita" pela qual o "dispositivo da humilhação" passou a funcionar como mecanismo de elaboração e recusa às violências e degradações que atravessam as trajetórias dos trabalhadores das classes populares urbanas, conferindo plausibilidade a um empreendedorismo periférico que, como uma espécie de "revolta dos bastardos", busca reparação também por meio do desafio às hierarquias inerentes à subordinação salarial.

> Ser empreendedor passou a significar a possibilidade de abraçar o risco de abrir o próprio negócio e recusar a identidade do trabalhador como empregado, que passa a ser visto como alguém que se encontra subjugado a um patrão, em uma relação de servidão. Por meio de uma surpreendente inversão, a carteira assinada, meta de um sonho socialdemocrata no qual a aquisição de direitos sociais se daria pelo ingresso na sociedade salarial, torna-se signo de submissão. [...] O neopentecostalismo não reelabora o neoliberalismo de forma passiva em uma adesão "subalterna" à premissa do homo oeconomicus. Ao contrário, produz um agenciamento perspicaz no qual ser empreendedor significa livrar-se da submissão contida na posição de empregado subalterno à autoridade arbitrária do patrão. Nos pontos de fricção entre Estado e margens, entre governo neoliberal e governo neopentecostal, fabrica-se uma coprodução de um empreendedorismo periférico (Côrtes, 2021, p. 13-14).

Em pesquisa com trabalhadores de um "camelódromo" em Natal-RN, Coelho-Lima e Bendassoli (2018), ao resgatarem as trajetórias sociais dos trabalhadores entrevistados, argumentam que inserir esse trabalho instável nas situações de classe dos sujeitos permite compreender as razões pelas quais o trabalho assalariado é significado por eles como lugar de humilhação. Isso ocorreria porque, considerando as dinâmicas do capitalismo periférico, com a ampla precariedade do trabalho que reflete uma experiência escravocrata tardiamente abolida, os tipos de trabalho nos quais os camelôs participantes da pesquisa haviam se inserido eram justamente aqueles com menos garantias trabalhistas e maior exposição a violências sociais. A partir disso, concluem os autores, "diante da repulsa às diversas formas de humilhação promovidas nos espaços laborais empresariais, boa parte dos participantes da pesquisa elaboram o desejo por "trabalhar para si mesmo"

(Coelho-Lima e Bendassoli, 2018, p. 267). Por outro lado, terminam argumentando que a saída de situações de trabalho precário e mal remunerado por meio do empreendedorismo seria uma "falácia", visto a permanência aí de relações de submissão e condições aviltantes de trabalho.

Se, concretamente, as saídas empreendedoras não trazem consigo qualquer garantia de melhores condições de trabalho, funcionando muitas vezes como legitimação da precariedade (Lima e Véras de Oliveira, 2023), quando se trata das percepções dos sujeitos, com seus critérios próprios de avaliação do jogo entre humilhação e subordinação tolerável, a fuga do patrão ou, de modo geral, das relações de controle direto do trabalho, aparece como uma saída muitas vezes desejada, ainda que reconhecidamente insegura.

Nos mais de dez anos de pesquisa que tenho desenvolvido em mercados de comércio popular do centro de São Paulo, com trabalhadores inseridos em diferentes modalidades comerciais, todas elas precárias e relativamente estigmatizadas, foram muitas as vezes em que a permanência nesses mercados foi justificada por serem considerados potencialmente mais "dignos" do que o cotidiano da submissão salarial. O esforço então, tal como apresentado por Narotzky e Besnier (2014), é o de colocar em relevo os modos complexos pelos quais as pessoas significam e tentam alcançar "vidas que merecem ser vividas". Isso pode englobar estratégias e racionalidades praticamente incompreensíveis – e, para muitos de nós pesquisadores, politicamente intoleráveis –, quando consideradas a partir de um quadro de referência forjado no horizonte normativo da integração salarial.

Os relatos sobre experiências negativas em empregos formais tendem a destacar, além dos salários insuficientes, o exercício de um poder economicamente fundamentado por parte de patrões e superiores imediatos que se expressa em reprimendas consideradas injustas, constrangimentos na frente de outros colegas de trabalho, brincadeiras humilhantes e exigências descabidas. Em seu conjunto, trata-se de um repertório de inferiorização social que as classes populares conhecem muito bem. Quando se associam, no mundo popular urbano, à subordinação salarial, os exemplos vão desde os funcionários das grandes lojas de varejo que precisam realizar performances constrangedoras para atrair ou divertir clientes, ou como punição por não bater metas, até a trabalhadora doméstica ou o prestador de serviço que nem podem frequentar os mesmos espaços dos patrões, quanto menos comer da mesma comida (Côrtes, 2021). De

modo geral, são situações em que a própria condição de humanidade comum é questionada.

Na pesquisa que temos realizado com costureiras no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, a complexidade desse movimento, que não permite ser facilmente traduzido nem como escolha, tampouco como imposição ou necessidade, ganha camadas relevantes. Realizado quase exclusivamente por mulheres, o trabalho de costura domiciliar que sustenta a cadeia produtiva de confecções nesta região ganha muitas vezes, nos discursos dessas trabalhadoras, um verniz positivo, sob o signo de uma liberdade facilmente questionável nos termos de sua subordinação econômica. Nessas entrevistas, repetiram-se, como é comum, as associações entre liberdade, flexibilidade e a realidade concreta da naturalização dos papeis de gênero, que invisibilizam o trabalho do cuidado. No entanto, surpreendeu-nos a frequência dos relatos de assédios morais e sexuais nas fábricas locais, pelas quais várias costureiras haviam passado em suas trajetórias ocupacionais. Vasconcelos Carneiro (2025), ao realizar uma pesquisa de longa duração com essas costureiras, não apenas registra essas referências aos assédios morais e sexuais nas fábricas, como discute a criação de formas organizativas entre essas trabalhadoras, com vistas a alcançar melhores condições de trabalho autônomo, frente à recusa ao trabalho assalariado nos chamados "fabricos".

A partir disso, a legitimação do trabalho autônomo e precário na produção informal de confecções precisa ser compreendido não pela crítica normativa da não formalização, mas pela compreensão concreta das precariedades, humilhações e violências que constituem muitas das experiências populares no mercado de trabalho, sobretudo entre as mulheres. É de situações como essas que muitas das pessoas que valorizam a liberdade precária do empreendedorismo estão falando quando associam a subordinação salarial com subordinação pessoal; daí a aversão à figura do patrão. Isso se traduz naquilo que Costa (2024) denomina de "utopia de liberdade" na vida sem salário de muitos brasileiros, que persiste ainda que como fuga provisória do trabalho mal remunerado e percebido como indigno. Nesses casos, é insuficiente indicar a manifestação de uma racionalidade neoliberal, ainda que esta possa estar operante na elaboração dos sentidos para um desconforto latente que vem das experiências de subordinação no trabalho.

Empreendedorismo, cotidiano e a "pragmática da autonomia"

Considerar as frustrações e experiências de humilhação como aspectos importantes do crescente desapreço pelo trabalho assalariado, especialmente quando se trata dos empregos de baixa remuneração geralmente disponíveis para as classes populares, nos provoca a refletir sobre a busca por alguma autonomia no trabalho, incluindo elementos que extrapolam um processo de convencimento ideológico com verniz empreendedor. O desafio passa a ser o de enquadrar as aspirações do "ser patrão de si mesmo" para além do desejo de um sujeito neoliberal, inscrevendo seu valor na dimensão da vida cotidiana. Por isso, um dos principais aspectos que considero relevantes para a expansão do empreendedorismo popular é a relação pragmática com o cotidiano. Isso implica em não negligenciar os muitos níveis de precariedade e insegurança que atravessam as vidas das pessoas, inclusive para além do trabalho, e, ao mesmo tempo, estar disposto a reconhecer a busca sempre presente por possibilidades de viver melhor.

Quando colocamos o foco nos cotidianos e nas formas como as pessoas elaboram as precariedades que atravessam suas vidas, abrem-se as portas para a reflexão sobre as estratégias individuais e coletivas que elas mobilizam para alcançar algum bem-estar para si e para suas famílias, mesmo nas situações em que suas capacidades de decisão estão constrangidas por recursos limitados, em termos econômicos e de poder (Narotzky e Besnier, 2014). De acordo com Narotzky e Besnier, pensar a ideia de viver melhor a partir das realidades concretas dos agentes significa entendê-la como expectativas socialmente razoáveis de alcançar conforto material e emocional, que dependem do acesso a diversos recursos necessários. Talvez, para a discussão aqui proposta, poderíamos modular essa formulação, observando que as pessoas buscam sempre alcançar formas de reduzir o mal-estar, mobilizando recursos disponíveis, ainda que sempre limitados, para alcançar suas aspirações plausíveis, ou seja, aspirações construídas dentro de determinados horizontes objetivos de possibilidades.

Essa reflexão pode ser associada àquilo que Gago (2019) denomina de "pragmática vitalista", que anima a emergência de "economias barrocas". A autora nomeia assim um terreno de tensão normativa no qual as iniciativas econômicas populares produzem uma espécie de "neoliberalismo a partir de baixo", que reconfigura a lógica neoliberal em redes de cooperação e exploração que envolvem laços de solidariedade, confiança, economias informais e migrantes, e mesmo mercados ilegais. O que a ênfase nessas combinações busca traduzir é uma nova "paisagem proletária" (Gago, 2019), cujos sujeitos não podem ser facilmente classificados como

excluídos ou marginais, visto que, movidos por essa pragmática vitalista, movimentam-se constantemente em busca de oportunidades de vida melhor, ainda que sob limitações materiais e peso da lógica neoliberal, bem como de outras formas de dominação, como os constrangimentos de gênero.

Entre as costureiras que temos entrevistado e acompanhado o cotidiano de trabalho, por exemplo, foi repetitivo ouvir que um momento de virada em direção ao trabalho de costura domiciliar, em tese, autônomo e, em muitos casos, ressignificado como empreendedorismo, esteve relacionado ao nascimento de um filho ou ao casamento (Vasconcelos Carneiro, 2025). Nesses momentos, concretizam-se todos os constrangimentos dos papeis sociais de gênero, especialmente aqueles relacionados ao trabalho do cuidado (Guimarães, 2024). Muitas das costureiras disseram preferir o trabalho domiciliar porque, além de não terem o patrão controlando seus ritmos (do tempo contínuo dedicado à produção até as idas ao banheiro), ainda conseguiam manejar melhor o cotidiano, em meio a todas as precariedades que o atravessam. Essas precariedades mais amplas, que extrapolam as relações de trabalho propriamente, envolvem a vida em bairros periféricos de cidades como Santa Cruz do Capibaribe ou Toritama, com a insuficiência de creches, falta de água e ausência de transporte público, por exemplo, o que aumenta os custos dos deslocamentos, feitos, principalmente por meio de moto-táxis.

Em situações como essas, a plausibilidade do autoemprego e a valorização dessas práticas pelas costureiras se fundamentam na possibilidade real de melhor gestão do cotidiano precário. Real porque comparada com as possibilidades efetivas de trabalho disponíveis para elas e considerando-se a concretude das desigualdades de gênero, que, condenável do ponto de vista político, permanece um desafio a ser enfrentado cotidianamente por essas mulheres e, por isso, não pode ser negligenciado na análise de suas estratégias e expectativas plausíveis. Assim, quando considerada essa "pragmática da autonomia", soa deslocada a inferência de que elas valorizam o trabalho por conta própria por partilharem de uma racionalidade neoliberal. Isso é melhor entendido como uma relação pragmática com as estratégias de trabalho por conta própria, fragilmente apreendida pela ideia de um "empreendedorismo por necessidade", visto que, se por um lado, aponta o imperativo de manejar precariedades que, inclusive, extrapolam a precariedade das relações de trabalho, também incluem desejos de pertencimento,

expectativas de cuidado e atuação em redes de relações comunitárias, especialmente com outras mulheres.

Em sentido semelhante, Cruz Júnior (2022) argumenta que o empreendedorismo popular deve ser compreendido como uma prática social "realmente existente", marcada por ambivalências, contradições e diferentes racionalidades. Em vez de tratá-lo apenas como ideologia neoliberal imposta de cima para baixo, o autor propõe analisá-lo como uma forma de governamentalidade híbrida, na qual se articulam elementos da racionalidade neoliberal (autogerenciamento, desempenho, risco individual) com lógicas pré-existentes de solidariedade, reciprocidade e economia moral.

Fontes (2024), em tarefa semelhante, ao realizar uma etnografia com "empreendedores periféricos", revela a complexidade das manifestações e significados desse fenômeno, atravessado por formas de solidariedade, redes familiares e saberes locais, que não se encaixam na lógica individualista pregada pela racionalidade neoliberal. Em vez disso, muitos sujeitos mobilizam o empreendedorismo como forma de preservar vínculos sociais e produzir sentido em condições de informalidade crônica. Nesse sentido, o autor sintetiza sua análise da mobilização parcial e instrumental (poderíamos dizer pragmática) do discurso empreendedor afirmando que seus conteúdos de autonomia e flexibilidade não funcionam simplesmente como convicções ideológicas, mas como respostas situadas à erosão do emprego formal e, consequentemente, à busca por outras formas de inserção econômica possíveis.

Certamente, pode-se identificar as estratégias empreendedoras populares com a multiplicação de pequenos negócios informais e de baixa renda, absolutamente instáveis e intensificadores da autoexploração. Por outro lado, também não faltam exemplos no cotidiano desses trabalhadores de pessoas próximas, pouco escolarizadas e sem qualquer qualificação formal específica, que atingem rendimentos substancialmente acima daqueles percebidos em empregos formais de baixa qualidade. Situação essa verificada em uma série de pesquisas na indústria de confecções (Lima, 2020; Rangel e Corteletti, 2022; Vasconcelos Carneiro, 2025), com mercados ilegais (Feltran, 2021), no comércio popular (Rangel, 2021a), dentre muitas outras situações de trabalho abundantes no repertório popular.

Reconhecendo essa realidade, podemos dizer que a pragmática da autonomia, que valoriza o trabalho autônomo por favorecer a gestão das precariedades cotidianas, é acompanhada pela identificação de possibilidades de

alcançar maior renda "trabalhando para si mesmo". Na pesquisa que temos realizado no comércio popular de confecções em São Paulo e no Agreste Pernambucano, é comum escutar dos trabalhadores que estes não trocariam essa atividade por um emprego formal. Diante das minhas dúvidas com relação aos discursos de que as práticas de comércio popular permitem que se chegue mais próximo de um modo de "vida que merece ser vivida", sempre elaboradas contextual e subjetivamente, é comum que meus interlocutores apresentem "evidências" que, de seus pontos de vista, sustentariam a validade de suas percepções. Nesse sentido, são frequentemente mencionadas as posses de carros, casas e terrenos - estes frequentemente para investimento ou projetos futuros nas cidades de origem dos comerciantes, muitos deles migrantes. Além disso, são comuns os relatos de filhos em escolas particulares ou mantidos em cursos universitários – o que nos lembra que, tal como aparece em Castel (2013) e Narotzky e Besnier (2014), a ideia de bem-estar também envolve as possibilidades de vida das gerações futuras. Junto a esse portfólio de conquistas (a gramática da conquista é um modo frequente de relatar os signos de mobilidade), está quase sempre presente o argumento de que esses trabalhadores não conseguiriam nada disso trabalhando em outro lugar.

Se a busca pela autonomia em estratégias "empreendedoras" de trabalho pode ser denunciada como efeito dos novos processos de exploração e sua justificação ideológica, na escala das práticas dos sujeitos revela-se uma relação pragmática com as atividades autônomas, referenciada no repertório de suas possibilidades concretas e suas aspirações. Identificada com a construção do próprio negócio, muitas vezes na informalidade, a ação pragmática voltada à busca pelo trabalho autônomo se fundamenta tanto como uma estratégia econômica percebida como promissora pelos sujeitos, quanto como uma válvula de escape das relações de subordinação salarial, que já não prometem a recompensa da estabilidade e mobilidade social. Para muitos, essa promessa passou a residir na aposta empreendedora.

A promessa do empreendedorismo popular

Mesmo nas muitas situações em que as pessoas, em busca de formas de adquirir renda de maneira mais autônoma, inserindo-se em ocupações objetivamente instáveis que, frequentemente, resultam em negócios que exigem largas jornadas de trabalho e são pouco sustentáveis economicamente, importa reconhecer que esses trabalhadores traçam expectativas,

tecem comparações entre aquilo que identificam como possibilidades e elaboram estratégias de ação, ainda que com possibilidades limitadas. Desse modo, podemos nos aproximar de um terceiro elemento explicativo para o engajamento contemporâneo em práticas de empreendedorismo popular, que, para muitos, foi afastado das condições atuais dos empregos formais: a promessa de uma vida melhor.

Importa registrar que a aposta na construção do próprio negócio como estratégia de melhoria de vida tende a ser analisada como ressignificação da precariedade em empreendedorismo, através de processos ideológicos globais que, de cima para baixo, convertem os indivíduos em empresas de si mesmos e normalizam a vulnerabilidade sob uma falsa promessa de liberdade (Amorim et al., 2021; Antunes, 2020). Por outro lado, como já apresentado, mesmo reconhecendo a força normativa da lógica neoliberal, um conjunto de pesquisas têm discutido a ampla adesão das classes populares urbanas às práticas empreendedoras vinculando o desejo de ter o próprio negócio às condições concretas de vida dessa população e às oportunidades abertas pelo trabalho autônomo. Isso nos convoca a pensar na promessa do empreendedorismo popular como fator importante para o engajamento em formas de trabalho inseguras e estigmatizadas. Ou seja, trata-se de levar a sério as aspirações que ele mobiliza, não como falseamento da realidade que convence sem fundamento, mas como "ajustamento entre esperanças e oportunidades" (Bourdieu, 2001). São formas ressignificadas de trabalho sem garantias que adquirem plausibilidade num mundo em que o trabalho assalariado, protegido e bem remunerado se desvaneceu do horizonte de boa parte da população trabalhadora (Machado da Silva, 2002).

Nessa grade analítica, a questão das aspirações dos sujeitos em atividades autônomas precárias é mais bem compreendida quando inscrita nas trajetórias sociais objetivas e nos contextos socioculturais nos quais operam. Fontes (2024) observa que o discurso do "ser dono do próprio negócio" é apropriado de formas variadas, frequentemente com ambivalência: muitos empreendedores adotam parcialmente os valores do neoliberalismo – como meritocracia, autogerenciamento e flexibilidade –, mas também expressam frustrações com as promessas não cumpridas desse modelo. Essa tensão entre sonho e precariedade é capturada no relato etnográfico de trabalhadores que buscam autonomia, mas enfrentam obstáculos estruturais como falta de crédito, ausência de proteção social e mercados altamente competitivos.

De qualquer forma, tanto as experiências de negócios bem sucedidos quanto as mais frequentes que resultam em frustrações, carregam consigo a aposta na promessa empreendedora de uma vida melhor, em termos econômicos e de prestígio social; promessa que muitos já não encontram em outro lugar. Nesse sentido, pensar a promessa do empreendedorismo como central para o engajamento e valorização de formas precárias de trabalho, implica também trazer para essa discussão a questão da futuridade, como um fenômeno afetivo que produz efeitos significativos na ordem da vida cotidiana (Dewey e Thomas, 2022). Dewey e Thomas, refletindo sobre a importância das aspirações para o envolvimento de pessoas em atividades ilegais, argumentam que, além das explicações centradas num olhar para o passado e para o presente, é importante pensar os modos como noções otimistas de mobilidade e conquistas injetam esperança nas práticas econômicas. A expectativa de que as coisas vão melhorar, mesmo em meio à instabilidade, exerce um papel fundamental no engajamento nas práticas empreendedoras, no sentido daquilo que Beckert (2016) chama de "ordem temporal do capitalismo", que organiza os comportamentos orientados para "futuros imaginados"; futuros que podem ou não se concretizar.

Entendo, tal como Narotzky and Besnier (2024), que essa orientação temporal tende a se traduzir em aspirações individuais ou coletivas que ecoam expectativas elaboradas tendo como referência as duras realidades da vida da maioria das pessoas, que, no contexto brasileiro, significa constituir-se como sujeito do trabalho rotinizando condições sociais cuja qualidade da vida depende da capacidade de indivíduos, famílias e grupos sociais de "se virarem" (Telles, 2006; Kopper e Richmond, 2024). Como mencionado, e repetidamente verificado nas pesquisas que tenho desenvolvido nos mercados de comércio popular (Rangel, 2021a), produção de confecções (Rangel e Corteletti, 2022) e entregadores de aplicativos (Fioravanti et al., 2023), os empregos assalariados realmente disponíveis não oferecem mais a promessa de mobilidade, ao menos para aqueles que têm ao seu alcance outras formas de inserção produtiva mais rentáveis, ou que precisam gerir pragmaticamente as precariedades cotidianas, especialmente no caso das mulheres. Contudo, em vez de simplesmente condenar as pessoas em atividades precárias à reprodução passiva das suas condições de existência, isso também implica em considerar as estratégias que adotam operando com recursos limitados para projetar e buscar alcançar uma vida melhor para si e para as gerações futuras.

Parte importante da definição do que é uma vida melhor, material e simbolicamente, tem passado pelo acesso a determinados bens de consumo. Não à toa, carros, casas e filhos em escolas particulares foram apresentados como evidências concretas da racionalidade e pragmatismo no engajamento em práticas empreendedoras. Sobre esse aspecto, Gago (2018) problematiza a ideia de "inclusão pelo consumo", demonstrando que a expansão do crédito popular não é emancipadora por si só, visto que muitas vezes se associa à precarização e privatização de direitos sociais. É uma crítica direta à financeirização da vida cotidiana dos setores populares. Os padrões de consumo contemporâneos, afirma a autora, são caracterizados pela aquisição de bens não duráveis e pela privatização de serviços que poderiam pertencer à esfera das infraestruturas públicas. Esse é o caso da satisfação encontrada em poder pagar por planos de saúde privados e escolas particulares; comprar uma moto em uma cidade carente de transporte público; ou o caso de uma costureira em Toritama que, com lágrimas nos olhos, conta que conseguiu poupar dinheiro para presentear com um Iphone a filha que trabalha com ela. Para Gago (2018), são justamente os aspectos privatizantes ou efêmeros que fariam desse consumo "problematicamente popular".

Por outro lado, é importante dizer que a ênfase no caráter problemático do consumo popular ofusca a importância prática e simbólica que isso adquire no cotidiano, em termos de dignificação da vida. Pinheiro-Machado e Scalco (2022) elaboram a busca popular pelo consumo de bens socialmente desejáveis como a reivindicação de um "direito de brilhar", entendido como uma demanda social por visibilidade, reconhecimento e cidadania. Em uma sociedade em que os pobres historicamente obtiveram bens desejados socialmente por meio de relações servis, as autoras argumentam que estar apto a comprar por si mesmo esses bens pode se constituir em um poderoso elemento de autoestima e mesmo de micropolítica, considerando seu potencial de desafiar, no nível interpessoal, relações de subordinação de classe.

O ponto a ser destacado aqui, no escopo da reflexão proposta, é que, para muitos, a expectativa de uma vida melhor, que engloba a possibilidade de acesso autônomo a bens materiais e simbólicos socialmente prestigiados, passa pelas oportunidades identificadas em formas de empreendedorismo popular. Os anos de pesquisa no comércio popular, especialmente em São Paulo, tornaram isso empiricamente evidente para mim. O comércio popular ainda representa uma das atividades mais emblemáticas dos centros urbanos brasileiros quando pensamos em trabalho informal, em traba-

lho precário. Mas, como reflexões contemporâneas sobre a informalidade têm destacado (Machado da Silva, 2002; Lima, 2010; Rizek, 2012; Rangel, 2021b), quando vemos encolher o horizonte da integração social via expansão do assalariamento, outras maneiras de ganhar a vida passam a se legitimar. Do ponto de vista dos sujeitos, isso significa que muitas ocupações que eram pensadas como algo provisório, como "viração", passam a fazer mais sentido em si mesmas no curso da vida. A maioria dos meus interlocutores de pesquisa, ainda que inseridos em uma ocupação estigmatizada e associada à precariedade, não identificavam melhores condições de trabalho e renda nas possibilidades de emprego formal que figuravam em seu repertório objetivo de alternativas; um repertório construído com base em experiências próprias ou de pessoas próximas.

Importa dizer que, para alguns, o "trabalho com carteira assinada", "com patrão", ainda aparece como uma possibilidade positiva, mas sobretudo para aqueles que se encontram nas posições mais precárias nesses mercados, em negócios que não estão dando certo. Quando o ponto comercial gera renda, ou promete gerar, mesmo com a ausência de direitos, as pessoas tendem a dizer coisas como "só trocaria por um emprego assalariado se fosse para ganhar 5 mil reais". Ou seja, a comparação é feita com um emprego que praticamente não existe para uma população com pouca qualificação formal.

Castel (2013), ao discutir a imagem do futuro virtuoso presente na promessa da sociedade salarial o faz da seguinte maneira:

> Essa aposta quanto ao futuro não é apenas um ato de fé nas virtudes do progresso em geral. Através de seus modos de consumo, seu investimento em bens duráveis, seu uso do crédito, o assalariado antecipa a cada dia a perenidade do crescimento e vincula concretamente seu destino a um progresso indefinido. Na sociedade salarial, a antecipação de um futuro melhor está inserida na estrutura do presente. Isso é ainda mais verdadeiro à medida que, por meio de uma projeção sobre as gerações seguintes, o assalariado pode esperar realizar mais tarde suas aspirações: o que ainda não pude realizar, meus filhos conseguirão (Castel, 2013, p. 480).

Destaco deste trecho a ideia de que "a aposta no futuro não é apenas um ato de fé", ao contrário, "está inserida na estrutura do presente". Para muitos

daqueles que idealizam as possibilidades empreendedoras, as referências empíricas de mobilidade são mais frequentemente identificadas em sujeitos que obtiveram sucesso em empreendimentos autônomos. Ainda que outros tantos tenham se frustrado seguindo o mesmo caminho, a opção do assalariamento em empregos de baixa qualidade aparece como garantia apenas da reprodução social e mobilidades laterais. Assim, indo além da crítica normativa à valorização popular das práticas de empreendedorismo, que entende esse movimento como efeito direto da ideologia neoliberal, podemos identificar na busca por formas mais autônomas de trabalho no Brasil contemporâneo uma articulação entre necessidades, recursos objetivos, disposições e expectativas subjetivas. Ou seja, o mencionado "ajustamento entre esperanças e oportunidades", que envolve recursos econômicos, escolares, culturais, de qualificação, de acesso a redes etc. frente às possibilidades identificadas no contexto social.

A partir disso, explorar as razões enunciadas pelos sujeitos para a aposta nas estratégias de trabalho autônomo é reconhecer que a expansão da lógica empreendedora, com toda a legitimidade que isso tem adquirido, só faz sentido em um processo de precarização mais amplo das oportunidades de trabalho. Dessa forma, compreender as racionalidades envolvidas na valorização de práticas empreendedoras precárias é um modo de olhar criticamente para essa precarização mais geral, do trabalho, do cotidiano e dos horizontes.

Considerações finais

A intenção deste capítulo foi apresentar uma interpretação para o engajamento em práticas de trabalho por conta própria, inclusive em atividades informais e precárias, contemporaneamente associadas a formas de empreendedorismo popular, a partir da maneira como isso ganha plausibilidade na dimensão das experiências cotidianas. Pensar em termos de plausibilidade significa buscar os elementos que tornam não apenas o engajamento, mas também a valorização do trabalho por conta própria, algo razoável para as pessoas envolvidas, algo que faz sentido para os agentes em determinados contextos.

Propus a reflexão sobre três elementos específicos como centrais para a expansão e legitimação do empreendedorismo popular: experiências de humilhação no trabalho assalariado, a relação pragmática com o cotidiano e a promessa de uma vida melhor. Entendo que esses três elementos, que

se articulam e têm sua relevância destacada alternativamente em uma situação ou outra, são fundamentais para a rotinização da insegurança que vem junto com a expansão das formas populares de trabalho autônomo. Ou seja, formas de empreendedorismo que emergem entre a parcela dos trabalhadores que têm acesso principalmente a empregos formais de baixa qualidade, como em supermercados, empresas de call center, segurança, redes de fast-food, emprego doméstico, dentre outros trabalhos assalariados que não são percebidos como promissores em termos de mobilidade social e melhoria de vida. Quando essa população se mostra desencantada com a subordinação salarial, são esses empregos reais que elas têm como referência. Não é a recusa ao emprego assalariado enquanto conceito ou indiferença à possibilidade de acesso a direitos.

Na balança de precariedades e aspirações, as experiências de humilhação e as expectativas de reparação passam a constituir na retórica empreendedora referentes culturais que legitimam socialmente os esforços de mobilidade individual (Côrtes, 2021), com graves efeitos políticos para a sociedade brasileira em termos de tolerância às desigualdades. Por isso, para além de processos de convencimento ideológico promovidos pela razão neoliberal, é preciso reconhecer a ocorrência de mudanças concretas no mundo do trabalho, que afetaram o lugar privilegiado dos empregos "com registro" no repertório de alternativas possíveis no mundo popular, bem como a importância das precariedades que extrapolam as relações de trabalho e que exigem a gestão cotidiana, muitas vezes de maneira improvisada e flexível. Esses aspectos, muito materiais, têm orientado as percepções das pessoas a respeito das possibilidades abertas pelas precárias formas de empreendedorismo, mas muitas vezes são negligenciados pelo quadro explicativo centrado na expansão da racionalidade neoliberal.

Olhar para a realidade heterogênea do trabalho pelas lentes das economias populares significa seguir no esforço de explorar empiricamente e sistematizar teoricamente os desafios da gestão da vida cotidiana, individual e coletiva, e as expectativas de vida melhor plausivelmente elaboradas em contextos de limitação de recursos e desigualdades de poder. Vale reforçar que essa postura, fundada em uma sociologia compreensiva, não significa capitular ou, muito menos, reproduzir a contemporânea narrativa hedionda de abolição da CLT, de liberação da força de trabalho, que tem se expandido também entre crianças e jovens, até como instrumento de bullying

nas escolas[2]. Trata-se de dar consequência analítica a essas situações lamentáveis do ponto de vista social e político, explorando suas condições de emergência não apenas pela circulação global de ideias, mas pelo modo como essas ideias ganham coerência nos contextos situados da população trabalhadora e suas famílias.

Levar a sério as razões enunciadas pelos sujeitos para a aposta nas práticas de empreendedorismo popular de modo algum significa legitimar esse movimento, fazendo coro à apologia liberal às soluções individuais, que repassa os riscos e responsabilidades pela reprodução social aos indivíduos, legitimando desigualdades e normalizando vidas precárias. O esforço dedica-se, ao contrário, a um entendimento mais complexo dos desafios contemporâneos no mundo do trabalho, tarefa fundamental para sua superação.

Referências

ABÍLIO, L. C. Empreendedorismo, autogerenciamento ou viração. Uberização, o trabalhador just-in-time e o despotismo algorítmico na periferia. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, 2021.

AMORIM, H.; MODA, F.; MEVIS, C. Empreendedorismo: uma forma de americanismo contemporâneo?. *Caderno CRH*, v. 34, 2021.

BECKERT, J. *Imagined futures: Fictional expectations and capitalist dynamics*. Harvard University Press, 2016.

BOURDIEU, P. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *O novo espírito do capitalismo*. São Pualo: Martins Fontes, 2009.

CASTEL, R. *As Metamorfoses da Questão Social*: Uma Crônica do Salário. Petrópolis: Vozes, 2013.

2. Notícias sobre empregos CLT estarem se tornando ofensas entre crianças e jovens têm se multiplicado na grande mídia e nas redes sociais. Para um exemplo ilustrativo ver a reportagem "Crianças demonizam CLT: carteira assinada vira ofensa entre os jovens", disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/03/13/era-sonho-virou-ofensa-por-que-os-jovens-tem-medo-de-ser-clt.htm>, acesso em: 30 maio 2025.

CIELO, C.; GAGO, V.; TASSI, N. Mapear las economías populares como apuesta analítica y política latinoamericana. In: Gago, Verónica; Cielo, Cristina; Tassi, Nico (Orgs.). *Economías populares*: una cartografía crítica latinoamericana. Buenos Aires: CLACSO, 2023.

COELHO-LIMA, F.; BENDASSOLLI, P. F. A ideologia e o significado do trabalho para trabalhadores por conta própria. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 23(3), 259-270, 2018.

CORAGGIO, J. L. *Economía urbana*. La perspectiva popular. Quito: Abya-Yala, 1998.

CORROCHANO, M. C. Young People in the Urban Outskirts of Brazil: Work and Collective Action. In: *Handbook of Children and Youth Studies*. Singapore: Springer Nature Singapore, 2024.

CÔRTES, M. A revolta dos bastardos: do pentecostalismo ao bolsonarismo. *Caderno CRH*, v. 34, 2021.

COSTA, H. Da vida sem salário ao empreendedorismo popular: aspirações de modernidade na periferia de São Paulo. *Revista Brasileira de Sociologia* – RBS, v. 12, 2024.

CRUZ JÚNIOR, B. Entre mito e solução, a busca por um empreendedorismo realmente existente. *Contemporânea*, v. 12, n. 3 p. 827-848, 2022.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, 3(5), 139-164, 2004.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEWEY, M.; THOMAS, K. Futurity beyond the state: Illegal markets and imagined futures in *Latin America. Latin American Politics and Society,* v. 64, n. 4, p. 1-23, 2022.

FELTRAN, G. (Org.). *Stolen cars: a journey through São Paulo's urban conflict*. John Wiley & Sons, 2022.

FIORAVANTI, L. M.; MARTINS, F. R.; RIZEK, C. S. Plataformas digitais e fluxos urbanos: dispersão e controle do trabalho precário. *Cadernos Metrópole*, v. 26, p. 69-96, 2023.

FONTES, L. Between Dreams and Survival: The (Dis)Embeddedness of Neoliberalism among Entrepreneurial Workers from São Paulo's Periphe-

ries. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 48, n. 3, p. 506-522, 2024.

GAGO, V. *A razão neoliberal*: economias barrocas e pragmática popular. Editora Elefante, 2019.

GAGO, V. What are popular economies?: Some reflections from Argentina, *Radical Philosophy*, 202, p. 32-38, (jun. 2018).

GUIMARÃES, N. A. A "crise do cuidado" e os cuidados na crise: refletindo a partir da experiência brasileira. *Sociologia & Antropologia*, v. 14, 2024.

KOPPER, M.; RICHMOND, M. A. (Orgs.). *Subjectivity at Latin America's Urban Margins*. Berghahn Books, 2024.

KRAYCHETE, G. Economia popular e solidária: paisagens e miragens. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*, n. 228, p. 1-10, 2016.

LIMA, J.; RANGEL, F. Dimensões da nova informalidade no Brasil: considerações sobre o trabalho em polos industriais e no comércio popular. In: Rodrigues, Iram (Org.). *Trabalho e ação coletiva no Brasil: contradições, impasses, perspectivas (1978-2018)*. São Paulo: Annablume, 2019.

LIMA, J.. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?. *Sociologias*, v. 12, p. 158-198, 2010.

LIMA, J. (Org.). *O trabalho em territórios periféricos*: estudos em três setores produtivos. São Paulo: Annablume, 2020.

MACHADO DA SILVA, L. A. *O mundo popular*: trabalho e condições de vida. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

MAGALDI, T.; RAZAFINDRAKOTO, M.; ROUBAUD, F. Uma "Escolha Muito Difícil": CLT versus Plataformas Na Avaliação Dos Trabalhadores Brasileiros Em Uma Abordagem Quali-Quanti. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 28, 2024.

NAROTZKY, S.; BESNIER, N. C., value, and hope: rethinking the economy: an introduction to supplement 9. *Current anthropology*, v. 55, n. S9, p. S4-S16, 2014.

PINHEIRO-MACHADO, R; SCALCO, L. The right to shine: Poverty, consumption and (de) politicization in neoliberal Brazil. *Journal of Consumer Culture*, 2022.

QUIJANO, A. *La economía popular y sus caminos en América Latina*. Lima: Mosca Azul Editores, 1998.

RABOSSI, F.; TASSI, N. *Globalización popular en América Latina: por una teoría etnográfica*. La Paz: Universidad Mayor de San Andrés UMSA, "Mauricio Lefebvre" y Laboratoire d'Economie et de Sociologie du Travail, 2023.

RANGEL, F.; MAGALDI, T. Sobre a legitimação do trabalho precário: autonomia e justiça como categorias de engajamento. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 1, 2023.

RANGEL, F.; CORTELETTI, R. O polo de confecções do Agreste Pernambucano: Origens e configurações atuais. *Estudos de Sociologia*, 2022.

RANGEL, Felipe. *A empresarização dos mercados populares*: trabalho e formalização excludente. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021a.

RANGEL, F. Percepções da informalidade: sobre representações e experiências. In: Marques, Léa (Org.). *Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021b.

SANTOS JUNIOR, J. Escalas, unidades de análise e a prerrogativa do objeto. *Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social*, n. 19, p. 25-39, 2020.

TELLES, V. da S. Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo Social*, v. 18, p. 173-195, 2006.

TOMMASI, L. de; CORROCHANO, Maria Carla. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 99, p. 353-372, 2020.

VASCONCELOS CARNEIRO, V. Trabalho, Gênero e Redes Socioeconômicas: as vivências das costureiras no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFCG, Campina Grande, 2025.

Costurando sobrevivência: trabalho, migração e precariedade no polo têxtil de Toritama

Darcilene C. Gomes

Wilson Fusco

Introdução

Este capítulo tem como objetivo analisar a trajetória recente do município de Toritama, situado no Agreste pernambucano, a partir da comparação entre dois momentos separados por um intervalo de 17 anos: 2007-08, quando realizamos uma pesquisa de campo com um survey no âmbito do estudo intitulado "O polo de confecções de Toritama: análise das relações de trabalho e da informalidade"; e 2024, inserida no projeto "Polos de Confecções do Nordeste: migração e mobilidade pendular no contexto recente". A análise se apoia, ainda, nos dados dos Censos Demográficos de 2010 e 2022, o que permite ampliar a perspectiva comparativa e observar tendências estruturais que escapam à observação direta de campo.

Na ocasião do levantamento de 2007-2008, a cidade chamava a atenção por, ao menos, quatro aspectos: (1) a alegada concentração de cerca de 15% da produção nacional de artigos de vestuário em jeans; (2) o expressivo crescimento demográfico em poucos anos; (3) taxas de desocupação notavelmente baixas, mesmo em fases de retração da economia nacional; e (4) o impacto ambiental provocado pelas lavanderias industriais, que tingiam o Rio Capibaribe com resíduos de cor azul índigo, tornando visível o custo ecológico da atividade fabril. As lavanderias beneficiam o jeans, para tanto utilizam um volume alto de água para modificar a cor e a textura do tecido, esse processo gera resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões de poluentes no ar.

Figura 1 – Rio Capibaribe em Toritama, dezembro de 2007



Fonte: Acervo da Fundaj.

Atualmente, a prefeitura informa que Toritama concentra 16% da produção nacional de jeans. A taxa de ocupação parece continuar baixa, os dados de ocupação do Censo Demográfico 2022 ainda não foram divulgados, mas segundo as informações que coletamos em entrevistas realizadas em 2024 apenas 5,4% da população economicamente ativa estava desocupada. O crescimento demográfico continuou se posicionando entre os maiores do estado, com taxa de crescimento geométrico de 1,22% entre 2010 e 2024. Quanto às lavanderias industriais, que a prefeitura estima em "mais de 50"[1], seguem causando impactos ambientais significativos. Diversos documentos disponíveis no site do Ministério Público de Pernambuco (MPPE)[2], como termos de ajuste de conduta, comprovam a continuidade da degradação. A Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) realiza fiscalizações periódicas, chegando a interditar estabelecimentos que operavam sem sistemas de tratamento de efluentes.

1. https://toritama.pe.gov.br/feira-do-jeans/
2. https://portal.mppe.mp.br/pesquisa?q=lavanderias

Conforme Macêdo (2022), a maior parte das lavanderias em Toritama são microempreendimentos familiares, que se expandiram de forma desordenada diante da crescente demanda, resultando em infraestrutura inadequada para o manejo ambiental. Como consequência, muitas ainda despejam efluentes não tratados diretamente no Rio Capibaribe, agravando a poluição hídrica, comprometendo a qualidade da água e afetando os ecossistemas aquáticos.

Desde a pesquisa de 2007-08, o Brasil atravessou diferentes ciclos de crise e recomposição – econômicas, políticas e sanitárias –, com impactos variáveis entre os territórios. Este estudo sobre Toritama levanta pistas para analisar de que maneira esses cenários complexos repercutiram nos padrões locais produtivos, ocupacionais, fluxos de circulação, arranjos produtivos e atratividade populacional. Paralelamente, numa abordagem ainda inicial, procura-se avaliar em que medida o "modelo de desenvolvimento municipal" conseguiu efetivamente traduzir-se em melhorias concretas no bem-estar da população.

Este capítulo organiza-se em três seções temáticas, complementadas pela introdução e as considerações finais. Inicialmente, abordamos os aspectos metodológicos que fundamentam a pesquisa, detalhando as fontes e procedimentos de coleta e análise de dados. Em seguida, examinamos a dinâmica econômica e ocupacional do município, analisando sua estrutura produtiva e características do mercado de trabalho. A quarta seção dedica-se à análise demográfica, explorando os padrões de crescimento e composição populacional. Essa estrutura permite uma compreensão abrangente do objeto de estudo, articulando diferentes dimensões analíticas.

Abordagens metodológicas, dois retratos: 2007-2008 e 2024

As informações deste artigo baseiam-se principalmente em duas pesquisas domiciliares realizadas pela Fundação Joaquim Nabuco em períodos distintos: 2007-08 e 2024. Embora os estudos tenham objetivos e metodologias diferentes, ambos oferecem um retrato relevante de Toritama, alinhando-se ao propósito da nossa análise.

Vale ressaltar que os dados não são diretamente comparáveis — ou seja, não permitem afirmar se houve aumento ou queda nos indicadores ao longo do tempo. No entanto, é possível identificar a permanência (forte ou

fraca) de determinadas características no município, destacando continuidades ou transformações em seu perfil socioeconômico.

A pesquisa "O Polo de Confecções de Toritama: análise das relações de trabalho e da informalidade" (doravante denominada "Fundaj 2008") foi realizada entre dezembro de 2007 e janeiro de 2008, compreendendo três etapas com objetivos distintos. O presente estudo concentra-se na segunda e terceira fases da investigação, que consistiram na aplicação de 330 questionários e 200 fichas de observação em domicílios que abrigavam unidades produtivas de confecção (Neto, Maia e Campos, 2008). A pesquisa foi realizada como parte de um estudo mais amplo sobre os arranjos produtivos locais em Pernambuco. Adotou-se uma amostragem estratificada por bairros, o universo de referência foi a população urbana residente e os critérios de inclusão priorizaram domicílios com pelo menos um morador inserido na cadeia produtiva do vestuário. A coleta foi feita por uma equipe de campo previamente treinada, utilizando formulário padronizado impresso, composto por blocos temáticos sobre estrutura familiar, trajetória migratória, características do domicílio, ocupação principal dos moradores, rendimentos e condições de trabalho. A observação direta da atividade nos fabricos foi registrada sistematicamente em diário de campo e complementada por entrevistas abertas com lideranças locais e agentes institucionais.

A pesquisa "Polos de Confecções do Nordeste: migração e mobilidade pendular no contexto recente" (Fundaj, 2024) apresentou um escopo territorial mais amplo que o estudo de 2007, abrangendo além de Toritama os municípios de Caicó/RN e Pacatuba/CE, igualmente reconhecidos como polos confeccionistas. Contudo, sua abordagem metodológica foi mais focalizada. A nova rodada de pesquisa partiu da premissa de continuidade da base produtiva, mas incorporou modificações no desenho amostral e nos instrumentos de coleta. A amostra de 2024 foi construída a partir do universo de setores censitários urbanos do Censo Demográfico 2022. O critério de inclusão foi semelhante ao de 2008 (presença de ao menos um morador com vínculo direto com a cadeia têxtil local), mas foram incorporadas novas variáveis relativas à escolaridade dos filhos, à posse de bens duráveis e à mobilidade pendular.

Realizada *in loco* durante as duas primeiras semanas de janeiro de 2024, a investigação coletou dados de 1.093 indivíduos em 200 domicílios distribuídos por 11 setores censitários. O instrumento de coleta, desenvolvido na plataforma LimeSurvey, inspirou-se no questionário do Censo Demográfi-

co 2022, sendo composto por 20 quesitos para caracterização domiciliar e 72 quesitos para perfil dos moradores (Melo, 2024).

Ambas as etapas foram complementadas por análises secundárias de dados censitários e estatísticas administrativas, em especial os Censos Demográficos de 2010 e 2022, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e as Contas Regionais, além de outras referências relevantes da literatura especializada. A triangulação entre diferentes fontes (estatísticas oficiais e pesquisa de campo) foi central para a construção dos dois retratos comparativos. Embora separados por quase duas décadas, os levantamentos de 2007-2008 e 2024 compartilham a mesma preocupação analítica: compreender os limites e paradoxos de um modelo de crescimento econômico sustentado por formas precárias de organização produtiva, por redes familiares de trabalho e por fluxos migratórios contínuos, em contexto de reduzida ação regulatória por parte do Estado. Os dados das pesquisas mencionadas foram analisados nas seções seguintes.

Dinâmica econômica e ocupacional em Toritama: especialização e informalidade

Em 2008, Toritama respondia por aproximadamente 0,4% do PIB estadual. A dinâmica econômica local era marcada por intensa atividade nos dias da feira semanal, quando comerciantes locais e de outros municípios ocupavam o Parque das Feiras e seus arredores, atraindo um fluxo expressivo de compradores em busca de artigos de vestuário a preços reduzidos, embora com qualidade variável.

O principal eixo econômico do município concentrava-se na produção de peças de vestuário, especialmente jeans, mas não exclusivamente. Grande parte dessa produção ocorria em unidades domiciliares, muitas vezes caracterizadas como pequenos espaços fabris improvisados (na sala, na garagem, na varanda, no quintal etc.), dotados ou não de maquinário básico (que pode ser próprio, cedido ou emprestado), e envolvendo frequentemente membros familiares, incluindo crianças e adolescentes abaixo dos 16 anos – faixa etária que, segundo a legislação brasileira, delimita a proibição do trabalho. Apesar da estimativa de duas mil empresas de confecção (Raposo e Gomes, 2003), a RAIS registrou apenas 2% delas como formalizadas.

Figura 2 – Parque das Feiras, Toritama, 2008



Fonte: Acervo Fundaj.

As unidades produtivas domiciliares, presentes em 36,6% dos domicílios pesquisados (Fundaj, 2008) e localmente denominadas como "fabricos", dedicavam-se principalmente à execução de etapas específicas da confecção de vestuário, como corte de tecidos, costura de detalhes, aplicação de aviamentos e acabamento, em regime de clara subordinação a intermediários ou unidades produtivas maiores. Embora uma parcela menor se dedicasse à produção de peças completas para venda direta na feira municipal, a configuração predominante era a de trabalho sob encomenda, característica do sistema de facção, onde se executavam apenas partes do processo produtivo. É importante destacar que essas formas de organização do trabalho, embora encontrem paralelos em sistemas pré-industriais, adquiriram nova dimensão a partir dos anos 1970, quando a produção flexível foi reativada como resposta à crise do capitalismo fordista (Harvey, 1996). Nesse contexto, é fundamental compreender que essas unidades domiciliares não representam um retorno ao trabalho artesanal – onde o produtor dominava integralmente o processo criativo e produtivo –, mas sim uma adaptação

contemporânea de formas arcaicas de produção às exigências do capitalismo flexível, marcada pela fragmentação das tarefas, baixa especialização técnica e integração subalterna às cadeias produtivas globais. A aparente simplicidade desses arranjos produtivos oculta, portanto, sua complexa e pouco conhecida inserção nos circuitos econômicos contemporâneos.

Figura 3 – Fabrico em Toritama, 2008



Fonte: Acervo Fundaj.

O Censo Demográfico de 2010 indicava um mercado de trabalho aquecido, com taxas de atividade superiores à média do estado (68,1% e 51,9%, respectivamente). As taxas de ocupação eram altas, redundando em baixo nível de desocupação (3,2%). Com uma população majoritariamente jovem, 43,7% entre 18 e 39 anos, havia mão-de-obra suficiente para impulsionar o desenvolvimento da região. As duas principais posições na ocupação eram as de empregado sem carteira (59,6%) e conta-própria (23,4%). O empre-

go com carteira era artigo de baixa ocorrência em Toritama, abrangendo apenas 13,1% dos ocupados. O setor de confecções absorvia a maioria dos trabalhadores locais, respondendo por um terço dos empregos formais do município, conforme dados da RAIS. Eram condições um pouco melhores do que as existentes em 2000[3], mas ainda assim muito longe das ideais.

Nesse cenário, consolidava-se o que se convencionou chamar de "economia cinzenta" – um modelo de produção legal em sua essência, mas que sistematicamente operava à margem dos mecanismos de regulação estatal. Essa dinâmica se manifestava tanto através de práticas abertas de evasão fiscal quanto pela simples não formalização das atividades produtivas. A resistência generalizada à regularização encontrava sua justificativa discursiva no ideário do empreendedorismo individual, mas revelava, na prática, uma combinação de fatores: baixa rentabilidade das atividades, rejeição à tributação e aversão à fiscalização pública. Paradoxalmente, essa postura coexistia com a demanda contínua por serviços públicos essenciais, como saúde, educação e infraestrutura, cuja sustentabilidade depende precisamente da arrecadação tributária que se buscava evitar.

A informalidade em Toritama, longe de ser uma anomalia, é parte constitutiva de um sistema que beneficia atores externos (intermediários, empresas mais estruturadas). Esse equilíbrio perverso, sustentado por normas sociais e falta de alternativas, explica por que a precariedade persiste como regra, não como exceção.

A análise dos rendimentos revela que mais da metade da força de trabalho (54,5%) percebia até um salário-mínimo, realidade semelhante ao cenário estadual (57,4%). Contudo, os dados sobre pobreza extrema apresentavam outro lado da realidade: desde 2000, Toritama mantinha a menor taxa do Nordeste (3,3%) (Rocha e Albuquerque, 2004), indicador que melhorou ainda mais em 2010 (2,7%), segundo dados do Censo Demográfico. Nesse contexto, observava-se uma economia marcada por baixa remuneração, mas não por miséria generalizada, paradoxo que revela particularidades do desenvolvimento socioeconômico local.

Durante nossa visita em 2007 e 2008, constatamos condições laborais altamente precárias nos fabricos, com ausência de adequação térmica (agravada pelo clima semiárido do Agreste pernambucano), controle de ruído (exposição constante ao barulho de máquinas) e ergonomia (mobiliário

3. Ver Gomes, Campos e Vasconcelos (2009).

inadequado). Nas visitas que fizemos aos fabricos, observamos[4] apenas 6% de cadeiras adequadas para o trabalho de costura; apenas um em cada três fabricos apresentava condições adequadas de iluminação no ambiente e de instalação da rede elétrica; 23,5% apresentavam condições de ventilação adequadas; o uso de equipamentos de proteção individual era raro – a título de exemplo, em mais de 90% das unidades produtivas visitadas, não se usava protetor auricular, óculos de segurança e respirador. A organização do trabalho e dos espaços produtivos apresentava-se desordenada, com apenas um terço dos locais atendendo aos critérios mínimos de higiene[5].

Nestas condições precárias de trabalho, as jornadas laborais frequentemente ultrapassavam as oito horas diárias, variando entre 39 e 56 horas semanais, com intervalos insuficientes de apenas 30 minutos, limitados a duas pausas no máximo (Fundaj, 2008). Essa combinação de fatores resulta em um cenário particularmente desgastante, que implica em riscos à saúde física e comprometimento cognitivo.

O perfil educacional da população caracterizava-se por baixa escolaridade e elevados índices de analfabetismo. Conforme o Censo Demográfico de 2010, 20,6% dos residentes com 15 anos ou mais eram analfabetos – percentual superior às médias estadual (18% em Pernambuco) e nacional (9,6%). O problema persistia mesmo entre os jovens: quase 8% da população de 15 a 24 anos não dominava habilidades básicas de leitura e escrita. Quanto à escolaridade, dados do Censo revelavam que aproximadamente 80% das pessoas com 25 anos ou mais possuíam no máximo oito anos de estudo – equivalente ao ensino fundamental completo no sistema educacional vigente à época.

Notamos, para complementar o quadro de precariedade que afeta mais diretamente as condições de vida, que os aluguéis eram altos e o abastecimento de água era muito irregular, o que obrigava a população a usar parte de sua renda com a compra de água em carros pipas, para abastecer suas cisternas.

4. A observação se inspirou livremente nas Normas Regulamentadoras (NR), criadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que estabelecem obrigações relacionadas à segurança e saúde no trabalho, especialmente a de número 17, que diz respeito à ergonomia.

5. Para fins desta análise, consideraram-se adequados os estabelecimentos que possuíam: (i) lixeiras disponíveis, (ii) áreas segregadas para atividades laborais e para alimentação, e (iii) instalações sanitárias em condições de uso adequadas.

No período recente, a participação de Toritama no PIB estadual não aumentou, na verdade recuou um pouco. Em 2021, essa participação era da ordem de 0,35%. A estrutura produtiva da cidade continuava muito dependente da produção de peças em jeans. Entre os entrevistados da pesquisa Fundaj de 2024, 66,3% dos ocupados trabalhavam na confecção de vestuário e acessórios. A elevada concentração de ocupações em um único setor evidencia a dependência da economia local, o que limita a diversificação produtiva e aumenta a vulnerabilidade frente a oscilações do mercado. Ainda predominam as pequenas oficinas familiares, numa configuração semelhante ao que observamos em 2008, ou seja, com predominância de estruturas precárias e improvisadas (ver Figura 4). A prefeitura fala em "mais de 3 mil empresas de confecções"[6].

Figura 4 – Fabrico em Toritama, 2024



Fonte: Melo (2024)

6. O dado é da Prefeitura Municipal de Toritama. Ver em: https://toritama.pe.gov.br/feira-do-jeans/. Ninguém sabe ao certo quantas empresas operam no município, dada a ausência de registro formal no setor.

Os dados mais recentes indicam que o município continua apresentando altas taxas de ocupação, com apenas 7,1% de desocupação entre os entrevistados da pesquisa Fundaj 2024. Esse percentual, embora aparente representar um cenário de pleno emprego relativo, esconde as fragilidades das ocupações existentes, predominantemente informais e de baixa proteção social. Esse é um mercado que demanda volume de trabalho e oferece portas de entrada relativamente acessíveis, com exigências técnicas limitadas e mecanismos informais de recrutamento baseados em redes sociais e familiares. Ainda que o percentual de desemprego permaneça baixo, representa um aumento em relação aos níveis observados em 2010, sinalizando uma pequena, porém perceptível, mudança no mercado de trabalho local.

A informalidade, entendida aqui estritamente como a ausência de registro formal, continua predominante tanto nas relações trabalhistas quanto na organização dos fabricos e facções locais. Os dados da pesquisa Fundaj 2024 revelam a profundidade dessa realidade: 90% dos trabalhadores entrevistados não realizavam contribuições previdenciárias, enquanto 93% dos que se declararam empresários operavam sem CNPJ registrado. Essas informações apontam para a fragilidade das relações de trabalho locais, com implicações diretas para sua segurança econômica e bem-estar no longo prazo.

Esses indicadores não apenas confirmam a persistência de uma produção majoritariamente informal, como também sugerem que esta condição está estruturalmente consolidada no arranjo produtivo local, caracterizando-se menos como uma fase transitória e mais como um traço constitutivo do modelo econômico da região. Os dados do Censo Demográfico de 2022, quando divulgados, permitirão verificar se os padrões observados na amostra pesquisada refletem a realidade do conjunto da população.

A análise dos dados de 2024 revela também que o assalariamento representava 55% da população ocupada pesquisada, porém com um importante detalhe: apenas 20% desses trabalhadores assalariados possuíam carteira de trabalho assinada. Quando consideramos a composição geral da ocupação, observamos que assalariados e trabalhadores por conta própria respondiam juntos por mais de 90% da força de trabalho, enquanto os demais se distribuíam entre trabalhadores domésticos, funcionários públicos e aqueles que prestavam ajuda a familiares.

Os dados comparativos apontam para duas tendências significativas: por um lado, constata-se uma redução progressiva do assalariamento nos últi-

mos anos, com correspondente aumento do trabalho autônomo; por outro, verifica-se que, entre os que permanecem assalariados, houve crescimento na proporção de trabalhadores com carteira assinada - embora esse percentual continue substancialmente inferior à média nacional.

A RAIS, salvaguardando suas imprecisões para análises desagregadas, também acusa o crescimento de trabalhadores com registro legal. Entre 2008 e 2024, esse crescimento foi da ordem de 34,5%. Os dados revelam crescimento da especialização no perfil do emprego formal local, com a indústria de transformação ampliando consideravelmente sua participação no mercado de trabalho. Em um período de 16 anos (2008-2024), o peso deste setor saltou de 35,3% para 50,7% do total de vínculos formais, um crescimento expressivo de 15,4 pontos percentuais que demonstra uma reconfiguração da estrutura produtiva regional.

Dentro deste cenário, a confecção de artigos do vestuário e acessórios se mantém como atividade predominante, consolidando sua posição central tanto em 2009 quanto em 2024. A permanência dessa especialização ao longo de décadas revela tanto a força da tradição local quanto os limites de um modelo produtivo que pouco evoluiu em termos tecnológicos e organizacionais. Paralelamente, observa-se o surgimento do segmento de acabamento em fios, tecidos e artefatos têxteis (representado principalmente pelas lavanderias) como um novo polo de geração de empregos formais em 2024. Os dados revelam um duplo movimento na estrutura produtiva local: um processo de maior especialização na fabricação de artigos do vestuário, reforçando-o como atividade central; e a progressiva formalização do segmento de lavanderias (acabamento têxtil), que emerge como novo polo de empregos registrados. Essa dinâmica evidencia tanto o aprofundamento da vocação regional quanto a incorporação de etapas complementares da cadeia produtiva ao mercado formal.

Os dados da pesquisa Fundaj 2024 sugerem a persistência de baixos níveis salariais, com 79,4% dos entrevistados relatando rendimentos de até um salário-mínimo. Numa economia de baixos salários, a alta ocupação não se traduz em melhoria efetiva nas condições de vida da maioria da população. A publicação dos dados do Censo Demográfico de 2022 possibilitará uma análise comparativa entre Toritama e outros municípios pernambucanos, verificando se essa aparente estagnação de renda é uma tendência local ou regional.

Embora este estudo de 2024 não tenha focado especificamente nas condições de trabalho, os relatos colhidos durante as entrevistas – conforme ilustrado na Figura 4 – apontam para um cenário preocupante, marcado por precariedade e insatisfação.

Quanto ao perfil demográfico, o Censo de 2022 confirma que a população permanece majoritariamente concentrada nas faixas jovens e adultas, ainda que em proporção menor do que em 2010. Essa estrutura etária ainda assegura uma oferta de força de trabalho compatível com as necessidades da produção local, especialmente no setor de confecções, cuja dinâmica é caracterizada pela elevada intensidade de mão de obra e pelos ritmos produtivos acelerados. Isso ocorre, embora a escassez de trabalhadores já esteja no discurso do empresariado local[7].

Os indicadores educacionais apresentam uma melhoria moderada, particularmente entre a população jovem, embora permaneçam em patamares preocupantes. A taxa de analfabetismo, ainda elevada, mostra sinais de declínio, tanto nos dados do Censo quanto em nossa pesquisa, situando-se em aproximadamente 15% para a população com 15 anos ou mais. Entre os jovens de 15 a 24 anos, o avanço é mais significativo, com o analfabetismo reduzido para 3,3%. Embora o avanço entre os jovens seja um sinal positivo, a melhoria educacional ainda é insuficiente frente às exigências de qualificação do mundo do trabalho, especialmente se o município quiser romper com o ciclo da informalidade. Esse quadro deve ser compreendido no contexto local de economia informal e trabalho precoce no polo de confecções, que compete com a permanência escolar. A aparente contradição entre o dinamismo econômico do município e a estagnação educacional sugere a necessidade urgente de políticas que articulem desenvolvimento produtivo com melhoria da qualidade educacional.

Esta realidade educacional limitada representa um obstáculo ao desenvolvimento regional, embora seja necessário ponderar que a atual estrutura produtiva local oferece poucas oportunidades que demandem maior qualificação. O baixo nível de instrução da população, portanto, reflete e simultaneamente reforça um ciclo de limitada valorização da força de trabalho na região.

Os indicadores analisados revelam um padrão de desenvolvimento municipal marcado por progressos modestos e transformações incrementais. Essa

7. Foi o que ouvimos em entrevista realizada em 4 de fevereiro de 2025.

trajetória gradual suscita preocupações quanto à capacidade de alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento nos médio e longo prazos. Nesse caso, o desenvolvimento segue sendo bloqueado, pois especialização da produção em produtos de baixo valor agregado cria um círculo vicioso – baixa produtividade, baixos salários e pouca qualificação – difícil de ser quebrado.

Dinâmica demográfica em transição

Entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, Toritama apresentou uma taxa geométrica média de crescimento populacional de 5,01% ao ano, bem superior à média nacional de 1,18% e à da Região Nordeste, de 1,08% ao ano. Esse crescimento foi impulsionado, sobretudo, pela atratividade migratória (de curta e média distâncias) do município, favorecida pela expansão da indústria de confecções e pela consolidação de Toritama como um polo regional especializado na produção de jeans, conforme indicado no item anterior.

O município passou a atrair, de forma sistemática, trabalhadores e famílias provenientes de cidades vizinhas e microrregiões adjacentes, como Caruaru, Vertentes, Taquaritinga do Norte, Santa Cruz do Capibaribe e Surubim, formando um mosaico populacional que combina raízes locais com fluxos de chegada contínuos. O crescimento populacional observado nesse intervalo reflete, portanto, a força de atração exercida por Toritama no interior da rede urbana pernambucana, especialmente sobre territórios com mercado de trabalho menos dinâmico ou em retração. Trata-se de uma mobilidade territorial orientada pela busca de ocupações – ainda que informais – e de oportunidades econômicas, ainda que precárias, que garantam alguma estabilidade frente à escassez de empregos formais nas áreas de origem.

No período seguinte, de 2010 a 2022, o ritmo de crescimento demográfico desacelerou, alcançando uma taxa média anual de 1,22%. Ainda assim, esse valor superou novamente as médias nacional (0,52% ao ano) e regional (0,24% ao ano), segundo os dados do IBGE. A continuidade do crescimento sugere que o município manteve certa capacidade de atração de novos moradores, possivelmente em razão da permanência das atividades produtivas locais e de condições relativamente favoráveis à fixação populacional. Assim, esse crescimento continua a ser sustentado por fluxos migratórios, sobretudo de curta distância, com destaque para migração intraestadual e mobilidade pendular.

Os dados da pesquisa Fundaj 2024 indicam que 47% dos residentes não são naturais de Toritama, adicionalmente 54,9% são migrantes, incluindo os migrantes de retorno. A maioria dos migrantes é originária de municípios vizinhos, como Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Surubim, Vertentes e Santa Maria do Cambucá. Há também presença relevante de migrantes oriundos da Paraíba e de Alagoas, embora se observe uma redução na diversidade de origens em comparação a 2010, com declínio dos fluxos de longa distância e consolidação dos fluxos regionais. Tal movimento confirma a reconfiguração da mobilidade no interior do Nordeste, com maior peso da circulação territorial próxima, um fenômeno já identificado em outras regiões do país.

A redução no ritmo de crescimento, entretanto, não foi um fenômeno isolado. Trata-se de uma tendência que também se verificou no conjunto do país, como reflexo da queda continuada das taxas de fecundidade, que vêm moldando o padrão demográfico brasileiro desde a década de 1980. No caso de Toritama, a manutenção de taxas positivas em um cenário nacional de arrefecimento demográfico reforça a ideia de que o município segue desempenhando um papel dinâmico dentro da rede urbana do interior nordestino, ainda que em uma escala mais moderada que na década anterior. A atratividade de Toritama não se explica por indicadores tradicionais de qualidade de vida, como oferta educacional ou acesso à saúde, mas sim por uma economia de base flexível, intensiva em trabalho e permeável à entrada de novos trabalhadores, que garante algum grau de absorção ocupacional. Todavia, a chegada desses migrantes pressiona a já deficiente oferta de serviços públicos. O impacto da migração sobre o tecido urbano e os serviços públicos é notável. O crescimento populacional, por exemplo, ampliou a demanda por moradia, pressionando os preços de aluguel mesmo em bairros periféricos.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa foi a presença expressiva de migrantes de retorno, fenômeno que assume papel significativo na composição atual da população do município. Esse retorno tem ocorrido, sobretudo, entre mulheres jovens com filhos pequenos, que relataram ter residido por períodos curtos em grandes centros urbanos, como Recife e Jaboatão dos Guararapes, mas decidiram regressar a Toritama em busca de maior apoio familiar, menor custo de vida e possibilidade de combinar o cuidado com os filhos com alguma forma de atividade produtiva. Esse tipo de migração de retorno aponta para uma certa racionalidade econômica combinada a estratégias familiares complexas, nas quais o território de ori-

gem volta a ser valorizado como espaço de resiliência e reorganização da vida cotidiana.

Além dos fluxos migratórios definitivos, a mobilidade pendular emerge como um dos elementos centrais da dinâmica populacional e ocupacional de Toritama. Parte expressiva da força de trabalho envolvida nas atividades de confecção, sobretudo em lavanderias industriais, costurarias e lojas de atacado, realiza deslocamentos diários a partir de municípios vizinhos. Essa mobilidade é particularmente intensa em relação a cidades como Vertentes, Taquaritinga do Norte, Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, que mantêm relações estreitas com Toritama não apenas no plano econômico, mas também no que se refere à circulação cotidiana de pessoas e mercadorias. A ausência de políticas públicas voltadas à mobilidade regional impõe custos significativos ao cotidiano desses trabalhadores pendulares, que enfrentam trajetos longos, condições de transporte precárias e incertezas quanto à continuidade das rotas.

Cabe mencionar que o padrão migratório de Toritama não pode ser compreendido somente como resposta a oportunidades econômicas. Ele também está inserido em uma lógica regional de mobilidade sustentada por redes sociais densas e arranjos familiares flexíveis.

Outro aspecto que se intensificou no período foi o envelhecimento demográfico. A análise comparada entre 2010 e 2024 mostra aumento da proporção de idosos em todos os grupos populacionais, inclusive entre os migrantes recentes, acompanhado de redução na participação da população em idade ativa. Em paralelo, a faixa etária das crianças (0 a 14 anos) perdeu peso relativo na composição populacional, o que reflete a tendência nacional de declínio das taxas de fecundidade. Ainda assim, entre os migrantes recentes houve um leve crescimento da proporção de crianças, o que pode sinalizar a chegada de núcleos familiares em fases iniciais de instalação.

Essa evolução demográfica reforça a ideia de que, embora o dinamismo econômico de Toritama tenha se mantido, com menor força, nas duas últimas décadas, ele ocorre em um contexto de mudanças estruturais na composição da população. A permanência da informalidade no setor de confecções, associada à baixa diversificação econômica e à precariedade dos serviços públicos, tem implicações diretas sobre a qualidade de vida local e impõe limites à sustentabilidade do modelo de crescimento baseado em atração populacional e expansão industrial informal.

Considerações finais

O estudo sobre Toritama revela um cenário de contrastes marcantes, onde o dinamismo econômico da indústria de confecções coexiste com desafios estruturais persistentes. Ao longo de quase duas décadas (2008-2024), o município consolidou sua posição como polo têxtil, com crescimento significativo na produção de jeans e lavanderias, mas esse desenvolvimento não se traduziu em melhorias substantivas nas condições de trabalho, na qualidade de vida ou na sustentabilidade ambiental. A informalidade permanece como traço constitutivo do modelo produtivo, beneficiando atores externos enquanto perpetua a precariedade para a maioria dos trabalhadores locais.

A análise demográfica mostra que, embora Toritama continue atraindo migrantes – especialmente em fluxos regionais e pendulares –, seu ritmo de crescimento populacional desacelerou, refletindo tanto a saturação do mercado de trabalho quanto as limitações do próprio modelo econômico. A população, ainda majoritariamente jovem, enfrenta um sistema educacional deficiente, com baixos índices de aprendizagem e altas taxas de evasão, o que reforça o ciclo de baixa qualificação e produtividade.

No plano ambiental, os impactos das lavanderias industriais no Rio Capibaribe seguem como um problema grave, evidenciando a necessidade contínua de políticas de fiscalização e de investimentos em tecnologias limpas. Paradoxalmente, a mesma economia que polui o rio é a que sustenta milhares de famílias, revelando a complexidade dos trade-offs entre desenvolvimento e sustentabilidade.

No campo simbólico, a economia da confecção é amplamente associada à ideia de progresso local. O sucesso individual de alguns empreendedores e a visibilidade de certos comércios maiores alimentam a imagem de um território economicamente próspero e em expansão. Contudo, a base da produção permanece ancorada em formas rudimentares de organização, com baixa agregação de valor, ausência de inovação tecnológica e forte reprodução de desigualdades sociais e de gênero.

Em síntese, Toritama exemplifica os limites de um crescimento econômico baseado em especialização produtiva de baixo valor agregado, trabalho informal e externalização de custos sociais e ambientais. Seu caso sugere que, sem políticas públicas integradas – que combinem formalização, educação técnica, inovação produtiva e regulamentação ambiental –, o município dificilmente romperá com o padrão de desenvolvimento desigual

que caracteriza sua trajetória recente. O futuro dependerá da capacidade de transformar o polo têxtil para permitir ganhos reais de bem-estar para sua população.

Referências

CALDAS NETO, M.; MAIA, A. L. S.; CAMPOS, L. H. R. Procedimentos metodológicos. In: Campos, Luís Henrique R. . *O polo de confecções de Toritama*: análise das relações de trabalho e da informalidade. Recife: Fundaj, 2008. (Relatório de Pesquisa)

FUNDAJ. *O Polo de Confecções de Toritama*: análise das relações de trabalho e da informalidade: banco de dados. Recife, 2008.

FUNDAJ. *Polos de Confecções do Nordeste*: migração e mobilidade pendular no contexto recente: banco de dados. Recife, 2024.

GOMES, D. C.; CAMPOS, L. H. R.; VASCONCELOS, V. Produção domiciliar de artigos de vestuário e condições de trabalho: um estudo sobre Toritama-PE. In: XI Encontro Nacional da ABET, 2009, Campinas. XI Encontro Nacional da ABET 20 anos, 2009.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1996.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Demográficos 2010*: banco de dados, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Demográficos 2022*: banco de dados, 2022.

MACEDO, J. da S. *Avaliação do uso de água e geração de efluentes no processo de beneficiamento de jeans*: estudo de caso lavanderias industriais de Toritama/PE. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – UFPE, Recife, 2022.

MELO, M. das N. M.. *Produto 5 – Relatório técnico final: pesquisa de campo*. Recife, Fundaj/Fadurpe, 2024.

MTE. RAIS. Relação Anual de Informações Sociais: banco de dados. Sistema Dardo. Brasília, 2024.

RAPOSO, M. C.; GOMES, G. M. *Estudo de caracterização Econômica do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano*. Recife: Fade/UFPE/Sebrae, 2003.

ROCHA, S.; ALBUQUERQUE, R. C. *Geografia da pobreza extrema e vulnerabilidade à fome*. Rio de Janeiro, Fórum Nacional, 2003.

Formas flexíveis de assalariamento: informalidade e terceirização na produção de confecções na região Nordeste

Roseli de Fátima Corteletti

Kerilin Laine Andrade Chang

Introdução

As mudanças do mundo do trabalho foram acentuadas no Brasil, a partir dos anos 1990, com a chegada da globalização econômica e financeira, da reestruturação produtiva e da implantação das políticas neoliberais, iniciadas no governo Collor. Com isso, houve um impacto na economia nacional, com privatizações, desregulamentação do mercado de trabalho e fechamento de muitas empresas nacionais que não conseguiram se manter competitivas no mercado, enquanto outras foram levadas a migrar para regiões periféricas do país em que havia mão de obra mais barata e maiores possibilidades de isenções fiscais por parte dos governos estaduais e municipais. Os setores de confecções, têxtil e o calçadista estão entre os que mais foram atingidos nesse processo.

Uma das soluções encontradas pelas empresas do setor têxtil e de confecções foi a disseminação de formas flexíveis de trabalho, com a ampliação da terceirização. Essas modalidades flexíveis já estavam presentes neste setor, porém foram intensificadas a partir desse período. O objetivo da utilização dessas formas de trabalho é a transferência das responsabilidades com encargos sociais e trabalhistas da empresa contratante para a empresa prestadora de serviços ou mesmo para pequenas unidades produtivas familiares, com consequentes custos para os seus trabalhadores.

Nesse contexto, alguns estudos realizados recentemente evidenciam como a terceirização está enraizada na cadeia produtiva de confecções, como é o caso do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, onde predomina a informalidade nas relações de trabalho, e do Polo têxtil e de confecções

situado na região do Seridó, no estado do Rio Grande do Norte, onde a terceirização é uma característica marcante do trabalho em oficinas de costura formais.

Nessas regiões, encontramos perspectivas da produção semelhantes, mas com características distintas, como a formação inicial e histórica da rede de produção e comercialização das mercadorias. No Agreste pernambucano, encontramos a terceirização informal em vários níveis da cadeia produtiva, marcada por contratos informais de trabalho e pelo trabalho domiciliar/familiar, no qual são produzidas confecções de baixa, média e alta qualidade.

Na região seridoense do Rio Grande do Norte, encontra-se uma rede de terceirização composta por oficinas de costuras que trabalham para grandes lojas do mercado brasileiro, onde a terceirização ocorre através da contratação formal dos(as) costureiros(as) que, por meio de suas oficinas, prestam serviços mediante um contrato de produção ou até mesmo com contrato de exclusividade, para grandes marcas.

Entretanto, mesmo com formas distintas de contração, em ambos os locais, constata-se a presença da lógica do mercado neoliberal com a busca da ampliação da produção e redução dos custos por meio da flexibilização da força de trabalho.

Este trabalho tem, como principal objetivo, refletir sobre o trabalho flexível e informal e de que forma essas práticas são utilizadas em duas regiões periféricas[1]. Como objetivos específicos buscamos realizar um mapeamento de pesquisas nas regiões estudadas. Além disso, procuramos contribuir com o debate atual sobre as "novas" configurações das relações de trabalho e formas flexíveis de assalariamento em dois municípios com forte tradição em confecções, bem como com o levantamento de dados sobre o comportamento do setor têxtil e de confecções, a nível nacional e regional.

Sendo assim, este artigo está estruturado da seguinte forma: primeiramente discutimos uma revisão bibliográfica sobre trabalho flexível, informal e terceirizado. Em seguida, apresentamos um breve panorama com dados sobre o setor têxtil e confeccionista a nível nacional e a sua importância para a economia brasileira, especialmente para a região Nordeste. E, por

1. Cabe destacar que os resultados desta pesquisa são parte integrante de um projeto mais amplo da Chamada do CNPq Universal 402354/2016-8. Projeto coordenado pelo Prof. Dr. Jacob Carlos Lima da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), intitulado *Trabalho e globalização periférica: um estudo em três setores produtivos*, que contou com o apoio do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) da UFCG.

fim, evidenciamos as características específicas das realidades das duas regiões estudadas, historicamente marcadas pela precariedade do mercado de trabalho.

Trabalho flexível, informalidade e terceirização

Com a reestruturação produtiva, abertura econômica para a globalização e ampliação das políticas neoliberais, nos anos 1990, ocorreu, no Brasil, uma forte recessão econômica, com aumento acentuado do desemprego e desregulação do mercado de trabalho. Tendo que enfrentar a crise, as empresas passam a desenvolver "novas" formas de gestão do trabalho e de organização da produção, e o trabalho flexível passa a ser utilizado como estratégia para a diminuição dos custos com contratação da força de trabalho, como é o caso da terceirização, da subcontratação, do trabalho em domicílio, entre outras. Com isso, houve um aumento acentuado da informalidade nas relações de trabalho.

Essas mudanças econômicas, políticas, culturais e sociais passam a demandar reflexões mais aprofundadas sobre as novas questões relacionadas ao mundo do trabalho, em especial sobre as formas flexíveis de assalariamento baseadas em relações informais, com contratos atípicos e precários, advindos desta "nova" cultura organizacional do trabalho, decorrente da atual fase do capitalismo, denominada por Harvey (2006) de acumulação flexível de capital. De acordo com o autor, a acumulação flexível

> [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (Harvey, 2006, p. 140).

Esta fase também é denominada por alguns autores de pós-fordismo ou Toyotismo, e que, segundo Leite (2009), podem ser traduzidas em "estratégias empresariais de acumulação e fragmentação do trabalho organizado" (p. 68).

Desta forma, torna-se importante analisar os vários significados da informalidade. De acordo com Krein e Proni (2010), podem ser caracterizados como informais:

> a) trabalhadores independentes típicos (microempresa familiar, trabalhador em cooperativa, trabalhador autônomo em domicílio); b) "falsos" autônomos (trabalhador terceirizado subcontratado, trabalho em domicílio, trabalhador em falsa cooperativa, falsos voluntários do terceiro setor); c) trabalhadores dependentes "flexíveis" e/ou "atípicos" (assalariados de microempresas, trabalhador em tempo parcial, emprego temporário ou por tempo determinado, trabalhador doméstico, "teletrabalhadores"); d) micro empregadores; e) produtores para o autoconsumo; e f) trabalhadores voluntários do "terceiro setor" e da economia solidária (Krein e Proni, 2010, p. 12).

Na mesma linha, para Cacciamali (2002 apud Krein e Proni, 2010), é preciso tratar a informalidade como um "processo" que relaciona as mudanças ocorridas através de reestruturação produtiva e "novas" formas de organização do trabalho assalariado, como a terceirização, trabalho em domicílio, trabalho por conta própria, trabalho parcial, entre outras tendências de trabalho flexível derivadas da atual fase de acumulação capitalista. Diante desse cenário de mudanças no trabalho e de desregulamentação do mercado de trabalho, surge uma abordagem denominada de "nova informalidade", e as discussões sobre setor formal e setor informal perdem importância. De acordo com Araújo e Lombardi (2013),

> As mudanças na informalidade, sua crescente heterogeneidade e suas relações com as atividades da economia formal têm sido analisadas por estudos recentes pela noção de "nova informalidade". Esse conceito surge inicialmente nos trabalhos do espanhol Juan Pablo Perez-Sainz (1995, 1996), que trata de um conjunto de transformações que criam a necessidade de repensar a informalidade (Araújo e Lombardi, 2013, p. 7-8).

Nos anos 1980 e 1990, no Brasil, o debate sobre a informalidade ganhou destaque. Para diminuir os custos e aumentar os lucros, as empresas passa-

ram a adotar "novas" formas de gestão do trabalho e organização da produção, e o trabalho flexível passou a ser amplamente utilizado, como é o caso da terceirização, da subcontratação e do trabalho em domicílio. Com isso, houve um aumento acentuado da informalidade em geral. Entretanto, vale salientar que, no Brasil, por ser um país de economia periférica, as formas flexíveis de trabalho sempre foram conhecidas, desde a formação inicial do mercado de trabalho, por isso são analisadas por alguns autores como afins as velhas e novas formas de exploração da força de trabalho.

Atualmente, a informalidade vem sendo ressignificada. Segundo Lima (2013), a "nova informalidade" é um conceito muito útil, porque consegue captar as tendências mais recentes do mercado de trabalho, assim como as dinâmicas das atividades de trabalho desregulamentadas. Inclui o autoemprego em empresas informais, os trabalhadores por conta própria e os membros da família que trabalham sem remuneração ou remuneração casual, trabalhadores de empresas informais, entre outros (Lima, 2013, p. 1). O autor chama a atenção para a necessidade de adequar o conceito de "nova informalidade", no sentido de incorporar a dinâmica das mudanças do capitalismo globalizado, relacionadas tanto à desregulação econômica e flexibilização das relações de trabalho, como também "à desterritorialização da produção e internacionalização dos mercados" (p. 1). Segundo ele, as relações entre a economia formal e a economia informal "formam um continuum com fronteiras imprecisas" (p. 1).

Neste cenário de mudanças no mundo do trabalho ocorridas no Brasil na década de 1990, a terceirização se constitui como um dos elementos centrais desse modelo de gestão flexível, baseado no toyotismo (Druck e Borges, 2002). De acordo com Teixeira et al. (2017), o avanço da terceirização no país, a partir da década de 1990, impactou diretamente a vida dos trabalhadores em diversas dimensões. Os trabalhadores terceirizados, além de receberem salários inferiores, enfrentam jornadas de trabalho mais extensas, maior instabilidade devido à alta rotatividade, além de situações de humilhação e desvalorização de sua atividade ocupacional. Nesse contexto de sofrimento subjetivo, esses trabalhadores têm dificuldade em construir vínculos duradouros e em desenvolver um sentimento de pertencimento ou de identificação de classe no ambiente de trabalho.

Para Antunes (2015), toda essa questão da flexibilização do trabalho faz com que os trabalhadores terceirizados sejam os principais atingidos pela ordem capitalista neoliberal, uma vez que vem acompanhada pela corrosão

dos direitos trabalhistas. Além disso, podemos observar também um processo de intensificação do trabalho feminino, inclusive em atividades anteriormente consideradas como tipicamente masculinas, mas que passaram a ser ocupadas por mulheres em funções rotineiras e repetitivas, que não exigem alta qualificação profissional e oferecem baixos salários.

A flexibilização das relações de trabalho, por meio da terceirização e da informalidade, proporciona às empresas um maior acúmulo de capital, baseado na exploração da força de trabalho. Em contrapartida, os trabalhadores ficam à mercê da perda de seus direitos trabalhistas, sobretudo após a Reforma Trabalhista e a regulamentação da terceirização, ambas aprovadas durante o governo Temer, que resultaram em grandes incertezas para a classe trabalhadora. De acordo com Antunes:

> Se tudo isso já não bastasse, a terceirização fragmenta ainda mais as possibilidades de ação e de consciência coletivas, incentiva a nefasta individualização das relações de trabalho, amplia a concorrência decorrente do sistema de metas e competências, criando o cenário ideal para as empresas dificultarem ao máximo a atividade sindical em defesa dos direitos sociais do trabalho (Antunes, 2015, p. 11).

Na mesma linha de pensamento, Krein (2018) salienta que, com a Reforma Trabalhista – implementada por meio da Lei n. 13.467/2017 –, foram alterados 201 pontos da CLT. Essas mudanças resultaram em medidas que facilitaram a flexibilização do trabalho e promoveram o avanço da terceirização. Com a reforma, observa-se que

> a característica comum é deixar o trabalhador em uma condição de maior insegurança e vulnerabilidade em relação ao trabalho e à renda, para que se sujeite à lógica da concorrência permanente com outros para poder se inserir no mercado e auferir alguma renda (Krein, 2018, p. 83).

Além disso, com a Lei n. 13.429/2017, que liberalizou a terceirização e ampliou o contrato temporário, ocorreram mudanças significativas na estrutura do trabalho e na relação entre patrões e trabalhadores. Essa legislação passou a priorizar o negociado sobre o legislado, o que resultou em uma

maior fragilização dos direitos trabalhistas e no aumento da precarização das condições laborais.

Com a regulamentação da terceirização e a possibilidade de que trabalhadores contratados sob o regime da CLT se tornem terceirizados, abriu-se um novo horizonte para a terceirização total. Esse processo amplia a precarização do trabalho, a informalidade e a flexibilidade nas relações laborais, resultando em uma maior vulnerabilidade social e trabalhista (Antunes, 2015).

Vale salientar que a terceirização se caracteriza quando uma empresa contrata outra para realizar atividades específicas, podendo envolver tanto atividades-meio – como limpeza e segurança – quanto atividades-fim, ou seja, a principal atividade da empresa contratante sendo executada pela empresa contratada. Em alguns casos, ocorre a subcontratação, situação em que uma empresa já contratada para realizar determinada atividade repassa parte da execução dessas tarefas para uma terceira empresa.

Nesta pesquisa, a informalidade nas relações de trabalho e a terceirização são práticas presentes nas duas realidades analisadas, embora se manifestem de formas distintas. No caso das confecções de São José do Seridó-RN, a terceirização é a principal forma de assalariamento, configurando-se como uma prática formal de contratação – inclusive essa é uma exigência de algumas empresas que contratam os serviços das oficinas. Já no município de Santa Cruz, situado na região do Agreste Pernambucano, observamos que a terceirização ocorre, por exemplo, quando uma empresa formal contrata os serviços de uma facção informal[2], como forma de reduzir custos com a força de trabalho e evitar o pagamento de direitos sociais.

A indústria têxtil e de confecções brasileira e nordestina: breves apontamentos

Nos anos 1990, com a reestruturação produtiva, ocorreram mudanças significativas adotadas pelas empresas privadas, como mecanismo de adaptação em suas estruturas organizacionais de produção e adoção de formas flexíveis de trabalho, como também a estratégia da descentralização geográfi-

2. Lima e Soares (2002) salientam que a informalidade, entre os assalariados, é caracterizada pela ausência dos direitos trabalhistas, trabalho que não estabelece vínculo judicial e legal ao trabalhador, ou seja, o trabalho sem carteira assinada, que desobriga o contratante a pagar os encargos sociais ao contratado.

ca de diversos setores de atividades econômicas, como forma de adaptação à lógica neoliberal de concorrência nacional e internacional dos produtos e insumos.

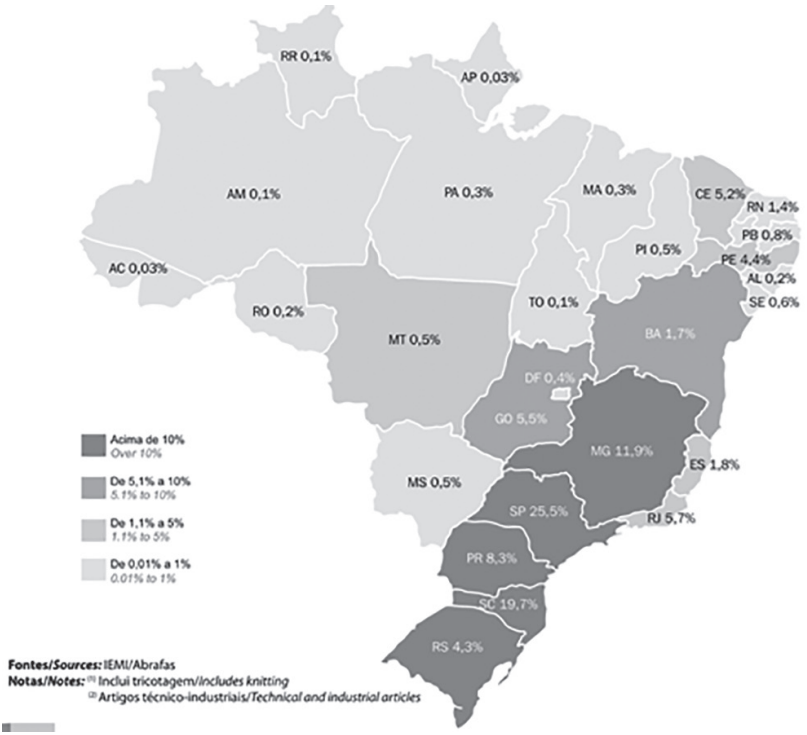
Diante desse cenário de competitividade na produção e de redução dos custos operacionais, ocorreu a estratégia da transferência de investimentos das empresas do Sul e Sudeste do país para o Nordeste, decorrente da grande oferta da mão de obra e de baixos salários pagos na região, comparativamente em relação a outras regiões. É importante salientar que, entre os anos 1960 a 1980 a economia do Nordeste havia passado por importantes transformações, com um incremento em sua industrialização tendo ocorrido em condições de uma maior dependência da economia do Sudeste, o que ocorreu sob grande influência da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), órgão responsável pelo planejamento e execução de estratégias de investimentos e do fortalecimento do setor industrial para a região. Essas estratégias foram analisadas por Oliveira (1987) como tentativas de administrar o desenvolvimento da região em sintonia com as necessidades de acumulação e reprodução do capital.

A indústria têxtil e confeccionista brasileira possui representatividade produtiva em todas as regiões do país, sendo mais fortes economicamente nas cadeias produtivas e industriais nas [eliminar o do] Regiões Sul e Sudeste do país.

De modo geral, a indústria têxtil e confeccionistas brasileira é caracterizada por uma grande diversidade produtiva, incluindo desde a infraestrutura dos empreendimentos até a contratação da força de trabalho. Há desde a produção em larga escala por grandes e médias empresas, com a utilização de maquinário tecnológico de última geração e contratação de mão de obra formal, até empreendimentos insalubres e precários, que contratam força de trabalho informal.

Na figura 1, percebe-se a concentração da produção industrial têxtil e confeccionista no Brasil. Na região Sudeste, está concentrada 44,9% da produção do setor; no Sul ela representa 32,3%; no Nordeste, 15,1%; no Centro-Oeste, 7,0%; e, na região Norte, apenas 0,86%.

Figura 1 – Concentração da produção industrial têxtil e confeccionista no Brasil, por estados, 2023



Fonte: Relatório Setorial da Indústria Têxtil Brasileira (2023).

Na tabela 1, a seguir, observam-se as unidades produtivas por segmento no Brasil, dos anos de 2018 até 2022. Ela está dividida em três segmentos gerais: (a) fibras e filamentos, (b) têxteis e (c) confeccionados. A produção têxtil é composta por fiações, tecelagens, malharia, beneficiamento e não tecidos; enquanto a produção confeccionista é composta por vestuários, meias e acessórios, linha lar e outros, incluindo artigos técnicos e industriais. Percebemos que, no segmento têxtil, em 2018, existiam 2.622 unidades produtivas, e, após 4 anos, em 2022, ocorreu um pequeno declínio produtivo, com o fechamento de 13 unidades produtivas. Já no caso do segmento confeccionista, em 2018, temos o registro de 24.088 unidades registradas, e, em 2022, observa-se uma queda com o fechamento de 2.403 unidades produtivas formais.

Tabela 1 – Unidades produtivas por segmentos no Brasil (2018-2022)

Segmentos / *Segments*	2018	2019	2020	2021	2022
Fibras e filamentos / *Fibers and filaments*	**16**	**16**	**16**	**17**	**17**
Têxteis / *Textiles*	**2.622**	**2.615**	**2.581**	**2.468**	**2.609**
Fiações / *Spinning*	325	322	335	329	332
Tecelagens / *Weaving*	518	517	518	529	549
Malharias / *Knitting*	614	617	623	610	627
Beneficiamento / *Finishing*	1.092	1.086	1.032	925	1.026
Nãotecidos / *Nonwovens*	73	73	73	75	75
Confeccionados / *Made up articles*	**24.088**	**22.912**	**22.024**	**20.036**	**21.685**
Vestuários [1] / *Apparel* [1]	21.336	20.265	19.489	17.575	18.996
Meias e acessórios / *Socks and accessories*	644	592	542	513	539
Linha lar / *Home textiles*	1.274	1.263	1.221	1.200	1.354
Outros [2] / *Others* [2]	834	792	772	748	796
Total	**26.726**	**25.543**	**24.621**	**22.521**	**24.311**

Fontes/*Sources:* IEMI/Abrafas
Notas/*Notes:* [1] Inclui tricotagem/*Includes knitting*
[2] Artigos técnico-industriais/*Technical and industrial articles*

Fonte: Relatório Setorial da Indústria Têxtil Brasileira (2023).

Na tabela 2, constam os dados referentes ao número de ocupações por segmentos. O segmento têxtil de 2018 a 2022 teve um declínio, de 262.018 ocupações passou para 238.875 ocupações. Já o segmento de confeccionista, onde existe a maior concentração de empregos no setor, em 2018, tinha 1.236.235 de trabalhadores, e, em 2022, teve uma redução para 1.083.623 de ocupações. Logo, ambos os segmentos tiveram reduções no número de ocupações formalizadas no país.

Tabela 2 – Número de ocupações por segmentos (2018-2022)

Segmentos / *Segments*	2018	2019	2020	2021	2022
Fibras e filamentos / *Fibers and filaments*	**5.000**	**5.000**	**4.750**	**4.800**	**4.950**
Têxteis / *Textiles*	**262.018**	**257.687**	**240.164**	**245.672**	**238.875**
Fiações / *Spinning*	68.464	66.739	64.581	67.506	64.706
Tecelagens / *Weaving*	83.265	81.268	76.916	79.382	77.293
Malharias / *Knitting*	53.206	53.317	44.965	44.101	41.086
Beneficiamento / *Finishing*	41.768	40.765	38.618	39.588	39.467
Nãotecidos / *Nonwovens*	15.315	15.598	15.084	15.095	16.323
Confeccionados / *Made up articles*	**1.236.235**	**1.231.736**	**1.083.699**	**1.090.729**	**1.083.623**
Vestuários [1] / *Apparel* [1]	1.065.577	1.060.272	920.713	923.506	920.171
Meias e acessórios / *Socks and accessories*	37.818	38.577	33.592	34.237	35.005
Linha lar / *Home textiles*	84.869	86.162	84.106	87.118	83.991
Outros [2] / *Others* [2]	47.971	46.725	45.288	45.868	44.456
Total	**1.503.253**	**1.494.423**	**1.328.613**	**1.341.201**	**1.327.448**

Fontes/*Sources:* IEMI/Abrafas
Notas/*Notes:* [1] Inclui tricotagem/*Includes knitting*
[2] Artigos técnico-industriais/*Technical and industrial articles*

Fonte: Relatório Setorial da Indústria Têxtil Brasileira (2023).

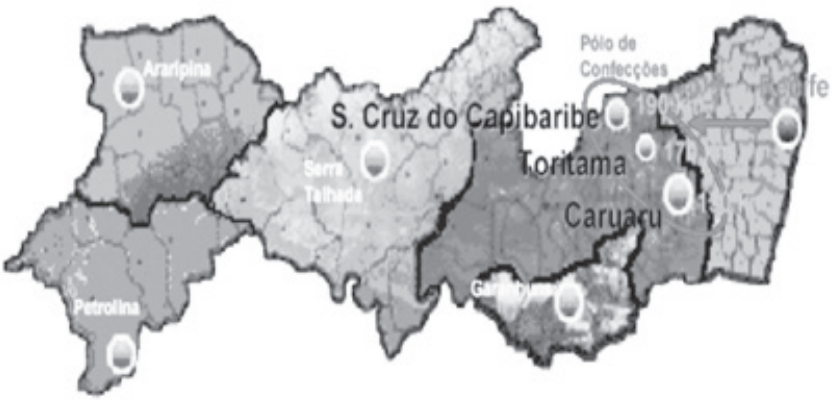
Diante das informações citadas acima, com um breve panorama brasileiro, é importante destacar a relevância desse setor na região Nordeste. De acordo com Vilar et al. (2014), o setor têxtil e de confecções nordestino possui grande estímulo econômico para a geração de emprego e renda, porém a informalidade nas relações de trabalho é uma característica marcante, principalmente, nas pequenas facções domiciliares ou fábricas de fundo de quintal, o que limita a expansão comercial para a exportação de produtos.

Com os dados apresentados acima, percebemos que a produção industrial têxtil e de confecções brasileira decaiu ao longo do período histórico analisado. Contudo, na região Nordeste, especialmente nos municípios estudados, o setor de confecções mantém uma grande importância para o desenvolvimento da economia. É o caso do Agreste pernambucano, onde a produção e a comercialização de confecções, desde a origem do polo, representam a principal forma de geração de emprego e renda, envolvendo amplos segmentos da população no trabalho domiciliar e informal. Do mesmo modo, na região seridoense (RN), as oficinas de costura que contratam trabalhadores/as terceirizados/as formais representam para muitos trabalhadores/as a única oportunidade de trabalho, especialmente para aqueles/as que trabalham nas oficinas situadas nas áreas rurais.

Origem e desenvolvimento do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano

O polo de confecções do Agreste Pernambucano se configura por ser um aglomerado comercial e produtivo no setor de confecções, onde são produzidas diariamente milhares de peças de roupas, como roupa casual, jeans, brim, malharia, moda infantil e lingerie. O polo de confecções se estabeleceu a partir dos anos de 1950 e 1960, nos municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru (Véras de Oliveira, 2012).

Figura 2 – Mapa do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano (as cidades que estão dentro do círculo vermelho)



Fonte: SEBRAE, 2003

Historicamente, o polo desenvolveu-se a partir da Feira da Sulanca, a partir de comerciantes autônomos do município de Santa Cruz do Capibaribe que se deslocavam para praticar a comercialização de diversas mercadorias, desde produtos de origem animal a utensílios pessoais, em Recife. E no retorno desse trajeto, muitos traziam os retalhos de tecidos, para serem comercializados na produção da confecção com preços mais acessíveis para a população local.

Os retalhos de tecidos foram, nos primeiros momentos, a matéria-prima principal para a confecção de peças de vestuário e sua posterior comercialização nas feiras locais da região. Entretanto, esta atividade econômica foi ficando cada vez mais intensa, e sendo utilizada como uma das principais estratégias de sobrevivência da população local. Esse processo coincidiu com uma crise da cotonicultura, que se somou às frequentes crises hídricas, provadas pelas secas recorrentes, o que acentuava ainda mais as adversidades econômicas vividas pelas famílias que residiam nas áreas rurais (Véras de Oliveira, 2012).

Ademais, nas décadas de 1960 e 1970, ocorreu um fenômeno social muito importante na constituição do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, que foi o processo de migração das famílias das zonas rurais para as zonas urbanas, em busca de oportunidades de trabalho. Muitas destas passaram a se dedicar de modo autônomo e informal à produção e comer-

cialização de roupas, com a finalidade de assegurar por esse meio a independência financeirado núcleo familiar (Pereira et al., 2021).

O município de Toritama, próximo a Santa Cruz do Capibaribe, começa a desenvolver a atividade produtiva de confecção a partir do declínio da produção calçadista na cidade, que então era a principal atividade econômica local. A produção de calçados de couro foi substituída pela fabricação de calçados sintéticos, além de ter sofrido a concorrência da importação e venda desses produtos na economia local e regional.

Durante os anos 1980, a produção de confecções em Santa Cruz do Capibaribe cresceu significativamente. Enquanto isso, no município de Toritama, os produtores que antes trabalhavam com calçados de couro migraram para a confecção de jeans, uma vez que o manejo do couro era semelhante ao desse tipo de tecido, passando a realizar adaptações no maquinário da produção calçadista para a produção de confecção de jeans.

A partir da década de 1990, esse aglomerado produtivo foi ressignificado como Polo de confecções, como resultado do empreendedorismo de trabalhadores/as da região, mantendo-se, contudo, fora das relações salariais formais e com potencialidade de competição frente aos artigos importados. O Estado passa então a buscar a formalização da produção, a qual atinge apenas as empresas de maior porte. Cerca de 2/3 de toda a produção do polo de confecções da região é informal, em graus diversos.

No município de Toritama, de acordo com Braga (2012), a construção do Parque das Feiras ocorreu através de investimentos privados, com o apoio dos órgãos públicos da região. Com sua inauguração no ano de 2001, o Parque das Feiras se constitui de um complexo comercial com 11 hectares, incluindo inicialmente 985 boxes com 3m², tendo sido posteriormente construídos mais 115 lojas com 25m². O Parque também conta com praça de alimentação e estacionamento para 2 mil carros. Assim, o polo comercial do município ganhou mais força e visibilidade, fortalecendo a economia do município. De tal maneira essa atividade se consolidou que o município passou a ser conhecido nacionalmente como "Capital do Jeans".

Em 2004, foi criado o Polo Comercial de Caruaru na BR 104, na via principal de acesso aos municípios de Santa Cruz do Capibaribe e de Toritama. Este polo comercial foi inaugurado inicialmente com 530 lojas (boxes e quiosques), além de uma praça de alimentação, o Porto Digital, um *call center*, agências bancárias, estacionamento com 3 mil vagas, entre outras atividades.

Em 2006, em Santa Cruz do Capibaribe, foi inaugurado o complexo comercial do Moda Center, com o objetivo de substituir a Feira da Sulanca, que ocupava 28 ruas do centro na cidade. Esse empreendimento é composto por 707 lojas e 9.624 boxes, além de possuir uma estrutura muito organizada com praça de alimentação, dormitórios, estacionamento, segurança e entre outras (Véras de Oliveira, 2012).

Anexo ao Moda Center, foi instalada uma área com infraestrutura mais precária, voltada à comercialização de vestuários com mais baixo custo, voltados para o segmento das classes populares, inicialmente denominado o "Poeirão". Este, a invés do Moda Center, é mantido pela prefeitura local, tendo ganhado melhorias e, a partir de 2024, passando a ser chamado de o "Calçadão". Segundo Lima, Corteletti e Araújo (2018), "feirantes que não conseguiram adquirir um box de vendas no interior do Moda Center recorrem a esse espaço externo para comercializarem suas confecções com custos ainda mais baixos" (p. 7).

Porém, mesmo com o crescimento econômico deste setor, devido principalmente aos municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, podemos verificar a permanência e a constância do trabalho informal, precário e terceirizado, sobretudo nos fabricos e facções da região, sendo uma característica comum nesses empreendimentos (Lima, Corteletti e Araújo, 2018),

> Os empreendimentos são denominados de "fabricos" ou "facções", e podem ser de micro, pequeno ou médio porte. A produção em pequenas unidades produtivas informais é uma realidade marcante não só nesses municípios, mas de toda a região do agreste, incluída também a área rural. Abrir um fabrico ou facção por conta própria constitui-se na realização dos sonhos de muitos/as dos/as moradores/as dessa região, uma vez que tornar-se empreendedor/a é percebido e incentivado pela propaganda oficial como algo dignificante e inovador, ingredientes que ajudam a elevar o status e a autoestima dos/as proprietários/as (p. 8).

Em Santa Cruz do Capibaribe, região marcada por uma grande presença do trabalho informal, há possibilidades maiores de ganhos salariais para os trabalhadores que executam as suas atividades por produção, ou seja, quanto mais produzir, maior será a sua renda mensal, além disso

possibilita que as mulheres, que são maioria neste tipo de atividade, conciliem o trabalho produtivo com o reprodutivo, de cuidados com a casa e os filhos (Moraes, 2013). Outro traço marcante é o processo de terceirização das etapas da produção das roupas, de empresas e fabricos para facções locais. É alta a procura das empresas pelo trabalho das facções das zonas rurais, estratégia utilizada como modo de redução de custos de produção.

De acordo com Oliveira e Cabral (2012), no caso das famílias das zonas rurais no município de Santa Cruz do Capibaribe, estas acabam abandonando as atividades agrícolas e passam a se inserir na produção de confecções, sob condições de subcontratação informal. Trata-se de um trabalho muito diferente da agricultura, onde o homem, o pai de família, fica com a incumbência de lavrar a terra e manter a casa, enquanto a mulher fica com o trabalho doméstico. Já nas confecções de costura, esse papel, sob o ponto de vista econômico, se inverte (pelo menos no início), uma vez que a mulher fica responsável pela produção e costura das roupas, o que agrega o maior valor da renda salarial na casa e, ao mesmo tempo, cuida dos filhos e demais atividades domésticas.

Outro ponto importante a ser destacado no processo de produção das mercadorias em Santa Cruz é a relação com o trabalho domiciliar e relações de parentesco na cadeia produtiva. Conforme Moraes (2013), a maioria dos funcionamentos das micro e pequenas facções e fabricos são geridas por relações de confiança e principalmente de parentesco, onde a família toda participa do processo produtivo, pois o trabalho é realizado dentro de casa. Verificamos ainda que os laços de parentesco estão presentes também na comercialização das confecções.

Logo, a dinâmica do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano chama a atenção por ser marcado pelo trabalho domiciliar, informal e pela precariedade, mas com possibilidades de ganhos salariais mais elevados.

Produção de confecções em oficinas terceirizadas de São José do Seridó-RN

A região do Seridó do Rio Grande do Norte possuía, historicamente, uma forte tradição na produção de algodão, que foi intensificada em 1860, quando a Inglaterra começou a comprar essa matéria prima. Assim o estado teve um grande saldo positivo na sua balança de exportação. Em 1962, foi fun-

dado o município de São José do Seridó, caracterizado por uma economia de monocultura do algodão e da pecuária (Silva, 2018).

De 1901 a 1930, houve maior intensificação no uso do território para a produção algodoeira. Em 1970, essa produção entrou em declínio devido ao avanço de novas tecnologias na produção agrícola e da concorrência com o mercado nacional (Tavares, 2016).

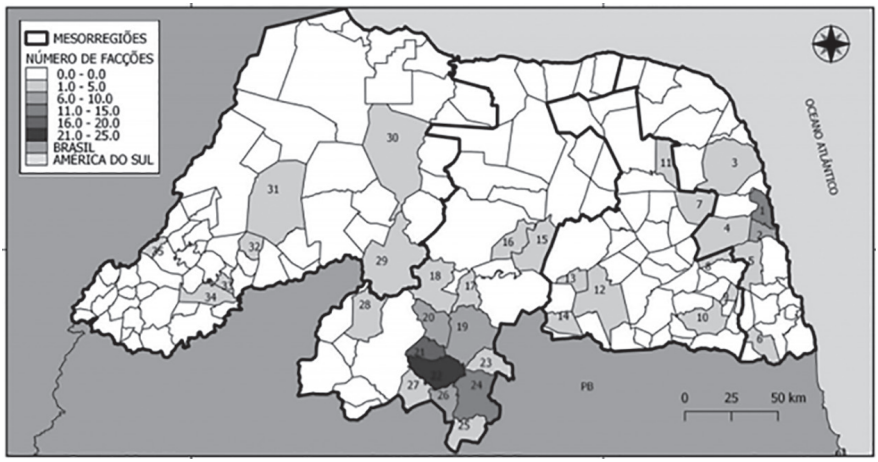
De acordo com Tavares (2016), uma das soluções encontradas para a saída da crise e para alavancar a produção industrial do estado foi o desenvolvimento de uma base industrial de produção e comercialização têxtil no estado do Rio Grande do Norte.

Em 1971, foi criado o Programa do Parque Têxtil Integrado do Rio Grande do Norte, com foco na expansão econômica dessa atividade industrial e, no ano seguinte, foi criado o Fundo de Desenvolvimento Industrial Têxtil do Estado (FUNTEXTIL), sendo ambos os programas administrados pelo Banco de Desenvolvimento do estado do Rio Grande do Norte, o BDRN.

De acordo com Galindo (2018), em 1990, com a presença do governo neoliberal de Fernando Collor e a expansão da competitividade industrial, ocorre que as unidades federativas, visando o crescimento industrial em suas regiões, resultam na "Guerra dos Lugares", caracterizada pela competição territorial dos estados e municípios para instalações industriais, em troca de isenção de impostos, incentivos fiscais, redução do ICMS, doação e/ou empréstimo do terreno, investimento de infraestrutura para as indústrias, entre outros benefícios.

Nesse período, pequenas unidades têxteis e de confecções começaram a se instalar no interior do Rio Grande do Norte, principalmente na região do Seridó, onde fabricavam bonés, chapéus, artigos de cama, mesa e banho, como também prestavam serviços terceirizados no segmento da confecção. Na região do Seridó do estado, essa atividade se expande, principalmente como uma estratégia de redução de custos com a produção e com a mão de obra (Silva et al., 2017).

Figura 3 – Mapa do Polo têxtil e de confecções do Rio Grande do Norte



Fonte: GALINDO, Leornado. Uso corporativo do território de "facções" de costura: a reoganização espacial do setor de confecções de artigos do vestuário do Rio Grande do Norte (2018).

Desse modo, ocorreu nessa região uma ampliação das confecções terceirizadas, com a contratação de trabalhadores/as geralmente formais, principalmente nos municípios de São José do Seridó, Caicó, Jardim de Piranhas, Acari, São José do Seridó, Parelhas, Santana do Seridó, Serra Negra do Norte, Cerro Corá, entre outros. Com a ampliação da produção confeccionista houve uma melhor expectativa de melhora de vida para os habitantes locais, com o aumento das oportunidades de emprego e renda. Consequentemente, houve uma diminuição do processo de migração para outras localidades em busca de empregos. Esses trabalhadores/as contratados/as, contudo, desde o início já se encontravam em situação de vulnerabilidade social, por conviverem com a forte presença da seca.

Conforme Galindo (2018), em 2013 a realidade de desenvolvimento econômico e social dos municípios do Seridó Potiguar começa a mudar, quando o governo estadual, em articulação com a Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), criam o Programa Pró-Sertão, com o objetivo de promover o desenvolvimento industrial no interior do estado, especificamente na região do Seridó.

> O programa Pró-Sertão consiste numa articulação entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte (através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico – SEDEC), o Sistema S (SEBRAE e SENAI), Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte, grandes empresas da indústria de confecções de artigos do vestuário (Guararapes Confecções S/A com fábrica no Município de Natal; CIA Hering e RMNor, ambas com fábricas em Parnamirim, na região Metropolitana de Natal) e pequenas empresas do interior do estado (Galindo, 2018, p. 72).

Ainda segundo o citado autor, o programa Pró-Sertão é um exemplo de como se constituiu o uso corporativo do território seridoense para a instalação de empresas do ramo de confecções para o interior do estado. Nesse contexto, intensifica-se a utilização da terceirização nas facções de costura, presentes até nas zonas rurais da região.

Nas facções estudadas por Araújo (2017), nos municípios do Seridó, encontram-se modelos híbridos de organização produtiva nas oficinas de costura. Há evidência da presença do modelo taylorista, com a cronometragem do tempo de produção; do fordista, com a especialização (às vezes) dos trabalhadores na linha de produção; e toyotista, com a produção sob encomenda, ou seja, produzindo-se uma quantidade necessária para a venda no mercado, evitando o estoque de produtos. Além disso, temos o trabalhador multifuncional, exercendo várias atividades dentro das facções de costura.

Com a chegada do Programa Pró-Sertão, houve o incentivo de novas instalações das oficinas de costura na região, com a contratação da força de trabalho formalizada, ou seja, com as garantias trabalhistas constituídas pela CLT para os/as trabalhadores/as locais.

A economia da região seridoense foi fortalecida pela geração de emprego e renda, mediante as produções das oficinas de costuras, principalmente situadas no Jardim do Seridó. Ao mesmo tempo em que as oficinas de costuras compõem um expressivo aglomerado industrial na região, atuam sob grande dependência das demandas das grandes empresas contratantes, visto que as confecções seridoenses trabalham como prestadores de serviços terceirizados.

Apesar da expansão e interiorização da produção confeccionista na região seridoense, um fator que chama bastante a atenção é o tema da grande competição no setor, seja em âmbito interno do mercado brasileiro, seja no

plano internacional, especialmente com os mercados chinês e paraguaio. Ambos causam instabilidade na produção de confecções no plano local, podendo resultar em redução da produção, demissões dos trabalhadores e até falência de oficinas de costura (Cunha, 2015).

Na produção confeccionista do Seridó do Rio Grande do Norte, por se tratar de uma dinâmica produtiva marcada pela terceirização das oficinas de costuras, os produtores locais dependem das remessas de produção dos grandes demandantes de seus serviços (Grupo Guararapes, Hering, RM-Nor, entre outras). Com a dinâmica da economia neoliberal e da flexibilização das relações de trabalho, as grandes empresas contratantes buscam regiões onde o processo produtivo seja mais vantajoso e competitivo financeiramente, causando, desse modo, incertezas para os produtores locais e para os trabalhadores.

No caso da região do Seridó do Rio Grande do Norte, e especialmente no município de São José de Seridó, onde se concentra o maior número de empregos no setor confeccionista na região, nota-se que, mesmo com a distribuição territorial e a inserção de novas facções de costura no município, por meio de políticas públicas, com o Pró-Sertão, ainda existe a dualidade entre emprego formal e informal, com flexibilização e precarização das relações de trabalhos.

De acordo com a reportagem do Repórter Brasil (2015), na matéria "Hering e Riachuelo terceirizam parte da produção para oficinas do sertão", publicada em seu site, destaca-se que, com o aumento expressivo das oficinas do Sertão Seridoense do Rio Grande do Norte, houve o aumento do desrespeito dos direitos trabalhistas por parte dessas empresas, com muitos trabalhadores recebendo menos do que o salário mínimo solicitado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), além de jornadas de trabalho exaustivas. Conforme Lima, Corteletti e Araújo (2018):

> (...) denúncias recentes do Ministério Público do Trabalho destacam a utilização predatória da terceirização nas facções, assim como a subordinação a um único grupo que, em alguns casos, é responsável por 90% de todas as encomendas. Neste caso, a terceirização seria fraudulenta, já que as facções não teriam nenhuma autonomia frente ao grupo que efetivamente gerenciaria a produção. O MPT também denuncia a concentração da demanda em algumas empresas que, por meio de relações políticas com seus proprietários, estariam

> privilegiando diversas facções em prejuízo de outras, que teriam limitadas as suas encomendas sazonalmente, prejudicando seus proprietários e trabalhadores, que ficariam sem atividades e sem receber nos momentos de menor demanda. As denúncias do MPT também envolvem irregularidades no ambiente de trabalho, tais como falta de equipamentos e condições inadequadas, colocando em risco a saúde e segurança dos trabalhadores (p. 12).

De acordo com Silva (2018), a concentração das oficinas de costuras na região do Seridó do Rio Grande do Norte possui um grande impacto econômico local, porém, por ser um ramo de atividade marcada pela forte presença da terceirização em seu processo produtivo, muitos dos trabalhadores, mesmo sendo formalizados, submetem-se ao excesso de trabalho, resultando em desgastes físicos e mentais, pelo receio de demissão e do desemprego, por causa das poucas oportunidades laborais formalizadas na região.

Considerações finais

Constatamos que, até os anos 1970, a produção têxtil estava concentrada nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. No entanto, a partir da década de 1990, com a reestruturação produtiva, houve um deslocamento territorial dessa cadeia produtiva. Com isso, a produção foi se fragmentando e se expandindo geograficamente para a região Nordeste. Entre os principais motivos desse deslocamento estão a mão de obra abundante da região, além dos incentivos fiscais concedidos pelos governos.

Percebemos que existem diferenças e semelhanças entre o trabalho nas confecções de São José do Seridó-RN e Santa Cruz do Capibaribe-PE. Por um lado, São José do Seridó se destaca pelo predomínio significativo de oficinas de costura que atuam como terceirizadas, com domínio de tecnologias mais avançadas na produção e estruturas mais adequadas no ambiente de trabalho, em que prevalece o trabalho formal, com carteira assinada. Contudo, tem havido denúncias junto ao Ministério Público do Trabalho sobre formas degradantes de trabalho e o não cumprimento dos direitos trabalhistas dos/as costureiros/as.

Já em Santa Cruz do Capibaribe, há um histórico significativo de empreendedorismo informal e domiciliar, no qual trabalhadores/as, em sua

maioria, não possuem carteira assinada, costumando receber por produtividade valores superiores ao salário mínimo. Por esse motivo, muitos preferem permanecer na informalidade. No entanto, pudemos constatar que as condições de trabalho são marcadas por vulnerabilidades, devido à precariedade estrutural e à ausência total de direitos sociais.

Verificamos que, no caso de Santa Cruz do Capibaribe, o trabalho informal está presente desde a constituição do polo do Agreste pernambucano. Dessa forma, a flexibilidade do trabalho está entrelaçada à informalidade, o que permite que trabalhadores/as produzam cada vez mais em menos tempo, nas facções e fabricos que, na maioria das vezes, funcionam dentro das próprias residências. Assim, a esfera da produção se funde à do trabalho domiciliar e reprodutivo, o que favorece uma maior flexibilização do tempo, mas, ao mesmo tempo, exige ainda mais responsabilidade por parte das confeccionistas. Muitas dessas mulheres optam por trabalhar em casa para, paralelamente, cuidar dos filhos e das demais tarefas domésticas, o que resulta na intensificação de sua jornada de trabalho.

Observamos também que o trabalho flexível está fortemente presente na realidade socioeconômica de pequenos e médios empresários do município de São José do Seridó, onde há uma rede de oficinas de confecção que prestam serviços como terceirizadas formais para grandes marcas nacionais e internacionais. Nessas oficinas, embora o trabalho não seja informal, constatamos a presença de práticas flexíveis e multifuncionais, nas quais os/as trabalhadores/as devem estar disponíveis para eventuais horas extras. Além disso, é esperado que operem diferentes máquinas de costura e realizem diversas etapas da produção simultaneamente. Portanto, pudemos perceber que o trabalho flexível integra o cotidiano das formas de organização, gestão do trabalho e assalariamento tanto dos/as trabalhadores/as das facções de Santa Cruz do Capibaribe/PE quanto daqueles/as que atuam nas oficinas de costura de Jardim do Seridó/RN.

Por fim, salientamos que, nas regiões estudadas, essas formas flexíveis de assalariamento, embora precárias em termos de acesso a direitos sociais, ao mesmo tempo representam estratégias de reprodução social, que envolvem aspectos econômicos, mas também sociais, culturais e simbólicos presentes na realidade vivenciada pelas famílias locais, situadas em regiões periféricas, marcadas pela pobreza e grandes secas.

Referências

ANTUNES, R. A sociedade da terceirização total. *Revista da ABET*, v. 14, n. 1, jan.-jun. 2015.

ARAÚJO, Â. M. C.; LOMBARDI, M. R. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do século XXI. *Cadernos de Pesquisa*, 43(149), 452-477, 2013.

ARAÚJO, K. D. B. de. *A terceirização do trabalho nas facções de costura do Seridó Oriental Potiguar (RN), 2013-2016*. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos) – UFRN, Natal, 2017.

BRAGA, B. M. *As dinâmicas formal-informal no Parque das Feiras em Toritama: configuração histórica e mudanças recentes*. Disponível em: https://silo.tips/download/as-dinamicas-formal-informal-no-parque-das-feiras--em-toritama-configuraao-histor Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL TÊXTIL. *Relatório Setorial da Indústria Têxtil Brasileira – 2023*. São Paulo: IEMI Inteligência de Mercado, 2023.

CUNHA, F. A. M. da. *Facções de costura no interior do RN*: desafios e possibilidades. Trabalho de Conclusão de curso (Administração) – Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais Novos, 2015.

DRUCK, G.; BORGES, Â. Terceirização: Balanço de uma década. *Caderno CRH*, Salvador, n. 37, p. 111-139, jul.-dez. 2002.

GALINDO, L. da S. *Uso corporativo do território e "facções" de costura*: a reorganização espacial do setor de confecções de artigos do vestuário no Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFRN, Natal, 2018.

HARVEY, D. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: *Condição Pós-Moderna*. (Introdução e Fordismo) 15. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

KREIN, J. D.; PRONI, M. W. *Economia informal*: aspectos conceituais e teóricos. Escritório da OIT no Brasil, Brasília: OIT, 2010.

KREIN, J. D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social* [online], v. 30, n. 1, p. 77-104, 2018.

LEITE, M. de P. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. In*:* LEITE, Márcia; ARAÚJO, Angela (Orgs.). *O Trabalho reconfigurado*: Ensaios sobre o México e o Brasil. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2009.

LIMA, J. C. Nova informalidade. In: IVO, A. B. L. (coord.). *Dicionário temático Desenvolvimento e Questão Social.* São Paulo: Annablume, 2013.

LIMA, J. C.; CORTELETTI, Roseli de Fátima; ARAÚJO, Iara Maria de. Empreendedorismo, informalidade e terceirização na produção de confecções: experiências no nordeste brasileiro. In: LIMA, Jacob Carlos (Org.). *O trabalho em territórios periféricos: estudos em três setores produtivos*. São Paulo: Annablume, 2020.

LIMA, J.; SOARES, M. J. B. Trabalho flexível e o novo informal. *Caderno do CRH* (37), Salvador, 2002.

MORAES, A. Da casa à feira: trabalho independente e estratégias econômicas no polo de confecções do agreste pernambucano. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; SANTANTA, Marco Aurélio (Orgs.). *Trabalho, territórios produtivos reconfigurados no Brasil*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

OLIVEIRA, F. de. Elegia Para uma *re(li)gião*. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, M. V. M.; CABRAL, R. M. A expansão das atividades de Confecção em Áreas Rurais no Município de Santa Cruz do Capibaribe, PE. *Revista Desenvolvimento em Questão*, Ano 10, n. 20, p. 140-167, maio-ago. 2013.

PEREIRA, A. M.; PEREIRA, E.; BRAGA, B.; FREIRE, C. O padrão de relações de trabalho no polo de confecções do Agreste de Pernambuco. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; RODGERS, Gerry (Orgs.). *Desenvolvimento e Regino de Trabalho*: a trajetória do Nordeste do Brasil. São Paulo: Annablume, 2021, p. 453-496.

SILVA, A. L. D. da. *Da pecuária à produção de vestimentas*: a dinâmica econômica e o desenvolvimento territorial de São José do Seridó (RN). Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia). UFRN, 2018.

TAVARES, M. A. A. A dinâmica territorial da indústria têxtil e de confecções no Rio Grande do Norte. *XVIII Encontro Nacional de Geógrafos*. São Luís – Maranhão, 2016. Disponível em: <https://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468202942_ARQUIVO_TrabalhofinalENG2016.pdf> . Acesso em: 11 de abr. de 2025.

TEIXEIRA, M. O.; ANDRADE, H. R. de. Terceirização no serviço público e de cuidados na cidade de São Paulo. In: TEIXEIRA, Marilane Oliveira; GALVÃO, Andréia; KREIN, José Dari; BIAVASCHI, Magda; ALMEIDA, Paula Freitas de; ANDRADE, Hélio Rodrigues de (Orgs.). *Contribuição crítica à reforma trabalhista*. Campinas: UNICAMP/IE/CESIT, 2017.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. O Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco: ensaiando uma perspectiva de abordagem. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto (Orgs.). *Formas de trabalho no capitalismo atual: Condição precária e possibilidades de reinvenção*. São Paulo: Annablume, 2011, p. 17-65.

VILAR, D. L. F.; SANTOS, L. C dos; ALBUQUERQUE, B. K. de A. G.; CARMO, K. R. C do; SILVA, D. M. O. B. da. *A indústria têxtil e de confecções e desenvolvimento regional*. Disponível em: <https://coreconpe.gov.br/eventos/iiienpecon/artigos/83enpecon2014.pdf>. Acesso em 10 de abr. de 2025.

VI

TRABALHO E MARCADORES SOCIAIS DE DESIGUALDADES

Abordagens à opressão múltipla: Interseccionalidade, consubstancialidade e suas críticas

Janine Rodgers

Introdução

Todas as pessoas em idade de trabalhar não têm as mesmas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho. Vários fatores de diferenciação – gênero, raça ou cor, etnia, origem migrante, idade, deficiência física ou mental, orientação sexual, classe social, religião, etc. – influenciam o acesso ao emprego e às condições de trabalho. Esses fatores diferenciadores contribuem para o estabelecimento de desigualdades persistentes e hierarquias estruturais no mercado de trabalho.

Este capítulo enfoca nas abordagens à opressão múltipla quando vários fatores de discriminação se cruzam. A primeira parte apresenta os conceitos de interseccionalidade e de consubstancialidade, embora irmãos e tendo sido desenvolvidos a partir da década de 1970, suas origens disciplinares são diferentes. A segunda parte centra na operacionalização desses conceitos e os desafios que a análise empírica enfrenta. A terceira parte discute as críticas académicas que os conceitos geraram e a quarta parte aborda as controvérsias políticas levantadas pela interseccionalidade.

Os conceitos de interseccionalidade e de consubstancialidade

Várias teorias econômicas tentam explicar as desigualdades na inserção no mercado de trabalho como, por exemplo, a teoria do capital humano (Becker, 1964), a teoria da segmentação (Doeringer e Piore, 1971), ou a teoria da discriminação (Blinder, 1973; Oaxaca, 1973). Mas essas teorias são confrontadas com várias lacunas. Por um lado, muitos estudos só consideram

as desigualdades após entrar no mercado de trabalho, enquanto muitas barreiras são erguidas a montante na origem social ou na educação. Por outro lado, quando as fontes de discriminação e opressão são múltiplas, a análise das relações de trabalho requer que sejam pensados conjuntamente mecanismos de exploração complexos e interativos.

A questão da opressão múltipla foi colocada pela primeira vez em um contexto ligado aos movimentos feministas[1]. A partir dos anos 1970-80, duas correntes se desenvolveram como resposta à inadequação das teorias existentes. Uma corrente tem sua origem nos trabalhos de feministas anglo-saxónicas, outra foi desenvolvida pelas feministas francesas.

O termo *interseccionalidade* foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, uma professora de direito americana, em um artigo publicado em 1989. Ela partiu das categorias de sexo e raça para estudar a posição da mulher negra na sociedade americana. Definiu a interseccionalidade como a forma de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação, referindo-se especificamente a sexismo, racismo e patriarcalismo. A análise interseccional centra-se na interseção entre categorias de opressão e a experiência vivida pelas vítimas. Patricia Hill Collins (1990) apontou a impossibilidade de separar as categorias de opressão para explicar as desigualdades sofridas pelas mulheres negras.

Inicialmente formulada nas arenas dos movimentos de protesto e de defensa dos direitos humanos, a teoria da interseccionalidade nos Estados Unidos desenvolveu-se em uma dupla crítica à luta tradicional contra a discriminação: a do feminismo, por sua indiferença ao racismo, e a do movimento antirracista, por sua falta de problematização do sexismo.

A outra corrente foi desenvolvida pelas feministas francesas que analisaram os fenômenos sociais a partir de uma perspectiva materialista, histórica e dinâmica. O ponto de partida foi sexo e o mundo de trabalho. Em um artigo de 1978, Danièle Kergoat, uma socióloga francesa, introduziu uma primeira ruptura teórica com a tradição da sociologia do trabalho francesa centrada na figura do trabalhador masculino em uma empresa industrial. Ela apontou que as trabalhadoras não são apenas exploradas como o são os homens, mas também são exploradas de forma diferente. Para entender as

1. Embora trabalhos anteriores tenham denunciado as condições de opressão múltipla. Ver, por exemplo, Hancock (2015) e, para Brasil, o artigo de Kyrillos (2020).

práticas de reivindicações dos trabalhadores argumenta que existe um jeito de mulher e um jeito de homem ser trabalhador.

Kergoat introduziu também uma segunda ruptura teórica quando destacou a dinâmica das relações sociais de poder e dominação. Essas relações reproduzem-se e coproduzem-se mutuamente, são *consubstanciais*. Ou seja, sexo contribui para informar e formar classe e classe contribui para informar e formar sexo. Além do mais, as relações sociais são coextensivas, estão em constante desenvolvimento, "as posições dos atores não são fixas; estão em perpétua evolução e renegociação" (Kergoat, 2010, p. 98). Então Kergoat favorece o termo *consubstancialidade*.

As teorias de dominação cruzada que se desenvolveram nos Estados Unidos e na França nos anos 70 derivam de questões diferentes. Se a raça parece ser o fator crítico dominante das mobilizações nos Estados Unidos, em França as relações de classe representam o principal referente. Crenshaw enfatiza a experiência vivida pelas mulheres nas intersecções de raça e de gênero e aborda classe de maneira periférica. Kergoat enfatiza as práticas sociais de homens e mulheres confrontados com a divisão social do trabalho, onde relações sociais são antagônicas e mutáveis. Enquanto as feministas americanas abordam o problema do ponto de vista jurídico, no contexto dos direitos humanos e dos movimentos de emancipação negra, as feministas francesas abordam o problema do ponto de vista sociológico e o desenvolveram em paralelo com as reivindicações trabalhistas[2].

Ambos os conceitos lidam com a complexidade da opressão múltipla, partindo do entendimento de que as categorias de opressão não operam de forma independente e ao cruzarem-se criam opressões específicas. Os dois conceitos têm pontos de convergência:

- A simultaneidade das opressões e a recusa em hierarquizá-las;
- A impossibilidade das pessoas sujeitas a múltiplas formas de opressão para separá-las;

2. No Brasil encontramos essas duas filiações. Por exemplo, Lélia Gonzalez ou Carla Atokirene pertencem à linhagem de Kimberlé Crenshaw sobre questões estruturantes das relações raciais brasileiras; enquanto Elizabeth Lobo, Helena Hirata, Nadya Araujo Guimarães e Alice Abreu (2016) fazem parte do movimento de Danièle Kergoat.

- A importância dada ao conhecimento situado que olha para o mundo social a partir das perspectivas dos indivíduos. As desigualdades de diferentes grupos sociais criam diferenças em seus pontos de vista;
- Uma crítica aos movimentos de identidade monística.

O conceito de interseccionalidade se espalhou gradualmente para disciplinas além da esfera jurídica – em particular para as ciências sociais – e além dos círculos acadêmicos anglo-saxões. Na França, os círculos acadêmicos foram mais lentos em incorporar o vetor racial em seus estudos[3]. Raça e gênero como categorias de opressão foram relativamente negligenciados porque eles subverteram tanto o universalismo republicano[4] quanto a crítica marxista das desigualdades[5]. Mas desde os anos 2000 o conceito de interseccionalidade tornou-se uma nova caixa de ferramentas para análise, advocacia e desenvolvimento de políticas que abordam múltiplas discriminações.

Como tornar operacionais os conceitos de opressão múltipla?

Sirma Bilge (2010), uma socióloga canadense, identifica três abordagens teóricas para descrever como as relações entre sexo, raça e classe se enquadram:

A primeira abordagem é a teoria de dominação monística, que problematiza um único eixo de diferenciação (raça ou gênero ou classe) e postula uma hierarquia entre dominações e uma relação desigual de interdependência entre dominação principal e dominações secundárias. A suposição subjacente é que, uma vez eliminada a dominação principal, as dominações secundárias desaparecerão. Para as correntes feministas monísticas, a principal dominação é o patriarcado ou a diferença de sexo, enquanto para as marxistas é o sistema capitalista.

3. No entanto, no final da década de 1960, Kergoat já havia introduzido a categoria "Norte/Sul" em suas análises, pois na França a imigração laboral do Sul da Europa (Espanha e Portugal) e do Norte de África era importante (2010b).

4. As estatísticas étnicas são proibidas na França porque violam o Artigo 1 da Constituição: "A França […] garante a igualdade perante a lei a todos os cidadãos, sem distinção de origem, raça ou religião". A Lei de Proteção de Dados de 6 de janeiro de 1978 prevê que é "proibido coletar ou processar dados pessoais que revelem, direta ou indiretamente, origens raciais ou étnicas, opiniões políticas, filosóficas ou religiosas ou filiação sindical de indivíduos, ou que se relacionem com sua saúde ou vida sexual" (artigo 8-1). A lei prevê exceções que foram revisadas diversas vezes desde então.

5. Para os marxistas, grupos de indivíduos se distinguem por sua situação no sistema de produção e as desigualdades surgem da divisão do trabalho e dos antagonismos de classe.

A segunda abordagem é a perspectiva pluralista, que vê a estrutura de dominação como um aglomerado de dominações separadas umas das outras. Existem dois modos de vincular dominações: um modelo aditivo e um modelo multiplicativo. A adição de opressões tem sido criticada por seu raciocínio simplista, seus efeitos essencializadores e sua análise estática. A superioridade da abordagem multiplicativa é sua capacidade de explicar a interação entre os eixos de dominação. No entanto, nenhum desses modelos evita a armadilha de separar os eixos de dominação, de constituí-los em categorias independentes e depois, de estudar suas interações.

A terceira abordagem é a perspectiva holística, que aborda o sistema de diferenciação social como um sistema complexo com características relacionadas à sua totalidade, e propriedades não dedutíveis de seus elementos tomados individualmente. Os diferentes vetores de discriminação se articulam e cada combinatória produz formas próprias de desigualdades. Nessa perspectiva, devemos, portanto, analisar os mecanismos de articulação e examinar variantes de acordo com diferentes contextos históricos e espaciais.

O enfoque da interseccionalidade favorece a terceira abordagem. No entanto, para Kergoat, as três abordagens mencionadas acima são demasiado mecânicas e não permitem compreender

> A dinâmica das práticas sociais de homens e mulheres confrontados com a divisão social do trabalho[...]. Tais práticas não se deixam apreender por noções geométricas como imbricação, adição, intersecção e multiposicionalidade – elas são móveis, ambíguas e ambivalentes (Kergoat, 2010a, p. 93).

Para ela, o conceito de interseccionalidade não leva suficientemente em conta a complexidade e a natureza intrinsecamente dinâmica das práticas sociais. Ela faz uma distinção entre dois níveis de realidade, diferenciando relações que se estabelecem entre indivíduos e o equilíbrio de poder que se estabelece entre grupos sociais em torno de um problema ou de um conflito[6].

6. Em francês, Kergoat distingue entre «relation sociale» e «rapport social» que Antonia Malta Campos traduziu como "relações intersubjetivas" e "relações sociais" respectivamente na publicação de CEBRAP (Kergoat, 2010a).

> A distinção entre relação intersubjetiva e relação social permite compreender que, se a situação mudou de fato em matéria de relações intersubjetivas entre os sexos e nos casais, as relações sociais, porém, continuam a operar e a se manifestar sob suas três formas canônicas: exploração, dominação e opressão (que podem ser ilustradas pelas diferenças salariais, pela maior vulnerabilidade e maior risco de ser vítima de violências). Ou seja, se de um lado há um deslocamento das linhas de tensão, de outro, as relações sociais de sexo permanecem intactas. Da mesma maneira, são as práticas sociais – e não as relações intersubjetivas – que podem dar origem a formas de resistência e que podem, portanto, ser as portadoras de um potencial de mudança no nível das relações sociais (Kergoat, 2010a, p. 95).

Então, as pesquisas empíricas da opressão múltipla exigem captar a simultaneidade de diferentes eixos de subordinação e apreender relações sociais privilegiando o entrelaçamento de discriminações. Enfrentam, com isso, vários desafios metodológicos (Choo e Ferree, 2010; Christensen e Jensen, 2012):

Um primeiro desafio é a coleta de dados desagregados por raça/cor, sexo, idade, status de cidadania e outras identidades. Os dados desagregados por sexo são geralmente mais fáceis de obter do que os de outros fatores de diferenciação social.

Um segundo desafio é que a interseccionalidade está relacionada à pertença a um grupo, mas os grupos não são homogêneos. Dentro do mesmo grupo social, a vulnerabilidade varia. Negros e brancos, homens e mulheres são categorias heterogêneas. A análise deve revelar como as práticas e políticas afetam e moldam a vida de diferentes grupos de pessoas. Existe o perigo de privilegiar implicitamente as narrativas de um subgrupo e derivar conclusões generalizadas. Portanto, para o pesquisador interseccional, identificar grupos e subgrupos afetados e posicionar-se em relação a eles é uma escolha estratégica. As histórias de vida são importantes para compreender os complexos processos de identificação e posicionamento. Contêm informações sobre subjetividade e processos coletivos, bem como estruturas e instituições sociais.

Dois exemplos ilustram esse desafio. Por exemplo, o feminismo sempre teve dificuldade em abordar as diferenças entre mulheres. Em muitas teorias feministas, a categoria "mulher" é baseada nas experiências de mulhe-

res brancas, privilegiadas e de classe média e, apesar de sua pretensão de incluir todas as mulheres, essa categoria ignora aquelas cujas circunstâncias sociais são diferentes (Beck, 2021). Outro exemplo, muitos estudos sobre relações raciais no Brasil tendem a agrupar pretos e pardos em uma só categoria, mas investigações não mostram a mesma convergência entre os dois grupos em termos de padrões identitários e percepções de discriminação. Em termo de percepção da discriminação, pardos de baixo status socioeconômico estão próximos dos pretos de mesma condição, enquanto pardos de status elevado reportam pouca discriminação e nisso se aproximam dos brancos. (Moraes Silva e Souza Leão, 2012; Lamont et al., 2016, chap. 3).

Um terceiro desafio diz respeito ao uso da interseccionalidade para analisar a estratificação social. Os processos de diferenciação social condicionam a vida não apenas daqueles desfavorecidos, mas também dos mais poderosos e privilegiados. É importante incluir não apenas pessoas marginalizadas, mas todos os membros da sociedade.

Um quarto desafio refere-se à distinção entre processos que afetam diferentes fatores de diferenciação social. O gênero funciona de maneira diferente da classe, que novamente funciona de maneira diferente da raça/cor etc. Funcionam com lógicas, evoluem de acordo com passos e velocidades diferentes tanto no nível estrutural quanto no de identidade.

Cuidadosamente manuseado, o conceito de interseccionalidade oferece uma ferramenta teórica-metodológica fundamental para desvelar os processos de interação entre relações de poder e marcadores de desigualdades em contextos individuais, em práticas coletivas e em arranjos culturais e institucionais. Permite analisar as relações sociais no nível macrossociológico (em particular como os sistemas de poder explicam a reprodução das desigualdades) e no nível microssociológico (em particular através da análise de sistemas de desigualdades nas trajetórias individuais).

As críticas acadêmicas dirigidas ao conceito de interseccionalidade

O conceito de interseccionalidade teve uma massiva influência intelectual como evidenciado pela proliferação de artigos que usaram sua metodologia ou se referiram a ele. Não tem uma única âncora disciplinar. Se tem seus apóstolos, também tem sido alvo de críticas, tanto de uma perspectiva teórica e metodológica quanto prática. Algumas análises convocam o conceito, outras denunciam suas deficiências, outras se posicionam contra ele.

Batalhas acadêmicas contenciosas, frequentemente devidas a diferenças disciplinares, ocorreram em ambos os lados do Atlântico.

Nos Estados Unidos, as críticas foram amplas e Nash (2019) descreve as "guerras de interseccionalidade" assim[7]:

> Quase tudo sobre a interseccionalidade é contestado: suas histórias e origens, suas metodologias, sua eficácia, sua política, sua relação com a identidade e a política identitária, sua metáfora central, suas orientações jurídicas, sua relação com a "mulher negra" e com o feminismo negro. (tradução própria).

Na França, de acordo com Lepinard e Mazouz (2019):

> O conceito de interseccionalidade recebeu reconhecimento acadêmico tardio nas ciências sociais francesas, mas uma fração limitada do mundo acadêmico, embora importante devido às posições institucionais que ocupa, contribui para desacreditar cientificamente essa abordagem, assimilando-a a uma forma intelectual de comunitarismo que essencializaria identidades. (tradução própria).

Críticas sobre a definição de "categorias"

Para as feministas pós-estruturalistas e as feministas descoloniais não basta estudar as maneiras pelas quais as categorias sociais se interseccionam sem observar como essas categorias são constituídas. As feministas pós-estruturalistas questionam a própria delimitação das categorias e propõem uma desconstrução e rejeição das categorias artificialmente definidas como "homens" e "mulheres" (McCall, 2015, p. 1173). É necessário entender a multiplicidade de rotas por meio de que o poder é articulado para ver como uma pessoa se posiciona dentro de um particular discurso e as formas pelas quais a "subjetividade" feminina é restringida por formas textuais e culturais.

7. Ver Nash (2019) e sua referência ao painel "Kill this keyword" ("Mate esta palavra-chave") na conferência de 2014 da *American Studies Association* (Nash, 2017).

As feministas descoloniais denunciam os limites da interseccionalidade por não tomar em conta as estruturas de poder colonial e o imperialismo. Analisar a opressão apenas através das lentes da identidade da mulher negra não é suficiente para entender sua complexidade, especialmente quando se trata do sul global. Feministas decoloniais adicionam lenços culturais, geopolíticos e históricos à análise da interseccionalidade. Em vez de um padrão de interseções, feministas decoloniais veem uma única matriz de gênero moderno/colonial racista:

> Proponho o sistema moderno colonial de gênero como uma lente através da qual aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial. Quero enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade. (Lugones, 2014, p. 935).

Críticas da natureza aberta da interseccionalidade

A abordagem interseccional postula a existência de categorias de poder, raça, classe, gênero, sexualidade, religião etc., cujo conteúdo é aberto porque é sensível ao contexto. Novas formas de opressão podem surgir ao longo das lutas sociais. A natureza aberta da interseccionalidade tem sido celebrada como um dos seus melhores atributos, mas a multiplicidade das categorias de opressão é ambígua. Pode levar à fragmentação infinita das práticas sociais e, no final, contribuir para a dissolução das relações sociais e para a reprodução das desigualdades. As políticas que tentam atender a uma infinidade de demandas específicas podem tornar-se muito dispersas e carecer de coerência. Além disso, o foco em identidades específicas pode desviar a atenção de causas estruturais mais amplas de desigualdade na educação, economia ou saúde.

Críticas da identidade como noção central da interseccionalidade

1. A interseccionalidade é acusada de promover uma visão comunitária e reificada das relações sociais. Para Noriel (2018), pensar na articulação de sexo, raça e classe através da interseccionalidade é uma regressão em

relação aos princípios fundadores da sociologia. Não basta combinar, de fato, três entidades reificadas para explicar a complexidade das realidades sociais. A interseccionalidade se interessa por experiências minoritárias e valoriza a identidade em detrimento dos processos sociais mais fundamentais. A classe social é um fator mais decisivo que o gênero ou a origem para entender o funcionamento de nossas sociedades.

2. Além disso promove uma visão rígida das relações sociais e existe o risco de congelar a identidade dos grupos analisados e apresentar uma visão do passado.

3. Ao focar-se demasiado na identidade, ignora estruturas e instituições (Yuval-Davis, 2006; Conaghan, 2009).

Relativismo epistemológico

Se a ancoragem da interseccionalidade na epistemologia do *conhecimento situado* é uma garantia de validade para as pesquisadoras feministas, ela aparece, pelo contrário, como um defeito e um perigo para os defensores da "autonomia da ciência". A interseccionalidade frequentemente promove o relativismo epistemológico, onde verdades objetivas são substituídas por "verdades vividas". Essa abordagem promove uma subjetividade que pode levar a conclusões tendenciosas. Esse relativismo epistemológico pode comprometer a capacidade de conduzir análises críticas baseadas em fatos e evidências.

Interseccionalidade e o debate político

As batalhas pela interseccionalidade se espalharam para além do campo acadêmico. Desde a década de 2010, penetraram também o debate político. A abordagem interseccional é tanto uma investigação crítica quanto uma práxis para fins de justiça social (Collins; Bilge, 2020). Permite desconstruir e analisar as redes de desigualdades e as relações sociais de dominação. Tem, portanto, uma dimensão política, pois questiona a organização da sociedade e desafia as estruturas de poder estabelecidas.

Interseccionalidade e neoliberalismo

A interseccionalidade foi depolitizada, mercantilizada e colonizada por regimes neoliberais (Bilge, 2018; Evans, 2015). A visão neoliberal é adocicada ou eufemística, distante das concepções mais exigentes em termos de justiça social. Políticas radicais baseadas em identidade são frequentemente transformadas em ferramentas corporativas de diversidade, alavancadas por grupos dominantes para atingir diversos objetivos ideológicos e institucionais.

Após a crise financeira de 2007-2008, vários relatórios argumentaram que a igualdade de gênero era benéfica para o crescimento econômico (McKinsey, 2015[8]; Fundo Monetario Internacional, 2013[9]). O Banco Mundial resumiu essa posição com o slogan: "*igualdade de gênero é economia inteligente*" ("Smart economics"). Transforma a questão da igualdade gênero em um instrumento de crescimento econômico. Despolitiza seu conteúdo e evita considerar as causas estruturais da desigualdade entre homens e mulheres. São narrativas de desenvolvimento que mediam as reivindicações feministas através da lógica de mercado.

Muitas empresas e instituições adotaram políticas de diversidade, equidade e inclusão (DEI) como estratégia de gestão empresarial. Embora essa abordagem seja nobre em suas intenções, essas políticas foram utilizadas primeiramente para impulsionar a atratividade e a imagem das empresas. Desviam o foco das desigualdades e das relações de subordinação para a eficiência econômica. Tal doutrina da diversidade defende uma visão pacífica e produtiva da ordem social, construída em termos de enriquecimento coletivo, competitividade, excelência e exemplaridade.

A partir de meados da década de 2010, os debates políticos sobre interseccionalidade se tornaram mais virulentos e agressivos

O mantra da interseccionalidade tem sido adotado por organizações progressistas que lutam por equidade e justiça, mas à medida que as ideias da extrema direita ganham terreno a voz de seus críticos fica mais alta. A

8. McKinsey Global Institute (2015): *The power of parity: How advancing women's equality can add $12 trillion to global growth*. https://www.mckinsey.com/~/media/McKinsey/Featured%20Insights/Employment%20and%20Growth/How%20advancing%20womens%20equality%20can%20add%2012%20trillion%20to%20global%20growth/MGI%20Power%20of%20parity_Full%20report_September%202015.ashx

9. IMF (2013): Women, Work, and the Economy: Macroeconomic Gains from Gender Equity, IMF Staff Dicussion Note 2013/10. https://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2013/sdn1310.pdf

interseccionalidade é parte integrante da guerra cultural que os partidos conservadores e populistas estão travando contra as democracias liberais. Duas questões em particular alimentam as tensões dos debates políticos. A primeira é a relação entre políticas de discriminação positiva e meritocracia, e a segunda diz respeito à utilização do conceito de identidade e as maneiras pelas quais ele distrai das formas estruturais de opressão.

Um primeiro eixo de tensão é entre *diversidade e meritocracia.* Políticas de ação afirmativa que promovam diversidade e equidade visam compensar desvantagens históricas sofridas por certos grupos, por exemplo, de estudantes ou de trabalhadores. Essas políticas entram em conflito com os princípios da meritocracia, onde oportunidades e sucesso são determinados unicamente pelo talento e esforço individual. Com a meritocracia o foco desliza do coletivo para o individual, o sistema ignora a discriminação sistêmica. É um poderoso sistema que permite às elites dominantes legitimar e manter sua posição na hierarquia social.

Em janeiro de 2025, quatro dias após assumir o cargo de Presidente dos EUA, Donald Trump ordenou que as agências federais dos EUA fechassem todos os seus escritórios responsáveis pela promoção da diversidade, equidade e inclusão (DEI). Vários diretores executivos do setor privado seguiram seu exemplo. As universidades estão sob pressão para rever as suas políticas de recrutamento e promoção e remover estudos de gênero e interseccionalidade de seus currículos.

Um segundo eixo de tensão diz respeito ao conceito de identidade. Um primeiro grupo de críticos denuncia "a tirania das minorias" como uma nova forma de opressão que limita a liberdade da maioria dos cidadãos e os faz sentir-se culpados. Em alguns círculos conservadores, a interseccionalidade tem sido interpretada como estabelecendo uma hierarquia de raças e identidades, que coloca especificamente homens brancos heterossexuais na base. Um segundo grupo de críticos enfatiza o universalismo republicano. Emmanuel Macron, Presidente de França, declarou-se contra a lógica interseccional que, para ele, fratura a sociedade e promove uma visão de mundo comunitária. Na França, a abordagem da opressão múltipla tornou-se objeto de conflito entre o poder estatal e a comunidade científica, e na própria comunidade científica[10].

10. Fassin, E. (2017) "Comment un colloque sur l'intersectionnalité a failli être censuré", *BibliObs*, 20 mai 2017, on-line : [https://bibliobs.nouvelobs.com/idees/20170518.OBS9602/comment-un-colloque-sur-l-intersectionnalite-a-failli-etre-censure.html] (acesso 22-05-2022)

Conclusão

As abordagens de opressão múltipla nos fornecem uma metodologia para revelar a pluralidade, complexidade e o emaranhamento dos sistemas de dominação. Concebida como ferramenta para analisar discriminações e desvantagens sociais, a interseccionalidade representa um desafio científico e institucional. Tornou-se um conceito poderoso mas controverso nas guerras culturais contemporâneas. Seus defensores veem a interseccionalidade como um método essencial para entender e abordar desigualdades e discriminações sistêmicas. Ao questionar as relações de poder, desperta a oposição dos grupos dominantes e seus detratores enfatizam que divide e polariza a sociedade. No entanto, oferece uma plataforma a partir da qual sujeitos políticos coletivos podem ser construídos e carrega uma mensagem de justiça social, não mate o mensageiro!

Referências

Versão francesa: GUIMARÃES, N. A.; MARUANI, M.; SORJ, B. (dir.). Genre, race, classe: *Travailler en France et au Brésil*, Paris,L'Harmattan, 2016

Versão francesa: GUIMARÃES, Nadia Araujo; MARUANI, Margaret e SORJ, Bila (dir.) (2016). *Genre, race, classe: Travailler en France et au Brésil*, Paris, L'Harmattan.

BECK, K. 2021. White Feminism: From the Suffragettes to Influencers and Who They Leave Behind. Disponível em: https://dokumen.pub/qdownload/white-feminism-from-the-suffragettes-to-influencers-and-who-they--leave-behind-from-the-suffragettes-to-influencers-and-who-they-leave--behind-9781982134433-9781982134419-9781982134426.html, (acesso em: 22 abr. 2025).

BECKER, G. S. *Human capital a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. New York: Columbia University Press, 1964.

BILGE, S. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogène*, v. 225(1), p. 70-88, 2009.

BILGE, S. De l'analogie à l'articulation: théoriser la différenciation sociale et l'inégalité complexe. *L'Homme & la Société*, n. 176-177, p. 43-64. Paris: L'Harmattan, 2010.

BILGE, S. Intersectionality Undone – Saving Intersectionality from Feminist Intersectionality Studies. *Du Bois Review: Social Science Research on Race*, v. 10(2) p. 405-424, 2013.

BILGE, S. Interseccionalidade desfeita: Salvando a interseccionalidade dos estudos feministas sobre interseccionalidade. *Revista Feminismos* v. 6 (3), 2018.

BLINDER, A. S. Wage Discrimination: Reduced Form and Structural Estimates. *Journal of Human Resources*, v. 8(4), p. 436-455, 1973.

CHOO, H. Y.; FEREE, M. M. Practicing Intersectionality in Sociological Research: A Critical Analysis of Inclusions, Interactions, and Institutions in the Study of Inequalities. *Sociological Theory,* v. 28(2), p. 129-149, 2010.

CHRISTENSEN, A. D.; JENSEN, S. Q. Doing Intersectional Analysis: Methodological Implications for Qualitative Research. NORA – *Nordic Journal of Feminist and Gender Research*, v. 20(2), p. 109-125, 2012.

COLLINS, P. H. e Sirma Bilge. *Intersectionality*. 2nd edition. Cambridge: UK and Medford, MA, Polity Press, 2020.

CONAGHAN, J. A. F. Intersectionality and the Feminist Project in Law. In: GRABHAM, E.; COOPER, D.; KRISHNADAS, J.; Herman, D. (Eds.). *Intersectionality and Beyond*: Law, Power and the Politics of Location. London: Routledge Cavendish, 2009.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum, special issue: Feminism in the Law: Theory, Practice and Criticism*. University of Chicago Law School, p. 139-168, 1989.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas*, Florianópolis, n. 1, p. 171-188, 2002.

DOERINGER, P. B.; PIORE, M J. *Internal labor market and manpower analysis*. Heath Lexington Books, 1971.

EVANS, E. Conceptual and Contextual Framework: Intersectionality and Neoliberalism. In: *The Politics of Third Wave Feminisms*. Gender and Politics Series. London: Palgrave Macmillan, p. 39-59, 2015.

FASSIN, E. Comment un colloque sur "l'intersectionnalité" a failli être censuré, *BibliObs*, 20 maio 2017. Disponível em: <https://bibliobs.nouvelobs.com/idees/20170518.OBS9602/comment-un-colloque-sur-l-intersectionnalite-a-failli-etre-censure.html>. Acesso em: 22 maio 2022.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje,* Anpocs, p. 223-244, 1984.

GUIMARÃES, A. S. A. Sociologia e natureza: classes, raças e sexos. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs.): *Gênero e trabalho no Brasil e na França*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 27-36.

HANCOCK, A. M. *Intersectionality: An Intellectual History*. Oxford University Press, 2015.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça – Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 26(1), p. 61-73, 2014.

KERGOAT, D. Ouvriers = ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale. *Critiques de l'économie politique*, v. 5, p. 65-97, 1978.

KERGOAT, D. *Les ouvrières*. Paris: Le Sycomore, 1982.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estudos – CEBRAP*, n. 86, p. 93-103, 2010a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf> . Acesso em: 01 jun. 2019.

KERGOAT, D. Une sociologie à la croisée de trois mouvements sociaux. *L'Homme & la Société*, n. 176-177, p. 27-42, 2010b.

KYRILLOS, G. M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 28(1), p. 1-12, 2020.

LAMONT, M.; MORAES SILVA, G.; WELBURN, J. S.; GUETZKOW, J.; MIZRACHI, N.; HERZOG, A.; e REIS, E. *Getting Respect. Responding to stigma and discrimination in the United States, Brazil & Israel*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2016.

LÉPINARD, E., MAZOUZ, S., 12 fev. 2019. Cartographie du surplomb. *Revue Mouvements*. Disponível em: <https://mouvements.info/cartographie-du-surplomb/> . Acesso em: 24 abr. 2025.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, v.22(3), p. 935-952. Artigo traduzido do original de 2010: "Toward a Decolonial Feminism" em *Hypatia*, v. 25(4), p. 742-759, 2014.

MCCALL, L. The Complexity of Intersectionality. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 30(3), p. 1771-1800, 2015.

MORAES SILVA, G. ; SOUZA LEÃO, T. de. O paradoxo da mistura: Identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27(80), p. 117-255, 2012.

NASH, J. C. Intersectionality and Its Discontents. *American Quarterly*, v. 69(1), p. 117-129, 2017.

NASH, J. C. A Love Letter From a Critic, or Notes On The Intersectionality Wars. In: *Black Feminism Reimagined: After Intersectionality*. Duke University Press, 2019. Disponível em: <https://shc.stanford.edu/arcade/interventions/love-letter-critic-or-notes-intersectionality-wars> . Acesso em: 24 abr. 2025.

NORIEL, G. (29 out. 2018). Blog: "Réflexions sur la gauche identitaire". Disponível em: <https://noiriel.wordpress.com/2018/10/29/reflexions-sur-la-gauche-identitaire/>

OAXACA, R. L. Male-Female Wage Differentials in Urban Labor Markets. *International Economic Review*, v. 14(3) p. 693-709, 1973.

SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos – Trabalho, dominação e resistência*. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Editora Expressão Popular, 2021.

YUVAL-DAVIS, N. Intersectionality and Feminist Politics. *European Journal of Women's Studies*, v.13(3), p.193-209, 2006.

Trabalho e marcadores sociais de desigualdades: exploração e opressões

Marcelo Badaró Mattos

Introdução

Nas pesquisas e estatísticas sobre emprego e características do mercado de trabalho no Brasil, destacam-se os dados que informam sobre um conjunto de relações de trabalho caracterizado pelas elevadas taxas de informalidade e precariedade, assim como as diferenciações e desigualdades que atravessam essas relações, marcando determinados setores da força de trabalho – particularmente as mulheres e a população racializada – como aqueles que são em média pior remunerados, mais precarizados e que predominam entre os desempregados.

Neste texto, inicialmente recuperaremos alguns dados empíricos que explicitam essas características. O foco principal do argumento, no entanto, será esboçar determinadas chaves explicativas para tal cenário, tendo em vista o debate sobre as relações entre opressões e exploração nas formações sociais capitalistas, desenvolvido a partir de referenciais do materialismo histórico. Nesse campo, encontramos boas pistas na Teoria da Reprodução Social, que parte da Crítica da Economia Política, mas a desenvolve para além das formulações originais de Marx, no intuito de localizar o lugar específico da opressão de gênero nas formações sociais capitalistas. Assim como, nos estudos sobre a questão racial, que encontraram na obra de Marx pontos de partida para reflexões sobre a origem e a perpetuação do racismo, inextricavelmente vinculadas à escravidão moderna e ao colonialismo como elementos fundantes do capitalismo e aos seus desdobramentos na contemporaneidade. Não se tratam, porém, de dimensões autônomas – gênero, raça e classe – que eventualmente se encontram e combinam no mercado de trabalho, mas de elementos indissociavelmente constitutivos da contraditória totalidade que configura as relações sociais em que estamos imersos.

Elementos do quadro

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do IBGE, fornecem o desenho geral do mercado de trabalho no Brasil. Utilizamos informações do primeiro semestre de 2024, quando, após um período marcado pelo crescimento do desemprego (entre 2015 e 2022), verificou-se que as taxas de desocupação caíram significativamente, embora a insegurança no mercado de trabalho, diante dos baixos salários e das altas taxas de informalidade, continuou sendo uma situação vivida pela classe trabalhadora brasileira de maneira intensa. Assim, temos que

> A população ocupada, no 2º trimestre de 2024, estimada em 101,8 milhões de pessoas, era composta por 69,4% de empregados (incluindo empregados domésticos), 4,2% de empregadores, 25,1% de pessoas que trabalharam por conta própria e 1,3% de trabalhadores familiares auxiliares (IBGE, 2024, p. 8).

No que diz respeito à formalização do emprego, "73,6% dos empregados do setor privado tinham carteira de trabalho assinada". Somando as pessoas que não possuíam a formalização da "carteira assinada" às que trabalhavam por conta própria, percebemos, portanto, que cerca de metade da força de trabalho fora do setor público não gozava dos direitos legais relativos ao trabalho formalizado e só podiam garantir seu acesso à previdência social se arcasse individualmente com as contribuições previdenciárias. Há que se registrar, ainda, significativas diferenciações regionais no que diz respeito a essa taxa de formalização, bem como grupos específicos de ocupações em que a taxa é bem menor e declinante. Segundo o mesmo levantamento, as "Regiões Norte (61,3%) e Nordeste (57,7%) apresentaram as menores estimativas desse indicador. Entre os trabalhadores domésticos, a pesquisa mostrou que 24,7% deles tinham carteira de trabalho assinada. No mesmo trimestre de 2023, essa proporção havia sido de 25,5%". Também se registra que "nas Regiões Norte (29,8%) e Nordeste (27,2%), o percentual de trabalhadores por conta própria era superior ao verificado nas demais regiões" (IBGE, 2024, p. 8).

Quanto ao principal fator de insegurança no mercado de trabalho – o desemprego – apesar do relativo declínio já apontado da taxa de desocupação, os dados do IBGE revelam que esta atinge de forma desigual a classe trabalhadora, conforme recortes por regiões, faixa etária e, atra-

vessando todos os demais, os recortes de gênero e racial. Desta forma, para aquele mesmo período:

> A taxa de desocupação, no Brasil, no 2º trimestre de 2024, foi estimada em 6,9%. (...) A Região Nordeste permaneceu apresentando as maiores taxas de desocupação ao longo de toda série, tendo registrado, no 2º trimestre de 2024, uma taxa de 9,4%; enquanto a Região Sul teve a menor, 4,7%. (...) A taxa de desocupação dos jovens de 18 a 24 anos de idade, (14,3%), apresentou patamar elevado em relação à taxa média total (...) As análises apontaram diferenças na taxa de desocupação entre homens e mulheres. (...) No 2º trimestre de 2024, a taxa foi estimada em 5,6% para os homens e 8,6% para as mulheres. A taxa de desocupação desagregada por cor ou raça mostrou que a taxa dos que se declararam brancos (5,5%) ficou abaixo da média nacional; porém a dos pretos (8,5%) e a dos pardos (7,8%) ficaram acima (IBGE, 2024, p. 8).

A insegurança em um mercado de trabalho marcado por elevada informalidade, vivida desigualmente pelas pessoas, conforme seu gênero e/ou marcadores raciais, não é uma vivência específica da classe trabalhadora no Brasil. Poderíamos dizer, para recorrer a uma referência clássica, que, nesta segunda década do século XXI, as análises de Marx sobre a "lei geral da acumulação capitalista", no Livro I de *O capital*, parecem mais atuais do que nunca.

Numa população mundial que deve ter ultrapassado 8 bilhões de pessoas em 2023 – das quais estima-se em cerca de 5,2 bilhões os em "idade ativa" (entre 15 e 65 anos) – a força de trabalho global é de 3,7 bilhões de pessoas (eram 2,3 bilhões, em 1990). Conforme Marx, "acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado". Já a taxa de desemprego no mundo foi estimada, no mesmo ano de 2023, em 5,1%, sendo mais elevada – 5,7% – nos países considerados de "baixa renda" (a maioria deles no "Sul Global") e entre as mulheres – 5,3%. A informalidade caracteriza 57,8% dos empregos no mundo (2 bilhões de pessoas), atingindo taxas ao redor de 90% em países como a Índia. Lembrando Marx, novamente, "toda a forma de movimento da indústria moderna deriva, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semiempregada" (Marx, 2013, pp. 690 e 708). A consequência

mais visível desse quadro é que 241 milhões de trabalhadoras e trabalhadores experimentavam a extrema pobreza em 2023 e 423 milhões, a "pobreza moderada[1]."

Ampliando o horizonte

Na busca por uma compreensão das razões pelas quais tais "marcadores de desigualdade" configuram o mercado de trabalho capitalista e se mostram resistentes a políticas setoriais e pontuais que se propõem a superá-los, propomos recorrer a um entendimento mais integrado e totalizante dessas configurações sociais. Nesta seção do texto, pretendemos sintetizar referências que nos permitam um entendimento de gênero, raça e classe como elementos constitutivos, de forma indissociável, embora em combinações muito específicas conforme cada situação concreta, das sociedades capitalistas e, portanto, das relações e do mercado de trabalho que elas engendram. Para isso, podemos buscar suporte em debates clássicos e também nos mais recentes.

Voltando a Marx, há uma passagem de sua intervenção nos debates sobre a questão Irlandesa, no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores, que comporta alguns elementos interessantes para nossa discussão. Comentando a introdução dos trabalhadores empobrecidos irlandeses no mercado de trabalho inglês no século XIX, Marx destaca uma dupla dimensão desse processo. De um lado, ao estimular a concorrência entre trabalhadores, ampliando o "exército industrial de reserva", com um contingente de novos braços, dispostos a piores salários e condições de trabalho porque, confrontados com a fome e a miséria absoluta, o capital logra rebaixar o custo da força de trabalho como um todo. Além disso, mas intimamente ligado a esse aspecto da concorrência no mercado de trabalho, Marx identificou um esforço ideológico para sustentar visões preconceituosas, cujo efeito principal era enfraquecer a unidade do sujeito social classe trabalhadora. A analogia que utiliza, em um texto de 1870, poucos anos após o fim da guerra civil nos Estados Unidos, que Marx acompanhara com extrema atenção (Marx, 2022), é com o racismo manifestado pelos trabalhadores brancos no Sul daquele país:

1. Os dados do mercado de trabalho global são da OIT e podem ser encontrados no seu relatório *World employment and social outlooks – Trends 2024*. Disponível em https://www.ilo.org/publications/flagship-reports/world-employment-and-social-outlook-trends-2024, acesso em 25/09/2024.

> De fato, em todos os grandes centros industriais da Inglaterra há um profundo antagonismo entre os proletários irlandeses e os ingleses. O trabalhador inglês comum odeia o trabalhador irlandês como um concorrente que rebaixa seu salário e seu padrão de vida; também alimenta contra ele antipatias nacionais e religiosas. É exatamente o mesmo modo como os brancos pobres dos estados sulistas da América do Norte se comportavam em relação aos escravos negros. Esse antagonismo entre os dois grupos de proletários no interior da própria Inglaterra é artificialmente mantido e alimentado pela burguesia, que sabe muito bem que essa cisão é o verdadeiro segredo da preservação de seu próprio poder (Marx, apud Musto, 2014, p. 275-276).

O racismo justifica e alimenta, assim, tanto a concorrência no mercado de trabalho quanto as barreiras ideológicas para o compartilhamento de uma identidade de classe unificadora, resultando, pois, em reforço ao poder de dominação de classe burguês. Esse elemento mais propriamente político, do exercício da dominação, não pode ser desprezado.

A tradição crítica do materialismo histórico buscou em Marx não apenas passagens instigantes, como a comentada, mas principalmente uma referência teórico/metodológica ancorada na perspectiva totalizante de compreensão das contraditórias e dinâmicas relações sociais na história. Totalidade entendida, portanto, como processo, movimento constante, não como sistema fechado ou mecanismo de funcionamento regular e repetitivo. No que diz respeito à discussão que aqui estamos fazendo, o que se procura é compreender as formas históricas próprias através das quais opressão, alienação e exploração se tornam elementos coconstituintes da experiência coletiva de trabalho e vida nas sociedades comandadas pela lógica do capital.

Com esse olhar, valorizamos as considerações de Abigail Bakan, ao lembrar-nos que, enquanto a exploração se refere às relações sociais que garantem a "extração econômica de excedente" e a alienação "se refere ao distanciamento geral dos seres humanos daquilo que faz deles de fato humanos", a opressão "pode ser vista operando em duas formas distintas, como uma opressão de classe e como uma opressão específica. A opressão é variável e contingente; é, contudo, necessária para a reprodução das relações sociais do capitalismo" (Bakan, 2016, p. 70). Na síntese que apresenta sobre o racismo, Bakan afirma:

> O racismo é um conjunto de ideias e práticas institucionais que atribuem divisões de superioridade/inferioridade de acordo com um conjunto determinado e construído de características biológicas e/ou culturais que são falsamente consideradas como inerentes e permanentes aos subgrupos humanos. O racismo é variável e adaptável, mas se provou notavelmente valioso para os interesses capitalistas e imperialistas através dos séculos. Categorias específicas sugeridas aqui nessa estrutura de análise são o racismo como uma codificação de alienação, onde a alienação é articulada como hegemonia branca; o racismo como opressão específica; e o privilégio racial como uma categoria historicamente concreta que precisa ser localizada em contextos vividos específicos (Bakan, 2016, p. 70-71).

Um esforço de análise concreta de como o racismo se mostra "notavelmente valioso para os interesses capitalistas" aparece em uma discussão apresentada por Charles Post. Nela, o historiador estadunidense esclarece, a partir das orientações gerais deixadas por Marx, como as contraditórias e competitivas relações sociais capitalistas "torna(m) a raça (a noção ideológica de que a humanidade é dividida em grupos distintos com características imutáveis) uma forma lógica de organização da competição no mercado de trabalho, sendo essa organização realizada tanto pelo capital quanto pelo trabalho" (Post, 2023, p. 148).

O argumento de Post, de que "a competição entre trabalhadores produz disparidades raciais de forma sistêmica entre trabalhadores" (Post, 2023, p. 149) é semelhante ao que já havia sido esgrimido há algumas décadas pelo sociólogo e historiador Clóvis Moura, debatendo justamente sobre o mercado de trabalho no Brasil. Segundo Moura, "a disputa, a competição individual no mercado de trabalho em termos de emergência de novos segmentos profissionais que se formam, em extratos inferiorizados, aguça o preconceito de cor ou de 'raça'" (Moura, 2021, p. 77).

Entretanto, se o capitalismo constitui um mercado mundial, este não se assenta em uma única e homogênea forma de exploração do trabalho. A acumulação capitalista originou-se de formas de expropriação de populações tanto no "centro", quanto na "periferia" desse mercado mundial e, nessa periferia, tais expropriações, pautadas pela forma colonialista, engendraram e perpetuaram relações sociais em que o racismo ocupa uma posição própria. Afinal, como bem situa o próprio Moura, em seu sentido mais

universal, "o racismo pode ser considerado – da forma como o entendemos atualmente – um dos galhos ideológicos do capitalismo". No plano do mercado mundial, porém, ele contribui também para a hierarquização das economias e dos mercados de trabalho, cumprindo o papel de "uma ideologia de dominação do imperialismo em escala planetária", que se manifesta ainda na "dominação de classes em cada país particular" (Moura, 2020, p. 22).

Enquanto ideologia de dominação imperialista, o racismo colonialista deriva do mesmo tronco da "assim chamada acumulação primitiva", mas subsistiu e se reforçou na continuidade da associação entre expropriações e exploração que alimentou e continua a alimentar a acumulação ampliada de capital. Essa origem e natureza colonial do racismo nas sociedades capitalistas é engendrada e engendra relações sociais hierarquizantes, desumanizadoras e violentas, como bem destacou a análise clássica de Frantz Fanon, recordando-nos que:

> O mundo do colonizado é um mundo dividido em dois. A linha divisória, a fronteira, é indicada pelos quartéis e delegacias de polícia. Nas colônias, o interlocutor válido e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão, é o policial ou o soldado (Fanon, 2022, p. 34).

Acrescentemos a prisão ao quartel e à delegacia para termos a dimensão de continuidade dessa face da violência colonial na perpetuação do racismo mesmo em sociedades que formalmente conquistaram sua independência política e estaremos, então, diante da face mais cruel desse processo, cujo sentido último é o da preservação do poder de classe burguês. Voltando à obra de Clóvis Moura, constata-se em vários momentos o destaque nela conferido às especificidades do capitalismo dependente, como sucessor do colonialismo, e do racismo em formações sociais dessa natureza. Segundo ele:

> As atuais nações atrasadas, dependentes e espoliadas, vindas do antigo sistema colonial, assumirão um papel novo, resgatando o passado de dominação. E o realinhamento social também será étnico, pois as raças não-brancas habitam por herança desse sistema as regiões espoliadas (Moura, 2020, p. 46).

Discutindo a partir da Teoria Marxista da Dependência e destacando os mecanismos da "superexploração da força de trabalho" – aspecto central para a acumulação no capitalismo dependente, diante do intercâmbio desigual de valor gerado pela sua dependência econômica em relação às economias centrais –, Dennis de Oliveira avança em uma compreensão do racismo que busca integrar sua dimensão ideológica aos aspectos mais estritamente econômicos das relações de trabalho e ao processo político de restrição dos direitos das populações racializadas. Assim:

> Quando se observa a grande presença de negras e negros no chamado "mercado informal de trabalho" – isto é, aquele totalmente desregulamentado – é a expressão máxima da exclusão de negras e negros do contrato social (...). Por isso, não se trata apenas de exclusão dos direitos civis, mas fundamentalmente de toda a pactuação normativa do capitalismo, e isso é um dos elementos que sustentam o fenômeno da superexploração da força de trabalho (Oliveira, 2021, p. 178-79).

Em um diapasão similar ao até aqui comentado, Himani Bannerji enfatiza que "a 'raça' moderna é uma cultura social do capitalismo colonialista e imperialista." E complementa: "a 'raça', portanto, é uma coleção de discursos do colonialismo e da escravidão firmemente enraizada no capitalismo em seus diferentes aspectos ao longo do tempo" (Bannerji, 2022, p. 2087-88). Bannerji também evita tratar o componente racial de maneira isolada e adiciona outras camadas analíticas, já que, segundo ela, "a 'raça' não pode ser desarticulada da "classe". Em sua análise, "essa inseparabilidade, essa relação formativa ou figurativa, tanto é verdadeira para o processo de extração de mais-valia no capitalismo, quanto é uma prática de senso comum ao nível da vida social" (Bannerji, 2022, p. 2088).

Indo além, a autora explica que essa "integridade entre 'raça' e classe não pode existir independente da organização social fundamental do gênero, ou seja, da divisão social do trabalho específica do sexo, com normas mediadoras e formas culturais." Em sua discussão percebemos que "várias relações de propriedade – inclusive de corpos, de trabalho produtivo e reprodutivo – institucionais, normativas e de senso comum cultural, se encontram, portanto, em uma relação reflexiva e constitucional" (Bannerji, 2022, p. 2088).

Assim, quando adicionamos o componente da opressão de gênero a esse debate, percebemos que, se as relações sociais patriarcais antecedem historicamente as formações sociais capitalistas, no capitalismo elas se transformam e adquirem novo significado social. Afinal, nas sociedades capitalistas, o próprio processo de produção das mercadorias depende de uma mercadoria sui generis, responsável pela criação do valor: a força de trabalho. Com base na teoria do valor apresentada em *O Capital* (Marx, 2023), a vertente do feminismo marxista da reprodução social tem procurado dimensionar o peso específico do trabalho reprodutivo no capitalismo.

Sinteticamente, em *O Capital,* Marx explica como a origem do lucro capitalista e da acumulação de capital está no mais-valor extraído da força de trabalho. A força de trabalho, portanto, é a mercadoria capaz de criar valor. Mas, como se determina o valor da força de trabalho? Assumindo que a venda da força de trabalho em troca de um salário é uma troca de equivalentes, Marx define o valor dessa força de trabalho como aquele correspondente à sua reprodução (os gastos necessários para que a cada dia o trabalhador ou a trabalhadora possa voltar ao local de trabalho e despender sua força de trabalho para o capitalista). Porém, nem tudo o que se necessita para a reprodução é comprado no mercado. Embora Marx não avance para essas conclusões, a Teoria da Reprodução Social demonstra como o trabalho feminino reprodutivo, especialmente aquele não remunerado, despendido no interior da família proletária, é a explicação central para a manutenção da subordinação patriarcal das mulheres nessa forma familiar.

Na aproximação sintética exposta por Tithi Bhattacharya, a sugestão central da teoria da reprodução social reside no seguinte:

> O trabalho humano está no coração da criação ou reprodução da sociedade como um todo. A noção de trabalho é concebida aqui no sentido original pretendido por Karl Marx, ou seja, como "a primeira premissa de toda a história humana" – e que, ironicamente, ele próprio não conseguiu desenvolver plenamente. O capitalismo, no entanto, reconhece o trabalho produtivo para o mercado como a única forma legítima de "trabalho", ao passo que a enorme quantidade de trabalho familiar e comunitário que continua a sustentar e a reproduzir o trabalhador ou, mais especificamente, sua força de trabalho, é naturalizada como inexistente. Contrárias a essa interpretação, as teóricas da reprodução social compreendem a relação entre o traba-

> lho que produz mercadorias e o que produz pessoas como parte da totalidade sistêmica do capitalismo. A teoria procura, assim, tornar visível o trabalho analiticamente ocultado pelos economistas clássicos e politicamente negado pelos formuladores de políticas públicas (Bhattacharya, 2023a, p. 18-19).

Em síntese: a força de trabalho precisa ela própria ser produzida/reproduzida, em termos geracionais e no dia a dia de cada trabalhadora e trabalhador, e a unidade familiar (e, no seu interior, o trabalho não pago das mulheres) ocupam um papel central nesse processo de reprodução cotidiana da força de trabalho, responsabilizando-se pelas tarefas ligadas à habitação, alimentação, vestuário, cuidados, etc., além da reprodução propriamente biológica. Mas o trabalho de reprodução social não se restringe ao espaço doméstico. No mercado, ou através do Estado, toda uma série de serviços relacionados à reprodução da força de trabalho também são espaços em que o trabalho feminino e racializado, embora remunerado, é salarial e socialmente desvalorizado.

As formas da opressão de gênero ganham, portanto, cores específicas sob a lógica do capital. Por isso, como nos lembra a própria Tithi Bhattacharya, tal diversidade de formas adquiridas pelas relações sociais de trabalho se reflete em uma classe trabalhadora de contornos bem mais amplos do que a "imagem bidimensional do produtor direto individual preso ao trabalho assalariado", envolvendo

> [...] uma miríade de capilares de relações sociais que se estendem entre o local de trabalho, casa, escolas, hospitais – um todo social mais amplo, sustentado e coproduzido pelo trabalho humano através de formas contraditórias, mas ainda assim constitutivas. Se dirigirmos nossa atenção para aquelas veias profundas das relações sociais imbricadas em qualquer sociedade atual, como poderíamos deixar de encontrar o sujeito caótico, multiétnico, multigenerificado e com capacidades diferentes que é a classe trabalhadora global? (Battacharya, 2023b, p. 25).

Com base nessa vertente da teoria da reprodução social inspirada pela crítica da economia política marxiana, Susan Ferguson também relaciona gênero e raça à exploração da força de trabalho, nos lembrando que "as forças

de opressão social moldam e são moldadas pela tendência capitalista de reduzir a vida à força de trabalho". Por isso,

> Racismo, sexismo e heterossexismo (e a resistência que eles geram) organizam as instituições e práticas de construção da vida de maneiras que são constantemente articuladas – mas não necessariamente vinculadas – à necessidade do capital por trabalhadores. Mas não apenas para quaisquer trabalhadores. Para uma força de trabalho socialmente diferenciada (remunerada e não remunerada) (Ferguson, 2019, p. 116).

Esse processo de diferenciação social da força de trabalho, atravessado pela forma como operam as opressões sociais, portanto, sustenta e reforça a acumulação capitalista de duas formas articuladas no mercado de trabalho, ainda segundo Ferguson: 1) "mantém os custos de reprodução social mais baixos, garantindo que algumas pessoas assumam essa mão de obra gratuitamente ou com baixos salários"; e 2) "garante um fornecimento estável de trabalhadores suficientemente marginalizados e precários, preparados ou forçados a aceitar trabalho remunerado não regulamentado, insalubre e mal pago" (Ferguson, 2019, p. 116).

A inspiração principal para esse tipo de análise totalizante das diferenças no interior do mercado de trabalho, que ressalta o caráter coconstitutivo de opressões de gênero e raça, combinadas na exploração de classe nas relações sociais capitalistas, é o feminismo negro radical. Já em texto de 1949, Claudia Jones chamava a atenção para a especificidade da posição das mulheres negras no mercado de trabalho, o que reforçava a constatação de que "mulheres negras – enquanto classe trabalhadora, como negras, e mulheres – são o estrato mais oprimido de toda população". Citando dados de 1940, Jones lembrava que:

> Duas de cada cinco mulheres negras, em contraste com duas em cada oito mulheres brancas, trabalhavam para viver. Em virtude de seu status como maioria da população negra, mulheres negras não somente constituem a maior porcentagem de chefes de família, mas, também, são a principal fonte de renda da família negra. A larga proporção de mulheres negras no mercado de trabalho é, primaria-

> mente, resultado dos baixos rendimentos dos homens negros [o que as obriga a trabalhar para complementar a renda da família]. Essa desproporção também tem suas raízes no tratamento dado e na posição das mulheres negras ao longo dos séculos (Jones, 2017, p. 1004).

Raciocínio semelhante é apresentado na obra de Angela Davis. Em seu *Mulheres, raça e classe*, originalmente publicado em 1981, Davis mostrou que, como "a proporção de mulheres negras que trabalhavam fora de casa era muito maior do que a de suas congêneres brancas", o "número de mulheres negras confrontadas com o vazio da vida doméstica, que mortificava suas irmãs brancas de classe média" era pouco significativo (Davis, 2016, p. 135).

Algo muito semelhante já havia sido discutido, para o caso brasileiro, por Lélia Gonzalez, que destacara, em texto originalmente publicado em 1979, como o racismo naturalizava "o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa". Gonzalez destaca como a predominância das mulheres negras no serviço doméstico remunerado, resultante da falta de alternativas no mercado de trabalho para essas mulheres, as colocava em "situação de sujeição, dependência das famílias de classe média branca". Ao mesmo tempo, seria essa mulher negra no serviço doméstico quem "possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa dentro do sistema da dupla jornada" (Gonzalez, 2020, p. 42-43).

Nesse sentido, pensar o trabalho reprodutivo a partir do lugar hierarquicamente subalternizado das mulheres negras no mercado de trabalho leva-nos novamente à constatação da relevância da perspectiva unitária de análise das inter-relações entre exploração e opressões racial e de gênero.

Além disso, do ponto de vista da unidade potencial do sujeito social, em suas reflexões sobre as mulheres na luta pela emancipação nos Estados Unidos do século XIX, Davis demonstrou como o movimento feminista estadunidense nasceu do ventre da luta abolicionista. Por isso mesmo, algumas de suas personagens mais destacadas demonstravam, já no século XIX, uma consciência profunda "da indissociabilidade entre a luta pela libertação negra e a luta pela libertação feminina", evitando, por isso mesmo, cair "na armadilha ideológica de insistir que um combate era mais importante que o outro. Elas reconheciam o caráter dialético da relação entre as duas causas" (Davis, 2016, p. 56).

Considerações finais

Partimos aqui de uma rápida recuperação dos dados que explicitam a assimetria das posições de mulheres e pessoas racializadas, nas piores posições em termos de remuneração e condições de trabalho, em um mercado de trabalho no geral já marcado pela precariedade estrutural. O que intentamos fazer a seguir foi buscar referências que nos permitissem caminhar da descrição à interpretação analítica desses processos.

É possível reconhecer dificuldades significativas em pôr em prática estudos históricos ou sociológicos que tenham em conta as múltiplas e diversas dimensões constituintes das relações sociais capitalistas e da classe trabalhadora, assim como seus impactos no mercado de trabalho, no sentido da diferenciação, divisão e hierarquização. Por outro lado, mesmo sem dar conta de aprofundar análises de todas essas dimensões, é essencial levar a sério a presença e a forma concreta de combinação do conjunto desses elementos estruturantes da exploração, alienação e opressão nas relações sociais capitalistas em cada formação social específica.

A conclusão lógica, a partir de uma abordagem totalizante – que enfatiza as articulações indissociáveis entre gênero, raça e classe na própria constituição das relações de trabalho no capitalismo – é a de que, embora a luta por direitos (buscando atenuar as desigualdades presentes no mercado de trabalho) seja um instrumento importante para responder a necessidades imediatas e para a conscientização de trabalhadoras e trabalhadores a respeito das suas experiências de exploração e opressão, não há caminho para a superação de fato dessas experiências que não passe pela superação da totalidade das relações sociais que as engendram.

Referências

BAKAN, A. Marxismo e antirracismo: repensando a política da diferença. *Outubro*, n. 27, p. 45-76, nov. 2016.

BANNERJI, H. Construindo a partir de Marx: reflexões sobre "raça", gênero e classe. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, 2022.

BHATTACHARYA, T. (org.). *Teoria da reprodução social. Remapear a classe, recentralizar a opressão*. São Paulo: Elefante, 2023a.

BHATTACHARYA, T. (2023b). Como não deixar a classe de lado: reprodução social do trabalho e a classe trabalhadora global. In: FERNANDES, Flávia; ARAÚJO, Bárbara (Orgs.). *Gênero, raça e reprodução social*. São Paulo: Usina Editorial, 2023b.

CARCANHOLO, M. D. *Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx*. Madrid: Maia Ediciones, 2017.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, F. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FERGUSON, S. *Women and work: feminism, labour and social reproduction*. London: Pluto Press, 2019.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Indicadores IBGE*. Rio de Janeiro, 2 sem. 2024.

JONES, C. Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 25(3), set.-dez. 2017.

MARX, K. *O Capital: Livro I*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

MARX, K.; ENGELS, Friedrich. *A Guerra civil dos Estados Unidos*. São Paulo: Boitempo, 2022.

MOURA, C. *O Negro, de bom escravo a mau cidadão*? 2. ed. São Paulo: Dandara, 2021.

MOURA, C. *Racismo e luta de classes no Brasil.* Parnaíba: Terra sem Amos, 2020.

MUSTO, M. (Org.). *Trabalhadores, uni-vos! Antologia política da I Internacional.* São Paulo: Boitempo, 2014.

OLIVEIRA, D. de. *Racismo estrutural*. Uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Dandara, 2021.

POST, C. Marxismo e a questão racial. In: FERNANDES, Flávia; ARAÚJO, Bárbara (Orgs.). *Gênero, raça e reprodução social*. São Paulo: Usina Editorial, 2023.

Relações étnico-raciais e mundo do trabalho no Brasil: contribuições a partir de Clóvis Moura

Danilla Aguiar

Introdução

O presente artigo é fruto de um projeto de investigação que busca mapear as contribuições de autoria negra para a interpretação do Brasil, compreendendo obras que oferecem outras perspectivas de leitura das dinâmicas sociais do país, em especial da sofisticação dos processos de (re)produção de desigualdades, das resistências a partir da inclusão da raça como uma variável significativa desse processo. Com este objetivo, nos amparamos fundamentalmente nas ideias de Clóvis Moura (1925–2003), na efeméride de seu centenário de nascimento, um dos mais importantes sociólogos, historiadores, jornalistas, escritores e militantes marxistas brasileiros, com grande destaque na análise da questão racial no Brasil.

Não menos importante, a discussão aqui apresentada também resulta do diálogo estabelecido na mesa "Trabalho e marcadores sociais de desigualdades", realizada no Encontro Intermediário da ABET/UFPB, que teve como tema "O futuro do trabalho em debate: por um olhar periférico". O mote geral do evento reflete uma guinada necessária e acertada: o mundo do trabalho lido a partir da nossa particular formação econômico-social. A formação econômico-social do Brasil, assim como de toda a América Latina em geral, é considerada "particular" porque, embora inserida no capitalismo mundial desde a colonização, não seguiu os mesmos caminhos que os países ditos centrais, sejam da Europa Ocidental ou dos Estados Unidos.

Essas regiões do chamado Sul Global são consideradas periféricas não por serem naturalmente atrasadas, mas porque foram historicamente estruturadas nessa posição pela colonização, pela exploração e pela lógica do capitalismo global. Parece-nos muito relevante destacar, a partir da perspectiva

do trabalho, as ferramentas funcionais ao capitalismo para explorar, dominar e hierarquizar populações. E, na esteira dessa reflexão, o racismo tem um lugar central.

Para o marxismo, a base de qualquer formação econômico-social é o modo de produção que, por sua vez, "condiciona em geral o processo da vida social, política e intelectual"; assim o modo de produção ganha formas determinadas, concretas e históricas em cada sociedade (Marx, 2003, p. 47). A categoria formação econômico-social ou formação social diz respeito às diferentes relações de produção, e, na América Latina, onde a economia capitalista atua junto às formas de produção pré-capitalistas com setores mais desenvolvidos, se expressa no desenvolvimento desigual e combinado e no racismo estrutural. Por exemplo, para análise das relações sociais de produção no Brasil, é preciso destacar o profundo impacto da colonização, da escravização e as suas consequências a partir dos processos de exploração econômica, como a prática de latifúndio, monocultura, trabalho compulsório, ausência de uma burguesia autônoma, heterogeneidade estrutural e, claro, observar como eram baseados em relações hierarquizadas racialmente.

A vida republicana dos nossos países latino-americanos continua mantendo-nos em uma situação semelhante à da conquista, demonstrando que nesta fase superior do capitalismo, a imperialista, a exportação dos capitais torna-se um fenômeno predominante e que se realiza para além da partilha territorial, uma partilha econômica do mundo. Nesse ínterim, estas chagas sociais da colonização e escravização marcam decisivamente a especificidade do capitalismo latino-americano e da constituição da exploração sob as bases racistas de não branquitude, que nos permite perceber a atuação do imperialismo junto às opressões diversas.

A formação econômico-social brasileira gerou uma periferia moderna e arcaica ao mesmo tempo, rica em recursos e desigual, produtiva e subordinada. Isso explica, em grande parte, os dilemas históricos do desenvolvimento brasileiro e da América Latina em geral. Dentre estes, a divisão racial do trabalho demonstra que desde suas origens coloniais até o neoliberalismo atual, o capitalismo tem se apoiado em classificações racialistas.

Em alguns debates com colegas docentes, discentes, interessados ou inseridos nos estudos do trabalho no Brasil, temos chegado à seguinte conclusão: há uma lacuna sobre o aspecto racial nos estudos e pesquisas sobre o mundo do trabalho no Brasil, indicado, muitas vezes, como um dos principais

"marcadores sociais de desigualdade e da diferença". E, mesmo em concordância com tal afirmação, é necessário dizer que, na verdade, esta lacuna sempre existiu.

A premissa de que esta lacuna sempre existiu tem como pano de fundo uma questão interessante porque, geralmente, se tem como foco, no mundo do trabalho, aqueles trabalhadores que em algum momento tiveram direitos. Nesse sentido, mencionava-se corriqueiramente os trabalhadores do "chão de fábrica". Agora, olhamos para o desmantelamento das regulações do trabalho, para o trabalho plataformizado, para as novas dinâmicas da informalização e precarização das relações de trabalho, que incluem mudanças na formalização, jornada, salários, entre outras.

Mas, e aqueles/aquelas que, historicamente, já não possuíam direitos? Como o mundo do trabalho se apresenta no Brasil para a população negra? Guiados por estas questões, lançamos a hipótese de que a divisão racial do trabalho não é apenas um marcador da desigualdade e das diferenças nas sociedades periféricas, mas é o aspecto central para entendermos nossa realidade.

Na esteira desta reflexão, Clóvis Moura é considerado um intelectual pioneiro ao demonstrar que o racismo não é apenas uma herança cultural ou moral, mas uma estrutura social profundamente ligada ao capitalismo e à luta de classes. E Moura nos lança uma tese controversa e provocativa, quando afirma que há uma História do Trabalho no Brasil ainda não escrita (Moura, 1995). O que o autor piauiense pretende destacar são as complexidades e ausências interpretativas na compreensão da história do trabalho no Brasil, especialmente em relação à escravidão e à resistência dos trabalhadores negros, considerando também suas contribuições na construção do país.

Pretendemos, então, abordar essa sua provocação crítica e profundamente política. Com ela, Moura denuncia a maneira como a historiografia tradicional – especialmente a oficial, branca e elitista – apagou ou distorceu a participação dos negros, indígenas e não-brancos na construção do país, especialmente como sujeitos históricos do trabalho e da rebeldia. Ao passo que apresenta uma interpretação pioneira e radical do Brasil negro, com ênfase na potência do povo negro, nas produções de escritores negro(a)s, além de expressarem uma dimensão de agência, ao proporem uma inflexão teórica que desloca a condição de objeto de enunciação para sujeito do próprio dizer, esses autores reconfiguram o quadro marcado pelo epistemicí-

dio, pelos silenciamentos e pela ausência de representação epistemológica, introduzindo novas problematizações e possibilidades interpretativas sobre o país.

O que são os chamados "marcadores sociais da desigualdade e diferença"?

É costumeiro encontrar, enquanto perspectiva movimentada no campo de estudos sobre as desigualdades sociais, os chamados "marcadores sociais da diferença". Teoricamente, tratam-se de ferramentas analíticas utilizadas para entender como se estruturam as desigualdades em sociedades como a brasileira, onde a herança da colonização, da escravidão e da dependência ainda determina quem tem acesso à vida digna e quem é descartado.

São vários os chamados "marcadores sociais da desigualdade e diferença", e, entendemos que estas categorias sociais organizam e hierarquizam a sociedade, produzindo desigualdades estruturais a partir de relações sociais, e que atuam a partir de critérios como classe, raça, etnia, gênero, sexualidade, religião, nacionalidade, território, deficiência, entre outros. A exploração econômica na América Latina não pode ser compreendida isoladamente, ela está interligada a múltiplas opressões, e entender a estrutura das desigualdades sociais e como elas se manifestam na realidade latino-americana e brasileira tem sido fundamental em áreas como a sociologia, os estudos pós-coloniais, a agenda decolonial e os estudos da teoria crítica. Essa articulação pode ser entendida fundamentalmente por meio de três grandes pilares: a exploração de classe, o racismo estrutural e a colonialidade, e o patriarcado e a opressão de gênero.

A partir da Sociologia, para o primeiro pilar, temos as contribuições da teoria marxista e o destaque conferido para a luta de classes enquanto motor da história, compreendendo que as relações sociais no modo de produção capitalista invariavelmente geram exploração de classe. Para a interpretação do Brasil sob esse prisma, não podemos deixar de mencionar as formulações de Florestan Fernandes, que analisa como aqui a abolição da escravidão não significou cidadania e democracia para a população negra, e sim uma transição para uma nova forma de opressão sob a sociedade de classes. De acordo com o sociólogo brasileiro, a nova ordem social, regida pela dinâmica internacional, transformou a estrutura social do país, desorganizando e apartando as potencialidades dos negros no Brasil (Florestan, ([1965] 2021). Contribuiu para que nos centros de debate sociológico se alargassem as discussões sobre a presença do negro enquanto ator na for-

mação econômico-social do país, bem como a visão crítica sobre o "velho" mito da democracia racial, que impede a consciência objetiva do racismo e o conhecimento direto de suas práticas concretas.

Nesse sentido, o critério racial sempre foi determinante na distribuição de posições na estrutura de classes. Um critério tão importante que não pode ser subordinado na estratificação social como uma variável de menor impacto (Hasenbalg, 2022). Carlos Hasenbalg, por sua vez, ressaltou a importância da racialidade na hierarquização social, partindo de dois fatores principais, "ambos relacionados à estrutura desigual de oportunidades de mobilidade social depois da abolição", que condicionariam as desigualdades raciais: a desigual distribuição geográfica de brancos e não-brancos no país[1], bem como as práticas racistas do grupo social dominante (Hasenbalg, 2022, p. 112-113).

Já a teoria da dependência, com Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra como grandes propagadores na sua versão marxista, postularam a coexistência de um centro (norteador do desenvolvimento) com uma vasta e diversificada periferia possuidora de um desenvolvimento atravancado por essa relação – geradora da concentração de renda em escala mundial. Marini, com a teoria da superexploração do trabalho, em *Dialética da Dependência* (2000), mostra que o trabalhador periférico é mais explorado que o do centro capitalista, visto que nas economias dependentes – como a brasileira – não reproduzem o capitalismo da mesma forma que os países centrais. Elas são marcadas por formas mais violentas, intensas e desiguais de exploração da força de trabalho. Destaca três formas principais de superexploração: através do aumento da jornada de trabalho, da intensificação do ritmo de trabalho e do pagamento abaixo do valor da força de trabalho.

Nos países dependentes, essa prática não é exceção, mas a regra do funcionamento do capitalismo local. Para a Teoria Marxista da Dependência, o subdesenvolvimento não é atraso, mas parte da lógica do capitalismo global. Marini rompe com a ideia de que países como o Brasil são "atrasados" e precisam "se desenvolver" como os países centrais. O subdesenvolvimento, seria, nesse sentido, uma forma específica e funcional de desenvolvimen-

1. Nesta reflexão, Hasenbalg esmiúça as divisões regionais no país, advindos de processos de incentivos ao desenvolvimento econômico, marcadas também por um processo de imigrações distintas (uma mão de obra remunerada, de trabalhadores europeus e, claro, a mão de obra que não "servia" para ser remunerada, da população ex-escravizada).

to dentro do capitalismo dependente. Por sua vez, com a "dialética da dependência", mostra que os países dependentes não são simples reflexos dos centrais, mas têm uma dinâmica própria de reprodução do capital (Marini, 2000). Estão ligados estruturalmente ao centro, mas com formas específicas de exploração.

Do segundo pilar, com as chaves de leitura do racismo estrutural e a colonialidade, podemos destacar as contribuições do sociólogo peruano Aníbal Quijano (1928-2018), que propõe o conceito de "colonialidade do poder", mostrando como as hierarquias coloniais de raça e cultura persistem até hoje. Com tal conceito, propõe o debate sobre a raça enquanto perspectiva fundante de uma classificação social na América latina. Essa relação social advertida por Quijano confere um salto qualitativo ao entendimento da particularidade do racismo atrelado ao capital, colaborando com uma leitura estrutural sobre o capitalismo na América Latina. O racismo assumiria, em nossa formação social, uma face da alienação e essa, mesmo partindo de base material, ramifica-se em finalidades ideológicas, políticas e culturais de classificação e hierarquização. A colonialidade significaria a legitimação das antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade numa perspectiva moderna, amparada na divisão racial do trabalho (Quijano, 2005).

Recentemente, Silvio Almeida apresentou o conceito de Racismo Estrutural, conferindo ao aspecto racial uma análise enquanto elemento essencialmente político, sendo fundamental para o refinamento conceitual de racismo "condicionado a uma estrutura social previamente existente" (Almeida, 2020, p. 47). Com a contribuição desses percursos conceituais e metodológicos, evidencia-se a necessidade de estudar o racismo enquanto relação social que participa da estrutura da sociedade, um processo político e histórico, que envolve também nossa subjetividade. Ou seja, as leituras de racismo institucional e racismo estrutural permitem que a crítica "se volte ao sistema que produz os sujeitos raciais e, com eles, a desigualdade" (Almeida apud Bonilla-Silva, 2020, p. 13).

Lélia Gonzalez, por sua vez, discute o racismo à brasileira como elemento estruturante da sociedade e conecta racismo e sexismo nas experiências das mulheres negras. Em meados da década de 1970, estava produzindo interpretações do Brasil importantíssimas, pensando inclusive estratégias de emancipação. Apresentou a maneira que raça e gênero atuaram como alicerce do poder colonial para o desenvolvimento do capitalismo. Indica-

va a importância de o povo conhecer sua própria história. Desenvolveu a categoria político-cultural de amefricanidade, uma crítica duríssima ao imperialismo, uma ferramenta para pensar epistemologicamente a dinâmica particularmente nacional, importante demais para pensar a luta de classes no Brasil (Gonzalez, 2020). Em sua longa produção, Gonzalez se preocupou em desvendar as interseções entre raça, classe e gênero. E, ainda, entender como o racismo faz parte do indivíduo brasileiro enquanto uma "neurose cultural", que ele não é explícito, mas é pontuado na dinâmica das relações. Esse lugar de poder nas relações também é estabelecido, para a autora, via patriarcado. Busca, então, entender de que maneira raça e gênero atuaram como alicerce do poder colonial para o desenvolvimento do capitalismo.

Interpretação esta que também nos leva ao terceiro pilar, com a opressão patriarcal e de gênero nas sociedades periféricas, cabendo destaque, além de Lélia Gonzalez, à Heleieth Saffioti, enquanto pioneira no Brasil em relacionar capitalismo e patriarcado como sistemas entrelaçados e que se reforçam mutuamente. Ela foi uma das primeiras a defender que não se pode entender a opressão das mulheres apenas como questão cultural ou ideológica – é preciso inseri-la na estrutura de classes e na divisão social do trabalho. O patriarcado não seria apenas uma herança do passado, mas um componente estrutural do capitalismo moderno (Saffioti, 2013).

Racismo e mundo do trabalho: a leitura mouriana

Voltando ao tema principal, que envolve fundamentalmente a interseção entre classe e raça, é importante frisar que ao abordarmos a questão da raça, fazemos no sentido político do termo[2], questão central que estrutura não só as relações cotidianas, mas também as desigualdades sociais, e estabelece ainda o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, marcado pela colonialidade e classificação racial. Por isso, uma mínima atenção à divisão social do trabalho no Brasil nos dá a percepção de que há uma contraditória relação entre os trabalhadores negros e os trabalhadores brancos, e em uma escala superior de degradação do trabalho as mulheres negras, criando um gradiente de hierarquização funcional à reprodução ampliada do capital.

2. Com sua estratégia de reintroduzir a ideia de raça como elemento unificador e coletivo – e não mais de inferiorização – reivindica a politização deste termo que passa a ser um signo coletivo de identidade diaspórica.

Essa contradição já foi apresentada por alguns destacados sociólogos brasileiros, incluindo os/as intérpretes negros/as do Brasil. Para a sociologia crítica de Clóvis Moura, o tema do trabalho é central, especialmente quando articulado com as questões de raça, escravidão e exploração capitalista. Moura foi um dos pioneiros no Brasil a analisar a inserção dos negros no mundo do trabalho de maneira crítica, dialética e interseccionando raça e classe. Ao mesmo tempo, denunciou a cumplicidade dos intelectuais tradicionais que corroboravam a criação e manipulação de uma ideia do negro inferiorizado, derrotado e inapto ao trabalho assalariado (Moura, 2020). E que, consequentemente, aniquilaram nossa história integral, a história de resistência e do verdadeiro povo criador do país, que trabalhou de forma não remunerada por quase 400 anos, e que lutou contra níveis de exploração sucessivos que apareceram.

Clóvis Moura nos adverte sobre a hierarquização racial na sociedade brasileira e como essa relaciona com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre (Moura, 2023). Fala, em *História do negro brasileiro* ([1981] 2023), sobre o bloqueio, a fronteira propriamente racial, que exclui os trabalhadores negros recém libertos e define os rumos da nação. Essa marginalização dos negros no Brasil não é uma consequência casual da história, mas um produto direto da estrutura econômica e social do país, que se manteve desde a colônia até os dias atuais – com o racismo como um mecanismo de controle social e de manutenção da exploração de classe.

Há, por um lado, a exclusão desses trabalhadores pelo Estado e, ao mesmo tempo, este mesmo Estado se volta para outros grupos, incentivando o branqueamento e a imigração. Esse é um momento chave da história da sociedade brasileira e do mundo do trabalho. A condição dos negros deve ser analisada na interseção entre raça e classe, pois a exploração econômica sempre esteve associada à racialização da força de trabalho. Para Moura, o trabalho negro no Brasil começou sob a forma de trabalho compulsório escravizado – e esse modelo fundou as bases do capitalismo brasileiro: "O negro escravizado foi o principal produtor de riquezas durante os três primeiros séculos da história do país" (Moura, 2023, p. 51). O Brasil se inseriu no sistema-mundo como exportador de produtos primários (açúcar, ouro, café), e isso exigiu mão de obra barata e racializada. Nesse movimento, Moura critica a noção de que a abolição teria levado à "libertação" do trabalhador negro. Para ele, houve uma reorganização da exploração. A abolição de 1888 não foi acompanhada de políticas de inclusão (como reforma

agrária, acesso à educação ou crédito), tampouco o trabalhador negro foi incorporado de fato ao mercado de trabalho formal ou industrializado.

A opressão racial não é um mero resquício de uma sociedade escravista superada pelo capitalismo e sim um elemento que constitui o próprio modo de produção capitalista. Sendo assim, um desenvolvimento das forças produtivas sob essas relações não traria a superação do racismo e sim a construção de um processo que retroalimenta essa opressão. Além disso, a República adotou políticas de branqueamento da força de trabalho, favorecendo a imigração europeia e marginalizando os negros. A chamada "liberdade do trabalho" foi, para os negros, apenas a "liberdade para a fome e o subemprego". A estrutura do mundo do trabalho no Brasil – desde o período colonial até a modernidade – tem sido usada para manter a população negra em posições subordinadas. Moura argumenta que a hierarquização do trabalho é também uma hierarquização racial, onde o branco é o trabalhador valorizado, técnico, qualificado, enquanto o negro é associado ao trabalho braçal, perigoso, subalterno. Essa divisão racial do trabalho reforça o racismo estrutural, ou seja, a forma como o racismo se expressa ideologicamente, em termos jurídicos, políticos e também na economia.

Outra obra fundamental para a abordagem mouriana sobre o mundo do trabalho é *Sociologia do Negro Brasileiro* ([1988]2020), livro lançado no centenário da abolição, em que o autor explica como o racismo estrutura o mercado de trabalho, a política e as instituições. Moura enfatiza que mais de 300 anos de trabalho forçado de africanos e seus descendentes foram tratados não como trabalho, mas como "parte do passado escravocrata", desvinculado da história do capitalismo e da formação da classe trabalhadora brasileira. A escravidão, para Moura, foi a forma original de inserção do negro no mercado de trabalho – uma inserção forçada, racializada e brutal, mas ainda assim central.

Após a abolição, não houve mudanças significativas, pois o racismo continuou a operar no Brasil e, mais ainda, foi essencial para subordinar a população negra ao trabalho forçado, precário ou informal, mesmo após a abolição. O entendimento de que há uma divisão racial do trabalho que organizou o mercado é fundamental em sua obra. Além das posições subalternas, essa operacionalização racializada também naturaliza a desigualdade, impedindo a solidariedade entre os trabalhadores. Assim, o racismo serve, entre outros objetivos, para fragmentar a classe trabalhadora e manter a superexploração do negro.

No caso da realidade étnico-racial como formativa da sociedade brasileira, uma sociedade pós-escravista que continua a racializar parcela significativa da população, há o que Moura chama de barragens estruturais à população negra, diante de nossa "falsa abolição", o não acesso à terra, à educação e ao emprego continuaram operando no capitalismo dependente brasileiro (Moura, 2020). Esse conceito se refere aos mecanismos sociais, econômicos, políticos e ideológicos que impedem a ascensão dos negros na estrutura de classes brasileira. Argumenta que a abolição da escravidão foi incompleta e excludente, e que após ela, impuseram-se essas "barragens" como parte da lógica de reprodução do racismo estrutural no Brasil pós-escravidão.

O autor aborda a "herança da escravidão", não como única explicação para a persistência do racismo e das desigualdades raciais, mas sim como elemento dinâmico que atualiza os mecanismos de barragem à ascensão social do negro na sociedade de classes. E, na esteira dessa reflexão, destaca o mundo do trabalho, a partir da leitura da dependência, apresentada anteriormente. Sofisticando as contribuições da tradição marxista da teoria da dependência, Moura confere importância decisiva à racialidade como vínculo indissociável da imperialidade. Na realidade do trabalho livre e da igualdade jurídico-política, a contradição estabelecida entre as relações étnico-raciais foi necessariamente a saída para o rebaixamento salarial dos trabalhadores.

Havia necessidade da existência de uma grande franja marginal – outro conceito bastante relevante apresentado por Moura – capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Trata-se de um conceito para descrever a posição ocupada historicamente pelos negros no mercado de trabalho. Essa franja foi ocupada pelos negros, gerando uma contradição suplementar (Moura, 2020). É uma espécie de zona social em que o negro está integrado economicamente, mas sem acesso aos direitos plenos, ao passo que vive à margem do sistema formal, em ocupações precárias, informais ou subalternizadas, e é funcional ao capital, uma mão de obra barata, flexível, descartável.

Moura mostra que essa inserção marginal e subordinada não é acidental, mas uma estratégia do capitalismo dependente racializado. Esta situação conforma a precarização das condições de trabalho do negro já nesse período, quando é exposto à situação de desemprego, subemprego e ociosidade permanente, compondo a superpopulação relativa. No debate da dependência, não há como não destacar a superexploração, que tem implicações

diretas e indiretas que afetam a remuneração dos trabalhadores, levando ao desemprego estrutural e à restrição da participação da classe trabalhadora no processo de circulação do capital, inclusive como consumidores.

As formas de superexploração, seja pelo pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor, pelo prolongamento da jornada de trabalho ou pelo aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais, encontram-se de forma potencializada pela dinâmica da opressão racial. No mundo contemporâneo, podemos acrescentar outros elementos, como transferências desiguais de valor, seja com os serviços da dívida pública, royalties, patentes, persistência do latifúndio, entre outros.

Em termos de barreiras relacionadas à questão racial, ainda podemos acrescentar, além da ausência do direito à educação e a precarização da educação, a impossibilidade de acesso ao patrimônio, à propriedade, à terra, ao direito à herança. Para Moura, não há verdadeira emancipação da classe trabalhadora no Brasil sem a libertação dos trabalhadores negros de suas condições históricas de opressão. É claro que o processo de acumulação tem desdobramentos sobre as classes sociais e, em especial, quanto à classe trabalhadora; que, na sociedade capitalista, expressa disparidades econômicas, políticas e culturais, mediadas por relações generificadas e racializadas.

Com essa reflexão, o autor insere o negro na luta de classes brasileira, rompendo com a narrativa liberal ou paternalista. Por isso o tema da rebeldia, da revolta e da organização coletiva da população negra se faz tão importante. Ele argumenta que quilombos, fugas, revoltas e insurreições de escravizados foram formas de luta por outra organização do trabalho, por autonomia e liberdade. Resistências que não são reconhecidas como formas de luta de classe, porque o trabalhador negro é historicamente excluído da narrativa do "trabalhador brasileiro".

Para Moura, escrever a verdadeira história do trabalho no Brasil exige incluir o negro como protagonista da resistência ao trabalho escravo e à superexploração no pós-abolição. Decisivamente, Moura se junta à uma tradição negra radical que é crítica às narrativas eurocêntricas – que marginalizam ou distorcem as contribuições afrodescendentes. Ao traduzirem as demandas do povo negro, os autores dessa tradição são assim reconhecidos, em nossa hipótese, por reivindicar unidade entre teoria e prática, vinculando-se efetivamente na luta contra a colonização, o imperialismo, a exploração e a violência. Podemos citar, como parte desta tradição radical

afro-latino-caribenha Eric Williams, Cedric Robinson, C. L. R. James, Oliver Cox, George Padmore, e a brasileira Lélia Gonzalez, entre tantos outros que enfatizaram a ligação orgânica entre colonialismo, racismo e capitalismo. Evidenciaram a importância de compreender como o legado colonial e a lógica capitalista continuam a perpetuar desigualdades raciais e de classe no Brasil e na região.

Conclusões: capitalismo racial e o Brasil

O debate público sobre raça, racismo e antirracismo no Brasil, sem dúvidas, está no seu auge. Como conquista de uma luta importante e histórica encabeçada pelo Movimento Negro, e, ainda, impulsionado pela crescente presença de pesquisadores negros/as/es nas universidades públicas, pelas políticas afirmativas e de reparação[3] e também pelo mercado editorial, em relação a temas e interpretações a partir da ótica racial.

Observamos a temática ganhar espaço nas universidades, na mídia, nas instituições – inclusive as de fomento à pesquisa. Trata-se, enquanto desafio, de politizar e direcionar esse debate. Até para compreender a realidade brasileira no cenário de crise estrutural do capital, um movimento que requer reflexões mais abrangentes, olhando desde o nosso passado colonial, escravista, e como essas chagas sociais impactaram e impactam a sociedade de classes contemporânea, estruturando todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo.

O atual contexto de estrangulamento da dependência, o desemprego, o subemprego, e as condições mais precárias de trabalho também se apresentam aos sujeitos a partir de sua racialização. Fica assim exposta a funcionalidade do racismo ao capitalismo, principalmente na sua face dependente.

3. Referimo-nos especificamente às ações afirmativas voltadas para educação no Brasil, como a Lei 10.639/03 (complementada pela Lei 11.645/08, que inclui a temática indígena), sancionada em janeiro de 2003, e à Lei 12.711/12, conhecida como lei de cotas para as universidades e institutos federais, sancionada em agosto de 2012. A primeira, altera a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional/LDB, tornando obrigatório o ensino de História da África, Cultura Africana e Afrobrasileira em todo o sistema educacional brasileiro, mudando de forma transversal o currículo escolar. Já a segunda, estabelece a reserva de vagas para estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas nas instituições federais de ensino superior do Brasil, com uma divisão adicional para aqueles que se autodeclaram negros ou indígenas, levando em consideração a renda familiar dos candidatos, priorizando aqueles que pertencem a famílias de baixa renda, visando a promoção da igualdade de oportunidades e a inclusão social no ensino superior. As ações afirmativas atuam pensando na coletividade, em indivíduos que potencialmente são socialmente discriminados, podendo ser entendidas tanto como uma prevenção à discriminação, quanto como uma reparação de seus efeitos.

Racializa uma parcela da população, reproduz ideologias de inferiorização, concentra de forma majoritária nas piores ocupações laborais, ou fora do mercado de trabalho e na informalidade. É o que alguns autores chamam de Capitalismo Racial[4], conceito que começa a ser trabalhado para interpretação também da realidade brasileira (Braga, 2023). O conceito de capitalismo racial foi apresentado por Cedric J. Robinson (1940–2016) em sua obra seminal, *Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition* (1983) – recentemente publicada em português (Robinson, 2023) –, que tem como tese central que o capitalismo sempre foi moldado por hierarquias raciais. Influenciou e tem influenciado uma geração de pensadores antirracistas, marxistas negros e teóricos decoloniais. Sua obra é leitura obrigatória para quem busca entender como o racismo não é um acidente do capitalismo, mas uma engrenagem central do seu funcionamento histórico.

Moura nos advertiria que o resultado dessa relação orgânica vai aparecer, em grande medida, não só na condição histórica da população negra no país, mas também nos atuais números do censo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2022, que mostram que a população negra continua a ser a mais afetada pelo desemprego e ganha menos por hora trabalhada, por exemplo (IBGE, 2023). Além do fato de serem os mais pobres e estarem majoritariamente em ocupações informais.

A luta de classes é o motor da história, mas enfrentá-la exige mediações táticas, e, entre elas, o enfrentamento ao racismo estrutural que impõe barragens à maioria da população negra é fundamental. Relacionar a superexploração da força de trabalho, o racismo estrutural e o patriarcado moderno enquanto categorias é um esforço necessário para captar não só as minúcias circunscritas à questão social no Brasil, ao mundo do trabalho, mas também para compreender as determinações da própria formação social brasileira.

Enquanto se discute hoje na academia uma agenda de pesquisa decolonial, Moura foi pioneiro em enfrentar a incumbência de "fazer a história dos heróis da plebe no Brasil" (Moura, 1995). Esse movimento executado pelo intelectual piauiense dá fôlego a uma tradição marxista que destaca a

4. Cedric Robinson encontrou intelectuais que usavam a frase "capitalismo racial" para se referir à economia da África do Sul sob o Apartheid. Ele o desenvolveu a partir da descrição de um sistema *específico* de entendimento da história *geral* do capitalismo moderno. O capitalismo e o racismo, em outras palavras, não romperam com a ordem antiga, mas evoluíram para produzir um sistema mundial moderno de "capitalismo racial", dependente da escravidão, violência, imperialismo e genocídio (2023).

importância do rompimento com o historicismo unilateral, ou, em termos gramscianos e relacionais, a importância de elucidar a História da classe dominante e das classes e grupos subalternos. Sua ousadia reside, então, em apresentar os povos "sem história" fazendo história. A racialização e a colonização – enquanto instrumentos de dominação mercantil e capitalista na nossa sociedade – foram geradoras, também, da resistência, do quilombismo e da tradição radical negra. Temas que o marxismo ortodoxo, no Brasil, não enfrentou. Por isso, a práxis-teórica de Clóvis Moura se faz indispensável ao diálogo no campo do pensamento social latino-americano, que tem discutido temas caros à nossa realidade como o subdesenvolvimento, a dependência e o racismo enquanto particularidades do capitalismo no Sul Global. Neste sentido, Clóvis Moura é a grande expressão de um marxismo negro radical e particularmente brasileiro.

Referências

ALMEIDA, S. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

BRAGA, R. A *Angústia do Precariado*: Trabalho e Solidariedade no Capitalismo Racial. São Paulo: Boitempo, 2023.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Contracorrente, 2021.

GONZALEZ, L. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

HASENBALG, C. Racismo e desigualdades raciais no Brasil. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Brasil: Censo Demográfico 2022 – Resultados preliminares e definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 maio 2025.

MARINI, R. M.. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, K. *O capital*. Crítica da Economia Política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Livro I, v. 1, 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOURA, C. A História do Trabalho no Brasil ainda não foi escrita. *Revista Princípios*, n. 37, p. 51-57, maio-jul. 1995. Entrevista concedida a Pedro de Oliveira e Bernardo Joffily. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moura/1995/07/historia.htm> . Acesso em: 25 nov. de 2024.

MOURA, C. *A Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2020.

MOURA, C. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Dandara, 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

ROBINSON, C. J. *Marxismo Negro: a criação da Tradição Racial Negra*. Tradução de Fernanda Silva e Sousa, Caio Neto dos Santos, Margarida Goldsztajn. São Paulo: Perspectiva, 2023.

SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

"Desde que nasci eu trabalho": reprodução social e trabalho de auxiliares gerais

Alessandra Renata Geremias
Manuella Castelo Branco Pessoa
Paulo César Zambroni de Souza

Introdução

Este capítulo tem como objetivo analisar como a raça, classe e gênero estão presentes na relação entre trabalho e saúde mental de mulheres que exercem o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais em Unidades de Saúde da Família. Parte-se de uma pesquisa de doutorado realizada pela autora principal, que investigou a relação entre trabalho e saúde mental de mulheres que atuam como auxiliares de serviços gerais nas Unidades de Saúde da Família em uma capital do Nordeste[1], destacando como as dimensões de classe, gênero, raça e sexualidade influenciam essa dinâmica (Geremias, 2025).

A literatura e as estatísticas revelam o que já nos é evidente em nosso cotidiano, o trabalho de limpeza e conservação de ambientes domésticos e institucionais no Brasil é, predominantemente, realizado por mulheres, sobretudo mulheres negras. Segundo o Ministério do Trabalho (2022), em 2022, 72% das pessoas ocupantes das vagas de faxineira/o eram mulheres, dentre elas, 54% mulheres negras. Tais dados revelam na realidade a continuidade da predominância feminina no setor. Saffioti (1976) chama a atenção para o início do século XX, onde as estatísticas da época indicavam que 54% do total de mulheres classificadas como economicamente ativas estavam no trabalho doméstico remunerado. Gonzalez (2020), por sua vez, nos traz que em 1950 o censo apontava que 90% das mulheres negras realizavam prestação de serviços pessoais. Embora em se tratando de épocas tão dis-

1. A não identificação do estado em que a pesquisa foi realizada visou resguardar o sigilo e a privacidade das participantes, em conformidade com o Art. 40, VI, da Lei n. 14.874, de 28 de maio de 2024, que dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

tintas, tais dados revelam não apenas a prevalência histórica do trabalho de limpeza entre mulheres, especialmente as negras, mas também os desafios enfrentados por essas trabalhadoras em relação ao reconhecimento e à valorização de suas funções.

Nesse sentido, pensar as dimensões de gênero, raça, classe e sexualidade se faz necessário. Chamamos a atenção sobretudo para a necessidade de enfocar a racialização e suas reverberações no mundo do trabalho. Como afirma Bento (2002), a forma como a sociedade pensa e localiza a racialização auxilia a construção de uma visão de ser humano e mundo moldados por esta. Assim, considerar a branquitude como atuante subjetivamente, é pensar por que se pensa o branco como referência, estabelecendo um lugar hierárquico concreto e simbólico (Bento, 2002).

Esse elemento subjetivo interfere nas ações dos gestores nos processos de avaliação da força de trabalho, como seleção, promoção, treinamento, demissão e resolução de conflitos institucionais. Gonzalez e Hasenbalg (1982) não nos deixam esquecer que as tentativas de dissociar a posição social da cor das pessoas no Brasil apenas fortaleceram as hierarquias. Assim, o preconceito e a discriminação raciais não desaparecem com o fim do regime escravista, apenas assumem novas formas na sociedade capitalista.

É nesse ponto que questionamos: de que modo as desigualdades de raça, classe, gênero e sexualidade presentes na realidade repercutem na relação entre saúde mental e trabalho das auxiliares gerais? A partir dessa questão, a investigação analisou como a inserção histórica dessas mulheres no trabalho de limpeza, um setor predominantemente desvalorizado, interfere diretamente em sua saúde mental, dentro e fora do ambiente de trabalho.

Para acessar e analisar tais questões, utilizamos as lentes teóricas da Teoria da Reprodução Social (TRS). Enquanto uma perspectiva feminista marxista, a TRS busca explicitar o trabalho humano como central na constituição e reprodução da totalidade da sociedade capitalista, dando ênfase à interdependência entre a produção de bens e serviços e a produção da vida. Isso porque, para que a força de trabalho que produz riqueza e oferece serviços seja mantida, ela depende da reprodução da vida social, a qual ocorre por meio de uma série de processos contínuos e inescapáveis, como a gestação, a lactação, o preparo de alimentos, a limpeza, o cuidado com crianças e idosos e o suporte emocional (Bhattacharya, 2023). Toda essa teia de processos acontece majoritariamente dentro das famílias, mas, como veremos ao lon-

go deste capítulo, depende também de equipamentos como escolas, hospitais e unidades de saúde, nas quais atuam as participantes desta pesquisa.

"Por que é natural que ela seja servente nas escolas, supermercados, hospitais etc.?"

Esse subtítulo remete a um questionamento feito por Lélia Gonzalez na obra "Por um Feminismo Afro-Latino-Americano" (2020, p. 76). Aqui trazemos como indagação, não no sentido de esgotar o debate, mas sim de instigar e pensar sobre as mulheres que neste capítulo falam conosco, a partir do lugar do trabalho que realizam como auxiliares gerais.

Lélia nos convida a pensar sobre o papel da mulher negra na sociedade brasileira: "mulata, doméstica ou mãe preta". Quando analisamos a estrutura social do Brasil, não se pode apagar o papel do processo de colonização nesta. Logo, cabe refletir sobre o papel que a mulher negra tem ocupado ao longo da história. São papeis sociais geralmente vinculados à subalternidade, sobretudo porque são aceitas majoritariamente em atividades vinculadas ao doméstico, ao cuidado privado, à submissão em relação aos patrões, sendo invisibilizadas e naturalizadas nessas funções. No carnaval, são objetificadas, tratadas como mulatas: "de repente, a gente deixa de ser marginal, para se transformar no símbolo da alegria, da descontração, do encanto especial do povo dessa terra chamada Brasil" (Gonzalez, 1980, p. 239).

Passada essa época, estão de volta ao papel da submissão, da mãe preta que muitas vezes embala a criança que não é sua, mas que crescerá se constituindo também a partir dessa estrutura social. Logo, essas mulheres têm aí seu papel estratégico de reprodução e manutenção de linguagem e tradições culturais ancestrais negras. Lélia nos convoca a reivindicar nossa amefricanidade, a se entender como continente negro e indígena, a enxergar os processos violentos que estão no centro da construção dessa miscigenação racial vivida em nosso país e continente. A partir daí se trata de compreender e assumir que vivenciamos o que ela nomeou de "racismo de negação", que cria o mito de harmonia entre as três raças, mas que na verdade enaltece a branquitude e promove o apagamento do não branco (Gonzalez, 2020).

Ao nos debruçarmos na produção de conhecimento sobre o trabalho de limpeza e a articulação com as dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade, a partir de uma revisão integrativa da literatura, os achados foram

no mínimo curiosos. As buscas foram realizadas entre setembro e outubro de 2023, nas bases de dados SciELO, CAPES e LILACS. Como descritores tivemos: "serviço de higiene OR serviço de limpeza", "trabalho de limpeza AND terceirização", "trabalho de limpeza AND saúde do trabalhador', "Servicio de limpieza en hospital" e "Cleaning service". Os critérios de inclusão foram: (1) estudos qualitativos e quantitativos realizados no Brasil e em outros países latino-americanos; (2) artigos completos disponíveis em português, espanhol ou inglês, e (3) estudos nos quais a temática central foi o trabalho de limpeza.

Inicialmente foram identificados 2.171 artigos, que após retirados os duplicados restaram 188 produções. Após a leitura dos resumos destas, restaram 70 publicações que foram lidas na íntegra para avaliar a elegibilidade. Destas, foi possível identificar informações referentes ao gênero, no entanto, não houve aprofundamento da categoria a partir de uma fundamentação teórica que respaldasse a discussão. A classe social também figurou na maioria dos estudos, reafirmando que o trabalho de limpeza é exercido por pessoas da classe trabalhadora e com baixa remuneração. Já a dimensão de raça/cor não compareceu na maioria dos artigos eleitos, estando presente em apenas 8 artigos do total das publicações.

Logo, percebe-se que os estudos brasileiros que têm como participantes trabalhadoras da limpeza não têm considerado, ou consideram de forma superficial, a raça/cor como indispensável para as suas análises. Nesse sentido, Eurico (2022) enfatiza a importância de se considerar a raça a partir da perspectiva da condição social e como esta tece processos de inclusão/exclusão. Tais elementos dão notícias de como permanece a valorização positiva ou negativa quando se pensa a partir da raça/cor, e como processos presentes em manifestações cotidianas racistas hierarquizam e destinam lugares sociais para cada grupo em particular.

Uma vez assumindo a dimensão da racialização como fator estruturante da sociedade brasileira, assume-se também a assimetria inerente a ela, necessária para o conhecimento da classe trabalhadora e para a elaboração de políticas públicas. Os desdobramentos da revisão integrativa demonstram tais elementos, embora não estejam suficientemente discutidos. Por exemplo, Rocha et al. (2018) destacam a prevalência de mulheres trabalhadoras na limpeza hospitalar no Brasil e na Espanha, destacando a desigualdade salarial quando comparada aos homens que trabalham no mesmo setor, bem como entre pessoas brancas e negras. Nos fazem atentar para a sobrer-

representação da população negra em empregos mal remunerados e em situações de maior vulnerabilidade econômica.

Os "distúrbios psíquicos" também emergem no estudo de Marconato et al. (2017), ao pesquisar trabalhadores e trabalhadoras de limpeza de uma unidade hospitalar. Tal inserção tem como cenário a baixa remuneração, a terceirização e a responsabilização das mulheres pelo trabalho reprodutivo. Já no estudo de Carvalho et al. (2013), ressaltaram a herança escravista no Brasil e seus reflexos no mundo do trabalho. Os autores, ao estudarem trabalhadores e trabalhadoras de limpeza hospitalar na Bahia durante a pandemia de Covid-19, associam a presença da população negra a funções subalternas, com baixas remunerações e desproteções trabalhistas.

Saindo do contexto hospitalar, Padilha (2014) nos chama a atenção para o processo de precarização do trabalho no tocante a trabalhadores/as de limpeza de shopping centers. Sobressaem-se as situações de sofrimento relacionadas ao trabalho, a baixa escolaridade, a situação de imigrantes para algumas delas, os baixos salários e as longas jornadas de trabalho. Para as trabalhadoras acessadas neste estudo, recaia também a culpa por terem filhos para sustentar sozinhas, a falta de desejo de ascensão e o julgamento negativo em relação a essa situação.

Nos artigos que chegaram a fundamentar a discussão sobre raça, contam-se histórias de diversas situações de violação de direitos. São sobretudo trabalhadoras que vivenciaram o trabalho infantil, uma escolarização comprometida pelo curto tempo de acesso e experiência prévia com trabalho doméstico remunerado. No momento das pesquisas, essas trabalhadoras encontravam-se ocupando postos de trabalho terceirizados, sendo ainda as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo em suas famílias (Campoli e Perosa, 2022; Dutra, 2020; Dutra, 2019; Souza, 2020; Veleda da Silva e Tédde, 2019).

Assim, como sinalizam Passos e Nogueira (2018), a terceirização tem rosto e tem cor: são mulheres, em especial negras, que estarão nesse protagonismo, vivenciando essa oportunidade de trabalho como a formalização possível de trabalho para elas. Os elementos aqui trazidos conversam com a pergunta que utilizamos neste tópico. De natural, o racismo não tem nada, mas demonstra a força do construído desde a colonização e seu ranço europeu. Tais elementos nos provocam a descristalizar a discussão, a trazer para a academia e para a comunidade esse debate. Trata-se de combater o violento e deletério racismo de denegação (Gonzalez, 2020), sem isentar o

Estado brasileiro da responsabilidade de buscar superar o racismo e suas consequências na sociedade.

A pesquisa como caminho para acessar as vivências

A pesquisa de campo desenvolvida ao longo deste estudo foi orientada por duas estratégias metodológicas principais: visitas à sede e às unidades de saúde de um distrito sanitário do Sistema Único de Saúde de uma capital da região Nordeste do país e a realização de rodas de conversa. Essas propostas visaram não apenas ao levantamento de elementos empíricos, mas também à construção de espaços de escuta, troca e análise coletiva sobre as vivências das participantes, e de diálogo sobre o trabalho reprodutivo remunerado como auxiliares de serviços gerais e aquele trabalho gratuito e contínuo realizado internamente em suas famílias. Compreender tais vivências, marcadas por sobrecarga, invisibilização e ausência de reconhecimento, exigiu uma aproximação sensível e comprometida com as subjetividades, articulando a dimensão singular à coletiva.

Foram convidadas a participar da pesquisa somente as mulheres contratadas por meio de uma empresa terceirizada para prestar serviços à Secretaria Municipal de Saúde de uma capital nordestina, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais nas Unidades de Saúde da Família e na sede administrativa de um distrito sanitário selecionado como campo da pesquisa. Importante destacar que, das 27 pessoas ocupantes desse cargo no distrito em questão, 25 eram mulheres.

O convite à participação na pesquisa foi realizado diretamente pela pesquisadora, com o apoio de estudantes de graduação bolsistas de iniciação científica, durante as visitas de campo às unidades de saúde. Todas as trabalhadoras foram localizadas e abordadas individualmente ou em duplas, nos casos em que havia duas profissionais atuando na mesma unidade. Nessas ocasiões, foram apresentados os objetivos da pesquisa, os procedimentos metodológicos previstos e as formas de participação. As visitas também possibilitaram contato com as gerências das unidades, permitindo a confirmação de informações previamente enviadas pelo distrito, como datas, horários e demais especificidades da pesquisa, bem como a articulação necessária para garantir a liberação das trabalhadoras interessadas em participar dos encontros.

Essas visitas às unidades de saúde foram realizadas nos meses de dezembro de 2023, março de 2024, agosto de 2024 e janeiro de 2025, abrangendo tanto a sede quanto as 17 Unidades de Saúde da Família (USF) vinculadas ao distrito sanitário. Ao todo, foram realizadas 56 visitas. Elas se constituíram como momentos fundamentais de aproximação com as trabalhadoras, permitindo a observação do ambiente de trabalho, o compartilhamento da rotina laboral e o contato direto com todas as trabalhadoras que atuam neste distrito, mesmo aquelas que não participaram posteriormente das rodas de conversa. Muitas dessas mulheres, apesar de não integrarem os grupos de discussão, acolheram a pesquisadora e compartilharam elementos relevantes para a análise, como a descrição da sobrecarga cotidiana, a invisibilidade de suas tarefas e a ausência de reconhecimento institucional e social.

Complementarmente, foram realizadas três rodas de conversa que se configuraram como um importante dispositivo metodológico, tanto para o levantamento de elementos a serem analisados, quanto para a constituição de um espaço coletivo de diálogo e reflexão. A escolha por essa estratégia se deu por seu caráter formativo e por seu potencial em fomentar a fala, a escuta, alterar percursos e forjar posicionamentos (Moura e Lima, 2014). Conforme argumentam Moura e Lima, a roda de conversa é um espaço que, embora comece como uma experiência individual, ressoa de forma coletiva, permitindo que subjetividades se encontrem e se fortaleçam.

Para a realização das rodas, as trabalhadoras foram organizadas em dois grupos, para os quais coletivamente escolheram os nomes de Flores Belas e As Coleguinhas. Cada encontro seguiu um roteiro contendo questões disparadoras e materiais de apoio voltados à promoção do diálogo. As primeiras rodas ocorreram em dezembro de 2023. No primeiro encontro, foram convidadas 13 trabalhadoras, das quais sete estiveram presentes; no segundo, das 12 convidadas, quatro participaram. Após sanar os requisitos éticos, o roteiro contemplou momentos de apresentação das participantes, a partir da pergunta "O que você quer que a gente saiba sobre você?", a escolha de nomes fictícios e a definição coletiva de um nome para o grupo. As discussões estiveram em torno das tarefas que compõem o trabalho das auxiliares de serviços gerais, as atividades visíveis e aquelas que permanecem ocultas do ponto de vista das/dos demais trabalhadoras/es da unidade, gestão da Secretaria de Saúde e da empresa terceirizada.

As segundas rodas de conversa foram realizadas em março de 2024, mantendo-se a mesma divisão dos grupos. No primeiro encontro, participaram

seis trabalhadoras; no segundo, outras seis estiveram presentes. Também com duração de duas horas, essas rodas tiveram como foco central a discussão das dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade e suas implicações sobre o trabalho desenvolvido pelas participantes. A questão disparadora proposta foi: "Existem pesquisas que mostram que o trabalho de limpeza é exercido majoritariamente por mulheres e que muitas delas são negras. Vocês já ouviram falar sobre isso? Por que acham que é assim?". Após essa primeira rodada de falas, foram apresentados materiais de apoio, como o conto Olhos d'água, de Conceição Evaristo, e trechos da pesquisa É casa, é luta, é o dia de amanhã, realizada por Lara Campoli e Graziela Serroni Perosa com trabalhadoras responsáveis pela limpeza de uma universidade no interior do estado de São Paulo, o que enriqueceu e aprofundou o debate sobre as similaridades das condições de vida e de trabalho.

Atendendo a uma solicitação das próprias participantes, foi realizada uma terceira roda de conversa, reunindo os dois grupos. Essa atividade oportunizou uma primeira devolutiva da pesquisadora, que apresentou seus destaques a partir dos temas e reflexões emergidos nos encontros anteriores. Para isso, foi produzido um vídeo com os principais pontos da análise parcial dos elementos levantados nas conversas, que foi exibido no início do encontro. Em seguida, o grupo foi convidado a comentar, refletir e discutir o conteúdo apresentado, em um processo de validação participativa e de continuidade do diálogo.

As trabalhadoras

As 14 participantes com quem se construiu a pesquisa a partir das rodas de conversa se autodenominaram como Lúcia, Margarida, Veia, Gó, Violeta, Girassol, Flor do Campo, Conceição Evaristo, Brenda, Carolina, Celinha, Cheyla, Flor e Maria. Todas se identificam como mulheres cisgênero e heterossexuais.

A totalidade das participantes nasceu na região Nordeste do Brasil. Essa origem comum regional remete a trajetórias sociais e históricas atravessadas por desigualdades de raça, classe e gênero, e explicitam também as desigualdades regionais que marcam o Brasil, especialmente no que tange à intensidade das precarizações do mundo do trabalho.

Essas desigualdades ganham contornos ainda mais nítidos quando observamos a autodeclaração de raça/cor: oito participantes se autodeclararam

como negras, entre pretas e pardas, e seis, brancas. A composição racial do grupo aponta para a presença majoritária de mulheres negras, reafirmando, mais uma vez, a centralidade da dimensão racial na conformação da força de trabalho alocada em ocupações socialmente desvalorizadas, como é o caso do trabalho de limpeza e manutenção. Essa presença majoritária dialoga com a provocação de Gonzalez (2020, p. 76), apresentada no início deste capítulo, sobre a naturalização dessas mulheres como prioritárias para os postos de trabalho reprodutivo remunerado, explicitando como a classe, raça e gênero são organizados no sociometabolismo do capital e estão presentes nas formas de inserção no mundo do trabalho.

A análise do perfil etário das participantes, que varia entre 25 e 72 anos, também revela dois movimentos: a entrada precoce no mundo do trabalho, mas sem vínculo empregatício, o que impõe uma permanência prolongada nesse tipo de atividade; e, ao mesmo tempo, a alta exigência física da atividade de limpeza, que contribui para o esgotamento precoce da força de trabalho dessas mulheres, que precisam continuar a trabalhar mesmo depois de idosas, seja para completar o tempo necessário à aposentadoria, seja para compor a renda familiar, diante da remuneração insuficiente que impossibilita a manutenção familiar.

Essas dinâmicas de trabalho se entrelaçam com a reprodução social internamente em suas famílias. Nesse sentido, 13 das participantes vivem com familiares (filhas/os, netas/os e/ou mães), sendo seis delas casadas, enquanto apenas uma reside sozinha. A maternidade, nesse contexto, é uma vivência comum à maioria das participantes: 13 delas são mães. Dentre estas, sete relataram que criaram – ou ainda criam – seus filhos e filhas sozinhas, sem o apoio constante do genitor dessas/es. Desse modo, o trabalho reprodutivo é uma constante para as participantes, pois, além da inserção no trabalho remunerado reprodutivo, assumem a responsabilidade quase exclusiva pelo cuidado e sustento de suas famílias.

Por fim, a escolaridade do grupo deixa nítidos os limites estruturais impostos por trajetórias marcadas por profundas restrições para a permanência na educação formal. O abandono escolar por trabalho infantil, casamento e maternidade constitui parte da vida dessas mulheres. Assim, quatro participantes têm o ensino fundamental incompleto, três concluíram o ensino fundamental, uma cursou o ensino médio de forma incompleta, cinco completaram o ensino médio, e apenas uma possui ensino superior incompleto.

Mulheres e o trabalho reprodutivo

Dois elementos centrais estiveram presentes em todos os encontros realizados com as Flores Belas e As Coleguinhas: o cuidado e as mulheres como principais referências na sua realização. As atividades reprodutivas, cotidianamente indispensáveis, foram constantemente abordadas nos diálogos grupais como parte da experiência não remunerada e remunerada de todas as trabalhadoras. Para cada uma delas, preparar as refeições, prestar assistência a crianças e idosos, e realizar a limpeza de ambientes faz parte do seu cotidiano, durante todo o dia e há anos.

A partir desses dois aspectos, outras questões emergem: Quantas demandas diárias estão envolvidas no que se nomeia como cuidado? Qual a relevância desse conjunto de atividades cotidianas para que as Flores Belas, As Coleguinhas, suas famílias e comunidades possam subsistir e continuar inseridas no funcionamento da sociedade? Por que, e em que aspectos, as experiências de cuidado diferem entre mulheres e homens? Como os processos de racialização e classe social estão presentes na reprodução social? Nessa direção, é pertinente trazer à discussão Tithi Bhattacharya, uma das importantes referências da TRS, que, ao analisar a dinâmica colocada pelo trabalho reprodutivo, propõe reflexões fundamentais para desnaturalizar as múltiplas e incessantes demandas que envolvem o antes, o durante e o depois de uma jornada de trabalho remunerada (2023, p. 18):

> (...) se o trabalho dos trabalhadores produz toda a riqueza da sociedade, então quem produz o trabalhador? Em outras palavras: quais processos permitem que a trabalhadora chegue às portas de seu local de trabalho todos os dias para produzir riqueza da sociedade? Qual o papel do café da manhã em sua prontidão para o trabalho? E a relevância de uma boa noite de sono? Entramos em águas ainda mais turvas se estendermos as perguntas para incluir processos que se dão fora da casa dessa trabalhadora.

Seguindo essa linha, Bhattacharya busca então recentrar o protagonismo de trabalhadoras e trabalhadores nos processos produtivos e reprodutivos de modo amplo, procurando desembaçar a complexa trama de relações humanas e processos sociais no capitalismo que possibilita que essas pessoas retornem diariamente ao seu local de trabalho, tendo em vista que o capital, mesmo usufruindo de tudo que ocorre fora dos espaços formais

de trabalho – o que é indispensável para regenerar a força de trabalho – reconhece apenas o trabalho produtivo voltado para o mercado e acumulação como legítimo. Isso promove a naturalização e a invisibilização das enormes quantidades de trabalho familiar e comunitário que sustentam a força de trabalho.

Uma das formas como isso se manifesta é relatada pelas participantes sobre o modo como elas se dedicam à garantia de alimentos e cuidados para suas famílias, mas não somente, estendendo o atendimento das necessidades reprodutivas a vizinhos e pessoas da comunidade. Elas mencionam, por exemplo, o compartilhamento da cesta básica recebida no trabalho para garantir a alimentação de outras famílias próximas às suas residências, ou a separação de materiais recicláveis no local de trabalho, para que possam ser recolhidos por outra trabalhadora que os venderá, a fim de garantir a sobrevivência de seu núcleo familiar. Tudo isso para que, enquanto força de trabalho, as/os membras/os dessas famílias estejam prontas/os para o dia de amanhã. Esse dispêndio, no entanto, não entra na conta do capital nem é reconhecido como um trabalho indispensável para a sua continuidade.

Mas, como vimos anteriormente, é por meio desse dispêndio naturalizado e invisibilizado que a conservação da produção capitalista se mantém. Ou seja, a permanência do circuito de valorização de capital está intrinsecamente ligada à renovação da força de trabalho, o que depende dessas atividades cotidianas de reprodução social, que são tomadas como dadas e ocultadas (Bhattacharya, 2023). Nesse cenário, se na economia formal se produzem bens e serviços, as trabalhadoras e os trabalhadores que os geram são, em grande medida, parte de um grupo baseado em relações de parentesco chamado família e, no interior dela, asseguram suas necessidades reprodutivas (Bhattacharya, 2023). Por isso, a TRS defende que a produção e a reprodução não devem ser analisadas de forma dicotômica, pois o sistema capitalista compreende tanto o trabalho que possibilita a produção de mercadorias quanto aquele indispensável para a produção das pessoas (Bhattacharya, 2023). Dentro desse complexo conjunto de relações sociais, o capital engendra a exploração, a opressão, a dominação e a alienação, todas inter-relacionadas ontologicamente (Ruas, 2020).

Nessa seara, Arruzza et al. (2019) apontam para um paradoxo fundamental à compreensão da dinâmica produção-reprodução capitalista: nesta sociedade, a busca incessante por maior valorização do capital é imperativa e pressupõe a necessidade da produção. Para que essa produção se mante-

nha, exige-se a sustentação de seres humanos; entretanto, a própria lógica sustentada por esse sistema dificulta que essa sustentação ocorra. Como afirmam as autoras (2019, p. 76):

> Empenhado em garantir para si mesmo um suprimento adequado dessa "mercadoria singular" ao preço mais baixo possível, o capital despeja o trabalho de reprodução social sobre mulheres, comunidades e Estados, o tempo todo, distorcendo-o em formas mais convenientes para maximizar seus lucros.

Essa contradição entre a necessidade de reprodução social e a lógica de acumulação de capital faz com que os processos que sustentam a vida sejam subordinados à produção de valor. Na realidade brasileira, essa situação se acentua pela característica dependente do capitalismo local, no qual a força de trabalho é superexplorada. No sentido das contribuições de Marini (2000), a superexploração ocorre na medida em que a classe trabalhadora vivencia diretamente a exploração e as injustiças do trabalho assalariado, sendo as trabalhadoras e os trabalhadores obrigadas/os a trabalhar diariamente além do necessário para suas necessidades básicas de sobrevivência, isto é, por mais horas e mais intensamente do que seria suficiente para sustentar a si mesmos, suas famílias e as bases de infraestrutura social, além de serem remuneradas/os abaixo de seu valor, o que cria uma severa limitação à garantia do que é necessário para a sua manutenção.

Isso significa que, se mundialmente a garantia do alimento na mesa, da moradia e dos cuidados de saúde, por exemplo, está sendo cada vez mais submetida ao mercado e limitada para o conjunto da classe trabalhadora (Arruzza et al., 2019), para a força de trabalho brasileira superexplorada os efeitos são ainda mais graves, especialmente para as frações mais empobrecidas da classe trabalhadora, como aquelas/es racializadas/os como negras/os, que ocupam os trabalhos com menor remuneração, física e mentalmente extenuantes, e que não possibilitam uma quantidade suficiente de recursos para a sua regeneração. Assim, trabalhando por mais horas, mais intensamente e sem os fundos básicos para restabelecer o corpo, há um esgotamento precoce da força de trabalho em países como o Brasil.

Por tudo isso, esse cenário particulariza e complexifica a associação entre mulheres e trabalho reprodutivo, que embora anterior ao sistema capitalista, é intensificada e assume novas nuances nessa conjuntura. Isso porque,

conforme estabelecem Arruzza et al. (2019), em sociedades anteriores não havia uma tentativa de separação tão nítida entre produção econômica e reprodução social: a casa e a unidade familiar eram lugares simultaneamente de produção e reprodução. Com o avanço do capitalismo, a produção desloca-se majoritariamente para fora dos lares, para fábricas, escritórios e minas, entre tantos outros, ou seja, para locais reconhecidos como econômicos e cujos trabalhos são remunerados.

A reprodução, por sua vez, permanece – embora não exclusivamente – no ambiente familiar, sendo feminilizada, permeada por sentimentos, identificada como cuidado, percebida como natural da maternagem, a ser realizada sem pretensão monetária, e no caso das famílias trabalhadoras brasileiras, com meios cada vez mais escassos para realizá-la. Desse modo, cabe às mulheres da classe trabalhadora, como as participantes dos grupos Flores Belas e As Coleguinhas, sob o véu do cumprimento do dever materno e feminino, proporcionar a preservação das pessoas de sua família, ainda que não contem, em diversos períodos, e isso foi explicitado pelas participantes, com o alimento para pôr à panela, a garantia do teto para moradia e o tempo disponível para cuidar de seus idosos e crianças.

A não exclusividade se dá porque, nessa configuração, a reprodução social nunca esteve circunscrita ao privado de cada moradia. Como vimos, ela se expande pela vizinhança, pelas comunidades e instituições como serviços de saúde, escolas, abrigos e restaurantes comunitários, mantidas no âmbito estatal, mas também exploradas como nicho de mercado (Arruzza et al., 2019).

É nesse ponto que se destaca uma característica da realidade das participantes da pesquisa no trabalho reprodutivo: são elas as responsáveis tanto pelo que é mantido dentro de suas famílias, quanto pelo que se estende à comunidade e também pelo que é realizado sob responsabilidade do Estado, em instituições como as unidades de saúde em que atuam como auxiliares de serviços gerais. A seguir, analisaremos essas três expressões do trabalho reprodutivo, intrinsecamente relacionadas às vida dessas mulheres.

Suas famílias

A trajetória de múltiplas responsabilidades reprodutivas tem início, para a maioria das participantes, na precoce responsabilização pelo trabalho doméstico familiar. Enquanto parte dos segmentos mais empobrecidos da

classe trabalhadora, essas trabalhadoras, desde a infância, têm suas histórias vinculadas ao trabalho reprodutivo de forma gratuita ou remunerada, revelando as nuances que constituem a superexploração da força de trabalho brasileira e as repercussões em seus núcleos familiares.

Desde os primeiros anos de vida, as participantes viram-se convocadas a assumir as demandas reprodutivas de suas famílias, como o relato de Flor explicita:

> Dos 9 para os 10 anos eu comecei a fazer o trabalho doméstico. Fui criada no interior, mamãe ficou viúva logo cedo, eu e minha irmã só tínhamos 5 anos, ela foi ensinando, passando pra gente: "minha filha, é assim". Ia pra roça, minha irmã não gostava muito de ir pra roça com medo de cobra, aí minha mãe dizia assim: "você vai ficar em casa, você tem medo de cobra". À minha irmã, ela ensinou a botar feijão no fogo, limpar a casa. Mamãe dizia: "vou pro lume, quando chegar de meio dia quero que esteja tudo pronto". A gente tinha 9, 10 anos, ficamos adultas, aprendemos, era solteira, quando me casei já sabia tudo, pra mim não foi problema nenhum cuidar de uma casa e de filhos (Geremias, 2025, p. 105).

Essa participação de crianças e adolescentes no trabalho reprodutivo é recorrente na vida de outras participantes. Margarida, por sua vez, reafirmou: "Eu fui criada assim, por mais que a gente estudasse, tinha aquela obrigação de limpar, limpar móveis, limpar a janela". Da mesma forma, Celinha relembra: "Faz tempo que eu trabalho, eu cozinhava, pra mim cozinhar, o fogão como era alto, tinha que botar (caixote para alcançar o eletrodoméstico)" (Geremias, 2025, p. 121).

Essa responsabilização precoce é uma realidade de crianças e adolescentes brasileiras da classe trabalhadora, especialmente as meninas. Nesse ponto, são relevantes as contribuições de Patriota e Alberto (2014) sobre o trabalho precoce no âmbito da reprodução. O trabalho infantil doméstico é reconhecido como uma das 93 piores formas de trabalho infantil[2], por seu

2. A Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho-OIT datada do ano de 1999 e regulamentada no Brasil pelo Decreto n. 6.481, de 12 de junho de 2008, trata das Piores Formas de Trabalho das Crianças e da Ação Imediata com vistas à sua eliminação. Entre os tipos de trabalho elencados estão a escravização, a venda e tráfico de crianças, a exploração e o trabalho doméstico. Ver detalhes em Decreto n. 6.481, de 12 de junho de 2008.

potencial prejudicial à saúde, à segurança e à moral das crianças e adolescentes que o realizam. São as meninas pretas e pardas das camadas populares as mais atingidas por este tipo de trabalho.

Para entender essa realidade, é importante considerar a necessidade de muitas famílias empobrecidas de que as crianças e adolescentes ingressem precocemente no mundo do trabalho, seja para contribuir financeiramente com a renda familiar, seja para assumir, de forma não remunerada, tarefas reprodutivas que permitam a uma outra mulher da família exercer o trabalho remunerado fora de casa. Patriota e Alberto também destacam a naturalização desse desempenho, visto como uma obrigação das mulheres da família, e o caráter disciplinador atribuído ao trabalho infantil para as crianças e adolescentes da classe trabalhadora, considerado como uma forma de afastá-las do envolvimento de atividades ilícitas[3].

Em estudo realizado em João Pessoa, Patriota e Alberto (2014) analisaram o trabalho reprodutivo exercido por crianças e adolescentes no interior das casas. O trabalho doméstico infantil examinado inclui as atividades assumidas por trabalhadoras precoces que, ainda muito jovens, participam ou são exclusivamente responsáveis pelo cuidado com as suas próprias residências, com familiares ou pessoas próximas, além da preparação de refeições para outras pessoas. Essas tarefas contribuem para a reprodução das famílias e permitem que a pessoa adulta responsável pela rotina de reprodução da família – em geral, uma mulher – possa vender sua força de trabalho.

As autoras destacam a invisibilidade desse tipo de trabalho infantil realizado de forma gratuita, pois nem sempre é considerado trabalho, sendo muitas vezes entendido como forma de socialização e formação. Nesse sentido, classificam três modalidades que permitem definir o trabalho infantil doméstico: a socialização, a ajuda e o remunerado. A modalidade de socialização compreende o trabalho realizado dentro da própria residência e é entendido como participação e aprendizado dentro da dinâmica familiar. A categoria ajuda abarca o trabalho realizado dentro da casa da própria famí-

3. Um elemento importante para esta reflexão é colocado por Gonzalez (2020), ao problematizar a construção social baseada no racismo, na qual crianças e adolescentes da classe trabalhadora – especialmente negras e negros – são conhecidos como "pivetes" e "trombadinhas" (p.40). Nessa lógica, a carteira de trabalho – a despeito de todas as dificuldades para o acesso a empregos formais – historicamente representou uma necessidade de vida ou morte (literalmente), funcionando como forma de evitar o enquadramento social como criminoso ou como desocupado potencialmente perigoso. Afinal, para a sociedade racista, como afirma Gonzalez: "todo negro é um marginal até prova em contrário" (p. 40). Por isso, cabe aos pais dessas crianças e adolescentes cada vez mais cedo inseri-las/os em ocupações.

lia ou de terceiros, em substituição à(s) pessoa(s) adulta(s) responsável(eis), possibilitando que esta(s) exerça(m) um outro trabalho remunerado produtivo ou reprodutivo. Já a modalidade remunerada refere-se ao trabalho desempenhado por crianças e adolescentes mediante algum tipo de remuneração – em dinheiro ou outra forma de retribuição –, sendo esta a que melhor explicita a relação entre a criança ou adolescente empregada e o/a empregador/a (Patriota e Alberto, 2014).

Outra consideração relevante é apresentada por Alberto et al. (2011), ao apontar que, em muitas trajetórias, o início das atividades no trabalho reprodutivo familiar não remunerado, realizado dentro de casa ou na residência da família extensa, antecede a inserção no trabalho doméstico remunerado. Cansaço, falta de tempo e prejuízos escolares são consequências recorrentes na vida de jovens trabalhadoras. Esses comprometimentos discutidos por Alberto et al. (2011) e Patriota e Alberto (2014) também se refletem na vida das participantes dos grupos Flores Belas e As Coleguinhas. Veia e Gó relatam que, desde a infância, cuidaram da casa e das/os irmãs/os mais novas/os, auxiliando suas mães. Ambas sinalizam que, logo no início do período de alfabetização, sua formação escolar foi impedida pela necessidade de permanecer em casa, assumindo as demandas de reprodução da vida familiar.

Os prejuízos escolares se estendem: oito das participantes interromperam o ensino formal antes de concluir o ensino médio, sendo que sete deixaram a escola durante o ensino fundamental. Ou seja, aproximadamente antes dos treze anos de idade, frequentar a escola deixou de fazer parte do cotidiano dessas crianças e adolescentes — hoje adultas —, enquanto o trabalho reprodutivo permaneceu. Classe, gênero e raça estão implicados nesse impedimento. Nesse ponto, vale resgatar uma consideração realizada por Gonzalez (2020, p. 41):

> E lutar pela sobrevivência significa, para tais famílias, apelar para todas as formas possíveis no sentido de conseguir alimento e permanecer em seu estado de fome congênita. Significa não poder deixar suas crianças irem à escola porque, também elas, têm que ajudar nessa luta pela sobrevivência.

Em consonância com essa análise, participantes dos grupos enfrentaram, desde muito cedo, restrições para aprender a ler, escrever e seguir seus es-

tudos. Foram vinculadas precocemente à profissão que hoje exercem, o que tem contribuído para o esgotamento de sua força de trabalho. Nesse sentido, é fundamental observar como, já nos primeiros anos de vida de pessoas da classe trabalhadora, como se exacerba no caso daquelas racializadas como negras, começam a despontar os indicativos do esgotamento precoce ao qual está exposta a força de trabalho brasileira superexplorada.

A superexploração do trabalho que atinge essas mulheres se particulariza em relações de domínio e opressão que as subalternizam, e está relacionada à degradação do que foi construído socialmente como feminino. É importante acrescentar que o processo de racialização vai complexificar essa questão. Nesse sentido, Oliveira (2021) elabora o conceito de cisheteropatriarcado. Para Oliveira, o cisheteropatriarcado apresenta-se nas práticas sociais e institucionais por meio da violência, da sexualidade, da cultura, da forma como o trabalho é social e sexualmente distribuído e do tratamento desigual e ultrajante dado às mulheres por uma condição de fêmea, e às pessoas transexuais ou transgênero pela recusa da designação sexual imposta ao nascimento (Oliveira, 2021).

Oliveira (2021) estabelece que, com a colonização empreendida no período de acumulação primitiva capitalista, as noções de cisnormatividade de mulheres e homens construídas no desenvolvimento patriarcal europeu são significativamente alteradas com a racialização. Como consequência disso, tem-se, por exemplo, a situação das mulheres escravizadas. Essas mulheres negras não foram socialmente identificadas da mesma forma que as mulheres europeias nem com a noção socialmente aceita de feminilidade a elas atribuída. Assim, mesmo tendo genitália feminina conforme a cisnormatividade dominante, as mulheres negras não foram imediatamente reconhecidas como mulheres, tampouco associadas aos atributos de fragilidade, delicadeza e impossibilidade de trabalhar fora de suas residências. Isso é indispensável à análise, pois, embora a reprodução de padrões coloniais não ocorra de forma idêntica na contemporaneidade, sua persistência marca a sociabilidade e complexifica a compreensão dessa dinâmica (Oliveira, 2021; Oliveira e Martins, 2023).

As considerações de Oliveira (2021) e Martins e Oliveira (2023) nos provocam a refletir sobre como as mulheres participantes da pesquisa, enquanto mulheres brasileiras da classe trabalhadora e, em sua maioria, racializadas como negras, não correspondem historicamente ao ideal de feminilidade e ao projeto da mulher esposa e dona de casa das classes dominantes. Contu-

do, como ilustra a história brasileira desde o período escravista, elas sempre foram convocadas à reprodução – de suas famílias, das famílias para as quais prestaram serviços e das instituições nas quais, como tenciona Gonzalez (2020), é "natural" que elas ocupem os cargos de serventes.

O trabalho reprodutivo remunerado e o vínculo com a comunidade

Assim, essa naturalização histórica de sua presença em atividades reprodutivas ultrapassa os limites do lar e da esfera privada, estendendo-se a espaços coletivos e institucionais. Embora uma parte vultosa das demandas reprodutivas seja suprida internamente nas famílias, essa não é uma forma exclusiva de satisfazê-las. Existem outros espaços e relações que asseguram a reprodução social, como sistemas públicos de saúde, educação, instituições de longa permanência, restaurantes e dormitórios comunitários, em parte mantidos pelo Estado e também podendo ser explorados mercantilmente. No caso das trabalhadoras participantes, a reprodução ocorre tanto internamente, em suas famílias, quanto em unidades de saúde, que são componentes importantes dos espaços de reprodução externos.

Ao longo das décadas, o Estado brasileiro tem destinado (ou deixado de assumir) recursos para a restauração de trabalhadoras e trabalhadores. Nessa realidade, as trabalhadoras deste estudo estão diretamente envolvidas, pois enfrentam as possibilidades e restrições para o atendimento de suas necessidades enquanto classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, são parte da força de trabalho que se encontra nos dispositivos públicos de atendimento dessas mesmas necessidades, subordinadas ao maior ou menor investimento público conferido a elas.

Veia proferiu, com bastante concordância de suas colegas de trabalho, a seguinte afirmação: "É serviço de casa, né?! Não faz quem não quiser fazer, porque a gente já sabe" (Geremias, 2025, p. 134). As trabalhadoras percebem que existe um fio condutor entre o trabalho na unidade e aquele realizado dentro de suas próprias casas. No imediato, o que deixa nítida essa conexão são as tarefas de limpeza e organização dos ambientes. Mas é então que, de forma menos aparente, outras pistas vão sendo colocadas por essas trabalhadoras nas rodas de conversa.

A participante Maria tece importantes considerações nesse sentido: "Às vezes a pessoa vai no posto, não é nem com queixa porque está doente, quer só uma palavra amiga e um abraço, às vezes só vão lá pra isso" (Geremias,

2025, p. 134). O diálogo aberto por Maria foi acompanhado pelas outras participantes com a identificação unânime de que o trabalho realizado por elas não estava restrito à limpeza. Cotidianamente, essas mulheres são buscadas por pessoas usuárias da unidade de saúde onde estão para uma conversa, ainda que breve, para um abraço, para um suporte emocional. Esse acolhimento e apoio são extremamente significativos para aquelas e aqueles que os recebem e, como demarca mos até aqui, para a participação dessas pessoas na dinâmica da sociedade. Mas é preciso ir além da aparência desse trabalho para que isso se explicite e para aproximar-se do que, no trabalho dessas mulheres, é marcadamente importante em sua atuação e para a manutenção dessas unidades enquanto espaços de reprodução social.

É interessante atentar para como esse suporte se espraia para além daqueles e daquelas que buscam atendimento dentro do funcionamento da unidade. Existem outras trabalhadoras e trabalhadores que se relacionam com a unidade por meio da limpeza urbana e que encontram nas participantes um ponto de apoio afetivo e material.

Como expresso pelas participantes Flor e Celinha, trabalhadoras e trabalhadores catadores de reciclagem apoiam-se de diferentes maneiras. Na relação com Flor, conseguem recolher elementos para enfrentar a desumanização que seu pertencimento de classe, raça, gênero e sexualidade lhes impõe.

Essas relações invisibilizadas na apresentação exterior da atuação de auxiliares de serviços gerais ocultam também a amplitude desse trabalho; por isso, interessa desenredar as características desse trabalho e recentrá-lo na unidade que se estabelece entre produção e reprodução.

É imprescindível manter em consideração que as unidades de saúde nas quais atuam as participantes estão situadas em um território extenso e que atendem bairros originados como ocupações, que não possuem reconhecimento legal do município e que, nas unidades, são nomeados como "áreas descobertas". Nesse território vivem diferentes segmentos da classe trabalhadora, para os quais as possibilidades de reprodução são agudamente restritas. As "descoberturas" que atingem a regeneração dessas pessoas, para além do atendimento clínico, demandam mais das unidades.

É a fome e a falta de garantia de alimentos que atravessam os muros das unidades e encontram nas participantes o provisionamento. São as limitações na moradia, a demanda por afeto, a vital necessidade de se afirmar como humano, a realidade com a qual as trabalhadoras convivem inteiramente,

dentro e fora do local de trabalho, de forma remunerada e não remunerada. Quando se paga, paga-se pouco, e a sobrecarga desse trabalho recai sobre essas mulheres. Nos dizeres de Violeta: "Eu não sinto muito cansaço, não. Agora, se eu me deitar... tem dia que eu chego muito cansada" (Geremias, 2025, p. 136). Nessa direção, Arruzza et al. (2019, p. 79) nos ajudam a refletir sobre esse "cansaço", neste longo fragmento:

> (...) o tratamento que o capitalismo dá à reprodução social é contraditório. Por um lado, o sistema não pode funcionar sem essa atividade; por outro, ele renega os custos desta última e confere a ela pouco ou nenhum valor econômico. Isso significa que as capacidades utilizadas para o trabalho de reprodução social não têm seu valor reconhecido, são tratadas como "dádivas" gratuitas e inesgotáveis que não exigem atenção ou renovação. Quando, por acaso, a questão é considerada, presume-se que sempre haverá energia suficiente para produzir mão de obra e sustentar as correlações sociais das quais a produção econômica — e, em termos mais gerais, a sociedade — depende. Na verdade, as capacidades de reprodução não são infinitas e podem se esgotar. Quando uma sociedade retira a sustentação pública à reprodução social e engaja suas principais provedoras em longas e cansativas horas de trabalho mal remunerado, ela esgota as próprias capacidades sociais de que depende.

Considerações finais

A busca por desenredar a complexidade do trabalho reprodutivo constitui o caminho percorrido por esta pesquisa na investigação da relação entre trabalho e saúde mental de mulheres que exercem a profissão de auxiliares de serviços gerais. Tal busca é mobilizada pela predominância, já apontada em estatísticas oficiais e estudos anteriores com essa categoria profissional, sobre quem é que realiza esse trabalho historicamente: continuam a realizá-lo a fração da classe trabalhadora composta por mulheres negras.

Nossos questionamentos iniciais nos levam a destacar que, para conhecer as desigualdades de raça, classe, gênero e sexualidade presentes na relação entre a saúde mental e o trabalho dessas participantes, o trabalho reprodutivo se apresenta como uma importante chave analítica. Isso porque esse trabalho, majoritariamente realizado por mulheres negras, é indissociável da riqueza socialmente produzida, ao possibilitar que as/os agentes centrais

desse processo, os seres humanos, sejam gestados e mantidos. Entretanto, ele é frequentemente ocultado e desvalorizado, o que necessariamente entra em questão quando falamos da constituição da subjetividade e da preservação da saúde mental dessas trabalhadoras.

Uma das formas de redução a que essas trabalhadoras estão expostas começa pela identificação de seu trabalho como restrito à limpeza e à conservação de ambientes. Ao analisá-lo sob a perspectiva da reprodução social, ampliamos sua compreensão e configuramos sua relevância: limpar e conservar espaços são, de fato, parte de suas atividades, mas sua atuação vai muito além. O que se preserva por meio de seu trabalho é a própria vida, a força de trabalho. Essa redução, somada à naturalização do trabalho reprodutivo, favorece o ocultamento do protagonismo dessas trabalhadoras, que extrapola os muros das unidades e de suas residências, sendo fundamentais para suas vizinhanças e as comunidades.

Ter em consideração essa magnitude vai também alargar a compreensão dos elementos que estão envolvidos quando pensamos no que ameaça a saúde mental dessas mulheres: a força de trabalho sendo consumida desde os primeiros anos da infância, o impedimento à escolarização, a responsabilidade de manter sua família em boas condições de vida sem recursos suficientes, e a necessidade de contribuir para que outras pessoas também se alimentem, recebam apoio afetivo e continuem a atuar no mundo.

Nos grupos, essas histórias foram compartilhadas, identificando os pontos em que elas se unem e estabelecendo bases para que as trabalhadoras continuem a resistir, como o fazem ao longo de suas trajetórias, mas agora juntas.

Referências

ALBERTO, M. de F. P.; SANTOS, D. P. dos; LEITE, F. M.; LIMA, J. W. de; WANDERLEY, J. C. V. O trabalho infantil doméstico e o processo de escolarização. *Psicologia & Sociedade*, Recife, 23(2), 293-302, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000200010>

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Tradução de H. R. Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

BHATTACHARYA, T. Mapeando a teoria da reprodução social. Tradução de J. Penna. In: Tithi Bhattacharya. *Teoria da reprodução social*: Remapeamento de classe, recentralização da opressão. São Paulo: Editora Elefante, 2023, p. 17-42.

BENTO, M. A. S. *Pactos narcísicos no racismo*: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CARVALHO, E. L.; CASTELLANOS, M. E. P.; TEIXEIRA, A. M. F.; LIMA, M. A. G. de; COULON, A. L. L. Trabalhadores de apoio de um hospital de referência na Bahia, Brasil, no enfrentamento da covid-19: essenciais e invisíveis. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 28(5), p. 1355-1364, 2023. DOI: 10.1590/1413-81232023285.10972022

CAMPOLI, L.; PEROSA, G. S. É casa, é luta, é o dia de amanhã: as auxiliares de limpeza terceirizadas da Unicamp. *Cadernos Pagu*, Campinas (65) e226515, 1-17, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449202200650015>

DUTRA, R. Q. Sobre educar (e ser educada por) mulheres trabalhadoras terceirizadas nos serviços de limpeza da Universidade Federal da Bahia: uma experiência de Extensão. *Revista de Movimentos Sociais e Conflito*, Goiânia, 5(1), 42-58, 2019. DOI: <10.26668/IndexLawJournals/2525-9830/2019.v5i1.5430>

DUTRA, R. Q.; COELHO, I. B. "Eles pensam que a gente é invisível": gênero, trabalho terceirizado e educação jurídica popular. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, 11(4), 2359-2385, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/44987>

EURICO, M. C. Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito raça/cor/etnia. *CFESS*, Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf>

GEREMIAS, A. R. *"Onde tem trabalho, eu tô vivendo"*: Saúde Mental e Trabalho de Auxiliares Gerais de Unidades de Saúde da Família no Nordeste sob as Dimensões de Raça, Classe, Gênero e Sexualidade. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, 2025.

GONZALEZ, L. A importância da organização de mulheres negras no processo de transformação social. *Raça e Classe*, ano 2, n. 5, 1980.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C.. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1982.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2020.

MARCONATO, C. da S.; MAGNAGO, A. C. de S.; MAGNANO, T. S. B. de S.; DALMOLIN, G. de L.; ANDOLHE, R.; TAVARES, J. P. Prevalence and factors associated with minor psychiatric disorders in hospital housekeeping workers. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, 51, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2016026303239>

MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. Guia Brasileiro de Ocupações, painéis de pesquisa As Ocupações e o Mercado de Trabalho (Assalariado Formal), 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyjrijoimzzkmzyznmytn2rhzc00otjlltgwodytmty3odcznmy2nwu4iiwidci6ijnlyzkyoty5ltvhntetngyxoc04ywm5lwvmothmymfmytk3ocj9&pagename=reportsectionde650100b92052c99c5a>

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. *Temas em Educação*, João Pessoa, 23(1), p. 98-106, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338>

OLIVEIRA, R. N. *Serviço Social, Classe, Gênero e Raça: Tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária*. Tese (Doutorado em Serviço Social), UFRN, Natal, 2021.

OLIVEIRA, R. N.; MARTINS, C. B. Diálogos feministas a partir da Teoria da Reprodução Social: por uma concepção unitária de classe, gênero, raça e sexualidade. *Germinal, Salvador*, 15(3), p. 50-74, 2023. Disponível em: <http://doi.org/10.9771/gmed.v15i3.57580>

PADILHA, V. Nojo, humilhação e controle na limpeza de shopping centers no Brasil e no Canadá. *Caderno CRH*, Salvador, 27(71), p. 329-346, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000200008>

PASSOS, R. G.; NOGUEIRA, Claudia Mazzei. O fenômeno da terceirização e a divisão sociossexual e racial do trabalho. *Revista Katálysis*, Florianópolis, 21(3), 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p484>

PATRIOTA, G. F. R.; ALBERTO, M. de F. P. Trabalho infantil doméstico no interior dos lares: as faces da invisibilidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro 14(3), p. 893-913, 2014. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812014000300011>

ROCHA, M. R. A.; MARIN, M. J. S.; MACIAS-SEDA, J. Condições de vida, trabalho e saúde mental: um estudo com trabalhadores brasileiros e espanhóis que atuam em serviço de limpeza hospitalar. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 25(10), 3821-3832, 2018. DOI: <10.1590/1413-812320202510.35912018>

RUAS, R. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. *Revista Direiro e Práxis*, Rio de Janeiro, 12(1), p. 379-415, 2020. DOI: 10.1590/2179-8966/2020

SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes*: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SOUZA, F. A. S. de; LEMOS, A. H. C. A origem como destino: trajetórias profissionais de faxineiras terceirizadas. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, Rio de Janeiro, 14(4), p. 74-92, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.12712/rpca.v14i4.45779>

VELEDA DA SILVA, S. M.; TÉDDE, R. M. As trabalhadoras negras em atividades de serviços de limpeza: um olhar que desvela. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, 10(1), p. 90-108, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.10.i1.0005>

VII

A JUSTIÇA DO TRABALHO COMO ARENA DE LUTA POR DIREITOS E FONTE DE PESQUISA SOCIAL

A contribuição oculta das trabalhadoras rurais na economia canavieira[1]

Christine Dabat

Introdução

Michelle Perrot, pioneira na história das mulheres e, em particular, das trabalhadoras, já falou da "invisibilidade" e do "silêncio" das fontes a seu respeito (Perrot, 2007, p. 16), propondo uma ruptura com esta tradição historiográfica para as europeias. São "sombras tênues" (Perrot, 1989, p. 9), "murmúrios" em casos de protestos. São, em geral, "vidas submersas no esquecimento no qual se anula a massa da humanidade" (Perrot, 2007, p. 16). É certamente o caso das trabalhadoras rurais, "as mais silenciosas das mulheres" (p. 110), e quanto mais em áreas geográficas (erradamente) consideradas periféricas.

No Brasil, a naturalização construída da produção açucareira na forma da *plantation* (Mintz e Wolf, 2010) manteve a narrativa eurocêntrica, apoiada no "bonde da história". No entanto, esse ambiente precocemente moderno, segundo Sidney W. Mintz, abrigou relações de trabalho muito específicas no sistema capitalista moderno (Wallerstein, 1990), inclusive para as mulheres. Todavia, como nos outros cenários, a presença destas foi ofuscada. Significativa é, por exemplo, a quase ausência de figuras femininas nas fotografias do setor considerado liderança na modernização. Kerolayne Correia de Oliveira estudou as raras imagens de assalariados rurais (dos anos 1930 aos 1950), em diversas obras e jornais (2022, p. 165). Sua análise se detém também nas formas de estetizar as figuras retratadas por artistas como Lula Cardoso Ayres (2022, p. 197-206).

1. Parte do presente texto foi apresentada oralmente no Max Planck Institute (2023). Agradeço as correções e sugestões de Espedito Rufino de Araújo, assim como os cuidados editoriais dos organizadores.

As múltiplas dimensões da riqueza secular do fabrico de açúcar (do ponto de vista empresarial) e a infinita miséria de seus produtores diretos de ambos os sexos, são traços reconhecidos. A formidável contribuição da parte feminina do contingente de mão de obra começa apenas a ser evidenciada graças a pesquisas utilizando novas fontes.

Há mais de vinte anos que o convênio entre o Tribunal Regional do Trabalho, 6ª Região, e o Laboratório de História e Memória – LAHM – da Universidade Federal de Pernambuco, sob a direção dos Professores Antonio Montenegro e Regina Beatriz Guimarães e de sua equipe, permite uma abordagem mais sólida e abrangente de um assunto que aparecia muito rara e pontualmente nas fontes anteriores. As pesquisas desenvolvidas a partir da análise abrangente de milhares de processos nas Juntas de Conciliação e Julgamento da Zona da Mata revelam, ano após ano, os múltiplos aportes que a "metade do céu" – diriam os chineses – garantiu, aqui também, à sua classe em situações sociais adversas a ponto de serem chamadas de "concentracionárias" (Ferreira F., 2022).

Os arquivos do TRT 6ª Região no LAHM

As fontes da Justiça do Trabalho permitem examinar com maiores detalhes as condições de trabalho de várias categorias de assalariados, urbanos, industriais e rurais. Pioneira nessa aventura, Magda Barros Biavaschi baseou em parte sua tese na riqueza das fontes primárias abrigadas no acervo do Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul (2007). Pesquisadores em vários estados contribuíram para este desdobramento da historiografia.

Desde 1963, ano da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, a instalação recente de Juntas de Conciliação e Julgamento em oito cidades da zona canavieira resultou num acúmulo de documentação sobre as relações de trabalho além do meio urbano privilegiado até então (Recife e Paulista já abrigavam suas JCJs): ou seja, compreendendo processos trabalhistas contemplando tanto homens como mulheres empregados no setor da agroindústria açucareira.

Essas fontes primárias possibilitam, entre outros, estudos por meio da história serial numa escala inédita. Como para os operários, empregados do comércio e até mesmo trabalhadores domésticos, os trabalhadores rurais aparecem doravante sob um prisma muito menos genérico do que antigamente.

Quanto às canavieiras, os arquivos da Justiça do Trabalho providenciam uma riqueza de informações outrora inexistentes. Alguns resultados de pesquisas recentes realçam ênfases diversas. Após uma pequena recapitulação historiográfica, examinar-se-á a proporção de mulheres nos canaviais; em seguida, suas principais queixas; o papel da violência na manutenção das relações de trabalho que as envolvem; enfim, a importante contribuição das mulheres à sobrevivência da força de trabalho por meio de exímias competências e realizações: não apenas no trabalho assalariado, mas ao utilizar o conhecimento acumulado de produção camponesa para providenciar alimentação e outras necessidades da vida cotidiana neste ambiente inóspito.

Contexto histórico

Como evocado acima, a naturalização da secular produção açucareira, na forma da *plantation*, foi paradoxalmente considerada "moderna". Nos últimos decênios, o Proálcool revestiu-a de trajes "ecologicamente corretos", com a produção de álcool combustível, bifurcação mais uma vez pesadamente financiada pelo Estado para o patronato, sem contrapartida equivalente para os trabalhadores (Barros, 2024).

No que diz respeito à mão de obra, Thomas Rogers (2009) inovou conceitualmente com o termo *laboring landscapes* (as paisagens que trabalham), para descrever a percepção patronal (portanto dominante) da região e de seus trabalhadores: ou seja, a visão das poucas famílias que detinham todo o poder e, sobretudo, o principal meio de produção – a terra – numa situação de concentração fundiária extraordinária. Ademais, eles divulgaram amplamente sua narrativa por meio dos programas escolares e mais geralmente da imprensa. José Lins do Rego (particularmente, 1965 e 1993) e Gilberto Freyre (1963 e 1989), nas suas abundantes (para não dizer redundantes) obras, teriam ilustrado a correta interpretação histórica da região e de sua atividade econômica principal: a suposta benevolência da classe dominante para com sua mão de obra, até mesmo no tempo da escravidão.

De fato, os colonizadores implantaram uma organização da produção alienígena (pacote tecnológico completo trazido de outras terras invadidas, além-atlântico) em terra brasileira, para a produção de uma droga exótica destinada à Europa, abastecendo em calorias rápidas operários e operárias da revolução industrial (Mintz, 1985; Dabat, 2020). Esta atividade é apresentada como óbvia, como se fosse surgida espontaneamente do meio natural da região.

Ora, o *plantationocene*, tal como definido por Dona Haraway e Anna Tsing (2019), assim como Wendy Wolford (2021), inaugurou seu reinado em Pernambuco, com traços constantes ao fio dos séculos até hoje: uso da força bruta (privada e estatal) para implementar dadas políticas; confiscação dos meios de produção, a começar pela terra, mas também a água, por exemplo (Melo, 2011); desmatamento e monocultura dominantes, a ponto de finalmente eliminar a cobertura vegetal de origem ou mesmo subsidiária como os sítios e roçados; sujeição da força de trabalho, inicialmente na forma radical da escravidão e posteriormente em diversas modalidades; manutenção destas populações num nível beirando a exaustão física, sem mesmo um patamar mínimo de alimentação; utilização do espaço como meio de manter esta sujeição (Ferreira F., 2022), com falta quase absoluta de alternativa empregatícia.

Este cenário permitiu que traços estranhos – numa sociedade que se reclama da herança do Direito romano – tenham permanecido: assim, a ausência de cadastro territorial à mão do Estado, bem como a prolongada mudez de quadro legal para o assalariamento de trabalhadores doravante "livres", da abolição da escravidão (1888) até o Estatuto do Trabalhador Rural (1963).

Aliás, a mais recente "modernização sem mudança", nas palavras de Eisenberg (1974), o já evocado Proálcool (1975), apenas acentuou a concentração da propriedade fundiária e acelerou a expulsão dos trabalhadores e de suas famílias – outrora moradores de engenho (Araújo, 1990; Rogers, 2022) – tornando-os trabalhadores pendulares ou mesmo migrantes ("clandestinos", "boias frias" (Sigaud, 1979). Também concluiu o desmatamento, resistindo aos instrumentos legais destinados a salvar os resquícios da cobertura vegetal (Momesso, 2011).

Desta feita, a monocultura combinada com um quase monopólio da propriedade da terra (Dabat, 2012) por uma classe numericamente pequena, mas poderosa pela sua posição secular no comando do Estado (excetuando-se os 14 meses do Tempo de Arraes (Barros, 2013), teve consequências amargas para a força de trabalho. Um dos traços mais dramáticos era a situação de miséria dos produtores da riqueza a ponto de desnutrição (Chaves, 2007), que afetava negativamente o desenvolvimento das crianças, por exemplo (Azevedo, 2023). Em diversas pesquisas de campo, foram reveladas carências muito graves. Um estudo realizado na Mata Sul pelo Instituto de Nutrição da UFPE, "revelou uma baixa ingestão calórica (muito inferior

à quota necessária ao metabolismo basal de um indivíduo em atividade), reduzida ingestão de proteínas (sobretudo as de origem animal) e de diversos nutrientes" (Chaves, 1982, p. 33).

A opção pela monocultura fez com que por volta de 70% da comida consumida na região fosse importada de outras regiões (Andrade, 1988), um dado curiosamente constante ao fio dos séculos. Sob outras longitudes, com características ambientais comparáveis, conseguem-se várias safras de comida por ano, como em vastas regiões do sudeste asiático. Mesmo nos períodos mais recentes, a desnutrição severa identificada por especialistas, como Malaquias Batista Filho, resultou em síndromes tão graves quanto as de Biafra, dos Iks ou do gueto de Varsóvia na Segunda Guerra Mundial (Scheper-Hughes, 1992, p. 137). O médico Josué de Castro (1967) havia também revelado que a seriedade da situação não era fruto de eventos extraordinários, como as situações de guerra acima evocadas. Era o cotidiano. Uma trabalhadora rural da Usina Mussurepe, Deolinda, em entrevista excepcional nas páginas do *Diario de Pernambuco* (por haver dado à luz trigêmeos), conta: "A gente come um dia e jejua no outro" (29.06.1946).

Entre os raros testemunhos autobiográficos, as memórias de Gregório Bezerra, nascido numa família cujos membros trabalhavam na cana, conta a dureza infinita da vida dessas populações que criavam a maior riqueza da região. Aos cinco anos, ele ficou uns tempos com sua avó.

> Não tínhamos mais nada para comer, nem mesmo uma vez por dia (...) Quando acordava, sentia uma roedeira dolorosa no meu estômago e começava a chorar. Minha avó levantava-se e aconselhava-me a esquecer a fome. Passava lentamente a mão no meu estômago, dizendo: "cum a gaça de Deus, a dó vai passá. Pensa em Deus, Grilo, que a fome vai-se embora". E começava a contar-me estórias que aprendera com seus pais e avós. Logo depois, a dor no meu estômago era mais violenta. Era uma roedeira cruciante. Eu fazia um esforço grande para não chorar alto, a fim de não acordar minha avó. Mas soluçava. Mais uma vez, ela vinha consolar-me. Eu calava porque sabia que ela também sentia fome e não chorava (Bezerra, 1980, p. 11).

É um exemplo das extraordinárias competências destas famílias, e particularmente das mulheres, em conseguir criar proteções mesmo simbólicas contra a violência das condições de vida. O futuro grande líder político

menciona com emoção os gestos e palavras ou canções que sua mãe utilizava para tornar a vida menos insuportável e compensar pelo carinho a compreensão, do ponto de vista de uma criança pequena, de um mundo que pode ser qualificado de infernal.

Outro exemplo famoso, registrado no filme *Cabra marcado para morrer*, é a cena em que Elizabeth Teixeira, outra líder do movimento de trabalhadores rurais (da Paraíba), distrai seus filhos cantando, em torno da mesa na sala da casa, enquanto os capangas dos latifundiários ameaçam invadi-la. Antonio Montenegro (2001, p. 182) evoca outros militantes entre os trabalhadores rurais, nos quais admira a "coragem desses homens e mulheres, que trespassavam o limite do medo da morte, da emboscada, do assassinato".

A brecha camponesa, parte oculta da *plantation*

Conhecida no Caribe como "*Brazilian System*", Ciro Flamarion Cardoso a batiza como "brecha camponesa" (Cardoso, 1987; Mintz, 2010), uma dimensão menosprezada das atividades produtivas na região. Lotes de terra eram cedidos como pagamento in natura aos trabalhadores rurais. Podiam plantar algumas espécies permitidas (pois havia cada vez mais proibições, como as bananas, temática de canções de mobilização no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais). As áreas em questão podiam se situar perto das casas das famílias ou em locais mais distantes, dificultando seu aproveitamento. A cessão da terra, como a da moradia, era precária e objeto de conflitos potenciais de consequências dramáticas. "Você não dorme mais aqui" era a temida sentença pronunciada pelo senhor de engenho ou administrador em caso de desentendimento com a família de trabalhadores, obrigada a juntar rapidamente seus parcos implementos de cozinha, roupas etc. para pegar a estrada e tentar encontrar outro engenho onde se empregar, abandonando as safras a serem colhidas.

As atividades produtivas em torno da casa – culturas alimentícias e pequena criação – estavam estreitamente associadas às tarefas domésticas, realizadas principalmente por mulheres e crianças. Qualificadas com um desdém dificilmente compreensível, constituíam a parte chave da "agricultura de subsistência", como se subsistir em tão adversas circunstâncias fosse uma realização menor. Ora, sua existência foi sempre decisiva para a sobrevivência das populações. Permitiram certa estabilização demográfica inédita fora das terras libertas dos quilombos, num grupo humano tão

explorado que mal conseguia manter seus efetivos após a interrupção do tráfico negreiro.

A riqueza da tradição camponesa – inclusive feminina – ainda está em fase de revelação (Figueiredo, 2010; 2017; Dabat, 2025), com implicações teóricas já apontadas por autoras como Silvia Federici, na instalação do sistema capitalista em escala mundial, que afetou primeiramente o acesso à terra e a condição feminina.

> Deveria parecer significativo o fato de a caça às bruxas ter sido contemporânea ao processo de colonização e extermínio das populações do Novo Mundo, aos cercamentos ingleses, ao começo do tráfico de escravos, à promulgação das Leis Sangrentas contra vagabundos e mendigos (2017, p. 293).

Documentação excepcional

Os arquivos da Justiça do Trabalho, por convênio LAHM – TRT 6a Região, abrigados na UFPE[2] (Montenegro, 2014), comportam mais de 200.000 pastas. Os processos tratam de homologação de rescisão de contrato (à iniciativa do patronato) ou reclamações feitas por um ou vários trabalhadores a respeito de sua contratação, remuneração etc. Alguns são enriquecidos por testemunhos e outros documentos complementares. As informações básicas sobre os trabalhadores envolvidos (nome, idade, sexo, tipo de emprego, alfabetizado ou não, morando no engenho ou nas aglomerações etc.), por mais tênues que pareçam, uma vez inseridas em tabelas segundo os princípios da história serial, permitem traçar um retrato do conjunto dos trabalhadores que não tem equivalente para a região.

Estudos já realizados dizem respeito a diversas sub-regiões da zona canavieira, bem como a vários períodos, do início dos anos 1960 aos anos 1980 (Ferreira F., 2009; Bezerra, 2012; Melo, 2018; Siqueira, 2020 e 2024; Araújo, 2021; Soares, 2020). Eles revelam detalhes das condições de sobrevivência da força de trabalho, assim como o desenlace destes processos frente à Justiça do Trabalho.

As informações assim colhidas e sistematizadas podem ilustrar traços conhecidos da situação, mas também revelar aspectos desconhecidos e mes-

2. Disponível em: https://memoriaehistoria.ufpe.br/

mo surpreendentes, como a presença de importantes contingentes de mulheres no seio da força de trabalho. Com efeito, a historiografia as considerava como fenômeno raro, senão excepcional.

Quantas mulheres!

Tradicionalmente, a historiografia sobre a produção de açúcar mencionava a presença de mulheres como restrita no que diz respeito à labuta nos canaviais. Houve casos divulgados por feliz acaso. Assim, Gregório Bezerra, nas suas memórias, contou sua vida de criança pequena num engenho onde ajudava a mãe, principal sustento da família. Testemunhou as ameaças à honra de suas irmãs mais velhas e o sutil mas firme posicionamento da mãe, tomando medidas imediatas para a salvaguarda de suas filhas, afastando-as da propriedade sob o pretexto da saúde da avó. Conta a imediata represália por parte do filho do senhor de engenho. Compreendendo o gesto de "minha mãe, cortou-lhe o fornecimento do barracão e ordenou-lhe tirar toda a lavoura do nosso roçado" (Bezerra, 1980, p. 43). Ou seja, privou a família de qualquer fonte de alimentação!

A modernização da parte industrial da produção de açúcar, o fenômeno usineiro, tornou este setor da produção um universo essencialmente masculino. Mas, na atividade agrícola, as mulheres estavam muito presentes, embora consideradas apenas como "ajuda" dos homens da família. No canavial, tinham a tarefa considerada secundária, embora crucial, de compor os feixes de cana, nos números e tamanhos corretos, para serem considerados na contabilidade do cabo e, portanto, valer para o pagamento.

Os números oficiais (o Censo de 1970, por exemplo) avaliavam que apenas 11,30% das pessoas ocupadas em atividades rurais eram mulheres (Siqueira, 2020, p. 79). Mas os arquivos do TRT mostram uma presença bastante superior. Em Escada, por exemplo, a presença das mulheres nos processos de 1963 a 1969, da Junta de Conciliação e Julgamento ali sediada, era de 20%, dentre os 753 envolvendo trabalhadores rurais (Ferreira F., 2009). Durante o primeiro semestre de 1974, Olívia Oliveira (2021) encontrou 23,3% de mulheres nos processos, na mesma região. Outros estudos, em outras áreas, confirmam números maiores do que aqueles habitualmente esperados: em Palmares e Catende, entre 1972 e 1975, dos 1.833 casos envolvendo trabalhadores rurais (de um total de 2.227 processos), 431 eram de mulheres, ou seja, 23,5% (Siqueira, 2020, p. 63). Dos 525 processos da JCJ do Cabo de Santo Agostinho, entre 1980 e 1985, 269 diziam respeito a

trabalhadores rurais (51,24% do total); entre esses, 27,14% envolviam mulheres (Bezerra, 2012).

Lara Soares, a respeito da Mata Norte, nos processos da JCJ de Goiana, mostra a presença de mulheres enquanto assalariadas, mas também enquanto esposas e viúvas de assalariados, "algumas vezes elas mesmas recorrendo à Justiça trabalhista quando seus esposos faleciam" (2020, p. 156).

Entrar na Justiça contra um empregador era muito difícil e perigoso, particularmente no período da ditadura. Consequências dramáticas e risco de vida advinham para os empregados que reivindicassem seus direitos. Portanto, pode-se supor que havia ainda maior proporção de mulheres nos canaviais em relação a seu número nos processos. A razão da diferença com os dados oficiais pode estar, de acordo com Socorro Abreu, no fato de que algumas mulheres se declaravam às autoridades como "donas de casa" (2005, p. 203), um fenômeno constatado recentemente no estado vizinho de Alagoas por Allan Queiroz (2023). Nesta dimensão também, a violência patronal (e estatal) funcionava intimidando os trabalhadores.

Essa violência sistêmica, e sua dimensão mais abrangente no caso das mulheres, foram teorizadas de maneira instigante por duas pesquisadoras do Sri Lanka, Rachel Kurian e Kumari Jayawardena. Numa conferência em Paramaribo (Suriname), a respeito do legado da escravidão e do trabalho sob contrato nas relações laborais atuais, as pesquisadoras apresentaram o conceito de "patriarcado da *plantation*". Propõem-no como "uma característica sistêmica da produção em *plantation*", ou seja, "sugere-se que as *plantations* eram, na sua essência, instituições patriarcais que incorporavam a discriminação de gênero no regime de trabalho e hierarquia social" (Kurian e Jayawardena, 2013, p. 3). Elas precisam: "Nessas circunstâncias, a subordinação das mulheres foi normalizada ideológica e estruturalmente; seu trabalho foi explorado como 'barato'" (p. 4).

Renata Siqueira realça a ocultação embutida nesta visão:

> O entendimento de que o local de trabalho por excelência das mulheres era a casa e, quando existentes, os sítios e roçados, fazia com que as atividades por elas desenvolvidas no campo fossem compreendidas como ajuda. Essa prática cultural era incorporada ao regime de trabalho e à organização das plantações e colocava as mulheres em uma posição de subordinação (2024, p. 109).

José Marcelo Marques Ferreira Filho (2022) evidenciou o isolamento como fator agravante, assim como a violência estrutural própria do modelo *plantation*. Deste modo, constata-se que a herança escravista no âmbito colonial português (remontando ao século XV), permaneceu vigente "mesmo após a abolição da escravidão" (Kurian e Jayawardena, 2013, p. 5).

As queixas

Como para os homens, a maioria das reivindicações das mulheres nas JCJs diz respeito à simples aplicação da lei: primeiro, o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), e a CLT à qual foi incorporado nos anos 1970, assim como as Convenções Coletivas e dissídios da categoria: salários; férias; 13º salário; aviso prévio em caso de demissão; reintegração; registro na carteira de trabalho; repouso semanal remunerado etc.

Para as mulheres, havia, obviamente, algumas reivindicações específicas: licença-maternidade; licença de saúde por questões muitas vezes relacionadas à gravidez e pós-parto (Siqueira, 2020, p. 78; Ferreira F., 2009, p. 56). Nestes processos, há indícios do nível catastrófico da saúde dessas populações, bem como suas consequências, reveladas num trabalho pioneiro de José Marcelo M. Ferreira F. (2012), a partir dos arquivos do então Hospital dos Trabalhadores do Açúcar, hoje Hospital Barão de Lucena. Todas as testemunhas afirmam a total falta de assistência médica nos lugares de trabalho (Dabat, 2012). Alguns destacados profissionais da saúde, como o Dr. Fernando Barbosa (2014) ou Malaquias Batista (1989), ambos entre os raros familiarizados com as circunstâncias concretas dessas populações, retratam o desamparo denunciado pelos trabalhadores.

Estudos recentes de Renata Siqueira (2020 e 2024) mostram a nítida política discriminatória de poderosas empresas que contornaram ilegalmente os dispositivos progressistas do ETR, o primeiro texto legal contemplando realmente o assalariamento rural, com garantia de salário mínimo. Foi negociada, no mesmo ano e com a mediação do governador Miguel Arraes e de sua equipe, a primeira Tabela de Tarefas, declarada "Tabela da Paz" (Barros, 2013, p. 164). Nela, são listados os diferentes tipos de tarefa no trabalho agrícola, assim como sua medição precisa equivalendo a uma diária de trabalho, tal como definida por Convenções Coletivas e Dissídios, a cada ano. Teoricamente, esta prática assegurava às mulheres o exato mesmo pagamento que aos homens para uma quantidade igual de trabalho. Reivindicação antiga das mulheres trabalhadoras em todos os setores e países,

esse princípio foi novamente promulgado pelo Presidente Lula em 2023, ou seja, 60 anos depois.

Mas os processos conservados no LAHM, bem como no próprio arquivo do TRT 6a Região, em Vitória de Santo Antão, provam que a aplicação dos dispositivos legais muito precisos não foi bem respeitada, sobretudo após o golpe militar de 1964. Doravante, nas palavras de um canavieiro, "quase tudo voltou ao que era antes", isto é, antes do "Tempo de Arraes", como passaram a chamar o "longo ano de 1963", da eleição desse governador até sua prisão (Barros, 2013; Dabat, 2021). 14 meses de normalidade republicana e legalidade até no campo, sem utilização da força policial a serviço do patronato, mas, segundo o seu chefe, Hangho Trench, em "processo conciliatório". O oficial continua: "Mas a polícia sempre foi mal usada. Vez em quando, tinha que retirar um delegado que estava instruído por pessoas para prender, espancar, coisas deste tipo" (1986, p. 10).

Esses tempos, sob a tutela do governador Miguel Arraes, deixaram uma lembrança bem viva, como foi explícito na greve de 1979, analisada pelo Professor Montenegro (2025), assim como na campanha de 1986, para a reeleição do governador deposto ilegalmente em abril de 1964. O papel do MSTR foi fundamental em todas as etapas, como demonstrou Socorro Abreu (2005), e sua participação do lado feminino dos associados realçada em estudos como o de Bezerra (2012) e Abreu (2006). Entre 1973 e 1979, Siqueira calculou que 43% das trabalhadoras que prestaram queixas nas JCJs contavam com a assessoria dos sindicatos. Como 33% dos processos estudados não apresentavam esta informação, a autora comenta: "Ao compararmos o quantitativo de canavieiras sindicalizadas com o número total da documentação, ou seja, 261 de 608, temos que entre todas as trabalhadoras – 30% delas– participaram de sindicatos" (2024, p. 109).

Durante o período ditatorial, na ausência de fiscalização e intervenção em todos os sindicatos da zona canavieira, além da brutal repressão a qualquer sinal de resistência, os empregadores não tiveram mais freios e conseguiram amplamente contornar a legislação.

Assim, os processos da JCJ de Catende mostram a ocorrência, a partir de 1967 até os anos 1970, de demissão sumária das trabalhadoras rurais "por serem mulheres", argumento explícito (Siqueira, 2020). Os documentos oficiais registram, deste modo, a privação de seu estatuto legal de assalariadas, com todos os direitos associados, enquanto seus parentes masculinos não sofriam a mesma sorte, ou pelo menos não na mesma proporção. Essas

mulheres continuaram, no entanto, a trabalhar nas mesmas funções e nas mesmas empresas enquanto "clandestinas" (Sigaud, 1979), isto é, sem a legalização de sua condição que lhes garantiria proteção legal completa.

Por exemplo, a Sra. Odete M. S. iniciou uma queixa (JCJ Catende, n. 417/73) na Junta de Conciliação e Julgamento de Palmares, no dia 25 de maio de 1973, com a ajuda de um advogado do Sindicato de Trabalhadores Rurais local, contra uma das usinas mais poderosas da região. A trabalhadora explicou aos juízes que trabalhara como canavieira de março de 1962 a setembro de 1967, no mesmo engenho. Ela havia sido demitida embora continuasse a labutar para o mesmo empregador, mas por meio de empreiteiros: "Trabalhou para a reclamada até 1967, quando foi despedida pela reclamada havendo recebido a importância de Cr$ 250,00, pagamento este realizado nesta JCJ". Os intermediários eram, geralmente, funcionários da usina que "iam buscar o dinheiro, aos sábados, nos escritórios da reclamada" (p. 6).

Embora possuísse uma carteira de trabalho assinada, n. 20043, série 026, não estava mais em dia por parte do empregador desde que havia perdido o contrato formal. Em outra audiência, em 20 de fevereiro de 1974, testemunhos foram ouvidos. O primeiro, do Sr. Pedro Luís O., um trabalhador rural de 60 anos, confirmou o que a Sra. Odete M. S. havia declarado, acrescentando: "A reclamante fez acordo de rescisão de seu contrato com a Reclamada, mais ou menos em 1966; que nessa ocasião tal rescisão de contrato foi feita com todas as mulheres dos engenhos que ele depoente conhece; que entretanto a Reclamante prestando serviço no engenho Limão para empreiteiros da Reclamada (...) que a Reclamante nunca passou algum tempo parada desde que homologou a rescisão de seu contrato com a Reclamada" (p. 9).

O segundo testemunho foi dado pelo Sr. Sebastião Antônio S., de 46 anos, outro trabalhador rural e vizinho "parede com parede", havia 10 anos, da Sra. Odete M. S. no engenho Limão, onde morava havia 24 anos. Ele confirmou também que "a Reclamante fez parte do grupo de mulheres que teve o seu contrato de trabalho rescindido em 1967 com a Reclamada sob alegação de falta de serviço no engenho para as mulheres; que entretanto a Reclamante continuou prestando serviços para empreiteiros da Reclamada". "Desde a rescisão contratual com a Reclamada, nunca deixou de trabalhar com seus empreiteiros, seja na limpa como no corte, tendo sempre a visto saindo para o trabalho". Complementa: "[Q]uando a reclamante ficava pa-

rada era porque não tinha serviços para ela e para as outras, (...) esses períodos, contudo eram breves oscilando entre um a dois meses." A respeito dos empreiteiros, especifica: "só trabalham com pessoal clandestino, cuja situação trabalhista não é regularizada na Usina" (p. 10).

O testemunho confirmou tudo o que a reclamante e o Sr. Pedro haviam declarado. Ele precisou ainda que os empreiteiros eram realmente cabos no engenho. Ele próprio sofreu a mesma sorte, tornando-se clandestino.

A única resposta da usina foi que "não houve relação empregatícia com a Sra. Odete M. S. após 1967" (p. 12). Em julho de 1975, foi finalmente ordenado o pagamento pelo empregador de um tempo de férias, décimo terceiro e uma pequena diferença salarial (p. 13-14). Esse processo teve um desenlace considerado positivo, dado o contexto de ditadura militar, conduzida pelas classes patronais.

Numa outra região de Pernambuco, testemunhos como o da Sra. Severina Benvinda de Itaquitinga contam histórias parecidas àquelas analisadas com detalhes por Renata Siqueira.

> Não davam mais [serviço] para mulher, mais não. A empresa [para a qual trabalhava] foi essa que eu saí, botaram pra fora. Tinha 32 mulheres, agora só existem quatro mulheres trabalhando, porque são as antigas, bem antigas, não sabe. Todo ano botava pra fora, todo ano bota uma pra fora e não ficha mais mulher (Entrevista com a Sra. Severina Benvinda. Dabat, 2012).

Renata Siqueira detalhou o fenômeno, com várias dimensões, na Mata Sul. Por exemplo, no processo Catende, n. 363/75, uma assalariada "foi chamada pelo administrador da empresa agrícola que lhe comunicou na ocasião que, a partir daquele momento, todas as mulheres passariam a trabalhar no nome dos maridos e, como a requerente não aceitou a nova fórmula de burlar os seus direitos foi sumariamente demitida" (2024, p. 109).

Entre os embates, a quantidade e qualidade das tarefas impostas pelos cabos: Por exemplo, no Processo JCJ Goiana/PE nº. 73/71, quatro reclamantes (J. M. S.; A. M. S.; M. J. C.; e S. M. A.), trabalhadoras rurais no Engenho U., "onde também residiam", se queixam do "trabalho extenuante a que eram submetidas", citando o art. 87 do ETR que estipula que não podem

ser "exigidos serviços superiores a suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes" (ETR, 1963, p. 31).

> No dia 9 de fevereiro próximo passado foram as reclamantes, que trabalham no pesado, fazendo todas elas os mesmos trabalhos braçais dos homens, injustificadamente proibidas pelo novo administrador da propriedade, de desdobrarem imensos feixes de cana em dois, única solução para poderem dentro dos limites de suas forças, fazerem o devido carregamento da já mencionada carga. A impossibilidade física de atenderem a absurda ordem recebida acarretou de pronto a suspensão das reclamantes por três dias. O empregador, através de má fé, quer forçar as reclamantes através de punições injustas a deixarem o engenho, sem serem ressarcidas nos seus direitos. Aliás, trata-se de uma maneira useira e vezeira daqueles que não querem cumprir com as leis sociais (Soares, 2020, p. 158).

Com o Proálcool, que permitiu ao Estado financiar a produção de biocombustível em função da superfície plantada em cana (Rogers, 2022), diversas modalidades provocaram a expulsão – muitas vezes acompanhada de violência patronal – dos trabalhadores que até então viviam nos engenhos, dispondo eventualmente de um lote de terra para culturas alimentares.

Um amplo levantamento foi conduzido pelo MSTR, em 1985, cujos dados foram tratados com o apoio da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e do Mestrado em Geografia da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco). Diz respeito a mais de 7.000 famílias de 23 municípios de toda a zona canavieira. Ele mostra o quanto o fenômeno de expulsão era generalizado (Araújo, 1988).

A temática mais frequente nos processos da Justiça do Trabalho, tanto para os homens quanto para as mulheres, era o pagamento dos salários. No entanto, mesmo quando eram pagos conforme os dispositivos legais de diversas escalas, estavam muito distantes de cobrir as necessidades básicas de uma família proletária. A definição legal do salário mínimo foi estabelecida no primeiro governo Vargas, pelo Decreto Lei n. 2162 de 1940, para os proletários urbanos e industriais (inclusive os operários das usinas), como garantia de cobertura das necessidades básicas de uma família.

Embora a legislação fosse finalmente aplicada aos proletários rurais, a partir da metade de 1963 – implementação do Estatuto do Trabalhador Rural –, no melhor dos casos só podiam esperar a metade do que seus colegas das usinas e cidades da região gozavam.

Pior ainda, como o conta também a Sra. Severina Benvinda: "Agora muitos lugares mais fracos - não sei se era porque o dono gostava de fazer aquilo mesmo – em muitos lugares, davam um papel: chamavam um tal de 'vale', e ía comprar no barracão quando tinha o barracão no engenho." Ou seja, os proprietários criavam uma moeda própria cuja validade estava limitada ao armazém da própria empresa. Encontrei em entrevistas nos sindicatos da Mata Norte, realizadas com o acompanhamento do MSTR nos anos 1990, vários trabalhadores idosos (nascidos nos primeiros decênios do século passado), que nunca haviam "pego em dinheiro".

Durante o "longo ano de 1963", ou seja, por ocasião da greve nos engenhos do final do ano e consequente reajuste do salário mínimo rural regional, uma melhoria súbita das condições financeiras dos canavieiros ocorreu. Finalmente, eles podiam comprar coisas tão elementares quanto carne e um elenco amplo de alimentos: Dr. Fernando Barbosa, assessor da Liga Camponesa local, conta: "Na feira do Cabo, matavam dois bois na época; seis meses depois (...) eram vinte bois na feira. Quer dizer, o pessoal começou a comprar carne." Uma pesquisa da Fundaj (Fundação Joaquim Nabuco) menciona as preferências entre os pesquisados masculinos que adquiriam: roupas (35,2%), sapatos (22,4%); relógios (19,1%); rádios (11,1%); e chapéus (11,9%). Suas esposas colocavam a máquina de costura logo depois de roupas e sapatos (Dabat, 2012, p. 773-774). As mães de família providenciariam assim roupas para toda a família, enquanto até então (e depois, novamente) geralmente cada pessoa tinha apenas dois trajes, raramente em bom estado. E só havia usualmente muito pouco sabão para lavá-los. A criatividade das mulheres quanto a estes desafios é, novamente, infinita. Suas competências técnicas e zelo eram cruciais para manter, senão a elegância, pelo menos a decência de todos os membros da família.

Violência de classe

As relações de trabalho na zona canavieira de Pernambuco – ou no país – implicam a onipresença da violência patronal e estatal (a serviço do patronato). Com efeito, todos os membros da família dos trabalhadores sofriam ameaças explícitas ou veladas, assim como vias de fato por razões as mais

diversas, às vezes as mais inócuas, como caminhar por dentro do canavial ou colher uma fruta. A herança da escravidão e a cumplicidade das autoridades do Estado com as práticas do patronato mantêm o medo como dimensão constante dessas relações laborais. A ausência de sanção nos casos mais graves acentua a ameaça. A violência foi considerada como fator econômico (Pereira, 1991), pois dissuadia muitos assalariados – inclusive as mulheres – de reivindicar seus direitos.

A ação violenta dos cabos e capangas dos empregadores podia se exercer contra os lares (JCJ Escada processo 1163/67; relatório de polícia; Ferreira F., 2009. p. 70-71). Houve ataques concomitantes contra os roçados em volta das casas dos trabalhadores. E contra os próprios trabalhadores, os nomes das vítimas aparecendo na imprensa local. Alguns dos processos ecoam tais casos, embora raramente no período ditatorial, por medo de eventuais represálias (Silva, 2023).

Apesar da longa reticência em expressar-se a respeito, alguns entrevistados deixam entrever o quanto brutais tais casos podiam ser. A Sra. Severina Benvinda, de Itaquitinga, tendo 57 anos na época da entrevista e mãe de quatro filhos, além de tomar conta de vários netos, lamenta não poder plantar e assim ter o suficiente para comer. Seu salário é insuficiente mesmo para os produtos mais básicos. Ela foi morar na periferia da cidade porque "os homens destruíram tudo, o jardim, tudo, tudo!"

Para as mulheres, as dimensões desta violência constante abrangiam um espectro mais amplo de ataques possíveis.

> Elas também explicitavam, como os homens, a violência moral a que eram submetidas, mas sobre a violência sexual notamos que as mulheres não chegaram a abordar esses crimes nos processos pesquisados. Não que não existissem, mas o tabu, o medo e a insegurança poderiam ser fatores que as fizessem calar, além de todo um decoro que os trabalhadores canavieiros expressavam em suas atitudes, talvez por estarem diante de um "mundo" que não era o seu quando estavam diante da Justiça do Trabalho, talvez por uma forma distinta de se expressar (Soares, 2020, p. 157; Miranda, 1991).

As famílias de trabalhadores residentes nos engenhos tradicionalmente evitavam o quanto possível expor qualquer um de seus membros femininos,

particularmente as mais novas. Sua vulnerabilidade exigia cuidados que os membros mais velhos levavam muito a sério. Assim, tentava-se deixar as moças fora do eito, a não ser que fosse com o grupo familiar, na época em que a cana amarrada era a modalidade predileta de medição do trabalho. A tarefa era estipulada pelo cabo para a família junto ao chefe, geralmente o pai-esposo. Mas com a modernização financiada pelo Proálcool, a cana foi cortada, queimada e solta, amontoada e carregada por meios mecânicos, o que tornou esta fórmula obsoleta (Araújo, 1990).

O orgulho familiar oriundo dessa medida – dispensar o trabalho das mulheres jovens no eito – explica-se também pela consequente maior segurança de todos os seus membros, pois os homens não se exporiam ao defender suas irmãs, esposas ou filhas. Na medida do possível, às mulheres eram atribuídas tarefas agrícolas de tipo camponês: cuidar dos sítios e sobretudo roçados, uma parte essencial do complexo sistema de sobrevivência. No entanto, a onipresença das ameaças levava pais de família a tomar decisões drásticas, em busca de segurança para sua prole. Assim, Eugênio Benvindo de Freitas explica:

> Eu vim pra cidade porque eu enviuvei (…) Eu fiquei com seis garotas pequenas, seis meninas fêmeas, com licença da palavra. Seis meninas. Aí, pra eu trabalhar no engenho com essas meninas, aí, e dar de comer a essas meninas, lutar com essas meninas e trabalhar, não dava. Porque os homens, naquele tempo, eram muito duros (Dabat, 2012, p. 506).

Uma outra consequência da violência era o fenômeno frequente da desistência dos reclamantes trabalhadores e trabalhadoras. Diversos obstáculos podiam ocorrer, que os impedissem de atender às convocações da JCJ. Isto provocava automaticamente o arquivamento do processo.

Jardins de resistência

Apesar das dificuldades, as famílias de trabalhadores rurais persistiram nas suas atividades produtivas, mantendo secularmente tradições agroflorestais nas franges do latifúndio (Dabat, 2025). As trabalhadoras e os trabalhadores rurais conseguiam, com dificuldades, organizar todas as suas

atividades: atender às exigências do empregador nos canaviais, bem como conduzir atividades camponesas em pequena escala.

Trabalhadores e trabalhadoras gostam de descrever com detalhes suas atividades produtivas. A Sra. Severina Benvinda lembra todas as safras com as quais sua família podia contar: "banana, batatas, macaxeira, a gente plantava tudinho". Como dona de casa e mãe de família, ela compara com sua experiência, morando no subúrbio, sem acesso à terra para plantar. Ela lembra o quanto, pelo menos para a comida, a situação era melhor, "porque a gente trabalhava (sua mãe, três irmãos e ela) e recebia por semana. Fazia farinha. Era uma vida muito boa, naquela época. Eu acho que era uma vida muito melhor do que agora. (...) Criava galinha, peru, porco, cabra, essas coisas". Ela lembra também de tios caçando e pescando.

A trabalhadora é mais crítica quando menciona os tecidos para confeccionar as roupas. Também lamenta a falta de socorro médico, a não ser dos vizinhos e a utilização de plantas para fabricar remédios. Dr. Fernando Barbosa notou essas práticas quando trabalhou na Cooperativa Tiriri no início dos anos 1960: "os medicamentos eram feitos de plantas. As pessoas conheciam as ideias e tradições de índios e mestiços. Eles fabricavam remédios de árvores e isto curava de verdade os pacientes" (Dabat, 2007).

Naturalmente, a posse de lotes de terra constituía também um lugar de vulnerabilidade para as famílias de trabalhadores, pois o senhor de terra e seus capangas podiam expulsá-las e destruir suas plantações (um traço muito frequente no período do Proálcool, como meio de "convencer" essas pessoas a deixar o engenho). A expressão utilizada nos acordos propostos pelos empregadores era: "de livre e espontânea vontade". Ora, eram-lhes retirados os meios que literalmente permitiam sua sobrevivência.

A Sra. Severina Maria da Silva, de Paudalho, teve uma experiência diferente da Sra. Severina Benvinda, pois sua família teve um acesso muito limitado à terra, embora morando no engenho. Ela lembra o quanto ficava cansada quando voltava do canavial. Sua família só conseguia plantar um pouco de milho, feijão e mandioca. Ela se queixa da dependência do barracão, cujo encarregado estava ligado ao dono do engenho. Socorro Ferraz, que trabalhou na equipe da SUDENE de apoio à Cooperativa Tiriri, lembra da pouca qualidade e preços exagerados dos mantimentos aí vendidos (Dabat, 2007).

Considerações finais

Essas atividades, longe de serem "apenas de subsistência" ou, pior, "feudais", foram evidenciadas como muito importantes no passado, mas também abrindo perspectivas inauditas e encorajadoras para o futuro em termos de agroecologia. O acesso permanente ao principal meio de produção demonstrou capacidades extraordinárias dos trabalhadores para recompor um ambiente amigável a muitas espécies vegetais e animais em tempo recorde (Figueiredo, 2010). A longa tradição camponesa conseguiu sobreviver no "deserto de sacarose", termo do poeta Philippe Wolney. Enriquecida por sugestões dos especialistas em agroecologia, rendeu frutos que beneficiam também os usuários das feiras da região.

Concepções rurofóbicas da história (Joelle Zask, 2016) trataram com leviandade o que constitui a parte oculta do sistema de plantação. A "brecha camponesa" também se declina em termos de gênero. Pois ela permitiu, graças ao trabalho gratuito de muitas trabalhadoras – e trabalhadores – rurais empregadas nos canaviais, um desfalque significativo na retribuição da força de trabalho e consequente aumento do lucro, embora a remuneração devesse teoricamente atingir o nível suficiente para a reprodução da mesma, "inclusive a nível de gerações" (Marx, livro I de *O capital*).

Referências

ABREU E LIMA, M. do S. de. As mulheres no sindicalismo rural. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. (Orgs.). *Agricultura Familiar e Gênero*: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas. Recife: EDUFPE, 2006.

ABREU E LIMA, M. do S. de. *Construindo o Sindicalismo Rural*. Lutas, Partidos, Projetos. Recife: Editora Oito de Março, 2005.

ANDRADE, M. C. *Área do sistema canavieiro*. Recife: SUDENE, 1988.

ARAÚJO, E. R. de. *Pesquisa sobre os assalariados temporários da região canavieira de Pernambuco*. Relatório. Recife: Convênio FETAPE/SUDENE n. 036/86, 1988.

ARAÚJO, E. R. de. O Trator e o *"Burro sem Rabo"*. Consequências da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco – Brasil. Genève: IUED (mimeo), 1990.

ARAÚJO, J. M. L. de.*Trabalhadores rurais e a Justiça do Trabalho*: a luta por direitos através dos processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata (1963-1979). Tese (Doutorado em História) – UFPE, Recife, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/45300>. Acesso em: 13 fev. 2025.

AZEVEDO, G. M. de. *Infâncias amargas no mundo do açúcar*: Trabalho rural infantil na zona canavieira pernambucana (1980-1990). Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de História, UFPE, Recife, 2023.

BARROS, A. V. G. G. de. *"Despertai com orações o avanço industrial vem trazer nossa redenção"*: O Grupo de Estudos do Açúcar e a modernização da agroindústria canavieira em Pernambuco (1963-1966). Tese (Doutorado em História) – UFPE, Recife, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/60073>. Acesso em: 24 mar. 25.

BARROS, J. C. P. de. *Conflitos e negociações no campo durante o primeiro Governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11433>. Acesso em: 30 jan. 2025.

BATISTA FILHO, M. et al. *Pesquisa nutricional na zona da mata*. Recife: UFPE, Imprensa Universitária, 1968.

BEZERRA, G. (1980). *Memórias*. v.. I. Primeira Parte 1900-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, .

BEZERRA, M. H. *Mulheres (Descobertas), Histórias Reveladas*. Relações de Trabalho, Práticas Cotidianas e Lutas Políticas das Trabalhadoras Canavieiras na Zona da Mata Sul de Pernambuco (1980-1988). Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11042>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BIAVASCHI, M. B. *O Direito do Trabalho no Brasil 1930-1942*. A construção do sujeito de direitos trabalhistas. São Paulo: LTr; Jutra-Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, 2007.

CARDOSO, C. F. S. *Escravo ou Camponês?* O proto-campesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTRO, J. de. *Sete palmos de terra e um caixão*. Ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CHAVES, N. *O homem além do tempo*. A palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente. Recife: EDUFPE, 2007.

CHAVES, N. Ecologia e nutrição: observação no trópico úmido. *Revista Brasileira de Clínica e Terapêutica*. v. XI, n. 9, 1982.

DABAT, C. R. Os Primórdios da Cooperativa Agrícola de Tiriri. Reedição revisada e aumentada. *Clio Revista de Pesquisa Histórica*, n. 23, 2007, p. 129-169. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24837/20110>. Acesso em: 15 maio 2025.

DABAT, C. R. *Moradores de Engenho*. Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: EDUFPE, 2012.

DABAT, C. R. Ópio e açúcar: o capitalismo e suas drogas na super exploração dos trabalhadores rurais (Índia e Brasil, séculos XVIII-XIX). *Clio Revista de Pesquisa Histórica*, UFPE, v. 38, n. 2, 2020, p. 53-88. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/245779>. Acesso em: 27 mar. 2025.

DABAT, C. Brecha camponesa e jardins de resistência: tenacidade ambiental entre trabalhadores rurais na zona canavieira do Nordeste do Brasil, século XX. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 17, p. 1-18, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/102038>. Acesso em: 15 abr. 2025.

EISENBERG, P. L. *Modernização sem mudança*. A indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL. Brasília: Ministério da Agricultura, 1963.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa*. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA F., J. M. M. *Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil* (Pernambuco, século XX). 2. ed. Recife: Editora UFPE, 2022. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/789>. Acesso em: 21 maio 2025.

FERREIRA F., J. M. M. *Direitos Conquistados, Discretas Esperanças*. As leis, os canavieiros e os conflitos na Justiça do Trabalho (Escada, 1963-1969). Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de História, UFPE, Recife, 2009.

FIGUEIREDO, M. A. B. *Una Estrategia de Desarrollo Local desde las Experiencias Agroecológicas de la Región Cañera Pernambucana, Brasil.* Córdoba: Instituto de Sociologia e Estudios Campesinos, Univ. de Córdoba, 2010.

FIGUEIREDO, M. A. B. Agroecologia e conhecimentos tradicionais: um olhar sobre experiências de povos e comunidades. In: FIGUEIREDO, M. A. B.; MATTOS, J. L. S.; FONSECA, F. D. da. *Agroecologia e diálogo de conhecimentos*: olhares de povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e academia. Recife: UFRPE, 2017, p. 47-69.

FREYRE, G. *Casa-Grande e Senzala*. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1963.

FREYRE, G. *Nordeste*. Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1989.

HARAWAY, D.; TSING, A. Reflections on the Plantationocene. *Edge Effects Magazine*, june 18, 2019.

KURIAN, R.; JAYAWARDENA, K. *Plantation patriarchy and Structural Violence*: Women Workers in Sri Lanka. Paramaribo: Conference on Bonded Labour, Migration, Diaspora and Identity Formation in Historical and Contemporary Context, 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/outputs/19476062/>. Acesso em: 12 maio 2025.

MARX, K. *Le capital*. Livre l. Paris: Garnier-Flammarion, 1969.

MELO, C. M. de A. *Entre dois Senhores*: o patrão e a fome. As greves dos trabalhadores rurais no município do Cabo de Santo Agostinho, 1966-1968. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife, 2018. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34143>. Acesso em: 23 maio 2025.

MELO, M. G. de S. *Gestão ambiental no setor sucroalcooleiro de Pernambuco*: entre a inesgotabilidade dos recursos naturais e os mecanismos de regulação. Recife: EDUFPE, 2011.

MINTZ, S. W. *Sweetness and Power*. The place of sugar in Modern History. New York: Viking Penguin, 1985.

MINTZ, S. W.; WOLF, E. Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas. In: MINTZ, S. W. *O poder amargo do açúcar.* Produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: EDUFPE, 2010, p. 169-223.

MIRANDA, M. M. M. de. *Espaço de honra e de guerra*: etnografia de uma junta trabalhista – (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ –Museu Nacional, 1991.

MOMESSO, M. de A. *Operação Engenho Verde*: usinas sucroalcooleiras de Pernambuco e a questão ambiental. Recife: EDUFPE, 2011.

MONTENEGRO, A. Cabra marcado para morrer entre a memória e a história. In: SOARES, M. de C.; FERREIRA, J. (Orgs.). *A História vai ao Cinema*. Vinte filmes brasileiros comentados por historiadores. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 179-192.

MONTENEGRO, A. O Trabalhador Rural nas Barras da Justiça do Trabalho (1964 – 1974). *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 7, n. 1, abr., p. 128-146, 2014.

MONTENEGRO, A. Percursos da greve dos trabalhadores de Pernambuco: 1979. Manuscrito gentilmente cedido pelo autor. No prelo, 2025.

OLIVEIRA, K. C. de. *Entre expressivas ausências e tímidas presenças*: a representação dos trabalhadores e trabalhadoras através de fotografias na Zona Canavieira de Pernambuco (1930 a 1950). Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/44140>. Acesso em: 23 maio 2025.

OLIVEIRA, O. M. G. de. A *condição dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais nos Processos Trabalhistas da JCJ de Escada-PE nos anos de 1974-1976 e a Importância do Estudo da Zona Canavieira para a Educação*. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de História, Recife: UFPE, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/46736>. Acesso em: 13 mar. 2025.

PEREIRA, A. W. *Regime Change Without Democratization*: Sugar Workers' Unions in Pernambuco, Brazil, 1961-89. Tese (Doutorado) – Cambridge Mass: Harvard University, mimeo, 1991.

PERROT, M. Práticas da Memória Feminina. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 18, p. 9-18, 1989.

PERROT, M. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

QUEIROZ, A. S. *Ineradicable social inequalities*. The precarious formalisation of work in the sugarcane agroindustry of Alagoas, Northeastern Brazil (1990s-2010s). Thesis, Ghent Univ., 2023.

REGO, J. L. do. *Menino de Engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

REGO, J. L. do. *Usina*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

ROGERS, T. D. Imaginários paisagísticos em conflito na zona da mata pernambucana. *Cadernos de História da UFPE*, v. 6, n. 6, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/110049> Acesso em: 13 maio 2025.

ROGERS, T. D. *Agriculture's Energy*. The trouble with ethanol in Brazil's Green Revolution. Chapel Hill: Univ. of North Carolina Press, 2022.

SCHEPER-HUGHES, N. *Death without weeping*. The violence of everyday life in Brazil. Berkley, Univ. of California Press, 1992.

SIGAUD, L. *Os Clandestinos e os Direitos*. Estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, J. R. de A. *Violência, crime e prisão*: a atuação do aparato jurídico-policial em processos de trabalhadores rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco (1946-1964). Tese (Doutorado em História) – UFPE, Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/51393>. Acesso em: 23 maio 2025.

SIQUEIRA, R. B. C. *Canavieiras em embates na Justiça do Trabalho*: precarização do trabalho, relações de gênero e luta para defender direitos conquistados (região sul da Zona da Mata de Pernambuco, 1972-1975). Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39979>. Acesso em: 20 maio 2025.

SIQUEIRA, R. B. C. *"Fecundas, Imensas e Ocupadas, Mãos Laboriosas..."*: Os Múltiplos Trabalhos das Canavieiras e sua Contribuição à Sobrevivência da Classe Trabalhadora Rural (Zona da Mata de Pernambuco, anos 1970). Tese (Doutorado em História) – UFPE, Recife, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/61950> Acesso em: 23 maio 2025.

SOARES, L. M. de H. *"Sumariamente Demitido"*: Análise das Condições de Vida e Reivindicações dos Trabalhadores da Cana nos Processos da Junta de Conciliação e Julgamento de Goiana em 1965. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/42450>. Acesso em: 20 maio 2025.

TRENCH, H. Entrevista realizada pelo CEHIBRA. Recife: FUNDAJ, 28 maio 1986.

WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno*. v. 1. A agricultura e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Afrontamento, 1990.

WOLFORD, W. The plantationocene: a Lusotropical Contribution to the Theory. *Annals of the American Association of Geographers*. Early view online, 2021.

ZASK, J. *La démocratie aux champs*. Du jardin d´Eden aux jardins partagés, comment l´agriculture cultive les valeurs démocratiques. Paris: La Découverte, 2016.

Documentos de usina como fonte de pesquisa social: uma análise a partir do caso da usina Santa Maria

Patrícia Alves Ramiro

Introdução

Este artigo aborda as possibilidades de usos – bem como suas limitações – de acervo com documentos de uma antiga usina paraibana falida nos anos 1990, para pesquisas nas ciências sociais. Para tanto, analisaremos o caso específico de pesquisas sociológicas que se valeram de processos impetrados na Justiça do Trabalho e de contratos de arrendamento e certidões de compra e venda de propriedades da usina Santa Maria, que funcionou na região do Brejo paraibano entre 1931 e 1992.

O local vem sendo palco, desde 2017, de distintos projetos individuais de pesquisas de nível de graduação até doutorado, realizados no âmbito do projeto "Reconfigurações do espaço social do Brejo paraibano no século XXI", desde o ano de 2017 (Ramiro, 2021)[1]. O projeto reúne quatro gerações de pesquisadores com experiência sobre as configurações do espaço agrário da região do Brejo em diferentes períodos, décadas de 1970/80, 2003-2009, até a equipe atual[2]. Inicialmente, etnografias coletivas somaram-se a dados secundários para auxiliarem na compreensão das condições objetivas e subjetivas daquele espaço social. Observação direta, observação partici-

1. Projeto de pesquisa coordenado por Patrícia A. Ramiro, que conta com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/ CNPq (Chamada CNPq/MCTI/ FNCT n. 18/2021- UNIVERSAL), tendo contado também com apoio da Fundação de Apoio à pesquisa do estado da Paraíba/FAPESQ (Edital n. 09/2021 – DEMANDA UNIVERSAL).

2. A equipe que atua no projeto é formada por estudantes de graduação, mestrado e doutorado, além de pesquisadores de instituições nacionais e internacionais. Contamos com as inestimáveis colaborações de Afrânio Garcia Jr. (*in memoriam*), de Marie France Garcia Parpet da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) e de Marilda Aparecida de Menezes, atualmente, docente colaboradora da UNICAMP.

pante com realização de entrevistas semiestruturadas e dados secundários oriundos de fontes confiáveis norteavam a prática do grupo, fazendo da complementariedade dos métodos qualitativos e quantitativos uma maneira de compreender as transformações ocorridas desde a época do auge da usina, nos anos 1980, até a implantação de dez assentamentos rurais em terras da usina desapropriadas pela União a partir de 1997 (Ramiro, 2022).

Após quase dois anos de pesquisas, em dezembro de 2018, consolidada a relação de confiança obtida junto às pessoas da região, fomos surpreendidos com a descoberta de milhares de documentos do setor administrativo e de recursos humanos que pertenceram à referida usina. Tais documentos encontravam-se abandonados na sua sede, em prédio que havia sido arrematado em leilão realizado pelo Ministério do Trabalho no ano de 2004 em decorrência de dívidas trabalhistas pendentes de pagamento. Desde 2019, o material foi doado para a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com a guarda do nosso projeto de pesquisa, até sua completa organização. A pandemia da Covid-19, com a paralisação das atividades presenciais em março de 2020, deu aos documentos já digitalizados papel central para a continuidade das pesquisas do grupo naquele momento. Processos trabalhistas impetrados por trabalhadores/as da usina tornaram-se fonte majoritária de pesquisa de trabalho de conclusão de curso e, em seguida, parte de dissertação de mestrado de Vilma Pires Bernardo (2024). As certidões de arrendamento e de compra e venda de propriedades pela usina centrais foram tratadas na dissertação de Caterine Soffiati Cabral (2022). Na posição de orientadora, construímos em conjunto maneiras de obter o máximo de informações presentes nos documentos. Parte desse processo e suas descobertas será discutido neste trabalho. Dentre as nossas primeiras problemáticas, está compreender de que maneira o cientista social pode utilizar como fonte de pesquisa tais documentos? O que tais fontes revelam sobre a realidade social vivida, que também vinham sendo pesquisadas por meio de outros materiais? Como realidades específicas, como a situação de trabalhadores e trabalhadoras agrícolas da lavoura canavieira em engenhos na região Nordeste, são objetivadas na forma de documentos históricos?

Foi nas respostas a algumas estas questões que este artigo se debruçou. Todavia, neste texto não temos como objetivo central demonstrar resultados obtidos através de pesquisas realizadas, os quais encontram-se detalhados nos trabalhos citados acima, mas sim, discutir as possibilidades e limitações sobre os usos destas tipologias documentais como fonte de pesquisa para cientistas sociais. Antes de adentrar no assunto central, faz-se necessá-

rio expor, ainda que de maneira breve, o histórico de construção de acervo da agroindústria açucareira na Paraíba, que está em processo de finalização. Como nos alerta Heymann (1997, p. 44), seria um equívoco considerarmos "[...] o arquivo como 'a memória', em estado bruto, de seu titular, como resultado de uma seleção estabelecida definitivamente por ele quanto ao que preservar e de que maneira".

Em nosso caso, sequer era vontade do titular original dos documentos sua preservação. Pelo contrário, o tipo de documentação salvaguardada jamais estaria a salvo, não fosse a falência da usina e as dívidas trabalhistas deixadas, que fizeram com que a área fosse a leilão. O arrematador era filho de antigo eletricista da usina que, sabendo que ainda havia procura de trabalhadores da região em busca da comprovação do vínculo com a usina para fins de aposentadoria, deixou que o material ficasse onde estava. Numa sala empoeirada, havia milhares de fichas de registro de empregados, certidões de compra, venda e arrendamento de propriedades da usina, certificados de pesagem de cana, controle de materiais e animais, carteiras de trabalhos e processos trabalhistas, contendo reclamações trabalhistas, contestações, termos de conciliação, atas de audiência, notificações, entre outras peças processuais.

O difícil acesso às fontes documentais

Em primeiro lugar, precisávamos de um espaço físico adequado para seu armazenamento e salvaguarda. Etapa que, na prática, mostrou-se bastante difícil. De início, pensamos que o campus II da UFPB, que fica na cidade de Areia, município sede da usina, seria o local propício para tanto, mas, após contatos, soubemos que a estrutura local para acervos estava em reforma e que não seria possível obter a parceria. De lá, foi realizada conversa com a arquivologista da UFPB, na época coordenadora do arquivo central da instituição. Julianne Teixeira e Silva foi muito receptiva e mostrou-se bastante entusiasmada com a qualidade e inovação do material[3]. Todavia, por julgar ser um acervo inédito e de interesse público, fomos aconselhados a buscar instituições de maior peso na preservação da memória, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) da Paraíba e o Ar-

3. Além das instituições de salvaguarda, não nos resta dúvida, é necessária a presença de pessoas com compromisso e visão do significado que alguns documentos possuem para a história dos lugares. Nossos sinceros agradecimentos a essa profissional, sem a qual talvez não tivéssemos conseguido o apoio necessário ao trabalho desenvolvido.

quivo Público do Estado (APEPB). Após negativas seguidas, baseadas em ausência de estrutura e pessoal, retornamos ao arquivo central em busca de auxílio e lá encontro o que era necessário e possível naquele momento: espaço físico climatizado, com mesas, cadeiras, estantes, mesas de higienização, computadores e scanners profissionais, além de consultoria arquivística quanto aos cuidados e procedimentos fundamentais para a construção de acervos.

Figura 1 – Fotos do local onde estava a documentação na antiga sede da usina. Areia, PB, 2019.



Conforme mostra a fotografia na Figura 1, os documentos estavam em situação de abandono por quase 27 anos, ainda que salvaguardados pelo novo proprietário do espaço físico da sede da usina. No local onde a documentação estava, havia baixa ventilação e janelas de madeira que permitiam a entrada de raios solares, o que acarretou manchas nalguns documentos. Dispostos em dois armários embutidos de madeira, empoeirados e espalhados pelo chão, com uso de equipamentos de proteção (luvas, máscaras e aventais), recolhemos os documentos em duas viagens realizadas em van cedida pela UFPB[4]. Tais considerações são importantes, pois expõem, além da dificuldade de manutenção

4. As viagens foram realizadas com colaboração de alunos da graduação. Na primeira delas, participaram com a coordenadora do projeto, Caterine Soffiati Cabral, na época voluntária PIVIC/CNPq, e Yasmin Rodrigues, na época bolsista PIBIC/CNPq. A segunda viagem para finalizar o recebimento do material foi realizada pelos estudantes Caterine Soffiati Cabral, Ana Victória Santos Batista e Paulo Roberto dos Santos, voluntários do projeto.

de documentos relevantes para a compreensão do funcionamento da agroindústria sucroalcooleira no país, o fato de que os documentos localizados não se encontravam em situação de uso imediato para nossas pesquisas. Demandaram árduo trabalho de higienização, desmetalização, organização e catalogação. Trabalho, esse, normalmente realizado por instituições específicas e pessoas formadas para tanto. Precisamos aprender o trabalho e capacitar dezenas de alunos de graduação para auxiliar na tarefa[5]. Neste sentido, faz-se imperativa a reflexão e divulgação dos processos de construção deste acervo, não apenas para sua utilização no momento presente, mas também para sua consolidação através da compreensão dos "modelos conscientes" utilizados por nossa equipe.

De início, em consequência da grande variedade e quantidade de documentos[6], operamos uma separação cujo critério foi um tanto quanto visual. Identificamos dois formatos distintos de fichas de registro de emprego dos ex-trabalhadores adotados pela administração da empresa e documentos que estavam organizados em pastas específicas segundo tipos (certidões, processos, entre outras), além de documentos avulsos. A partir dessa primeira classificação, realizamos uma estimativa da quantidade de documentos, que se mostrou bastante próxima do que sabemos atualmente constarem no acervo: um total de 7.107 fichas de registro de emprego, 330 carteiras de trabalho, 43 certidões de propriedades, 15 escrituras públicas de compra e venda, 11 escrituras públicas de arrendamento e, segundo estimativas, 536 processos trabalhistas.

5. O trabalho junto aos documentos da usina Santa Maria contou com a participação dos seguintes discentes: Yasmin Martins (em 2019), Caterine Soffiati (de 2019 a 2025), Mariana Novais (de 2019 a 2020), Ana Victória Batista (de 2019 a 2025), Vilma Bernardo (de 2019 a 2025), Arthur Marques (de 2021 a 2022), Antônio Neto (de 2021 a 2023), Rafaela Araujo (de 2023 a 2024), Daiana Barbosa (de 2022 a 2023), Renata Gomes (de 2023 a 2025), Paulo dos Santos (2019), Lívia Rodrigues (2019), Nayane Vieira (2019), Gabriel Farias (2019), Julia Gregório (2019), Isabelle Soares (2019), Laís Luna (2019), Thayani Rodrigues (2019), Matheus Gomes (2019), Maria da Guia (2019), Dayane Vieira (2019), Paula Oliveira (2023), Antônio Coutinho (2023), Giovanna Oliveira (2023), Sales Alves (de 2022 a 2023), Mylena Marques (de 2022 a 2023), Nayara Leite (em 2022), Jaazyel Moura (de 2023 a 2024), Anderson Silva (de 2023 a 2024) e Maria Felismino (de 2023 a 2024). Todos, estudantes do curso de graduação em Ciências Sociais da UFPB na qualidade de bolsistas ou voluntários vinculados aos projetos de pesquisa "Reconfigurações do espaço social do Brejo paraibano no século XXI" e "Acervo documental da agroindústria açucareira na Paraíba", ao projeto de extensão "Memória documental dos trabalhadores do açúcar", ou matriculados junto às disciplinas de estágios supervisionados I, II e IV do curso de bacharelado em Ciências Sociais.

6. A documentação física será entregue aos cuidados do arquivo central, que ficará responsável pelo controle e normatização do acesso ao público em geral.

Os processos trabalhistas como fontes de interpretação sociológica

Como dito anteriormente, dentre os documentos, há processos trabalhistas de ex-funcionários que foram à Justiça contra a usina. Ainda que as relações sociais e o trabalho realizado no tempo da usina e depois de sua falência estivessem no centro de nossos debates, não havíamos, até aquele momento, planejado trabalhar com esse tipo de fonte. Até ali, os conflitos eram analisados tendo como base os depoimentos de entrevistas que realizávamos na região com lideranças sindicais e trabalhadores/as. Foi através das representações sociais sobre o passado que descobrimos que, por vezes de maneira separada, outras concomitantes, as lutas se formaram na região em busca de direitos trabalhistas não cumpridos pelo usineiro e pelo direito, via reforma agrária, à permanência nas terras pelos moradores abandonados pela usina falida.

Sabíamos de antemão que um documento é diferente de uma história contada exclusivamente a partir de narrativas obtidas no presente, quando a memória faz o trabalho de selecionar fatos relevantes no momento da entrevista, ao mesmo tempo em que apaga outros (Halbwachs, 1990). Não que o documento escrito no passado seja algo como a verdade em estado bruto, mas, conforme recorda Portelli (1997, p. 35), "documentos escritos são fixos, eles existem tenhamos ou não ciência deles, e não mudam uma vez que os tenhamos encontrado". Todavia, ainda que não se alterem, como as lembranças da memória com o passar do tempo, como toda construção humana, os documentos precisam ser analisados como fato social total (Sorá, 2015). O primeiro passo seria, portanto, o entendimento do documento como fato social produzido com determinada intenção. Para tanto, precisamos entender o contexto histórico e social que deu origem à produção dos documentos, bem como localizar as posições sociais dos agentes sociais envolvidos, tanto aqueles que aparecem nitidamente através de assinaturas e carimbos, quanto aqueles direta ou indiretamente citados.

De imediato, entendemos que a primeira etapa na tentativa de dar conta do máximo de informações e interpretações possíveis que tais processos pudessem nos oferecer, seria quantificar e qualificar a documentação encontrada, optando por nominar variáveis que contribuiriam para futuras análises. Para tanto, algumas informações presentes nos processos foram tabuladas em planilhas a partir de informações como: data e local do processo, tipo de reclamação, instituições e agentes sociais envolvidos (sindi-

catos rurais, advogados, proprietários de engenhos e trabalhadores) e resultado final do processo. Cada tipo de informação podia demandar diferentes variáveis. Por exemplo, ao classificarmos os atores sociais envolvidos a partir das informações que constam num processo deste tipo, tínhamos informações sobre os/as trabalhadores/as que englobavam variáveis como sexo, idade na época, tempo de trabalho na usina, local de moradia e cargo ocupado na agroindústria. As instituições sociais envolvidas davam um cenário dos sindicatos rurais mais ativos junto às demandas trabalhistas, além da citação de nomes dos presidentes dos sindicatos na época de abertura do processo. Além disso, era possível quantificar, ainda que soubéssemos que não estávamos com o total de processos abertos contra a usina Santa Maria, os tipos de causas mais frequentes, dando um panorama das infrações trabalhistas mais comuns no setor, além dos nomes de advogados que aderiram às causas trabalhistas, tanto em favor, quanto contra a usina.

O próprio local de registro das reclamações, conforme o local de moradia do reclamante, informava sobre a estrutura jurídica existente na região. Para início da análise, percebemos que era preciso compreender de maneira satisfatória os trâmites e as respectivas instâncias de um processo trabalhista. Nesse caso, era necessário analisar não apenas a cronologia das criações e as funções jurídicas das comarcas que atendiam aos interesses de trabalhadores e patrões nos diferentes municípios onde a usina possuía terras próprias ou arrendadas, mas entendê-las historicamente situadas como resultado do reconhecimento estatal diferenciado entre trabalhadores urbanos e rurais; operários e agrícolas, especialmente.

Importante destacarmos que o uso de tais documentos para fins de pesquisas não é algo inovador. Como mostra Montenegro (2014, p. 130), a historiografia praticada no século XX tem se valido da documentação judiciária, "[...] na medida em que foi sendo construída outra compreensão da relação patrão e empregado, e o Direito e o Estado passaram a não serem entendidos apenas como domínio exclusivo das classes dominantes". Nesse sentido, as documentações de processos trabalhistas são fontes propícias para a percepção de contextos sócio-históricos que colocam em cena disputas entre patrões e empregados sob a ótica do Estado de direitos. Baseadas naquilo que foi conquistado e estabelecido pela legislação vigente, expõem algumas das distâncias entre as leis, as práticas patronais e a realidade vivida pelos empregados. Para os cientistas sociais, sua análise requer esforços que ultrapassam o olhar aos conflitos expostos através dos argumentos escritos pela acusação e defesa, onde práticas materiais e simbólicas de patrões e

empregados são expostas com linguajar adequado à situação. É preciso prévia compreensão não apenas da legislação vigente, mas também das etapas judiciais e das categorias sociais nas quais se enquadram os agentes sociais envolvidos em cada uma delas num processo deste tipo. Situações, essas, vividas com características específicas conforme cada tipo de relação social e formas de dominação entre patrões e empregados, que precisam ser traduzidas pelos termos da lei, muitas vezes redigidas com caráter mais abrangente.

No caso de um processo trabalhista, ele reproduz, em certo conjunto de páginas, conflitos entre pessoas localizadas em posições antagônicas do ponto de vista econômico, expondo situações de conflitos entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores assalariados. Não que sejam uma expressão de uma luta de classes no sentido marxista, mas talvez sejam alternativas tomadas justamente para evitar maiores conflitos. A partir dos anos 1940, coube ao judiciário buscar fazer cumprir os limites da exploração da força de trabalho em sua expressão maior: o assalariamento. Todavia, não à toa, excluiu em sua concepção inicial os trabalhadores agrícolas espalhados pelas diferentes regiões do país. No que tange ao trabalhador rural, vinte anos o separaram da primeira legislação brasileira que, a partir de 1943, garantia aos operários direitos trabalhistas através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Apenas na década de 1960 é que se assiste à efetiva conquista da Justiça do Trabalho pelos trabalhadores do campo. Chamada de "grande ausente" da legislação trabalhista por José Murilo de Carvalho (2001), ainda que não inteiramente excluídos da legislação trabalhista vigente desde a era Vargas, a lei especial para a categoria só foi introduzida em 1963, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR).

A leitura dos pedidos de indenização e dos argumentos da defesa também aparece como fonte relevante para a compreensão de questões que ultrapassam aquilo que a legislação trabalhista delimita no campo dos direitos trabalhistas. Um bom exemplo, nesse caso, é demonstrado pelo historiador Montenegro (2014), em sua pesquisa sobre disputas jurídicas impetradas em nome de trabalhadores rurais durante os dez primeiros anos de ditadura militar no Brasil, de 1964 a 1974, no Estado de Pernambuco. Analisando alguns casos emblemáticos de três processos, o autor demonstra como os acusados respondem a pedidos de garantias de direitos trabalhistas estabelecidos pela legislação, como pedidos de indenização, férias, 13° salário e aviso prévio por parte do trabalhador, com alegações

que nada se vinculavam ao que era demandado. Ao invés de responderem sobre os direitos solicitados por via judicial, tentavam vincular os trabalhadores envolvidos em movimentos tidos como "comunistas", numa tentativa de desqualificá-los socialmente com argumentos de cunho político em um momento em que a Nova Lei de Segurança Nacional[7] era vigente.

Além desta tentativa, outra estratégia para refutar o pagamento de direitos também apareceu em seu formato mais tradicional, através de demonstrações de poder via perseguição de familiares dos que ousavam entrar na Justiça contra os patrões. O autor narra, nesse caso, um fato envolvendo um irmão de um trabalhador que foi rebaixado do cargo de administrador de fazenda para ocupações braçais, as mais baixas na hierarquia local, por sua identificação, em negativo naquele momento, como "irmão de comunista". Montenegro (2014) demonstra assim que, durante a ditadura militar brasileira, o trabalhador rural, ao lutar em defesa dos seus direitos na Justiça do Trabalho, poderia ter que enfrentar os perigos de ser nomeado "comunista", além dos seus familiares empregados na mesma empresa poderem ser alvo de retaliação. Foi, através da análise dos argumentos constantes nos processos trabalhistas, que o referido autor conseguiu verificar que questões políticas do período se constituíam em argumento, nalgumas vezes aceito pelo magistrado, para justificar as demissões à revelia da lei.

Importante reforçar que, mesmo existindo a possibilidade de levar os conflitos trabalhistas para o âmbito da Justiça, tal situação era algo muito pouco aderida na mentalidade dos trabalhadores agrícolas das monoculturas da região Nordeste, em especial, as canavieiras. Questão bastante trabalhada na antropologia por Lygia Sigaud (2004, 1996, 1979), que demonstra que a relação de dominação vigente entre patrões e empregados, em especial entre senhores de engenho e moradores de condição, eram do tipo tradicional personalizada, baseada em um tipo de relação moral entre proprietários e moradores que tornava impraticável a ideia de levar o patrão à Justiça.

Para que a busca por direitos passasse a existir no espaço das *plantations* canavieiras no Nordeste, havia também o papel relevante dos sindicatos

7. Durante o regime militar (1964–1985), a Lei de Segurança Nacional, denominada Nova LSN (Lei n. 7.170/1983), era empregada para reprimir violentamente opositores políticos e limitar a liberdade de expressão.

na divulgação dos direitos recém adquiridos aos trabalhadores agrícolas[8]. Em junho de 1963, sob o governo de João Goulart, dando sequência às suas promessas de campanha, as autoridades federais criaram, conforme mostra Dabat (2008), a comissão Nacional de Sindicalização Rural, pontapé inicial para a organização social da categoria até aqui deixada à margem da legislação trabalhista, que pendia para o lado dos assalariados urbanos e da indústria. Isso não significava que os trabalhadores rurais não possuíam outras formas de organização coletiva para melhorias de sua situação. Durante esse interstício entre direitos de operários e trabalhadores rurais, muitas foram as lutas por melhorias nas condições de trabalho. Dentre elas, lutas pelo acordo do campo e pelas tarefas, que visavam padronizar as medidas utilizadas para medir o valor do trabalho a partir da área e localização da colheita de cana, dentre outras demandas. Mas, de fato, foi a partir dos anos 1960, quando a dominação tradicional personalizada vivenciava sua decadência mais intensa, que as Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ) se multiplicaram pelo país.

Após a ditadura e, especialmente, com o fim dos incentivos fiscais e créditos subsidiados dados aos usineiros e plantadores de cana-de-açúcar pelo Estado brasileiro no início dos anos 1990, quando é extinto o órgão público responsável por gerir o setor, o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA)[9], várias usinas da região Nordeste fecharam suas portas. Algumas se transferiram para outras regiões ou seus proprietários mudaram de setor; outras, como foi o caso da usina Santa Maria, tiveram sua falência decretada.

Parte dos processos encontrados na sede da usina falida foram analisados pela pesquisa de Bernardo (2024), que identificou que grande parte das ações examinadas surgiram em decorrência do contexto da falência, em razão da ausência de pagamentos de salários, bem como de outros direitos estabelecidos, como 13º e férias, e/ou por causa da paralisação da produção. Mas, a pesquisa também detectou que, mesmo antes da falência, ainda nos anos 1980, alguns processos foram apresentados contra a em-

8. Como bem demonstrado por Christine Rufino Dabat (2008), logo após a promulgação do Estatuto, alguns casos existiram. Dabat realizou um estudo bastante detalhado dos processos trabalhistas movidos por trabalhadores rurais nas três primeiras Juntas de Conciliação e Julgamento em municípios do interior do estado de Pernambuco – Jaboatão, Escada e Palmares – em 1962, embora estas só tenham efetivamente passado a operar em 1963.

9. Criado no ano de 1933 através do Decreto n. 22.789 do Governo Federal com o objetivo de fomentar e controlar a produção de açúcar e álcool em todo o território nacional. Foi extinto em maio de 1990, através do Decreto n. 99.240.

presa. A autora analisou 304 reclamações trabalhistas, peça inicial deste tipo de processo[10], que, após tabuladas, permitiram a visualização deste cenário: a) 15 eram ações plúrimas, ou seja, aquelas em que há mais de um reclamante, e 289 eram individuais; b) entre os anos de 1985 e 1994, os processos ocorreram junto às Juntas de Conciliação e Julgamento dos municípios de Areia, Campina Grande, Guarabira e João Pessoa e à Comarca de Pilões, conforme histórico da implantação das JCJ no Estado da Paraíba; c) cerca de 95% das ações individuais foram impetradas por homens, 275, contra 14 ajuizadas por mulheres; d) em 21 ações, os pleiteantes representados eram menores de idade; e) aproximadamente 70,4% das reclamações não indicaram intermediação dos sindicatos de trabalhadores rurais (STR) da região; f) 90 ações apontaram participação dos STR de Alagoinha, Areia, Cuitegi, Mari, Mulungu, Pilões, Pilõezinhos, Pirpirituba e Serraria; e, por fim, g) 35 advogados foram identificados atuando junto aos trabalhadores reclamantes, dos quais 18 atuaram somente como advogados particulares. Além destas informações, também foi possível identificar as demandas principais e os engenhos citados nas ações, bem como sua localização e, nalguns casos, os nomes dos proprietários que os arrendaram para a usina.

A análise dos processos nos forneceu, portanto, uma espécie de fotografia da distribuição espacial dos processos pela região do Brejo, permitindo-nos não apenas identificar os agentes sociais em cada momento, mas também a presença ou ausência da participação sindical na luta pelos direitos em alguns municípios. Nesse sentido, o uso dos processos trabalhistas como fonte foi bastante rico para nos redirecionar em hipóteses anteriormente construídas, bem como para o surgimento de novas hipóteses. Quaisquer que fossem, exigiam o uso complementar de outras técnicas de pesquisa e, portanto, a diversificação das fontes. Para o caso da usina em questão, foram consultados acervos de jornais da Paraíba disponíveis na hemeroteca da Fundação Casa de José Américo, o processo de falência da usina Santa Maria, disponibilizado pelo Fórum de Areia, além de outros documentos acessados diretamente com os interlocutores em pesquisa de campo.

A identificação dos agentes junto aos processos permitiu a busca ativa por alguns dos sindicalistas rurais, de advogados trabalhistas, religiosas

10. A pesquisa de Bernardo (2024) se baseou sobre três tipos documentais: as reclamações trabalhistas, peça inicial dos processos deste tipo, os termos de conciliação e as ações de cumprimento, referentes a dissídios coletivos.

e militantes ainda vivos. Alguns foram entrevistados e puderam, desta maneira, dar uma visão a partir de seu olhar atual, de como era a luta pelos direitos. A pesquisa também contou com a realização ou o acesso às entrevistas realizadas por diferentes pesquisadores/as da equipe com antigos trabalhadores, atualmente assentados na região, quando narram a situação no tempo da usina e a vivência da falência na condição de morador. Através das memórias, o material obtido é bastante diferente, ainda que complementar, ao que está redigido nos processos. Somente através das entrevistas pudemos acessar aspectos sociais importantes para uma compreensão mais densa dos conflitos, tais como a maneira que os trabalhadores tinham acesso à informação de seus direitos, a dificuldade de obter pessoas dispostas a testemunharem contra seus patrões, a descrença, o *medo* e a *coragem* conforme a posição de quem narra (Bernardo e Ramiro, 2023), entre outros aspectos.

Não temos como saber hoje o significado do armazenamento de tais processos no escritório da usina falida, se por mero acompanhamento ou para identificação ativa de trabalhadores que ousavam reclamar na Justiça, mas, concordamos com Bernardo (2024, p. 7), quando diz: "[...] a apropriação destes documentos para pesquisa sociológica tem um significado simbólico de inversão da lógica do interesse patronal que ordenou a produção e a acumulação desses documentos, uma vez que a pesquisa possibilita mostrar e discutir os esforços dos trabalhadores rurais em resistir e se desvencilhar das tramas da dominação patronal". Obviamente, tal possibilidade no horizonte responde ao contexto sócio-histórico vivido.

As certidões de propriedades e contratos de arrendamento da usina Santa Maria

O mesmo raciocínio para a interpretação dos processos havia sido feito em pesquisa anterior, realizada por Caterine Soffiati Cabral (2022), no âmbito do projeto, com base em documentação de propriedades compradas ou arrendadas pela usina, registradas em cartório. Guiada pela necessidade de análise mais ampla que não ficasse restrita aos trabalhadores da usina, a pesquisadora conduziu investigação de mestrado visando traçar a história da usina e, portanto, dos usineiros. Assim, em grupo, através de pesquisas individuais, buscamos olhar para os agentes sociais que se situam em lugares distintos daquele espaço social, mas analisados através

de sua posição relativa quanto aos outros lugares e pela distância que os separa deles (Bourdieu, 2013).

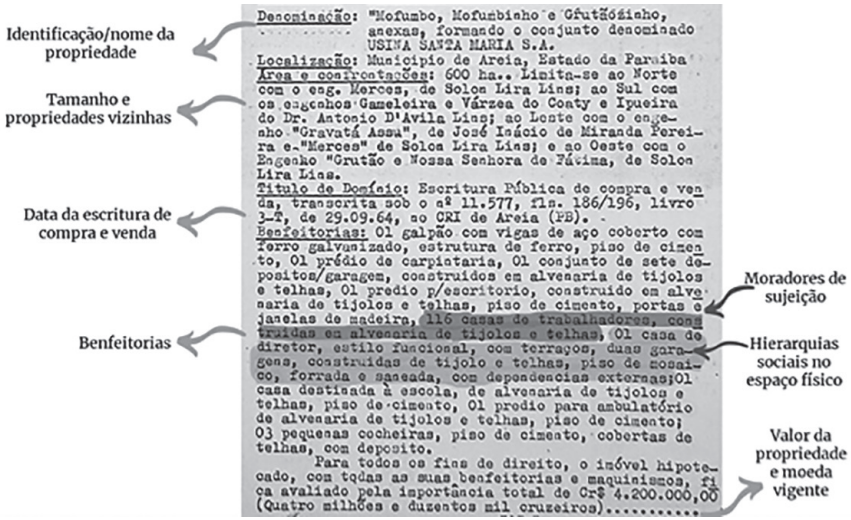
Tais documentos também não estavam nas fontes previstas para a pesquisa. Ainda que tivéssemos noção de sua relevância para a compreensão da estrutura fundiária, pouco sabíamos dos caminhos para o acesso aos mesmos nos cartórios. Conforme o trabalho de higienização dos documentos iniciava, fomos detectando que os documentos de propriedades da usina estavam organizados em 15 pastas de papelão, nas quais se liam os nomes de algumas propriedades[11]. Tais pastas totalizam 592 páginas de documentos referentes às propriedades, como escrituras públicas de compra e venda de propriedades, escrituras de arrendamentos rurais e certidões de propriedades[12].

Primeiramente, construímos, a partir de nossos interesses de pesquisa, as variáveis que poderiam ser estabelecidas a partir das informações constantes nas certidões. Muitas possuíam dados objetivos que envolviam, além da identificação da propriedade e sua localização espacial, a área ocupada, as propriedades vizinhas e seus respectivos tamanhos, a data do documento, data da transação de compra, venda ou arrendamento, valor da negociação realizada, nomes das partes envolvidas e, em alguns documentos, a descrição das benfeitorias existentes, onde podíamos ter um panorama da estrutura física do engenho e seu poder de dominação na região. No total, foram tabuladas 43 certidões de propriedades, 15 escrituras de compra e venda de propriedades e 11 escrituras públicas de arrendamento rural. A imagem abaixo ilustra uma das certidões analisadas, que se refere ao registro em cartório de negociação dos engenhos da usina Santa Maria, do primeiro para o segundo e último proprietários:

11. As pastas individuais com documentos de propriedades encontradas foram as seguintes: Baixa Verde Arrendamento, Escrituras Campo Verde, Casa à Rua Francisco Marques, Certidões de Propriedades, Escrituras Campo Verde e Engenho Velho, Escrituras Veneza, Fazendas Reunidas Nossa Senhora de Fátima, Mazagão e Cajazeiras escrituras, Poções Arrendamento, Santa Helena, São Francisco II, Tabocal II, Triunfo Anexo, Várzea Arrendada e Várzea do Coatí.

12. Cabe destacar que a maioria das propriedades possuem mais de um documento alegando sua existência, como casos de propriedades que possuíam tanto escrituras, como certidões, ou também casos de propriedades com documentos originais e suas respectivas cópias.

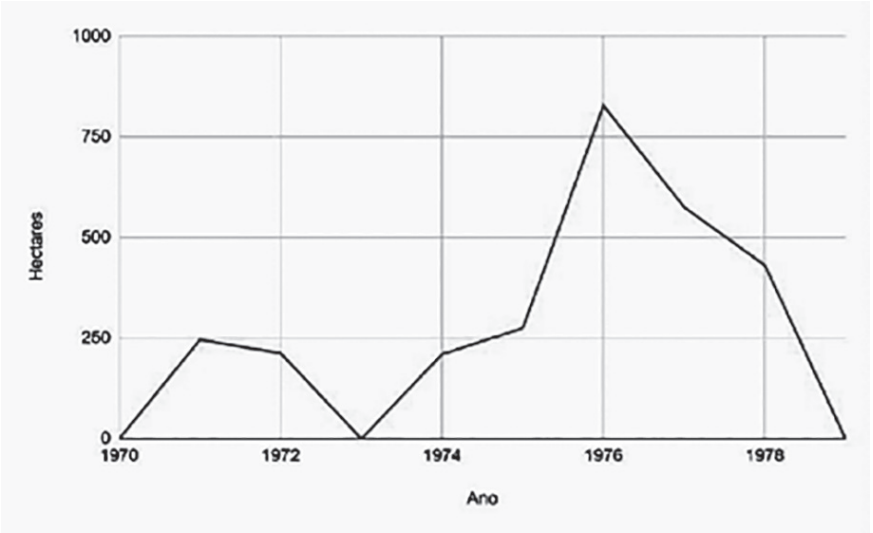
Figura 2 – Reprodução de parte de escritura de compra e venda de engenhos que formavam a usina, por seu segundo proprietário.



O mesmo procedimento de tabulação das variáveis selecionadas foi realizado. Com os dados, pudemos ter um panorama temporal do crescimento fundiário da usina. Quando colocados em perspectiva histórica frente às políticas públicas do Estado brasileiro de incentivo ao setor sucroalcooleiro, desvendou-se a relação estreita entre as elites agrárias e o Estado, para manutenção e/ou ampliação do poder que sua posição social lhes ofertava (Soffiati e Ramiro, 2024).

Com os dados objetivos dos registros das terras nos cartórios (Figura 3), confirmou-se o que, em pesquisa realizada há mais de quarenta anos, já era detectado por Afrânio Garcia Jr. (1989) que notou, no final dos anos 1970, o aumento da concorrência entre engenho e usina por terras. Através dos dados dos documentos, mostramos que, naquele período, a usina Santa Maria comprou 2.780 hectares, um percentual de 51% de seu patrimônio desde 1931, momento de sua instalação. Trata-se de uma constatação objetiva que comprova a redução das terras de senhores de engenho e auxilia na compreensão do declínio da dominação tradicional personalizada na região, quando, além de outras coisas, o usineiro passa a desrespeitar o acordo do direito aos roçados dos moradores e a ocupar toda a terra disponível com lavoura canavieira.

Figura 3 – Quantidade de hectares adquiridos pela Usina por ano, durante a década de 1970



Fonte: Acervo Documental da Usina Santa Maria. Soffiati (2022, p. 130)

Nesse sentido, ainda que as pesquisas de Bernardo e Cabral enfoquem camadas sociais opostas na hierarquia social da estrutura agrária canavieira, suas pesquisas, quando cruzadas, mostram lados da mesma moeda, onde usineiro e trabalhadores se confrontam. Embora os processos judiciais, as certidões e escrituras não foram capazes, sozinhas, de explicar toda a lógica da estrutura fundiária do tempo da usina na região, têm sido, contudo, muito úteis como fonte objetiva de dados que narram movimentos de crescimento e poder dos proprietários.

Atualmente, convencidas da relevância de documentos institucionais para o avanço do conhecimento sociológico, estamos em fase de realização de pesquisa arquivística no Arquivo Nacional, localizado na cidade do Rio de Janeiro, onde está armazenada a documentação salvaguardada do IAA. Tal tipo de acervo mostra-se extremamente rico, embora pouco utilizado pelos cientistas sociais brasileiros. Por conter documentos e relatórios que nominam todas as usinas distribuídas pelo país, valendo-nos da noção de campo de Pierre Bourdieu, poderemos, por exemplo, detectar as diferentes posições ocupadas pelos usineiros, para localizar melhor a usina por nós pesquisada e sua, já conhecida, posição periférica no cenário regional e nacional.

Entendemos, nesse sentido, que o campo é a própria história em construção e, ao mesmo tempo, seu produto, sendo sua estrutura o resultado de lutas conduzidas entre os atores que ocupam posições diferentes, e que precisam ser reveladas pelo sociólogo. Trata-se da luta pela aquisição e determinação dos capitais próprios ao campo que, no caso dos usineiros, apresenta o funcionamento do setor sucroalcooleiro diretamente relacionado com as condições objetivas de cada um para acessar as políticas do Estado concentradas no IAA; bem como as condições, não apenas materiais, mas simbólicas, para a condução da agroindústria em conformidade com as regras prevalecentes no campo a cada momento histórico. O acervo material salvaguardado pelo Arquivo Nacional poderá, nesse sentido, servir-nos como fonte bastante relevante para o desvelamento de parte da relação intrínseca entre usineiros e o Estado brasileiro; ainda que não seja capaz de responder, sozinho, a todas as nossas questões.

Considerações finais

Para finalizar, gostaria de destacar alguns aspectos que considero fundamentais, que aprendemos ao trabalhar com o acervo da usina e que, penso, podem servir a outras pesquisas das ciências sociais que se utilizem de documentos. A primeira delas, é estar ciente de que as informações presentes na forma de documentos escritos, especialmente naqueles validados pelo uso institucionalizado de uma época, caso dos cartórios e da Justiça do Trabalho nos exemplos aqui ilustrados, foram produzidas para usos práticos vinculados aos interesses e em conformidade com normas dos espaços autorizados a produzi-los. Isso significa que há uma distância significativa entre as finalidades de nossas pesquisas e seu conteúdo e, nesse sentido, tais documentos não serão capazes de responder a todas as questões suscitadas por nossos questionamentos teóricos. Mas, sem dúvida, constituem um ponto de apoio importante para abrir novos caminhos de pesquisa e para a verificação ou negação de algumas hipóteses norteadoras até sua análise.

A depender dos objetivos de cada pesquisa e de seu recorte da realidade, outras fontes precisam somar-se aos documentos para fazê-los dialogar com nossas pesquisas. O uso de outros dados primários ou secundários, muitas vezes, soma-se a entrevistas realizadas, fazendo a ponte entre o registrado nos papéis institucionais e as maneiras de reinterpretação, no presente, do que esses conteúdos significavam para os agentes sociais envolvidos. Metodologias qualitativas e quantitativas se complementam para dar conta

da compreensão de realidades complexas (Paugam, 2015; Queiroz, 2008). Tal combinação mostrou-se bastante profícua em nossas pesquisas, o que nos remete à importância do diálogo entre a Sociologia, a Antropologia e a História, dando à combinação de métodos, técnicas e respectivas fontes, a possibilidade de tensionar a divisão estanque entre passado e presente, sem com isso tratá-las como simples relação de causa e efeito. Nesse sentido, nos aproximamos da chamada sócio-história (Pasquali, 2018), que busca a articulação crítica entre as áreas, evitando, assim, percebê-las apenas como um complemento empírico pontual e secundário de uma à outra.

Mostramos aqui que, para os cientistas sociais, não basta contar a quantidade de vezes que determinado fenômeno aparece em determinado documento. Aliás, a própria delimitação de quais informações em cada tipologia documental nos é relevante, exige apurado conhecimento qualitativo da realidade histórica na qual se insere a fonte acionada para fins de nossas pesquisas. Por este motivo, não existe uma regra a ser seguida pelos/as pesquisadores/as que optam pelo uso de documentos como fonte relevante. Afinal, cada pesquisa busca, a partir de suas escolhas teóricas, formular suas próprias hipóteses. É preciso uma delimitação apurada do que tais papéis podem, ou não, dizer às nossas questões, mesmo cientes de que, sozinhos, dificilmente serão capazes de responder a todas as questões que o cientista social se faz.

Referências

BERNARDO, V. P. *Luta por direitos trabalhistas e luta pela terra no brejo paraibano*: o caso da Usina Santa Maria. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2024.

BERNARDO, V. P.; RAMIRO, P. A. Trabalhadores(as) Rurais, Direitos e Justiça do Trabalho no Brejo paraibano. In: OLIVEIRA, Roberto V. de (Org). *Trabalho na Paraíba*: a condição precária sob vários prismas. João Pessoa: Editora do CCTA, 2023.

BOURDIEU, P. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estudos Avançados*, 27 (79), p. 133-144, 2013.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DABAT, C. R. Uma "caminhada penosa": a extensão do direito trabalhista à zona canavieira de Pernambuco. *Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica*, n. 26-2, p. 291-320, 2008.

GARCIA JR., A. *O Sul*: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Brasília: Marco Zero, 1989.

HALBWACHS, M. *Memória Coletiva*. 2. ed. São Paulo:Vértice, 1990.

HEYMANN, L. Q. Indivíduo, Memória e Resíduo: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*, p. 41-66, 1997.

MONTENEGRO, A. T. O trabalhador rural nas barras da Justiça do Trabalho (1964-1974). *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 7, n. 1, p. 128-146, 2014.

PASQUALI, P. Combinar etnografia y sociohistoria: de la unidad de las ciências sociales a la complementariedad de los métodos. *Revista Colombiana de Antropología*, v. 54, n. 1, p. 31-57, 2018.

PAUGAM, S. Escolha e limites do modo de objetivação. In: PAUGAM, S. (Org.). *A Pesquisa Sociológica*. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 53-64.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente? *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 14, p. 25-39, 1997.

QUEIROZ, M. I. P. de. O Pesquisador, o problema de pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: LUCENA, C. T.; CAMPOS, M. C. S. de S.; DEMARTINI, Z. B. F. (Orgs.). *Pesquisa em Ciências Sociais:* olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: CERU, 2008, p. 15-34.

RAMIRO, P. A. O declínio da agroindústria açucareira no Nordeste e o acesso à condição camponesa. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e2230209, 2022.

RAMIRO, P. A. Reconfigurations of the social sphere in Brejo da Paraíba in the 21st century: imprints of plantations in Latin America. *Sociologias,* UFRGS, v. 23, p. 460-466, 2021.

SIGAUD, L. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. *Mana*, 10 (1), p. 131-163, 2004.

SIGAUD, L. Direito e coerção moral no mundo dos engenhos. *Estudos Históricos*, v. 9, n. 18, p. 361-388, 1996.

SIGAUD, L. *Os clandestinos e os direitos*: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SOFFIATI, C. *Modernização da agroindústria açucareira na Paraíba*: o caso da Usina Santa Maria. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFPB, João Pessoa, 2022.

SOFFIATI, C.; RAMIRO, Patrícia Alves. A acumulação de capital industrial e fundiário no Nordeste sucroalcooleiro e o Estado. *Século XXI – Revista de Ciências Sociais*, v. 12, n. 2, p. 9-26, 2024.

SORÁ, G. Etnografia de arquivos e sociologia reflexiva: contribuições para a história social da edição no Brasil e na América latina. *Fontes*, n. 3, p. 15-28, 2015.

VIII

O TRABALHO INFANTIL NO CONTEXTO ATUAL: CRIMINALIZAÇÃO E CUSTOS PARA O ESTADO

Trabalho infantil esportivo e artístico: implicações a partir da vivência

Kassia Kiss Grangeiro Belém

Maria de Fatima Pereira Alberto

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar as implicações do trabalho infantil esportivo e artístico para quem vivencia ou vivenciou estas formas de atividades laborais. Segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT (2001), o trabalho infantil é aquele realizado por crianças e adolescentes que estão abaixo da idade mínima assegurada pela legislação vigente em cada país, com relação à entrada no mercado de trabalho. Na legislação brasileira, o trabalho é proibido para menores de 16 anos, exceto o trabalho na condição de aprendiz a partir de 14 anos, em concordância com o que estabelece a Lei nº 10.097/2000 – Lei de Aprendizagem.

No que se refere especificamente ao trabalho infantil esportivo e artístico, o tema é cercado de divergências, tanto na literatura quanto no senso comum. Muitas vezes não são concebidos como trabalho e suas implicações não são avaliadas. Um dos estudos que tratam dessa temática e contribuem para o avanço na discussão do mesmo é o de Cavalcante (2012), ao destacar que a atividade de crianças e adolescentes no meio artístico tem natureza de trabalho e que as necessidades especiais desses sujeitos são, por vezes, desconsideradas. Marques (2009), ao analisar os aspectos legais acerca do trabalho infantil artístico, aponta que a atividade pode ser realizada mediante autorização individual (concessão de alvará judicial), mas o que deve prevalecer é o Princípio da Proteção Integral de crianças e adolescentes.

Considerando as especificidades do trabalho infantil artístico e esportivo, faz-se necessário compreender como eles são concebidos. De acordo com a Lei n. 6.533 (Brasil, 1978) – lei que regulamenta a profissão de artista – no seu 2º artigo, o artista é aquele profissional que cria, interpreta obras cultu-

rais para exibição pública ou para os meios de comunicação de massa (televisão, rádio, mídia impressa). Esta lei se refere à profissão de artista de uma forma geral. Em relação ao trabalho infantil artístico propriamente dito, Cavalcante (2012) o define como sendo a atividade que se beneficia com a participação infantil e tem por finalidade a lucratividade. Essa participação pode ser como ator, dançarino, cantor, apresentador, artista circense.

No que se refere ao trabalho infantil esportivo, para compreendê-lo é necessário distinguir o esporte enquanto educação, lazer e esporte de alto rendimento. O esporte enquanto educação visa à inclusão social e é realizado no horário contrário ao da escola. O esporte enquanto lazer é direito de todo cidadão, assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e, portanto, é dever do Estado oferecer espaço para a prática do mesmo (Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM (Brasil, [n.d.]).

Já o esporte de alto rendimento visa promover o treinamento e a formação do atleta. É tido como autêntica formação profissional, na qual o atleta pode receber auxílio financeiro, tanto por parte do governo através de políticas específicas, quanto por patrocinadores privados (Brasil, [n.d.]). Rubio (2002) concebe o esporte como uma forma de trabalho, já que exige disciplina, perfeição, destreza, organização, e a preparação se inicia cada vez mais precocemente.

Define-se trabalho infantil artístico a criação, a interpretação e a exibição realizados por crianças e adolescentes em obras culturais ou meios de comunicação de massa. Essas atividades comportam sistematicidade, há um processo de trabalho e visam o lucro. Também se configuram como trabalho infantil as atividades esportivas de alto rendimento que comportam o treinamento constante, repetitivo e a formação do atleta. Pesquisas realizadas em âmbitos nacional e internacional explicitam que o ingresso precoce da criança no trabalho acarreta diversos prejuízos, como danos ao desenvolvimento físico, mental, afetivo e moral; afeta o processo de escolarização; gera mão de obra desqualificada; adultização precoce; entre outros danos (Alberto e Santos, 2011; Kassouf, 2007; Pereira, Pereira e Oliveira, 2007).

No que versa acerca do trabalho infantil esportivo e artístico, várias discussões e impasses envolvem a temática, tanto no que diz respeito à legalidade quanto com relação às implicações para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Segundo Almeida (2011), a atividade artística, a prática de

atividades esportivas e as atividades recreativas são elementos que contribuem para o desenvolvimento intelectual, físico e social de crianças e adolescentes. No entanto, Marques (2009) aponta para a necessidade de discernir quando é benéfico para a criança e quando a atividade artística ou esportiva passa a ser exploração. O referido autor ainda destaca que as atividades prioritárias das crianças devem ser aquelas que contribuem para o seu desenvolvimento.

Bahia, Pereira e Monteiro (2008) ressaltam que o trabalho infantil artístico pode ser prejudicial ao desenvolvimento. Uma dessas implicações, apontada por Cavalcante (2012), é a formação de "relações deficitárias", que podem ser compreendidas como amizades baseadas na fama ou o afastamento do convívio social em decorrência da quantidade de compromissos que esses jovens artistas têm cotidianamente. As crianças e adolescentes envolvidos com o meio artístico se ausentam de festas de aniversário, encontros familiares, passeios da escola, ou seja, de atividades que deveriam acontecer frequentemente na vida de crianças e adolescentes em pleno desenvolvimento.

Cavalcante (2013), ao abordar a questão da fama no meio artístico, ressalta que ela é contraditória, pois por um lado traz privilégios e por outro retira a privacidade. Sendo assim, inicialmente pode ser prazerosa e deixar o ego do artista elevado, mas depois esse deslumbre é substituído pelo assédio, exposição e o desejo de viver momentos de normalidade novamente. Além disso, o sujeito vai sofrer influência da fama no que se refere à percepção que tem de si mesmo, podendo se perceber de duas formas: a figura pública, do jeito que os outros o veem, e o sujeito psicológico, que seria o seu eu distante do meio artístico.

Galdino e Pina (2012) explicitam que em determinadas atividades artísticas, como a representação em novelas, por vezes as crianças e adolescentes são expostas a conteúdos inadequados para suas idades. Os artistas mirins interpretam cenas que eles não deveriam sequer assistir, muito menos simular tal vivência.

Ao abordar as implicações do trabalho infantil artístico no desempenho escolar, Bahia, Pereiro e Monteiro (2008) e Cavalcante (2012) constatam em seus estudos, o primeiro realizado em Portugal e o segundo no Brasil, que a maioria das crianças e adolescentes considera como positivo seu desempenho escolar, chegando a afirmar que a atividade artística não o prejudica.

No entanto, ao analisar as respostas das mães e dos próprios artistas mirins, percebe-se que os compromissos de trabalho culminam em muitas faltas na escola, sendo necessária a realização de atividades extras para compensá-las. Destaca-se também que, devido ao fascínio que cerca o trabalho artístico, muitas escolas acabam facilitando a falta dos artistas mirins, assim como a recuperação das atividades perdidas. Essa forma de agir de certas escolas pode ocasionar grande prejuízo para a aprendizagem e para o convívio social, que depende da frequência escola de modo regular (Cavalcante, 2012).

Ainda no que se refere à escolarização, Alberto e Santos (2011) apontam como dois aspectos importantes a interação e a instrução formal. A interação possibilita uma mediação entre a criança, seus pares e professores, o que contribui no processo de aprendizagem, além de propiciar a convivência com outras crianças. E a instrução formal possibilita que a zona de desenvolvimento proximal seja estimulada, a partir da demonstração, experiência e assistência que são oferecidas na escola.

Algumas das implicações relacionadas ao trabalho infantil artístico são semelhantes para o trabalho infantil esportivo. No entanto, faz-se necessário destacar as implicações decorrentes do trabalho infantil esportivo especificamente. Uma dessas implicações é a "especialização precoce", que de acordo com Nunomura, Carrara e Tsukamoto (2010), é a especialização anterior ao período considerado como ideal, quando fases do processo de formação são antecipadas ou desconsideradas por completo.

Outra possível implicação decorrente do trabalho infantil esportivo são as consequências físicas diante de ritmos de treinos que exigem muito do atleta. O esporte de alto rendimento exige cada vez mais desempenho dos atletas. Estes, por sua vez, se esforçam excessivamente, o que acarreta lesões que vão variar de acordo com a modalidade esportiva. Por exemplo, são comuns as lesões no ombro e no joelho na prática do vôlei (Mendonça, Bittencourt, Anjos, Silva e Fonseca, 2010), desregulações no sistema reprodutor de atletas da ginástica olímpica (Meira e Nunomura, 2010) e a fadiga muscular, que atinge atletas de distintas modalidades (Baroni, Wiest, Generosi, Vaz e Leal, 2011).

Em relação às implicações emocionais, destaca-se que o esporte de alto rendimento exige que os atletas saibam lidar constantemente com o estresse, a rivalidade, a competição, aspectos que podem levar à ansiedade e à depressão (Coimbra, Bara Filho, Andrade e Miranda, 2013). Quando são atletas,

ainda crianças e adolescentes, essa questão é mais grave, já que são sujeitos em condição de pleno desenvolvimento, construindo seu autoconceito diante das percepções e valores influenciados pelo contexto em que vivem (Vieira, Vieira, Ferraz e Oliveira, 2010).

Ao abordar as implicações do trabalho infantil esportivo para a escolarização, destacam-se as implicações relacionadas à modalidade do futebol, na qual a formação dos jovens profissionais começa cada vez mais cedo, entre 10 e 12 anos. Outro aspecto a ser ressaltado é que essa formação ocorre geralmente em regime de albergamento, e tem uma duração de aproximadamente 10 anos, voltados para o preparo físico e técnicas corporais. Por ser um trabalho com o ritmo de treinos intensos e durante quase todo o dia, acaba dificultando a questão da escolarização, já que os futuros jogadores profissionais passam a frequentar a escola no período noturno, já cansados dos treinos realizados durante o dia (Soares, Melo, Costa, Bartholo e Bento, 2011).

Ainda acerca do futebol, aponta-se a Lei Pelé (Lei n. 12.395/11). De acordo com a referida lei, os clubes formadores devem assegurar aos atletas em formação a complementação educacional, além de garantir assistência educacional, psicológica, médica e odontológica. Deve também propiciar alimentação, transporte e convivência familiar e manter alojamento e instalações desportivas apropriados, especialmente no que se refere à alimentação, higiene, segurança e salubridade. Outra exigência é que os clubes ajustem o tempo destinado à efetiva atividade de formação do atleta, não superior a quatro horas por dia, aos horários do currículo escolar ou de curso profissionalizante, além de propiciar-lhe a matrícula escolar, com exigência de frequência e satisfatório aproveitamento (Melo Filho, 2011).

Método

Amostra

A amostra foi composta por 19 participantes, entre crianças, adolescentes e adultos, assim definida para se ter um olhar mais abrangente acerca das implicações do trabalho infantil esportivo e artístico, considerando-se perspectivas diferentes, tanto de quem está vivenciando, como de quem já vivenciou. Os principais critérios de seleção foram: trabalhar quando criança ou adolescente em atividades artísticas ou esportivas e ter alcançado a fama, compreendida como destaque na mídia (televisão, rádio, internet, outdoors).

Esse destaque na mídia refere-se às reportagens realizadas acerca dos artistas/ atletas; entrevistas com os mesmos; participação em propagandas; anúncios de shows em outdoors, rádio ou televisão; páginas nas mídias sociais como artista/atleta e possuir fã clube. Outro aspecto a ser destacado, é que o critério de ter atingido a fama foi utilizado pelo fato de a fama ser retratada pela mídia como algo positivo e glamoroso, despertando o interesse em investigar como esses jovens artistas e atletas veem a fama e o que eles apontam como mudanças em suas vidas a partir de sua vivência.

O tamanho da amostra foi definido a *posteriori* conforme o critério de saturação proposto por Minayo (2007), segundo o qual, a partir da ida a campo, quando o pesquisador constata que os temas começam a se repetir, encerra-se a coleta de dados. Isso resultou em uma amostra com nove atletas de diferentes modalidades e dez artistas de diferentes áreas.

Instrumentos

Utilizou-se como instrumento uma entrevista semiestruturada nos moldes da história de vida tópica. Uma técnica que possibilita conhecer a experiência dos entrevistados e o sentido a partir do mundo que eles vivem, focando em determinado momento ou etapa da vida do entrevistado (Minayo, 2007). No caso deste estudo, o momento se refere ao início da carreira esportiva ou artística. A entrevista contemplava questões referentes aos dados biossociodemográficos, tais como idade, sexo, escolaridade, idade em que ingressou na carreira esportiva ou artística; e uma questão deflagradora.

A questão norteadora que dava ao entevistado a possibilidade de iniciar seu relato era: "*Conte-me como foi/é sua vida após ter entrado no meio artístico ou esportivo*". Inicialmente, o entrevistado se expressava de forma livre acerca da temática e, conforme fosse necessário, a pesquisadora fazia uso do roteiro para conduzir a entrevista da melhor forma possível. Nesse último caso, incluindo tópicos que abrangiam as implicações do trabalho infantil esportivo ou artístico para a escolaridade e mudanças na vida.

Procedimentos

Para a realização da pesquisa, solicitou-se a autorização da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL) do Estado da Paraíba e do Sindicato

dos Artistas e Técnicos em Espetáculo (SATED) da Paraíba. Em seguida, o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Foram obedecidos os princípios éticos referentes à pesquisa envolvendo seres humanos, estabelecidos na Resolução 466/2012 do Ministério da Saúde (Brasil, 2012), que garantem ao participante a confidencialidade das informações fornecidas, a manutenção de sua privacidade, o direito de interromper a entrevista em qualquer momento de sua realização e o seu Consentimento Livre e Esclarecido. No caso da entrevista com crianças e adolescentes, o termo de consentimento foi assinado pelos pais ou responsável.

O procedimento de coleta iniciou-se com busca nas mídias (televisão, rádio, internet, jornal), visando encontrar crianças e adolescentes que são esportistas de alto rendimento ou artistas; adultos que são ou foram atletas ou artistas, e que iniciaram suas carreiras ainda na infância, considerando a questão da fama. As páginas nas mídias sociais foram utilizadas como ferramenta de busca e para estabelecer o contato inicial com os possíveis entrevistados ou os seus empresários, para marcar data, horário e local para realizar as entrevistas, que foram gravadas. Devido à dificuldade em encontrar artistas e atletas para participarem da pesquisa, passou-se a utilizar a estratégia da "bola de neve", que consiste em chegar a outros participantes por meio de indicação de pessoas que já foram entrevistadas.

Análise dos Dados

A técnica de análise de dados utilizada foi o mapa de associação de ideias, por possibilitar uma organização do processo de análise das entrevistas buscando identificar e compreender os repertórios interpretativos, permitindo fazê-lo respeitando a dialogia entre pesquisador e participante. Segundo Spink e Medrado (2004), os repertórios interpretativos constituem um conjunto de termos e descrições que possibilitam a emergência tanto das regularidades quanto das singularidades nas falas dos entrevistados.

Para construir os mapas, inicialmente as entrevistas foram transcritas e as falas enumeradas de acordo com a ordem em que aparecem no discurso dos entrevistados. Em seguida, tomando como base o que foi observado nas entrevistas e considerando os objetivos da pesquisa, são elaboradas as categorias gerais. As categorias elaboradas foram: implicações para a escolarização, mudança na vida no âmbito social e mudanças na vida no âm-

bito físico/emocional. Os mapas foram construídos na forma de tabelas, nas quais as colunas correspondem às categorias gerais e nas linhas são colocados os trechos de fala correspondentes a cada categoria, a partir dos trechos de fala de onde são retirados os repertórios interpretativos. Na leitura vertical dos mapas, identificam-se os trechos das falas dos entrevistados (repertórios), e na leitura horizontal, observa-se a dialogia com a pesquisadora.

Resultados

Entrevistaram-se pessoas de diversas áreas artísticas e esportivas, variando entre: cantor, artista circense, modelo, ator, jogador de vôlei, atleta de ginástica artística, jogador de futebol e atleta de taekwondo. No que se refere à raça/cor, destaca-se que os artistas, em sua maioria, definiram-se como branco ou pardo. No que se refere aos atletas, a maioria, referenciou-se como negro ou moreno. Em relação ao gênero, entrevistaram-se doze homens e sete mulheres.

No que versa à escolaridade, as nove crianças/adolescentes entrevistados estavam estudando e cursavam entre o fundamental e o ensino médio (Tabela 1).

Tabela 1 – Contextualização (Quem vivencia)

Participantes	Formas de TI	Ingressou	Etnia	Escolaridade
VT (16 anos)	Ginástica artística	8 anos	Negra	Ensino Médio
NI (14 anos)	Ginástica artística	8 anos	Negro	Ensino Médio
LV (14 anos)	Ginástica artística	6 anos	Negro	Ensino Médio
NM (16 anos)	Taekwondo	6 anos	Moreno	Ensino Médio
DL (10 anos)	Ator	4 anos	Branco	Ensino Fund.
GC (13 anos)	Modelo	4 anos	Branca	Ensino Fund.
KA (14 anos)	Artista circense	5 anos	Parda	Ensino Fund.
JP (13 anos)	Artista circense	7 anos	Pardo	Ensino Fund.
ME (9 anos)	Artista circense	4 anos	Parda	Ensino Fund.

Fonte: Criação das autoras

Já em relação aos adultos, a escolaridade variou entre: pós-graduação, superior completo, superior incompleto, ensino médio completo e ensino médio incompleto por desistência (Ver Tabela 2). Ao serem questionados acerca da idade em que ingressaram na carreira artística ou esportiva, as respostas dos entrevistados variaram entre 4 e 15 anos de idade.

Tabela 2 – Contextualização (Quem vivenciou)

Participantes	Formas de TI	Ingressou	Etnia	Escolaridade
AL (32 anos)	Vôlei	6 anos	Branca	Pós-graduação
CH (21 anos)	Vôlei	14 anos	Morena	Ensino Superior cursando
VF (22 anos)	Vôlei	13 anos	Moreno	Ensino Superior incompleto
LC (37 anos)	Ginástica artística	6 anos	Branco	Não respondeu
RA (19 anos)	Futebol	8 anos	Negro	Ensino Médio incompleto
JL (19 anos)	Cantor	14 anos	Mulato	Ensino Médio completo
RS (32 anos)	Cantor	15 anos	Branco	Pós-graduação
JP (20 anos)	Artista circense	10 anos	Negro	Ensino Médio completo
RP (21 anos)	Artista circense	14 anos	Mestiço	Ensino Médio completo
GL (21 anos)	Artista circense	14 anos	Branca	Ensino Superior cursando

Fonte: Criação das autoras

Verifica-se que, nas atividades que envolvem o corpo (ginástica artística, arte circense, futebol e vôlei), o início da carreira se dá de forma mais precoce. Alguns dos entrevistados explicitam que não se lembram de como foi o início da carreira, e ao narrarem acerca desse início, o relato é feito a partir do que os pais lhes contaram.

No que concerne às implicações do trabalho infantil esportivo ou artístico para a escolarização, alguns dos repertórios que emergiram na fala dos entrevistados foram: *perdia muita aula; dificuldade em conciliar estudo e trabalho; conteúdos das escolas são diferentes; e clubes brasileiros não são rigorosos.*

A maioria dos entrevistados explicita alguma implicação do trabalho infantil esportivo ou artístico para a escolarização. Dentre estas, destaca-se o repertório perdia muita aula, como pode ser visto na fala a seguir:

> V19: [...] E o rendimento no colégio foi cada vez mais piorando, porque eu perdia muita aula, muita prova e não tinha como, tinha época que eu tinha que fazer 12 provas num dia só. Era um absurdo, o colégio nunca apoiou (Jogador de vôlei, sexo masculino, 22 anos).

Outra implicação para a escolarização, que emerge nos discursos de alguns entrevistados, é revelada no repertório *dificuldade em conciliar estudo e trabalho.* Como pode ser visto no trecho da entrevista:

> RP42: [...] A gente tinha atividade à tarde, cansado mesmo, íamos pra casa, às vezes nem íamos pra casa, tomávamos banho no [cita a instituição] mesmo e daqui íamos pro colégio. E foi assim durante três anos, três, né! E foram anos muito difíceis! (Artista circense, sexo masculino, 21 anos).

Ao analisar as entrevistas dos artistas circenses que viajam com o circo por todo o país, constata-se regularidade em seus discursos, ao abordarem a necessidade de mudar de escola várias vezes ao ano, conforme o circo muda de cidade. Acerca dessa questão, emerge o repertório *conteúdos das escolas são diferentes*. Como pode ser visto na fala da artista circense (14 anos): *"É meio complicado, porque geralmente a gente chega numa escola e estão aprendendo um conteúdo diferente. Aí eles sempre procuram (a produção do circo) uma escola que tem um sistema de ensino igual ao da anterior"*.

Uma singularidade foi revelada no discurso do jogador de futebol. O entrevistado revela que desistiu de estudar, fez até o primeiro ano do ensino médio, para se dedicar à sua carreira de jogador de futebol. Emerge em sua fala o repertório clubes brasileiros não são rigorosos, mesmo sendo condição para ser de um time de base estar estudando. O jogador ainda explicita que, na prática, essa condicionalidade não é exigida.

> RA14: É porque atleta que mistura com colégio fica preguiçoso, né! E eu também sou um desses que larguei os estudos pra jogar bola. Chegou um momento que eu tive que escolher ou o futebol ou a escola. E eu resolvi dar sequência ao futebol! (Jogador de futebol, sexo masculino, 19 anos).

No que se refere às implicações do trabalho infantil esportivo e artístico para a escolarização, constata-se que tanto quem vivencia (crianças/adolescentes) como quem vivenciou (adultos) apresentaram repertórios semelhantes. As singularidades encontradas estão relacionadas às características e necessidades específicas das áreas artísticas ou esportivas, como é o caso dos artistas circenses que mudam de escola várias vezes ao ano.

Destaca-se neste estudo como implicações do trabalho infantil esportivo ou artístico provocam mudanças na vida no âmbito social. Ao analisar os mapas de associação de ideias referentes a essas mudanças, os repertórios que emergiram nos discursos dos entrevistados foram: *muita exposição; amigos se chateiam; saudade da família; amadureceu rápido; e não teve infância.*

Na fala de alguns entrevistados, tanto atletas como artistas, constata-se como a mudança na vida no âmbito social é influenciada pela exposição decorrente da carreira que exercem. Evidencia-se no discurso da jogadora de vôlei o repertório muita exposição. Diante dessa exposição, os entrevistados apontam pontos positivos, o fato de fazer amizades. E como aspecto negativo, sobressai a falta de privacidade. Esses aspectos eles revelam que precisam saber lidar constantemente.

> A50: [...] No lado negativo, é que na verdade a gente fica muito exposta, a gente perde um pouco da privacidade. E o lado positivo é que realmente a gente faz muita amizade, realmente é bom você ser reconhecido, reconhecer o seu trabalho (Jogadora de vôlei, sexo feminino, 32 anos).

Outra implicação destacada pelos entrevistados é o afastamento do convívio social e familiar. Eles revelam que, devido à rotina de treinos, devido a compromissos profissionais e até mesmo pelo fato de terem que mudar de cidade, afastaram-se da família e dos amigos. Alguns dos repertórios que emergem são: *amigos se chateiam e a saudade da família.*

> N54: Eu já falei pro meu pai: Pai, assim é tão ruim, a pessoa chega à noite e ver meus amigos "vamos pra ali, vamo aqui" e eu "não, tenho que treinar". É muito chato. Eu sempre senti falta dessa vida assim, normal! (Atleta de taekwondo, sexo masculino, 16 anos).

Uma implicação identificada exclusivamente nos discursos dos adultos se refere ao fato de o artista ou atleta amadurecer mais rápido e ter mais responsabilidade. Eles apontam que têm uma rotina intensa a ser cumprida, fazem várias viagens, começam a receber financeiramente ainda novos e lidam constantemente com pressões advindas de carreiras que envolvem a fama. Acerca dessa implicação, emergem os repertórios *amadureceu rápido e não teve infância*. O atleta de ginástica artística (37 anos) revela: "Eu não tinha infância (risos)! Era só ginástica, a minha vida todinha foi dentro de um ginásio de ginástica e no domingo eu ia à praia, era o meu cotidiano!"

Uma implicação positiva no âmbito social relatada por alguns entrevistados, tanto quem vivencia como quem vivenciou a atividade, é o afastamento do mundo das drogas, a possibilidade de não vivenciar esse mundo por estar envolvido com o esporte. Esta implicação é revelada no repertório *o taekwondo me afastou das drogas*. Acerca dessa questão, o atleta de taekwondo (16 anos) diz: "Eu acho que o taekwondo me ajudou a sair dessas coisas, assim, que muitos amigos meus entraram aí, como as drogas e tal. Acho que o taekwondo me ajudou a não ver essa parte, não ver o meu bairro como é, não ver essas coisas".

Em relação às mudanças na vida no âmbito físico/emocional advindas do trabalho infantil artístico ou esportivo, os participantes apontaram como repertórios: *sobrecarregado; a saúde é deixada de lado; lesões; mães forçam suas filhas a trabalhar; condição precária dos alojamentos.*

A maioria dos entrevistados revela em suas falas que a rotina de estudar, treinar ou ensaiar e competir ou se apresentar, os deixava cansados. Por vezes, ficavam sonolentos em algumas atividades, como na escola. Emerge como repertório na fala do jogador de vôlei, *sobrecarregado.*

> V19: [...] E logo no começo eu treinava vôlei de quadra e de praia, era mais absurdo ainda. Ttive "Overtraining". Não conseguia estudar, num conseguia assimilar nada. Eu fiquei com sobrecarga, fiquei so-

> brecarregado. E aí eu tive que decidir ir pra praia (Jogador de vôlei, sexo masculino, 22 anos).

Um aspecto referente às implicações da carreira artística revelado pelo cantor (32 anos) é que o artista vive envolto em um mundo de festa, bebida, sendo necessário saber lidar com essas questões. Por viver na noite, os artistas têm horários conturbados, acabam sem dormir e sem se alimentar direito. Acerca disso, emerge o repertório *a saúde é deixada de lado.*

Outra implicação evidenciada, principalmente pelos atletas e artistas circenses entrevistados, é a questão das *lesões*. O repertório lesões é recorrente na fala desses entrevistados, tanto os que vivenciaram quanto os que estão vivenciando, por serem carreiras que exigem muito do corpo, o que acarreta em desgaste físico e em algumas lesões que irão variar conforme a modalidade praticada.

> L58: Ah, sim, muito machucado, muita lesão... Já levei muita queda de cabeça fazendo movimento, que tive que ir pro hospital. Mas isso é besteira, isso acontece mesmo no esporte! Então a única coisa que o cara tem que fazer é se levantar e fazer as coisas de novo (Atleta de ginástica artística, sexo masculino, 14 anos).

Emerge na fala da miss/modelo o repertório *mães forçam suas filhas a trabalhar* mesmo sem elas quererem, só no intuito de receber dinheiro ou premiação em outra espécie, como nos concursos de miss. No entanto, ela explicita que gostava de desfilar e que não era obrigada a participar.

> G70: O Miss Brasil, quando eu fui, é só o que tem! As meninas vão sendo forçadas, e nem há o termo de dinheiro no meio, só premiação pessoal, entendeu?! Os pais, os familiares, forçam essas meninas a fazerem o que não querem pra apenas se beneficiarem e não veem a saúde da filha! (Miss/modelo, sexo feminino, 13 anos).

No que se refere especificamente ao futebol, modalidade na qual é comum que os atletas morem em alojamentos para treinarem, um entrevistado que teve essa vivência revela em sua fala o repertório *condição precária dos alo-*

jamentos. Ele destaca que tinha rato no alojamento em que ele morava. Revela também que em alguns alojamentos, no Brasil, os atletas chegam a passar fome.

> RA38: Agora, também, tem as condições que não são boas. Tinha rato em alojamento, muita coisa. Tem clube aqui no Nordeste que tem moleque que passa fome. É, tem canto que é difícil jogar bola aqui! (Jogador de futebol, sexo masculino, 19 anos).

Discussão

Apesar da heterogeneidade da amostra, considerando-se a variabilidade de idade de 9 a 37 anos, e diferentes modalidades (modelo, ator, cantor e artista circense, vôlei; ginástica artística; futebol e taekwondo), constata-se que os entrevistados iniciaram cedo nessas atividades, configurando-se como trabalho infantil atividades com sistematicidade, rotina, carga de treinos elevada e responsabilidades para atingir determinados objetivos de resultado. Destaca-se que os entrevistados apresentam estes aspectos definidores do trabalho infantil ao abordarem as implicações da atividade artística ou esportiva que realizavam. E os elementos identificados são corroborados pela OIT (2001), Lei n. 6.533 (Brasil, 1978), Cavalcante (2012), Brasil (n.d.) e Rubio (2002), ao definirem trabalho infantil, trabalho infantil artístico e trabalho infantil esportivo, apontando os aspectos apresentados pelos entrevistados.

Os dados deste artigo revelam que os participantes, crianças, adolescentes e adultos, sentem/avaliam/falam que a inserção precoce nas atividades artísticas e esportivas trouxe implicações danosas para o processo escolar, como faltas constantes, devido às viagens e treinos; afastamento da escola; prejuízos no desempenho escolar; transferência para o turno noturno para se dedicar, inteiramente, durante o dia aos treinos; desistência escolar, que pode decorrer do ritmo de treinos cansativos e da falta de fiscalização. Os dados estão de acordo com a literatura que também identifica tais implicações, como Bahia, Pereira e Monteiro (2008), Cavalcante (2012) e Soares et al. (2012).

No trabalho de Cavalcante (2012), nem todas as crianças e adolescentes visualizaram o prejuízo para a escolarização, e o mesmo ocorre neste estudo. No entanto, a referida autora aponta que os pais dos trabalhadores artísticos ressaltam e identificam danos que também foram encontrados nesta pesquisa, como a realização de atividades extras para compensar as

faltas e a facilitação da escola na recuperação das atividades. O que, segundo Cavalcante (2012), acontece porque nas escolas, assim como na sociedade em geral, sobressaem a fama e o *glamour.* Ao sobressair tal aspecto, deixa-se de visualizar o mesmo que este artigo identifica nos repertórios dos participantes, acerca do prejuízo para a aprendizagem e o que é apontado por Alberto e Santos (2011) em relação à importância da frequência, do acompanhamento escolar e do convívio social para o desenvolvimento de crianças e adolescentes no seu processo de aprendizagem.

No que se refere à desistência escolar, destaca-se que tal fato não está em consonância com a Lei Pelé, que assegura que os clubes propiciem a matrícula escolar e garantam frequência e satisfatório aproveitamento (Melo Filho, 2011). É importante explicitar que esses aspectos das implicações para a escolarização emergiram nos discursos dos artistas e atletas entrevistados, tanto de quem vivenciou como de quem está vivenciando.

Identifica-se também, a partir dos discursos dos entrevistados, como implicação do trabalho infantil artístico e esportivo, amizades em decorrência da fama e o afastamento do convívio familiar e social, devido à quantidade de compromissos que esses jovens artistas têm cotidianamente. Cavalcante (2012) aborda essa questão e define tal implicação como "relações deficitárias", ao explicitar que, pelo fato de a carreira exigir muito, as crianças e adolescentes se ausentam de festas de aniversário, encontros familiares, ou seja, de atividades que deveriam acontecer frequentemente na vida deles.

Emerge na fala dos adultos, como decorrência do trabalho infantil esportivo ou artístico, a perda da infância. Essa perda da infância advém tanto do fato de esses jovens artistas e atletas terem uma rotina que não tem espaço para atividades comuns para sua idade (como o brincar), quanto pelo fato de eles se tornarem independentes e responsáveis ainda muito novos, o que vai contra o que é destacado por Almeida (2011) e Marques (2009) ao apontarem que essas atividades são cruciais para o seu desenvolvimento.

Galdino e Pina (2012) abordam essa questão da perda da infância ao destacarem que os artistas mirins são expostos a conteúdos inadequados para suas idades ao representarem cenas que eles não poderiam sequer assistir. Ressalta-se que neste artigo as crianças e adolescentes não trazem em seus discursos tal implicação, o que pode decorrer do fato de que elas estão vivenciando a carreira, enquanto que os adultos partem da perspectiva de quem já vivenciou, o que possibilita refletir acerca dessa vivência.

Nesta pesquisa, encontra-se como aspecto que merece destaque a questão da fama e dos aspectos que incidem da mesma, como a exposição e a falta de privacidade. Esta questão é tratada por alguns estudiosos como Cavalcante (2013). De acordo com a referida autora, a fama, embora inicialmente cause deslumbre, passa a ser incômoda quando acontece a perda de privacidade.

Destaca-se que, independentemente da idade, saber lidar com a fama e as questões que perpassam a carreira artística e esportiva é complicado, mas quando se refere a crianças e adolescentes que estão construindo sua identidade, lidar com essas questões é ainda mais difícil e pode ser prejudicial para o seu desenvolvimento. Coimbra et al. (2013) e Vieira et al. (2010) ressaltam que o atleta de alto rendimento, em decorrência de viver em ambiente de competição, acaba enfrentando ansiedade ou até mesmo depressão. O mesmo ocorre com artistas que têm uma carreira de altos e baixos.

Outra implicação identificada foi a questão das lesões. Implicação essa presente nos discursos dos atletas e artistas circenses, por serem carreiras que envolvem o corpo e exigem um preparo físico. Diversos autores como Baroni et al. (2011), Meira e Nunomura (2010), Mendonça et al. (2010) e Nunomura, Carrara e Tsukamoto (2010), corroboram o que foi encontrado nesta pesquisa, ao ressaltarem como implicações do esporte de alto rendimento as constantes lesões que vão variar de acordo com a modalidade esportiva praticada e devido ao fato de a preparação física iniciar precocemente.

Constata-se que, ao falar acerca das lesões, todos os entrevistados que ressaltam essa implicação tratam com certa naturalidade das mesmas, como se fosse algo inerente à profissão. Esta posição frente às lesões é algo preocupante, pois minimizar ou desconsiderar as consequências das lesões implica em prejuízos para o desenvolvimento, implicações essas que acabam acarretando o encerramento da carreira de forma precoce pelo desgaste físico ou por lesões crônicas.

Considerações finais

Dentre as implicações que emergem nas falas dos entrevistados, as que mais se repetiram foram: a perda da infância; a falta de privacidade; a responsabilidade e o amadurecimento precoce; os prejuízos para a escolarização e as lesões. Especificamente em relação aos prejuízos para a escolarização, aparece como uma dificuldade conseguir conciliar estudo e carreira.

No que se refere às lesões, elas foram mais recorrentes nas entrevistas com os atletas e com os artistas circenses. Constata-se que essa implicação é vis-

ta e tratada pelos entrevistados com naturalidade, como algo que é inerente à profissão. Por conceberem as lesões como algo característico do atleta ou artista circense, a saúde por vezes é deixada de lado em detrimento do bom desempenho na carreira, com exceção dos casos em que o trabalho infantil esportivo foi abordado pelos participantes como uma implicação positiva que afastou das drogas. Nesse caso específico, percebe-se uma confusão entre esporte enquanto lazer, educativo e esporte enquanto trabalho infantil.

Destaca-se que, a partir da reflexão dos adultos acerca da vivência na carreira artística ou esportiva precocemente, eles apontam como implicação a perda da infância, enquanto as crianças e adolescentes não se referem a essa implicação. Constata-se assim a relevância da participação de crianças, adolescentes e adultos neste artigo, pois são perspectivas diferentes acerca do mesmo tema.

A partir do que foi exposto, constata-se que o trabalho infantil esportivo e artístico tem distantes implicações na vida de quem os vivencia; e que, embora sejam carreiras diferentes, as implicações se assemelham em alguns aspectos. Ressalta-se também que o esporte e a arte contribuem para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, mas que é necessário estar atento a considerar até que ponto é algo positivo e quando passa a ser uma exploração que acarreta prejuízos, tanto em curto quanto em longo prazos, na vida desses artistas mirins e desses jovens atletas.

Referências

ALBERTO, M. F. P.; SANTOS, D. P. (2011). Trabalho infantil e desenvolvimento: Reflexões à luz de Vigotski. *Psicol. Estud*, v. 16, n. 2, p. 209-218. doi: 10.1590/S1413-73722011000200004.

ALMEIDA, P. M. M. (2011). *O trabalho infantil artístico e o limite de dezesseis anos imposto pela constituição federal*. Monografia, Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP, Brasília. Disponível em: <http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/214>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BAHIA, S.; PEREIRA, I.; MONTEIRO, P. (2008). Participação em espetáculos, moda e publicidade: Fama enganadora. *In*: Cadete, J. (Org.). *PETI: 10 anos de combate à exploração do trabalho infantil*. Cidade: Editora, p. 207-242. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/2708>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BARONI, B. M.; WIEST, M. J.; GENEROSI, R. A.; VAZ, M. A.; LEAL JUNIOR, E. C. P. Efeito da fadiga muscular sobre o controle postural durante o movimento do passe em atletas de futebol. *Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano (RBCDH)* (online), v. 13, n. 5, p. 348-353, 2011. doi:10.5007/1980-0037.2011v13n5p348.

BRASIL. Lei n. 6.533, de 24 de maio de 1978. *Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Conselho Nacional de Saúde. Normas de pesquisa envolvendo seres humanos. *Res. CNS 466/12*. Bioética. 2012.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM). *Por Dentro do Brasil/Esportes*. Brasília: SECOM, [n.d.].

CAVALCANTE, S. R. Trabalho infantil artístico: conveniência, legalidade e limites. *Rev. TST*, v. 79, n. 1, p. 139-158, 2013. Disponível em: <http://aplicacao.tst.jus.br/ dspace/bitstream/handle/1939/38639/014_cavalcante.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jun.2025.

CAVALCANTE, S. R. *Trabalho artístico na infância*: estudo qualitativo em saúde do trabalhador. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Saúde Pública, USP, São Paulo, 2012.

COIMBRA, D. R.; BARA FILHO, M.; ANDRADE, A.; MIRANDA, R. Habilidades psicológicas de coping em atletas brasileiros. *Motri (online)*, v. 9, n. 1, p. 95-106. doi: 10.6063/motricidade.9(1).2467, 2013.

GALDINO, A. T.; PINA, S. T. O trabalho infantil nas telenovelas, a função social das telecomunicações e os abusos cometidos contra a criança e o adolescente. *Ciência et Praxis*, v. 6, n. 10, p. 33-36, 2012.

KASSOUF, A. L. O que conhecemos sobre trabalho infantil? *Nova Economia*, v. 17, n. 2, p. 323-350, 2007. doi:10.1590/S0103-63512007000200005

MARQUES, R. D. Trabalho Infantil Artístico: Proibições, Possibilidades e Limites. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, v. 19, n. 38, p. 13-53, 2009. Disponível em: <http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/handle/1939/38664>. Acesso em: 10 jun. 2025.

MEIRA, T. B.; NUNOMURA, M. Interação entre leptina, ginástica artística, puberdade e exercício em atletas do sexo feminino. *Revista Brasileira*

de Ciências do Esporte (Impr.) [online], v. 32, n. 1, p. 185-199, 2010. doi: 10.1590/S0101-32892010000400013.

MENDONÇA, L. De M.; BITTENCOURT, N. F. N.; ANJOS, M. T. S. dos; SILVA, A. A. da; FONSECA, S. T. Avaliação muscular isocinética da articulação do ombro em atletas da Seleção Brasileira de voleibol sub-19 e sub-21 masculino. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, v. 16, n. 2, p. 107-111, 2010. doi: 10.1590/S1517-86922010000200006.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento*: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2007.

NUNOMURA, M.; CARRARA, P. D. S.; TSUKAMOTO, M. H. C. Ginástica artística e especialização precoce: cedo demais para especializar, tarde demais para ser campeão! *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (Impr.) [online]*, v. 24, n. 3, p. 305-314, 2010. doi: 10.1590/S1807-55092010000300001.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. *Combatendo o trabalho infantil*: guia para educadores. Brasília: OIT, 2001. Disponível em: <http://white.oit.org.pe/ipec/documentos/escola1_br.pdf>. Acesso em: 10/06/2025

PEREIRA, L. S.; PEREIRA, R. C.; OLIVEIRA, B. Adolescentes feirantes de Várzea Nova: realidade e perspectivas. In: ALBERTO, M. F. P. (Org.). *Crianças e adolescentes trabalhando? Uma estratégia de sobrevivência que atravessa gerações.* João Pessoa: Editora UFPB, 2007, p. 51-60.

SOARES, A. J. G.; MELO, L. B. S.; COSTA, F. R. Da; BARTHOLO, T. L.; BENTO, J. Jogadores de futebol no Brasil: mercado, formação de atletas e escola. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 33, p. 905-921, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbce/v33n4/a08v33n4.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SPINK, M. P. J.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. P. J. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*: aproximações teóricas e metodológicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

VIEIRA, J. L. L.; VIEIRA, L. F.; FERRAZ, C. De C.; OLIVEIRA, L. P. Autoconceito e esporte: uma análise no contexto competitivo de rendimento. Psicologia para América Latina (online), v. 19, 2010 . Disponível em: <http://psicolatina.org/19/autoconceitod.html>. Acesso em: 10 jun. 2025.

A persistente exploração do trabalho infantil e suas determinações particulares no Brasil

Terçália Suassuna Vaz Lira

Introdução

O presente trabalho apresenta uma análise dos determinantes econômicos, políticos e sociais que promovem a persistente exploração do trabalho infantil no Brasil. Através da análise dos elementos que configuram as particularidades de um país de economia periférica dependente, e implicado pela crise estrutural do capital, compreender como tais determinantes incidem na vida das famílias da classe trabalhadora e promovem a persistente exploração do trabalho infantil no país. Isso, ao mesmo tempo em que, por meio do discurso instituído na legislação, sobressai a promessa de sua erradicação. Discurso, esse, inspirado pela ratificação das Convenções Internacionais da Organização Internacional do Trabalho, e instituído pela Lei 8069/90 e pelas políticas sociais implantadas nas últimas décadas no país.

O discurso da erradicação do trabalho infantil, alavancado pela Organização Internacional do Trabalho, foi disseminado no país através de um conjunto de medidas jurídico-políticas, que se concretizaram por meio da implantação de um conjunto de políticas e programas sociais que visavam ao enfrentamento do trabalho infantil, sobretudo nas suas piores formas[1]. Isso representou, na última década, um grande avanço no campo jurídico-institucional; entretanto, a sua erradicação permanece um horizonte longe de ser atingido.

Pretendemos, neste trabalho, refletir sobre como o contexto atual, de recrudescimento do neoliberalismo, agora em sua terceira fase, denominada

1. A Convenção 182 trata da proibição do trabalho infantil nas suas piores formas. Trata-se de atividades que, por sua natureza, causam danos físicos, psicológicos ou morais às crianças e adolescentes. Tendo tal Convenção sido ratificada pelo governo brasileiro.

por alguns teóricos como ultraneoliberalismo[2], implica num cenário persistente de exploração do trabalho infantil, devido à funcionalidade que este desempenha na particularidade de um país de economia periférica dependente.

O estudo, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, parte de determinações mais simples do fenômeno investigado e estabelece suas relações com os processos econômicos, políticos e sociais em sua processualidade, no contexto de uma situação histórico-concreta. Trata-se de compreender o objeto como pertencente à natureza da sociedade posta, o que remete à compreensão da própria essência de uma sociedade capitalista periférica e dependente e de suas leis.

O trabalho infantil é um problema histórico, que persiste, apesar de uma série de avanços que vêm se desenvolvendo em termos legais e políticos, e que se materializam em políticas, programas e serviços socioassistenciais ofertados à população nas últimas décadas visando a sua "erradicação". São exemplos: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), os Programas de Distribuição de Renda, a Política de Assistência Social e a Escola em Tempo Integral. Associam-se a estes, outros programas e políticas que impactam na vida das famílias, como o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Ainda que muito se tenha avançado, posto que as estatísticas apontam para a redução do número de crianças e adolescentes trabalhadores na última década, com algumas oscilações conjunturais, se pensarmos que a promessa é a erradicação, e que esta meta, prescrita para o milênio, já foi postergada várias vezes, precisamos refletir sobre o porquê da existência e persistência do problema. Isso exige pensarmos sobre o que o nosso país tem de particular, que cria obstáculos para a reversão do problema, levando-o a persistir, independentemente de legislações instituídas, governos e modelos econômicos e políticos implantados. Isso é o que nos exige refletir sobre as particularidades de um país de economia periférica dependente, como é o Brasil, e como estas impactam a vida da classe trabalhadora e promovem a existência e persistência do trabalho infantil, em suas diversas formas.

2. O termo ultraneoliberalismo é aqui utilizado para denominar e caracterizar o recrudescimento da agenda macroeconômica do neoliberalismo ortodoxo, agregado de novos elementos que não existiam nas suas duas fases anteriores: a ortodoxa e a social-liberal. Citando alguns desses novos elementos, temos: a ampliação do ajuste fiscal permanente; a fake news como estratégia de governo; o neoconservadorismo e o uso da violência, principalmente com a militarização das favelas e a criminalização da pobreza.

O trabalho infantil e a particularidade brasileira: dependência e superexploração da força de trabalho

Por trabalho infantil, no Brasil, entendem-se as atividades econômicas proibidas para menores de 16 anos – salvo para a condição de aprendiz, que tal proibição se faz a partir dos 14 anos -, sendo vedado qualquer tipo de trabalho perigoso, danoso e insalubre a menores de dezoito anos, conforme preconizado na Lei 8069/90. Tratam-se de:

> [...] atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, independentemente da sua condição ocupacional (Brasil, 2024, p. 6).

Trata-se, portanto, de uma atividade proibida por lei, que se dá pelo reconhecimento dos danos que esta pode vir a acarretar ao desenvolvimento físico, psicológico, cognitivo e moral de seres em processo de desenvolvimento, e sujeitos de direitos, como se fez reconhecer na legislação brasileira (Brasil, 2023 e 2024).

O fato é que crianças e adolescentes continuam sendo exploradas no trabalho. Isso, apesar da referida proibição, e das políticas sociais desenvolvidas para o seu enfrentamento, que têm promovido a redução das suas estatísticas, como também a meta estipulada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), juntamente com a Organização das Nações Unidas (ONU), de erradicação das piores formas de trabalho infantil até 2016 e sua eliminação por completo até 2025[3]. Assim chegamos na análise do problema, fundamentando-se na Lei Geral da Acumulação capitalista (Marx, 1980) e à luz da teoria marxista da dependência (Marinni, 2005), para concluirmos que tal discurso de erradicação, no atual cenário, é, sobretudo, uma mera falácia.

Tal constatação decorre do entendimento do caráter funcional que o trabalho infantil tem para o processo de acumulação capitalista, ocupando dimensões extremamente relevantes nas economias periféricas dependentes, as quais buscaremos aqui analisar.

3. Destaca-se que esse pacto global foi renovado até 2025, de acordo com a meta 8.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Na história do capitalismo é possível observar, sobretudo na obra de Marx (*O capital*), que a legislação de combate ao trabalho infantil somente se faz respeitar quando das necessidades engendradas pelo capital. Nesse sentido, observa-se que ora a legislação é respeitada, ora não, mostrando que o que prevalece são as determinações das necessidades do capital, frente às determinações político-jurídicas (Marx, 1980).

Na realidade brasileira, para compreender o problema, faz-se necessário situá-lo frente aos ditames das particularidades de uma economia periférica dependente, que ao se inserir na lógica do capitalismo mundial, o faz sob diferenças fundamentais que têm como base a sua subordinação aos países de capitalismo central: a dependência econômica implica transferências de valor que se dão por meio da troca desigual. Assim, sob as determinações dos termos de troca no mercado mundial, as economias periféricas perdem parte do valor gerado internamente, o que se faz compensar por meio da superexploração da força de trabalho, já que são obstaculizadas as condições que poderiam fazê-lo por meio do aumento da produtividade[4].

Nesse cenário, é que se impõe no desenvolvimento do capitalismo brasileiro a superexploração da força de trabalho, que se faz por meio do rebaixamento salarial e pela intensa e extensa jornada de trabalho. O que se realiza sob determinações políticas e culturais onde o moderno e o arcaico se articulam para estruturar as relações e as políticas econômicas no país. Cabe também considerar o papel desempenhado pelo racismo nesse processo, que levou a população preta a compor majoritariamente o exército industrial de reserva, funcional aos processos de superexploração da força de trabalho. Daí se explica o alijamento dos negros dos processos produtivos capitalistas, e a hierarquização racializada do mercado de trabalho e do acesso à riqueza socialmente produzida. Trata-se de um legado deixado pela escravidão, mas, que compõe e estrutura as relações sociais estabelecidas após o fim da colonização. Como dito por Eliane Assis (2022), tratou-se aqui de se desenvolver uma modalidade de "capitalismo racista". Fagundes (2022), por sua vez, irá mostrar que o racismo foi, e ainda é, funcional à

4. A superexploração da força de trabalho é, para Marinni, o elemento explicativo para compreender as relações capital x trabalho nas economias periféricas dependentes e seu modelo de desenvolvimento. Tem como fundamento a apropriação da mais-valia por meio da violação do valor da força de trabalho. Tem-se, assim, a apropriação do fundo de vida e consumo dos trabalhadores para financiar o capital, visando compensar a transferência de valor imposta pelo seu modo de inserção no mercado mundial, que tem como base a troca desigual.

estruturação do capitalismo periférico dependente e à superexploração da força de trabalho no Brasil.

À luz da Teoria Marxista da Dependência[5], buscaremos compreender como a dependência e a superexploração da força de trabalho, sob as determinações de um capitalismo sui generis, estruturam relações econômicas e trabalhistas racializadas, que impactam no rendimento da classe trabalhadora brasileira e se manifestam nas precárias condições de vida das famílias, obstaculizando o consumo e promovendo níveis elevados de desemprego e pauperização. São esses elementos que, historicamente, têm empurrado crianças e adolescentes para o trabalho e, sob as determinações do racismo estrutural, racializam também a inserção precoce no trabalho e suas consequências. Nesse sentido, os números dão concretude à nossa análise: 66,3% das vítimas do trabalho infantil no país são negras, segundo o IBGE (2023).

A superexploração da força de trabalho é o fundamento das economias periféricas dependentes, e tem como base a apropriação do rendimento dos trabalhadores por meio do baixo salário, e a apropriação do tempo de vida por meio do desgaste, que se dá pela extensão e intensidade da jornada de trabalho para além das condições normais, pela qual se define o processo de exploração do trabalho em uma sociedade capitalista periférica dependente. Em tal condição, os trabalhadores são impedidos de realizar a reposição da força de trabalho por meio do consumo, implicando em desgaste prematuro e exponencial das energias físicas, cognitivas e morais. Tem-se, portanto, que o valor da força de trabalho não se concretiza em condições normais para a conservação da força de trabalho, como se faz definir nos países de capitalismo central. Nesse contexto, tem-se a violação do fundo de vida e consumo da força de trabalho, pela remuneração que se faz, abaixo do seu valor. Entender esse processo e suas implicações nas condições de vida da classe trabalhadora e, consequentemente, na vida de crianças e adolescentes, torna-se fundamental para compreender os ditames impostos a essas economias, em que se faz promover a persistente exploração do trabalho infantil.

A exploração do trabalho infantil é histórica no país, contudo, a base pela qual se manifesta sua persistência encontra explicação no modo como o capitalismo aqui se desenvolve. À luz da Teoria Marxista da Dependência, buscaremos os elementos explicativos para compreender a raiz do proble-

5. A TMD foi creditada a Ruy Mauro Marinni, Vânia Bambirra e Thetônio dos Santos. Tendo como sua principal referência Marinni (1973).

ma, o que nos exige compreender como esse capitalismo *sui generis* se caracteriza.

O desenvolvimento do capitalismo na América Latina é fruto do processo de expansão e evolução do capitalismo no mundo. Contudo, este assume formas específicas – *dependência e superexploração da força de trabalho* –, o que acabou por condicionar suas estruturas econômicas, políticas e sociais como atrasadas e dependentes (Marinni, 2005).

A dependência se define por uma situação na qual a economia destes países é condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual se encontra submetida, e, portanto, dependente (Bambirra, 2013). O atraso desses países é uma consequência do desenvolvimento do capitalismo mundial e, ao mesmo tempo, é a condição de desenvolvimento das grandes potências capitalistas. Assim, os países de capitalismo central e os países do capitalismo periférico compõem uma unidade histórica, onde o desenvolvimento de uns acarreta o subdesenvolvimento de outros.

Tais economias têm, por sua vez, como condicionante da saída da dependência, aumentar a produção de excedentes, sendo que a forma para elevar a produção do valor é a superexploração da força de trabalho, o que implica elevar a taxa de mais-valia através de arrocho salarial e/ou aumento da jornada e intensidade do trabalho. O resultado é uma violenta e exacerbada exploração da força de trabalho. Trata-se de um mecanismo em que o processo de acumulação do capital se realiza mediante a violação do valor da força de trabalho.

O valor da força de trabalho é determinado pelos custos dos meios de subsistência necessários à reprodução do trabalhador médio. Acrescentam-se, ainda, como elementos que fazem variar o valor da força de trabalho, os custos com sua formação e suas diferenças biológicas, ou seja, se o trabalhador é adulto ou criança, masculino ou feminino.

O rebaixamento do valor da força de trabalho traz consequências para a vida das famílias da classe trabalhadora, uma vez que resulta em baixo consumo e em precárias condições de subsistência. Isso é o que irá demandar, na esfera da sociabilidade, a requisitar o trabalho das crianças e dos adolescentes, sendo os mais impactados as crianças e os adolescentes negros, implicados pelo racismo estrutural.

Superexploração, racismo estrutural e trabalho infantil

Resquícios do nosso passado escravocrata, na particularidade brasileira, o racismo cumpre o papel de agudizar e racializar os mecanismos da superexploração da força de trabalho, o que acaba por impactar o conjunto da classe trabalhadora. Logo, o racismo é estrutural e estruturante do capitalismo brasileiro, como dito por Fagundes (2022).

O racismo, historicamente, dá suporte a esse modelo sui generis de desenvolvimento econômico, ao ampliar o exército de reserva, hierarquizar as relações sociais e pressionar e organizar as relações econômicas, sociais e políticas na sociedade capitalista periférica dependente. Com isso hierarquizam-se os modos de inserção no mundo do trabalho e as formas de acesso à riqueza socialmente construída e desigualmente distribuída, para se promover a superexploração dos trabalhadores, como nos mostra Fagundes (2022). Impulsiona-se, inclusive, a inserção precoce da população infanto-juvenil preta no mundo do trabalho no Brasil.

Nesse cenário, observa-se que a superexploração da força de trabalho, associada ao racismo estrutural, impulsiona a existência e persistência do trabalho infantil no país, apesar do arcabouço jurídico protetivo dos direitos fundamentais no qual se articula o discurso da erradicação. Assim, o trabalho infantil persiste, e tende a persistir, como reflexo da lógica econômica que fundamenta as relações de trabalho nas economias periféricas dependentes, cujos elementos também se fazem manifestar na esfera da política e da cultura. Tal realidade tem como elemento explicativo a superexploração da força de trabalho e o racismo estrutural, que, por sua vez, levam as famílias da classe trabalhadora a vivenciarem situações de violação do seu fundo de vida e de consumo, para realizar o processo de acumulação do capital, que se dá em função da transferência de valor, em que os mais implicados são os pretos. Há, portanto, uma funcionalidade do racismo estrutural nessas economias (como é o caso do Brasil), visto que ele vai racializar e pressionar negativamente o valor da força de trabalho Aos pretos, será dado o papel de engrossar as fileiras do exército industrial de reserva, extremamente necessário para constituir e manter a suprexploração da força de trabalho, assim como o papel de ocupar os piores postos de trabalho e os mais baixos salários, como mostra os estudos de Fagundes (2022).

Trata-se aqui de pensar, também, o impacto da crise estrutural do capital e suas implicações em uma economia periférica dependente, que tendo como base a superexploração da força de trabalho acaba vivenciando um processo crescente de pauperização e desemprego, promovendo uma

brutal desigualdade de renda. Os impactos sobre a reprodução da classe trabalhadora também se fazem sentir na desoneração do Estado, o qual deveria atender aos interesses e às necessidades reprodutivas da classe trabalhadora, mas o que vem ocorrendo é a diminuição da proteção social, a redução orçamentária para os serviços públicos – como saúde, educação, serviços de creche e assistência aos idosos –, as políticas desmonetizadas de moradia e, mais recentemente, reformas previdenciária e trabalhista, como as promovidas pelos governos ultraneoliberais de Temer e Bolsonaro, que também trouxe a imposição do teto de gastos que levou à elaboração de um novo arcabouço fiscal.

No Brasil, a superexploração da força de trabalho foi recrudescida após o golpe de 2016, com a implementação do ultraneoliberalismo, implicando fortemente na diminuição dos gastos com as políticas de assistência social, de educação e de saúde, criando um cenário de total desproteção. Tais medidas são expressivas de uma nova fase do neoliberalismo, em que se impõe uma piora das já tão precárias condições de trabalho, salário e direitos no país. Assim,

> [...] a crise capitalista associada aos impactos das transformações do mundo do trabalho e da financeirização da economia, num quadro de uma economia periférica-dependente que tem como base a superexploração do trabalho, não é de estranhar os resultados desastrosos que se fazem sentir e que se refletem em todas as esferas da vida social, não só na economia, mas também na cultura, com o avanço do conservadorismo, e sobretudo na política, como é o caso do Brasil, com a direita retomando o poder, via golpe de Estado (Lira, 2018).

Nesse contexto, diante da crise estrutural do capital que afetou as economias no mundo inteiro e mais fortemente as dependentes, implantou-se no Brasil o ultraneoliberalismo, e assiste-se ao revigoramento do conservadorismo, por meio dos quais o Estado brasileiro vem se desresponsabilizando com o social e com o enfrentamento dos problemas sociais, acionando seu braço repressivo por meio de uma ideologia que tem como centro da sua intervenção a criminalização da pobreza. E tudo isso ocorre como garantia dos interesses do capital financeiro internacional/imperialista, com um recorte ideológico de alto teor fascista.

Ressalta-se que a crise de 2008 é um importante marco para a compreensão do Golpe de Estado no país, da implantação do ultraneoliberalismo e do recrudescimento da superexploração da força de trabalho, que agravaram fortemente os impactos da crise sanitária promovida pela pandemia da covid-19.

A crise sanitária vivenciada com a pandemia da covid-19 acirrou ainda mais as desigualdades sociais existentes, afetando fortemente a vida das famílias da classe trabalhadora, promovendo a agudização da privação econômica que historicamente força crianças e adolescentes a se sujeitarem à exploração do trabalho infantil; o que, por sua vez, perpetua a pobreza e a marginalização social, recrudescimento dos mecanismos de violação do valor da força de trabalho. No Brasil de Bolsonaro, viu-se ossos e pele de frango, que antes eram doados ou jogados fora, sendo colocados nas prateleiras dos supermercados para serem vendidos para a população. E o trabalho informal, atividade que absorve um grande número de crianças e adolescentes, manteve-se em meio aos riscos de contaminação, sob discursos negacionistas, que negligenciavam a proteção à vida e à saúde de grande parte da população.

No cenário pós Golpe de 2016, assistiu-se à ascensão da extrema direita, que sob o fundamentalismo religioso e o desprezo pela ciência, propaga e fortalece junto às massas discursos em defesa do trabalho infantil e do baixo investimento nas políticas que visam ao seu enfrentamento. Na análise dos determinantes culturais, a conjuntura atual também promove elementos para a sua persistência, posto que nos discursos que têm como base o conservadorismo[6], entre outras manifestações, defendem a maioridade penal e a aceitação e disseminação ideológica do trabalho infantil e seus mitos, que sob um viés moralista de defesa da autoridade familiar e do fundamentalismo religioso vêm se disseminando em meio à intolerância ao pensamento divergente. Essas determinações vêm sendo recrudescidas, com o aumento da pobreza, da precarização das condições de vida e trabalho e da polarização política.

Na realidade brasileira, os estudos que analisam as políticas sociais que incidem direta (como é o caso da assistência social) e indiretamente (todas

6. Souza (2015, p. 4) destaca que o conservadorismo pode ser identificado como "[...] uma reação ideológica e política aos avanços da modernidade. Avanços esses identificados, naquele momento, no desenvolvimento das forças produtivas e nas transformações das relações de produção, que implicaram profundas mudanças sócio-institucionais e culturais".

as demais políticas) no enfrentamento ao trabalho infantil, mostram que a regulação estatal neoconservadora tem se apresentado como fragmentária, eventual e descontínua, ainda que se tenha revertido na diminuição do número de crianças exploradas no trabalho nas últimas décadas. Mas, no que remete à promessa da erradicação, compromisso assumido pelo governo brasileiro, sob o qual se configura uma das metas para o milênio, esta meta se mantém longe de ser atingida.

Tendo em vista tal cenário, precisamos refletir sobre o uso do termo "erradicação" do trabalho infantil, pois, ao analisarmos o problema à luz da Lei geral de acumulação capitalista e da TMD, a extinção do trabalho infantil só seria possível com a derrocada do sistema capitalista. Nesse sentido, o máximo que pode ser feito é o seu enfrentamento, posto que, sob as determinações de uma economia periférica dependente, seu enfrentamento tende a ser obstaculizado pelas condições estruturais da sociedade brasileira, que se fazem explicitar pela sua dependência econômica aos países de capitalismo central e pela superexploração da força de trabalho determinada para reverter as perdas ocasionadas pela troca desigual e pela necessária transferência de valor. Isso é o que vem promover a violação do fundo de vida e consumo dos trabalhadores, que se faz atravessar pelo racismo estrutural e, agora, sob determinações políticas, se faz implicar por fortes restrições orçamentárias. Observa-se também que, para além das determinações econômicas e políticas, outras se fazem implicar, como as de natureza cultural, conforme já destacado.

Assim, destaca-se que o trabalho infantil está diretamente relacionado com as condições de vida impostas à classe trabalhadora, que sob tais determinações históricas e diante da pauperização vem impactar mais fortemente as famílias pretas, pelo seu alijamento histórico e sua integração majoritária ao exército de reserva. Observa-se, portanto, o acirramento da situação de pobreza absoluta[7] e miserabilidade que atinge tais famílias. Ressalte-se aqui as consequências do trabalho infantil, que limita e obstaculiza o acesso à educação e à profissionalização, como também incidir sobre a saúde dessa população. Segundo o estudo "Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil" (IBGE, 2022), a taxa de pobreza que afetava pessoas brancas no país em 2021 era de 18,6%, enquanto a de pessoas negras chegava a 72,9%, no qual se incluem as crianças e adolescentes que estão em situação de trabalho infantil.

7. Entende-se por pobreza absoluta a não satisfação de necessidades básicas universais e objetivas. Ela "está diretamente associada à ideia de sobrevivência física, à satisfação de um mínimo de dignidade humana", para aprofundamento do tema, ler Pereira (2006, p. 233-235).

Outro dado a ser observado, que exemplifica a superexploração da força de trabalho e o seu acirramento na conjuntura atual, é o valor do salário mínimo necessário, que, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), correspondia em março de 2025 ao valor de R$ 7.398,94 (Dieese, 2025), enquanto o salário mínimo pago nesse mesmo ano é de R$ 1.518,00, o que é expressivo da proporção em que se dá a expropriação do trabalho necessário e a violação do valor da força de trabalho no país. Isso mostra que o salário mínimo pago no Brasil não garante a subsistência das famílias, o que as faz demandar a renda gerada pelo trabalho infantil e assim promover a sua persistência.

Os estudos que investigam a relação do racismo estrutural com a superexploração da força de trabalho, e sua incidência sobre o trabalho infantil, mostram que,

> Mesmo com avanços legais e estratégias direcionadas a este público, o trabalho infantil continua a ser naturalizado e em muitos casos defendido, por ser considerado uma estratégia de educação/disciplinamento dos pobres – leia-se do(a) negro(a) –, numa sociedade de herança eurocêntrica/sexista/patriarcal e altamente funcional ao padrão de acumulação vigente num dado momento histórico (Silva, 2023, p. 362).

Conclui-se, portanto, que o racismo no Brasil reforça os mecanismos de rebaixamento do valor da força de trabalho, tendo em vista que o preço da força de trabalho é determinado por marcadores de raça/etnia, gênero, orientação sexual etc., o que vem a afetar as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora e, em especial, das crianças e adolescentes, sobretudo daqueles vitimizados pela inserção precoce no mundo do trabalho.

Fagundes (2022) afirma:

> A superexploração da força de trabalho combina-se com a existência do racismo enquanto sofisticada arma de dominação e acaba por submeter o conjunto dos trabalhadores a uma série de condições laborais inferiores aos países centrais, sendo negativamente superior aos trabalhadores negros (Fagundes, 2022, p. 210).

Esse cenário aponta que, diante da associação da superexploração da força de trabalho com o racismo estrutural, tem-se pelas determinações da conjuntura atual um acirramento das condições sociais, da pauperização da classe trabalhadora, da desigualdade social e do desemprego, elementos que promovem a persistente exploração do trabalho infantil no Brasil.

Considerações finais

Em suma, o atual contexto de crise estrutural do capital acarreta o acirramento dos mecanismos pelos quais se define a superexploração da força de trabalho, que fundamenta o desenvolvimento das economias periféricas dependentes. Isso por sua vez, acirra os elementos históricos que promovem a existência do trabalho infantil no Brasil.

O trabalho infantil é funcional à superexploração da força de trabalho no Brasil, uma vez que contribui com os rendimentos das famílias. Sua funcionalidade advém das condições em que se faz determinar o processo de reprodução social da classe trabalhadora dos países de capitalismo periférico e dependente, que ganha expressão nas baixas condições salariais, na precarização do trabalho, na intensidade e extensão da jornada de trabalho, no crescente exército industrial de reserva, o que afeta, diretamente, o atendimento das necessidades de reprodução do trabalhador e de sua família.

A crise capitalista associada aos impactos das transformações do mundo do trabalho e da financeirização da economia, num quadro de uma economia periférica-dependente que tem como base a superexploração do trabalho, sob as determinações de uma conjuntura em que se faz impor medidas ultraneoliberais, um conservadorismo exacerbado, negacionismos e ataques à democracia, faz com que o trabalho infantil persista, em contradição a um discurso que visa a sua erradicação.

Nesse sentido, pressupomos que as medidas jurídicas e político-institucionais e os discursos de erradicação do trabalho infantil, prescritos nas metas para o milênio, não apresentam na conjuntura atual no Brasil, e de um modo geral na América Latina, possibilidades de obter êxito, constituindo-se o discurso da erradicação do trabalho infantil neste cenário uma mera falácia.

Destacar tal reflexão não implica negar, nem diminuir a importância e/ou minimizar a luta contra o trabalho infantil e a defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, mas, somente, afirmar que a luta pela erradicação do trabalho infantil deve implicar na luta contra a exploração capitalista da

força humana de trabalho, uma vez que as determinações de existência e persistência da exploração da força de trabalho infantil advêm do contexto da exploração degradante e destrutiva da força humana de trabalho, sobretudo, nas economias periféricas dependentes que têm como fundamento a violação do valor da força de trabalho. Trata-se, aqui, de explicitar os danos que tal condição vem acarretar à reprodução da classe trabalhadora.

Assim, cabe-nos refletir sobre o uso do termo "erradicação", o qual vem sendo utilizado para realizar o combate ao trabalho infantil no mundo, que sob a análise aqui desenvolvida nos leva a indagar se não seria um equívoco histórico a utilização de tal termo. Isso, posto que, "arrancar pela raiz", como dito por Lira (2020), remeteria à necessária extinção de todas as determinações econômicas, políticas e culturais que regem o capitalismo e a histórica exploração do trabalho infantil no mundo; o que remeteria à necessária extinção de determinações estruturais do modelo capitalista de produção, cujo princípio é a exploração da força humana de trabalho para atender aos ditames do capital, delegando às nações e à classe trabalhadora, com seus marcadores de raça e gênero, papeis diferenciados e desiguais, acirrados frente ao contexto contemporâneo, determinado pelo caráter destrutivo da nova ordem do capital que incide mais fortemente nos países periféricos dependentes.

Cabe considerar que o legal por si só, não garante a efetivação dos direitos, aqui prescritos pelo direito a viver a infância, de modo, assim, a não precisar trabalhar. Pois, o direito não é instrumento de ordenação jurídica como pensavam os positivistas do século XIX. O Direito é, presumidamente, um instrumento de mudança social; entretanto, tem seus limites, posto que sua efetividade não decorre dos atributos de validade e eficácia da norma jurídica, mas requer comprometimento social, por vezes, mudanças estruturais, de modo a garantir a legitimidade da realidade social e o seu processo de mudanças (Lira, 2020).

Ainda que se reconheçam aqui os avanços na legislação nas três últimas décadas e a necessária luta dos movimentos sociais em prol da efetivação dos direitos infantis, como também os investimentos em políticas e programas sociais que buscam minimizar a necessidade das famílias e sua dependência para com os rendimentos do trabalho infantil, em que pese a diminuição nas suas estatísticas nas últimas décadas, a "erradicação", contudo, tem se apresentado longe de ser alcançada, posto que sua efetivação encontra-se vinculada à ordem econômica e social vigente, que se acirra frente à conjuntura atual.

Assim, frente aos desafios impostos para efetivar na realidade concreta a nossa tão avançada legislação de proteção aos direitos das crianças e adolescentes, cujo maior obstáculo hoje é o ultraneoliberalismo e o revigoramento do conservadorismo, que vêm acirrando as históricas desigualdades sociais que se manifestam cotidianamente na vida de crianças e adolescentes trabalhadores, em sua maioria negras, o trabalho infantil persiste. E seus danos se fazem intensificar e recrudescer, impondo a necessidade de repensarmos o nosso olhar para o problema e suas formas de enfrentamento, que não podem estar deslocadas da luta contra a ordem do capital, dos mecanismos de apropriação de valor nas economias periféricas dependentes e da luta antirracista.

Referências

ASSIS, E. S. de. *A fundamental radicalização e racialização da questão social para um projeto profissional antirracista no serviço social.* Tese (Doutorado em Serviço Social) – PUC-SP, São Paulo, 2022.

BAMBIRRA, V. *O capitalismo dependente latino-americano*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. 2023.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069compilado.htm>. 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. *Salário Mínimo Nominal e Necessário*, 2025. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>.

FAGUNDES, G. G. *Superexploração e racismo no Brasil*: Diálogos e Questões. Curitiba: Editora Appris, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Pnad Contínua. (2023). (Dados sobre trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade 2016/2022)*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/4d88af050175b7343188894e0afb5748.pdf>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2022). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigual--dades-sociais-por-cor-ou-raca.html>.

LIRA, T. S. V. A persistente exploração do trabalho infantil na América Latina e a falácia da erradicação. *Qualitas Revista Eletrônica, [S. l.]*, v. 21, n. 1, p. 145–166, 2020. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/QUALITAS/article/view/2592>.

LIRA, T. S. V. *O sentido do trabalho infantil doméstico: particularidades e contradições na esfera da reprodução social nas economias periféricas dependentes*. Campina Grande: EDUEPB, 2020.

LIRA, T. S. V. Superexploração da força de trabalho, crise mundial e golpe de estado no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3211/321158845015/html/index.html>.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: Traspadini, R.; Stédile, J. P. (Orgs). *Ruy Mauro Marini*, vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. *O Capital* (Livro I). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

PEREIRA, C. P. A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. *SER Social*, n. 18, p. 229–252, 2006.

SILVA, M. Trabalho infantil no Brasil: notas acerca de sua persistência num contexto de desigualdades raciais. In: LIRA, Terçália (Org). *Neoliberalismo e criminalização da pobreza: a (des) proteção social à infância e adolescência no Brasil.* Campina Grande: EDUEPB, 2023.

SOUZA, J. M. Anunciação de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. In*: Serviço Social & Sociedade* [online], n. 122, p. 199-223, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.020>.

Trabalho infantil de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade 2016/2022/IBGE, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. (2023). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102059_informativo.pdf>.

AUTORAS E AUTORES

Adalberto Moreira Cardoso é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP, professor associado do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – IESP/UERJ, membro da Coordenação Nacional da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar das Reconfigurações do Trabalho – REMIR. É bolsista de Produtividade do CNPq. Integra o Comitê Gestor do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Trabalho, Inclusão e Equidade – INCT Trabalho. Autor de "Classes médias e política no Brasil: 1922-2016" (Rio de Janeiro, FGV, 2020); "À beira do abismo: uma sociologia política do bolsonarismo" (Rio de Janeiro, Amazon, 2020); e "Classes médias no Brasil: estrutura, mobilidade social e ação política" (com Edmond Préteceille. Rio de Janeiro, UFRJ, 2021), entre outros. acardoso@iesp.uerj.br

Alessandra Renata Geremias é doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB e é professora substituta no curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Suas pesquisas se concentram na relação entre saúde mental e trabalho, considerando as dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade. Participa do Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho – GPST/UFPB, do Grupo de Estudo Teoria da Reprodução Social e Decolonialidade/UFPB e do Grupo de Estudos e Pesquisa AMÉFRICAS: Colonialidade, Racismo e Capitalismo, da UFPB. alegeremiasas@gmail.com

Andrea Delfino é doutora pela Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional de Rosario – FCPOLIT/UNR e professora da Universidad Nacional del Litoral – UNL e da UNR. É pesquisadora do Instituto de Humanidades y Ciencias Sociales del Litoral -

IHUCSO–Litoral, UNL–CONICET. Seus principais temas de pesquisa se relacionam com o vínculo entre as transformações no mundo do trabalho e as temporalidades sociais, a partir de uma perspectiva de gênero. andelfino@yahoo.com.ar

Andreia Patrícia dos Santos é doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe – UFS (2017). Atuou como socióloga na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – SDSMA, da Prefeitura da Cidade de Recife. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB e pesquisadora do Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios (NUHUMAR/UFPE). Tem experiência na área de Gestão de Ciência e Tecnologia, Sociologia e Meio Ambiente. apsantosfr@gmail.com

Cesar Sanson é doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR e é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Tem como principais áreas de ensino e pesquisa: Sociologia do Trabalho e Sociologia do Brasil. É autor dos livros: "Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial" (Editora da UFRN, 2014) e "O trabalho nos clássicos da sociologia: Marx. Durkheim e Weber" (Editora Expressão Popular, 2021). cesarsanson@gmail.com

Christine Paulette Yves Rufino Dabat é doutora pela Universidade Federal de Pernambuco (2003), com pós-doutorado no EHESS, Paris (2011), e é professora titular aposentada do Departamento de História. É membro permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Principais área de pesquisa: História social da agricultura, com foco em situação do campesinato, condições de vida e de trabalho, concepções teóricas. Livro de destaque: "Mulheres no movimento revolucionário chinês" (na EDUFPE, 2006). Membro da coordenadoria China do CEÁSIA-UFPE. christine.rufino.dabat@gmail.com

Cristiano Wellington Noberto Ramalho é doutor em Ciências Sociais (Unicamp), professor e pesquisador do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba da UFPB. É bolsista de Produtividade do CNPq (1D) e um dos coordenadores do Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios (NUHUMAR). Atualmente é Secretário Nacional de Pesca Artesanal – SNPA, do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA). cristiano.ramalho@ufpe.br

Danilla Aguiar é doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Realizou pesquisa de Pós-Doutorado em Sociologia Contemporânea no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PNPD/Capes). Professora Adjunta na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, vinculada ao Departamento de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS, atuando principalmente na área de Sociologia das Relações Étnico-raciais. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas AMÉFRICAS: Colonialidade, Racismo e Capitalismo (UFPB) e pesquisadora do Práxis: Estado e Luta de Classes na América Latina (UFCG/CNPq). jorissa.danilla@academico.ufpb.br.

Darcilene Claudio Gomes é doutora em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (2009) e pesquisadora titular da Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj. É coordenadora geral do Centro de Estudos de Cultura, Identidade e Memória (CECIM/DIPES/FUNDAJ) e substituta do diretor na Diretoria de Pesquisas (DIPES/FUNDAJ). Integra o Comitê Institucional de Iniciação Científica/Fundaj (desde 2020). É docente do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (Profsocio/FUNDAJ) e do Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Atua na editoria da revista de divulgação científica Coletiva (desde 2016) e no Laboratório de Sociologia (SocioLab/FUNDAJ) desde 2017. darcilene.gomes@fundaj.gov.br

Felipe Rangel é doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, com estágios doutorais no Goldsmiths College – University of London e no Conservatoire National des Arts et Métiers – CNAM/Paris. Atuou como International Fellow no Center for Latin American Studies – CLAS, da Universidade de Chicago, com apoio da Urban Studies Foundation. É professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Pesquisa na interface entre Sociologia do Trabalho e Estudos Urbanos, com ênfase nos debates sobre informalidades, cultura do trabalho e economias populares. Coordena o Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Economias Populares – NETEP/UFSCar. É autor de "A empresarização dos mercados populares: trabalho e formalização excludente" (Fino Traço, 2021). feliperangel@ufscar.br

Fellipe Coelho-Lima é doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (2016) e professor adjunto do Departamento de Psicologia da UFRN. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre

o Trabalho – GEPET/UFRN) e do Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação – GPM&E/UFRN. Tem experiência na área de Psicologia Social do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas e abordagens: ideologia, sentido/significado e vivência do trabalho, precariado e trabalho por aplicativo; teoria social marxista/marxiana e Psicologia Histórico-Cultural. fellipecoelholima@gmail.com

Gerry Rodgers é D.Phil em Desenvolvimento Econômico pela University of Sussex (1972). É ex-diretor do Instituto Internacional de Estudos Laborais, entre outros cargos de pesquisa e gestão, na Organização Internacional do Trabalho – OIT, em Genebra, Suíça, Chile, Tailândia e Índia. É professor visitante do Institute for Human Development, Nova Deli. Tem trabalhado com os temas da pobreza, desigualdade e emprego em países de rendas baixa e média, na Ásia e América Latina e colaborador externo do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho da Universidade Federal da Paraíba – LAEPT/UFPB. gerry.rodgers@cantab.net

Jacob Carlos Lima é doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo – USP, com Pós-doutorado no Department of Urban Studies and Development do Massachusetts Institute of Technology (EUA–2001). É professor titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. É bolsista de Produtividade do CNPq (1A). Atuou como presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS nas gestões 2019-2021 e 2021-2023 e coordenou o Comitê de Assessoramento da área de Ciências Sociais-Sociologia do CNPq no período 2016-2019. Atua nas áreas de Sociologia Econômica e do Trabalho. jacobl@ufscar.br

Jaime Santos Junior é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP e é professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Realiza pesquisas nas áreas de Sociologia e Antropologia do Trabalho, nos temas sindicalismo, migrações em contextos rural e urbano e estudos sobre famílias, memórias e práticas de resistência. jaimesjr@ufpr.br

Janine Rodgers é Licenciada em Ciências Econômicas (Universidade de Paris, França), M.A. em Economia do Desenvolvimento (Universidade de Sussex, Reino Unido), com Certificado do Graduate Institute of International and Development Studies, Genebra, Suíça. Foi Secretária Executiva Adjunta da Associação Europeia dos Institutos de Pesquisa e Treinamento

para o Desenvolvimento – EADI e trabalhou para a Organização Internacional do Trabalho – OIT, em Genebra. Temas de estudo e especialização: mercado de trabalho, gênero, discriminação, desigualdades. Desenvolveu pesquisas de campo na Índia e no Brasil. janine.rodgers@graduateinstitute.ch

Jordão Horta Nunes é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP (2000) e é professor na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás – UFG). Realizou estágio pós-doutoral na Unicamp, em 2009, e na Universidade de Versalhes, França, em 2018. É bolsista de Produtividade do CNPq (1D). Atua principalmente nas áreas de Sociologia do Trabalho e das Profissões, e Metodologia das Ciências Sociais, pesquisando e orientando atualmente principalmente nos seguintes temas: trabalho em serviços, metodologia e epistemologia das ciências sociais, associativismo, identidade social. jordao_fcs@ufg.br

José Dari Krein é doutor em economia do trabalho, professor livre docente e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho – CESIT/UNICAMP. É bolsista de Produtividade do CNPq, ex-presidente da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET e membro da Coordenação Nacional da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar das Relações de Trabalho – REMIR. Integra o Comitê Gestor do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Trabalho, Inclusão e Equidade – INCT Trabalho. Pesquisa mercado e relações de trabalho, com ênfase nos impactos da reforma trabalhista, nas mudanças do trabalho, assim como sindicalismo e negociações coletivas. darikrein@gmail.com

José Ricardo Ramalho é doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo – USP, professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA da UFRJ e bolsista Sênior do CNPq e da Faperj (Cientistas do Nosso Estado). Foi presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS (2014-2016). É membro da Coordenação Nacional da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar das Relações de Trabalho – REMIR. Integra o Comitê Gestor do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Trabalho, Inclusão e Equidade – INCT Trabalho. Principais temas de pesquisa: relações de trabalho; sindicato e sindicalismo; reestruturação produtiva e distritos industriais. Autor e coautor de várias publicações entre elas: "Estado Patrão e Luta Operária: o caso FNM!" (Paz e Terra, 1989); "Caças supersônicos e o ABC Paulis-

ta: Tecnologia e reconversão industrial" (com Jefferson José da Conceição) (Editora Papagaio, 2024). josericardoramalho@gmail.com

José Sergio Leite Lopes é doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (1986) e professor titular aposentado do Museu Nacional/UFRJ. Colaborador voluntário do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ. É coordenador do Programa de Memória dos Movimentos Sociais (Memov/CBAE/UFRJ) e da Comissão Memória e Verdade da UFRJ. Tem realizado pesquisas em Antropologia do Trabalho e dos Trabalhadores, nas temáticas meio ambiente e conflitos sociais, história social das Ciências Sociais, Antropologia Visual e memória dos movimentos sociais. É autor de "O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar" (Paz e Terra, 1976) e "A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés" (Marco Zero/CNPq, 1988), entre outras publicações. jsergiollopes@gmail.com

Kassia Kiss Grangeiro Belém é Mestre em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e Especialista em Gestão em Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. É membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA–UFPB). Temas de interesse: políticas públicas de assistência social, políticas públicas de saúde, trabalho infantil, desenvolvimento infantil, orientação parental, inteligência emocional, educação não-violenta. kassiakisspsi@gmail.com

Kerilin Laine Andrade Chang é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e membro do Núcleo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP/UFCG). Atua como pesquisadora no projeto internacional Net e Job, financiado pelo Programa Erasmus+ (União Europeia). Tem interesse em temas que articulam as configurações laborais e suas implicações sociais e políticas, com enfoque em abordagens críticas e interdisciplinares. kerilinchang@gmail.com

Kimbelly Conrado Moura é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. É membro do Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Trabalho (GEPET/UFRN) e do Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência (OBIJUV/UFRN). É pesquisadora voluntária nos projetos "Nexos da

uberização: análises a partir dos trabalhadores", do GEPET e "Perfil da juventude potiguar", do OBIJUV. Docente no projeto de extensão Escola de Conselhos do RN. Temas prioritários: precarização do trabalho, saúde do trabalhador, desenvolvimento humano e juventude, na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. psikimbelly@gmail.com

Layla Caroline Barbosa Borges é Graduanda em Ciências Sociais, grau acadêmico licenciatura, na Universidade Federal de Goiás – UFG. Tem experiência na área de Sociologia, com destaque em Sociologia do Trabalho. Participa atualmente como bolsista no Programa de Iniciação à Docência (PIBID). laylaborges@discente.ufg.br

Manuella Castelo Branco Pessoa é doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB e professora adjunta do Departamento de Psicologia da UFPB. Integra o grupo da ANPEPP Modos de Vida e Trabalho. É professora colaboradora no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, na linha Trabalho, Saúde e Subjetividade. É vice-líder do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre a Infância e Adolescência – NUPEDIA e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho – GPST. Temas de interesse: juventude e trabalho; desemprego e busca por um trabalho decente; economia solidária; relações de gênero, raça e classe. manucastelobranco2@gmail.com

Marcelo Badaró Mattos é doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF (1996), com pós-doutoramentos no Museu Nacional–UFRJ, no Instituto Internacional de História Social, de Amsterdã, na Universidade Federal da Bahia e na Universidade Nova de Lisboa, na qual é Investigador Associado junto ao Instituto de História Contemporânea. É professor titular de História do Brasil da UFF. É bolsista de Produtividade do CNPq (1A). Tem experiência nas áreas de Metodologia, Teoria da História e Historiografia, além de História do Brasil, com ênfase em História do Brasil República e História Social do Trabalho. Publicou diversos livros, entre os quais "A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo" (Boitempo, 2019.) e "E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico" (Editora UFRJ, 2012). marcelobadaromattos@gmail.com

Marcia de Paula Leite é doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP (1990), com pós-doutoramento no Institute of Development Studies (IDS/ University of Sussex), em 1995, e no Institute of Latin American and Iberian Institute (ILAIS/Columbia University), em 1998. Atual-

mente é professora plena do Programa de pós-graduação em Educação e do Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e professora da Cátedra Friederich Engels da Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Cuajimalpa, México (UAM C). É bolsista de Produtividade do CNPq (1A). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: mercados de trabalho, reestruturação produtiva, relações sociais de gênero. Autora de "O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária (Scritta, 1994) e "O movimento grevista no Brasil" (Brasiliense, 1987), entre outros. mpleite48@gmail.com

Maria Aparecida Bridi é doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR e professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR. É bolsista de Produtividade do CNPq. Compõe a Coordenação Nacional da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar das Reconfigurações do Trabalho – REMIR. É Vice-Coordenadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Trabalho, Inclusão e Equidade – INCT Trabalho. É coeditora da Revista da ABET. Pesquisa na área de Sociologia do Trabalho, destacando-se as temáticas: reconfigurações do trabalho em diferentes setores econômicos; trabalho flexível; trabalho digital e trabalho informacional; teletrabalho; capitalismo de plataforma; sindicalismo e ação coletiva. Autora de "Trabalhadores dos anos 2000: o sentido da ação coletiva na fábrica de nova geração" (LTr, 2009), "Trabalhadores em tecnologia da informação e sindicalismo no Brasil" (Annablume, 2021), entre outros. macbridi@gmail.com

Maria de Fatima Pereira Alberto é doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, com pós-doutoramento pela UFRN. É professora titular do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. É bolsista de Produtividade do CNPq (1C). Atua com ênfase em Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia Social, nos temas: infância e adolescência em situação de risco, subjetividade e trabalho, trabalho infantil, trabalho precoce, meninos e meninas em condição de rua, direitos humanos, violência sexual, socioeducação e políticas públicas. Autora de "Trabalho infanto-juvenil e direitos humanos" (Editora Universitária da UFPB, 2004), "Crianças e adolescentes trabalhando? Uma alternativa de sobrevivência que atravessa gerações" (Editora Universitária da UFPB, 2005), entre outros. jfalberto89@gmail.com

Marilane Oliveira Teixeira é doutora em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com pós-doutoramento no Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Economia da UNICAMP. É professora e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho do Instituto de Economia da UNICAMP. Conselheira da Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo, consultora do Ministério das Mulheres. Realiza pesquisas na área de mercado de trabalho, relações de trabalho e gênero. Coordena projeto em parceria com a Fundacentro e Ministério das Mulheres na área de Trabalho e Informalidade das Mulheres. Organizado e autora de Economia Feminista no Brasil: contribuições para pensar uma nova sociedade" (Autonomia Literária) e "Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista". (CESIT). mari@uol.com.br"

Marilda Aparecida de Menezes é Ph D pela University of Manchester, Inglaterra (1997), com pós-doutoramento pela Yale University, no Programa de Estudos Agrários, e pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UNICAMP. É professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNICAMP no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC (UFABC). É bolsista de Produtividade do CNPq (B). Realiza pesquisas nas áreas de Sociologia e Antropologia do Trabalho, nas temáticas de migrações rurais e urbanas, memória e história oral, práticas de resistência, movimentos sociais agrários, gênero, gerações e família. É autora de "Histórias de migrantes" (Loyola, 1992), "Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: Um estudo de famílias de camponeses – migrantes" (Relume Dumará/Ed. UFPB, 2002), entre outros. menezesmarilda@gmail.com

Mário Henrique Guedes Ladosky é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP e professor na Unidade Acadêmica e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Fez pós-doutorado no Colégio de México – COLMÉX (2024-2025). É bolsista de Produtividade do CNPq. Integra a coordenação do Núcleo de Pesquisa e Extensão Trabalho, Desenvolvimento e Política Pública – TDEPP/UFCG e do Observatório do Mercado de Trabalho e da Informalidade na Paraíba (OMTI–PB). Atua na Sociologia do Trabalho, nas temáticas de sindicalismo, mercado de trabalho e desenvolvimento, trabalho em plataformas, indústria automobilística. mhladosky@gmail.com

Maurício Rombaldi é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP, com pós-doutoramento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e pelo Laboratoire Interdisciplinaire pour la Sociologie Économique (LISE/CNAM), de Paris. É professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. É bolsista de Produtividade do CNPq. Foi editor da Revista Política e Trabalho (PPGS/UFPB) e membro da diretoria da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, no biênio 2022-2023. Atualmente, é editor associado da Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS/ANPOCS. É coordenador do GT10 "Trajetórias e Disposições Sociais em meio às Reconfigurações do Mundo do Trabalho", da ABET e do Grupo de Trabalho "Trabalho e Ação Coletiva", da ANPOCS. mauricio.rombaldi@gmail.com

Maxime Quijoux é doutor em Sociologia, pesquisador do CNRS e membro do Laboratoire interdisciplinaire pour la sociologie économique – LISE (laboratório vinculado simultaneamente ao Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS e ao Conservatoire National des Arts et Métiers – CNAM), França. Suas pesquisas se concentram em temas como: mobilizações do trabalho, sindicalismo e democracia nas empresas. É autor de "Néolibéralisme et autogestion, l'expérience argentine" (Éditions de l'IHEAL, 2011) e de "Adieux au patronat: lutte et gestion ouvrières dans une usine reprise par ses salariés" (Éditions du Croquant, 2018). Organizou e contribuiu para o livro "Bourdieu et le travail" (Presses Universitaires de Rennes, 2015) e para edições especiais da revista sobre "Les conflits du travail dans le monde" (Critique Internationale, n°64 e n° 65, 2014). mquijoux@gmail.com

Patrícia Alves Ramiro é doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR (2008), com pós-doutoramento pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, Paris), no Centre Européen de Sociologie et de Science Politique (CESSP), supervisionado por Afrânio Garcia Jr. É professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. É bolsista de Produtividade do CNPq. É líder do Grupo de Pesquisa "Identidade e Memórias das Classes Populares Rurais e Urbanas". É membro da Associação Brasileira de Antropologia – ABA, da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS e da Rede de Estudos Rurais. Atualmente, realiza pós-doutorado sênior junto ao Museu Nacional (UFRJ), com supervisão de

José Sérgio Leite Lopes. Atua nos seguintes temas: cultura e trabalho das classes populares rurais e urbanas, capitalismo agrário no Brasil e novas ruralidades. patriciaalvesramiro@gmail.com

Patrícia Vieira Trópia é doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (INCIS/UFU). Foi presidenta da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, no período 2020-2021. Pesquisa os seguintes temas: sindicalismo, classe média e sindicalismo, classe média e comportamento político. É autora de "Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro" (Expressão Popular, 2009) e "Futuros do trabalho: reconstruindo caminhos para a proteção social no Brasil", com Renata Queiroz e Thaís de Souza Lapa (Fino Traço, 2024), entre outras publicações. tropia@uol.com.br

Paulo César Zambroni de Souza é doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ (2006) e professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. É membro do Société dErgonomie de Langue Française (França), do Société Internacionale d'Ergologie – SELF (França) e do Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho. É bolsista de Produtividade do CNPq. Atua na área de Psicologia do Trabalho e Organizacional, principalmente com os seguintes temas: saúde mental e trabalho, saúde/doença/afastamento do trabalho, assédio moral no trabalho, gestão no trabalho. paulozamsouza@yahoo.com.br

Renata Xavier Deiga Ferreira é mestranda no Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Atuou como bolsista de Iniciação Científica no projeto de pesquisa "Nexos da Uberização: Análises a partir dos trabalhadores", vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – GEPET/DEPSI. Atua como pesquisadora voluntária no Laboratório de Pesquisa e Extensão em Neuropsicologia – LAPEN), na pesquisa "Desenvolvimento cognitivo, socioemocional e escolar de crianças pré-escolares e do ensino fundamental: orientações e intervenções pró-redução do impacto". renataxdeiga@gmail.com

Rodrigo Salles Pereira dos Santos é doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e professor adjunto do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. É bolsista de Produtividade do

CNPq e da FAPERJ (Cientista do Nosso Estado). Atua na área de Sociologia Econômica, discutindo organizações e instituições econômicas. É Diretor da ANPOCS (Biênio 2023-2024), integra o CA Ciencias Politicas y Sociales da AUGM e o RC30 da International Sociological Association (ISA), e é membro da Society for the Advancement of Socio-Economics (SASE) e da SBS. Coordena os grupos de pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA) e Laboratório de Economia Política da Corporação (LEPoC). Publicou "Trabalho & Mudança Social – efeitos da indústria automotiva no Rio de Janeiro", com José Ricardo Ramalho (Annablume, 2022), "Political and institutional embeddedness of FDI: a case study of Nissan in Rio, Brazil", com Lucas Walmrath (RBCS, v. 39, 2024), entre outras publicações. santosrodrigosp@gmail.com

Roseli de Fátima Corteletti é doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB (2009) e é professora da Unidade Acadêmica e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Integra o Núcleo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP/UFCG). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: Informalidade, empreendedorismo, terceirização, precarização do trabalho, trabalho doméstico e de cuidados. roselicortel@yahoo.com.br

Sidnei Machado é doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR (2003), com pós-doutoramento na Université Paris Nanterre (França). É professor associado de Direito do Trabalho na Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR e colaborador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma Universidade. É líder do Grupo de Pesquisa Clínica Direito do Trabalho (CDT–UFPR). Tem experiência nas áreas de Direito do Trabalho, Direito Constitucional, Direito da Seguridade Social e Sociologia do Trabalho, em pesquisas sobre a construção da noção de subordinação, meio ambiente de trabalho, liberdade de sindical, regulação do trabalho precário, direito do trabalho, democracia e direitos humanos. Os projetos de pesquisa atuais se concentram em temas sobre plataformas digitais de trabalho e nas reconfigurações jurídicas do trabalho no século XXI. É autor de "A noção de subordinação jurídica: uma perspectiva reconstrutiva" (LTR Editora, 2009) e "Reforma trabalhista e sindical: o direito do trabalho em perspectivas" (LTR Editora, 2005), entre outros. sidneimchado@ufpr.br

Terçália Suassuna Vaz Lira é doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e professora titular da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Ministra disciplinas nas áreas de: Política Social, Questão Social, Trabalho e Sociabilidade, Infância e Juventude. Atualmente coordena o Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Comunitária Infanto-Juvenil – NUPECIJ da UEPB. Autora de "O sentido do trabalho infantil doméstico: particularidades e contradições na esfera da reprodução social nas economias periféricas dependentes" (EDUEPB, 2021) e "Exclusão social e trabalho precoce: o cotidiano de adolescentes trabalhadores na cata do lixo" (Editora Universitária, 2003), entre outras publicações. tercalia_suassuna@hotmail.com.

Thais de Souza Lapa é doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas – UNICAMP (2019), com estágio de pesquisa (doutorado sanduíche) realizado no Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris – CRESPPA, equipe Genre, Travail, Mobilités – GTM (2017). É professora adjunta do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, onde coordena o Laboratório de Sociologia do Trabalho – LASTRO. Integra a Rede de Estudos Interdisciplinar Sobre Trabalho da UFSC, criada em 2021. Foi presidenta da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET entre 2024 e 2025. Trabalha com temas relativos às áreas de Sociologia do Trabalho e relações sociais de gênero e tem publicações nestas áreas. thais.lapa@ufsc.br

Vitória Patrícia Bezerra de Medeiros é graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Atualmente, é estagiária em Psicologia Clínica na abordagem da fenomenologia-existencial no Serviço de Psicologia Aplicada (SEPA/UFRN) e colaboradora da pesquisa "Nexos da uberização: análises a partir dos trabalhadores", vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho – GEPET/UFRN. Em 2019 e 2020, como extensionista voluntária, atuou como consultora de projetos e diretora de projetos na Empresa Júnior de Psicologia Organizacional do Trabalho da UFRN – Apta Consultoria Júnior. Entre 2021 e 2022, foi bolsista de iniciação científica (PIBIC CNPq) no projeto intitulado "Processos de significação e trabalho na situação do precariado: explorando um modelo teórico". vitoriapmed@gmail.com

Wilson Fusco é doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (2005), com período sanduíche na University of

Texas at Austin (2002-2003) e pós-doutoramento na Université Paris Diderot, junto à Unité de Recherche Migrations et Sociétés – URMIS (2012- 2013), e na Universidade de Lisboa, junto ao Instituto de Geografia e Ordenamento do Território – IGOT (2017-2018). É Diretor de Pesquisas Sociais e pesquisador titular na Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ. É professor colaborador e membro permanente do Programa de Pós-graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. É investigador colaborador do Centro de Estudos Geográficos – CEG – da Universidade de Lisboa, e membro do grupo de investigação MIGRARE Migrações, Espaços e Sociedades, do mesmo Centro. É bolsista de Produtividade do CNPq. Temas de pesquisa: migração interna e internacional, dinâmica da população e demografia da educação. wilson.fusco@fundaj.gov.br

ORGANIZADORES

Eduardo Donato é doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB – PPGS (2023) e é pós-doutorando no mesmo Programa. Integra o grupo de pesquisa Antropologia Visual, Artes, Etnografias e Documentários – AVAEDOC, o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho – LAEPT/UFPB, a Rede de Estudos e Monitoramento das Reconfigurações Trabalhistas – REMIR e o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Extensão sobre o Trabalho – LABORES (CCHLA/ UFPB). Colaborador do MEMOV – Programa de Memória dos Movimentos Sociais (CBAE/UFRJ). eddonato@gmail.com

Roberto Véras de Oliveira é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP, com pós-doutoramento pelo UCLA Institute for Research on Labor and Employment (EUA). É professor titular do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. É bolsista de Produtividade do CNPq (1C). Foi membro da Diretoria da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPCS (2017/2018) e do Comitê de Assessoramento de Ciências Sociais – CA/CS do CNPq (2020-2023). Foi Primeiro Secretário da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET (2009-2011). Integra a coordenação da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar das Reconfigurações do Trabalho – REMIR e é coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Trabalho, Inclusão e Equidade – INCT Trabalho. Atua na Sociologia do Trabalho, Sociologia Política e Sociologia Econômica. Publicou "Sindicalismo e democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão" (Annablume, 2011) e "Unequal development and labour in Brazil", com Gerry Rodgers e Janine Rodgers (Routledge, 2023). roberto.veras.2002@gmail.com

Tiago Bernardon de Oliveira é Licenciado, Bacharel e Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É coordenador do GEPEHTO – Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Trabalho e vice-coordenador do LABORES – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Extensão sobre o Trabalho.
tiago.bernardon@academico.ufpb.br